

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor em (Estudos Portugueses, Especialidade de Estudos
Comparatistas), realizada sob a orientação científica do Professor Doutor
António Manuel de Andrade Moniz**

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato.

Angel M. Riquard

Lisboa, 10 de Março de 2014

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Henry.

Lisboa, 10 de Março de 2014

Dedicatória pessoal

Para meus pais, Hélio e Therezinha, amorosa sabedoria.

Para Rafael, Ana Carolina e Maria Luiza, iluminada alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram com seu incentivo, apoio, desvelo e amor para a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor António Manuel Andrade Moniz, meu orientador, mestre incansável e generoso, força motriz desta trajectória.

À Professora Doutora Constância Lima Duarte, mestra e exemplo de luta e perseverança.

À professora Doutora Isabel Cruz Lousada, amiga fiel e impulsionadora de muitas causas relacionadas às mulheres.

À professora Doutora Teresa Sousa Almeida, apoio generoso no início desde percurso.

A Manuela Tavares, pela sábia e esclarecedora entrevista.

À escritora e cronista Inês Pedrosa, inspiradora presença.

A minha prima Dalila, irmã de alma e poesia, minha família portuguesa.

À Professora Regina Almeida, grande incentivadora e exemplo de tenacidade.

Ao Departamento de Investigação de *Faces de Eva- Centro de Estudos sobre a Mulher* e à CiG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, apoio incondicional para minha pesquisa.

Ao apoio especial de minha mãe e de minha família, Paulo, Rafael, Ana Carolina e Maria Luíza, com a entusiasmada torcida de Pedro e Ester.

**Vozes Femininas em *A Descoberta do Mundo*, de Clarice Lispector,
e *Crónica Feminina*, de Inês Pedrosa**

Angela Maria Rodrigues Laguardia

Resumo

Esta tese que confronta duas antologias cronísticas, *A Descoberta do Mundo*, de Clarice Lispector, e *Crónica Feminina*, de Inês Pedrosa, pretende evocar, através de seu discurso cronístico, as duas vozes femininas das obras. Embora inserida em contexto histórico e geocultural diferente, a leitura de suas crónicas permite a evocação de outras vozes que confluem neste universo cronístico de cada escritora, cujas ressonâncias buscaremos compreender nos Estudos sobre as Mulheres no Brasil e em Portugal, através da evolução do conceito de crónica nos dois países.

Palavras-chave: crónica, feminismo, Clarice Lispector, Inês Pedrosa.

Abstract

This thesis confronts two chronicle anthologies: *A Descoberta do Mundo*, by Clarice Lispector, and *Crónica Feminina*, by Inês Pedrosa, and pretends to evoke two feminine voices through the chronicle discourse. Despite the different historical and cultural contexts, the reading of these works permits to evoke other feminine voices through the Women's Studies in Brazil and Portugal and through the chronicle concept's evolution in both countries.

Keywords – chronicle, feminism, Clarice Lispector, Inês Pedrosa.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I – Os Estudos sobre as Mulheres no Brasil e em Portugal:	6
Feminismo, Literatura e percursos da História	
1.1. Estudos Culturais e Estudos sobre as Mulheres: uma breve retrospectiva	9
1.2. Estudos sobre a Mulher no Brasil	12
1.3. Feminismo e identidade discursiva em Portugal	71
Capítulo II – A crónica e as mulheres cronistas	
2.1. Conceito(s) de crónica	102
2.2. A crónica através dos tempos	112
O registo cronístico na Literatura Grega	112
O registo cronístico na Literatura Latina	117
A crónica na Literatura Portuguesa Medieval	123
A cronística na Literatura Portuguesa Clássica (séculos XVI-XVIII)	126
A crónica nos Séculos XIX, XX e XXI	136
A cronística brasileira	153
2.3. Mulheres cronistas brasileiras e portuguesas	
1. Mulheres cronistas brasileiras	164
2. Mulheres cronistas portuguesas	184
Capítulo III – <i>A Descoberta do Mundo</i> , de Clarice Lispector,	

uma escrita epifânica	207
1. A mulher e a escritora nas crónicas d' <i>A Descoberta do Mundo</i>	229
2. O mérito e o mito na voz da cronista	236
3. A escrita e o metatexto	239
4. A auto-revelação	258
5. A Vida e a Morte (<i>Eros/Thánatos</i>)	276
6. As figuras femininas	287
7. O mundo vegetal e animal	294
8. A intervenção social e política	318
9. As cidades dos homens e a cidade de Deus	321
10. A palavra aos outros	325
Capítulo IV - <i>A Crónica Feminina</i> , de Inês Pedrosa – um outro olhar	329
1. Em defesa da igualdade de género	348
2. A violência contra as mulheres	359
3. A vocação e a educação da maternidade e da paternidade	365
4. O abuso e violência contra crianças	367
5. A questão do aborto	370
6. O terrorismo e a ferocidade dos nacionalismos	374
7. O holocausto nazi	378
8. Os deficientes	380
9. A causa pública	382
10. A literatura, a arte, a língua e a cultura	399
11. O desporto	406
12. A abertura ao estrangeiro	408
13. Os escritores, os livros e as leituras	413
14. A vida, o amor e a morte	422

Capítulo V - Clarice Lispector e Inês Pedrosa:

dois mundos, dois olhares, dois estilos em convergência	430
1. Dois mundos em convergência	432
2. Dois olhares em convergência	439
3. Dois estilos	466
Conclusão	480
Bibliografia	492

INTRODUÇÃO

“Quem escreve dá voz às palavras, quem as lê dá-lhes outra voz”

(Ana Luísa Amaral)

O título *Vozes Femininas*, como expressão basilar desta tese, que pretende confrontar duas antologias cronísticas, evoca o eco plural de sensações, percepções, sentimentos, emoções, ideias, ideais e atitudes que os textos escritos registam como algo que podemos designar, de modo um tanto poético, mas nem por isso menos real e histórico, como “alma feminina”. O substantivo *vozes* remete para algo ligado à expressão verbal, oral ou escrita, à palavra, à linguagem, irmã gémea do pensamento, ou dos pensamentos, das opiniões dos sujeitos cronistas, neste caso mulheres: uma brasileira, outra portuguesa; uma, tomando voz no final da década de 60 e início da de 70, do século XX; outra, comunicando no início do século XXI. Esta evocação sonora do discurso cronístico reenvia para a natureza polifónica, plural destas vozes, na riqueza ideológica, temática e estilística de cada uma, ambas inseridas num determinado contexto histórico e geocultural.

Podemos e devemos perguntar: o que une estas duas mulheres? O que as distingue e separa? A resposta a estas perguntas será procurada no capítulo V, a partir

do confronto analítico entre dois mundos, dois olhares e dois estilos, em convergência. Na base teórica desta análise está a disciplina de Estudos Comparados, base teórica que será esboçada em tal capítulo.

Entretanto, e antes de considerarmos os mundos cronísticos de Clarice Lispector e Inês Pedrosa, que analisaremos nos capítulos III e IV, respectivamente, duas questões de ordem teórica emergem necessariamente: uma, no âmbito do capítulo I, diz respeito aos Estudos sobre as Mulheres, designadamente no Brasil e em Portugal, no contexto histórico-cultural em que o feminismo e a luta das mulheres se foram desenrolando, como cenário ou música de fundo em que assenta a cronística de Clarice e Inês; a outra, no capítulo II, refere-se ao(s) conceito(s) de crónica, à sua evolução através dos tempos e ao universo das mulheres cronistas, quer no Brasil, quer em Portugal.

Em relação aos Estudos sobre as Mulheres, disciplina que inclui a análise da luta feminista, mas não se esgota nessa análise, importa, antes de mais, focalizar a sua base teórica, no contexto da investigação científica em causa, para depois se proceder à história desses Estudos, quer no Brasil, quer em Portugal. A partir das referências às mulheres pioneiras do feminismo, será possível estabelecer também um confronto comparativo entre a situação histórica e sua linha evolutiva em cada país, sem esquecermos o respectivo contexto particular.

Em relação à crónica, interessou-nos perspectivar a evolução do conceito de crónica, desde as literaturas clássicas até à actualidade, não esquecendo a Idade Média, os séculos XVI a XVIII e a modernidade oitocentista e novecentista. Neste sentido, importa ter em conta que os conceitos de crónica não são necessariamente coincidentes e unívocos; pelo contrário, trata-se de verificar até que ponto determinadas marcas do género ou do discurso cronístico se terão verificado, não de modo exaustivo, mas, sim, selectivo, ou singular. O objectivo essencial do registo de histórias ligadas ao quotidiano social e étnico, com vista a uma identificação e a uma expressão memorialista, sempre na óptica livre de um sujeito enunciator, estará, certamente, na nossa consideração histórica da cronística através dos tempos.

Apesar da importância dos nomes de autores masculinos, ao longo dos tempos, sobretudo a partir dos séculos XIX e XX, tem, naturalmente, especial interesse, no âmbito da presente tese, destacar o contributo dos nomes femininos, no Brasil e em Portugal, para o enriquecimento literário e jornalístico, através do género cronístico. Clarice Lispector e Inês Pedrosa inserem-se, deste modo, uma e outra, num amplo espectro de mulheres cronistas, herdando as preocupações, os temas e a própria linguagem de suas antecessoras, mas também ultrapassando essa herança com a originalidade individual. Mais uma vez, se, por um lado, a história do feminismo não está ausente desse contributo, por outro, não esgota nem limita a expressão cronística de ambas as autoras. Os temas variados contemplados nas duas antologias em presença testemunham essa amplitude de mundos e olhares cronísticos.

Podemos, ainda, perguntar quais as motivações que estiveram na origem da escolha destas autoras para o objecto do nosso estudo.

O primeiro passo deste itinerário deve-se à crença de que, quando escolhemos a literatura como travessia, encontramos as palavras e os autores que estavam guardados para nós e, por certo, eles também nos encontram. Na obra ficcional de Inês Pedrosa, as personagens de *Fazes-me Falta* (2002) instigaram-nos o desejo de desvendar o caminho da “saúde”, mergulhar nas possíveis definições de poetas e filósofos, a partir daquelas personagens à margem da ausência, confrontadas pela morte e pelas questões de género, sob a perspectiva da sociedade portuguesa actual. Foi este o mote da nossa dissertação de Mestrado, possibilidade efectiva para conhecer um pouco mais da literatura contemporânea portuguesa e, principalmente, para, a pretexto da “saúde”, nos deixarmos seduzir pelas palavras escolhidas por Inês Pedrosa.

As crónicas, publicadas no semanário *Expresso*, que eram lidas em páginas esparsas coleccionadas por uma prima nossa em Portugal, ou quando conseguíamos ter acesso a elas pela internet, foram compiladas, em 2005, no volume *Crónica Feminina*, uma “matéria viva” revestida da força propulsora da cronista, numa galeria de temas que testemunhavam uma escrita comprometida e, por vezes, aguda.

Em seu prefácio, somos tocadas pela confissão: “Dentro de todo cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de

encantamento com o mundo “ (CF,14). E, depois, “Tento, através desta modalidade de escrita descendente do imprevisível deus Cronos – o deus do Tempo – pensar livremente sobre os sinais da minha época, o que muda, o que se repete, o que resiste” (Ib.). Sentimo-nos compelida a mergulhar neste caleidoscópio, apurado pela curiosidade da jornalista, misturando-nos ao sentimento da romancista, entre os muitos assuntos que desfilavam pelas crónicas e, nomeadamente, por sua postura consciente e combativa em relação às questões das mulheres. Que tipo de vozes Inês trazia consigo? De que forma elas foram representativas ou reflectiram na sua escritura? Como se cruzam na actualidade? De que modo a crónica, como género, pode ser um espaço catalisador da sociedade e do seu tempo?

Partindo destas indagações que nos ancoravam, inicialmente, à literatura portuguesa, redescobrimos com Clarice Lispector, na exposição “Clarice Lispector – A hora da estrela”, em 2007, no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, a “Aventura da palavra”, como bem lembrou o poeta Ferreira Gullar, no título de seu texto, presente no catálogo da exposição, que remete a uma das crónicas de Clarice Lispector, em *A Descoberta do Mundo*: “Sempre tive um profundo senso de aventura, e a palavra profundo está aí querendo dizer inerente. Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (DM,236).

Leitora de alguns de seus romances, as crónicas, uma compilação póstuma de 1984 e publicadas anteriormente no *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1967 e 1973, lidas em conjunto, desafiavam a concepção do género comumente conhecida. Espaço confesso de plágio de seus livros, como se referiu em carta ao filho Paulo Gurgel Valente (*Correspondências - Clarice Lispector*, 2002, 276), desafiaram-nos as palavras de sua crónica “Intelectual? Não”, em aparente desnudamento: “Sou uma pessoa que tem um coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável” (DM,149). Este enigma estende-se ao espaço cronístico: “uma vez instalada no território familiar de certo gênero, a máquina de escrever clariciana se desloca para a fronteira do desconhecido, confundindo áreas, domínios, esferas, e habitando no fundo a zona de ninguém” (NASCIMENTO,2012,171). No meio desta “ordenada miscelânea”, às indagações metalinguísticas e às afirmações claricianas de que não se considerava uma

escritora, encontrámos perfis, entrevistas, trechos de seus livros e variados assuntos que elegeu como crónicas (ou não); algumas perguntas motivaram a nossa busca em direcção ao mundo de Clarice: “Sou uma pessoa muito ocupada: tomo conta do mundo” (*DM*, 275).

Até que ponto as fronteiras entre ficção e jornalismo, rompidas (transgredidas?) por Clarice Lispector, anteciparam ou modularam a crónica enquanto género? De que modo este espaço possibilitou as reflexões sobre a génese de sua escrita e a “entrega” à palavra? Como as crónicas do período assinalado se inserem no horizonte das mulheres cronistas? Como esta voz feminina alcançava o leitor(a) e o (a) encontra na actualidade?

Os desdobramentos do universo cronístico de cada cronista, através de seus percursos e relações culturais, sociais e históricas, serão analisados e comparados, com o objectivo de compreendermos como estas vozes femininas, nas literaturas de seus respectivos países e no universo da crónica de autoria feminina, podem encontrar afinidades e diferenças que enriquecem a literatura.

Deste modo, as antologias cronísticas de Clarice Lispector e Inês Pedrosa irão constituir um desafio à indagação dos mundos, dos olhares e dos estilos de duas das mais representativas vozes femininas do Brasil e de Portugal: uma, nas décadas de 60-70 do século XX; outra, no início do século XXI.

Capítulo I

Os Estudos sobre as Mulheres no Brasil e em Portugal:

Feminismo, Literatura e percursos da História

“O feminismo não é a luta das mulheres contra os homens: é a luta das mulheres pela sua autodeterminação; é o processo de libertação de uma cultura subjugada; é a conquista do espaço social e político onde ser mulher tenha lugar. Luta, libertação e conquista que significam necessariamente uma maior riqueza para tudo o que é humano”

(Maria de Lourdes Pintasilgo)

Para compreender as vozes femininas que protagonizaram as crónicas de Clarice Lispector e Inês Pedrosa em *A Descoberta do Mundo* e *Crónica Feminina*, entendemos a necessidade de ir ao encontro de outras vozes femininas significativas que poderiam ser importantes para as autoras e possivelmente influentes no percurso das mesmas.

Considerando a linha do tempo, a formação de um contexto histórico-social que antecede e desagua naturalmente na escrita cronística e na escolha temática de cada autora, pudemos perceber que, embora elas estivessem circunscritas aos interesses e afinidades do seu tempo, muitas questões ligadas ao universo feminino esperavam e ainda esperam respostas, tornando-se, assim, relevante o entendimento dos Estudos sobre as Mulheres, sua trajectória e evolução.

Buscamos esclarecer, nas ressonâncias destes diferentes contextos, culturas e momentos históricos, de que forma eles poderiam ter contribuído para modular as vozes de cada autora, assim como compreender o papel da mulher como sujeito da própria escrita, esse “lugar”, referenciado, por Kristeva¹, como espaço de auto-representação e destacado através das crónicas das autoras estudadas.

Quando iniciámos a nossa investigação em torno dos Estudos sobre as Mulheres, começámos por Portugal, impelidos pela busca de uma base científica centrada no género que nos ajudasse a compreender o universo da cronista Inês Pedrosa.

Para conseguir tal objectivo, partimos da constatação da existência de uma unidade de investigação na FCSH, intitulada ***Faces de Eva- Centro de Estudos sobre a Mulher***, do seu projecto editorial, a Revista ***Faces de Eva- Estudos sobre a Mulher***, e de um curso de Mestrado: **Estudos sobre as Mulheres - As Mulheres na Sociedade e na Cultura** (2009-2010), numa iniciativa conjunta com o Centro de investigação.

¹ Segundo Steven Connor, em *Cultura Pós-Moderna - Introdução Às Teorias do Contemporâneo*, “o trabalho de Kristeva revela uma extrema preocupação com a questão do “lugar” a partir do qual as mulheres podem falar ou se auto-representar, esforçando-se, como a maior parte das teorias feministas dessa espécie, por articular o potencial subversivo de um discurso marginal enquanto evita a repetição do gesto patriarcal que aloja a mulher irremovivelmente *como* marginal”(CONNOR, 2000, 185).

Neste Centro de investigação, pudemos proceder à leitura dos vinte e dois números já publicados da Revista *Faces de Eva-Estudos sobre a Mulher*, assim como tivemos acesso à sua biblioteca, fontes imprescindíveis e estimulantes que abriram o horizonte dos saberes sobre a mulher, na sua multiplicidade temática e base histórica, do qual falaremos no decurso deste capítulo.

Depois da investigação mencionada, dirigimo-nos ao CIG-Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, onde, na sua biblioteca, realizámos a pesquisa dos dezanove números de ***Ex Aequo***, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Uma publicação científica, visando os Estudos sobre as Mulheres/Estudos de Género/Estudos Feministas, em todas as áreas do saber. Uma outra perspectiva, que muito colaborou com a continuidade e amplitude do nosso trabalho, dado o seu carácter interdisciplinar e multidisciplinar.

Deste modo, antes de traçar um breve perfil sobre as duas revistas e respectivas estruturas, assim como sua importância e contribuição para a legitimação dos Estudos sobre as Mulheres, pensámos, a partir da leitura das mesmas, que seria pertinente fazer uma retrospectiva sobre os Estudos sobre as Mulheres antes do nascimento das revistas na década de 90.

1.1 Estudos culturais e Estudos sobre as Mulheres: uma breve retrospectiva

Os Estudos Culturais e Estudos sobre as Mulheres são dois campos científicos que emergem do mesmo “caldeirão cultural”, nos finais dos anos 60 e desenvolveram-se a par, embora tenham seguido caminhos que só posteriormente se vieram a cruzar. Esta intersecção ocorre no momento em que estes estudos tentam recuperar e dar visibilidade à cultura de grupos “negligenciados”. Os Estudos Culturais retomam o seu objecto de estudo, que engloba tudo o que se relaciona com *humanidades* e, no sentido mais estrito da expressão, mantém a sua dimensão política: “a cultura é tida como a esfera na qual a classe, o género, a raça e outras desigualdades são normalizadas e representadas de maneira a cortar (tanto quanto possível) os vínculos entre estas e as desigualdades económicas e políticas. [...] A cultura é também o meio através do qual vários grupos subordinados vivem a sua subordinação e resistem...” (O’SULLIVAN e outros, *apud* SILVA, TAVARES, 2001, 126-127). Assim, dentro destes grupos considerados “negligenciados”, as mulheres estariam incluídas.

Procuravam, desta forma, fundar os Estudos Culturais sobre as Mulheres, oferecendo guarida àquelas mulheres que se situavam nesta intersecção e que haviam procurado legitimar algumas áreas de investigação, consideradas culturas comerciais do feminino, tendo sido marginalizadas, ignoradas ou banalizadas.

Os Estudos Culturais e os Estudos sobre as Mulheres são, pois, caracterizados pela interdisciplinaridade. Ao percorrermos a trajetória dos Estudos Culturais, desde a sua origem anglo-saxónica, podemos perceber que este sentido da palavra “cultura” se entrecruza com muitos campos de interesse e um forte impacto destes estudos se fez sentir em todas as disciplinas, “tendo a linguagem passado a ser um tema de discussão central, quer como objecto de estudo, quer como meio de reflexão epistemológica” (FERREIRA, 2001, 11).

O carácter interdisciplinar ou multidisciplinar nos Estudos sobre as Mulheres é questionado por Maria Beatriz Nizza da Silva, em seu artigo “Os Estudos Sobre As Mulheres - difícil interdisciplinaridade”. Para esta autora, nos anos 70, temos a

predominância da interdisciplinaridade, proveniente das diversas áreas científicas existentes. “Depois, nos anos 80, foi-se mais longe, criando-se domínios complexos e indefinidos como, por exemplo nos Estados Unidos, os *Cultural Studies* ou *Women Studies*” (SILVA, 1999, 29).

O ponto crucial desta discussão, segundo a autora citada, seria a diferença entre mulheres produtoras de conhecimento científico e mulheres que são objecto de conhecimento científico: “Enquanto no primeiro caso temos de nos situar no campo da epistemologia, no segundo entramos para o da classificação das ciências sociais e humanas” (SILVA, 1999, 29).

Deste modo, a conclusão da autora sobre a evolução dos Estudos sobre as Mulheres deveria ser marcada, nos anos 90, por um carácter de multidisciplinaridade, em que se trabalharia no interior de cada área científica, permitindo a elaboração de pesquisas mais sólidas e com maior repercussão nas várias áreas científicas.

As referências às questões assinaladas podem esclarecer brevemente a preparação para a introdução de uma institucionalização, a nível superior, do primeiro Mestrado em Estudos sobre as Mulheres (1995), na Universidade Aberta, e, a seguir, o aparecimento de disciplinas e outros cursos e opções, linhas de investigação em centros de investigação. O mesmo se poderá dizer da criação, em outras Faculdades, de Cursos de Mestrado e Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres (Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Coimbra², Universidade de Évora e Universidade Técnica de Lisboa).

Os Estudos sobre as Mulheres e a sua natureza transdisciplinar poderão ser compreendidos a partir do seu surgimento dentro dos Estudos Culturais e do seu contributo para a reestruturação da ciência que atraíram em especial:

- 1) especialistas de estudos literários, que encontravam uma nova legitimação para seu interesse na situação sociopolítica contemporânea;

² Curso de Doutoramento em Estudos Feministas, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a partir de 2010.

2) especialistas de antropologia e de história, sob a influência da nova ênfase nas análises de incidência local;

3) especialistas de estudos sobre as mulheres e de estudo por áreas, por causa do acolhimento que o quadro teórico “pós-moderno” oferece à problemática da diferença (FERREIRA, 2001, 11).

O acolhimento das novas concepções e a cooperação intelectual no seio das ciências sociais e humanas possibilitaram a construção de um novo campo científico, passando a ser eixo de questionamento de algumas disciplinas.

Compreende-se, assim, que, em sua evolução, nos deparamos com o primeiro momento, por volta dos anos 70, que teve a tarefa de denunciar a ausência das mulheres, quer como produtoras, quer enquanto objecto de conhecimento: a diferença entre os sexos e as condições sociais relacionadas, ou não, com características biológicas. Num segundo momento, encontramos a predominância de uma preocupação pelos papéis sexuais e a socialização. E, finalmente, num terceiro momento, adoptou-se definitivamente a perspectiva social, segundo a qual as relações sociais de sexo passam a ser entendidas como factor essencial de todas as relações sociais e atravessam todos os sistemas sociais.

Os Estudos sobre as Mulheres, mais do que revelarem os “pressupostos e enviesamentos sexistas”, permitem, através de novas perspectivas científicas, a criação de um mundo novo de “objectos” a investigar, “porque, precisamente, como se afirmava já nas *Novas Cartas Portuguesas*, nenhum edifício semântico pode ficar de pé, com a denúncia da dominação e opressão das mulheres.” (FERREIRA, 2001, 15).

Deste modo, a contribuição dos Estudos sobre as Mulheres faz-se, principalmente, pelas mudanças de concepções do saber e dos métodos de o obter, através de uma interdisciplinaridade activa, sintonizada com os problemas sociais emergentes, e da valorização da contribuição que as mulheres tiveram e têm para o desenvolvimento da humanidade.

1.2. Estudos sobre a Mulher no Brasil

MURAL

Recolhe do ninho os ovos a mulher

nem jovem nem velha,

em estado de perfeito uso.

Não vem do sol indeciso

a claridade expandindo-se,

é dela que nasce a luz

de natureza velada,

é seu próprio gosto

em ter uma família,

amar a aprazível rotina.

Ela não sabe que sabe,

a rotina perfeita é Deus:

as galinhas porão seus ovos,

ela porá sua saia,

a árvore a seu tempo

dará suas flores rosadas.

A mulher não sabe que reza:

que nada mude, Senhor.

(Adélia Prado)

A história das conquistas e evolução dos direitos das mulheres no Brasil possui

marcas significativas na literatura brasileira e ajuda-nos a compreender o percurso das mulheres que lutaram pela emancipação feminina e as mudanças que provocaram em diferentes épocas.

Nesta trajetória, é relevante não só esclarecer os pontos comuns entre os movimentos feministas e a literatura brasileira, mas também iniciar esta análise a partir do próprio conceito de “feminismo” no Brasil e como esta reflexão pode contribuir para o esclarecimento dos Estudos sobre a Mulher no Brasil.

Em seu ensaio “*Feminismo e Literatura no Brasil*”, Constância Lima Duarte discorre sobre o tabu, ou mesmo a forte resistência, em torno da palavra “feminismo” no Brasil, diferente do que ocorre em outros países. Segundo ela, embora o Feminismo tenha sido um movimento que possibilitou várias mudanças para as mulheres ao longo de significativas décadas, a grande derrota do movimento feminista foi ter permitido que este preconceito isolasse a palavra, deixando de ser motivo de orgulho para a maioria das mulheres. Ela entende que esta reacção, gerada pelo antifeminismo, além do desgaste semântico da palavra, teria colaborado para que “a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres de antigamente que, de peito aberto, denunciaram a discriminação” (DUARTE, 2003, 1), caíssem no desconhecimento das novas gerações.

É necessário, portanto, lançar um olhar ao passado para encontrar na história do feminismo do Brasil, os factos e factores que deflagraram as mudanças de mentalidade e se manifestaram na escrita, assim como conhecer suas escritoras, testemunhas e artífices desta história.

Quando nos reportamos ao século XVIII, temos um discurso sobre a “natureza feminina”, presente na sociedade burguesa, que definiu a mulher, “quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas quando ‘usurpadora’ de actividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura” (TELLES, 2008, 403). É a partir desta época, na Europa e nas Américas, que as mulheres passaram a escrever e publicar, mas a conquista da palavra escrita não foi fácil para elas. Contrapondo a valorização da erudição daquele século, tínhamos uma sociedade em que as mulheres eram

valorizadas pelas prendas domésticas e “tiveram que ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, de etiqueta ou catecismo” (TELLES, 2008, 403).

Durante o século XIX, as modificações no Brasil Colônia vão ocorrer lentamente, mas já temos uma estrutura da sociedade com modificações em sua base produtiva e com crescimento demográfico, o que aproximava o país do mundo ocidental e de suas transformações. Dentro deste processo, era relevante a aceitação das ideias e ideais da Revolução Francesa, mesmo com coexistência da escravidão. No Rio de Janeiro e em Salvador, a imagem da França é relevante para a opinião pública, e em outros locais do Brasil, como Minas Gerais, o modelo da Revolução Americana prevalecia. Ideias revolucionárias ou reformadoras faziam parte desta atmosfera do Brasil enquanto colônia.

Com a transferência da Corte portuguesa, em 1808, para o Rio de Janeiro, houve mudanças económicas, políticas, sociais e culturais no país. Este desenvolvimento abriria caminho para a independência, em 1822. A abertura dos portos, o livre comércio, a fundação da imprensa real e de uma biblioteca pública e outras melhorias alteraram também os costumes e hábitos na cidade. Temos, a partir deste período, a formação de um público leitor influenciado pelos romances e novelas franceses e ingleses do século XVIII, e também pela moda (novidade) dos folhetins.

Recife é outra cidade que se destacou como importante centro cultural e também aspirou pelo ideal francês de liberdade e justiça, difundido por sua elite intelectual. Grande centro editorial, com inúmeros jornais de inspiração liberal e republicana, como o jornal *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata, que no ano seguinte à Independência, em 1823, trouxe, curiosamente, um manifesto assinado por 120 mulheres paraibanas que declaravam apoio a esse movimento da Independência:

[...] como “metade da sociedade humana” que eram, desejavam reassumir os direitos que lhes haviam sido usurpados e “quebrar os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos”.

Por direito, dizem, querem entrar na partilha e glória do Brasil. Não se sabe quem eram essas mulheres que assinaram o manifesto, mas percebe-se que estavam a par das idéias européias sobre a posição da mulher na sociedade e de suas reivindicações de igualdade (TELLES, 2008, 404).

Este facto ajuda-nos a compreender, posteriormente, a importância da publicação do primeiro livro sobre os direitos femininos no Brasil, por Nísia Floresta, que assinalará um momento importante da história das mulheres no Brasil.

Para Constância Lima Duarte, as décadas em que os “momentos-onda” do Feminismo teriam obtido maior visibilidade seriam em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970.

Nesta “primeira onda”, 1830, ressaltamos, inicialmente, o isolamento cultural em que viviam as mulheres, quando aparece a primeira legislação referente à educação feminina, em 1827³. Em São Paulo, por exemplo, o ingresso na escola normal, destinada a formar professores ditos primários, só ocorrerá em 1876, ao contrário dos homens, que ingressaram desde os anos 40. Até então, a educação para as mulheres era restrita aos conventos, a poucas escolas particulares ou ensino individualizado. Entretanto, enfatizavam-se as prendas domésticas.

Alguns testemunhos guardam a memória da época e, citados aqui, permitem a nossa observação sobre a forma de se pensar na época:

A leitura das mulheres, como o mercador britânico John Luccock registrou em 1808, não devia ir além dos livros de orações, porque seria inútil à mulher,

³ A primeira lei de instrução pública no Brasil, segundo Guacira Lopes Louro, expunha o objectivo da educação feminina e justificava-se como importante contribuição para o seu destino de mãe: “As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas” (Lei de Instrução Pública, 1827, *apud* E. M. Lopes, “A Educação da Mulher: a feminização do magistério”, in *Teoria e Educação*, 1991, Nº. 4, 26).

nem deveriam elas escrever, pois, como foi justamente observado, poderiam fazer um mau uso desta arte. Duas décadas mais tarde, um brasileiro de classe alta, em longa viagem pelo interior do país, notava ainda maior resistência à educação feminina na população em geral, considerando-se um verdadeiro crime uma mulher alfabetizada: “se uma mulher aprende a ler, será capaz de receber cartas de amor” (HAHNER, 2003, 56)

E era popular a quadrinha que apregoava os valores sobre o papel feminino na sociedade:

Menina que sabe muito

É menina atrapalhada,

Para ser mãe de família,

Saiba pouco ou saiba nada (COSTA, apud HAHNER, 2003, 57).

Mulheres como a poetisa mineira **Beatriz Francisca de Assis Brandão** (1779-1860), contemporânea dos árcades mineiros, ou como as poetisas gaúchas **Clarinda da Costa Siqueira** (1818-1867) e **Delfina Benigna da Cunha** (1791-1857), eram raras, principalmente as empenhadas na divulgação da cultura e da literatura, exceções num Brasil em que a educação das mulheres ainda engatinhava.

Não se tinham notícias sobre ações ou ideias sobre os direitos femininos neste período, até surgir a intelectual **Nísia Floresta Brasileira Augusta** (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte. O seu livro, intitulado *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de 1832, pode ser considerado o *texto fundante* do feminismo, o primeiro livro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho. Nísia Floresta faz uma tradução do livro *Vindication of Rights of Woman*, da inglesa Mary Wollstonecraft e, segundo Constância Lima Duarte, também dos escritos de Poulain de la Barre, de Sophie e dos artigos da “Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã”,

de Olympe de Gouges, realizando uma “espécie de *antropofagia libertária*: assimila as concepções estrangeiras e desenvolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem da própria experiência” (DUARTE, 2003, 3).

Deste modo, ainda segundo a autora, a nossa primeira onda veio de fora, não nasceu entre nós e “Nísia Floresta⁴ é importante, principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e feito a tradução cultural das novas idéias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira” (DUARTE, 2003, 3).

O enfrentamento dos preconceitos da sociedade patriarcal brasileira acontece através desta escrita que reivindica a igualdade e educação para as mulheres, em *Direitos da Mulheres e Injustiça dos Homens*, já que a ignorância da mulher impedia a sua participação na vida pública, beneficiando assim os homens:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens [...].

Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes

⁴ Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Freire Pinto, filha de Antônia Clara Freire, moça analfabeta, de família abastada, e de um advogado e escultor português, Dionísio Gonçalves Pinto. Casou-se jovem. Aos 13 anos, separou-se do marido um ano (1823) depois, retornou à casa paterna, mas, em 1828, o pai morre assassinado por razões políticas no Recife. Ela passa a sustentar a mãe e os três irmãos. Estava com vinte anos quando foi ensinar num colégio. No mesmo ano em que publica *Direitos da Mulheres e Injustiça dos Homens*, 1832, ela casou-se de novo com Augusto de Faria Rocha, advogado e acadêmico. Com a morte do marido, em 1838, em Porto Alegre, para onde se haviam mudado com dois filhos, ela vai para o Rio de Janeiro. Ali, funda o Colégio Augusto, com a introdução de métodos inovadores de ensino e destinado a moças. Nísia Floresta foi ensaísta, poetisa, tradutora, educadora e jornalista. Republicana e abolicionista, defendia uma educação mais ampla para as mulheres, além de uma posição mais social mais justa e respeitosa. Defendeu também a liberdade religiosa e os direitos dos índios. Em 1856, mudou-se para a Europa, onde teve contactos com intelectuais como Augusto Comte, Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho, Alexandre Dumas (pai), Victor Hugo, entre outros. Faleceu em Rouen, França, em 1885, aos setenta e seis anos.

palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar (TELLES, *apud* FLORESTA, 2008, 406).

Noutros trechos do seu livro, ela exorta as mulheres a mostrarem o quanto seriam capazes de fazer se lhes fizessem justiça e que apenas em situação de igualdade os “dois sexos viverão felizes e não terão motivos de se acusarem mutuamente” (TELLES, *apud* FLORESTA, 2008, 406).

Seus livros posteriores, como *Conselhos à minha Filha* (1842), *A Mulher* (1859) e *Opúsculo Humanitário* (1853), demonstraram a sua preocupação com a educação das mulheres, com a crença de que apenas a educação seria capaz de provocar as mudanças de consciência e a vida material.

Em 1845, **Ana Eurídice Eufrosina de Barandas** (1806-?), publica o livro *A Philosopha por Amor*, em Porto Alegre, e, ao que parece, teve conhecimento da obra de Nísia Floresta, ou talvez tenha conhecido a escritora, que morou em Porto Alegre. Uma pequena peça teatral, que faz parte do seu livro, trazia ideias semelhantes às de Nísia Floresta e confirma as reivindicações femininas anteriormente enunciadas por ela, como a questão da participação política das mulheres, que julgava capazes e aptas para discernir sobre decisões do país. O foco de interesse de Ana Barandas vai também para a separação da província do Império, questão sobre a qual se posicionou publicamente, como outras mulheres que se envolveram na Revolução Farroupilha do Rio Grande do Sul.

Os jornais eram um meio importante de difusão de conhecimento entre os brasileiros alfabetizados em meados do século XIX. Porém, os primeiros periódicos femininos surgem mais tarde no país: “O hábito de enviar as filhas à escola só foi absorvido pelas famílias de posses por volta da metade do século. Então, se os homens letrados eram poucos, as mulheres alfabetizadas formavam um número bem reduzido” (BUITONI, 1986, 36). Constância Lima Duarte, em entrevista para a revista *Elas por Elas*, ao comentar o surgimento dos primeiros jornais dirigidos ao público feminino no Brasil, explica que os primeiros donos de jornais no Brasil foram franceses e ingleses e que “Em 1827, um francês, em São João Del Rei, abriu um jornal chamado

O Mentor das Brasileiras. Em Recife, outro francês, que era dono de um grande jornal da cidade, abriu *O Espelho das Brasileiras*” (DUARTE entrevistada por Denilson Cajazeiro, em *Elas Por Elas*, 16).

Juliana Bonilha, em recente tese, no capítulo intitulado “Os periódicos femininos e a imprensa brasileira” comenta: “ [...] o primeiro periódico brasileiro é o carioca *O Espelho Diamantino*, lançado em 1827, conforme delimitam Dulcília Buitoni, Tânia Regina de Luca, dentre outros especialistas que se dedicam ao estudo da imprensa brasileira” (BONILHA, 2013, 55). E, em seu artigo “O Espelho Diamantino e os exemplos de virtude feminina no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado (1827-1828)”, Fernando Santos Bercot refere-se à origem francesa do dono da tipografia, Pierre Plancher, cujo redactor “se escondia sob pseudônimo e dedicava sua folha às senhoras da corte, defendendo a instrução das mulheres e apresentando ao “belo sexo” artigos variados de política e ciências, artes e moda” (BERCOT, 2012,1) www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338382423_ARQUIVO_Fernando...).

As defensoras da emancipação feminina consideravam a imprensa importante para que a mulher conhecesse os seus direitos e obrigações. E assim, segundo Constância Lima Duarte, “ [...] o primeiro jornal que se tem notícia voltado para o público feminino e dirigido por uma mulher foi *O Jornal das Senhoras* [...] (DUARTE, entrevistada por Denilson Cajazeiro, em *Elas Por Elas*, 16).

O Jornal das Senhoras surge no Rio de Janeiro, em 1852, editado por uma argentina, Joana Paula Manso (1819-1875), a qual, em seu editorial de apresentação, “ [...] expunha sua intenção de trabalhar pelo ‘melhoramento social e para emancipação moral da mulher’; tinha a consciência da novidade que representava o fato de uma mulher editar um jornal no Brasil” (HAHNER, 2003, 84).

Muitas ideias defendidas por *O Jornal das Senhoras* ajudaram a valorizar a posição das mulheres e apontavam para o que deveria estar incluído na emancipação moral das mulheres:

[...] o que vem a ser esta tal emancipação moral da mulher? Eu vo-lo digo. É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo

dos seus direitos, que o *brutal egoísmo* do homem lhe rouba e dos quais a deserda, porque tem em si força material e porque ainda não se convenceo que um anjo lhe será mais útil que uma boneca (*Jornal das Senhoras*, Tomo I, 11 de Janeiro de 1852, 12).

O pioneirismo d'O *Jornal das Senhoras* fez deflagrar o aparecimento de outros jornais e o aparecimento simultâneo dos críticos que, ainda nas palavras de Constância Duarte, consideravam “ [...] desde sempre uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois destinava-se ao segundo sexo... Mas, mesmo assim, veremos o quanto aquelas páginas artesanais lograram avançar em direção a construção da identidade feminina” (DUARTE, 2003, 4).

Apesar de muitas colaboradoras terem pedido o anonimato, as mudanças foram acontecendo timidamente, com a inclusão de iniciais das autoras, e posteriormente com a assinatura, principalmente daquelas que tinham concluído a educação secundária. De qualquer modo, havia acontecido um despertar que abriria caminho para outros jornais que se seguiram, como o *Belo Sexo*, publicado em 1862, no Rio de Janeiro. A sua editora, **Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar**, reunia as mulheres para a discussão de assuntos que publicariam e isto permitiu um maior entrosamento entre as colaboradoras, que eram incentivadas a assinarem os seus artigos.

Em 1859, os jornais de São Luís noticiaram o romance *Úrsula*, publicado com o pseudônimo “Por uma maranhense”. Foi escrito por Maria Firmina dos Reis (1825-1917), poetisa, romancista, professora primária, compositora e folclorista. Ela participava na vida intelectual maranhense e colaborava com a imprensa local. *Úrsula* (1859) foi considerado, por alguns críticos literários⁵ e historiadoras, como o primeiro

⁵ Em sua obra *Guia de Escritoras da Literatura Brasileira*, Luiza Lobo explica que era comum as escritoras da época utilizarem o pseudônimo e isto dificultou a autoria da obra. Esta foi identificada após longa pesquisa do bibliófilo Horácio de Almeida, que havia comprado um único exemplar remanescente da primeira edição, em 1962. Somente em 1975, saiu a edição em fac-símile, em São Luís. Segundo Norma Telles, o romance saiu: “ [...] ao custo de dois mil réis pela Typografia do Progresso.

romance escrito por uma mulher no Brasil e o primeiro romance abolicionista.

O aumento de jornais e revistas de cunho feminista, nos idos de 1870, no Rio de Janeiro e em cidades em desenvolvimento no Brasil, colabora ainda mais com o percurso das mulheres em direcção à emancipação, caracterizando também esta “segunda onda” feminista como mais jornalística e menos literária.

Comprovando o relativo isolamento destas mulheres, apesar de colaborarem em jornais, as editoras não tinham muito contacto e informações sobre outras mulheres que as precederam ou sobre suas contemporâneas:

As editoras de periódicos que defendiam a emancipação feminina permaneciam distantes de seus colegas masculinos, cujo número era maior, também responsáveis por jornais voltados para mulheres. Enquanto vários destes jornais, que enfatizavam quase exclusivamente a moda ou a literatura, circularam por décadas, aqueles não duraram mais que duas semanas. [...] Esses jornais não questionavam a ordem social estabelecida, e um deles até procurava explicar que “a emancipação da mulher não deve ser, como alguns insistem, igual à do homem: porque para a mulher a religião é tudo e sua influência se manifesta em todos os seus atos, em todos os seus passos” (HAHNER, 2003, 92).

Poderíamos citar, inicialmente, como exemplo desta segunda fase, o aparecimento do periódico *O Sexo Feminino*, dirigido por uma mineira de São João Del Rey, a professora **Francisca Senhorinha da Mota Diniz**, em 1873, que publica o seu primeiro jornal em Campanha da Princesa, Minas Gerais. Francisca Diniz dedicou o jornal à educação, instrução e emancipação das mulheres. No seu primeiro número, a 7 de Setembro de 1873, data que coincide com o aniversário da Independência do Brasil, é muito claro o seu discurso de luta pela causa que abraçou:

Logo se soube que o livro, hoje considerado o primeiro romance de uma autora brasileira, era de Maria Firmina dos Reis” (TELLES, 2008, 410).

[...] agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigão os *retrogrados* com seus diterios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de *utopistas*: *O Sexo Feminino* aparece, hade lutar e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido. (*O Sexo Feminino*, 7 de Setembro de 1873, 1).

Esta determinação, confirmada em vários artigos, é sempre assinalada pela sua convicção sobre a importância da instrução para a libertação e emancipação das mulheres: “Com a instrução conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as cadêas que desde séculos de remoto obscurantismo nos roxêão os pulsos e aviltão a própria dignidade” (*O Sexo Feminino*, 14 de Setembro 1873, Anno 1 Nº. 2, 2).

Ainda neste segundo número de *Sexo Feminino*, ela propunha o intercâmbio entre os periódicos que propugnavam os interesses e direitos das mulheres que, segundo ela, vinham sendo tratados com descuido pelo governo: “que parece temer alguma revolução resultante da instrução, educação e emancipação da mulher (*O Sexo Feminino*, 14 de Setembro de 1873, Anno 1 Nº.2, 1). Para ela, a educação feminina estaria ligada à sua crença no progresso e todas as profissões deveriam ser abertas às mulheres. Acreditava que a educação e o trabalho eram ferramentas indispensáveis para que elas não fossem subjugadas e dependentes economicamente.

Em 1875, Francisca Diniz transferiu o jornal para o Rio de Janeiro, mas houve interrupções. Uma epidemia de febre-amarela obrigou-a a suspender a publicação em 2 de Abril de 1876. Quatro anos mais tarde, em 1889, o jornal voltou a circular com sucesso e, para sua satisfação e orgulho, o jornal passou a ter como assinantes o Imperador D. Pedro II e sua filha Princesa Isabel, assim como outros membros da elite intelectual, que liam os jornais que defendiam a emancipação feminina.

Após a proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889, o jornal passou a chamar-se *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. A luta pela justiça e pelos direitos das mulheres continuou a ser enfatizada por esta feminista, acrescida da

reivindicação pelo direito ao voto e pela participação política, como promulga na edição de 6 de Abril de 1890:

[...] Desejamos que os Senhores do sexo forte saibam que se nos pódem mandar, em suas leis, subir ao Cadafalso, mesmo pelas idéas políticas que tivermos, como já o fizeram as desditosas Rlan, Charlotte Cordav e tantas outras, também nos devem a justiça de igualdade de direitos, tocante ao direito de votar e o de sermos votadas. O verbo eloqüente da palavra na tribuna parlamentar não nos deve ser negado em direito. Não devemos continuar, formalmente os intimamos a representarem-nos mutiladas na nossa personalidade moral e mental, o direito de votar é partilha da humanidade, pois é o dom da palavra, e a mulher é humana... Nós as Brasileiras, Italianas, Francezas e mais senhoras de diversas nacionalidades não pedimos o direito de votar com a restrição com que o fizeram as senhoras inglesas, mas com o direito de cidadãs republicanas [...] (Grifo nosso) (*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 6 de Abril de 1890, Ano III, Num. 14, 2).

A partir deste período, com o crescimento do número de mulheres alfabetizadas, um público interessado em jornais que defendiam a emancipação feminina foi-se ampliando, apesar de limitado às mulheres de classe média e alta. Muitos jornais foram fundados por estas mulheres, preocupadas em esclarecer as leitoras, dar informações.

No Rio de Janeiro, temos os periódicos *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, ambos em 1873. E surgem também os jornais o *Echo das Damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, de 1875 a 1885, e *O Direito das Damas*, de Idalina d'Alcântara Costa, em 1882. Estes periódicos, além de outros da época, contribuíram efectivamente com suas campanhas para a luta pela educação das mulheres: desde a publicação de textos literários escritos por elas, como os romances-folhetins e poemas; de artigos sobre outras mulheres célebres; de notícias sobre o progresso das conquistas femininas no exterior, como da questão do voto, até ao fomento da profissionalização feminina, que começava a desabrochar na época. Muitas vezes,

estes textos misturavam-se aos conselhos sobre a vida doméstica, moda e receitas, e, mesmo guardando as opiniões diferentes, fossem elas mais radicais ou não, serviram de espaço importante para que as mulheres se fossem fazendo representar.

Estas mulheres reforçaram o patamar de reivindicações feministas e, além da participação em jornais femininos ou não, ainda publicaram seus livros, contribuição valiosa para o esboço de uma nova identidade feminina que despontava no século XIX.

Com o pseudônimo de “Délia”, usado para assinar crônicas ou contos, **Maria Benedicta Camara Bormann** (1853-1895), pode ajudar-nos a compreender e relativizar esta questão da mulher e da escritora. O pseudônimo era utilizado pelas escritoras no início do século para esconder a identidade e facilitar a sua aceitação pelo público. Porém, da segunda metade em diante, passa ser considerado “como palavra de poder, marca de um batismo privado para o nascimento de um segundo eu, um nascimento para a primazia da linguagem que assinala o nascimento da escritora” (TELLES, 2008, 431). A escolha de “Délia” não se deu por um acaso. Esta “ancestralidade imaginária”, como referiu Norma Telles, agregou elementos de poder à escolha do seu pseudônimo, remetendo à erudição, ao mundo clássico, e ao nome da matrona da Roma antiga, amada pelo poeta Tibulo. Outra referência deste universo romano nomeia também uma das obras de Bormann, *Lésbia*⁶ (1890), que aponta para ideia de liberdade feminina do mundo romano, assim como a Nova Mulher⁷, preconizada

⁶ *Lésbia* é o terceiro romance da romancista, cronista e contista que publicou ainda: *Aurélia* (1883); *Uma vítima*, *Três irmãs*, *Magdalena* (1884); *Celeste* (1893) e *Angelina* (1894). E, segundo Norma Telles, na sua introdução à reedição do romance, “*Lésbia* é um livro que entrelaça as relações e tensões entre a paixão pelo conhecimento – leitura e escritura – e a paixão erótica. Ao contrário da “mulher que desvive-se em carinho e afeto”, a escritora-heroína vive, com prazer e intenso sofrimento, os desejos da mente e do corpo. Não há cisão entre a realização pessoal na experiência e o eu artístico que deseja liberdade das exigências da vida; há alternância e interrelação entre esses dois pólos” (Disponível em: www.editoramulheres.com.br/intro14.htm)

⁷ Na França, a *femme nouvelle* era caricaturada como uma mulher magrinha de cabeça grande, houve um movimento de oposição por parte de médicos e políticos, condenando este tipo *garçonnete* e valorizando o modelo antigo. Havia a crença, por parte de médicos da Inglaterra também, de que mulheres que desenvolviam o cérebro, não nutriam o útero, impedindo assim a reprodução da espécie,

naquele final de século XIX, difundida na Europa, mas encontrando forte oposição no Brasil. Apesar disto, Délia teria sido uma das primeiras escritoras, no país, a falar sobre sexualidade feminina e a fazer campanha sobre a educação sexual das jovens.

Em São Paulo, **Josefina Álvares de Azevedo** (1851?) funda em 1888, o jornal *A Família*, dedicado à educação da mãe de família, transferido no ano seguinte para o Rio de Janeiro, e teve publicações até 1897. Esta jornalista, abolicionista e republicana, teve destacado papel em prol da emancipação feminina e das causas pertinentes da época: o divórcio, o direito ao voto e à elegibilidade da mulher e à educação de suas compatriotas:

Enfatizava a importância da educação a ser dada às jovens, pois como dizia, *Mulher Instruída é mulher emancipada*. Fato altamente positivo, na medida em que ia além da mera felicidade pessoal, intervindo inclusive no processo da nação (COELHO, 2002, 302).

A sua convicção e luta pelas novas ideias feministas foram além da publicação de seus artigos polêmicos e políticos, tendo realizado uma série de conferências pelo Nordeste e outras regiões do Brasil. E também quando, em 1890, publicou em folhetim, em *A Família*, a comédia em um acto *O Voto Feminino*, que depois foi encenada no Teatro Recreio Dramático, e cuja apresentação teria sido noticiada em um jornal feminino em Paris.

Outra publicação da capital paulista foi a revista *A Mensageira*, da escritora **Prisciliana Duarte de Almeida** (1851?), que circulou de 1897 a 1900. Apresentava-se como uma revista literária dedicada às mulheres e teve importante contribuição para a sua promoção, noticiando os livros publicados por brasileiras e estrangeiras, além da publicação de artigos sobre mulheres do mundo todo e fornecendo notícias sobre conferências e conquistas profissionais. Entre as suas colaboradoras teve mulheres

e fizeram ligações das doenças nervosas como anorexia, histeria ou neurastenia com as aspirações das mulheres.

que se destacaram na literatura brasileira, como Júlia Lopes de Almeida, Áurea Pires, Narcisa Amália, Francisca Júlia, Auta de Souza, Ignêz Sabino, Josefina Álvares de Azevedo e a portuguesa Guiomar Torrezão, entre outras.

A cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, também fez parte desta rede de mulheres fundadoras de jornais do país e do fortalecimento dos fios que ligaram estas mulheres através das letras e publicações das reivindicações feministas, além de noticiarem as acções de outras mulheres que fariam parte do percurso da história das conquistas femininas. Dois jornais rio-grandenses, o *Escrínio* e o *Corymbo*, exprimem este espírito de união. O *Escrínio* teve como fundadora **Andradina América de Andrada e Oliveira**,⁸ em cuja secção denominada “Galeria Rio-grandense”, havia a foto de uma intelectual, acompanhada de um longo artigo. Entre estas mulheres homenageadas estava a gaúcha **Luciana de Abreu**, que escrevia para um outro jornal de Porto Alegre, o *Paternon* e foi considerada como um ícone na luta pelo reconhecimento intelectual entre homens e mulheres. Apesar de uma vida breve, 33 anos, tornou-se célebre pelos seus discursos públicos, nos quais denunciava as injustiças cometidas contra as mulheres, defendia as oportunidades iguais, como a educação superior e o exercício da profissão escolhida.

O *Corymbo*, das irmãs **Revocata Heloísa de Melo** e **Julieta de Melo Monteiro**, foi um periódico importante para a compreensão da história das mulheres e da imprensa brasileira no contexto e transição entre os séculos XIX e XX. A sua duração de sessenta anos (1884-1944), além de surpreendente, confirma e testemunha os diferentes períodos das lutas e avanços das mulheres no campo das letras e das profissões.

⁸ Segundo Rosa Cristina Hood Gautério, “ [...] Andradina Oliveira (1864-1935) começa a escrever um dos capítulos que lhe coube na história das mulheres. Significativamente, a tarefa de (re) contar a trajetória das ações feministas e suas manifestações no Rio Grande do Sul, cabe ao *Escrínio* como riquíssima fonte de investigação” (GAUTÉRIO, 2012: 516). Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Index.html>.

As primeiras médicas e advogadas surgem nesta época, apesar da educação feminina superior encontrar oposição masculina. Em 1875, **Maria Augusta Generosa Estrela**, aos dezasseis anos, parte para estudar medicina, nos Estados Unidos da América. A sua iniciativa influenciou a legislação Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira da Reforma Educacional de 1879, com a abertura de escolas de medicina para as mulheres, e inspirou outras brasileiras a seguirem o seu exemplo. Em 1881, elas fundaram um jornal, *A Mulher*, com o objectivo de convencer as leitoras brasileiras do seu potencial para o estudo das ciências, da importância da instrução para a obtenção do mesmo nível intelectual do homem e, ainda, informavam sobre as conquistas das mulheres americanas em diversos sectores.

O pioneirismo das médicas no Brasil é retratado em uma comédia de 1889, *As doutoras*, de Joaquim José da França Júnior, cujo enredo reprova as mulheres que deixavam de lado o seu “verdadeiro papel”, a maternidade, para pensarem em ser doutoras. A peça termina com a anuência da personagem doutora, que renuncia à profissão.

As advogadas também encontraram dificuldades para o exercício da profissão e **Mirtes de Campos**, primeira mulher a entrar na nova escola de Direito do Rio de Janeiro, tem registada a sua vitória na revista *A Mensageira*: “As brasileiras acabam de obter um grande triunfo no terreno de suas irrefragáveis reivindicações” (HAHNER, 2003, 155).

Outros periódicos e revistas, que omitimos aqui, também foram instrumentos importantes de divulgação da educação junto à sociedade do século XIX e contribuíram para a consciencialização das mulheres e seus direitos, corroborando e preparando o advento dos grandes movimentos feministas que eclodiriam no século seguinte.

No século XX, encontramos a mobilização profissional das mulheres em plena efervescência, desde um maior número de mulheres urbanas que ingressavam nas escolas normais, em busca de crescimento educacional e social, àquelas da elite que passaram a frequentar as escolas superiores, em busca de profissões variadas. Estas primeiras décadas, com a expansão das cidades, o crescimento industrial e de vários

sectores no país, também mudaram e influenciaram mulheres do povo em geral, que buscaram trabalho no comércio, indústria e outras actividades.

A luta social das mulheres passa a ser mais evidente, com destaque para o direito ao voto feminino e para a igualdade dos direitos entre homens e mulheres. Neste cenário, em que tivemos vários nomes participativos, aludiremos a duas mulheres notáveis na história destas conquistas, cujos percursos distintos se bifurcaram em dado momento e fazem parte dos bastidores do feminismo militante: **Bertha Lutz** (1894-1976) e **Maria Lacerda de Moura** (1887-1945).

Professora, autodidacta, educadora convicta e oradora brilhante, **Maria Lacerda de Moura** acreditava na força revolucionária da educação e na missão de exercê-la. A sua busca iniciou-se através desta crença, que a levou a procurar métodos inovadores de educação, tendo, por isto, mais tarde, adoptado a pedagogia libertária de Francisco Ferrer Y Guardia (1859-1909). Ainda em Barbacena, Minas Gerais, cidade onde morou e iniciou a sua trajectória, ela publicou suas primeiras obras, *Em torno da Educação* (1918) e *Renovação* (1919), período em que também acompanhou o movimento sufragista de Bertha Lutz, líder destacada do movimento, com quem se correspondeu e colaborou na criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1918, no Rio de Janeiro.

Em 1921, mudou-se para São Paulo. Porém, divergências de ordem ideológicas afastam as duas líderes e Maria Lacerda desinteressa-se da luta pelo sufrágio feminino. Junto com mulheres de São Paulo e de Santos (1921), ela funda a Federação Internacional Feminina, cabendo a ela, quando fez os estatutos da Federação, “O pioneirismo da sugestão da instituição de uma cadeira de história da mulher em escolas femininas” (LEITE, 1984,10). Entretanto, em 1922, lega o cargo a Bertha Lutz, que fundará em Agosto do mesmo ano, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que contaria com militantes por todo o país, em prol do voto feminino.

Bertha Lutz e Maria Lacerda tinham afinidades e posicionamentos comuns em relação à emancipação intelectual das mulheres, rejeitavam aquelas associações de mulheres de cunho nitidamente paternalista, caritativo ou de moralidade cristã, que nem sempre atendiam aos problemas básicos das mulheres. Entretanto, apesar de

uma orientação mais laica de ambas, exerceram de forma distinta as suas reivindicações. Ao contrário da maioria das feministas brasileiras, Maria Lacerda assumia a sua posição de anticlerical. Naquele contexto, publicações como a *Revista Feminina*⁹, proclamada publicação paulista, fundada em 1915 por **Virgilina de Souza Salles**, tinham neste período grande aceitação popular no Brasil, justamente por enfocarem e alimentarem junto do público a valorização da vida doméstica, a preservação da família, a profissionalização da mulher e o seu ingresso na política desde que não pusesse em causa o seu papel de esposa e mãe. Tratava-se de importantes instrumentos de “comunicação intelectual”, além de publicarem, principalmente, os programas e realizações de organizações femininas de orientação

⁹ A *Revista Feminina* (1915-1936) teve sua origem a partir de um jornal intitulado *A Luta Moderna*, em 1914, e pertencia a uma tradicional família paulista. Com o sucesso de sua publicação, a família criou o periódico *Revista Feminina*, parte dos ideais de Dona Virgilina de Souza Salles, que passa a dirigir o periódico, e traduzia seus ideais de mulher culta, através desta publicação dirigida ao público feminino, compartilhando com as leitoras os assuntos relacionados com a cultura, educação, literatura, novidades da moda, lazer e questões sobre a defesa dos direitos da mulher. Segundo Dulcília Buitoni, “Na página de abertura eram publicadas crônicas, que foram assinadas por Anna Rita Malheiros [...]”. Anna Rita falava de todos os assuntos que pertenciam ao cotidiano das mulheres, de preferência com um enfoque conscientizador [...] Pela sua localização privilegiada, a página assinada por Anna Rita Malheiros representava, o ideário defendido pela revista. E ela não se intimidou em fazer a defesa do direito feminino ao voto em várias ocasiões...” (BUITONI, 1985, 85-86). A identidade Ana Rita Malheiros, mantida sob sigilo, era o pseudônimo de Cláudio de Souza, irmão de D. Virgilina. Médico e teatrólogo, além de ter sido membro da Academia brasileira de Letras, ele também colaborava na *Revista*, assinando seus próprios textos sobre teatro. Para Juliana Bonilha Nunes, através da estratégia do pseudônimo, “visava-se ter uma identidade entre a leitora e as “escritoras”, ou seja, aproximar e tornar íntimas as leitoras e a *Revista*. O facto de se omitir que Ana Rita era, realmente, Cláudio de Souza pode também ser uma questão de repercussão social em relação ao escritor, que preferiu manter seu nome em sigilo [...]. A colaboração masculina na revista era freqüente, e, ao contrário de Ana Rita Malheiros, os nomes estavam visíveis. Alguns exemplos notórios são Coelho Neto, Olavo Bilac, Felinto de Almeida, Felix Pacheco, entre outros. Porém, a estratégia era outra; o uso da fama de personalidades do meio literário e jornalístico para alavancar a venda dos periódicos” (NUNES, 2013, 110). E conclui, comentando o facto de que a *Revista Feminina* não se restringia apenas à mulher, ou às publicações direccionadas ao público feminino, como algumas da sua época, e exemplifica, citando o *Eco das Damas*, que se caracterizava pela luta feminista e aparentemente não possuía homens em sua redacção.

católica. E, segundo, June E. Hahner, “a principal organização feminista brasileira, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigida por Bertha Lutz, não colaborava com ela” (HAHNER, 2003, 287).

Bertha Lutz havia estudado em São Paulo, tendo-se diplomado em Ciências na Sorbonne, em 1918. Tendo acompanhado o sufrágio feminino na Inglaterra, priorizava o sufrágio brasileiro como valioso instrumento de ampliação dos direitos políticos e legais das mulheres, preocupando-se também com a sua ascensão económica. Maria Lacerda, ao divergir das feministas liberais como Bertha Lutz, havia pressentido que o direito ao voto beneficiaria principalmente as mulheres da classe média: “apenas esporadicamente Bertha Lutz e as Ligas pelo Progresso feminino se preocupavam com as operárias e assalariadas brasileiras” (LEITE, 1984, 39 *apud* BUITONI).

Maria Lacerda encontrou a cidade de São Paulo em plena efervescência: o progresso e a industrialização; os movimentos operários que se organizavam, com a participação das mulheres; o movimento libertário do Anarquismo e outras ideologias da esquerda. Seus contactos, sob esta atmosfera, com activistas políticos, escritoras, trabalhadores e sua colaboração em vários jornais anarquistas, além das conferências, participações em festivais anarquistas ou outras tantas actividades que exerceu como escritora e jornalista, não a afastaram de seus ideais educacionais, nem de seus princípios místicos e pacifistas.

Ela foi uma das poucas feministas envolvidas com o movimento operário e sindical do Brasil, por acreditar que a luta feminista deveria ser parte integrante do combate social. Foi também «uma das raras pontes entre o mundo operário e o mundo das elites artísticas do país», como frisou Margareth Rago, em seu ensaio *Trabalho Feminino e Sexualidade*, inserido no *Dicionário das Mulheres do Brasil*, de Mary del Priore.

Entre os acontecimentos da época em que Maria Lacerda permaneceu em São Paulo (1921-1928), destacaremos, a seguir, um facto que ilustra a importância do seu percurso na história das mulheres do nosso país.

Em Fevereiro de 1923, o primeiro número da revista *Renascença*¹⁰, editada e fundada por Maria Lacerda, traz o artigo *A Mulher e seus Direitos no Futuro*, de Anna de Castro Osório. A revista divulgava artigos relacionados à luta pela emancipação feminina; à educação; às artes plásticas; à música e poesia. E em seu terceiro número, foi criada uma secção sobre o movimento operário. *Renascença* trouxe à luz cinco edições e o seu encerramento é comentado por ela numa carta existente no espólio de Ana de Castro Osório, na Biblioteca Nacional de Portugal: “minha revista, era uma vez... por dificuldades economicas”¹¹.

Concomitantemente, **Bertha Lutz**, após a participação na primeira Conferência Pan-Americana Feminina, em Baltimore, e o estabelecimento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, consolidaria os laços entre o movimento sufragista brasileiro e o internacional. A visita aos EUA havia mudado a sua visão, encontrando no modelo americano uma postura mais apropriada para o Brasil. Em Dezembro de 1922, a líder americana Carrie Chapman Catt viajou ao Brasil, durante uma visita à América do Sul, com intuito de impulsionar o movimento em favor da igualdade do voto. Fazendo coincidir com a ocasião propícia, através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz promove o primeiro congresso feminino, em Janeiro de 1923, no Rio de Janeiro. Segundo Míriam L. Moreira Leite, quando Bertha Lutz acompanha Carrie C. Catt a São Paulo, após o congresso, “que incluía delegados oficiais, senadores e governadores, não mais se dirigiu a Maria Lacerda de Moura, nem às instituições de que participava” (LEITE, 1984, 42).

¹⁰ A primeira página da revista *Renascença* discorre sobre o significado do seu título, lembrando que o nascimento da revista ocorreu logo em seguida à Semana de Arte Moderna em São Paulo, em 1922. O início do texto de Maria Lacerda justifica a comparação entre o “advento das artes” e o título da revista: “As grandes épocas de Renascimento encontram novas fórmulas, novos rythmos, novas expansões da Belleza e apontam, aos vindouros, typos inéditos, harmonias extranhas, ideaes mais elevados. Nós, os felizes mortais do século XX, atravessamos uma dessas etapas formidáveis. A arte vive ignorados motivos e poetas annunciadores cantam a epopéa de uma singular percepção do Sonho inatingível. O futurismo, pela sua attitude revolucionária, é digno da nossa sympathia [...] um ponto vago, indistinto, obscuro, no esboço desse caos de transformações”. (*Renascença*, Anno 1, Num.1, fevereiro de 1923).

¹¹ V. Espólio da família Castro Osório, Nº 12, Biblioteca Nacional de Portugal.

Os anos que se seguem, 20 e 30, arregimentam mais mulheres para a causa do voto feminino: jovens engenheiras, advogadas, médicas e outras profissionais da capital ou de outras regiões do Brasil aderem ao movimento em torno da luta pelos direitos das mulheres, com o objectivo de enfrentarem também as desigualdades que o género encontrava em relação à carreira. Nem todas as mulheres pertenciam à elite ou tinham profissões e muitas daquelas que apoiaram e participaram neste cenário eram esposas de políticos, como Justo Chermont, Félix Pacheco, Enéas Martins, além de escritoras reconhecidas, como Júlia Lopes de Almeida ou Maria Eugênia Afonso Celso.

Na construção da cidadania e emancipação femininas, cruzaram-se muitos percursos notáveis e diligentes. Sabendo que estamos omitindo muitos nomes, aludiremos a alguns que ajudaram a alavancar e a narrar um pouco da nossa história feminista.

Iniciamos, deste modo, por **Leolinda de Figueiredo Daltro** (1868?-1935), que fundou, com outras mulheres, e entre elas a escritora **Gilka Machado**, o Partido Feminino Republicano, em 1910, no Rio de Janeiro, então capital federal, com o objectivo de levar ao Congresso a questão do voto feminino. Ela havia requerido o seu alistamento para votar, aproveitando a omissão da Constituinte de 1891, que não deixava claro se as mulheres não poderiam participar nas eleições, mas teve o pedido rejeitado. Além deste direito pleiteado, reivindicou outros que contribuiriam para a emancipação das mulheres, assim como a questão da igualdade dos cargos públicos, independentemente do género. Liderou muitas manifestações públicas e conseguiu a adesão do senador Justo Chermont¹², que apresentou o primeiro projecto de lei em

¹² A *Revista Feminina* publicou em 1920, no artigo intitulado “A mulher brasileira com o direito de voto!”, o texto da Justificação do senador Justo Chermont, a partir das leis n.3.139, do dia 2 de Agosto de 1916 e n.3.208, de 27 de Dezembro de 1916, que estendia às mulheres maiores de 21 anos o pátrio poder. Comentando o feito da legislação republicana brasileira e advertindo sobre a continuidade do feito e os benefícios que o direito ao voto da mulher poderiam trazer para a sociedade brasileira, o senador argumentou: “ É preciso completar essa conquista de civilização e de humanidade, outorgando lhe o direito político. As nações civilizadas estão adoptando em suas leis essa equaldade de direitos [...]. A mulher paga impostos: por que proibir a sua participação em regulal-os? O voto da mulher será um estímulo para o homem que, em geral, abstém-se de exercel-o, mostra-se indiferente a esse direito [...]

favor da causa, mas a reacção dos antifeministas do Senado, da Câmara e da imprensa impediu o seu triunfo. Leolinda foi uma educadora empenhada. Entre os seus feitos, podemos apontar, com Nelly Novaes Coelho, os seguintes:

[...] organizou a primeira Escola de Enfermagem, que marca o início da Cruz Vermelha Brasileira no Brasil. Foi membro fundadora de um Clube de Tiro Feminino [...] Criou o escotismo feminino e instalou uma escola de esgrima para a mulher. Em 1917, durante a Primeira Grande Guerra, mobilizou um batalhão feminino com fardamento rústico e empunhando fuzis; suas integrantes faziam exercício de treinamento no Campo de Santana no Rio de Janeiro (COELHO, 2002, 341).

Seguindo o exemplo de Leolinda Daltro, a paulista **Regina Cecilia Maria Diva Nolf Nazário**, então estudante de Direito em 1922, também fez a tentativa de se alistar para as eleições que se aproximavam. Secretária-geral da Aliança pelo Sufrágio Feminino, publicou o livro *Voto Feminino e Feminismo*. Em 1923, recebe os cumprimentos de Bertha Lutz pelo “bello serviço prestado à causa e de grande utilidade para sua documentação” (KARAWCZYK, Mônica, in *Histórica*, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 45, dez. 2010), através de carta, que Diva agradece: “a nímia gentileza quis emprestar ao meu pequenino trabalho em prol da emancipação da mulher brasileira”.

Em 1924, solicita à líder sufragista que lhe envie uma lista de senadores e deputados para que possa enviar exemplares do seu livro, por julgar conveniente a aproximação da discussão sobre a reforma da Constituição, argumentando também com a maior receptividade dos periódicos que acolheram o seu livro de forma

Dando o voto político á mulher, á mãe, á esposa, á filha, Ella se interessará directa e apaixonadamente plos negócios públicos, chamará o marido, o filho, o pae ao caminho do dever, e nós teremos a nação governando-se a si mesma, o povo rehabilitado com o exemplo das que nos são mais caras na vida” (*Revista Feminina*, 1920, ano VII, n.68, p.31) in:

http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/cedap/periodicos/revista_feminina/1920_ano7_n68

diferente, sem os comentários de tom burlesco anterior, quando da sua tentativa de voto ou sobre as suas reuniões feministas.

Era comum encontrar em jornais da época sufragistas ridicularizadas, caricaturadas ou satirizadas. Muitas mulheres temiam ser rotuladas como masculinizadas, numa associação feita com o estilo mais enfático ou agressivo das sufragistas inglesas. Outros temas, considerados polémicos, foram tratados pelas feministas em seus jornais ou revistas da época, apesar das divergências e do duplo padrão moral.

Nas questões sobre a pornografia, a prostituição e a sexualidade, poucas feministas ousaram posicionar-se. Isto só ocorreria mais tarde. Porém, **Ercília Nogueira Cobra** (1891-?), em 1922, lançou o seu livro *Virgindade Inútil – novela de uma revoltada*. Romancista e ensaísta paulista, os seus dados biográficos foram levantados por uma jornalista, Maria Lúcia de Barros Mott, cuja biografia de 1982 se intitula *Biografia de uma Revoltada*¹³. Esta publicação, no ano da Semana de Arte Moderna em São Paulo, é positivamente apreciada por Nelly Novaes Coelho: “embora não haja registro documental de possíveis relações da escritora com o movimento modernista de 1922, a natureza revolucionária e desafiadora de sua escrita é prova eloqüente de seu envolvimento com as novas idéias (acrescentando-se a circunstância de que Oswald de Andrade pertencia ao mesmo ramo familiar” (COELHO, 2002, 198).

Em 1924, Ercília publicou *Virgindade Anti-higiênica – Preconceitos e convenções hipócritas*, título que chocaria a sociedade e que foi apreendido pela polícia. Em artigo escrito sobre o facto e publicado no prefácio da segunda edição, já que nenhum jornal solicitado por ela aceitou o seu artigo, fez um resumo sobre a sua obra. Entre os argumentos citados, transcrevemos alguns aqui:

A these que defendo é a seguinte: noventa por cento das mulheres que estão nos prostíbulos alli não caíram por vicio, mas por necessidade [...]. O meu livro foi escripto com o unico fito de mostrar o quanto é errada a educação que se vem ministrando à mulher. As milhares de infelizes que de Norte a Sul do país

¹³ *Biografia de uma Revoltada*: Ercília Nogueira Cobra, Mimeo, 1982, in *Cadernos de Pesquisa* n.58, SP, Fundação Carlos Chagas, 1986.

vendem o corpo para comer, foram levadas a este extremo pela própria imprevidência dos paes, que jamais pensam no futuro das filhas [...]. O meu livro foi escripto pela indignação que me suffoca quando passo por estes antros espalhados pelas cidades onde as infelizes do meu sexo servem de pasto a concupiscencia bestial do homem [...]. O meu livro "Virgindade Anti-Hygienica" só seria immoral si não houvesse prostibulo no mundo. Mulheres, despertae! (COBRA, 1924. Disponível em <http://www.cobra.pages.nom.br/ft-ercilia.html#bibliografia>).

A outra obra, de 1931, *Virgindade Inútil e Anti-Higiênica*, novela - libelística contra a sensualidade egoísta dos homens, discorre sobre a exploração sexual e trabalhista da mulher. A palavra "higiene", repetida nos títulos, deve-se ao seu emprego na época para designar não apenas a limpeza do corpo, mas também da mente, como ela mesma se referiu em sua obra, primeira obra, segundo Rubem Queiroz Cobra, "asseio, tanto físico, como moral". Perseguida pelo Estado Novo, a romancista contribuiu para desnudar os preconceitos e "chagas" da sociedade vigente.

Chamamos a atenção para a publicação no mesmo ano da segunda obra de Ercília, 1924, para outra obra polêmica: *A Mulher É uma Degenerada*, de Maria Lacerda de Moura, uma das raras mulheres que ousaram contestar publicamente as concepções médicas da época a respeito da constituição física e intelectual feminina. A obra, cujo tema foi desenvolvido a partir de discussões sobre uma pretensa "degenerescência" atribuída às mulheres pelo psiquiatra português Miguel Bombarda, exorta as mulheres a saírem de seu comodismo e a tomarem consciência da importância da sua educação intelectual e profissional. A obra teve repercussão em outros países, recebendo três significativas edições no Brasil. Em seu prefácio, Maria Lacerda adverte às mulheres: "É preciso abrir os olhos da mulher, embora mesmo ela nos queira mal por isso, vendo em nós, intelectuaes, talvez, perigosas concorrentes" (LACERDA, 1932, 12), para depois conclamá-las para um ideal maior: "A causa da mulher é como a causa das párias de todas as civilizações: é causa internacional" (LACERDA, 1932, 13).

Entendemos que, através das publicações e posicionamentos das escritoras, temos um panorama instigante e sintomático da movimentação feminina rumo às

conquistas, além das organizações de mulheres que ajudaram a sedimentar e abrir um espaço institucional face às dificuldades e obstáculos.

Assim, nas décadas de 20 e 30, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com a formação de novos grupos feministas¹⁴, foi muito actuante, através do programa de rádio “Cinco Minutos de Feminismo”, e campanhas de cartas, petições, fóruns públicos de discussão e de formas diversas. Bertha Lutz manteve as suas relações com o movimento sufragista internacional, no I Congresso Internacional Feminino, a que havia presidido. No Rio de Janeiro, foi criada a Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino. Em 1923, ela representaria o Brasil no IX Congresso da Aliança Sufragista Feminina Internacional, em Roma, tendo, ainda, participado como delegada no Congresso Inter-Americano em Washington, em 1925, quando foi eleita primeira presidente da União Inter- Americana Feminina. Estas actividades não afastaram a líder do seu trabalho como naturalista e do seu interesse pela zoologia. E em 1929, ela alçaria outro posto de liderança no XI Congresso da Aliança Internacional Sufragista.

De forma surpreendente, as primeiras mulheres que obtiveram o direito ao voto, em 1927, foram as do Rio Grande do Norte, quando o então candidato a governador do Estado, Juvenal Lamartine, antigo partidário do voto feminino, aprovou uma lei que mudava o código eleitoral em seu Estado e possibilitaria o pioneirismo do sufrágio feminino em território nacional. Este acto, antecipando-se à União, repercutiu-se pelo país e gerou também uma campanha mais intensa da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo sido apresentado aos legisladores um abaixo-assinado de duas mil mulheres politicamente activas, quando estes estavam reunidos no Senado para debater o sufrágio.

Bertha Lutz, então presidente da Federação, acompanhada da secretária Maria Amália Bastos e da tesoureira Carmem Portinho, ousadamente, sobrevoaria a capital, em 11 de Maio de 1928, jogando folhetos que incitavam a imprensa, o povo e o senado para a aprovação da emenda do voto e a defesa dos direitos das mulheres. Apesar do esforço, os votos das mulheres do Rio Grande do Norte foram invalidados,

¹⁴ Em 1923, Virgilina de Souza Sales, editora da *Revista Feminina* é indicada para representar a Liga Internacional Feminina Ibérica e Latino-Americana, cuja fundadora era Elena Arizmendi, mexicana, que vivia em Nova Iorque.

subtraídos da totalidade do candidato, mantendo-se apenas o direito de votar nas eleições locais.

Bertha Lutz foi ao Rio Grande do Norte, em Agosto de 1928, com o objectivo de consolidar e garantir o direito ao voto. Fundou a Associação de Eleitoras Norte-Rio-Grandenses, filiada na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e promoveu a candidatura de Luiza Alzira Soriano (1897-1963), à prefeitura de Lajes, que se tornaria assim, a primeira prefeita da América do Sul no ano seguinte.

Nos bastidores da luta pela conquista do voto, tivemos notícia de outras mulheres do estado de Minas Gerais, que também participaram, mesmo à distância e no interior do estado, de forma efectiva e até audaciosa para a época, e fortaleceram a actuação de Bertha Lutz.

Perina Corsine Veado (1897-1985) foi uma destas mulheres que deflagrou uma campanha em defesa do direito feminino ao voto, em pleno sertão dos anos vinte, em Curvelo. Esta mineira de Itatiaiuçu, município de Itaúna, morou na cidade de Curvelo no período de 1923 a 1935, trabalhou como escrivã juramentada no Cartório 2º Ofício do Judicial e Notas, actuou em diversas searas com o apoio do marido, homem culto e de ideias tão avançadas quanto as dela. Influenciada pelas sufragistas americanas e inglesas, foi conhecedora da trajectória de figuras exponenciais da causa feminista, como Olympe de Gouges, Flora Tristan e outras. Acompanhou o desenrolar dos movimentos feministas e correspondia-se com Bertha Lutz e Elvira Komel, que lhe devotaram amizade e admiração, segundo Newton Vieira (*Pequi Magazine*, Curvelo, Abril de 2012, 71).

Perina Corsine enfrentou preconceitos e quebrou tabus, quando travou verdadeira guerra no fórum local, na tentativa de conquistar o direito de ir às urnas. Solicitou o seu alistamento eleitoral ao juiz da Comarca, dr. Paulo de Faro Fleury, com base no precedente aberto em outra região do país, mas ele não deferiu a sentença. A edição de 28 de Outubro de 1928, do *Jornal de Curvelo* trouxe um artigo que comentava a questão do sufrágio:

[...] a solução não pode ser outra senão o reconhecimento do direito eleitoral à mulher, pois, na larga discussão travada em torno do voto feminino, verificou-se a opulência da argumentação dos que se colocaram a favor da pretensão da

mulher contra a fragilidade dos que lhes pretendem negar o incontestável direito” (VIEIRA, *apud Jornal de Curvelo, Pequi Magazine*, Curvelo, Abril de 2012, 71).

Outro jornal da cidade, *A Voz do Povo*, em 4 de Novembro de 1928, argumentou que “a incorrigível Eva” deveria continuar inactiva e submissa e, ainda, caso participasse no processo eleitoral, provocaria a “falência moral da organização sociopolítica, pelas incalculáveis complicações peculiares às atuações dúbias e inconscientes”(VIEIRA, *apud Jornal de Curvelo, Pequi Magazine*, Abril de 2012, 71)

Através destes jornais, podemos avaliar como era tarefa árdua ir ao encontro de uma sociedade conservadora e também empreender esta luta de Perina Corsine, mas também aquilatar a sua tenacidade e coragem pela causa da cidadania da mulher.

Uma das suas correspondentes, **Elvira Komel** (1906-1932), também foi uma mulher de vanguarda. Natural de Barão de Cocais, esta mineira foi a primeira advogada a actuar no fórum Minas Gerais, e pioneira no direito ao voto no Estado. Foi ela que organizou o 1.º Congresso Feminino Mineiro, no período de 21 a 26 de Junho, de 1931, para discutir a situação feminina, referente às condições de trabalho, independência financeira, creches e outros assuntos que contribuíssem para a emancipação da mulher. Segundo a pesquisadora Maria Consoladora de Paiva Fam, “O interesse de Elvira era promover os direitos políticos e sociais da mulher e que alguns deles fossem incluídos na Constituição Brasileira a ser promulgada durante o governo provisório de Vargas” (WERNECK, *apud* Maria C. de P. Fam, *Estado de Minas*, 21 de Janeiro de 2012, 24). Elvira apoiou Getúlio Vargas (1882-1954) na Revolução de 1930, que originaria um novo período político no Brasil, a chamada “Era Vargas”.

Em 1931, é fundada a Aliança Nacional de Mulheres para prestar assistência jurídica à mulher pela sufragista gaúcha **Natércia da Silveira**. Em Junho de 1931, também foi realizado o segundo Congresso Internacional Feminista, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, oportunamente planeado com o objectivo de dar mais visibilidade à causa. Participaram representantes de quinze estados brasileiros, além da capital, além do comparecimento de representantes de oito países estrangeiros.

No início do governo de Getúlio Vargas, através do novo Código eleitoral de 1932, foi finalmente permitido o voto feminino em todo território nacional, mas, na realidade, isto só ocorreria de facto na disputa eleitoral de 1945. Para que este direito viesse a ser garantido, era necessário o registo das eleitoras e um artigo que outorgasse às mulheres direitos políticos iguais aos dos homens, o que veio a consolidar-se com a Constituição de 1934, cuja Carta Magna foi redigida pelas líderes Bertha Lutz e Natércia da Silveira, a pedido de Getúlio Vargas, que evitou assim o impasse entre as duas. É deste período, Agosto de 1934, o “Manifesto Feminista”, dirigido à nação por Bertha Lutz, Maria Eugênia Celso e Jerônima Mesquita:

As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais, os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos pra o outro, e, conseqüentemente, pra a Nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; a autonomia constitui o direito fundamental de todo individuo adulto; a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; as noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça; sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor (CARDOSO,1981,34) .

Jerônima Mesquita (1880-1972) foi outra mulher actuante no cenário feminista. Natural de Leopoldina, Minas Gerais, filha de família abastada, com educação condizente com a aristocracia brasileira, fez os seus estudos secundários na França, local em que presenciou a luta pelos direitos das mulheres. Tornou-se, deste modo, quando retornou ao Brasil, uma activista importante, destacando-se como feminista, sufragista e assistente social. Jerônima Mesquita fundou o Movimento Bandeirante no Brasil, em 1919, e foi uma das fundadoras da Federação pelo Progresso Feminino em 1922, juntamente com Bertha Lutz, com quem havia feito amizade na França. Em 1947, no Rio de Janeiro, fundaria o Conselho Nacional das Mulheres, com outras companheiras, cujas destacadas actividades beneficiariam as mulheres com poucas posses. No ano do seu falecimento, 1972, foi aprovada a lei que instituía o Dia Nacional da Mulher, 30 de Abril, data do nascimento de Jerônima Mesquita.

A literatura brasileira, na proximidade dos anos 30, e em seu decurso, foi marcada por importantes acontecimentos. Mais uma vez, as nossas escritoras lançaram-se na conquista de novos espaços e deflagraram mudanças.

Iniciamos por **Gilka Machado** (1893-1980) e o seu livro de poemas eróticos *Meu Glorioso Pecado*, publicado em 1928. Audacioso para a época, por contrariar a moral sexual patriarcal e cristã, a sua poesia “elege o desejo feminino como principal motivo de sua construção poética” (GOTLIB, 2003:40). Seus livros anteriores, *Cristais Partidos* (1915), *Estados da Alma* (1917) e *Mulher Nua* (1922), já revelam a sensibilidade da mulher, por meio de imagens ousadas, do desvendamento das paixões, das sensações, mesmo daquelas consideradas proibidas à mulher, através de uma poesia de teor simbolista e cuidados de teor parnasiano. Segundo, ainda, Nádia Gotlib,

Além de reivindicar o direito de tomar decisões a respeito do próprio corpo e o direito de sua representação sob a forma poética, a poesia de Gilka Machado vai mais além: acusa os agentes opressores os homens; e proclama a rejeição dessa forma reprimida de ser mulher (GOTLIB, 2003, 40).

Para o crítico literário Fernando Py, ao analisar os quatro primeiros livros da autora, Gilka ter-nos-ia deixado “um legado de ‘Ousadias válidas e pioneiras’ e afirma que ela nos ajudou a vencer os tabus sexuais de sua época com uma poesia audaciosa” (LOBO, *apud* Py, 2006, 132). Segundo o crítico, a voz poética de Gilka Machado pode ser considerada como uma das mais altas da poesia brasileira.

Em 1932, **Rosalina Coelho Lisboa Larragoitti** (1900-1975), romancista, jornalista e diplomata, foi a primeira mulher a representar o Brasil numa missão cultural no exterior, na cidade de Montevidéu, e depois continuou a participar em outros eventos culturais internacionais e congressos importantes. Seus primeiros versos foram publicados, aos quinze anos de idade, nas revistas *Fon-Fon* e *Careta*, no Rio de Janeiro, sua cidade natal. O seu primeiro livro, *O Rito Pagão* (1921), foi muito bem recebido pela crítica e recebeu o primeiro prémio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras.

Na eclosão do Modernismo, as escritoras **Rachel de Queiroz** e **Patrícia Galvão**, que se estreou no movimento antropofágico usando o apelido Pagu, surpreendem com uma escrita do ponto de vista da mulher, mas atrelada ao gesto político. Eduardo de Assis Duarte, embora considere que Rachel de Queiroz tenha uma obra de densidade artística muitas vezes superior, as duas escritoras se aproximam por terem sido do mesmo partido político e:

[...] de geração pelo exemplo de vida, pelo ardor de uma militância fundada no mais generoso ideal de seu tempo [...] Como Pagu, Rachel de Queiroz segue a trilha daquelas mulheres que se colocaram na vanguarda de sua época e ousaram penetrar nos espaços mais estranhamente masculinos: o mundo das letras, a redação do jornal, a célula partidária [...]. Raquel não só marcou sua presença nos territórios masculinos, mas neles deixou a força de uma experiência que, sem dúvida, abriu caminho para as que vieram depois (DUARTE, 1993, 81).

Patrícia Galvão (1910-1962) nasceu em São Paulo, em 1931. Na mesma cidade, assinava uma coluna feminista, intitulada “A mulher do povo”, no jornal anarco-comunista *O Homem do Povo*, em São Paulo, que havia fundado com Oswald de

Andrade, o grande modernista e na época seu companheiro, já então separado de Tarsila do Amaral. Nesta coluna, “discordava do feminismo ‘pequeno burguês em voga, que reflet[ia] o movimento inglês do começo do século” (LOBO, 2006, 244). O jornal, que teve oito números, foi fechado após desentendimentos entre pessoas da redação, Oswald de Andrade e estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo.

Ainda em 1931, ela escreve o seu romance *Parque Industrial*, com o pseudônimo de Mara Lobo, publicado em 1933. Sob a perspectiva literária do momento – o romance social –, o enredo discorre sobre a questão trabalhista e a causa revolucionária comunista. Descortina, através do cotidiano das mulheres operárias, das trabalhadoras da época, a exploração das mulheres pelo trabalho, com longas jornadas e os baixos salários, e também a violência sexual e o contínuo assédio dos patrões, o aborto e outras questões. Faz, também, um paralelo entre as classes de mulheres, nomeando e caracterizando os seus diferentes tipos, sendo uma narradora implacável, onde:

a crítica ao feminismo burguês incipiente e retrógrado é a marca por excelência da caracterização das personagens femininas no romance. Defende, pois, um feminismo dependente de reformas mais globais e ligadas a mudanças sociais baseadas em princípios do materialismo histórico, bandeira que carregou também nas colunas críticas “A Mulher do Povo”. Aí faz acusação veemente às mulheres fúteis, que ela chama de “baixa da alta” (GOTLIB, 2003, 45).

Desta forma, registamos um romance que, ao expor as mazelas das mulheres trabalhadoras e a questão das classes, contrapôs os feminismos vigentes, manifestando, também, uma consciência política por meio das personagens comprometidas com o partido, além do inconformismo diante das desigualdades sociais.

Com o mesmo cunho político, **Rachel de Queiroz** (1910-2003) escreveu *O Quinze*, em 1930, e inaugurou o ciclo dos romances nordestinos que enfatizavam a denúncia social. Coincidentemente, as duas escritoras haviam nascido no mesmo ano,

1910; porém, Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, no Ceará, e tinha apenas vinte anos quando publicou o romance.

Em *O Quinze*, cujo tema é a seca de 1915, Conceição, a personagem central feminina, já demonstra anseio de emancipação, ao preferir viver só a ter que aceitar um casamento tradicional. Num trecho do romance, quando pensava na sua situação, seu “sonho diurno”, segundo Benjamin Abdala Júnior, ela transfere-a para a voz da narradora: “uma manifestação do desejo e que existe em termos de potencialidade em si e na nova situação da mulher brasileira do seu tempo, que já começava a se expressar politicamente” (ABDALA, 1993, 75). Para o autor, ainda, a imagem utópica da libertação feminina estava projectada nos sonhos (diurnos) da personagem do romance.

No romance *João Miguel* (1932), a personagem feminina, Maria Elói, abandonada pelo marido com um filho pequeno e esperando outro, sem temer as consequências, passa a navalha na amante do seu homem: “Em cenas breves e incisivas, o texto inscreve as vicissitudes da condição feminina no horizonte das classes populares [...]. Embora correndo o risco do abandono e solidão, a personagem orgulha-se de ser sempre o sujeito de seu destino” (DUARTE, 1993, 83). A obra corresponde ao momento mais significativo da participação política de Rachel de Queiroz e, juntamente com *O Quinze*, assinala o primeiro momento do percurso da escritora.

Em 1933, Rachel de Queiroz foi expulsa do Partido Comunista, acusada de trotskista e, posteriormente, presa na Revolução de 1937, ano da publicação do romance *Caminho de Pedras*. Através da personagem Noemi, deparamo-nos com o drama da mulher que escolhe o companheiro de militância, abandonando o marido que não ama e luta contra os preconceitos e convenções sociais dominantes. Deste modo, para esta personagem, a busca da liberdade e o “caminho de pedras do ativismo é a ponte para a afirmação da mulher no universo patriarcal e provinciano”(DUARTE, 1993, 84). Mais uma vez, repete-se o modelo das mulheres fortes dos romances de Rachel de Queiroz que, mesmo convivendo numa ambiência de mulheres submissas, se insurgem contra uma ordem social injusta.

O quarto romance deste período, *As Três Marias* (1939), segue a mesma tendência de *Caminho de Pedras*, diferente dos primeiros romances, segundo Elódia

Xavier, por apresentarem: “uma significativa alteração em termos de visão de mundo; o entusiasmo pela questão social diminui, ganhando mais espaço a investigação acerca do ser humano, sua natureza e seus conflitos” (XAVIER, 1993, 87). Assim, em *Três Marias*, encontramos um romance que foge da temática nordestina, cuja convivência entre as três protagonistas, Maria Augusta, Maria da Glória e Maria José, decorre no ambiente de internato, sendo elas representativas dos diferentes aspectos da condição feminina, com destinos que se desdobram em esposa, freira e prostituta, sob o efeito do contexto social com que se deparam e apesar dos sonhos venturosos.

Ao compartilhar com seus leitores as experiências de suas personagens femininas, citadas acima, e o testemunho de suas próprias aspirações, políticas ou não, Rachel de Queiroz distingue e aponta para alguns dos marcos da emancipação social da mulher. Não o fez por acaso, ela que foi grande escritora e cronista, teatróloga, jornalista e tradutora, e a primeira mulher a ocupar a Academia Brasileira de Letras.

Muitas escritoras participariam neste momento da literatura brasileira e contribuíram para a história do feminismo das primeiras décadas do século XX. Na impossibilidade de citar todos os nomes aqui, antes de passarmos para a próxima e última etapa sobre a evolução do feminismo, julgamos importante registrar a importante colaboração de **Mariana Coelho** (1872-1957). O seu livro *A Evolução do Feminismo: Subsídios para a sua história* (1933) faz uma valorosa retrospectiva do movimento feminista e do sufrágio em vários países, com o detalhamento dos factos relativos aos movimentos e discorre sobre a participação das mulheres em diversos âmbitos, e em variadas profissões, valorizando, sob todos os aspectos, a capacidade feminina, além de realizar uma dura crítica à subordinação da mulher. O feminismo pacifista de Mariana Coelho julgava que a Primeira Guerra havia impelido o fortalecimento do movimento feminista:

O feminismo seria, segundo as palavras de Coelho, o digno resultado das ações femininas durante a Primeira Guerra Mundial, período visto como a “primavera” do movimento. Para a autora, a vida moderna impele a mulher a alargar sua esfera de ação para fora da vida doméstica, o que impulsiona decisivamente o movimento mundialmente denominado feminismo; ela afirma ainda que, ao invés de *feminismo*, o movimento deveria ser chamado

humanismo, o que parece apontar para a negação da especificidade da luta feminista, englobando-a num sistema que atuaria sobre o destino da humanidade como um todo (SEIXAS, *apud* COELHO).

http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/1_sem_2006/larissa_selhorst_seixas.pdf

Em 1954, **Lúcia Miguel Pereira** (1901-1959), escritora e crítica literária, publica um artigo intitulado “As mulheres na literatura brasileira” para a revista *Anhembi*, e revela a sua estupefacção com o número reduzido de nomes de escritoras brasileiras nos volumes de histórias da nossa literatura. A escritora, autora de romances¹⁵ sobre a condição feminina, havia publicado *Maria Luísa* e *Em surdina*, em 1933, *Amanhecer*, em 1938, e *Cabra-cega*, em 1954. E, no artigo citado, ela expõe a sua procura de nomes femininos, representados em obras de escritores destacados: “Nas histórias de literatura brasileira, encontra poucos nomes. Sílvio Romero, na sua *História de Literatura Brasileira*, de 1882, mencionou apenas sete. E Sacramento Blake, no seu *Dicionário Bibliográfico*, editado em 1889, menciona 56” (GOTLIB, 2003, 25). Esta preocupação da escritora¹⁶ também se estenderia, segundo Nádia Gotlib, ao comentar o artigo de Lúcia, à “ausência da mulher no campo social das atividades artísticas, detectando preconceitos que norteiam o comportamento da mulher no Brasil” (*ib.*).

Segundo a historiadora Carla Bassanezi, nos anos 50, havia a predominância de uma mentalidade dos “chamados Anos Dourados” e uma das revistas femininas mais

¹⁵ Os romances possuem sempre personagens femininas em conflito, num universo fechado e severo: ora, a mulher casada que comete adultério, ora a mulher solteira que não se liberta da autoridade paterna, ora uma situação que não se reconhece nos dois papéis anteriores, na qual a mulher se junta a um amigo, ou até experimenta ligeiramente a felicidade com um desconhecido, mas sob segredo.

¹⁶ Em seu artigo “Crítica feminista: lendo como mulher”, Cecil J.A. Zinani, menciona o artigo de Lúcia Miguel Pereira referindo-se a ela, como a primeira crítica a “ocupar-se com a produção literária feminina, no Brasil.” Porém, demonstra seu estranhamento em relação ao posicionamento da escritora, em sua obra *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção – de 1870 a 1920* (1950), que também não teria privilegiado as mulheres, ou dedicado poucas páginas a escritoras como Júlia Lopes de Almeida, ou mesmo àquelas “mencionadas como exemplo negativo: Adelina Lopes Vieira e Georgeta de Araújo, ou em nota de roda-pé...” (ZINANI, Cecil J. A, *Revista FronteiraZ*, nº.7, Dezembro de 2011).

lidas da época era o *Jornal das Moças*. A concepção de que “mulheres vêem o sexo de maneira diferente e que a felicidade conjugal depende fundamentalmente dos esforços femininos para manter a família unida e o marido satisfeito” (BASSANEZI, 2008, 608), fazia parte das atitudes esperadas pela sociedade da época. Vários “modelos” e “regras” eram preconizados e alimentados pelas revistas que se encarregavam dos chamados “assuntos femininos”, revistas como *Jornal da Moça*, *Querida*, *Vida Doméstica*, *Você*, e as secções *Para Mulher*, d’ *O Cruzeiro*, que traduziam através de imagens femininas e masculinas, a família ideal:

[...] branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos, regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Essas imagens [...] promoviam os valores de classe, raça, gênero dominantes de sua época [...] as revistas influenciaram a realidade das mulheres de classe média de seu tempo assim como sofreram influências das mudanças sociais vividas – e algumas, também promovidas – por estas mulheres (BASSANEZI, 2008, 608).

A influência do cinema norte-americano, o *American way of life* e sedução da modernidade faziam parte da época, segundo a historiadora, assim como o papel das “revistas para a família” que:

[...] registraram o ponto de vista da moral mais tradicional da época: criticaram as liberdades do cinema, do *rock’n roll*, dos bailes de carnaval e *das danças que permitem que se abuse das moças inexperientes*”. Publicaram matérias sobre moças exemplares que ambicionavam, *acima de tudo*, o casamento e a maternidade (BASSANEZI, 2008, 621).

A separação matrimonial era vista com preconceito. O “desquite”, instituído pelo código civil em 1916, não permitia novo casamento. Ao longo desta década de 50, o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB), fundado anteriormente por Jerônima Mesquita, como já referimos, também lutava pela aprovação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 41.121). Até à aprovação desta lei, em 27 de Agosto de 1962, a mulher no Brasil era considerada relativamente incapaz, comparada aos silvícolas e aos

menores, dependendo da autorização do marido para praticar actos da vida civil. O divórcio, questão debatida na época, só aconteceria na década de setenta.

Antes disto, porém, o jornalismo interveniente de **Carmen da Silva** (1929-1983) ajudaria a provocar as transformações que definiram o quarto dos “momentos - onda” do feminismo.

Romancista, jornalista, ensaísta, e feminista, a gaúcha Carmen Silva morou no Uruguai e na Argentina, país onde exerceu intensa atividade jornalística, com grande participação em jornais e revistas importantes em plena década de 50, durante um período marcado por difíceis circunstâncias políticas daquele país.

Em Buenos Aires, ela estudou e trabalhou com a psicanálise e, quando volta ao Brasil, em 1963, depois de doze anos e meio na capital portenha, passa a trabalhar para a revista *Claudia*, e a publicar seus artigos em espaço que já existia, com o nome “A arte de ser mulher”. Configurava-se, deste modo, um “novo espaço”, onde a independência feminina era incentivada e muitos dos textos eram elaborados a partir das “angústias” das leitoras, que lhe escreviam, com um número de cartas que chegava de 400 a 500 por mês:

Num tempo de mulheres acomodadas ao status de cidadãos de segunda categoria, ela gostava de cutucar. Pioneira na defesa da Lei do Divórcio e da maternidade como escolha, e não obrigação social, denunciou a infidelidade masculina como produto da cultura machista. Disse às moças que o sexo não era um problema, muito menos algo que pudesse ser resolvido pelo casamento. Com a mesma disposição, convidou as mulheres a tornarem-se protagonistas da própria vida, assumindo o trabalho e a independência psicológica e econômica. Denunciou a violência doméstica e as tentativas de toda ordem para controlar o corpo feminino, tanto pelos homens quanto pela indústria cosmética. (Ana Rita Fonteneles Duarte, “Carmen é que era mulher de verdade”, Revista *Cláudia*, Ano 50, Nº.3, 144. Março 2011, Grifos nossos).

Com a sua postura combativa, Carmen da Silva elegeu a política e o feminismo como temas da sua produção literária e das suas conferências, às vésperas de 64, ano do Golpe Militar no Brasil. “[...] Por suas ideias libertárias, foi perseguida por maridos

enfurecidos após uma palestra em Goiânia nos anos 60 e trocou cartas com leitores e leitoras insatisfeitos com sua “ousadia”. “Deixem-nos em paz, preferimos não saber”, diziam-lhe. Jamais recuou [...]” (*ib.*).

Foi uma jornalista empenhada e persistente, diagnosticando os problemas das mulheres de camadas médias brasileiras, pois ambicionava trazer para aquelas leitoras a oportunidade de reverem as suas posições e buscarem os seus próprios caminhos, lembrando-lhes que a “independência não queria dizer auto-suficiência” e alertando sobre a necessidade de se prepararem, sem abandonarem outras responsabilidades, como a educação dos filhos.

Um novo panorama ia sendo delineado na sociedade brasileira dos anos sessenta, com o início do regime militar, após o golpe de 64, e com o confisco da revista *Realidade*, em sua edição de número 10, de Janeiro de 1967. Sua principal chamada de capa tinha o título “Edição Especial – A mulher brasileira, hoje”. A revista, que segundo seus editores, desenhava “o mais completo retrato da mulher brasileira jamais feito” (Fábio Altam, *Veja*, Julho, 2010, 13) e foi recolhida por estampar a fotografia de um parto e a informação de que uma entre cada quatro brasileiras já havia provocado aborto. Este facto anteciparia o início de um outro tempo bem mais cinzento, o ano de 1968, com o decreto do Acto Institucional Nº 5, conhecido como AI-5. Teríamos o fechamento do Congresso Nacional, a cassação dos parlamentares, o cerceamento da liberdade individual, com a proibição de reuniões e qualquer manifestação política, e a censura prévia, a partir da criação do Conselho Superior de Censura, em Novembro de 1968.

Sob a óptica internacional, a década também era marcada pelas contestações e movimentos:

Foram os movimentos pacifistas contrários da guerra do Vietnam, as lutas ante-racistas e a rebelião ao “*american way of life*” nos Estados Unidos. O movimento estudantil que varre vários países da Europa questionando as velhas estruturas autoritárias do sistema educacional, a desilusão pós-socialismo e a crítica ao stalinismo, o movimento hippie, etc. É dentro desse contexto que ressurge o movimento feminista internacional (Ana Alice Alcântara Costa).

Segundo Ana A. Alcântara Costa, este novo feminismo que se articulou sob a bandeira de que “o pessoal é político”, rompe o próprio conceito do que é “ser político”, e traz para este mesmo campo, as discussões em torno do privado:

Desse processo, vem a constatação de que os problemas que as mulheres vivenciam enquanto indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas. Nesse sentido, ressignifica o conceito de político e a própria forma de entender a política na medida em que estende sua ação para o doméstico (COSTA, 2009. Disponível em : <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/analice.htm>).

Com este “carácter revolucionário”, o novo feminismo cria novas dinâmicas e “[...] vai também questionar a divisão sexual do trabalho [...] bem como a própria construção dos papéis de gênero [...]. No campo mais amplo da política [...] o rechaço ao controle político e ideológico dos partidos e outras organizações políticas e religiosas” (*ib.*). Além destas questões que definiram os novos conceitos do feminismo, havia também a defesa de um movimento mais autónomo.

No Brasil, porém, o contexto político propiciaria outro posicionamento que tornaria a história do nosso feminismo bem distinta. Incluindo, naquelas circunstâncias, a participação de mulheres que se envolveram com a luta armada, a clandestinidade, as prisões, a tortura e o exílio.

Com a chegada dos anos setenta e a evolução dos acontecimentos no mundo e no Brasil, somos surpreendidos com uma efervescência de acontecimentos ligados às bandeiras feministas no país, com muitas manifestações e a ocorrência de mudanças que eram aspiradas pelas mulheres. A década destacar-se-ia, deste modo, como um dos períodos mais marcantes dos “momentos-onda” do feminismo, com a concretização de muitas das reivindicações das mulheres, apesar de estarmos em plena ditadura militar e sob a vigência da censura.

A “quarta onda” do Feminismo no Brasil, neste contexto controvertido, encontraria diversas formas de expressão, na esfera pública ou privada. Tivemos seminários, congressos e encontros de mulheres que fomentaram novas discussões, num painel diversificado de interesses e especificidades. Esta nova tomada de consciência, relacionada com as questões de âmbito social e político, e até religioso,

iria propiciar também, a formação de grupos de reflexão no país e no exílio. Além da criação de um espaço na imprensa com cunho feminista, através de artigos, ou jornais específicos.

Logo no início da década, em 1972, o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB), liderado pela advogada **Romy Medeiros**, promove um seminário no Rio de Janeiro. A “mistura” de conferencistas, com representantes do alto clero católico, banqueiros e feministas notórias do campo da esquerda, como **Heleieth Saffioti**, socióloga e professora universitária, considerada como uma das pioneiras nos estudos da condição feminina, de certa forma, espelhava aquele momento de rearticulação política do país e pontuava a transição entre os feminismos, que começava a afastar-se do estilo “bem-comportado”, à moda Bertha Lutz, para um novo feminismo “malcomportado”, enfrentando questões que anteriormente eram consideradas tabus, como as apresentadas no seminário:

No encontro ficou claro o processo de ampliação das temáticas ligadas ao movimento de mulheres do país e a heterogeneidade dos grupos. Questões de ordem jurídica eram encabeçadas pelo CNMB e feministas como Carmen da Silva, Heloneida Studart, Rose Marie Muraro afirmam a necessidade da sexualidade feminina ser colocada na linha de frente das discussões (ZIRBEL, 2007, 60).

Embora tivessem diversos posicionamentos políticos e militâncias, estas mulheres preocuparam-se com questões comuns, que envolviam a sociedade e a mulher. As suas obras foram importantes para a culminância e implantação do Feminismo da década de setenta. Em 1966, **Rose Marie Muraro** havia publicado *A Mulher na Construção do Mundo Futuro* e **Carmem da Silva**, *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno*. Em 1968, Rose Marie Muraro, novamente abordaria a temática da mulher e a sua participação no desenvolvimento da sociedade, com *A Automação e o Futuro do Homem*. Sob outro enfoque, em 1969, **Heloneida Studart** escreveu *A Mulher, Brinquedo do Homem*, cujo tema é a sexualidade e o relacionamento entre a mulher e o homem. No mesmo ano, surgiria a obra de Heleieth Saffioti, *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* que, ao dissertar sobre a condição da mulher

nas relações de trabalho e na luta de classes sob o sistema capitalista, produziu uma obra de referência “para feministas e cientistas sociais brasileiras/os e anglo-saxã/ões”, segundo Ilse Zirbel, que acrescentou a nota de Celi Regina Pinto:

[...] o livro de Saffioti é “um marco por uma série de razões, principalmente por seu inegável mérito acadêmico, mas também por ter trazido o tema da opressão da mulher para dentro do debate marxista, que até então não admitia de forma alguma. Além disso, a importância do trabalho levou ao envolvimento público com o tema de dois dos maiores importantes intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX, Florestan Fernandes e Antônio Cândido (ZIRBEL, *apud* PINTO, 2007, 38).

Estas contribuições reverberaram naquele contexto, ávido por obras que discutissem a condição da mulher brasileira dentro de um campo mais específico, como o das Ciências Sociais, e, mais uma vez, duas obras reforçam e dão continuidade a este projeto, em 1970: *Libertação Sexual da Mulher*, de Rose Marie Muraro, e, em 1974, *Mulher, Objeto de Cama e Mesa*, da jornalista Heloneida Studart, que encontraria sucesso junto às leitoras de diferentes camadas da sociedade e do país. Durante este período, veríamos, também, a formação de grupos privados, interessados em “reflectir” sobre assuntos de natureza feminista, política ou intelectual, apesar da repressão de ordem política e a perseguição das reuniões que pudessem ser consideradas “subversivas”. Mulheres articuladas, entre elas, professoras universitárias, ou mulheres com experiência de militância, do Rio, São Paulo ou de outras regiões do país, foram rompendo o isolamento imposto, e uniram-se para trocar experiências, fossem elas pessoais ou de carácter político. Estes “grupos de reflexão”, ou “grupos de conscientização”, assim denominados, foram, também, responsáveis por intervenções no espaço público, entre as quais, a prática de um jornalismo efectivo.

Dentre estes grupos, citamos, de forma sucinta, no Rio de Janeiro, o grupo de **Branca Moreira Alves**, formado por profissionais liberais; o grupo ligado a **Maria Malta Campos**, em São Paulo, formado por intelectuais, cujas líderes tinham experiência

anterior com o feminismo internacional; e o grupo que reunia a crítica literária **Walnica Nogueira Galvão**, a socióloga **Célia Sampaio**, a economista e antropóloga **Betty Mindlin** e a historiadora **Maria Odila Silva Dias**, entre outros nomes.

No exílio, outras brasileiras também formaram seus grupos, em conexão com outras mulheres, no exterior e no Brasil. Alguns deles, como o **Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior**, fundado por **Zuleika Alambert**, entre 1971 e 1972, no Chile, foram influenciados pelo Partido Comunista e outros grupos de esquerda. Em Paris, em 1972, **Danda Prado**, ex-militante comunista e amiga de Simone de Beauvoir, criou o **Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. E, influenciaria outro, o grupo de mulheres em Berkeley, Estados Unidos, fundado por Branca Moreira Alves. Em 1975, com a queda de Salvador Allende, no Chile, muitas mulheres do **Comitê** exilaram-se, novamente, integrando-se no **Círculo de Mulheres Brasileiras**, em Paris, iniciado a partir do “rompimento ideológico¹⁷” com o **Grupo Latino-Americano de Mulheres**.

A publicação de artigos em jornais do Brasil e a criação de periódicos por estes grupos no exílio foram fundamentais para a divulgação dos textos feministas da época. Em Janeiro de 1974, o **Grupo Latino-Americano de Mulheres**, que actuava com a divulgação de boletins e folhetos desde 1972, passou a editar o periódico *Nosotras*. Nele eram divulgadas as acções do feminismo de diferentes pontos da América Latina, além de textos e notícias do movimento feminista francês. O jornal teve regularidade até Agosto de 1975, passando a ser bimestral e perduraria até 1976:

¹⁷ No artigo *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*, assinado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, a divergência entre os grupos é justificada por Danda Prado e ajuda-nos a compreender os bastidores do feminismo no exílio, assim como a sua evolução, dentro das circunstâncias políticas: “Danda Prado narra, então, que resolveu reunir brasileiras e outras latino-americanas para conversar. O grupo que se formou tornou-se bastante numeroso. Entretanto, houve problemas com os líderes dos brasileiros exilados na França, que queriam saber como ela e as mulheres que estavam se reunindo poderiam ajudar na revolução. Danda argumenta que, tendo se negado a transformar o grupo de mulheres em instrumento para a realização de tarefas propostas e controladas pelos homens, líderes dos exilados, eles passaram a exigir que “suas” mulheres se afastassem do grupo” (*ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 61-62, Jan.-Jun. 2.2007).

O *Nosotras* tinha uma edição quase artesanal: as matérias e artigos eram escritos pelas participantes, depois os textos eram datilografados (às vezes escritos à mão), mimeografados, grampeados entre capa em papel vergê, ilustrados com gravuras de autoria das integrantes do grupo e seguiam para o Brasil, pelo correio, onde uma prima de Danda Prado fazia a distribuição para as assinantes. A publicação, em fases de forte participação das hispânicas, trazia textos em espanhol, que não eram necessariamente traduzidos para o português (CARDOSO, 2004, 42, in *Revista de Estudos Feministas*).

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, segundo o artigo de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, testemunhou, através de um manifesto enviado a vários jornais do Brasil, em 1976, o seu posicionamento diante do que considerava como feminismo e estes embates e lutas entre os grupos de mulheres no exílio e durante a ditadura militar no Brasil, expondo as diferenças e apostas identitárias dos mesmos:

Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França, que sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos “nobres” papéis que nos foram atribuídos — doméstica/esposa/mãe; mas no conjunto de nossas atividades e na nossa personalidade (Círculo de Mulheres Brasileiras – 1976 ¹⁸).

Havia, internamente, uma heterogeneidade entre as suas integrantes: uma vertente defendia uma dupla militância, a favor das mulheres e da luta de classe; a outra apontava para a libertação da mulher, da sexualidade e do prazer.

¹⁸ “ [...] trecho do manifesto enviado a vários jornais brasileiros (Opinião, Movimento, Nós Mulheres e Brasil-Mulher) que expunha o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris a esses jornais, porta-vozes do (re)nascente movimento feminista brasileiro e da resistência à ditadura, datado de 1976” (ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, 61-62, jan.-jun. 2.2007).

O ano de 1975 foi marcante para a imprensa feminista brasileira e para a luta das mulheres, tornando-se o Ano Internacional da Mulher, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se estende à década e institui o dia “8 de Março” como o Dia Internacional da Mulher. Estes marcos propiciaram uma nova visibilidade e fortalecimento do nosso feminismo, com a organização de um seminário por grupos de reflexão do Rio de Janeiro e sob o patrocínio da ONU, intitulado "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira" e originou a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDM). Outro acontecimento significativo, neste ano movimentado para as mulheres, foi a fundação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), por **Terezinha Zerbinis**¹⁹. A partir da sua fundação em São Paulo, o Movimento contaria com a adesão de outras cidades brasileiras que, através da formação de seus núcleos, possibilitaria a mobilização e organização das mulheres em prol da anistia política.

Este momento da história do feminismo do Brasil, segundo Joana Maria Pedro e Cristina Wolff, seria constituído por três etapas do feminismo:

1) anterior a 1975, composto por mulheres intelectualizadas, que trouxeram do exterior livros, artigos e idéias do feminismo que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos; 2) a partir de 1975, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, um feminismo controlado pelos grupos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura e pela anistia; 3) a partir do final da década de 1970, com o retorno das exiladas e o estabelecimento de diálogos mais fortes entre os feminismos no Brasil e o movimento internacional (PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe, “Nosotras e o Círculo de Mulheres

¹⁹ “Terezinha Zerbini, presente na I Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México em 1975, ano instituído como Ano Internacional da Mulher, esposa de um general cassado pelo golpe de 1964, lançou as bases do primeiro movimento nacional pela anistia pós-1964, denominado Movimento Feminino pela Anistia, apresentado em uma das plenárias desse evento internacional um manifesto assinado por mulheres brasileiras em favor da anistia” (CONRADI, 2013: 3). Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Por-uma-hist%C3%B3ria-das-mulheres-no-Paran%C3%A1-o-Movimento-Feminino-pela-Anistia-e-sua-concep%C3%A7%C3%A3o-de-feminino.pdf>

Esta sistematização ajuda-nos a compreender este novo feminismo, delineado sob a circunstância e a efervescência de acontecimentos do espaço público, político e privado, que teve seu diálogo entrecruzado com a diversidade de novas questões que o género buscava.

Assim, ainda em 1975, é fundado o jornal *Brasil Mulher* (1975-1979), editado inicialmente em Londrina, cidade que sediou um dos núcleos do Movimento Feminino pela Amnistia (MFPA), " [...] É o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 a 1980" (CARDOSO, 2004, 7, in *Revista de Estudos Feministas*).

Este jornal era dirigido pela jornalista **Joana Lopes**, com a colaboração de mulheres ligadas ao Partido Comunista do Brasil ou militantes de outros partidos, que estavam em contacto com as feministas do **Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris**. Apesar da acção conjunta em torno da temática do seu primeiro número, a Amnistia, Joana Lopes e Terezinha Zerbini, que lutava pela amnistia dos exilados políticos, discordam entre si por razões ideológicas, e foi então criada a Sociedade Brasil Mulher-SBM, que se encarregou de gerenciar o jornal, cuja repercussão foi positiva e teve distribuição por diversos estados brasileiros.

Outro periódico feminista surgiu em 1976, o *Nós Mulheres*²⁰ (1976-1978), dirigido por **Mariza Corrêa**. Houve, também, militantes do Partido Comunista entre as trinta mulheres que foram suas colaboradoras. Sua postura foi mais pessoal e afectiva,

²⁰ Em Agosto/Setembro de 1977, o *Nós Mulheres* trazia o texto "Tá na cara. Você não vê?", e ilustrava a polémica existente sobre a imagem da mulher e da imprensa feminista: " Nós Mulheres somos fortes, mas a propaganda nos faz frágeis, burras e 'gostosas'; porque é assim que esta sociedade nos usa para vender seus produtos. No entanto somos tantas. E por trás dessas imagens há força, inteligência, trabalho, miséria, e opressão" (*Nós Mulheres*, apud ZIRBEL, 2007, 58).

para se contrapor ao modelo de feminismo, que jornais, como *O Pasquim*, portador de um humor misógino, haviam vinculado às mulheres: a imagem da “ [...] ‘mulher-objecto’ e as mulheres emancipadas como ‘disponíveis sexualmente’, ideia que se disseminava na sociedade em geral, tornava a questão mais complicada ” (ZIRBEL, 2007, 58). E, segundo a autora, a questão da temática sobre a sexualidade ainda era complicada para o jornal e para os grupos ligados à esquerda e grupos populares, assim como para a Igreja.

Desde a visita da feminista americana Betty Friedan à redação do *Pasquim*, em 1971, para uma entrevista e divulgação de sua obra *A Mística Feminina* (1963), traduzida pela Editora Vozes (1971), o periódico não só ridicularizou a aparência da militante, como oportunamente, utilizou o episódio para denegrir a imagem das mulheres que estavam envolvidas com o feminismo, depreciando o movimento e fazendo uma propaganda antifeminista, que se tornou marcante. Rose Marie Muraro era, então, a editora da Vozes e foi responsável pela vinda de Betty Friedan ao Brasil. Em seu livro *Os Seis Meses em Que Fui homem* (1993), ela narra o episódio e seus bastidores e como isto ficou marcado:

Quando ela foi embora, não ficou pedra sobre pedra. Ela era muito feia e agressiva, e daí em diante passou a fazer parte do inconsciente coletivo brasileiro como modelo de mulher que as outras, as que quisessem continuar femininas, não deveriam imitar. Até hoje, nos recôncavos deste país, sua figura é conhecida, ridicularizada e temida por homens e mulheres (MURARO, 1991, 17).

Porém, depois, ainda segundo Muraro, houve a constatação de que as ideias da feminista americana “ [...] não serviam para o Brasil. E fomos pouco a pouco construindo um outro feminismo” (MURARO, 1991, 18).

Nesta evolução e transformação do feminismo da década de setenta, mais uma vez o papel da imprensa foi fundamental. Desde os jornais considerados feministas, até aos considerados alternativos, todos dispuseram de um espaço para a publicação

de artigos relacionados com a causa das mulheres (a dupla jornada de trabalho, a prostituição, o aborto, a mortalidade materna, a sexualidade, o direito ao prazer e outros). Entre eles, destacamos os jornais *Opinião*, *Movimento e Repórter*. E também a revista *Mais*, com a coluna da socióloga **Eva Blay**, que informava sobre o feminismo. Todos foram contrapontos importantes para o esclarecimento e formação de opinião para época²¹.

Em 28 de Abril de 1977, foi proposta uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, com o intuito de examinar a situação da mulher em todos os campos de actividade. Nos depoimentos, houve a participação de feministas e de outras organizações da sociedade brasileira:

Dentre as questões tornadas públicas, estavam a esterilização indiscriminada de mulheres com verbas estrangeiras [...] o não cumprimento da legislação referente a criação de berçários em empresas com mais de trinta mulheres; o impedimento do acesso das mulheres a determinados setores de trabalho; a demissão sumária de mulheres grávidas [...]” (ZIRBEL, 2007, 65).

No ano de 1977, a lei do Divórcio, proposta por Édson Carneiro, entrou em vigor e a escritora Rachel de Queiroz foi eleita a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Um ano assinalado pela morte da escritora e cronista Clarice Lispector, cuja obra cronística é objecto da nossa reflexão, e cuja publicação também se insere na década de 70, justamente, segundo Luiza Lobo, quando “[...] o jornalismo profissional se torna [...] um importante canal de expressão da crônica, coluna ou resenha para as escritoras”(LOBO, 2006, 22). Deste modo, ao

²¹ Segundo Elisabeth Cardoso, em seu artigo “Imprensa Feminista Brasileira Pós-74”, a imprensa feminista teve duas gerações: “A análise do conjunto de periódicos feministas e a leitura sobre tal movimento sugeriram dividi-los em dois grupos: a primeira geração, contemporânea dos jornais alternativos e, de forma geral, voltada para a questão de classe, e a segunda geração, grupo de periódicos feministas editados a partir de 1981, de forma geral, voltada para a questão de gênero” (CARDOSO, 2004, 1).

percorreremos este itinerário feminista e literário, abrimos aqui um parêntese, perguntando se, ou de que forma, os acontecimentos e transformações relatadas poderiam ter encontrado ressonância no espaço cronístico de *A Descoberta do Mundo*, ou mesmo na linguagem literária de Clarice Lispector.

Para isto, partimos de dois pressupostos encontrados no texto de Luiza Lobo, em seu *Guia de escritoras da Literatura Brasileira*: o primeiro, quando se refere à linguagem e à literatura e cita Julia Kristeva: “Após a década de 1970, a expressão literatura “feminista” deixa de ter apenas o significado de luta social na sociedade civil e se integra à linguagem, como uma ‘revolução na linguagem poética’, na expressão de Julia Kristeva” (LOBO, 2006, 15). O segundo pressuposto é respaldado pela história das mentalidades, a partir de um texto de Rachel Soihet, sobre a “História das Mulheres”²², comentado por ela: “A história das mentalidades e a história cultural, reforçam o estudo do feminismo numa perspectiva interdisciplinar, incluindo a literatura, a lingüística, a psicanálise e a antropologia, que avançou muito no século XX” (LOBO, 2006, 16). Deste modo, como sujeito de sua própria escrita, “que sabe de que lugar está falando”, aludido pela autora, os textos de autoria feminina, sob o ponto de vista das mulheres, permitiram a mudança e uma nova linguagem, quer de forma explícita, “[...] quer de forma implícita, como parte da linguagem poética - nos textos de Clarice Lispector, por exemplo” (LOBO, 2006, 16).

Estas considerações, cremos, ajudam-nos a compreender e situar a cronista e escritora no panorama da Literatura Brasileira, cuja literatura, segundo Nádia Battella Gotlib, estudiosa da obra clariciana, “pode ser considerada como um corajoso processo de desconstrução, pela via da linguagem, ela também, a todo momento, questionada, inserindo-se, assim, na fértil linhagem de literatura metalinguística do nosso século” (GOTLIB, 2003, 54).

Assim, finalizando os anos setenta, dois anos após estes acontecimentos marcantes, em 28 de agosto de 1979, a Lei da Amnistia foi aprovada, permitindo a volta de brasileiras exiladas que, influenciadas pelos movimentos feministas, sobretudo da Europa, entraram em contacto com grupos locais e provocaram a

²² Sobre o título, a autora cita a seguinte referência: SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1977, 275-276.

formação de novos grupos²³. Os encontros possibilitaram a conexão entre os grupos e, em Março de 1979, aconteceu no Rio de Janeiro o **Encontro Nacional de Mulheres**, com participação nacional. No estado de São Paulo, tivemos o **I Congresso da Mulher Paulista** e, em Fortaleza, o **I Encontro Nacional Feminista**.

Em 1980, *A Nova Mulher*, de Marina Colasanti, no artigo intitulado “Abaixo a Ditadura”, faz um balanço da década anterior. As suas frases iniciais expressam aquele momento, após as conquistas: “A década dos anos 70 acaba, e entramos na dos anos 80 com muita, ah quanta, esperança de democracia” (COLASANTI, 1980, 193). E pontuou alguns dos momentos importantes daqueles dez anos:

Obtivemos vitórias concretas no campo do aborto, do divórcio²⁴, da educação sexual, do planejamento familiar, da segregação no trabalho. Tivemos as conferências, os seminários, os Documentos originados pelo Ano Internacional da mulher. [...] E conseguimos sobretudo um fenômeno global, capaz de ajudar até mesmo as mulheres daqueles países mais reacionários onde os benefícios concretos ainda não puderam chegar. Conseguimos conscientizar o mundo dos nossos problemas e da urgência das soluções. E esta consciência é irreversível (COLASANTI, 1980, 193-194).

²³ Em nota divulgada no artigo “O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar”, Ana Alice Alcântara Costa comenta: “É nesse ano que surge o Grupo Brasil Mulher Núcleo Salvador, o Brasília Mulher, o grupo responsável pela publicação do jornal feminista “Geração” em Maceió, o Grupo Feminista 8 de Março em São Paulo, o Ação Mulher de Porto Alegre, o Centro da Mulher Brasileira de Niterói, o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro como uma dissidência do CMB, dentre outros” (Trabalho Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: UFSC. Maio de 2009) http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/analice.htm#_ftnref2

²⁴ Segundo Marina Colasanti, “O divórcio foi sem dúvida a vitória mais importante da década para a mulher brasileira. Após uma luta que teve início em 1900 com um projeto apresentado pelo senador Martinho Garcez, e que marcou toda a vida política do senador Nelson Carneiro, finalmente no dia 28 de dezembro de 1977, o Presidente Geisel sancionou, sem vetos, a lei regulamentando o divórcio” (COLASANTI, 1980, 195).

Os anos oitenta ampliaram as conquistas e intensificaram os encontros feministas regionais e nacionais, o **II e III Congressos da Mulher Paulista**, em 1980 e 1981, apontaram para novos rumos, quando desde o segundo congresso as feministas já vinham “ [...] ensaiando a adoção da categoria “gênero” e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres” (CARDOSO, 2004, 4). No terceiro congresso, esta postura concretizou-se com a ruptura com os partidos de esquerda e a aproximação com “ [...] entidades feministas ligadas a Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher” (*ibidem*). A criação do *Mulherio*, ainda em 1981, por feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas²⁵, em São Paulo, teve um bom acolhimento nos meios universitários, com um posicionamento feminista definido, o jornal teve 36 edições²⁶, e duas edições posteriores, em 1988, com o título *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*, ano em que findaria. Em seu primeiro número, com o título “Por que Mulherio?”, ela antecipa o compromisso que assumiria com as questões do gênero e o debate de suas temáticas específicas:

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática (*MULHERIO*. Edição Março/Abril-1981. Ano I,

²⁵ “Ainda em 1978, sob a coordenação de Carmen Barroso e financiado pela Fundação Ford, a Fundação Carlos Chagas, organizou o primeiro de uma série de concursos de Dotação para Pesquisa sobre Trabalho e Educação da Mulher no Brasil. A intenção era atingir pesquisadores/as das diversas regiões do país e proporcionar-lhes, além do apoio financeiro, uma formação acadêmica” (ZIRBEL, 2007, 103).

²⁶ A breve história do Jornal *Mulherio* está relatada no portal da Fundação Carlos Chagas, na qual se destaca as três fases do jornal como marcantes e formadores, compreendidas entre os seguintes períodos: o primeiro, desde sua fundação, em Março 1981 a Setembro de 1983; o segundo, de 1984 à 1988; e o terceiro, em 1988, com dois números publicados com o nome de *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*. (<http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/historia.html>).

<http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/historia.html>).

Ao longo de sua trajetória, o universo feminino é abordado sob várias perspectivas, que incluíam as questões referentes ao trabalho; saúde; política; economia; cooperativas; discriminação sexual, racial, e de outras naturezas; violência doméstica, e muitos outros temas afins e ligados às mulheres, que omitimos aqui.

O jornal possuía variadas secções e noticiava sobre a participação das mulheres em congressos; sobre novas associações de mulheres e suas reivindicações; sobre grupos feministas, além de publicar a produção cultural de escritoras, fornecer resenhas de obras femininas e publicar também as cartas dos/das leitores/as, entre outras atribuições.

Outro aspecto relevante deste periódico foi a preocupação com a memória dos factos relevantes da história do feminismo, o número de Julho/Agosto de 1981. Na secção intitulada “Mulheres em ação”, pudemos ler a palavra “Memória”, graficamente assinalada por uma tarja transversal, destacando e antecipando o trecho do texto que estava logo abaixo, o intuito era despertar a atenção das leitoras sobre o tema, que dissertava sobre parte da trajetória das conquistas dos direitos femininos, nomeava as mulheres que lutaram com esta finalidade e expunha as principais partes do debate em que participaram **Clara Charf, Vanda Frati e Suzana Sampaio**:

Começar a recuperar a memória do movimento de mulheres no Brasil, totalmente ignorado pela história oficial e desconhecido pelas militantes de hoje - esse foi o principal objetivo de vários grupos feministas de São Paulo ao promover, em maio, um debate com Clara Charf, Vanda Frati e Suzana Sampaio. Reproduzimos aqui trechos do debate [...] (*MULHERIO*. Edição Julho/Agosto - 1981. Ano I, número 2, in :

O mesmo número anunciava a criação do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), junto ao departamento de sociologia e Política da PUC, no Rio de Janeiro, com objectivos de desenvolver actividades de ensino e pesquisa, organizar um centro de documentação e criar programas de publicações em torno do tema mulher. E também destacou as mulheres de Minas Gerais, com o título “Mineiras rompem o silêncio e criam o Centro de defesa da mulher”. O artigo expunha o resultado da mobilização das mulheres mineiras em torno dos seus direitos, no ano anterior, 1980, em Belo Horizonte, quando mais de quinhentas pessoas se reuniram para protestar contra os assassinatos de Eloisa Ballesteros Stancioli e Maria Regina dos Santos Silva, figuras da sociedade local e vítimas do ciúme de seus companheiros. Estes acontecimentos reforçavam o lema, iniciado em fins dos anos setenta, “Quem ama não mata”, fruto de outras mortes em nome da honra, e, posteriormente, teriam gerado uma minissérie com o mesmo nome na televisão brasileira.

Através de muitos de seus artigos, relatos e diferentes formas de abordagens sobre a temática feminina, o jornal *Mulherio*, ao longo de sua existência, constituiu-se como importante instrumento para a consciencialização da cidadania e a evolução das conquistas sociais²⁷ das mulheres, repositório da memória feminista deste período.

Outro jornal que ganhou destaque, neste período, foi o *Chanacomchana* (1981-1989), um informativo do GALF- Grupo de Acção Lésbica-Feminista. O periódico, segundo Elisabeth Cardoso, em seu artigo “Imprensa Feminista após-74”, simboliza uma aproximação definitiva entre as lésbicas e as feministas, apesar de sua relação tensa. A reivindicação de um espaço político dentro do movimento feminista é tema

²⁷ Na cronologia da luta feminista, tivemos em 1985, a criação da primeira Delegacia de Atendimento à Mulher, em São Paulo e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pelo Ministério da Justiça. E em 1988, a nova Constituição da República garantia, pela primeira vez, a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres nas relações conjugais, com as questões relacionadas aos bens do casal e responsabilidade com os filhos.

de seus primeiros números. Segundo a autora, o jornal naquele contexto das publicações feministas

[...] apresenta a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e revela a necessidade das mulheres proclamarem a diferença e a independência do gênero masculino. [...] Poderia ser classificado como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres (CARDOSO, 2004, 48).

E, apesar de ser considerado avançado para época, ele teria introduzido o conceito de diferença dentro do movimento feminista.

Assim como estes periódicos foram veículos importantes de diálogo, registo e até de verdadeiros documentos na década de 80, a institucionalização dos estudos sobre a mulher e a legitimação dos saberes académicos marcaria também os anos oitenta.

Em 1979, a Fundação Carlos Chagas (FCC) publicaria o primeiro volume de *Mulher Brasileira: Bibliografia anotada*, em torno da condição da mulher no Brasil, sempre a partir de descrições, análises ou interpretações, fundamentadas em documentos. Um trabalho que abrangia três anos de pesquisa em bibliotecas, centros de documentação, acervos e, principalmente, em obras académicas (artigos, comunicações, teses, livros, etc.). Um segundo volume, em 1981, abordaria a mulher na área do Direito, Educação, Artes e meios de comunicação e no Trabalho.

A Fundação, em 1980, já havia publicado a primeira colectânea sobre o seu concurso de dotação para pesquisa, com o título de *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*, com temas relacionados com a literatura, a história, o cinema, o direito e a sexualidade. Em 1982, em seu segundo volume, *Trabalhadoras do Brasil*, a pesquisa privilegiaria o trabalho feminino, rural e urbano.

A partir destas contribuições, a Fundação estenderia este trabalho de pesquisa sobre a condição feminina²⁸. Outras pesquisadoras de diferentes áreas das Ciências Humanas também contribuiriam para a ampliação do tema. Neste período, um grupo de pesquisadoras, ligadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, publicaria uma colecção, denominada *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (1981), voltada para as Ciências Sociais, com o objectivo de focalizar a multiplicidade de identidades femininas.

Estas reflexões alcançariam a própria terminologia, anteriormente atribuída apenas à “condição feminina”. Na década de oitenta, estas pesquisas passaram a ser nomeadas como “Estudos sobre as Mulheres”, considerando-se a amplitude que o termo poderia oferecer em relação às diferenças e especificidades inerentes à questão feminina, segundo Mírian Pillar Grossi (cf. GROSSI, *apud* ZIRBEL, 2007, 107).

As pesquisadoras Cristina Bruschini e Céli Regina Jardim Pinto, na introdução à obra *Tempos e lugares de Gênero* (2001), que reúne temas variados de carácter interdisciplinar, fazem um balanço sobre a evolução dos Estudos sobre a Mulher, cujas considerações ampliam a nossa compreensão sobre o período aludido:

A década de 80 foi a dos movimentos sociais e do florescimento das novas identidades. Se, por um lado, aumentava o número de sujeitos que se fechavam em si mesmos, elegendo cada um a sua luta como a verdadeira, por outro, a existência concomitante desses agentes provocou uma reflexão sobre os limites do fechamento de cada um. Os estudos de gênero nas diversas Ciências Sociais refletiram, com muita precisão, esse novo momento. A discussão estava colocada e o objeto mulher, como categoria de análise, foi posto em cheque [...]. Nos anos oitenta, a introdução do conceito de gênero

²⁸ Entre os títulos destas colectâneas do programa de dotações, entre 1980 e 2001, podemos enumerar alguns: *Mulher, Mulheres*, BARROSO, Carmen, Org.; COSTA, Albertina de Oliveira. São Paulo, Cortez; FCC/DPE, 1983; *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*, COSTA, Albertina de Oliveira, Org. BRUSCHINI, Cristina. São Paulo: FCC/DPE; Vértice, 1989; *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*, BRUSCHINI, Cristina, Org. HOLLANDA Heloísa Buarque de, São Paulo : FCC/DPE; Editora 34, 1998.

amplia o foco desses estudos para as relações e assimetrias entre os sexos (BRUSCHINI e PINTO, 2001, 8).

A organização de vários grupos de trabalho junto às associações científicas, na década, foi fundamental para a pesquisa e ampliação dos estudos de gênero. Dentre eles, podemos citar o Grupo de Trabalho Mulher na Literatura, da ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa em Letras); o Grupo de Trabalho sobre os Estudos da Mulher, da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais); e em outras associações, como a ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Em várias universidades foram criados núcleos de estudos e pesquisa, como o NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1980; o NEDIM (Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher), na Universidade do Ceará, em 1981. Em 1983, encontramos na Universidade Federal da Bahia, o NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher); na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o NIELM (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o NEIRSG (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero). Em 1984, o NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher) foi criado pela Universidade Federal de Minas Gerais, e no mesmo ano, o Núcleo Mulher, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher), da Universidade Federal de Santa Catarina (a partir de 1989 passou a chamar-se NEG - Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero). Em 1985, registamos o NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero), pertencente à USP (Universidade de São Paulo).

Estas instituições, e outras omitidas aqui, participaram com iniciativas propulsoras e significativas na pesquisa e publicação de trabalhos relacionados com os Estudos sobre a Mulher. Muitos deles constituíram-se em importantes resgates historiográficos. Através de suas associações e organizações de congressos, colóquios, simpósios ou seminários, contribuíram para a maturidade e legitimidade destes estudos.

Os anos noventa incorporariam estas mudanças promulgadas, questionadas sob perspectivas interdisciplinares junto ao feminismo. Através de teorias e conceitos acadêmicos, enriqueceram os estudos sobre a mulher, que passaram a incluir os estudos de gênero no Brasil. Para Cristina Bruschini e Céli Regina Jardim Pinto, dois acontecimentos foram significativos para esta fusão. O primeiro foi a organização de um seminário, em São Roque (SP), pela Fundação Carlos Chagas, em 1990, “Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas”, que resultaria na compilação de artigos publicados na obra denominada *Uma questão de gênero* (1992), seminário organizado pelas pesquisadoras Albertina de Oliveira e Cristina Bruschini. O segundo acontecimento foi o surgimento da *Revista Estudos Feministas*, em 1992, cuja importância inferimos nas palavras abaixo citadas:

[...] um espaço de reflexão de alta qualidade e que propiciou o amadurecimento das questões colocadas em São Roque, quer através de artigos de ponta de cientistas sociais brasileiras, quer pela tradução de artigos basilares produzidos em outros países da América Latina, na Europa e nos Estado Unidos (BRUSCHINI e PINTO, 2001, 9).

Constatamos, através do edital de seu primeiro número, a preocupação da comissão de pesquisadoras com o intercâmbio intelectual nacional e estrangeiro e a preocupação de ser um instrumento de

[...] afirmação dos estudos de gênero no Brasil, enquanto campo pluridisciplinar e de vanguarda [...]. Periódico não diretamente institucional [...] apresenta-se como “um suporte científico do conjunto da comunidade acadêmica vinculada aos estudos do gênero” (*Revista de Estudos Feministas*, nº.0/92, 3).

Outras iniciativas ligadas à terminologia *género* sucederiam no decorrer na década de 90. Em 1993, foi criado o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, na Universidade de Campinas (SP) e, a partir desta iniciativa, a publicação dos *Cadernos Pagu*, periódico representativo das questões de género. Muitas publicações, dedicadas ao tema, ocorreriam, além dos seminários e encontros que abordam esta temática.

Em 1994, destacamos, na Universidade Federal de Santa Catarina, o encontro nacional *Fazendo Gênero*, com trabalhos vinculados a género e feminismo, sob pontos de vista da Literatura, História e Antropologia. Em 1996, cerca de 400 pesquisadores reuniram-se para um novo encontro, com uma participação ainda mais ampla. Entre as publicações resultantes dos textos apresentados neste encontro, destacamos *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade* (1998), obra organizada por Joana Maria Pedro e Miriam Pillar Grossi. As pesquisadoras, na apresentação do livro, fazem referência às “significativas diferenças teóricas” dos textos académicos, com o intuito de abordar a problemática de *género*, aludindo também ao início deste campo de estudos, aos pesquisadores, ao movimento feminista e ao final da década de 70, para explicar o seu carácter interdisciplinar:

Os textos desta coletânea refletem o estado atual do debate teórico-metodológico que se faz hoje nos *estudos de género*, debate que ultrapassa fronteiras disciplinares e apontam para a originalidade da produção no Brasil, tanto no plano teórico quanto no temático (PEDRO e GROSSI, 1998, 15).

Estas discussões teóricas e a leitura panorâmica dos textos expressam a evolução deste campo de estudos. Um dos textos elencados nesta colectânea, “Epistemologia Feminista, Gênero e História”, da historiadora Margareth Rago, parte das considerações de Michelle Perrot sobre a história das mulheres, para reflectir sobre a existência ou não de uma memória específica feminina, passando pelos questionamentos da crítica feminista, da epistemologia feminista e da construção cultural da identidade feminina e, por fim, pelas relações entre o feminismo e a história. E finaliza o seu texto com as seguintes palavras:

[...] parece que já não mais dúvidas de que as mulheres sabem inovar na reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais e, pode-se complementar, nos intelectuais e científicos. E o que me parece mais importante, sabem inovar libertariamente, abrindo o campo das possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações. Incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver (RAGO,1998, 40, grifo nosso).

Antes de citarmos o ponto de vista de uma especialista da literatura sobre a questão, frisamos que a publicação desta colectânea pertence a uma editora que também emerge no ano de 1996, a Editora Mulheres. Iniciativa pioneira de três professoras da Universidade Federal de Santa Catarina, tinha o objectivo de resgatar obras de escritoras brasileiras, desde o século XVII até ao início do século XX, e inclui publicações de ensaios, antologias, dicionários e obras ligadas aos estudos de género.

Assim, retornamos à literatura e ao feminismo, lembrando que, no ano de 1996, **Nélida Piñon** seria a primeira mulher a tomar posse como presidente da Academia Brasileira de Letras. E ainda podemos enumerar muitas escritoras que se tornaram referência da nossa literatura, desde os anos 70, entre as quais **Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Lya Luft e Marina Colassanti**, que foram contemporâneas de **Clarice Lispector** e a maioria delas permanecem actuaes. Suas obras, muitas vezes consideradas “transgressoras”, romperam barreiras, com estilos diferentes. Elas dialogaram com a sociedade e a história do seu tempo.

Em nossa retrospectiva, pudemos constatar a luta das nossas escritoras e a ressonância dos acontecimentos que marcaram a história do feminino. Assim sendo, buscamos as palavras de Luiza Lobo, sob uma perspectiva mais recente, para podermos indagar sobre a conclusão do artigo de Margareth Rago:

A literatura e o feminismo existem como fenômenos culturais e sociais, dentro da história²⁹. E modificam-se no tempo e no espaço. Criam-se novas concepções, novos mundos, que se sucedem de forma cada vez mais rápida, à medida que irrompem novos contextos, leis e avanços sociais, como hoje ocorre na era da informática. O pensamento mítico, atemporal e utópico de um “eterno feminino” essencialista só atrasa a superação do patriarcalismo, assim como o determinismo biológico do corpo da mulher apenas reforça situações atávicas, hereditárias e inescapáveis. Estas, no entanto, podem ser superadas na perspectiva culturalista da prática social. Sob o impacto da era da informação, da globalização e das novas tecnologias, aumenta o trânsito da escrita num ritmo vertiginoso (LOBO, 2006, 25).

São mudanças, acontecimentos, que os novos tempos delineariam, e com eles, novas faces do feminismo. Em 2000, o Brasil aderiu à Marcha Mundial das Mulheres, com outros 158 países, na campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista; em 2006, é sancionada a Lei Maria da Penha, que aumenta o rigor nas punições para a agressão doméstica. Em 2012, na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, uma manifestação (“passeata”) apresenta o cartaz “Mulheres contra a mercantilização de nossos corpos, nossas vidas e a natureza!”; e já temos brasileiras que aderiram ao ativismo da FEMEN, um grupo feminista ucraniano que protesta com seios expostos, em vários lugares do mundo.

Embora saibamos que muitas informações poderiam ser acrescentadas a este itinerário, desde os acontecimentos às mulheres citadas e também àquelas omitidas, aos periódicos, às obras relativas à história do feminismo, à história das mulheres, ou às obras literárias que distinguiram as nossas escritoras. Entendemos que, apesar de a imersão ser sedutora e provocativa, o essencial seria, principalmente, compreender como emergiu a voz cronística de Clarice Lispector. Ao situá-la neste contexto histórico, social, literário e de estudos acadêmicos, ouvimos outras vozes, ampliámos os horizontes do nosso conhecimento em relação às conquistas e buscas da mulher, na

²⁹ Lerner, Gerda, *The Rise of Patriarchy*, University of Oxford Press, 1986.

encruzilhada de várias perspectivas, e isto já nos permite uma aproximação mais consciente da obra e da escritora Clarice Lispector.

1.3. Feminismo e identidade discursiva em Portugal

O Sexto Sentido

Estamos aqui

Em estado de liberdade

Condicionada pela enorme filáucia do próximo

Que um poeta desconhecido confirmou

Quando disse:

O sexo existe

Vem da palavra six

Igual ao sexto sentido

Que é feminino

E acrescentou:

A maçã

É para ser comida

(Ana Hartherly)

Segundo Stuart Hall, no seu ensaio intitulado “O legado teórico dos Estudos Culturais”, temos três principais momentos de viragem na formação discursiva, quando focamos as relações de poder e de conhecimento dentro da genealogia dos estudos Culturais: “o declínio do marxismo ortodoxo, o surgimento do feminismo e a emergência da questão racial. Insurgindo-se contra uma narrativa historicista dos estudos culturais, segundo o qual eles teriam um único ponto de origem [...]” (HALL *apud* ÁLVARES, 2006,35).

Para o mesmo autor, em “*A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*”, o feminismo teve impacto tanto como crítica teórica quanto como um movimento social³⁰. Porém, diferentemente de outros movimentos que surgiram na mesma época, ele teve também “uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico” (HALL, Stuart, 2005, 45).

Os efeitos desde descentramento são descritos por Stuart Hall e ajudam a elucidar a importância e a evolução deste movimento, começando pelo seu questionamento sobre a distinção entre o “privado” e o “público” no que se relaciona ao feminismo:

[...] O *slogan* do feminismo era: ‘o pessoal é político’. Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas da vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho [...]. Ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas). Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da *posição* social das mulheres expandiu-se

³⁰ “O feminismo faz parte daquele grupo de ‘novos movimentos sociais’, que emergiram durante os anos sessenta (o grande marco da modernidade tardia), juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com ‘68’ ” (HALL, Stuart, 2005, 44).

para incluir a *formação* das identidades sexuais e de gênero. O feminismo questionou a noção de que homens e mulheres eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela *questão da diferença sexual* (HALL, Stuart, 2005, 45-46).

A aproximação entre os Estudos Culturais e o feminismo nem sempre foi pacífica. Na década de 70, o feminismo tornou-se uma ameaça para o *statu quo* teórico vigente, justamente por colocar em questão estes conceitos de poder e subjectividade, que eram patentes nos Estudos Culturais. O descentramento aludido por Stuart Hall impulsionou a saída da mulher de uma posição de marginalidade. De acordo com Steven Connor, comentando o pensamento de Craig Owens, o feminismo seria um fenómeno pós-moderno por excelência, “devido à sua afirmação da diferença, à sua recusa das metanarrativas (narrativas “dominantes”) e, sobretudo, devido à sua crítica às estruturas de poder envolvidas na representação. Neste modo de ver, a mulher emerge como a própria força energizadora do marginal e do sublime” (CONNOR, Steve, 2000, 186). As reflexões sobre a trajetória do feminismo revelam os mecanismos deste movimento e colaboram no sentido da compreensão do fenómeno e das suas possíveis relações nos países que escolhemos para estudá-los.

Partindo desta premissa, fazemos aqui um breve relato dos principais factores e acontecimentos significativos para a história do feminismo em Portugal, sua ligação com os Estudos Literários e, conseqüentemente, para os Estudos sobre as Mulheres.

Quando mergulhamos na área de Estudos sobre as Mulheres em Portugal, deparamo-nos com uma história recente, principalmente se for comparada com os países do centro da Europa, particularmente os de tradição anglo-saxónica, ou com os Estados Unidos da América.

Enquanto, nesses países, “é a partir da década de 60 que estes estudos se impõem e vão sendo progressivamente criados cursos, departamentos e graus, bem como centros de investigação, em Portugal, só a partir dos anos 80 se desenvolve um processo de estabelecimento e dinamização dos estudos sobre as mulheres” (SILVA, 1999, 17).

A conquista deste patamar académico foi consequência de uma luta que antecede as três décadas emblemáticas e decisivas para os Estudos sobre as Mulheres. Não se pode deixar de destacar as palavras de Zília Osório de Castro, na nota de apresentação do primeiro número de *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*: “os estudos sobre a mulher implicam necessariamente a história das mulheres, no duplo sentido da consciencialização e da aceitação, pois imbricam num processo comum as iniciativas individuais e os reflexos sociais.” E acrescenta também que “implicam igualmente a história dos homens - vistos primordialmente e quase exclusivamente como os “únicos senhores da história”, - pois uns e outros estão presentes num único devir” (CASTRO, 1999, 7).

Depreende-se, assim, a importância das historiadoras no resgate dos marcos decisivos nesta trajetória, revelando também a história das mulheres que geraram as mudanças significativas em direção às conquistas primordiais ou aquelas que deram o seu contributo para que tal ocorresse.

Assim, dentro de uma perspectiva comparativista e sob o critério do pioneirismo dos Estudos sobre as Mulheres, podemos reconhecer o papel da História, enquanto disciplina, que no início teve uma posição de liderança no currículo sobre as mulheres. “Foi, por exemplo, a célebre historiadora americana Gerda Lerner quem desenvolveu, no Sarah Lawrence College, um dos primeiros mestrados em estudos sobre as mulheres” (COVA, 2001, 28) e também foi devido a uma outra historiadora importante, Joan Scott, do Institute for Advanced Studies da Universidade de Princeton, “ que se propagou a importância do género, num artigo intitulado “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”, publicado na prestigiosa *American Historical Review*, em 1986, e traduzido em várias línguas.” (COVA, 2001, 28).

Coube também aos EUA a introdução do primeiro programa em Estudos sobre as Mulheres na Universidade de São Diego, na Califórnia, em 1969-1970. Trabalho destacado também na Grã-Bretanha, que inicia os estudos no final dos anos 60 e, em 1992, o Women’s Studies Network, tem 62 instituições com oferta de cursos. Em 1991, encontramos centros de investigação sobre mulheres na Alemanha, na Suécia, na Noruega. Para Anne Cova, na Espanha, “segundo um livro branco publicado pelo

Instituto de la Mujer, existiam, em 1991, quinze grupos de investigação interdisciplinares sobre os estudos sobre as mulheres dos quais três dedicavam-se à história das mulheres” (COVA, 2001, 26).

Na sequência destes acontecimentos e sob o domínio de sua importância nos E.U.A. e nos Estudos sobre as Mulheres, destacamos ainda a introdução, nos anos 80, da temática das mulheres no *International Congress of Historical Sciences*, cuja existência remonta a 1926, sendo por isso um passo importante dos estudos para o mundo académico. Em 1997, uma conferência sobre os Estudos sobre as Mulheres, no Arizona State University, “sublinhou que os trabalhos de investigação em estudos sobre as mulheres estão em expansão e é de destacar o papel da história e da literatura no impulso dos estudos sobre as mulheres” (COVA, 2001, 28).

O reconhecimento desta memória histórica, como destaca Manuela Tavares, é fundamental para história dos feminismos, considerando-se que a História é um “produto escrito a partir de posições assumidas” e não um registo neutro do passado. E aponta duas razões importantes:

[...] a história tradicional não abriu espaço para que as mulheres surgissem como sujeitos históricos; o eclodir dos movimentos feministas situa-se numa “história do tempo presente”, para a qual a reconstituição da memória, o recurso a fontes orais e a fontes escritas de alguma especificidade são imprescindíveis (TAVARES, 2011, 29).

A publicação da *História das Mulheres no Ocidente*, na França, sob a direcção de Michelle Perrot e de Georges Duby, nos anos 90, também marcou uma etapa importante no desenvolvimento da história das mulheres: uma obra em cinco volumes e traduzida em sete línguas, que, pela sua riqueza e complexidade, suscitou um debate a partir de uma leitura crítica, com renomados especialistas, num Colóquio na Universidade da Sorbonne.

Outra obra dos mesmos autores, *Imagens da Mulher*, relaciona a história das mulheres, a semiótica e arqueologia para interpretar as representações femininas através da linha do tempo, pela escultura, pela pintura e pela fotografia. Sob esta perspectiva, o olhar do historiador aguça-se para objectos e imagens que são testemunhos tanto ou mais ricos que os textos escritos e podem “contar”, “revelar” ou mesmo “rectificar” a história das mulheres, ao serem confrontados. Trata-se, como escreve Georges Duby no prefácio da obra, de que as mulheres não se representavam a si próprias: “As representações figuradas que permitem aprofundar a história das mulheres oferecem, na realidade, pouquíssimas imagens da feminilidade que não sejam criações masculinas” (DUBY, Georges, PERROT Michelle, 1992, 17).

Para Irene Vaquinhas, a “história das histórias das mulheres” em Portugal remonta ao 25 de Abril de 1974:

[...] o clima de liberdade que então se passou a viver em Portugal reflectiu-se, ao nível das ciências sociais, no estímulo a novas áreas de estudo, na renovação metodológica ou no interesse presente a períodos históricos desprezados pela historiografia estado-novista. No contexto da efervescência política e cultural que acompanhou a passagem para a democracia, a história das mulheres foi um dos campos de investigação que então emerge beneficiando de uma série de circunstâncias favoráveis que proporcionaram o acolhimento no seio da disciplina histórica (VAQUINHAS, 2002, 149).

Este primeiro momento de abertura é caracterizado por uma ânsia de se fazer. Foi, assim, feita justiça àquelas mulheres que fizeram a história do país e que estavam relegadas à sombra e ao esquecimento, dando-lhes uma visibilidade. Deste modo, as pesquisas direccionaram-se para as origens da condição feminina e o estudo da pequena minoria de mulheres que, “ao longo do tempo, puseram em causa a ordem masculina da sociedade: sufragistas, grevistas, jornalistas, entre outras” (VAQUINHAS, 2002, 149).

Posteriormente, nos anos 80, as investigações partiram para as mulheres anónimas, das quais pouco ou nada se sabia. Há uma feminização crescente do pessoal docente e dos públicos estudantis, assim como uma efervescente publicação de trabalhos, realização de jornadas e colóquios. Destacam-se dois grandes colóquios interdisciplinares em 1985: o primeiro, *Mulheres em Portugal*, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais em Lisboa; o segundo, tendo como tema de fundo *A mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, organizado pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A publicação das suas actas muito contribuiu para o desenvolvimento dos Estudos de História das Mulheres em Portugal.

Dos anos 90 em diante, podemos assinalar a importância da institucionalização dos *Estudos sobre as Mulheres*, sua integração nos currículos académicos e a criação do primeiro *Mestrado em Estudos das Mulheres*, na Universidade Aberta, Lisboa, em 1995, caracterizado por sua natureza interdisciplinar, com especial relevo nas áreas de história, literatura e sociologia. Outras iniciativas³¹ e eventos ligados à história das mulheres, directa ou indirectamente foram dinamizados pelas instituições do ensino superior, às quais também se associaram câmaras municipais ou outros órgãos, tendo como objectivo tirar partido da popularidade da História das Mulheres junto ao público.

Deste período, o nascimento da primeira revista de história das mulheres - *Faces de Eva. Estudos sobre as Mulheres* - e de sua criação no âmbito do Instituto

³¹ Entre estas iniciativas, citamos aqui o Encontro *Écrire l'Histoire des Femmes. Bilan historiographique em Europe du Sud (France, Espagne, Grèce, Portugal), XIXe-XXe siècles*, de 27 a 29 de Setembro de 1999, inserido no âmbito dos Cursos da Arrábida, por iniciativa da historiadora Anne Cova, da Universidade Aberta; o *I Curso livre de Estudos do Género - A mulher na sociedade contemporânea*, na Universidade dos Açores (Ponta Delgada). Citamos também vários encontros de periodicidade anual, promovidos pela Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre Mulheres (APIHM), sediada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto. Com temáticas variadas: *Mulheres, história e sociedade - algumas linhas de investigação nos finais do século XX* (1998); *Em torno da história das mulheres: seu contributo para a história de Portugal* (1999); *Fazer a história das mulheres - da casa à escola, da escola à universidade* (2000) e *Em busca da história das mulheres* (2001).

Pluridisciplinar de História das Ideias, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1999, vem trazer uma maior sedimentação e ampliação dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal. Seguindo uma tendência iniciada pelos periódicos académicos europeus e americanos em torno da história das mulheres, no final dos anos 80 e princípio dos anos 90, em tal revista, embora o enfoque fosse a História, outras disciplinas desenvolveram o assunto. Podemos enumerar também algumas das revistas que antecederam a revista portuguesa, como: *Gender and History* (1989); *Women's History Review* (1992); *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres* (1994); *Clio. Histoire, Review des Femmes et Sociétés* (1995), entre outras.

Compreendemos, assim, que as fronteiras interdisciplinares entre povos só poderiam ser vencidas à medida que os estudos avançassem em direcção à consciencialização dos acontecimentos que alavancaram as mudanças e do próprio mergulho nas acções metodológicas que se constituíram como pilares da conquista de um espaço, assim como na instituição dos cursos que contemplam os Estudos sobre as Mulheres.

Julgamos, pois, necessário fazer uma breve retrospectiva dos principais factos ligados ao movimento feminista em Portugal, na tentativa de elucidar a articulação entre o contexto e a evolução das Ciências Sociais, compreendidos dentro da área de Estudos sobre as Mulheres.

O pensamento feminista em Portugal nasce na viragem do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Pautou-se, inicialmente, pelas discussões em torno da emancipação feminina através da imprensa, com a participação de mulheres³² instruídas e cultas que colaboravam em jornais generalistas ou de imprensa local, assim como em revistas fundadas ou dirigidas por elas. Desta forma, exerceram uma pedagogia que “visava mudar mentalidades e contribuir para a modernização cultural do país” (ESTEVES, MONTEIRO, 2011, 14).

³² Podemos citar: “[...] Antónia Pusich, Guiomar Torresão, Elisa Curado, Alice Moderno, Olga Soares Sarmiento da Silveira, Beatriz Pinheiro ou Ana de Castro Osório” (ESTEVES, MONTEIRO, 2011, 14).

Deste período, compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, podemos destacar, segundo os autores acima referidos, a publicação da revista *Ave Azul*, cujo empenho se deveu a **Beatriz Pinheiro** e a **Carlos de Lemos de Viseu**, com textos dedicados à “Emancipação da Mulher”; a edição dos periódicos *Sociedade Futura* (1902-1904); a “publicação quinzenal de Literatura, Ciência e Arte”, dirigida por **Ana de Castro Osório** e, posteriormente, por **Olga Morais Sarmiento da Silveira**; e a publicação *Alma Feminina* (1907-1908), sob a responsabilidade de **Albertina Paraíso** e tendo como redactora principal a jornalista **Virgínia Quaresma**.

Esta trajectória, iniciada por uma postura reivindicativa, evoluiu e tomou outras feições, com a criação de associações de mulheres e a proximidade com a Maçonaria e o movimento republicano, definindo uma outra fase deste percurso. Temos, assim, um feminismo ligado ao republicanismo, cuja atmosfera provinha do desejo de homens e mulheres que desejavam o derrube da monarquia e aspiravam a um novo regime que trouxesse a justiça, a liberdade, a igualdade. Para as mulheres, este anseio tornou-se um terreno propício para que emergissem as suas reivindicações, principalmente no que se refere ao sufrágio. Algumas delas destacaram-se neste momento histórico, deram voz ao feminismo que despontava, na luta pela alteração da condição das mulheres, na recusa de continuarem a ser minorizadas e tuteladas por uma sociedade que lhes atribuía um papel meramente passivo.

Para não sermos injustos com todas estas mulheres, citamos apenas as cinco líderes carismáticas do início do século: **Adelaide Cabete**, **Ana de Castro Osório**, **Carolina Beatriz Ângelo**, **Maria Clara Correia Alves**, **Maria Veleza**, podendo ser consideradas mulheres que deflagraram as mudanças iniciais e indispensáveis pela causa das mulheres.

Estas mulheres, e outras que omitimos pela necessária brevidade, seguindo linhas diversificadas de afirmação dos direitos das mulheres, serão seguidas por outras figuras, devendo-se a elas a História das Mulheres em Portugal, assim como a História dos Estudos sobre as mulheres no mesmo país.

Assinalamos, dentro desta proximidade entre o “feminismo” e a implantação da República, três factos: a publicação de *As Mulheres Portuguesas*, de **Ana de Castro**

Osório (1905), que se pode considerar o primeiro manifesto feminista português; a fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908); e o voto histórico de **Carolina Beatriz Ângelo**³³ nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (1911).

Outra questão relevante deste período é a apresentação da tese³⁴ “Feminismo” ao I Congresso Nacional do Livre-Pensamento, em Abril de 1908, presidido por Teófilo Braga. Elaborada por Ana de Castro Osório e Maria Veleda, a tese constitui-se como a primeira manifestação pública das reivindicações feministas. Coube a Maria Veleda a sua apresentação e leitura, na qual, em seu discurso introdutório, expõe as exigências em relação à causa feminista:

Reconhecimento da absoluta liberdade da mulher, em relação ao exercício de todos os seus direitos individuais, civis, políticos e profissionais, embora os livres-pensadores reconheçam que, na sociedade actual, o trabalho salariado, especialmente o promíscuo, é frequentemente incompatível com a dignidade da mulher e com a missão natural do lar (MONTEIRO, 2008, 4).

Na continuidade desta manifestação, foram apontadas as primeiras aspirações feministas:

I- Educação intelectual, moral e física da mulher;

³³ Em 28 de Maio de 1911, durante as Eleições Constituintes, “vota pela primeira vez em Portugal uma mulher: Carolina Beatriz Ângelo, médica, que, por ser viúva e mãe, se considera chefe de família. Antes, tendo-lhe sido negada a sua inscrição nos cadernos eleitorais, recorrera ao Tribunal, que lhe reconheceu esse direito” (SOUZA, 2006, 12).

³⁴ Segundo Maria Regina Tavares da Silva, a tese “Psychologia Feminina”, de 1904, da autoria de Eusébio Tamagnini, “embora defendendo a educação feminina e a sua emancipação intelectual, é claramente contra a sua participação na vida pública como atentatória da ‘graça e da moralidade femininas’ e mais ainda contra os seus direitos políticos - ‘ponto mais melindroso da questão feminista’ (SILVA, 1999, 24).

II- Igualdade entre os dois sexos perante o Código Civil;

III- Direitos políticos da mulher (MONTEIRO, 2008, 4).

Estas reivindicações foram minuciosamente debatidas pelas mulheres e homens presentes no congresso e geraram muitas propostas para que se alterasse a desigualdade vivida entre as mulheres, cuja situação era própria “de sociedades pouco desenvolvidas e submetidas ao poder da Igreja e da Monarquia” (MONTEIRO, 2008, 7). Vários itens relacionados com estas diferenças e com os direitos das mulheres foram discutidos a partir da tese, frutificando-se numa consciencialização que, apesar de apresentar divergências entre os presentes, traduziu a aspiração de uma modernização social e política no país. Estes participantes eram representantes de três tendências doutrinárias pertencentes ao panorama político da época: republicanismo, socialismo/comunismo e anarquismo.

Segundo Ana Vicente, “o pensamento feminista naquela época concentrava-se, sobretudo, em três grandes eixos, a saber: a educação, a formação e a cultura; a participação política básica; o trabalho e o emprego” (VICENTE, 2007, 60). Não foram descuidados também os assuntos referentes à legislação do casamento, da filiação e do divórcio e de outros, como a prostituição.

A instauração da República não correspondeu à expectativa das mulheres e a promessa do sufrágio não foi cumprida pelo novo regime, apesar da reclamação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. O voto só foi concedido aos eleitores com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever e aos chefes de família. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) sofreu algumas cisões e, em Maio de 1911, foi criada a Associação de Propaganda Feminista (APF), encabeçada por **Ana de Castro Osório** e **Carolina Beatriz Ângelo**. Porém, em 1914, foi fundado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), uma organização assumidamente feminista, com o objectivo de juntar várias associações existentes, tendo como principal dirigente **Adelaide Cabete**. A Associação Feminina de Propaganda Democrática é fundada em 1915, por **Maria Veleza**, mas teve uma breve duração, devido à guerra. O sufragismo, que havia ganhado espaço nas petições da LRMP,

reforçou-se a partir da APF, com o enfraquecimento destas duas agremiações. Ele passa a ser representado pelo CNMP, “que inscrevia entre as suas prioridades a reivindicação do voto feminino” (SOUZA, 2006, 35).

Apesar de o associativismo ter sofrido as consequências da guerra, a década de 20 teve grande destaque para o feminismo em Portugal, inclusive com o florescimento dos feminismos, a nível internacional. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) consolidou-se e organizou dois importantes Congressos Feministas e de Educação, em 1924 e 1928.

O primeiro congresso foi presidido por **Adelaide Cabete**, o qual debateu uma diversidade de assuntos e temas, que abrangiam o Direito, a Educação, a Assistência, a Higiene e a Política. “O feminismo que transparece do 1.º Congresso contempla duas vertentes – uma de luta pelos direitos da mulher; a outra, de efectiva intervenção na sociedade” (CASTRO, 2007, 22). Foram apresentadas 25 teses, 16 da autoria de mulheres. O segundo congresso já decorreu sob a Ditadura Militar. Coube a **Elina Guimarães**³⁵ a abertura solene e, diferentemente do congresso anterior, este contou com a presença de dirigentes de movimentos feministas de outros países. Foram expostas 16 teses, 11 de autoria feminina. O sufrágio foi tema dos dois congressos, uma reivindicação das mulheres em Portugal, as quais já haviam conseguido um avanço em seus direitos civis:

[...] em 1924, no primeiro Congresso Feminista e de Educação, Aurora Teixeira de Castro e Gouveia pronunciou-se sobre aquele na Tese “Reivindicações políticas da mulher portuguesa”; em 1927, já durante a Ditadura Militar, o Conselho protestou junto do Ministro do Interior por as mulheres não serem consideradas eleitoras no projecto do Código Administrativo; e em 1928, no Segundo Congresso Feminista, Maria O’Neill expôs a Tese “O voto às mulheres” (ESTEVES, 2011, 33).

³⁵“Elina Guimarães chega a declarar que, após a sua participação no 2.º Congresso Feminista e da Educação em 1928, passou a ser vista como *persona non grata*, acusada de “bolchevizar” as mulheres, como refere Madalena Barbosa, no prefácio ao livro publicado pela CIDM: *Elina Guimarães, uma Feminista Portuguesa, Vida e Obra (1904/1991)*” (TAVARES, 2011, 40).

Em 1931, reconhece-se o direito de voto às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários, ambigualmente em pleno Estado Novo, onde foram instituídas políticas contrárias à afirmação das mulheres, alicerçadas na constituição de 1933. Em 1934, as mulheres portuguesas puderam, pela primeira vez, votar e ser eleitas. Mas ainda continuaram as restrições e as diferenças entre a capacidade eleitoral feminina e masculina.

A partir desta época, o pensamento feminista teve que resistir aos ataques, passando de um discurso de esperança para um discurso de lamento e vitimização. Em seu artigo *Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*, Maria Regina Tavares da Silva comenta sobre a valorosa influência e contribuição de Elina Guimarães, cujas acções mantiveram a chama feminista acesa, num regime que pretendia apagá-la, e também a análise da situação das mulheres na sua especialização jurídica, como, por exemplo, nas obras “*O Poder Maternal*” (1933) ou “*A Lei em que Vivemos...noções de direito usual relativo à vida feminina*” (1936).

A luta sufragista continuou e, em 1946, apesar de uma nova lei eleitoral mais alargada do que a de 1931, continuou-se a exigir requisitos diferentes para os homens e para as mulheres eleitoras.

Em 1948, surge “*As Mulheres do meu País*”, de **Maria Lamas**³⁶, obra emblemática para o feminismo e para a História dos Estudos sobre as Mulheres em

³⁶ Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas (1893-1983) foi jornalista, escritora e tradutora reconhecida. Dedicou-se à causa dos direitos das mulheres portuguesas e dos cidadãos de seu país, destacando-se pela sua oposição ao Estado Novo e às injustiças da ditadura salazarista. Iniciou a sua vida profissional na Agência Americana de Notícias, dirigida pela jornalista Virgínia Quaresma, além de, progressivamente, colaborar e dirigir diversos suplementos infantis. Dirigiu a **Revista Modas e Bordados** (1928-1947), um Suplemento semanal do Jornal **O Século**. Em 1931, organizou uma exposição denominada “Mulheres Portuguesas - Exposição da Obra Feminina, antiga e moderna, de carácter literário, artístico e científico”, evento de muita relevância cultural, pela sua diversidade e abrangência, destacando mulheres desde o Renascimento até à época da exposição, misturando as diferentes profissões femininas e mulheres de diferentes regiões do país. Deste período, segunda metade da década de 30 em diante, Maria Lamas intensifica sua participação em prol das mulheres, como activista da Associação Feminina Portuguesa para a Paz e, destacadamente, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Era presidente em 1947, quando o CNMP foi proibido pela ditadura. Foi forçada a optar entre a direcção da revista *Modas e Bordados* e o Conselho. Manteve a sua fidelidade ao Conselho e por

Portugal. Durante dois anos, Maria Lamas percorreu o país, utilizando variadas formas de deslocamento para reportar, com detalhes, o quotidiano das mulheres portuguesas. A obra, escrita em 15 fascículos mensais de 32 páginas, descreve, “com recorte literário, a situação do trabalho das mulheres portuguesas, não se eximindo de debater as questões das mentalidades: vida conjugal, os costumes, os namoros, as superstições e crendices, a linguagem, tudo tem lugar” (FIANDEIRO e ALMEIDA, 2001, 208). Neste percurso, como ela própria afirmou, utilizou em seu trabalho métodos de que pôde dispor “desde a reportagem jornalística ao inquérito sociológico” (LAMAS *apud* FIANDEIRO e ALMEIDA, 2001, 208).

No ano seguinte, Maria Lamas, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, assumiu que “os problemas das mulheres portuguesas eram muito mais graves e que nenhuma solução eficaz lhes tinha sido dada pelo Estado Novo” (TAVARES, 2011, 48).

Nos anos 50, o espaço para os direitos específicos das mulheres ficou muito limitado: a oposição das mulheres ao regime centrava-se “nas questões salariais, na defesa do emprego, do horário de trabalho de oito horas e na melhoria das condições de trabalho. Conserveiras, corticeiras, operárias têxteis, trabalhadoras agrícolas tinham sido as grandes protagonistas” (TAVARES, 2011, 53).

Foi uma década marcada pela repressão do regime, com o reforço de seus componentes ideológicos, no sentido de evitar os movimentos que o punham em causa, reforçando a censura e valorizando o discurso da domesticidade, baseado no género e na sua capacidade de cuidar da casa. Para Elina Guimarães, “o Estado Novo não mandou as mulheres brutalmente para casa para depois as ir buscar para o esforço da guerra, como tinha feito o nazismo; foi muito mais subtil” (GUIMARÃES, *apud* TAVARES, 2011, 59).

isto ficou desempregada, partindo deste episódio para a escrita de sua importante obra *Mulheres do Meu País*. Nos anos 50, continuou a sua luta pelo pacifismo, através de relevantes funções no Conselho Mundial da Paz, com notoriedade internacional, e dedicado combate à ditadura do Estado Novo. A sua integração na Comissão Central do Movimento Nacional Democrático (1949) e o activismo político renderam-lhe sucessivas perseguições e prisões e o consequente exílio em Paris, entre 1962 e 1969.

O regime salazarista só reconheceu a força política das mulheres após o apoio delas à candidatura de Norton de Matos (1949). Estas vozes tornaram-se incómodas para o interesse ditatorial de Salazar. Então, “habilmente”, o ditador mobiliza as mulheres em favor da candidatura do Marechal Carmona, através do que chama o “Movimento Feminino de apoio à candidatura de sua Excelência o Sr. Marechal Carmona”. Foram 17300 assinaturas de mulheres domésticas, serviçais, modistas, professoras, estudantes e bordadeiras, muitas das quais não sabiam ler nem escrever, sendo “representadas” por assinaturas das que dominavam a escrita. Salazar lançou, também, suas organizações femininas apoiadas na elite. Delas surgiram as primeiras deputadas: **Domitília Miranda, Cândida Parreira e Maria Guardiola**, seguidoras fiéis do regime. Uma destas organizações foi o Movimento Nacional Feminino, criado em 1961, cujo lema era “Por Deus e pela Pátria”, e propagandeava os “ideais” do Estado Novo.

Nos anos 60, a ideologia do Estado Novo não acolhe as mudanças referentes à sexualidade feminina, apesar da invenção da pílula contraceptiva, do domínio da mulher sobre a sua sexualidade e da conquista de um novo poder. A função sexual da mulher, para o Regime, estava restrita à procriação e a prescrição da pílula foi proibida em Portugal. Salazar afirmava que “as mulheres não atingem a felicidade pelo prazer, mas sim pela renúncia” (TAVARES, 2011, 90).

Outros acontecimentos, sob a tutela do Estado Novo, marcaram este período da história das mulheres e de Portugal. Entre estes, seleccionamos: a censura como instrumento de repressão cultural; as crises estudantis que abalaram o Regime; as prisões e torturas de mulheres pela PIDE; o início da Guerra Colonial e a mão-de-obra feminina; o novo estatuto da Associação para o Planeamento Familiar (APF), que lega à mulher o direito de as mulheres decidirem sobre o domínio da sua fecundidade; e a formação do Movimento Democrático de Mulheres, em 1968, cuja mobilização sensibilizou as mulheres contra a Guerra Colonial, recolhendo milhares de assinaturas, além da luta contra o regime, através do apoio aos presos políticos.

Datam de finais da década de 60 as iniciativas precursoras, ligadas à temática feminina³⁷, que haveriam de denominar-se “Estudos sobre as Mulheres”. Em 1967, a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa organizou um ciclo de conferências, intitulado “A Mulher na Sociedade Contemporânea”, com comunicações de Elina Guimarães, Manuela Palma Carlos, Maria de Lourdes Lima dos Santos, João dos Santos, Rui Grácio, Sophia de Mello Breyner, Isabel da Nóbrega e Urbano Tavares Rodrigues, entre outros. E em 1968, um Colóquio, denominado “Sobre a condição da mulher portuguesa”, em que houve a intervenção de personalidades, tais como Isabel Barreno, Augusto Abelaira, Agustina Bessa Luís, Sérgio Cardoso e outros.

As discussões, nestes encontros, estavam relacionadas com a educação e o trabalho das mulheres, a sexualidade, os mitos e estereótipos a elas relativos, bem como com questões jurídicas conexas com o seu estatuto, questões morais e sociais, aspectos psicológicos e condicionalismos. Estas questões foram matéria de reflexão e abriram novas perspectivas, que se fortaleceram e amadureceram, para serem posteriormente incendiadas com o aparecimento, em 1972, do livro *Novas Cartas Portuguesas*, divisor de águas emblemático do feminismo português.

O livro *Novas Cartas Portuguesas* foi escrito a seis mãos por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, em Maio de 1971. Após a apreensão de seu livro *Minha Senhora de Mim*, Maria Teresa Horta juntou-se às duas outras autoras, com quem havia travado amizade depois de entrevistá-las, e decidiram pensar juntas na escrita de um livro em torno de uma mulher portuguesa.

Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa haviam escrito duas obras inovadoras sob o ponto de vista de uma escrita feminina, *Os Outros Legítimos Superiores* (1970) e *Maina Mendes* (1969), respectivamente. Surgiu, então, num encontro entre elas, a ideia do nome de Mariana Alcoforado, a jovem freira enclausurada num convento de Beja, que endereçou cinco cartas de amor a um oficial

³⁷ É significativa para a época a publicação do *Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis*, em 1967, de Américo Lopes de Oliveira e Mário Gonçalves Viana e, mais tarde, a publicação pelo primeiro autor do *Dicionário de Mulheres Célebres* (1981), e de *Escritoras Brasileiras, Galegas e Portuguesas* (1983).

francês, cuja autoria é considerada polémica. Cartas que foram publicadas anonimamente por Claude Barbin, em 1669, como romance epistolar, tendo causado grande impacto no século XVII. E em 1969, trezentos anos depois, foram publicadas, em edição bilingue pela Assírio & Alvim, com o título *Cartas Portuguesas*, e em tradução de Eugénio de Andrade.

*Deste modo, as Novas cartas Portuguesas*³⁸ nascem do conhecimento desta edição e de um projecto conjunto, que se inicia com a primeira carta que Isabel Barreno escreveu e levou para o segundo encontro das três. Depois, os textos produzidos foram assinados e assumidos pelas três Marias, que abdicaram de sua identidade intelectual e criaram, desta forma, um novo estilo de escrita.

Para Maria de Lourdes Pintasilgo, “Pela primeira vez na história do movimento feminista e na sua expressão literária, a cumplicidade entre as mulheres foi ao mesmo tempo sujeito e objecto de toda trama de um livro” (PINTASILGO, 2007, 442).

Em seu livro “*O Sexo dos Textos*”, Isabel Allegro de Magalhães referiu-se a esta trama das *Novas Cartas Portuguesas*, assinalada pela singularidade de sua escrita que

explicitamente não distingue a autoria das várias partes do texto; por outro lado, vemos aqui uma característica que raramente encontramos noutros textos literários feministas: a conjunção, no tecido do texto, de uma denúncia da opressão no domínio privado, vivida no corpo das mulheres, e a opressão no domínio público, palpável na sua inserção social e na sociedade em geral (MAGALHÃES, 1995, 22).

³⁸ Segundo Maria Teresa Horta, não havia, por parte das três autoras da obra, a pretensão de escrever uma obra feminista: “É um livro de ruptura e só é considerado feminista quando as feministas lhe começam a dar o seu apoio. Elas leram e identificaram-se. Nós não pretendíamos escrever uma Bíblia Feminista. Trata-se de uma obra literária” (HORTA, *apud* TAVARES, 2011, 178).

O carácter polémico da obra legou às suas autoras a acusação de “pornografia e de ofensas à moral pública”, facto que poderá ser compreendido se levarmos em conta o contexto histórico, político, social e literário do Estado Novo. E, também, como sublinhou Ana Luísa Amaral, a reescrita das cartas seiscentistas da freira portuguesa

afirma-se como um libelo contra a ideologia vigente no período pré-25 de Abril (denunciando a guerra colonial, o sistema judicial, a emigração, a violência, a situação das mulheres), revestindo-se de uma invulgar originalidade e actualidade, do ponto de vista literário e social (AMARAL *in* <http://www.novascartasnovas.com/historia.html>).

O livro foi apreendido pela PIDE e as suas autoras condenadas a um processo judicial. Apesar de contarem com a solidariedade de intelectuais de Lisboa e do Porto, através de um abaixo-assinado, e com uma mobilização internacional de feministas³⁹ de outros países, um movimento desconhecido em Portugal devido à censura do Estado Novo. A obra teve intensa recepção internacional, principalmente por parte de escritoras e críticas, com sua tradução em cerca de dez idiomas.

O *Diário de Lisboa*, de 26 de outubro de 1973, ao publicar a notícia sobre o julgamento das escritoras e seu adiamento para 31 de janeiro de 1974, refere-se à obra nestes termos:

³⁹ Segundo Maria Teresa Horta, o termo *feminismo* foi banido pelo regime fascista: “O fascismo deteriorava tudo: a nossa auto-estima, a ambição, a dignidade, sobretudo, as mulheres. Havia mulheres que lutavam contra o regime mas que não se assumiam como feministas, porque se começou a entender o feminismo como algo perigoso. A maior ruptura está numa mulher feminista, porque ela pode causar rupturas no sistema. As sociedades defendem-se porque querem manter a tradição, mas são as mulheres que podem dar a volta. As feministas foram sempre ridicularizadas, mesmo no tempo das sufragistas. Muitas eram consideradas loucas. Eu, quando comecei a assumir-me como feminista, fui vista como maluca. Diziam-me: ‘Estás a estragar a tua carreira’. E estraguei” (HORTA, *apud* TAVARES, 2011, 177-178).

O livro incriminado cuja edição foi apreendida pelas autoridades portuguesas - as *Novas Cartas Portuguesas* (título que retoma o das *Cartas Portuguesas* ou *Cartas de uma Religiosa Portuguesa*, um clássico europeu da literatura amorosa) são uma montagem de textos de ficção, ensaio e poesia sobre o estatuto sexual e social da mulher (TAVARES, *apud* “Novas Cartas Portuguesas – julgamento adiado por três meses”, *Diário de Lisboa*, 20).

Vários intelectuais portugueses apresentaram seus depoimentos nas sessões de julgamento. Entre eles destacaram-se: Natália Correia, que publicou a primeira edição do livro, apesar de toda pressão sofrida, Maria Lamas, Augusto Abelaira, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Vieira de Almeida, Natália Nunes, Carlos Jorge Correia Gago e José Tengarrinha, entre outros.

Diferentes jornais internacionais publicaram artigos em defesa das “três Marias” e outras manifestações aconteceram em solidariedade com elas, como a leitura de excertos do livro em Paris, durante a Noite de Mulheres, num teatro.

O processo contra as autoras não foi anulado após a o 25 de abril de 1974, mas terminou com a absolvição triunfal delas e o surgimento do primeiro grupo do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), com a participação de Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, e com a notícia do *Diário de Lisboa*, de 8 de Maio de 1974: “As *Novas Cartas Portuguesas* passaram ontem de tabu a *best-seller*”.

Entre as críticas de escritoras e jornalistas relativas à sua posterior reedição em 1998, portanto, 25 anos depois, citaremos aqui as palavras de Inês Pedrosa, autora destacada nesta tese: “uma forma desassombrada de se escrever sobre o corpo” (TAVARES, 2011, 194); e de Luísa Costa Gomes: “Hoje o livro mantém-se inteiramente actual, porque se houve progressos do ponto de vista formal, na vida quotidiana estes não se verificaram” (TAVARES, 2011, 194). Outros pontos de vista foram descritos por Manuela Tavares, em seu livro *Feminismos- Percursos e desafios (1947-2007)*, que corroboram o carácter inovador da obra e podem abalizar seu impacte na história da literatura e na história das mulheres.

A evolução deste processo prossegue nos anos 70, a nível nacional e internacional. Temos uma mudança política profunda com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a instauração da Democracia, que gera mudanças económicas, sociais e culturais, as quais se reflectem numa abertura para a história das mulheres e na área de estudos sobre elas. Em 1975, é consagrado o Ano Internacional da Mulher, proclamado pelas Nações Unidas, um marco que anuncia a Década da Mulher, que se desenrola entre 1976 e 1985. Em Portugal, é criada uma associação de mulheres em Setembro de 1976, a União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, nascida da participação activa das mulheres, com o 25 de Abril de 1974. Permanecendo com esta denominação até 1989, quando passou a designar-se por Movimento pela Emancipação Social das Mulheres e, posteriormente, na década de 90, viria a denominar-se a União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR.

A criação da Comissão da Condição Feminina, em 1977, protagonizou o resgate da memória colectiva feminina, com biografias de algumas mulheres que pertenceram ao movimento feminista português, de matriz republicana, dos finais do século XIX e princípios do século XX.

Na década de 80, as questões relativas à situação das mulheres passaram da margem para dentro do círculo de debate político. Em 1980, realiza-se a II Conferência Mundial sobre as Mulheres, promovida pelas Nações Unidas, à qual Portugal enviou uma delegação especial. A participação da Comissão da Condição Feminina neste evento e, no mês seguinte, em Salzburgo, com a temática dos *Women's Studies*, trouxe ecos para o desenvolvimento em Portugal do processo de dinamização e legitimação, a nível das instituições. Após sucessivas etapas, esta matéria foi abordada junto do Ministério da tutela, do Ministério da Educação, da Direcção-Geral do Ensino Superior, dos conselhos científicos de várias Faculdades, particularmente da área das Ciências Sociais e Humanas, junto de docentes e investigadores/as, etc.

Esta iniciativa frutifica, a começar pelo primeiro seminário de “Estudos sobre a Mulher”, promovido pela Comissão da Condição Feminina e realizado na Fundação Gulbenkian, em 1983, acompanhado de uma exposição bibliográfica sobre a mulher, que reuniu obras desde o século XVI até ao século XX. Outras iniciativas específicas

podem ser apontadas, como colóquios, promovidos pelo Instituto de Ciências Sociais, de Lisboa, sobre o tema “Mulheres em Portugal” e “A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais”, organizado pelo Instituto de História Económica e Social, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Outras iniciativas na mesma linha se seguiram, as quais omitimos aqui, trazendo luminosidade para a década de 80 e 90⁴⁰, enquanto “o activismo feminista de rua se fizera acompanhar na década de 80 no activismo (politicamente menos expansivo) dentro das instituições; apareceram ‘activistas de gabinete’, que frequentemente académicas, desenvolvem pesquisa e produção teórica nas suas diferentes áreas disciplinares” (SILVA e TAVARES, 2001, 129). Se, por um lado, o pensamento feminista encontrar críticas internas, vindas de grupos que se sentiram excluídos, por outro, sofre influências intelectuais externas, vindas do pós-modernismo, dos Estudos Culturais, da teoria queer, dos estudos gay e lésbicos, da teoria pós-colonial, dos movimentos globais feministas, dos estudos étnicos, da biologia, das ciências da informação e das mudanças relacionadas com o fundamentalismo global. Este hibridismo, reivindicado pelos Estudos Culturais, propiciou um grande número de publicações especializadas nas mais diferentes áreas de conhecimento.

Os anos que se seguem produzem o alargamento das conquistas anteriores⁴¹. Em 1991, é criada a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM),

⁴⁰ Os “estudos sobre as mulheres” têm um crescente interesse a partir destas décadas, com publicações de carácter monográfico de alguns periódicos. Citamos aqui alguns deles: “Mulheres e Trabalho, número especial de *Educação e Trabalho*, em 1984; “Mulher: questões actuais” e “Mulheres na Igreja”, números monográficos da *Revista do Centro de Reflexão Cristã* em 1984 e 1989; “Mulheres no Mar Salgado”, número temático da *Revista Oceanos*, em 1995; “História do Feminino”, número monográfico da *Revista História*, em 1996; número sobre “Género, discurso e guerra” da revista *Penélope. Fazer e desfazer a História*, de Outubro de 1997; e ainda, segundo Maria Regina Tavares da Silva, “o último número da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, sobre “Mulheres, Cidadania e Mobilidade” (SILVA, 1999, 24).

⁴¹ Coube à Universidade Aberta (Lisboa), em 1995, o pioneirismo da criação do primeiro *Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres*, institucionalizando-se, deste modo, os *Estudos sobre as Mulheres*, no âmbito do ensino superior, como área específica do saber académico.

que substituiu a Comissão da Condição Feminina (CCF), transformando-se, em 2007, na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). A constituição da APEM - Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres - foi impulsionada pela CIDM, em 1991, com o intuito de “apoiar, promover e dinamizar os Estudos sobre as Mulheres/ Estudos de Género/ Estudos Feministas em todas as áreas do saber. Além da fundação da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM), em 1997, outras associações ligadas à mulher foram criadas, embora omitidas aqui, constituindo-se como espaços de resistência, relativos às necessidades profissionais ou sociais.

A viabilização destes espaços permitiu e permite a continuidade dos debates em torno dos Estudos sobre as Mulheres e, à medida que as lutas, as reflexões e as conquistas foram e vão acontecendo, tornou-se necessário criar também o espaço da memória. Dar continuidade, na linha do tempo, à História das Mulheres, das investigações sobre os temas com elas relacionados e perpetuar seus testemunhos tornou-se imprescindível. Constituindo-se como um poderoso intercâmbio traçado no tempo, alimentado pelas ideias e provocado por elas e materializado em forma de revista, podemos entender e destacar as duas principais revistas portuguesas relacionadas com os estudos sobre as mulheres: a ***Ex Aequo***, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, e ***Faces de Eva- Estudos sobre a Mulher***.

A criação da revista ***Ex Aequo***⁴² (1999) marcou a inserção da associação provedora na comunidade científica, assinalada pelo seu carácter inter e multidisciplinar. Vinculada à APEM, independente de qualquer instituição académica, tem como objectivo, segundo a sua directora, Teresa Pinto,

⁴² Segundo Teresa Joaquim, o título da revista, “ [...] expressão usada num concurso para traduzir a situação de igualdade de desempenho em igualdade de circunstâncias [...] reflecte de certo modo como a própria constituição deste campo de Estudos sobre as Mulheres esteve, após 1974, ligado a uma instituição da Administração Pública para a Igualdade, a Comissão da Condição Feminina (1977), posteriormente, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres” (JOAQUIM, 2004:90).

contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género, favorecendo o intercâmbio entre quem faz investigação [...], ao nível académico, governamental, ou das organizações cívicas e culturais (PINTO, 2009, 64).

Esta abertura ao contributo das diferentes disciplinas e áreas ligadas aos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género, ainda segundo a autora citada, visa contribuir efectivamente para a modificação de práticas e representações estereotipadas, discriminatórias em relação ao sexo ou outras questões identitárias. Por esta razão, é considerada a única revista no género em Portugal.

No seu primeiro número, na nota de abertura, ressaltou-se a finalidade do seu projecto editorial:

que contribua para uma sociedade pautada nos princípios de igualdade de oportunidades e de resultados entre mulheres e homens. Não importa que mulheres e homens adoptem estratégias e metodologias diferenciadas, o que importa é que os resultados por eles alcançados sejam considerados de igual valor e merecedores do mesmo lugar no pódio (*Ex Aequo*, 1999, 5).

Estruturada em números temáticos até 2007, apresentou-se com um novo formato, a partir do número 16 desse ano, passando a abordar, sob perspectivas teóricas distintas, questões substanciais e significativas (*dossier temático*), além de acrescentar a divulgação de artigos provenientes de investigação diversa e alargar o intercâmbio de informações e de conhecimento científico na área de estudos a que se propôs (*Estudos e Ensaios*). Do antigo modelo manteve a secção de leituras e/ou resenhas. Estas modificações ampliaram e acrescentaram a abordagem científica da revista que, em 2005, já se havia deixado de publicar somente em língua portuguesa e

passado a integrar artigos em espanhol, francês e inglês, reforçando o diálogo internacional e a sua divulgação.

A revista *Ex Aequo* tem características de interdisciplinaridade e diversidade como pontos importantes de seu perfil, reconhecendo-se como veículo de uma associação multidisciplinar, insistindo também no seu carácter de diversidade, característica fundamental dos estudos sobre as mulheres, temáticos ou disciplinares, abrindo-se a diferentes perspectivas, considerando que nenhuma corrente se pretende hoje como única intérprete dos interesses das mulheres.

Obedecendo a esta proposta, a revista elegeu a equipa de investigação de *Uma Filosofia no Feminino*, para que assumisse a organização de seu primeiro número. A temática girou em torno das “Representações sobre o Feminino”, incluindo abordagens provenientes da filosofia, da história, da literatura, da educação e da teologia, bem como artigos de balanço sobre os estudos sobre as mulheres em Portugal. O enfoque nas políticas de igualdade foi objecto do duplo número (nºs 2/3 “Políticas de Igualdade”). Seguem-se outros blocos temáticos, como: “Mulheres e Desporto” (nº 4), “A construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal” (nºs 5 e 6), “Outros sentidos para novas cidadanias” (nº7), “Reconceptualizações filosóficas e teoria política, Perspectivas Feministas” (nº 8), “Filosofia e Literatura em textos de mulheres” (nº 9), “Direito da Igualdade de Género” (nº 10), “Polifonias na investigação em torno dos Estudos sobre as Mulheres” (nº 11), “Um legado de cidadania; homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo” (nº 12), “Mulheres, participação e democracia” (nº.13), “Representações mediáticas de mulheres” (n.14), “Géneros, problemáticas e contextos educacionais” (nº 15), o *dossier* “Género, Responsabilidade Social e Cidadania. Voluntariado e Educação Não-formal” (nº 16), *dossier* “Vozes de Mulheres do Sul” (nº17), *dossier* “Género e Mercado de Trabalho” (nº18) e o *dossier* “Os estudos sobre as mulheres, de género e feministas em revista” (nº19), que assinala a efeméride de 10 anos da revista.

Todos os temas citados reúnem, em torno de si, produções científicas, baseadas na perspectiva das relações sociais de sexo, que tocam todos os aspectos da vida académica, social, cultural e política, sendo, desta forma, um importante

contributo para o desenvolvimento das diversas disciplinas e dialogando com elas. Onde se conclui que, ao assumir-se como uma revista científica inter e multidisciplinar, é poderoso instrumento da instituição a que se vincula (APEM), que integra não só investigadoras/es de diversas instituições de ensino superior e/ou centros de investigação de todo o país, como elementos de ONGs de mulheres e estudiosas não vinculadas à academia, constituindo-se, assim, importantes elementos de convergência para os Estudos sobre as Mulheres.

Faces de Eva- Estudos sobre a Mulher é uma publicação periódica que nasce atrelada a um projecto académico do centro de investigação **Faces de Eva. Centro de Estudos sobre a Mulher**, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que teve como antecedente um projecto de investigação com o mesmo nome, sediado no Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias da mesma Faculdade. Actualmente, conta com uma equipa alargada de investigadoras/es, e tem a cooperação do Núcleo de Estudos de História da Mulher do Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade, da Universidade de Évora.

A nota de abertura da revista, escrita pela sua fundadora e directora, a professora Zília Osório de Castro, em seu endereço electrónico, revela-nos o comprometimento com a génese do projecto inicial, a sua pluridisciplinaridade. A promoção de um intercâmbio entre as diversas áreas do saber, com a colaboração de seus especialistas e graduados, através da transversalidade, alcançaria de forma mais ampla os estudos relacionados com a mulher:

A mulher esteve sempre presente na sociedade de múltiplas formas, sem que a sociedade guardasse a memória do seu contributo, que por ter sido silenciado não foi menos real. Só a transversalidade, resolvida na pluralidade das abordagens, a podia descobrir onde quer que ela se encontrasse (<http://www2.fcsh.unl.pt/facesdeeva/>).

Deste modo, o objectivo de dar visibilidade às mulheres estabelece a linha de pesquisa da revista, trazendo para a superfície tanto aquelas mulheres que ficavam limitadas ao âmbito do trabalho doméstico, como aquelas que, saindo deste ambiente, encontraram desafios, foram confrontadas pela sociedade e iniciaram uma caminhada que se estende até aos nossos dias.

Era necessário, segundo a Prof. Zília, conhecer o percurso das mulheres que foram pioneiras, dar face à História, trazer à luz aquelas mulheres que ficaram conhecidas num núcleo muito restrito, mas deixaram marcas no caminho:

Se nós hoje podemos estar presentes é graças a elas, que marcaram caminho. Se não tivessem marcado, ainda estávamos naquele tempo da invisibilidade ou pelo menos de luta por uma presença a que têm jus. Enquanto que hoje ainda há luta e até ainda é necessário afirmação, sobretudo a diversos níveis, não é nada que se pareça com as dificuldades que as mulheres tiveram nem há tanto tempo como isso (CASTRO, 2003, 168).

A efectivação deste anseio iniciou-se com a fundação da revista em 1998. O seu primeiro número aparece em 1999. Consta de vinte e dois números até ao primeiro semestre de 2010, com edições semestrais, obedecendo a uma estrutura que também faz parte da aspiração da sua fundadora e de suas colaboradoras: aproveitar a fundamentação científica relativa aos estudos sobre as mulheres e ao mesmo tempo torná-los acessíveis às pessoas. A revista seria, por um lado, académica e, por outro, de reflexos e reflexões pessoais.

A estrutura de ***Faces de Eva*** procura, deste modo, multiplicar abordagens e metodologias, sem preconceitos, com a finalidade de se aproximar de todas as mulheres. Para tal, tira partido de várias concretizações discursivas, que se dividem em

oito secções da **Revista**: Estudos, Estado da Questão, Entrevista, Pioneiras, Auto(retrato), Toponímia no feminino, Leituras e Notícias⁴³.

A secção **Estudos** focaliza e problematiza a mulher e o feminino. Reúne trabalhos de origem nacional e estrangeira, com base científica e, portanto, académica. A secção **Estado da Questão** dá prioridade à divulgação das associações que, através da investigação e da intervenção pública directa, contribuem para melhorar a condição social da mulher, tendo, por isto, grande repercussão cultural e científica. A secção **Entrevistas** destaca as pessoas que são diferentes e que aparecem de maneira diferente, descobrindo as diversas facetas e conhecendo as diversas maneiras de ser e estar, o que torna a Revista viva e marca a diferença. A secção **Pioneiras** evidencia as mulheres que foram protagonistas, aquelas que iniciaram o caminho para encontrar o seu lugar dentro da sociedade. A secção **Auto(retrato)** organiza-se duplamente: um texto em que uma mulher se retrata (auto-retrato) e outro em que é retratada (retrato). A secção **Toponímia no feminino** investiga e faz um breve relato das homenagens toponímicas femininas na cidade de Lisboa. A secção **Leituras** faz resenhas de obras relacionadas com o universo feminino, de forma temática ou problematizada. Finalmente, a secção **Notícias** informa sobre os vários eventos em que a mulher é notícia, sejam eles de maior amplitude, como conferências, seminários, cursos, mestrados, investigação, seja de acontecimentos de ocorrência individualizada e avulsa, mas que merecem significativamente serem anunciados.

Um outro aspecto a ser mencionado, na sua composição, é o apelo imagético da Revista, retratando as mulheres que foram norteadoras de conquistas, oriundas de diferentes lugares e funções, advertindo muitas vezes para o conteúdo temático que precede a leitura daquele número. Podemos citar, algumas delas: a bailarina russa Anna Pavlova, em seu primeiro número; Maria Lamas; Virginia Woolf; Judith Teixeira; Hannah Arendt; Sarah Affonso; Irene Lisboa; Sarah Bernhardt; Veva de Lima; Carolina Beatriz Ângelo; Ana de Castro Osório; George Sand; Sophia de Mello Breyner Andresen; Susan Sontag e Carmen de Burgos, entre outras.

⁴³ A partir do número 21, aparece a secção *Diálogos*, após a secção *Estado da Questão*, com a transcrição de pontos de vista femininos em torno de um tema comum, confrontados através de seus depoimentos.

O acolhimento das diversas áreas do saber relacionadas com os Estudos sobre as Mulheres gerou grupos temáticos diversificados, distribuídos ao longo das revistas, possibilitando um olhar mais amplo sobre o horizonte feminino. As perspectivas relacionadas com o tempo, se sobressaem dentro deste universo temático, possibilitam um olhar ao passado, ao presente e uma preparação para o futuro das mulheres. Salientaremos alguns temas que se vinculam a diferentes títulos dos trabalhos publicados: Bigamia; Feminismos; a Mulher e a Moda; Mulher e Educação; Mulher e Política; Mulher e Religião; Mulheres e Representações; A Mulher ao longo da História; História de Mulheres; Mulheres Protagonistas, Mulher e Género, etc.

O desdobramento destes grupos temáticos conduz a uma leitura que conjuga a particularidade e a pluralidade, a parte e o todo, a igualdade e a diferença, o ontem e o hoje. Por outro lado, um olhar mais aguçado para as notas de abertura dos diferentes números provoca uma leitura que conclama as mulheres à luta, alenta suas expectativas, valoriza suas conquistas e seus desafios, dá força ao seu poder de resistir e principalmente insiste na visibilidade das mulheres.

Assim, ***Faces de Eva*** tem um título que justifica o seu projecto: mostrar as diferentes faces da mulher, inscrever-se na História dos Estudos das Mulheres, revelando e construindo junto a elas uma parte do caminho.

Ao percorrer os temas eleitos pelas revistas ***Faces de Eva- Estudos sobre a Mulher e Ex Aequo***, deparamo-nos com o universo da história dos feminismos e dos Estudos sobre as Mulheres, destacadamente em Portugal. São autoras/es que privilegiam “vozes femininas”, captadas ao longo do tempo, através da produção literária, jornalística ou artística. Estas investigações sobre as condições da produção feminina incidem sobre as mulheres como sujeitos produtores e objectos de representação. São produções de diversas fontes e permitem entrever o cruzamento das perspectivas historiográficas e da crítica literária, seja ela feminista ou não.

Segundo Teresa Joaquim, comentando a fala de Manuel Gusmão sobre o Congresso de 1924 e a “irrupção de vozes” aludida por ele, os feminismos surgiram pelo desejo destas vozes, “de criação de vozes, diversas, plurais, polifónicas”(JOAQUIM,2007:205). A herança ou a ressonância que elas carregam ressignificam os

factos, as conquistas e marcos históricos, “contas” que alimentam o fio do tempo e que poderiam ser compreendidas como um devir na história das mulheres.

Conhecer a trajectória das conquistas femininas em Portugal e a história dos Estudos sobre as Mulheres permite também o confronto destes acontecimentos e um possível entendimento de como estes factos, e sua posterior reflexão, podem “iluminar” ou “desmistificar” este percurso.

Porque os feminismos e os estudos sobre as mulheres são certamente também formas diversas de poder habitar a teoria e as práticas de outro modo. De reler as experiências múltiplas das mulheres, algumas na sua insignificância, dando-lhes sentido e daí possibilidades de vida, de serem possíveis de serem transmitidas como herança às gerações vindouras, herança feita da passagem do testemunho entre feministas da geração do início do século passado e as mulheres que se afirmaram pós-25 de Abril de 1974, ou ainda ausência de transmissão entre as mulheres da oposição ao Estado Novo e as pós-25 de Abril. Porque se “as/os contemporâneas/os só o futuro as/os conhece” [...] mulheres feministas em 1924 são nossas contemporâneas pelas questões que levantaram, e não pelas soluções que deram às suas perguntas e inquietações... (JOAQUIM, 2007, 205).

Para a autora, as respostas e soluções devem ser inventadas, por cada um/a, cada colectivo, a cada momento histórico. Saí o seu carácter paradoxal, situado no seu tempo e consequentemente com seus conflitos. Paradoxos e conflitos, que segundo ela, os participantes ou protagonistas “de determinado acontecimento reformulam ao longo da vida, dando-nos pois, na actualidade, uma visão de passado recriado pelo tempo futuro” (JOAQUIM, 2007:205).

Portanto, quando reflectimos sobre os Estudos sobre as Mulheres e sua articulação com o feminismo em Portugal, percebemos que eles incidem sobre um contexto que se integra na evolução das Ciências Sociais, elucidando o aparecimento das “vozes” que foram moduladas no decorrer do tempo e sobre este tempo. A

importância destas vozes que emergiram de diferentes lugares, pode tornar-se ainda maior, quando aquilatamos que este direito à palavra pública e sobre a vida pública contribuiu para a criação de um sujeito e também de um porta-voz de um círculo comum e para um bem comum, mesmo sujeitas às diferenças de cada época, sendo mais visíveis ou não.

Oitenta anos após o último congresso feminista (1928), a ocorrência do Congresso Feminista 2008, na Fundação Calouste Gulbenkian e Faculdade de Belas-Artes em Lisboa, veio trazer o testemunho das lutas do passado e novamente suscitar as questões feministas do século XXI. Na primeira metade do século XX, tivemos um feminismo de teor essencialmente emancipador e na, segunda metade, um feminismo de carácter mais jurídico, preocupado com a obtenção dos direitos. O feminismo do século XXI, liberto do peso institucional, pretende dar “agência a várias vozes”, segundo as palavras iniciais das actas do congresso, que ainda se referem a mudanças sociais propostas pelos feminismos, não apenas nas questões de mentalidades, mas, segundo Maria José Magalhães e Manuela Tavares, que assinam o prefácio intitulado *“Um espaço de afirmação dos feminismos”*, buscar:

[...] mudanças profundas das estruturas sociais em termo de poder, das relações laborais e da organização social do trabalho, da organização dos quotidianos, das famílias, da intimidade e das sexualidades, da organização política e da participação cidadã, consubstanciando uma dimensão material que ultrapassa a questão das representações sociais e se alicerça nas relações sociais e na distribuição desigual de recursos e de bens sociais, económicos e culturais. (MAGALHÃES e TAVARES, 2009:s/n).

Cada século, portanto, tem os movimentos, desafios e correntes de pensamento próprios de sua época. Muitas iniciativas ligadas a este campo de pesquisa foram e estão sendo feitas, sedimentando as conquistas e abrindo-se para um novo horizonte, constituído por novas temáticas, inerente a um patamar social, político e cultural próprio do século XXI.

Portanto, quando encontramos a cronista Inês Pedrosa, entendemos que, mais do que “ler” as crónicas escolhidas em seu livro *Crónica Feminina*, alcançamos uma outra dimensão temporal além daquela prevista pelo género da crónica, “deslocando” através de seu universo temático até ao passado das primeiras conquistas feministas, conhecendo perfis relevantes que fizeram parte da história das mulheres em Portugal e no mundo, conhecendo as questões que inquietaram as mulheres do século passado até à actualidade, num caleidoscópio da memória destas “vozes” que se tornaram guardiãs de seu tempo.

Capítulo II

A crónica e as mulheres cronistas

2.1. Conceito(s) de crónica

O conceito de crónica não é unívoco e consensual entre os autores que sobre ele se pronunciaram.

Jezreel Salazar aponta dois fenómenos explicativos da emergência actual da crónica como instrumento de reflexão sobre o real: um, como resgate da memória histórica das experiências traumáticas desencadeadas no século XX pelos regimes de terror, algo que Annette Wieviorka designou como “la era del testigo” (1998); o segundo tem a ver com a crise nas formas de representação, nos modos de narrar e conceber o relato, desde a unicidade iluminista da representação do mundo:

No obstante, el debilitamiento de las instituciones modernas, las transformaciones provocadas por la globalización, el surgimiento de nuevas sensibilidades y el interés por sujetos sociales antes ignorados, permitió que toda una serie de líneas de pensamiento crítico en distintas áreas abogaran por la ruptura de esa visión totalizadora de la verdad, que traía consigo una concepción monológica de la cultura y su representación (SALAZAR, 2005, s/p.).

Deste modo, em face da saturação com os efeitos gerados pelas novas tecnologias (a velocidade das mudanças, a informação massificada, a sobrevalorização

do instante fugaz), a crónica surge, para este autor, como um género privilegiado para dar conta dos estímulos culturais da actualidade, sendo ela a representação por excelência do efémero e do fugaz, em busca do perene e do eterno, na fórmula preconizada por Baudelaire para os artistas: “lo transitorio, lo fugitivo, lo contingente, la mitad del arte, cuya otra mitad es lo eterno y lo inmutable” (Baudelaire, c1869, 92).

Entendemos por crónica (do grego *chrónos*, tempo) um discurso híbrido, isto é, um género literário, veiculado pelos meios de comunicação social, tecido por um conjunto de fios interactuantes e complementares.

A associação entre a crónica e o seu tempo, que lhe dá uma feição efémera (também do grego *epi-emêras*, isto é, que coincide com a brevidade e a precariedade do dia), mas, também o transcende, é ressaltada por Affonso Romano de Sant’Anna, o qual definiu “O cronista é um escritor crônico”, quase parafraseando Rubem Braga: “ [o cronista] deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele” (SANT’ANNA, *O Globo*, 12 de Junho de 1988). João Paulo sublinha esse carácter efémero da crónica: “A crônica, em sua essência, não nasce para virar livro nem carrega a pretensão da perenidade”(*ibidem*). Carlos Reis, em “O tempo da crónica”, para o *Jornal de Letras*, também marca esta característica temporal da crónica como uma das suas propriedades “decisivas e consensualmente reconhecidas”, “ [...] a sua dimensão temporal, inscrita, de resto, na própria matriz de etimológica do termo *crónica*”(*JL*, 25 de Outubro de 2005), afirmando que a importância desta dimensão temporal não se refere tanto à sua dinâmica interna, como num movimento temporal de um conto ou romance:

[...] mas antes a sua relação da crónica com o seu tempo, com o movimento da história ainda em decurso, às vezes até com as incidências, com as figuras, com os conflitos e com as motivações de *pequena história*, quase sempre esquecida pela historiografia como ciência e repositório da memória colectiva (*ib.*).

O carácter paraliterário da crónica também é marcado por Carlos Reis, ao articulá-la com a intertextualidade literária:

[...] a relativa notoriedade cultural da **crónica** [...] advém do seu culto por escritores propriamente literários. E não parece arriscado conjecturar que muitos desses escritores exercitam nas suas **crónicas** uma competência narrativa que chega a fazer delas esboços de contos ou então partem de sugestões temáticas que nelas recolhem para sua actividade de criação literária. Daí advém também a dimensão paraliterária da **crónica** (REIS; LOPES, 2000, 89).

Geralmente, a crónica parte de um episódio, real ou fictício, mas preferencialmente ligado ao real do quotidiano, sobre o qual se fazem comentários, apreciações pessoais, juízos de valor, se exprimem reacções emotivas e votos, a partir do qual se fazem evocações e invocações. Todavia, João Pereira Coutinho, no seu segundo mandamento da crónica, religa-a ao real, sem se lhe colar: “pode partir da realidade mas, não raras vezes, a crónica cria a sua própria realidade” (*Ib.*) Também José Castello realça o binómio realidade e fantasia na crónica: “A crónica tem um pé no real, outro na fantasia, e é isso que a define e que lhe garante a autonomia como género literário” (Disponível em: <http://blogs.odiario.com/wilameprado/2013/01/14/jose-castello-da-entrevista-falando-sobre-rubem-braga/>).

Outras vezes, a crónica parte de uma simples observação de algo inovador ou bizarro, interessante ou revoltante, ou mesmo de uma entrevista. É sempre o registo de algo concreto sobre o qual o discurso se espraia um pouco, numa busca de generalização, ou de comparação com algo de semelhante, ou mesmo oposto, mas nunca se eleva a um grau de abstracção filosófica, considerada excessiva. É algo essencialmente simples e pragmático e, por isso mesmo, cultural, ligado às necessidades humanas, físicas ou espirituais, individuais ou colectivas: a habitação, o urbanismo, a alimentação, a escola, a higiene, a saúde, o desporto, a natureza, a economia, a arte, a política, a moral, a religião... Todavia, João Pereira Coutinho consigna como terceiro mandamento da crónica algo mais subjectivo: “a crónica não é análise nem comentário; a crónica é confissão e hipérbole” (*Ib.*).

É sempre um espaço comunicacional breve, conciso, incisivo, envolvendo o destinatário na mensagem que se pretende transmitir-lhe. O seu público-alvo é

generalista, geralmente de educação média: o leitor do jornal ou da revista, o ouvinte da rádio, o telespectador. João Pereira Coutinho, no seu quinto mandamento da crónica, assinala que “a crónica não vive da especialização; a crónica vive da diversidade” (in *EXPRESSO*, 13 de Agosto de 2005).

Apoiando Antônio Cândido, no seu ensaio “A vida ao rés do chão”, em *Recortes*, João Paulo regista a evolução do carácter informativo da crónica para a função de divertimento, através de marcas de oralidade e da democratização cultural:

Antônio Cândido [...] é certeiro ao descrever o gênero em evolução, que aos poucos vai perdendo a intenção de informar para ficar sobretudo com a de divertir. Com isso, a crônica vai contribuir para a quebra do artifício, tão forte em nosso beletrismo esnobe, trazendo a oralidade para a escrita. O resultado, além de estilístico, é político, na medida em que as letras deixam de carregar o peso de classe para se validar pelo prazer e democratização da leitura (João Paulo, *Estado de Minas*, 12 de Janeiro de 2013).

Também João Pereira Coutinho adere a esta função lúdica da crónica, no seu quarto mandamento, sem perder o seu pendor opinativo: “a crónica não pretende influenciar; a crónica deve entreter e, se possível, opinar” (*ib.*).

A ligação entre a crónica e o meio de comunicação social em que é transmitida é sublinhada por este autor, que a relaciona no seu diálogo com a notícia, na aprendizagem mútua, apesar das respectivas diferenças:

Mesmo sem a busca da alegoria, uma crônica sempre dialoga com a notícia com a qual divide o espaço no papel. Assim, a crônica pode ser um exercício de esquiva ou de interpretação; uma busca de ar ou a exigência de um fôlego a mais de inteligência.

Além disso, a crônica tem outras relações com o jornal. Em primeiro lugar no campo da linguagem. Se a notícia deve ser vazada pela busca da objetividade ou, no mínimo, da isenção, a crônica é carregada de individualidade e emoção. Há no entanto um parentesco entre os dois gêneros, a crônica e o jornalismo, que parece alimentar os dois lados, em regime de vaivém. A crônica aprendeu com o jornalismo que é preciso escrever para todos (não há leitor ideal, como

na literatura, que supõe um receptor culto e ciente de seus códigos). E o jornalismo ganhou da crônica a certeza que o texto bem escrito é mais eficiente que aquele apenas correto. Os dois lados saíram ganhando nesta convivência (*lb.*).

No entanto, João Pereira Coutinho codifica como primeiro d' "Os Dez Mandamentos da Crônica" a sua identidade como gênero literário, em vez de jornalístico: "A crônica não é um gênero jornalístico; é um gênero literário" (*lb.*).

Por isso mesmo, a linguagem da crônica, ainda que elegante, bela, não pode ser excessivamente erudita, estilisticamente sobrecarregada de metáforas, alegorias ou símbolos. A clareza e a transparência do discurso, através de uma sintaxe despojada, com períodos não muito longos, e de um vocabulário minimamente acessível, devem timbrar o seu estilo. João Pereira Coutinho, no sexto e oitavo mandamentos, valoriza a importância do estilo, em detrimento da substância: "6) a crônica vale pelo estilo e pela substância; em caso de conflito, sacrifique-se a substância; [...] 8) a crônica não está certa ou errada; a crônica, como diria Wilde, está apenas bem ou mal escrita" (*lb.*). Mas também reconhece a sua característica de acessibilidade: "10) a crônica deve ser tão fácil de ler como de esquecer" (*lb.*).

Maria Esther Maciel também valoriza as qualidades estilísticas da crônica, em diálogo genológico com a poesia, a narrativa, o ensaio e a "conversa fiada", no exercício pleno da liberdade criadora, fixando o interesse do destinatário:

A crônica é um gênero interessante, pois exige concisão, leveza e desprendimento. Situando-se no espaço indeterminado entre a narrativa, o ensaio, a poesia e a conversa fiada. Não prescinde nunca do improviso, por mais que tenha sido pensada. É um registro precário, mas suficiente, dos dias e das horas que compõem o que chamamos de vida pode ser lírica, dramática, ácida, reflexiva, divertida. Leva quem a escreve ao exercício da liberdade de falar sobre qualquer coisa, desde que essa coisa possa trazer algo que instigue o interesse e a imaginação do leitor. Aliás o leitor é fundamento de toda crônica, pois ela tem que falar ao ouvido de cada um, convidando-o à

conversa, à reflexão e ao devaneio. (MACIEL, *Estado de Minas*, 5 de Julho de 2011).

A simplicidade da crónica transparece no espaço cronístico de Mário de Andrade, denominado “Táxi”, a metáfora de um veículo condutor da modernidade que reflectiam as suas inovações modernistas: “O táxi pode ir a qualquer parte; assim Mário trata de qualquer assunto, pelo caminho que quiser” (BUIIONI, 1985, 87), considerando a crónica como um “ [...] texto descompromissado de grandes ambições. Ele dizia que no meio de sua literatura sempre tão intencional, a crônica seria *a válvula verdadeira por onde eu me desfaticava de mim*” (*ib.*).

Por vezes, o(a) cronista limita-se a olhar o exterior, deixando certamente as marcas da sua subjectividade, mas sem revelar certos segredos da sua intimidade. Outras vezes, o seu movimento de extroversão é enriquecido com as histórias da sua vida, o seu percurso intelectual e afectivo. Este carácter personalista da crónica também é destacado por João Pereira Coutinho, no sétimo e nono mandamentos: “7) a crónica não pondera opiniões contrárias às suas; a crónica pondera apenas uma opinião que seja contrária às outras; [...] 9) a crónica é pessoal; a crónica é um prolongamento do ego” (*ib.*). Affonso Romano de Santana, a propósito de Rubem Braga, também destaca o carácter subjectivo da crónica: “Em vez de ficar relatando fatos como eles realmente eram, ele introduziu a subjectividade no texto, permitindo o olhar do observador. A subjectividade passa a ser mais importante do que a coisa observada, ou seja a maneira de ver a coisa é o que importa” (BRANT, *apud* SANTANA, *Estado de Minas*, 12 de Janeiro de 2013). E articula a subjectividade do cronista com a sua liberdade: “O cronista é o mais livre dos redatores de um jornal. Ele pode ser subjectivo. Pode (e deve) falar na primeira pessoa sem envergonhar-se. Se “eu”, como o do poeta, é um eu de utilidade pública (SANT’ANNA, *O Globo*, 12 de Junho de 1988).

A ironia é uma estratégia compatível com a adequação entre a observação do real e a subjectividade do cronista, como assinala Victor Silva Lopes:

A crónica permite uma interpretação subjectiva da realidade e, frequentemente, faculta ao seu autor a possibilidade de revelar seus ideais.

[...] A ironia, o humor ou a dureza do tema são formas geralmente escolhidas para rematar uma crônica. Aliás, o cronista num jornal procura observar a realidade [...], julga-a e procura extrair um comportamento social (Victor Silva Lopes, 1981, 103).

José Castello aponta para essa subjectividade proposta por Afonso Romano, “O que é a crônica – gênero do EU e da confissão, mas também do mundo e da invenção – senão um artifício que nos leva a dar rasantes sobre o mundo, não como quem o agride e domina, mas como alguém que o acaricia?” (CASTELLO, *O Globo*, 5 de Junho de 2010). Porém, adverte:

Falhar: eis tudo o que o cronista deve saber [...] Mesmo sendo gênero do EU, a crônica não é o lugar da exibição e do triunfo [...] Não é o gênero da glória e da empáfia, mas o gênero da delicadeza e do fracasso. Um gênero, enfim, do humano (*Ib.*).

Se ao cronista é permitida a falha, neste destino incerto da crônica, são as palavras de Castello e de Humberto Werneck “varinhas de condão” para a compreensão mais subtil da matéria da crônica, composta muitas vezes pelas coisas simples do quotidiano, de iscas da existência: “Cronistas são homens que aprendem a olhar. Homens que praticam o que Humberto Werneck chama de “olhares que iluminam” [...] O cronista vê não o que os outros não vêem, mas o que os outros, mesmo vendo, desprezam” (*Ib.*, Grifos nossos).

André Sefrin aponta o quotidiano, “transfigurado pelo lirismo”, como uma das “características fixadoras” do género cronístico, a par da parábola política, do conflito de gerações ou, mesmo, da falta de assuntos, ingredientes sabiamente combinados e reestruturados pelo cronista:

Mas o que seriam estas “características fixadoras do gênero”? Talvez um fato banal do cotidiano transfigurado pelo lirismo, talvez a sutileza de uma parábola política ou um giro rápido e jocoso sobre conflitos de gerações, ou a indefectível falta de assunto, ou o tempero autobiográfico. Um material vário

que sofre todo tipo de investida e fixa o permanente sobre aquilo que está condenado a desaparecer, tudo ao sabor do engenho do autor (SEFFRIN, *Jornal do Brasil*, 16 de Junho de 2001).

Designando a crónica como uma “estética de transgressão”, Jezreel Salazar salienta a sua função impugnativa de uma cultura dicotómica: culto/vulgar, puro/impuro. O seu hibridismo genológico funciona algo transgressor dos cânones literários, ao mesmo tempo que lhe confere um carácter aberto, dialógico com outros modos de representar a estética do mundo:

Al ser un género transdiscursivo, la crónica resulta ser un relato que desafía de manera constante la estabilidad del canon recibido, así como los usos apropiados o tradicionales de un artefacto cultural.

La hibridación o transdiscursividad de la crónica funciona así como un modo de infringir o violentar las reglas, lo establecido. Su inherente voluntad transgresora es el origen de su ambivalencia. [...]

La crónica es una obra fundamentalmente abierta. Abierta a otras voces, a otros centros narrativos, a otras interpretaciones y a otros discursos (a través de citas, fotografías, canciones, dichos populares o entrevistas), su escritura constituye un diálogo constante con lo otro (SALAZAR, 2005, s/p.).

A crónica é sempre o barómetro de uma sociedade, na multiplicidade de aspectos, abordagens, apreciações. É sempre datável, ainda que não datada. É sempre circunscrita a um espaço e a uma cultura. No entanto, pode atingir um grau de universalidade, capaz de transcender o tempo e o espaço, desde que a reflexão proposta toque a essência da natureza e da condição humana.

Na base dessa reflexão subjaz uma filosofia, de matriz idealista ou materialista, um código de valores. Mas, mais do que com o discurso racional e ideológico, o leitor é sensibilizado pela onda emocional e afectiva. Por isso, Garrett, no capítulo I de *Viagens*

na Minha Terra, promete que “de tudo o que vir e ouvir, pensar e sentir se há-de fazer crónica”. O objecto da percepção sensorial (não fosse ele um autor romântico!) é colocado à cabeça: a visão e a audição. A actividade racional e afectiva é perspectivada em perfeito equilíbrio: o pensar e o sentir. A crónica contempla, assim, o homem todo, integral. Daí também a sua eficácia retórica e literária.

No tear discursivo do texto convivem múltiplos textos, numa saudável interacção intertextual, funcionando uns como reforço ideológico e intelectual e outros como exemplo de distanciamento crítico e contraste ideológico.

Na ânsia sensacionalista de motivar o leitor para os últimos *flashes* da actualidade, o cronista tende a privilegiar não apenas os escândalos da vida social e as reacções da opinião pública, mas também as modas culturais. No entanto, serve melhor a comunidade aquele que for capaz de iluminar a reflexão com o olhar sensato, perspicaz e profundo dos autores clássicos e bíblicos.

O cronista é um leitor crítico da sociedade e do mundo. O prestígio da sua autoridade, a sua pertinência e argúcia argumentativas e a capacidade da sua persuasão retórica fazem dele um mestre cujos discípulos, em vasto anfiteatro, bebem avidamente a sua doutrina e a sua opinião. Quanta responsabilidade cívica, moral e pedagógica advém ao cronista no exercício da sua missão social e literária! Cabe-lhe a tarefa de seduzir sem trair os seus princípios e valores, ensinar sem aborrecer é molestar, criticar sem azedume nem raiva, formar sem deixar de informar.

Discurso de todos os tempos, a crónica não deixa de merecer um lugar especial no conjunto dos géneros literários que o nosso tempo privilegia, como meio de comunicação e formação da opinião pública: ombreia com o conto e o romance, dos quais é parente próximo, como o teatro e, até, o cinema, na sua vertente literária.

2.2. A Crónica através dos tempos

Embora com uma dimensão e configuração variável, e mesmo sem idêntica designação, a crónica não é apenas um registo literário da modernidade. Visando análogos objectivos em todos os tempos, ela tem sido um instrumento de comunicação utilizado por um sujeito da escrita com os leitores não apenas do seu tempo, mas também, e principalmente, da posteridade.

Sem uma preocupação exaustiva, vamos percorrer alguns exemplos ilustrativos desta actividade literária, quer na Antiguidade Clássica, quer na Literatura Portuguesa.

O registo cronístico na Literatura Grega

Ainda que não conste propriamente o género cronístico na Literatura Grega antiga, como existe na modernidade, o facto é que, além da origem grega do vocábulo *crónica*, encontramos nela já um esboço desse género, a partir dos seus traços mais significativos, como a referencialidade informativa e a análise e avaliação opinativa e crítica da mesma.

Chamado “pai da História”, termo que ele próprio inventou, Heródoto de Halicarnasso (séc. V a. C) justifica a sua obra com o destaque para a posteridade das “acções grandiosas e admiráveis, praticadas quer pelos Helenos, quer pelos bárbaros; e, sobretudo, a razão pela qual entraram em conflito uns com os outros” (“Prólogo das Histórias”, in PEREIRA, 90, 217). Trata-se da justificação do registo cronístico de gestos e atitudes com enorme impacte na paz dos povos em causa, passíveis de uma interpretação épica ou satírica.

A propósito da invasão persa na Grécia, o historiador, depois de assinalar a divergência de opiniões helénicas sobre as verdadeiras intenções de Xerxes, assume-se como verdadeiro cronista, ao criticar o receio daqueles que temiam o número insuficiente de navios para resistir ao inimigo, não deixando de exprimir o seu ponto de vista a tal respeito:

Nesta altura, sou forçado a emitir uma opinião que causará ressentimentos na maior parte; no entanto, não me impedirei de dizer o que me parece verdadeiro. Se os Atenienses, atemorizados pelo perigo iminente, tivessem abandonado a sua terra, ou se não a tivessem abandonado, mas ficassem, entregando-se a Xerxes, ninguém tentaria resistir, por mar, ao grande Rei. Se, portanto, ninguém resistisse a Xerxes, ninguém tentaria resistir por mar ao grande Rei. Se, portanto, ninguém resistisse a Xerxes por mar, em terra passaria-se o seguinte: ainda que os Peloponésios lançassem numerosos panos de muralhas através do Istmo, os Lacedemónios, abandonados pelos seus aliados – não voluntariamente, mas pela força da necessidade, por as suas cidades serem tomadas uma a uma pela armada bárbara – ficariam isolados. E, uma vez isolados, morreriam gloriosamente, depois de terem praticado grandes feitos. Ou seria este o seu destino, ou então, vendo anteriormente que os outros Helenos eram favoráveis aos Medos, chegariam a um acordo com Xerxes. E assim, de ambas as maneiras, a Hélade ficaria sujeita aos Persas.[...] Porém, quem afirmar que os Atenienses foram os salvadores da Grécia, não falta à verdade. Para qualquer dos dois partidos que se voltassem, se inclinaria a balança. Uma vez que escolheram que a Grécia continuasse livre, escolhendo assim, foram eles que despertaram todo o resto da Hélade, que não estava ao lado dos Medos, e eles que, depois dos deuses, repeliram o grande Rei (*Livro VII*, 139, in PEREIRA, 90, 225-226).

Numa visão humanista de grande alcance, o historiador-cronista emite um juízo de valor positivo (“opinião notabilíssima”) perante a observação do persa Tritantaicmes, filho de Artábano, que admirou profundamente o espírito desportivo dos helénicos nos Jogos Olímpicos, os quais lutavam por uma simples coroa de oliveira, em vez de um prémio monetário: “Ai, Mardónio, que homens são esses contra quem nos levas a combater, se eles não lutam pela riqueza, mas só pela superioridade” (*Livro VIII*, 26, in PEREIRA, 90, 227).

De modo análogo, o ateniense Tucídides (séc. V a. C) também regista como verdadeiro cronista o elogio feito por Péricles à constituição democrática da sua cidade-estado:

O regime político que nós seguimos não inveja as leis dos nossos vizinhos, pois temos mais de paradigmas para os outros do que de seus imitadores. O seu nome é democracia, pelo facto de a direcção do Estado não se limitar a poucos, mas se estender à maioria; em relação às questões particulares, há igualdade perante a lei; quanto à consideração social, à medida em que cada um é conceituado, não se lhe dá preferência nas honras públicas pela sua classe, mas pelo seu mérito; nem tão-pouco o afastam pela sua pobreza, devido à obscuridade da sua categoria, se for capaz de fazer algum bem à cidade. [...]

Amamos o belo com simplicidade e prezamos a cultura sem moleza. Servimo-nos da riqueza mais como meio de trabalho do que como objecto de presunção oratória, e a pobreza não é tida por vergonha, mas mais vergonhoso é não a evitar, trabalhar. [...]

Em resumo, direi que esta cidade, no seu conjunto, é a escola da Grécia, e cada um de nós, em particular, ao que me parece, se mostra mais apto, para as mais variadas formas de actividade e para, com a maior agilidade, unida à graça, dar provas da sua perfeita capacidade física. (*Livro II*, XXXVII.XL.1.XLI.1, in PEREIRA, 90, 295.296.297).

Idêntica preferência pela cultura grega é expressa pelo orador Isócrates (séc. V-IV a. C.), igualmente ateniense, que formula claramente o conceito de helenismo como uma força cultural ultra-helénica:

Foi a nossa cidade que revelou a cultura, que descobriu e organizou todas estas vantagens, que nos ensinou a agir e dulcificou as nossas relações, e que distinguiu entre as desgraças provocadas pela ignorância e pela necessidade, e ensinou a precavermo-nos contra aquelas e a suportar estas corajosamente. [...]

De tal modo se distanciou a nossa cidade dos outros homens, no que toca ao pensamento e à palavra, que os seus alunos se tornaram mestres dos outros e o nome de Gregos já não parece ser usado para designar uma raça, mas uma mentalidade, e chamam-se Helenos mais os que participam da nossa cultura do que os que ascendem a uma origem comum (*Panegírico*, 47. 50, in PEREIRA, 90, 302.303).

A sua posição anti-sofística exprime uma afirmação cultural livre, apostada na pesquisa da verdade e não na satisfação de interesses pessoais ou de grupo:

Quem não há-de detestar e desprezar os que passam o tempo a discutir, os que fingem procurar a verdade, mas logo ao começo das suas proclamações tentam dizer mentiras? [...] E, instituindo-se mestres e senhores de tais mestres e senhores de tais especialidades, não se envergonham de reclamar por elas três ou quatro minas” (*Contra os Sofistas*, 1. 3, in PEREIRA, 90, 304).

Lísias (séc. V-IV a. C.), outro orador ateniense, louva Hércules como digno de memória por, entre várias acções notáveis, ter instituído os Jogos Olímpicos como meio de entendimento pacífico entre as cidades gregas:

Pois até essa época, as cidades gregas viviam isoladas umas das outras. Mas, depois que ele [Hércules] acabou com as tiranias e dominou os insolentes, criou uma competição física, a rivalidade na opulência, e uma parada de inteligência no lugar mais belo da Grécia, a fim de que, por amor de todas essas manifestações, nos reuníssemos no mesmo sítio, para ver umas e outras. Entendia ele que esta reunião seria o começo da amizade recíproca entre os Helenos. (*Discurso em Olímpia*, 2-3, in PEREIRA, 90, 307).

Perante a invasão de Filipe da Macedónia, destruindo a democracia ateniense, Demóstenes (séc. IV a. C.) reconhece a superioridade militar do novo regime, não deixando, porém, de elogiar o esforço de luta pela liberdade:

Mas não, não é possível que tenhais cometido um erro, Atenienses, ao tomar sobre vós o risco de lutar pela liberdade e salvação comum. Não! Por aqueles dos nossos antepassados que foram os primeiros a expor-se ao perigo em Maratona, pelos que alinharam na batalha de Plateias, pelos que tomaram parte no combate naval de Salamina e do Artemísio, e por muitos outros valentes que jazem nos monumentos públicos, e que a cidade igualmente sepultou, por os considerar dignos das mesmas honrarias – e não só os que foram bem sucedidos e venceram, ó Ésquines! E com justiça: pois até onde era

dever de valentes, todos o cumpriram. Sorte, teve cada qual a que a divindade lhe destinou (*Oração da Coroa*, 208, in PEREIRA, 90, 433-434).

A frequência da escola, antes da actividade em prol do bem público, é o caminho indicado por este orador aos seus concidadãos:

A mim foi-me concedido, ó Ésquines, frequentar em criança as escolas à minha altura e possuir os bens necessários para evitar cometer algum acto vergonhoso, por indigência: ser corega, trierarca, contribuinte, não omitir generosidade alguma, particular ou pública, mas ser útil à cidade e aos amigos. Depois, quando entendi dever dedicar-me aos assuntos públicos, optar por tal conduta política que me valesse ser coroado muitas vezes pelos da minha pátria e por muitos outros dos Helenos e fizesse com que nem vós, meus inimigos, fôsseis capazes de dizer que não fora bela a minha escolha. [...]

Duas são as qualidades, ó Atenienses, que o cidadão naturalmente honesto deve possuir (já que assim poderei falar de mim mesmo da maneira menos exposta a censura): conservar, em período de liberdade, a preferência pelas acções nobres e pela primazia da sua cidade e, em qualquer circunstância e actos, a dedicação (*Oração da Coroa*, 257. 321, in PEREIRA, 90, 435).

Plutarco (séc. I-II d.C.), historiador grego que viveu em Roma, não se limita a registar a actividade da Pítia em Delfos, mas procura, do seu ponto de vista cronístico, uma explicação para a ambiguidade dos oráculos:

Não me admiro, portanto, se houve necessidade de uma certa ambiguidade, circunlóquios e obscuridade, para a gente de antanho. De facto, não era um qualquer que ia lá consultar o oráculo sobre a compra de um escravo, nem sobre a sua ocupação, mas sim cidades poderosas, reis e tiranos, cujos pensamentos nada tinham de moderados, que iam procurar o deus para regular o seu procedimento. Ora, não era vantajoso aos que se encontravam no santuário contrariá-los e irritá-los com respostas alheias aos seus desígnios. Pois o deus não obedece a Eurípides, quando decreta e anuncia que “Só Apolo devia proferir oráculos para os mortais”. [...]

Havia naturalmente assuntos em que era conveniente que os tiranos ficassem na ignorância e os inimigos nada pressentissem. Envolvia-os, pois, em palavras incertas e ambíguas, que ocultavam a sentença aos outros, mas não escapavam ao próprio, nem passavam despercebidas aos que dela precisavam e que estavam atentos. Eis por que é insensatez formular calúnias e culpas pelo facto; perante tamanha alteração de costumes, o deus entende dever socorrer-nos, não já da mesma maneira, mas de outra (*Por Que Razão a Pítia Já Não Dá Oráculos em Verso*, 407, d-f, in PEREIRA, 90, 471-472).

Pausânias (séc. II d. C.), da Lídia, ao descrever a Grécia, não deixa de registar a importância de Olímpia e dos seus jogos, enumerando-os entre as maiores festas helénicas, nas quais se recitavam discursos e obras escritas:

Muitas são as maravilhas que na Grécia podem admirar-se ou ouvir-se, mas as maiores são as cerimónias de Elêusis e os Jogos Olímpicos, cheios de espírito religioso. [...]

Neste ginásio encontra-se também a Assembleia dos Elidenses e aí se realizam demonstrações de recitação de discursos improvisados e de toda a espécie de obras escritas. (*Descrição da Grécia*, V, 10,1. VI, 23,7, in PEREIRA, 90, 476. 477).

Sobre a origem mitológica da estátua consagrada à deusa Atena, na sua cidade tutelar, o cronista, depois de registar as opiniões divergentes a tal respeito, abstém-se de emitir qualquer juízo:

A cidade, bem como o resto da região, está consagrada a Atena. Cada circunscrição tem os seus deuses, a que presta culto, mas a Atena não tributam menos honrarias. Porém, o que eles consideram mais sagrado, em comum, há já muitos anos, desde quando se unificaram as circunscrições, é a estátua de Atena que se encontra no local agora denominado cidadela, e, nesse tempo, é coisa que não intento discutir. Calímaco fez para a deusa uma lucerna de ouro. (*Descrição da Grécia*, I, 26, 6, in PEREIRA, 90, 474).

O registo cronístico na Literatura Latina

Herdeira da Literatura Grega, a latina é especialmente sensível ao registo cronístico de informações relativas quer ao presente, quer ao passado, na óptica de um sujeito que também emite juízos de valor e opinião.

O poeta Énio (séc. III-II a. C.), apesar da sua perspectiva épica, não deixa de investivar a actuação violenta, em vez da sabedoria da paz:

Do meio se expulsa a sabedoria, actua-se pela força,
despreza-se o bom orador, preza-se o hórrido soldado.
Combatendo com palavras indoutas e malévolas,
Entre si se misturam, levantando animosidades:
Não desafiam segundo o direito, mas antes pelo ferro
Exigem os bens, reclamam o reino, vão com forte violência.
(*Anais*, VIII, 156-161, in PEREIRA, 94, 9)

O valor da virtude é o quadro mental que sustenta a obra deste poeta primigénio de Roma:

Mas ao varão, viver da verdadeira virtude animado cumpre,
e com coragem apresentar-se inocente perante o adversário.
É essa a liberdade, a que dá um peito puro e firme;
o resto, que não depende de nós, esconde-se nas trevas da noite.
(*Fénix*, fr. 302, in PEREIRA, 94, 10)

Catão, o Velho (234-149 a. C.), elogia o trabalho agrícola, em contraste com o risco da função comercial e a desonestidade da usura, segundo a mentalidade tipicamente romana:

Por vezes, pode dar-se o caso de ser preferível procurar fazer fortuna no comércio, se não fora tão perigoso, e também emprestar dinheiro a juros, se fora igualmente honesto. Os nossos antepassados assim o entenderam e determinaram na sua legislação que o ladrão era condenado ao dobro, o

usurário no quádruplo; por aqui se pode avaliar até que ponto tinham o usurário na conta de pior cidadão do que o ladrão. E, quando elogiavam um homem de bem, elogiavam-no assim: é um bom lavrador e um bom agricultor; entendia-se que um elogio destes era o maior dos louvores. (*Da Agricultura*, prefácio, 1-2, in PEREIRA, 94, 11).

Ele próprio testemunha a experiência do trabalho manual, não se cansando de o dignificar, numa sociedade que menosprezava as tarefas braçais, indignas de um ser livre:

Eu logo desde o começo gastei toda a minha adolescência há frugalidade, na dureza e no labor, trabalhando nos campos, nas rochas da Sabina, limpando-os de pedras e semeando-os. (fr. 128 Malcovati, in PEREIRA, 94, 11).

É que a vida humana é quase como o ferro: se se exercitar, gasta-se; se não se exercitar, a ferrugem aniquila-o. Assim vemos os homens desgastarem-se na sua actividade, mas, se não tiverem actividade nenhuma, a inércia e a torpeza causam mais prejuízos do que o exercício. (*Carme sobre os Costumes*, fr. 3, in PEREIRA, 94, 12).

O poeta Lucílio (180?-102/1 a. C.) exprime como ninguém o caminho ideal da *virtus*, segundo a ética romana, incessantemente preconizada na Literatura:

Virtus, Albino, é atribuir o verdadeiro preço
às coisas no meio das quais nos encontramos, com que vivemos,
virtus é para um homem saber o valor de cada coisa,
virtus é saber o que para o homem é recto, o que é útil, honesto,
o que é bom, como o que é mau, o que é inútil, feio, desonesto;
virtus é saber marcar o termo e medida ao ganho,
virtus é ser capaz de fixar o valor das riquezas,
virtus é dar aquilo que por si só é devido à honra,
ser adversário e inimigo dos homens de costumes maus,
e, ao invés, defensor dos homens e costumes bons,
a estes prezá-los, a estes querer-lhes bem, ser seu amigo;
e, além disso, pôr em primeiro lugar o bem da pátria,

em segundo o dos pais, e, em terceiro e último, o nosso.

(fr. Inc. 194-206 Ernout, *in* PEREIRA, 94, 17).

O pensamento filosófico, político e jurídico de Cícero (106-43 a. C.), expresso na sua obra, não se limita à exposição tratadística dos respectivos temas, mas incide também sobre a configuração identitária do povo romano, em convergente focalização da actualidade do seu tempo:

O povo romano detesta o luxo dos particulares, mas aprecia a sumptuosidade em público, não gosta da prodigalidade nas refeições, mas menos ainda da sordidez e grosseria. Sabe distinguir, tendo em conta os deveres e as oportunidades, a alternância do trabalho e do prazer (Dedefa de Murena, 36.76, *in* PEREIRA, 94, 24).

A nossa época, todavia, tendo recebido o Estado como se fosse uma pintura notável, mas já a esmaecer devido à antiguidade, não só negligencia restaurá-lo com as mesmas cores que tinha, como nem sequer cuidou de ao menos preservar a sua forma e como que as linhas dos seus contornos. Pois o que resta dos costumes ancestrais, em que ele disse que se apoiava o Estado Romano? O que vemos é que eles estão de tal modo caídos no esquecimento, que não só não cultivavam, mas até já se ignoram. Pois, dos varões, que hei-de eu dizer? Os próprios costumes pereceram, devido à falta de varões. De tão grande mal temos, não só de prestar contas, mas também de fazer a nossa defesa, como se se tratasse de uma pena capital. Efectivamente, devido às nossas faltas, e não só por qualquer acaso, conservamos uma república de nome, mas, na verdade, há muito que a perdemos (*A República*, V, 1. 2, *in* PEREIRA, 94, 40).

Esta visão decadentista da sociedade romana, na época de Cícero, também se reflecte no historiador Salústio (86-36/35 a. C.), para quem os bons costumes foram abandonados e surgiu a crise social e política:

Na paz e na guerra cultivavam-se os bons costumes; a concórdia era máxima e mínima a avareza; entre eles, o direito e o bem não valiam mais pela força das leis de pela natureza. Disputas, discórdias, rixas exercitavam-nas com os

inimigos; os cidadãos lutavam uns com os outros em valor; nas acções de graças aos deuses eram magníficos, parques em casa, leais para com os amigos. Com estas duas qualidades, a audácia na guerra, a justiça, quando a paz sobrevinha, cuidavam de si e do Estado. (Catilina, IX, 1-3, *in* PEREIRA, 94, 101-102).

De resto, o sistema de haver um partido popular de um lado e uma facção aristocrática de outro e os defeitos que se lhes seguiram tinham eclodido poucos anos antes em Roma, devido à paz e à abundância daqueles bens que os homens têm por essenciais. Efectivamente, antes da destruição de Cartago, o povo e o Senado romano conduziam a governação entre si com placidez e moderação e não havia competição, entre os cidadãos, em glória nem em predomínio. [...] É que a nobreza começou a submeter aos seus caprichos as suas funções, o povo, a liberdade, e cada um a puxar para o seu lado, a arrastar, a roubar. E assim tudo se cindiu em dois partidos, com a república, outrora colocada entre ambos, dilacerada. [...] Assim, a avareza aliada ao poder invadiram, poluíram, devastaram tudo, sem limites nem moderação, sem consideração nem respeito por nada, até que ela caiu por si mesma. Pois, quando se encontraram, finalmente, elementos da nobreza que fossem capazes de antepor ao poder injusto a glória verdadeira, a cidade ficou abalada e, como um terramoto, a discórdia civil começou a surgir (*Jugurta*, XLI, 1. 2.5.6.9-10, *in* PEREIRA, 94, 106-107).

Também na época de César persistiu esta visão perante o eclodir da República e as mudanças verificadas com o regime do principado. É o caso de Horácio (65-8 a. C.):

Houve em Roma durante muito tempo o doce hábito consagrado
de se acordar para abrir a casa desde manhã, explicar o direito aos clientes,
e colocar o dinheiro a bom recato em seguros registos,
de ouvir os mais velhos, de ensinar os mais novos
a aumentar os bens, a diminuir a ruínosa ambição.
Gostos e aversões, qual deles julgas que não é sujeito a mudança?
Mas o povo leviano mudou de pensar, e arde apenas
no gosto de escrever; jovens e seus pais severos

ceiam com grinaldas na cabeça e ditam seus carmes.

(*Epístolas*, II.1.103-110, in PEREIRA, 94, 194).

Plínio, o Moço (séc. 61-112/3 d. C.), na época imperial, dá conta da actividade das leituras públicas, manifestando apreço pelo florescimento cultural, sem deixar de criticar os sinais de pouco respeito, indiferença, ou desdém, evidenciados por muitos:

Trouxe este ano uma grande produção poética; em todo o mês de Abril quase não houve um dia em que alguém não fizesse uma leitura pública. Apraz-me que a cultura floresça e o talento dos homens surja e se manifeste, conquanto seja a custo que eles se reúnem. A maior parte senta-se na sala geral e gasta o tempo da audição a conversar; de tempos a tempos, mandam saber se o conferente já entrou, se disse o exórdio, se já desenrolou a maior parte do livro; só então, e com todo o vagar e relutância, é que eles vêm; e nem assim ficam, mas saem antes do fim, uns dissimulada e furtivamente, outros com naturalidade e à vontade. [...]

Agora, a pessoa mais desocupada, depois de convidada com muita antecedência e de muitas vezes prevenida, ou não vem, ou, se vem, queixa-se de ter perdido um dia, que na verdade não perdeu. Mas tanto mais são de louvar e aprovar aqueles a quem esta indiferença ou desdém não afrouxa na explicação da escrita ou da leitura (*Cartas*, I. 13. 1-2. 4-5, in PEREIRA, 94, 242).

Não tendo filhos, o sobrinho de Plínio, o Velho, dispõe-se a custear parte das despesas de uma escola na sua terra, Como, a fim de evitar a partida dos estudantes para outras cidades, como Milão, não o fazendo na totalidade devido ao perigo da corrupção:

Até eu, que ainda não tenho filhos, estou pronto, em favor do nosso país, a dar a terça parte do que vos aprouver do que se dê, como se se tratasse de uma filha ou parente. Prometeria até a totalidade, se não receasse que esta minha dádiva algum dia viesse a ser adulterada pela corrupção eleitoral, como vejo suceder em muitos sítios, nos quais os mestres são contratados pelo governo. [...] Nada podeis fazer de mais honroso do que ser útil aos vossos filhos, nada de mais grato à vossa terra. Que sejam educados aqui os que nascem, e se

habituem logo desde a infância a amar o solo pátrio e a viver nele. E oxalá contrateis mestres tão ilustres que as cidades vizinhas se dirijam a esta para estudar e, tal como agora os vossos filhos demandam outros lugares, em breve sejam os dos outros a afluir a estes! (*Cartas*, IV, 13.5-7.9, in PEREIRA, 94, 245).

Numa linguagem irónica, o epistológrafo insurge-se, em jeito de cronista, contra a passividade dos ouvintes de uma das leituras (*recitationes*), em casa de um amigo, sendo pretexto para advogar a dignidade das Letras, como é timbre de uma sociedade humanista. De igual modo, hostiliza a inveja como indigna de alguém apostado nos verdadeiros valores humanos:

Não posso dominar a indignação que se apoderou de mim no auditório de um amigo meu, sem a despejar numa carta, já que não pude fazê-lo pessoalmente. Estava-se a ler um livro perfeitíssimo. Escutavam-no dois ou três ouvintes que, no parecer deles e de poucos mais, eram pessoas sabedoras, que mais pareciam surdas e mudas. Não entreabriram os lábios, não mexeram as mãos, finalmente, não se ergueram do lugar, nem que não fosse senão pela fadiga de estarem sentados. Quanta solenidade! Ou melhor: quanta preguiça, quanta arrogância, quanto desajeitamento, ou antes falta de senso, ocupar-se um dia inteiro a ofender, a fazer um inimigo daquele a cuja casa se veio como à de um grande amigo! Serás tu mais sabedor? Tanto mais razão para não seres invejoso, pois quem inveja é porque é inferior. Enfim, quer valhas mais, quer menos, quer o mesmo, louva o que te é inferior ou superior ou igual. O superior, porque, se ele não deve ser louvado, não podes tu mesmo sê-lo; o inferior ou igual, porque contribui para a tua glória que seja tido como muito grande aquele a quem tu excederes ou iguares. Eu por mim estou acostumado a respeitar e até admirar todos os que fazem alguma coisa nas Letras. Elas são difíceis, árduas, fatigantes e, a quem as despreza, desprezam-no por seu turno. (*Cartas*, VI, 6.17.1-5, in PEREIRA, 94, 246).

O modelo helenístico está claramente presente em toda a posição humanista que os escritores latinos seguiram, em prol de valores dignificantes. Recordá-lo a quem

vai governar essa província romana é um justo e necessário imperativo histórico-cultural:

Lembra-te que foste enviado para a província de Acaia, para aquela verdadeira e pura Grécia, na qual se crê terem primeiro sido inventadas a cultura, a literatura, e até o trabalho dos campos; enviado para estabelecer a ordem na constituição de cidades livres, isto é, para junto de homens que são homens ao máximo, pessoas livres como ninguém, que mantêm esse direito outorgado pela natureza, graças à sua valentia, mérito, amizade, enfim, alianças e religião. Reverencia os deuses fundadores e os nomes das divindades, reverencia a glória de antanho e a própria velhice, que, se é venerável nos homens, nas cidades é sagrada. Junto de ti se honre a antiguidade, os feitos grandiosos, as lendas mesmo. Não diminuas em nada a dignidade, a liberdade, nem mesmo a jactância seja de quem for. Tem diante dos olhos que foi este país que nos mandou o direito, que deu leis, não aos vencidos, mas aos que lhas solicitavam, que é para Atenas que vais, que é a Lacedemónia que governas; e que arrebataram-lhes a sombra que lhes ficou e o nome que lhes resta da liberdade é duro, é feroz, é bárbaro (*Cartas*, VIII, 24, 2-4, in PEREIRA, 94, 249).

A crónica na Literatura Portuguesa Medieval

O registo histórico de Portugal, nascido da reconquista cristã e da independência afonsina em relação à tutela castelhana, é veiculado a partir do vocábulo *crónica*. Segundo o modelo castelhano da *Primeira Crónica Geral de Espanha*, de Alfonso X, é traduzida, entre 1295 e 1312 a chamada *Versão Galaico-Portuguesa da Crónica Geral de Espanha* (Catalán⁴⁴), ou *Tradução da Variante Ampliada da Crónica*

⁴⁴ Cf. Catalán Mendez Pidal, D., *De Alfonso X al conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, 1960, 205-411.

Geral de Espanha (Cintra⁴⁵), relacionada com Pero Anes Portel e seu genro, o conde de Barcelos, D. Pedro de Portugal. Segue-se a tradução do árabe, antes de 1315, da *Crónica do Mouro Rasis*. Segundo L. Krus, ambas as traduções foram utilizadas pelo conde de Barcelos na composição da *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁴⁶.

Ainda em tradução, anónima, de finais do século XIV, inícios do XV, neste caso de um texto latino, deve mencionar-se a *Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*⁴⁷.

As *Crónicas Breves de Santa Cruz*, editadas por Alexandre Herculano no *Portugaliae Monumenta Historica*, são quatro textos historiográficos, compilados na segunda metade do século XV, que se reportam aos reinados até D. Afonso V, sobretudo os dois primeiros.

A *Crónica da Conquista do Algarve*, de D. Paio Correia, mestre de Santiago, editada em 1792 pela Academia das Ciências, sendo também incluída no *Portugaliae Monumenta Historica*, tem como base um manuscrito que reproduz parte de um texto do século XV, ou inícios do XVI, utilizado por Rui de Pina como fonte do reinado de D. Afonso III.

Não deixa de ser deveras curiosa a atribuição da *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro* a Margarida Pinheiro, escrita entre 1518 e 1525, fazendo parte do *Memorial da Infanta Santa Joana, filha del rei D. Afonso V*⁴⁸.

Mas é a Fernão Lopes, primeiro guarda-mor da Torre do Tombo, que se deve o principal contributo cronístico e historiográfico da Literatura Portuguesa Medieval.

Segundo L. Cintra⁴⁹, a ele se deve a *Crónica de Portugal de 1419*, ou *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ou seja, de D. Afonso Henriques a D. Afonso IV.

⁴⁵ Cf. Cintra, L. F. Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, I, Lisboa, 1951.

⁴⁶⁴⁶ Cf. L. Krus, “Crónica”, in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (1993), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Editorial Caminho, 173.

⁴⁷ Cf. J. Mendes, “Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente”, in LANCIANI e TAVANI, o. c., 177-179.

⁴⁸ Cf. M. J. V. B. Marques da Silva, “*Crónica da Conquista do Algarve*”, in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (1993), o. c., 176-177.

⁴⁹ Cf. L. Cintra, “Introdução”, in Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória, Parte Primeira*, Lisboa, 1977.

Escrevendo também a *Crónica de D. Pedro*, a *Crónica de D. Fernando* e as duas primeiras partes da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes fixa

o modelo ‘oficial’ do novo olhar sobre o passado português, adaptando-se aos interesses e ao posicionamento peninsular da recém-fundada dinastia de Avis, a realza saída, com D. João I e na sequência da crise de 1383-1385, de uma guerra em que o país se opusera pelas armas à anexação castelhana (KRUS, 1993, 174).

As obras de Fernão Lopes são intituladas *crónicas* e a função histórica é identificada como o “carrego d ordenar estórias” (LOPES, F., 1995, “Prologo”, 111). A fidelidade ao real histórico (“çertidom das estorias”) é claramente enfatizada, em detrimento da “fremusura e nouidade de palavras” (*ib.*, 112). A preocupação com as “escripturas uestidas de fé” (*ib.*) não evita, contudo, o colorido das imagens do cronista medieval cujo estilo ajuda ao leitor distante no tempo a visualizar as cenas narradas, como a revolta do povo de Lisboa, no capítulo XI (“Do alvoroço que foy na çidade cuidando que matauom o Meestre”), ou a do cerco de Lisboa, no capítulo CXLVIII (“Das tribullações que Lisboa padeçia per mimgua de mantimentos”): “Hora esguardae como se fossees presente hũa tal çidade, assi desconfortada e sem nenhũa çerta feuzza de seu liuramento como veuiriam em desuairados cuydados, quem fofria omdas de taes aflições (LOPES, F., 1995, 370).

Gomes Eanes de Zurara, sucessor de Fernão Lopes no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, entende que os soberanos da dinastia de Avis “iriam permitir o realinhamento de Portugal com o seu transcendental destino” (KRUS, 1993, 174). As suas crónicas⁵⁰ inscrevem-se, assim, na preocupação política de legitimar a nova dinastia, tal como o seu antecessor, embora reforçando a visão oficial da escrita, que coincide com a do sujeito cronístico.

⁵⁰ Cf. *Crónica de D. João I* (terceira parte), chamada *Crónica da Tomada de Ceuta* (1450), *Crónica dos Feitos da Guiné*, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses* (1464) e *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*.

A cronística monacal encontra espaço de desenvolvimento no contexto cultural e religioso da época, com a *Crónica da Ordem dos Frades Menores*⁵¹, com a *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro*, de lavra dominicana, na qual desempenha protagonismo a vida da princesa Joana, filha de D. Afonso V, e com as *Crónicas Breves de Santa Cruz*, que relacionam a história do mosteiro de Coimbra com os primeiros reis de Portugal.

Rui de Pina, cronista-mor do reino, no reinado de D. Manuel I (1497), testemunha o optimismo da época expansionista dos Descobrimentos, combinando a tradição medieval com a abertura à modernidade⁵².

Duarte de Galvão, na sua *Crónica de D. Afonso Henriques* (redigida a partir de 1505), a partir do “espírito hagiográfico” das *Crónicas Breves de Santa Cruz*, predestina “o Portugal manuelino para as missões da evangelização universal e da vitória final sobre o Islão” (KRUZ, 1993, 175).

Em 1537, a *Crónica dos Reis de Portugal*, de Cristóvão Rodrigues Acenheiro encerra a cronística medieval, rica em registo de factos históricos, na óptica da escrita oficial, legitimante do poder político.

A Cronística na Literatura Portuguesa Clássica (séculos XVI-XVIII)

Garcia de Resende, homem da corte de D. Manuel I, escreveu a *Crónica de D. João II*, configurando a imagem do Príncipe Perfeito como o grande impulsionador dos projecto nacional dos Descobrimentos que culminaria com a chegada de Vasco da Gama à Índia (1498) e a descoberta do Brasil (1500), já no reinado de D. Manuel. A 2ª

⁵¹ Tradução do Latim, por via castelhana, da *Crónica dos Vinte e Quatro Geraís*.

⁵² Cf. *Crónica de D. Afonso V*, *Crónica de D. João II*, *Crónica de D. Duarte*, *Crónica de D. Manuel* (incompleta e perdida) e narrativa cronística dos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV.

edição (1545) desta obra traz apenas um registo cronístico em verso dos principais acontecimentos sociais e políticos da época, intitulada *Miscelânea*⁵³.

O registo dos feitos portugueses na Índia já não é muito expresso a partir do vocábulo *crónica*, mas através do de *história*, como na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, em oito livros (1551-1561). Aí a riqueza informativa, em termos de descrições geográficas e antropológicas, se cruza com o registo cronístico, numa perspectiva de interesse pedagógico, na linha de Cícero⁵⁴ e Tito Lívio⁵⁵, cujo destinatário privilegiado são os príncipes⁵⁶. A nota autobiográfica não deixa de constituir algo de referencial que converge com a crónica moderna:

E estas peffoas com que faley em Portugal andey bufcãdo per diuerfas partes, com muyto trabalho de minha peffoa & gafto diffo pouco que tinha: no que gaftey vinte ãnos, que foy ho melhor tempo de minha idade, & nele fuy tão perseguido da fortuna & fiquey tão doëte & pobre, que por não ter outro remedio com que me mantiueffe aceitei feruir hũs officios na uniuerfidade de Coimbra, onde no tempo que me ficaua defocupado do feruiço deles com affaz fadiga do corpo & do fpirito acabey de compoer esta hiftoria, que reparti em dez liuros que offreço a. V. Alteza (CASTANHEDA, 1979, I, “Prologo”, 5).

Damião de Góis ainda intitula a sua obra como cronística, quer na *Crónica do Príncipe D. João* (1567), quer na *Crónica do Rei D. Manuel* (1566-1567), em quatro partes. O seu rigor informativo não o impede de dirigir algumas críticas às intrigas da corte manuelina, aproximando-se do ponto de vista de um observador cronístico.

O mesmo se diga a propósito da *Crónica de D. João III*, de Francisco de Andrada, em quatro partes, dedicada a Filipe III, para cuja fidedignidade documental se faz

⁵³ Cf. Moniz, António (1997).

⁵⁴ Cf. *De Oratore*, II, 9, 36.

⁵⁵ Cf. *Ab Vrbe Condita*, “Praefatio”.

⁵⁶ “Em grande obrigação fã os homens aos hiftoriadores muito alto & poderoso Rey nosso Senhor, principalmente os principes pera quem parece que ã especial fe fez a huftoria, coufa tão proueitofa pera a vida humana q̃ infina o q̃ façamos & do q̃ auemos de fugir, o q̃ conuẽ muito mais aos principes q̃ aos outros homens, porq̃ qualq̃r homem priuado q̃ faça hũ erro não he nada pois não dana mais q̃ a fi mefmo, & hũ princepe fe ho faz dana a todos os q̃ tẽ debaixo de fua gouernança, porq̃ dela fer boa ou mã depẽde ho bem & mal de fua Republica” (Castanheda, 1979, “Prologo”, I, 4).

apelo⁵⁷, bem como da *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, anónima, com 97 capítulos, e incompleta⁵⁸.

A obra historiográfica de João de Barros é organizada com base em conjuntos de dez livros, ou décadas, critério inspirado em Tito Lívio. A parte realizada, ainda que pretendesse contemplar os continentes conhecidos, cingiu-se à Ásia, embora a África também seja referenciada a partir da relação dos navegadores e conquistadores, como se diz no título *Da Ásia de João de Barros. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no Descobrimento, e Conquista dos Mares, e Terras do Oriente* (1552-1563), em três volumes, tendo o quarto sido acrescentado por João Baptista Lavanha, em 1615. A sua monumental obra, utilizando “anais, cronologias, corografias e várias fontes persas, indianas, chinesas e outras” (SARAIVA e LOPES, 1975, 297), ultrapassa o registo cronístico para se inscrever no domínio da História, embora a sua perspectiva épica seja contestada por alguns críticos⁵⁹. No entanto esta crítica, talvez pertinente do ponto de vista historiográfico, não deixa de convergir com a subjectividade inerente ao discurso cronístico⁶⁰.

Apesar de se inscrever no género oratório⁶¹, o panegírico, pela sua exaltação de uma figura pública, pelo facto de exprimir o ponto de vista de um autor a tal respeito e pela sua maior ou menor incidência no real quotidiano, não deixa de se cruzar com o

⁵⁷ “pollo credito dos papeis donde forão tiradas, & das outras as que de sy erão tais, que merecião ter lugar nãa historia de tanta autoridade” (Andrada, 1976, LXXII).

⁵⁸ Cf. Anónimo, 1986 (Códice Adicional 20,901 da Colecção Egerton, Museu Britânico).

⁵⁹ “Ele próprio no-lo expõe nos prólogos das suas *Décadas*, ao contrapor às obras desordenadas, embora verdadeiras, que se ocupavam do mesmo assunto (remoque à *História* de Castanheda), a concepção de uma história elegante e agradavelmente exposta, chagando a afirmar que vale mais e é mais proveitosa uma fábula bem ordenada do que uma história verdadeira, mas mal composta. Não julguemos que o autor se refere apenas à elegância de forma, pois, segundo ele, o amor da verdade não deve ir até ao ponto de denunciar os vícios e as fraquezas dos heróis; e aponta com aplauso o exemplo de um pintor que, tendo de retratar um príncipe cego de um olho, o colocou em posição tal que só o olho são ficaria visível: assim deixa o leitor prevenido de que a outra metade do rosto, nesse grande retrato colectivo que é a *Ásia*, está deliberadamente ocultada” (Saraiva e Lopes, 1975, 296).

⁶⁰ Cf. Earle, T. F., 1996, 84-90.

⁶¹ Cf. Couto, Aires do, “Panegíricos de D. João III de dois humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes, in *Máthesis*, 9, (2000), 37-67 (UCP).

discurso cronístico. É o caso do *Panegírico de D. João III*, da autoria de João de Barros ao referir-se à visita do monarca ao aqueduto de Évora, em 1533:

Que mor testemunho do que digo queremos que o que este dia e tempo presente nos pode dar, em que não somente faz mais rica e populosa com sua presença a sua cidade de Évora, mas ainda mui desejoso de lhe ser causa de mores bens lhe traz novamente água de mui longe em muita abundância, vencendo com arte à natureza, restituindo o cano de água, tam necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo suprimdo os defeitos do lugar, por dar saúde e contentamento aos homens? (*Pan.*: 76).

O título *Lendas da Índia*, da autoria de Gaspar Correia, obra só editada em 1858, revela uma interpretação histórica dos acontecimentos relatados, a partir do gerundivo *legenda* (o que se deve ler), étimo de “lenda”, uma interpretação decadentista que era cara a Diogo do Couto:

Tomei este trabalho com gosto, porque os começos das cousas da India forão cousas tão douradas que parecia que não tinham debaxo o ferro que depois descobrirão; e prosseguindo eu minha teima fui avante, porque não perdesse o que tinha trabalhado. Crecerão males, mingoarão os bens, com que quasi tudo se tornou viuos males, com que o escritor deles com razão se pode chamar praguejador, e não bom escritor de tão ilustres feitos e acaecimentos no descobrimento e conquista de tantos reynos e senhorios, em que os feitos dos Portuguezes parecem mais milagrosos que per outra nenhuma razão, com tão gloriosas honras acabados, como Nosso Senhor por sua grande misericordia os quis dar em nossas mãos, acabados como hoje em dia aparecem (CORREIA, 1975, 1-2).

Efectivamente, o guarda-mor da Torre do Tombo em Goa, que continuou as Décadas *Da Asia*, reescrevendo a quarta Década e prolongando a obra de João de Barros até à XII Década, apontou na segunda versão do seu diálogo *O Soldado Prático* a

mesma visão decadentista da Expansão portuguesa na Índia⁶², deixando claramente consignada na sua obra historiográfica não apenas as glórias dos seus compatriotas, mas também os motivos de crítica e censura⁶³. Já nas Décadas surge idêntica visão de desencanto e frustração⁶⁴, bem ao sabor de Camões⁶⁵

Na *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, a novidade do *achamento* da Terra de Vera Cruz desce ao pormenor do retrato dos Ameríndios (a cor, o rosto, o nariz, a nudez, os beijos furados, os cabelos, a cabeleira de penas, a habitação, a alimentação, a língua, a religião) como registo de uma crónica ao vivo⁶⁶.

A *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, editada postumamente em 1614, além do registo das aventuras do herói protagonista, em 21 anos de deambulação no Extremo Oriente (do Mar Vermelho ao Japão), sofrendo a prisão, a escravatura, a perseguição e a tortura, consigna inúmeros dados dos países que percorre, fruto da observação pessoal e dos testemunhos ouvidos, como a descoberta fascinante da civilização chinesa em termos utópicos, focos de autêntica crónica do exótico e do longínquo⁶⁷.

⁶² “Assim os visos-reis e governadores da Índia: enquanto seguiram esta verdade, foi ela próspera e temida; mas, depois que ela se perdeu e que despiram as armas e se deixaram de embarcar, e se recolheram às delícias da cidade de Goa, e se fizeram veadores da fazenda e presidentes da Relação, logo a Índia foi de pernas acima, e nós todos nos acordávamos e nos perderam tanto os inimigos o respeito que aquilo que nós primeiro fazíamos, que era sustentarmo-nos de presas suas, o fazem eles agora, que se sustentam de presas nossas” (Soldado - Cena II de Couto, D. do, *O Soldado Prático*).

⁶³ Cf. Moniz, M. Celeste, 2001.

⁶⁴ “A Índia ganhou-fe com peitos defintereffados, e com o intento no ferviço de Deos, e d’ElRey, com defejos de honra, e fama, com fe eftimarem os homens, com os Capitães não terem outros arreios, nem tapeçarias mais que muitos foldados em fuas cafas com poucos Defembargadores, e Ouvidores: o que depois veio a fer tão diferente, que já hoje ha poucos que pertendam fama, fenão renda. Trocaram-fe os ardís da guerra em ardís de fazenda, e recolher os foldados tem-fe já por doudice, e por isso andam muitos pelas portas dos Mosteyros” (Couto, D. do, *Da Ásia*, Déc. IV, P. II, L. VIII, Lisboa, 1778, 273).

⁶⁵ Cf. *Os Lus.*, X, 145.

⁶⁶ Cf. Caminha, 1974.

⁶⁷ Cf. Pinto, F. M., 1983. Cf. Moniz, 1999.

O registo cronístico da sociedade seiscentista portuguesa, na perspectiva de um nobre da época⁶⁸, João de Altero de Andrada, residente em Lisboa, cheio de notas curiosas sobre a vida quotidiana de então, foi consignado por Miguel Leitão de Andrada, editado por Mateus Pinheiro, em 1629.

A viagem de Valhadolid para Lisboa por Tomé Pinheiro da Veiga, cujo relato é feito pelo autor em 1605, também se inscreve no âmbito da crónica, pelas “descrições de paisagens e de personagens, com notícias sobre preços e modas, com dados sobre religiosidade e festas, com sátiras e anedotas”⁶⁹.

Mas a tradição dos relatos ou relações de factos insólitos, vigente desde o século XVI, em número deveras impressionante, como se pode verificar a partir do ficheiro ou base de dados da Biblioteca Nacional de Portugal, constitui o mais eloquente registo cronístico da respectiva época, sendo veiculadas, antes da difusão da imprensa periódica, pela chamada literatura de cordel.

Entre as referidas relações encontra-se o registo cronístico dos naufrágios, doze dos quais reunidos, em 1735 e 1736, por Bernardo Gomes de Brito, com o expressivo título *História Trágico-Marítima*, mas cuja ocorrência se situa entre 1552 e 1602⁷⁰. A vida a bordo nas naus da Carreira da Índia, as características das naus, os passageiros, a presença do lúdico e do festivo, as rotas, as peripécias da travessia do sertão são elementos de valor cronístico inegável, para além de inúmeras considerações ético-pedagógicas de grande alcance humanístico⁷¹.

Numa mentalidade decadentista, Francisco Rodrigues da Silveira⁷² e o autor anónimo de *Primor, e Honra da Vida Soldadesca no Estado da India*, editado em 1630,

⁶⁸ “Miguel Leitão dá-nos, através das suas fraquezas, crendices e puerilidades, o perfil psicológico de um fidalgo português do começo do século de Seiscentos, as suas aspirações, o seu modo de viver” (Manuel Marques Duarte, in Andrada, Miguel Leitão, *Miscellanea*, 1993, 9).

⁶⁹ “Ao longo de todo o reconto da viagem, Tomé Pinheiro da Veiga faz o confronto entre Portugueses e Espanhóis. Dir-se-ia que, opondo portugueses e Espanhóis a propósito de tudo e de quase nada, o autor de *Fastigimia* intenta, ao fim e ao cabo, definir a identidade de cada um destes povos” (Belchior, M. L., “Prefácio” in Veiga, Thomé Pinheiro, *Fastigimia*, 1988, 9).

⁷⁰ Cf. Brito, B. G., 1735 e 1736.

⁷¹ Cf. Moniz, 2001.

⁷² Cf. Silveira, F., 1987.

denunciam males colectivos na expansão portuguesa⁷³. Duarte Gomez (De Solis) dedica, em 1622, a Filipe IV, em língua espanhola, os *Discursos sobre los Comercios de las Indias, donde se Tratan Materias Importantes de Eftado y Guerra*, reivindicando o apoio da marinha de guerra ao comércio perante as ameaças dos corsários franceses, ingleses e holandeses⁷⁴.

Em forma de diálogos, a *Corte na Aldeia* (1619), do poeta Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622), ao abordar várias matérias culturais e humanas também converge com o discurso cronístico⁷⁵.

Luís Mendes de Vasconcelos (c. 1542-1623), militar, escritor e político, nos seus diálogos *Do Sítio de Lisboa* (1608), ao pronunciar-se politicamente sobre temas importantes da esfera nacional, em consonância com a mentalidade europeia de teor mercantilista, assume uma postura muito próxima de um cronista:

[...] pretende convencer Filipe II (de Portugal) a transferir a sua corte para Lisboa; pretende que se reduza o esforço de ocupação militar no Oriente ao mínimo indispensável para salvaguardar a *mercancia*, criticando a mentalidade de conquista, tributação, saqueio e monopólio que os seus antepassados nobres haviam imposto à expansão; advoga a colonização pacífica das Ilhas e do Brasil, e todo um programa de incentivo às artes mecânicas e sobretudo à agricultura das províncias confinantes com a capital, abrangendo especialmente a colonização interna e a construção de um sistema de canais e outros meios de rega, tudo isto como meio de garantir ao privilegiado sítio geográfico de Lisboa (cais de comércio e cabeça administrativa do Atlântico Sul), todas as possíveis vantagens económicas (SARAIVA, A.J. e LOPES, O., 1975, 585-586).

Manuel Severim de Faria (1583-1655) continua as teses de Luís Mendes de Vasconcelos, no primeiro dos *Discursos Vários Políticos* (1624) e nas *Notícias de*

⁷³ “de nossa barbaríssima desordem nascem todas nossas desventuras” (Silveira, F. R., 1987, 40).

⁷⁴ Cf. Duarte, Gomez, 1622, “Prologo”.

⁷⁵ “Há ali considerações sobre Poesia que podiam constituir elementos para uma arte poética; dados para um tratado de pedagogia; finas análises como as do amor e da cobiça; pragmáticas e modos de cortesia, etc” (Belchior, M.L., “Lobo, Francisco Rodrigues, Coelho, J. do P (dir.), in *Dicionário de Literatura*, 1978, 2, 572).

Portugal (1665), considerando “ruinosa a política de conquista ultramarina”, atribuindo “ao desenvolvimento dos mestres mecânicos um papel mais explícito que o seu predecessor” e criticando “o regime latifundiário do Sul do País” (SARAIVA, A. J. e LOPES, O., *ib.*, 587). A sua *Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e nas mais Províncias do Ocidente e Oriente* (1625-1627) prenuncia a imprensa noticiosa no País, tarefa que foi continuada na *Gazeta* (1641-1647).

O mercantilismo virá a ser mais expressamente propugnado por Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680), através do seu *Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino* (1675), escrito em Paris, enquanto ali exercia as funções de diplomata.

Em obra extensa, o autor da *Arte de Furtar*, editada em 1652, ironiza a corrupção dos governadores do Estado da Índia entre os múltiplos vícios da sociedade seiscentista⁷⁶, como numa extensa crónica de costumes, satiricamente expressa pela metáfora das unhas, surgindo o naufrágio como castigo infligido a essa injustiça generalizada⁷⁷.

As 718 cartas do padre António Vieira, desde 1626 a 1697, embora pertençam ao género da epistolografia, não deixam de ser referentes cronísticos de relevo no contexto da época, na perspectiva política e ideológica do autor, em comunicação directa com destinatários que são as principais figuras nacionais de então⁷⁸.

Também a *Carta de Guia de Casados*, publicada em 1651 por D. Francisco Manuel de Melo, ainda que aparente manual do ponto de vista masculino para um casamento feliz, não deixa de tratar dos mais variados assuntos relacionados com a

⁷⁶ “vendendo bullas a todos de valias, e pedreiras que tem no Reyno: mostra cartas suppostas, com avizos de despachos, habitos, comendas, e officios, que fez dar a seus afilhados” (*Arte de Furtar*, 1991, 376).

⁷⁷ Cf. *ib.*, 247.

⁷⁸ “Nas *Cartas*, perpassa todo um panorama da actualidade europeia, num xadrez político-militar que preocupa o cidadão luso, habituado a contactar *in loco* com as realidades das diversas potências da época e a conhecer os efeitos dessas políticas nas conquistas nacionais, como os estados do Brasil” (Moniz, 2011 – “Portugal no pensamento vieiriano: celebração épica *versus* sátira”, in *Padre António Vieira. O tempo e os seus hemisférios*, Actas do Congresso Internacional *Vieira – o tempo e os seus hemisférios* (Lisboa, 2008), coordenação de Maria do Rosário Monteiro e Maria do Rosário Pimentel, Lisboa, Edições Colibri, pp. 493-506).

vida conjugal, interagindo, por detrás da lição de moral, com a crónica, na medida em que reflecte a mentalidade e os costumes da época, além de veicular o ponto de vista do epistológrafo:

[...] idade, situação social, compatibilidade de gênios, vantagens do casamento, arrumação da casa, criadagem e relação com os senhores, além de visitas, passeios, etc., uma obra escrita com humor e bom-senso, além de conter uma boa pitada de ironia e sarcasmo (RECTOR, Monica, 2008, 68).

Ponto de vista diametralmente oposto em relação à educação das mulheres expressa o frade barbadinho e estrangeirado Luiz António Verney (1717-1792), no seu *Verdadeiro Método de Estudar*, colecção de 16 cartas dirigidas em 1746 ao reitor da Universidade de Coimbra, sobre os assuntos mais candentes da época, designadamente os da ciência e cultura, relacionados com a reforma do ensino superior, com pendor claramente iluminista. Mais uma vez, através da epistolografia, o quotidiano da época e o ponto de vista do autor interage com a crónica. No último volume, redige um capítulo “Sobre o estudo das mulheres”, no qual incentiva, em paridade de género, o acesso da mulher ao saber:

Verney começa pela pretensa inferioridade das mulheres, porque “pelo que toca à capacidade, é loucura persuadir-se que as Mulheres tenham menos que os Homens...a diferença de sexo não tem parentesco com a diferença de entendimento (124-125). E, mais adiante, aduz: “Se as mulheres se aplicassem aos estudos tantas quantos entre os homens, então veríamos quem reinava (RECTOR, Monica, *ib.*, 70).

Outros estrangeirados iluministas intervieram com os seus escritos na luta por uma mudança cultural e política do Portugal setecentista, se bem que o fruto da sua acção nem sempre tivesse surtido efeito imediato. Citemos, entre outros, as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), nas quais se insurge contra a “monarquia gótica” e feudal e advoga uma “monarquia moderna” e burguesa, aberta ao livre-cambismo, contra a escravatura, as discriminações religiosas e ráticas, e a favor de uma educação primária nas terras

rurais; as *Cartas Familiares* (1741-1742), de Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783), nas quais critica os frades mundanos e as superstições portuguesas⁷⁹, e o seu *Amusement Périodique* (1751), referente importante da mentalidade portuguesa da época, no qual segue a orientação de D. Francisco Manuel de Melo em relação à subordinação da mulher ao marido.

O árcade António Dinis Cruz e Silva, “na esteira dos poemas herói-cômicos *Le Lutrin*, de Boileau (1672) e *The Rape of the Lock*, de Alexander Pope (1712)”⁸⁰, publica em 1802, em Londres, o seu *Hissope*, poema que se cruza com o discurso cronístico⁸¹, na medida em que

não deixa de se inscrever nos parâmetros gerais de uma matriz cultural humanista, sendo inseparável, portanto, no realismo teórico que herda de Boileau (‘rien n’est beau que le vrai’), da problemática pedagógica dos esquemas mentais importantes na Europa da época, proposta por um Voltaire (por exemplo, contra o optimismo leibniziano, em *Candide*), ou por um Swift, tão envolvido na bruma misantrópica das viagens de Gulliver (MONIZ, 2003, 191).

O brasileiro Matias Aires (1705-1763), “imbuído do *omnia vanitas* bíblico, considera a vida ‘sombra errante e fugitiva’ e vê no Homem, ao modo jansenista, ‘limo pecador’, de que a própria razão sai adulterada” (COELHO, J.P, 1977, 27), nas suas *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* (1752), onde trata

questões sociais, como a situação da mulher, ‘espécie de servidão’, e o antagonismo entre ‘nobreza de sangue’ e ‘nobreza de alma’, afirmando, de

⁷⁹ “As suas observações e memórias de assunto português estão rodeadas, por isso, de temas muito diversos, sobretudo de ironias insinuantes, às vezes brejeiras, estimuladas por episódios mundanos e pela psicologia da mulher, do amor e do casamento” (Saraiva, A. J. e Lopes, O., 1975, 639).

⁸⁰ Moniz, A., 2003, 191.

⁸¹ “Moldura da sátira iluminista à mesquinhez humana, a sociedade setecentista portuguesa é representada neste poema herói-cômico com forte relevo e expressividade através da pluralidade das suas instituições e elementos culturais: festas e jogos; alimentação e bebidas; habitação, transportes e vestuário; livros e autores; língua e literatura; filosofia e oratória...” (Moniz, A., *Ib.*).

acordo com Verney e com a política pombalina, que só os méritos pessoais distinguem os homens, mas exceptuando o Rei, cujo poder vem de Deus (COELHO, J.P., *Ib.*, 27-28).

A Crónica nos Séculos XIX e XX

O século XIX, pela importância social e cultural de que se revestiu a imprensa periódica e pela liberdade política aberta pelo Novo Regime, em 1820, foi uma época particularmente favorável à expressão da opinião própria, através do discurso cronístico e também do ensaio.

O Romantismo, pautado por uma matriz burguesa e liberal, concedeu destaque à crítica social e à crónica de costumes, expressas no romance. O próprio romance histórico não deixa de contrapor ao presente decadente modelos de um passado considerado identitário.

Almeida Garrett (1799-1854), depois de fundar os periódicos *Cronista* e *Português* (1826-1827), para os quais escreve os seus pontos de vista sobre a actualidade social e política, apresenta um ensaio de grande fôlego, *Portugal na Balança da Europa* (1830), no qual analisa a situação europeia na época. A liberdade é o grande alvo pedagógico da sua digressão analítica:

É sem dúvida a servidão o mais insupportavel dos males e o mais abominavel dos flagícios: como nascidos que somos para a liberdade, nossa propria natureza a ella repugna; [...]

D'essa fatal corrupção das sociedades nasce o maior inimigo da liberdade, o indiferentismo. Quando uma nação pervertida e podre chega a cahir n'este estado paralytico, nem há que esperar para a liberdade nem ha que receiar para o despotismo...

[...] Esse beneficio da Providencia foi para ti, não duvides, ó Nação Portuguesa, o flagelo da íra de Deus que ha dous annos te consomme: foi D. Miguel que te veio castigar de tua criminosa indifferença e cedo te restituirá ao estado de vigor e energia que so póde comportar o alimento são, sólido e nutriente da liberdade (GARRETT, A., 1830, Londres, S.W. SUSTENANCE, VI. VII).

A viagem de Lisboa a Santarém é narrada, em *Viagens na Minha Terra* (1846), como uma crónica, cujo objecto é o produto das sensações, da reflexão e dos sentimentos pessoais: “e protesto que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir se há-de fazer crónica” (GARRETT, A., 1846, Cap. I). A preceder a narrativa da novela, centrada em torno de Fr. Dinis e de Carlos, o capítulo XIII procede a uma análise comparativa entre o frade e o barão na monarquia constitucional, em época pós-setembrista, já emperrada pela ditadura de Costa Cabral. O olhar do cronista não se limita a criticar o aproveitamento materialista dos vitoriosos da guerra civil, os barões liberais, mas abarca no horizonte temporal as insuficiências dos vencidos, os frades, ingloriamente colados a um regime decrépito e injusto, como o absolutista:

Ora o frade foi quem errou primeiro em nos não compreender, a nós, ao nosso século, às nossas inspirações e aspirações: com o que falsificou a sua posição, isolou-se da vida social, fez da sua morte uma necessidade, uma coisa infalível e sem remédio. Assustou-se com a liberdade que era sua amiga, mas que o havia de reformar, e uniu-se ao despotismo que o não amava se não relaxado e vicioso, porque de outro modo lhe não servia nem o servia (*Ib.*, Cap. XIII).

Alexandre Herculano (1810-1877), para além do romance histórico e as *Lendas e Narrativas*, onde recentra nas origens medievais a identidade nacional, encontra na actividade polemista uma forma de intervenção social, cultural e política, bem expressa nos cinco tomos dos seus *Opúsculos* e em vários artigos dos periódicos *O Panorama*, a *Revista Universal Lisbonense*, *O País*, *O Português* e *A Pátria*. A sua luta por uma sociedade mais justa, descentralizada, municipalista, pela promoção popular do ensino, pela defesa do património literário e artístico tradicional, por uma Igreja mais autêntica e por um clero mais livre e evangélico encontra eco nesta sua vasta actividade, bem ao jeito da crónica.

A expansão jornalística, propiciada pelo regime liberal, permitiu grande produção de artigos de incidência cronística, visando debater a actualidade social e política, através do designado “folhetim”, destacando-se nomes como os de Pedro Lopes de Mendonça, Júlio César Machado, José de Sousa Bandeira, António Rodrigues de Sampaio, Latino Coelho e outros.

Lopes de Mendonça (1826-65) dedica-se à apologia da protecção da pequena indústria e do operário, segundo inspiração do socialismo utópico vigente, a que Antero de Quental seria tão sensível. César Machado (1835-90), em *Vida de Lisboa* (1858), em dois tomos, satiriza tipos sociais degradantes, num mundo corrupto e hipócrita, crónica que Eça de Queiroz consagraria nos romances *A Capital* e *Os Maias*. Latino Coelho (1825-91) colige em 1919, os seus artigos jornalísticos (1851) num volume expressivamente intitulado *Tipos Nacionais*.

Merece referência, no início do século XIX, a produção literária para um destinatário feminino, como o *Periódico das Damas*, o *Toucador* (1822), o *Correio das Damas* (1836). O romance romântico privilegiaria este destinatário feminino, ligado a uma certa inacção burguesa, como Eça satirizaria em *O Primo Basílio*.

A crónica de costumes, na óptica subjectiva de um narrador que observa a realidade social, urbana ou rural, com as várias classes envolvidas, designadamente a burguesa, perpassa na obra romanesca de escritores como Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, entre outros.

Na obra de Camilo (1825-90), nos meandros do enredo passional, a sátira de determinados tipos sociais, com recurso à ironia e ao sarcasmo, desmonta vícios que são considerados caricaturas, com intuito moralizante, à luz de um ideário romântico. Podemos destacar, neste domínio, a sátira da figura do deputado provinciano que se degrada moralmente na capital, em *A Queda de um Anjo* (1866) e os retratos da sociedade rural em *Novelas do Minho* (1875-77).

Júlio Dinis (1838-71) combina, na sua ficção romântica e romanesca, a idealização da mulher-anjo com a crónica das tradições rurais, principalmente em *Serões da Província* (1870), que reúne os folhetins publicados no *Jornal do Porto*. Por sua vez, *Uma Família Inglesa* (1868) caracteriza a influência britânica na burguesia urbana do Porto, ligada à produção e comercialização do célebre vinho que ostenta o nome daquela cidade.

A chamada Geração de 70, liderada por Antero de Quental (1842-1891), introduz na literatura as correntes do realismo e do naturalismo, inspiradas no socialismo utópico e no positivismo. O romance é moldado pela crónica de costumes, de crítica social e cultural.

Na prosa de Antero, o tom polémico inspira o combate cultural do autor por uma literatura atenta à modernidade europeia. As Conferências do Casino e a chamada “Questão Coimbrã”, na qual apresenta os panfletos “Bom Senso e Bom Gosto” e “Dignidade das letras” são expressão dessa intervenção. Pela acuidade dos temas debatidos e pela expressão do ponto de vista autoral, tais documentos estão muito próximos da crónica.

A própria obra historiográfica de Oliveira Martins (1845-1894) é invadida por uma posição crítica subjectiva, a partir da qual analisa a História nacional, designadamente em *História de Portugal* (1879) e *Portugal Contemporâneo* (1881), centrada num contraste entre a dinastia de Avis e a de Bragança, análise da qual emergem o mito sebastianista, um pendor antijesuítico e a crítica ao liberalismo, bem como a tese decadentista de Antero de Quental.

Para além da excelente crónica de costumes que a obra romanesca de Eça de Queiroz constitui, o seu protagonismo no género cronístico, “nos parques quatro anos que medeiam entre *O Distrito de Évora* (1867) e *As Farpas* (1871-72)”, como afirma Annabela Rita, faz desse género “um projecto de observação e análise do real que as Conferências do Casino definiram e proclamaram”. Com efeito, “esse programa geracional definiu à crónica o objecto, o objectivo, a matéria e o modo de a tratar, assim como a relação com o leitor e o modelo estético” (Rita, A., 2012, 55). Depois de chamar a atenção para o título “Chronica” atribuído a uma secção de *O Distrito de Évora*, Annabela Rita caracteriza a “crónica-farpa” como um espaço onde se fragmenta

o real em três áreas: “a do observador, a do observado e a da observação” (*ib.*, 57). O próprio Eça especifica, no seu tom irónico, a incidência da “crónica-farpa”:

Aqui estamos pois diante de ti, mundo oficial, constitucional, burguês, doutrinário e grave! [...]

Assim vamos. E na epiderme de cada facto contemporâneo cravaremos uma farpa. [...] As nossas bandarilhas não têm cor, nem o branco da auriflama, nem o azul da blusa. Nunca poderão tão ligeiras farpas ferir a grande artéria social: ficarão à epiderme. [...]

Vamos rir, pois. O riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. E em política constitucional, pelo menos, o riso é uma opinião. (Queiroz, E., s.d., pp. 11-12).

O olhar múltiplo, abrangente, da crónica permite, na perspectiva queirosiana, invadir, de modo familiar, quase íntimo, o leitor da secção do jornal oitocentista, interagindo com ele, despertando-lhe os mais variados sentimentos e emoções, ignorando propositadamente tudo o resto, só visando, sem impor o que quer que seja, solidarizar-se com ele, na alegria ou na tristeza, na festa ou no luto:

A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que lêem: conta mil coisas sem sistema, sem nexos: espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade: fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites: fala em tudo baixinho, como se faz ao serão ao braseiro, ou ainda de verão, no campo, quando o ar está triste: ela sabe anedotas, segredos, histórias de amores, crimes terríveis: espreita, porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes, melancolicamente, como faz a lua, outras vezes, alegre e robustamente, como faz o sol: a crónica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China: ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; está aqui, nas suas colunas, cantando, rindo, falando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico: tem uma pequena voz serena, leve e clara com que conta aos seus

amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando (*Distrito d'Évora*, 6 de Janeiro de 1867, p. 3, col. 1).

Crónica mensal da política, das letras e dos costumes, *As Farpas*, editadas em Maio de 1871, como uma produção conjunta de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão (este publicará sozinho a sua produção até 1882, enquanto o primeiro editará a sua em 1890, com o título *Uma Campanha Alegre*), são apresentadas num estilo cáustico que se tornou emblemático:

O paiz perdeu a intelligencia e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciencias em debandada, os caracteres corrompidos. A pratica da vida tem por unica direcção a conveniencia. Não ha principio que não seja desmentido. Não ha instituição que não seja escarnecida. Ninguem se respeita. Não ha nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguem crê na honestidade dos homens publicos. Alguns agiotas felizes exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inercia. O povo está na miseria. Os serviços publicos são abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas idéas augmenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima abaixo! Toda a vida espiritual, intellectual, parada. O tédio invadiu todas as almas. A mocidade arrasta-se envelhecida das mesas das secretarias para as mesas dos cafés. A ruina económica cresce, cresce, cresce. As quebras succedem-se. O pequeno commercio definha. A industria enfraquece. A sorte dos operarios é lamentavel. O salario diminue. A renda tambem diminue. O Estado é considerado na sua acção fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo. (*As Farpas*, Lisboa, Typographia Universal, 1871, pp. 4-5).

A crónica oitocentista atinge o clímax do humor satírico e mordaz com Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) e seus colaboradores, especialmente Guilherme de Azevedo (1830-1882) e Guerra Junqueiro (1850-1923), em *A Lanterna Mágica* (1875), *O António Maria* (1879-1899) e *Os Pontos nos ii* (1885-1905), este último folhetim protagonizado pela pretensa viúva de António Maria, a Maria. Destaca-se nesta trilogia a figura caricatural do Zé Povinho e seu afamado “manguito”, cuja irreverência política

constitui um “ex-libris” da oposição ao regime monárquico oitocentista e às crises que desencadeou. Vejamos o propósito expresso n’ *O António Maria*:

Possuido d’estas duas ambições, claro está que *Antonio Maria* não tem outro remedio, na maioria dos casos, senão ser oposição declarada e franca aos governos, e oposição aberta e systematica às *oposições*, o que não o impossibilita de ser amavel uns dias por outros, e cheio de cortesia em todos os números. [...] Faremos todos juntos, em prosa e verso, à penna e a carvão, a *silhouette* da sociedade portugueza no ultimo quartel do seculo dezanove (*O Antonio Maria*, 12 de Julho de 1879, pp. 1. 2, BNP, purl.pt/1385/2/j-415-b_187).

A crónica oitocentista assume também expressão significativa através de *A Comedia Portuguesa*, dirigida por Marcelino Mesquita, entre 1888 e 1889, reaparecendo já no início do século XX, em 1902. O número inaugural perspectiva o alcance, os sentidos e os limites da crítica, segundo o programa da revista:

A critica, perfeitamente imparcial, sem peias e sem atrevimentos que melindrem a liberdade de cada um, na esfera d’acção que lhe pertence, a critica que não aspira à gargalhada ruidosa, nem pela insolencia do desenho, nem pelo torpe do assumpto, nem pelo desbragado da linguagem, mas a critica moralisadora e fecunda, não menos cruel, por delicada, é a que nos propomos fazer de todos os assumptos – politica, artes, sciencia, costumes – da sociedade portugueza, não só analysando o seu viver de dia a dia, mas consagrando números especiaes, às suas instituições, escolas, museus, teatros, fôro, camaras; como a collectividades – os médicos, o clero, os actores, os advogados, et coetera.

Tal é, rapidamente enunciado, o nosso programma e garantimos que elle não terá a graciosa propriedade de ser apenas amontoado de palavras, sem importancia, como os programas políticos da nossa terra” (hemerotecadigital.cm-lisboa).

A metáfora das garras felinas serve de expressão à crítica social da actividade cronística de José Valentim Fialho d’Almeida (1857-1911), na imprensa periódica da

época, através de *Os Gatos: publicação mensal de inquérito à vida portuguesa* (1889-1894, 2 séries), de acordo com a justificação preconizada na sua apresentação:

Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, e fez o crítico à semelhança do gato.

Ao crítico deu ele, como ao gato, a graça ondulosa e o assopro, o ronrom e a garra, a língua espinhosa e a *câlinerie*. Fê-lo nervoso e ágil, reflectido e preguiçoso; artista até ao requinte, sarcasta até à tortura, e para os amigos bom rapaz, desconfiado para os indiferentes, e terrível com agressores e adversários. Um pouco lambeiro talvez perante as coisas belas, e um quase nada céptico perante as coisas consagradas; achando a quase todos os deuses pés de barro, ventre de jiboia a quase todos os homens, e a quase todos os tribunais, portas travessas. [...]

Desde que o nosso tempo englobou os homens em três categorias de brutos, o burro, o cão e o gato – isto é, o animal de trabalho, o animal de ataque, e o animal de humor e fantasia – porque não escolheremos nós o *travesti* do último? É o que se quadra mais no nosso tipo, e aquele que melhor nos livrará da escravidão do asno, e das dentadas famintas do cachorro.

Razão porque nos acharás aqui, leitor, miando pouco, arranhando sempre, e não temendo nunca (Almeida, F., *Os Gatos*, vol. 1, Lisboa, Clássica Editora, 1992, p. 31).

No final do século XIX e início do XX, outras metáforas, como a balística e a explosiva, servem de expressão à crítica dos cronistas.

É o caso de *As Balas... de Papel* (1891-92-), de Gualdino Gomes (1857-1948) e Carlos Sertório. O propósito utópico de uma sociedade melhor inspira os directores deste espaço cronístico, que claramente perfilhou a prática felina da crónica de Fialho:

Não há, nem houve ainda, publicação despretenciosa, metaphoricamente humilde, como esta: deseja apenas... endireitar o mundo. Como sabeis, Archimedes, com uma alavanca, propunha-se levantar-o, se lhe dessem um ponto fixo no espaço. Este facil folheto ephemero não se abalança a um tal arrojado de alcapremação. Seus auctores, modestos e bem intencionados,

contentam-se com pôr o mundo direito, - outros que o ergam! – e, para levar a cabo o seu intento, teem um largo cabedal de causticos gracejos no effeito moralizadamente intenso dos quaes muito confiam – com toda a razão. (Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1991, p. 4).

É também o caso de *A Bomba* (1912), jornal clandestino combativo, dirigido por Cristiano de Carvalho (1784-1940) e Álvaro Pinto (1889-1956), com dez números (de 20 de Abril a 22 de Junho de 1912), designados como “estouros”:

Ela aí está. ‘A Bomba’, rebentando patifarias e estourando odres de maldade. Não traz fito, porque nada ha mais incerto que o ensejo de azorrague. Explodirá com ímpeto onde quer que a sua acção seja necessária. Neste ponto, naquele? Sabe-se lá! Sabem lá os moralistas de hoje se não serão os piores depravados de amanhã! Sabemos lá nós mesmos se não teremos de suicidar-nos d’aqui a dias com a própria... ‘Bomba’. (Nº1, p. 2, in *Hemeroteca Digital. Cm-lisboa*).

Também dirigida por Álvaro Pinto, na primeira série, a revista quinzenal ilustrada de Literatura e Crítica *A Águia*, dominou o panorama cultural português entre Dezembro de 1910 e 1932. Foram publicados 26 volumes em cinco séries, sucessivamente dirigidos, depois de Álvaro Pinto, por Teixeira Pascoais (1877-1952), António Carneiro (1881-1934), José Teixeira Rego (1881-1934), Hernâni Cidade (1887-1975), Adolfo Casais Monteiro (1908-1972), Santana Dionísio (1902-1991), Aarão de Lacerda (1890-1947), Delfim Santos (1907-1966). Foi o órgão da chamada Renascença Portuguesa, com orientação saudosista e sebastianista, a partir de Teixeira Pascoais, contra a qual se opuseram António Sérgio (1883-1969) e Raul Proença (1884-1941), com uma polémica que culminou na sua dissidência e na fundação da revista *Seara Nova*. No primeiro número, figuram artigos de Manuel Laranjeira (“Os homens superiores na selecção social”), Leonardo Coimbra (“Sobre educação”), Jaime Cortesão (“O poeta”), Raul Proença (“Carta Perdida”), Teixeira de Pascoais (“Justiça social – Os lavradores caseiros”), Januário Leite (“A escola e a república”), João da Silva Figueiredo (“Os grandes mortos – O músico Eitor Berlioz”). “Asneira nacional” é o título de uma crónica não assinada que versa sobre teatro, professores e jornalistas.

O artigo de Teixeira de Pascoais tem o sabor cronístico de uma denúncia social, a par da proposta saudosista:

Nesta sagrada ora da nossa Istorya, em que o Povo Português, liberto, enfim! da escravidão e da corrupção monárquicas, principia a respirar e a viver uma vida mais justa e verdadeira, não devemos esquecer as nossas pobres populações rurais, distantes das cidades onde esta nova vida se ajita, curvadas sob o pêso dum trabalho duro que a fome torna ainda mais duro! Os *lavradores* são a parte mais esquecida do nosso Povo, porque vivem longe do mundo onde se luta e pensa, em perfeita noite medieval, povoada de bruxas e fantasmas e de todas as superstições católicas que os padres, estreitos e brancos, lhes injectam na alma, como se injecta um veneno – nessa alma que, a nu e a limpo, é aquela Alma excepcional, insstitivamente naturalista e mística, que criou a Saudade, promessa duma nova Civilização Lusitana.” (Pascoaes, T. de, “Justiça Social – Os lavradores caseiros, *A Águia, revista quinzenal*, Nº 1, 1ª Série, Porto, 1 de Dezembro de 1910, p. 8, *in* purl.pt/12152/Biblioteca Nacional Digital).

A revista *Orpheu*, efemeramente circunscrita a dois números publicados (Janeiro a Março e Abril a Junho de 1915) e um terceiro programado, foi a máxima representante da primeira geração modernista em Portugal. Dirigida por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, tendo António Ferro como editor, a revista contou no número primeiro, com a colaboração de Luís de Montalvor, Ronald de Carvalho, Alfredo Pedro Guisado, José de Almada-Negreiros, Côrtes Rodrigues, Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa e Álvaro de Campos; e no segundo número, Angelo Lima, Eduardo Guimarães, Raul Leal, Violante Cysneros (Armando Cortes Rodrigues), Fernando Pessoa, Álvaro de Campos e Mário de Sá-Carneiro. Esta colaboração não regista, porém, qualquer crónica. Na “Introdução”, Luís de Montalvor apresentava o propósito programático da revista como “um exílio de temperamentos de arte”, na base de “um principio aristocrático” e oferecendo “harmonia esthetica” aos leitores com “desejos de bom gosto e refinados propositos em arte”.

A revista *Portugal Futurista* (Novembro de 1917), confinada a um único número, apreendido pelas autoridades, continuaria este propósito inovador da *Orpheu*. Dirigida por Carlos Filipe Porfírio, a revista inclui dois artigos de Bettencourt

Rebello e outro de Raul Leal sobre Santa-Rita Pintor, além do artigo “L’abstractionisme futuriste”, o “Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX”, de José de Almada-Negreiros, além do artigo “Bailados russos em Lisboa”, de sabor cronístico, o “Ultimatum”, de Álvaro de Campos, o “Manifeste des Peintres Futuristes”, de autores italianos, o manifesto futurista “Le music-hall”, de Marinetti, o “Manifesto futurista da Luxúria”, de Valentine de Saint-Point, além de vários poemas.

A revista *Seara Nova*, cuja produção foi dominante no século XX (de Outubro de 1921 a 1979), tendo atingido 1599 números, reuniu os principais intelectuais da época, com um propósito militante expresso, tanto a nível cultural e pedagógico, como a nível social e político, manifestando-se, a partir da ditadura de 1926 e do Estado Novo, como o principal rosto da oposição política ao regime. Nomes como Raul Proença, António Sérgio, Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Teixeira Gomes, Adolfo Casais Monteiro, Joaquim de Carvalho, Manuel Mendes, Aquilino Ribeiro, Raul Brandão, José Rodrigues Miguéis, José Gomes Ferreira, Augusto Abelaira, Mário Dionísio, Hernâni Cidade, Fernando Lopes Graça e outros prestigiaram esta revista com a sua colaboração. No projecto editorial, é proposta uma intervenção militante, doutrinal e crítica, de modo a aproximar os intelectuais da realidade social. Por isso, os textos produzidos reflectem a análise das realidades culturais, sociais e políticas, com um objectivo pedagógico claro, ingredientes fundamentais do discurso cronístico.

A intervenção ensaística de António Sérgio (1883-1969), pautada por um racionalismo crítico e por uma proposta democrática, republicana e corporativista, tem marcas do discurso cronístico:

Diz-se, como sabeis, que estamos sofrendo de uma crise moral. Moral? Não o creio. *Social*, sim; digamos *social* e diremos justo. [crise de injustiça e de desumanidade.]. Crise difícil de resolver, porque a acompanha, por desgraça, a crise das crises para quem está em crise, que é a *crise intelectual*. Santificai os portugueses todos, - e nossa crise persistirá: porque, repito, é *uma crise de formação social*. Por mais santos que os Portugueses fossem, ver-se-iam *forçados* em grande número a serem nocivos como cidadãos – a *receberem* mais do que podem *dar*. [...]

Nemo nos conducit. Ninguém nos dirige em Portugal [ninguém ajuda o nosso povo a libertar-se dos obstáculos que o estão oprimindo]. [...] Não o faz a lei,

que não auxilia o campónio; nem a hidráulica, que não dá a água; nem o banco, que não democratiza o crédito; nem a engenharia, que não dá a força. Ninguém conduz, ninguém ensina. Não o faz o douto, que é só abstracto; nem o deputado, que discursa à toa; nem o proprietário, - que não é o mestre, o chefe, o protector activo do camponês[, mas não raro um senhorio que lhe arranca a pele]; e correm as águas perdulàriamente, sem mais fazerem que cantar nos seixos, ou irem espelhando nos cristais fugazes as franças tristonhas dos salgueirais. (Sérgio, A., “As duas políticas nacionais”, *Ensaio*, II, pp. 89.90).

O segundo Modernismo, herdeiro da geração da revista *Orpheu*, exprime-se através da revista *Presença*, lançada em 1927, chegando até ao número 54, em 1940. Lançada em Coimbra, a revista foi dirigida por João Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca e José Régio, e a partir do número 33, por Adolfo Casais Monteiro, tendo por colaboradores nomes como Adolfo Rocha (Miguel Torga), Aquilino Ribeiro, Vitorino Nemésio, Edmundo Bettencourt, Carlos Queiroz, Alberto de Serpa, Luís de Montalvor, Raul Leal, António Botto, entre outros. Na primeira página do número um, José Régio explicita, em “Literatura viva”, o projecto editorial da revista:

Em arte, é vivo tudo o que é
original. É original tudo o que provém da parte mais virgem,
mais verdadeira e mais íntima duma personalidade artística [...].
A primeira condição duma obra viva é pois ter uma personalidade e obedecer-
lhe" (Infopedia.pt.presença).

Vários livros de Miguel Torga, como *Diário*, *Portugal* e *A Criação do Mundo*, têm um teor cronístico:

Em Portugal já não existe aristocracia de nenhuma ordem. Isto é uma pobre nação nivelada na pobreza e na incultura. Mas há, infelizmente, uma perversão social que divide o país em duas raças. Os que têm a dignidade de sua condição e os que se envergonham dela.

Por mim, sou dos primeiros. E até como artista cifro todo o meu sonho na revelação fiel da alma do povo de onde saí” (11/4/1993, in *Diário*, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1999, 237).

Tenho por certo que Maastricht há-se ser uma nódoa indelével na memória da Europa, envergonhada de, no curso da sua gloriosa história, ter trocado neste triste momento o calor do seu génio criador pela febre usurária e, nas próprias assembleias onde prega a boa-nova das regras comunitárias, fintar de mil maneiras os parceiros (1999, 1740).

A estética neo-realista, inspirada na análise político-social marxista e ensaiada em Portugal nas décadas de 30 e 40 do século XX, a partir de revistas juvenis e do *Novo Cancioneiro* (Coimbra, 1941-44), encontra, sobretudo na poesia e no romance os campos preferenciais da sua afirmação. Alves Redol, um dos romancistas pilares desta estética, declara, a anteceder o seu romance *Gaibéus* (1939):

Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem (*apud* Torres, A. P., *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes, 19).

Esta proposta cruza-se com a perspectiva cronística: a ligação da literatura à realidade política e social, a atitude crítica, o compromisso da arte com a sociedade. É também esta a posição de Soeiro Pereira Gomes, no seu romance *Esteiros*, dedicado aos “filhos dos homens que nunca foram meninos” (Gomes, S. P., *Esteiros*, Mem Martins, 1974, 7): “Esteiros. Minúsculos canais, como dedos de mãos espalmada, abertos na margem do Tejo. Dedos das mãos avaras dos telhais que roubam nateiro às águas e vigores à malta. Mãos de lama que só o rio afaga” (*Ib.*, 9).

Baptista-Bastos, um dos cronistas mais relevantes do neo-realismo, a propósito do romance *Seara de Vento*, analisa com lucidez o sonho e as limitações deste projecto:

No final da década de 50, a revolução parecia-nos um mito amável, uma irreabilidade demente, acentuada pelo silêncio compulsivo ou deliberadamente procurado dos nossos melhores homens. A mentira, tecida de ignorância, era uma força obscura, todavia impositiva, que nos conferia um sentimento de vulnerabilidade e de melancólica resignação: os valores nos quais acreditávamos surgiam-nos sitiados, e recusávamo-nos a aceitar a necessária descoincidência entre história e justiça, entre política e moral. Entendo, hoje, que existíamos na raiz própria da mais dilemática das contradições – a que consiste em confundir opinião com razão. Mas os escassos apetrechos culturais e políticos de que dispúnhamos, a inexistência da praxis revolucionária, as ambiguidades e equívocos daquele nosso tempo português levavam-nos, frequentemente, a defender impossíveis heresias – como as de criticar a aparente, ou evidente, ineficácia da esquerda, continuando à esquerda. Vivíamos um tempo de urgência, porque tínhamos sido a juventude da revolução perfeitamente adiada – ou ultrajada. Formados numa doutrina – a marxista – recusávamos a decorrente disciplina; daí que o protesto, pretendendo-se solidário, era solitário. O resultado foi claro. O itinerário dos homens da geração a que pertença seguiu, paralelo, o dos que nos antecederam: tornando-se tirânicas as opções individuais, mutilaram-se amizades, divergiram-se caminhos, em contendas e quezílias, afinal sem direcção nem sentido, quando, na verdade, tudo nos ligava, pouco nos separava. Ou nos devia separar. Mas foi assim a nossa proto-história – quando todos os nossos projectos e esperanças pareciam rudemente deteriorados (Baptista-Bastos, “A letra de um homem”, in Fonseca, M., *Seara de Vento*, 4ª ed., Lisboa, Forja, 1975, 9-11).

Figura marcante do neo-realismo, Fernando Namora, além de assimilar uma leitura social do país nos seus romances, rurais e urbanos, apresenta, em 1969, uma crónica romanceada (*Diálogo em Setembro*) e uma crónica de viagens sobre a Escandinávia e a Rússia, *Os Adoradores do Sol*, “cadernos de um escritor”, em 1971:

Depois disto – que é o Nórdico? Um ser tristonho (um tanto menos o Dinamarquês, a quem se convencionou chamar o meridional do Norte),

desolado, de alma vazia. Um homem dorido e doloroso a precisar de anestésicos. Um homem encasulado e, por assim dizer, ressentido perante os outros sofredores da mesma maleita. Com a carência de chama e de sentido na vida que conduz ao desvio, ao anárquico individualismo ou ao desespero. Trabalha, organiza-se, produz – mas perdeu a ideia alentadora de missão. Ora, não se pode viver sem um alvo que nos supere. E a satisfação das reivindicações quantitativas não faz esquecer a ‘qualidade’ de vida. É, aliás, a partir do momento em que as pessoas se libertam do combate pela subsistência que começam a ter consciência de problemas novos e essenciais. A ter consciência de si próprias, voltando-se para a conquista de uma finalidade, individual e colectiva, que cale a amargura e povoe a solitude. Quando essa angústia difusa não encontra resposta, procura-se então o entorpecimento, a evasão. Como se observa na Escandinávia (Namora, F., 1971, 30-31).

Vergílio Ferreira (1916-1996) marca a ficção, o ensaio e o diário com o pilar filosófico existencialista. Como escreveu António Moniz, “todo o romance da fase existencialista de Vergílio Ferreira é uma espécie de carta dirigida a um destinatário feminino, numa permanente função fática da linguagem” (Moniz, A., 2002, 224):

Neste persistente diálogo do eu-tu do referencial diegético, espécie de eco prolongado de um rico universo da memória de vivências comuns, no qual o monólogo interior ocupa a parte de leão em confronto com a narração e a descrição, o narratário é continuamente interpelado a associar-se ao acto de escrever, tornando-se a figura feminina não apenas a musa inspiradora do poeta-romancista mas também o interlocutor onnipresente, cuja voz raramente se faz ouvir, porque filtrada pela corrente de consciência do narrador, numa voz por vezes *entaramelada*, hesitante e perturbada (*ib.*).

Repartido por nove volumes, entre 1981 e 1994, o diário *Conta-Corrente* reflecte sobre a realidade social, política e cultural envolvente, não deixando de problematizar as principais questões do ser humano, como neste apontamento cronístico:

Há dentro de nós um poço. No fundo dele é que estamos, porque está o que é mais nós, o que nos individualiza, a fonte do que nos enriquece no em que somos humanos. E a vida exterior, o assalto do que nos rodeia, o que visa é esse íntimo de nós para o ocupar, o preencher, o esvaziar do que nos pertence e nos faz ser homens. Jamais como hoje esse assalto foi tão violento, jamais como hoje fomos invadidos do que não é nós. É lá nesse fundo que se gera a espiritualidade, a gravidade do sermos, o encantamento da arte (Ferreira, V., 1984, 286).

A crónica também ocupou a produção literária do Nobel da Literatura Portuguesa, José Saramago (1922-2010), como *Deste Mundo e do Outro* (1971), *A Bagagem do Viajante* (1973), *As Opiniões que o DL Teve* (1974), *Os Apontamentos* (1977), na qual reúne a sua intervenção jornalística, antes e após a revolução do 25 de Abril de 1974, veiculando a sua crítica à sociedade, segundo a sua matriz ideológica. Por sua vez, o seu diário *Cadernos de Lanzarote* (I a V, 1994) e o registo autobiográfico *As Pequenas Memórias* (2006) também reflectem o ponto de vista analítico e crítico de um cronista atento ao seu redor, designadamente no tocante à recepção da sua obra:

a maioria social-democrata da Assembleia Municipal de Mafra votou contra uma proposta da CDU para que me fosse atribuída a medalha de ouro do Concelho, alegando que ‘estraguei o nome de Mafra’ e que o *Memorial do Convento* É ‘um livro reprovável a todos os títulos’ [...]. Peço, portanto, aos habitantes de Mafra que, até às próximas eleições locais, considerem esse livro como não existente, uma vez que, por uma razão ou por outra (por não serem dignos dele, ou por ser indigna deles a decisão tomada), não o merecem. Depois [...], logo verei se devo restituir a Mafra o *Memorial* que lhes ofereci há onze anos, ou retirar o seu nome do mapa de Portugal que ainda conservo dentro do coração (Saramago, J., *Cadernos de Lanzarote - Diário I*, Lisboa, Caminho, 1994, 24-25).

Mas toda a sua obra romanesca oferece traços vivos de uma crónica, ainda que também ficcional, da realidade social e política. É o caso do Alentejo em *Levantado do Chão*, na tomada das herdades na reforma agrária operada pela revolução do 25 de Abril de 1974:

Este sol é de justiça. Queima e inflama a grande secura dos restolhos, este amarelo de osso lavado ou curtimenta de seara velha e requeimada de calores excessivos e águas destemperadas. De todos os lugares de trabalho confluem máquinas, o grande avanço dos blindados, ai esta linguagem guerreira, quem a pudesse esquecer, são tractores que avançam, vão devagar, é preciso ligar com os que vêm dos outros sítios, estes já chegaram, grita-se de um lado para outro, e a coluna engrossou, torna-se ainda mais forte lá adiante, vão carregados os atrelados, já há quem caminhe a pé, são os mais novos, para eles é uma festa, e então chegam à herdade das Mantas, andam aqui cento e cinquenta homens a tirar cortiça, juntam-se todos com todos, e em cada herdade que ocuparem ficará um grupo de responsáveis, a coluna já leva mais de quinhentos homens e mulheres, seiscentos, não tarda que sejam mil, é uma romaria, uma peregrinação que refaz as vias do martírio, os passos desta cruz (Saramago, J.,1983, 364).

Outros cronistas desempenharam papel de relevo no panorama cronístico do século XX, entre os quais citamos: Carlos Malheiro Dias (1875-1941), Manuel Teixeira Gomes (1860-1941), Augusto de Castro (1883-1971), Câmara Reis (1885-1961), André Brun (1881-1926), Afonso Bourbon e Meneses (1890-1948), Amílcar Ramada Curto (1886-1961), José Júlio Leitão de Barros (1896-1967), Vitorino Nemésio (1901-1978), Victor Falcão (1886-1966), João de Araújo Correia (1899-1985), José Gomes Ferreira (1900-1985), José Rodrigues Miguéis (1901-1980), Artur Portela Filho (1937-).

Eduardo Prado Coelho (1944-2007) foi um dos mais produtivos cronistas do final do século XX e início do XXI, assegurando uma coluna no jornal *Público*, sobre temas de cultura, comunicação e pedagogia, entre outros:

Nunca se trata de levar a arte ao povo, mas de levar o povo à arte. Por outras palavras, não vamos pôr os poemas de Pessoa em banda desenhada para serem mais acessíveis, mas devemos desenvolver as estruturas pedagógicas para que as pessoas entendam os poemas tais como eles são. Isto é o ABC de uma política cultural: promover a qualidade e criar dispositivos de ensino que

permitam a inteligência adequada dessa qualidade. (Coelho, E. P., *Público*, 10/01/2006).

Onésimo Teotónio de Almeida (1946-), professor universitário na Universidade de Brown, Estados Unidos da América, também tem assegurado uma coluna cronística no *Jornal de Letras e Artes*, tendo editado vários livros de crónicas, designadamente sobre a temática da açorianidade:

Estas crónicas são a vontade de lá estar mais vezes a tomar café nas manhãs de Lisboa, Pico da Pedra da minha infância, ou Fajã do Ouvidor de São Jorge, e a conversar sobre o dia-a-dia do mundo. Não pretendem explicar a América aos portugueses, mas falar com os compatriotas como sendo um deles, deslocado embora por um ciclone um tudo nada para Oeste. [...]

Ao fim de vinte e cinco anos de fazer-me ponte sobre o Atlântico, pé-cá. Pé-lá, desembarcando em Lisboa, Ponta Delgada, Lajes ou Boston, o oceano tornou-se-me bem mais estreito e instalou-se-me num quotidiano de onde se vê sempre a outra margem, com as ilhas de permeio a facilitarem o salto” (Almeida, O. T., *Rio Atlântico*, Lisboa, Salamandra, 1997, 9. 11).

A cronística brasileira

A importância da crónica na literatura brasileira é salientada na dissertação de mestrado de Rosa Cristina Hood Gautério, na qual sublinha o seu carácter híbrido, na fronteira entre o jornalismo e a literatura:

Tendo em vista o exercício da crítica literária que observa de maneira particular o trânsito do jornalismo para a literatura, a combinação de fatores que uniram os dois gêneros pondera o quão efêmeras são as fronteiras da crônica; de um lado aproxima-se do jornalismo, pois é para o jornal que ela é escrita debruçando-se sobre o cotidiano de quem faz a notícia e, de outro, à literatura que recria de maneira “despretensiosa” a vida na sua singularidade indo além do aspecto da intensidade da vida diária. Nessa perspectiva, ao caracterizar-se como um gênero de fronteira, a crônica contém na sua genealogia uma expressão híbrida, o que quer dizer que apresenta uma tipologia diversificada que conta com gêneros muito próximos na sua composição, como é o caso do conto (GAUTÉRIO, 2011).

Chegando ao Brasil a partir do século XIX, sob a influência francesa do *folhetim*, a crônica afirma-se, no final desse século, com José de Alencar, Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo e tantos outros cultores.

No entanto, os primeiros testemunhos cronísticos em solo brasileiro surgem a partir da *Carta do Achamento do Brasil*, de Pêro Vaz de Caminha (1500), na qual o marinheiro da expedição de Pedro Álvares Cabral dá conta a D. Manuel I dessa nova terra e seus habitantes, com a frescura de uma descoberta espantosa. Pêro de Magalhães Gândavo e os padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta também registaram as maravilhas da terra que começava a ser colonizada, bem como os trabalhos catequéticos nas missões, tecendo comentários ideológicos de caráter catequético e proselitista.

Na segunda metade do século XVIII, as Academias reuniram grupos de escritores que foram despertando para uma consciência da cultura nativa, sem deixarem de perder a influência europeia, ao mesmo tempo que se foram formando os primeiros grupos de leitores. Mas é com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, que se verifica o crescimento de leitores, no quadro da dinamização cultural promovida em torno da corte, desempenhando o jornalismo um papel determinante nesse quadro, quer como instrumento de comunicação, quer como meio de politização, visando a consciência anticolonial que seria vencedora em

1822, com a independência do Brasil. Machado de Assis, no *Correio Mercantil*, de 10 e 12 de janeiro de 1859, exprime o papel do jornalismo na formação cívica dos leitores:

O jornal é a verdadeira forma de república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para o mundo desconhecido, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções (*in* CÂNDIDO, 1992, 80 [CÂNDIDO, Antônio *et alii*, *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas, Unicamp; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1992]).

Alencar, na crônica “Máquina de coser”, faz intervenção social e cultural, ao relativizar as transformações do progresso, através da apresentação não só das suas virtualidades, como o “melhoramento da indústria”, mas também das suas consequências negativas: “as máquinas vão reduzindo o mais belo trabalho a um movimento monótono”:

Acho-me seriamente embaraçado da maneira por que descrevi a visita que fiz ontem à fábrica de coser de Mme. Besse, sobre a qual já os nossos leitores tiveram uma ligeira notícia neste mesmo jornal. [...]

Assim, pois é justamente para os espíritos graves, dados aos estudos profundos e às questões de interesse público, que resolvi descrever a visita à fábrica [...] certo de que não perderei meu tempo, e concorrerei quanto em mim estiver para que se favoreça este melhoramento da indústria, que pode prestar grande benefício, favorecendo não só à população dessa corte [...]

A fábrica está situada à Rua do Rosário nº74. Não é uma posição tão aristocrática como a das modinhas da Rua do Ouvidor; porém tem a vantagem de ser no centro da cidade; e portanto, as senhoras do tom podem facilmente e sem derrogar aos estilos da alta *fashion* fazer a sua visita [...].

Era na ocasião de uma dessas visitas que eu desejaria achar-me lá para observar o desapontamento das minhas amáveis leitoras (se é que as tenho,

visto que estou escrevendo para os homens pensadores). Dizem que o espírito da indústria tem despoetizado todas as artes, e que as máquinas vão reduzindo o mais belo trabalho a um movimento monótono e regular que destrói todas as emoções, e transforma o homem num autônomo escravo de outro autônomo (*in* SANTOS, 2007, 38).

Antônio Cândido refere a data de 23 de maio de 1836⁸², na qual o jornalista Justiniano José da Rocha lançava o jornal *O Chronista*, anunciando, em tom jubiloso, sob o título francês *feuilleton*, um espaço cronístico que logo se transformaria numa grande preferência do público leitor:

Abençoada invenção periódica; filho mimoso de brilhante imaginação [...]. Tu que distrais a virgem de seus melancólicos pensares, o jovem estudioso de seus cálculos dinheirosos [...] permite, oh! Permite, duende da civilização moderna, que nosso proselitismo te procure em nosso Brasil - que é digno de adorar-te!!! (CÂNDIDO, 1992, 100).

No século XX, enquanto o modernismo ocupa as atenções da literatura brasileira, em sintonia com o resto do mundo ocidental, com nomes como Mário e Oswald de Andrade, a década de 1950 representa, segundo Joaquim Ferreira Santos, a “década de ouro de uma geração de craques”, em cuja obra citada apresenta 14 cronistas e 18 crônicas, com nomes sonantes de cronistas como Rubem Braga, Vinícius de Moraes e Rachel de Queiroz. Efectivamente, trata-se de um período de euforia política e económica empreendida pelo governo democrático-populista de Juscelino Kubitschek, com conquistas individuais e sociais devido à industrialização do país, como é explicado na citada dissertação de Rosa Cristina Hood Gautério.

Mário de Andrade escreveu crônicas no *Diário Nacional*, de São Paulo, a partir de 1927. Porém, esta regularidade ocorreria nos anos 1929 e 1930, com um espaço

⁸² Há uma divergência de datas quanto ao lançamento dos *feuilletons* n’*O Chronista*: Cândido em *A Crônica*, 1992, na página 100, aponta a data de 23 de maio de 1836, enquanto Chalhoub, em *História em Cousas Miúdas*, 2005, na página 23, aponta a data de 5 de outubro do mesmo ano.

denominado “Táxi”, a metáfora de um veículo condutor da modernidade que reflectia suas inovações modernistas: “O táxi pode ir a qualquer parte; assim Mário trata de qualquer assunto, pelo caminho que quiser” (BUITONI, 1985, 87). E ele que considerava a crónica como um “ [...] texto descompromissado de grandes ambições. Ele dizia que no meio de sua literatura sempre tão intencional, a crónica seria *a válvula verdadeira por onde eu me desfaticava de mim*” (Ib.).

Manuel Bandeira, em 1937, lançou o livro *Crônicas da Província do Brasil*, continuando a escrever, em 1957, crônicas sobre literatura e poesia, sendo considerado um dos fundadores da crónica moderna no Brasil, prestígio de que usufruíram também Graciliano Ramos, Cecília Meireles e Carlos Drummond de Andrade. Mas é Rubem Braga que colhe a unanimidade da crítica no sentido de ter revolucionado a crónica brasileira, ganhando dois tamanhos, segundo Lourenço Diaféria: “O tamanho que ocupa a página. E o tamanho que ocupa a nossa imaginação” (2ª BIENAL NESTLÉ DE LITERATURA BRASILEIRA, 1986, 18). Clarice Lispector considera-o o seu mestre, a quem pede opinião e de quem recebe incentivo. A crónica “Homem ao mar”, em 1ª pessoa, espelha o monólogo interior do cronista ao contemplar um nadador, com o qual se solidariza:

De minha varanda vejo, entre árvores e telhados, o mar. Não há ninguém na praia [...]. O vento é nordeste, e vai tangendo, aqui e ali, no belo azul das águas, pequena espumas que marcham alguns segundos e morrem [...] perto da terra a onda é verde.

Mas percebo um movimento em um ponto do mar; é um homem nadando. Ele nada a uma certa distância da praia, em braçadas pausados e fortes; [...] e as pequenas espumas que nascem e somem parecem ir mais depressa do que ele. Justo: espumas são leves, [...] toda sua substância é água e vento e luz, e o homem tem sua carne. [...]. Certamente não suspeita de que um desconhecido o vê e o admira. [...] Não sei de onde vem essa admiração, mas encontro nesse homem uma nobreza calma, sinto-me solidário com ele, acompanhando o seu esforço solitário como se ele estivesse cumprindo uma bela missão. Já nadou em minha presença uns trezentos metros; [...] Mais uns cinquenta metros, e o

perderei de vista, pois um telhado o esconderá. [...]. É apenas a imagem de um homem, e eu não poderia saber sua idade, nem sua cor, [...] Estou solidário com ele, e espero que ele esteja comigo. [...] vi um homem sozinho nadando no mar.

Agora não sou mais responsável por ele; cumpri o meu dever, e ele cumpriu o seu. [...] Não consigo saber em que reside, para mim, a grandeza de sua tarefa; ele não estava fazendo nenhum gesto a favor de alguém, nem construindo algo de útil; mas certamente fazia uma coisa bela, e a fazia de modo puro e viril (SANTOS, 2007, 110).

Considerado não só como inventor da crônica moderna brasileira, mas como aquele que a transformou e consagrou, Rubem Braga foi um dos jornalistas que mais colaborou com diferentes jornais e revistas do país, com uma produção de cerca de 15 mil crônicas, exercício jornalístico que iniciou aos 19 anos, no *Diário da Tarde*, em Belo Horizonte, e colaborando, também, no jornal *Estado de Minas*. Nesta época, o cronista, que nasceu no Espírito Santo, ganharia um novo atributo: a mineirice e sua forma de ser mais reservada, atribuída, segundo o escritor e jornalista José Castello⁸³, autor de *Na Cobertura de Rubem Braga* (1996): “Não só pelo período em que ele viveu em Minas, mas pela convivência com os mineiros que invadiram a literatura carioca, como Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino (...)” (BRANT, *apud* CASTELLO, Estado de Minas, 12 de Janeiro de 2013), que passaram

José Castello, em resposta à entrevista de Wilame Prado, por ocasião do centenário de Rubem Braga:⁸³ “Braga é o fundador da crônica moderna brasileira. A crônica, tal qual a conhecemos, é na verdade um gênero brasileiro. Foi criada por uma geração fabulosa de escritores de nosso século 20, que inclui também o Nelson Rodrigues, o Carlos Drummond, a Clarice Lispector, o Paulo Mendes Campos, o Sérgio Porto, o Fernando Sabino, o Otto Lara Resende e tantos outros. Braga foi, na verdade, o consolidador do gênero, seu grande mestre. Nelson fez crônica, mas fez teatro. Clarice fez crônica mas fez romances. Drummond fez crônica, mas fez poesia. Braga, entre todos eles, foi o único que se dedicou integralmente à crônica e, por esse motivo, eu penso, tornou-se seu grande mestre. A crônica é um gênero anfíbio, entre o jornalismo e a literatura. Os jornalistas vêem os cronistas com desconfiança, eles lhes parecem mentirosos e fantasiosos. Os escritores também: eles lhes parecem apegados demais às circunstâncias e, além do mais, venais – já que crônicas são escritas, quase sempre, primeiro por encomenda, para jornais e revistas, e vendidas por unidade. A crônica tem um pé no real, outro na fantasia, e é isso que a define e que lhe garante a autonomia como gênero literário (Disponível em: <http://blogs.odiario.com/wilameprado/2013/01/14/jose-castello-da-entrevista-falando-sobre-rubem-braga/>)”.

a morar no Rio de Janeiro, assim como Braga. Ainda podemos acrescentar um outro mineiro, Carlos Drummond de Andrade, que com os demais, excepto Hélio Pellegrino, reuniram suas crônicas numa colecção didáctica para estudantes, *Para Gostar de Ler, volume I- Crônicas* (1981-1984).

José Castello expôs, no mesmo artigo, a importância da crônica, enquanto género, e a modalidade cronística de Rubem Braga:

Há críticos que dizem que a crônica é um género menor, o que é um absurdo, e o Braga mostrou que ela é um género literário tão grande e importante como qualquer outro. Rubem Braga exacerbou esse aspecto da leveza e do lirismo, dois atributos cruciais da crônica moderna. Sem falar na visão contemplativa do mundo, à qual ele foi extremamente fiel” (*Ib.*, 1).

Foi Rubem Braga que, respondendo a um jornalista que lhe havia perguntado o que era crônica, retrucou de forma directa e irónica: “Se não é aguda, é crônica” (BRANT, *apud* BRAGA, Estado de Minas, 12 de Janeiro de 2013). Uma singularidade analítica do cronista e, segundo o escritor Affonso Romano de Santana, daquele que reinventou a crônica e fez algo inédito na nossa literatura: “Em vez de ficar relatando fatos como eles realmente eram, ele introduziu a subjetividade no texto, permitindo o olhar do observador. A subjetividade passa a ser mais importante do que a coisa observada, ou seja a maneira de ver a coisa é o que importa” (BRANT, *apud* SANTANA, Estado de Minas, 12 de Janeiro de 2013).

O jornalista João Paulo, no artigo “Cronicamente inviável”, reflecte sobre uma possível razão da preferência do cronista pelo género a que se aferrou:

[...] era como ocupar um não lugar, um território sem normas e, consequentemente, sem maior importância. Há uma tendência dupla nos cultores da crônica que escapa do projeto de Rubem Braga. Os cronistas gostam de se dizer jornalistas, porque publicam em jornais; e têm a ambição de se tornarem escritores, por recolher seus textos em livro. Braga nunca quis ser nem uma coisa e nem outra (JOÃO PAULO, Estado de Minas, 12 de Janeiro de 2013).

Este posicionamento sobre o gênero, que lhe proporcionava uma possível “liberdade de forma” e “um marginal duplo assumido: está fora da imprensa e da literatura”(*lb.*), permite-nos inferir as constantes indagações sobre o ofício do cronista n’ *A Descoberta do Mundo*, quando consideramos que Rubem Braga foi o mestre de Clarice Lispector. Porém, uma outra face da crônica é apontada por João Paulo: “O que pode parecer sinal de descompromisso com a criação do cronista talvez seja na verdade uma resposta característica ao gênero. A crônica em sua essência, não nasce para virar livro nem carrega a pretensão da perenidade”(*lb.*).

A década de 1960 é preenchida com os nomes de cronistas como José Carlos Oliveira, Nelson Rodrigues, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Clarice Lispector, e marcada pela sombra negra da ditadura militar. O tom irônico e humorístico da crônica “Cãomício no calçadão”, de José Carlos Oliveira espelha bem a estratégia utilizada contra a censura ditatorial:

Reunidos no calçadão [...] dezenas de cães participaram sábado à tarde [...] de um comício autorizado [...]. Eram cachorros das mais variadas raças. [...] O primeiro a subir ao tablado [...] foi um Poodle branquinho, de rabinho cotó [...] – Nossos donos são irresponsáveis! – gritou ele [...]. Todo o poder aos cachorros! Prosseguiu veemente [...] – Muito bem! Falou! Podem crer! - entoaram em coro os cinco Dobermanns que moram [...] num dos edifícios mais luxuosos de Copacabana! [...] Nesse instante pulou no caixote um autêntico vira-latas, magrinho de olhos famintos [...]. Irmãos! – bradou ele, [...] Todos os cachorros são iguais! [...]. Viva a revolução! Todo o poder aos cachorros sem distinção de raça, cor ou credo! [...] - Uh Fora! Gritaram os cães de luxo, que pertencem todos, naturalmente, à direita [...] ele agora está sendo processado [...]. Acusação: um CÃOMUNISTA (SANTOS, 2007, 152).

O humor marca também as crônicas de Millôr Fernandes e Sérgio Porto. A crítica social timbra as crônicas de Elsie Lessa, como a instauração de novos hábitos, numa sociedade voltada já para o consumismo e a vertigem do contrarrelógio do tempo:

Sim, estamos trocando tudo [...] aquela bondade que se estende aos bichos e às coisas, tão simples, [...] aquela mansa alegria de viver, aquele risonho voto de confiança na vida [...]. Somos uma geração que come de pé, que trocou os doces ritos que cercavam o nobre ato de alimentar-se por uma apressada ingestão de calorias. [...] Somos uma geração que perdeu o privilégio de não fazer nada. [...] Perdemos o abençoado tempo de perder tempo, de não fazer nada, a única hora em que a gente se sente viver. O mais é cansaço e aflição do espírito (SANTOS, 2007, 157).

Na década de 1970, nomes como Lourenço Diaféria, Caetano Veloso, Chico Buarque, Ivan Lessa e Campos de Carvalho enviam da diáspora as suas crônicas, em razão do exílio político, enriquecendo o panorama nacional com uma visão do exterior.

Affonso Romano de Sant’Anna, Artur da Távola, João Ubaldo Ribeiro, Ivan Ângelo são nomes da década de 1980, cujas crônicas misturam a habilidade humorística com a fina análise do comportamento humano.

Na década de 1990, Luís Fernando Veríssimo publica *Comédia da Vida Privada* (1994), reunindo as suas crônicas bem-humoradas, nas quais versa assuntos relativos à vida conjugal e familiar e à mentalidade machista (“o macho brasileiro”). Outros nomes são os de Zuenir Ventura, Ignácio de Loyola Brandão, Otto Lara Rezende, que aconselha a leitura literária em momento depressivo, Arthur Dapieve, Carlos Heitor Cony, Roberto Drummond e Ferreira Gullar.

Na década de 2000, com o novo milénio, Tutty Vasques, João Paulo Cuentre, Antônio Prata, Arnaldo Jabor, Lya Luft, Martha Medeiros, Arnaldo Bloch, Marcelo Rubens Paiva, Danuza Leão, Moacyr Scliar (citado por Inês Pedrosa) e Xico de Sá são nomes que se vão afirmando como novos cultores da crônica. “Pessoas habitadas” é o título da crônica de Martha de Medeiros, cujo alcance é sensibilizar a opinião pública para o valor do ser humano autêntico e coerente, cuja luminosidade de vida seduz e encanta:

Uma pessoa pode ser realmente confiável, gentil, carinhosa, simpática, mas se não é habitada, rapidinho coloca os outros para dormir. Uma pessoa habitada é uma pessoa possuída, não necessariamente pelo demo. [...] Pessoas habitadas são aquelas possuídas por si mesmas, em diversas versões. Os habitados estão preenchidos de indagações, angústias, incertezas, mas não são menos infelizes por causa disso. [...] Que tenhamos a sorte de esbarrar com seres habitados e ao mesmo tempo inofensivos, cujo único mal que possam fazer é nos fascinar e nos manter acordados uma madrugada inteira. Ou a vida inteira, o que é melhor ainda (SANTOS, 2007, 324).

Neste breve itinerário da cronística brasileira, mais do que nomear cronistas, interessou-nos perceber como o gênero atravessa o tempo e se relaciona com ele no espaço eleito pelo cronista, trazendo sempre novos elementos, razão fundamental para a sua sobrevivência e a renovação da sua transitoriedade.

2. 3. Mulheres cronistas brasileiras e portuguesas

Cântico XII

Renova-te.

Renasce em ti mesmo.

Multiplica os teus olhos, para verem mais.

Multiplica os teus braços para semeares tudo.

Destrói os olhos que tiverem visto.

Cria outros, para as visões novas.

Destrói os braços que tiverem semeado,

Para se esquecerem de colher.

Sê sempre o mesmo.

Sempre outro.

Mas sempre alto.

Sempre longe.

E dentro de tudo.

(Cecília Meireles)

1. Mulheres cronistas brasileiras

No subcapítulo “Estudos sobre a Mulher no Brasil”, pudemos avaliar como a participação da mulher na imprensa do país, desde o seu início até a actualidade, foi fundamental para as mudanças de mentalidade de cada período, influenciando e consolidando as reivindicações das mulheres, que buscavam seus direitos no campo social, no cultural e no político, e consequente emancipação.

A crónica jornalística atravessa o tempo, é modulada pelo contexto sociocultural, pela tendência e estilo da época, além de outros aspectos jornalísticos, para encontrar em cada cronista a forma de se manifestar, através daquele espaço delimitado pelo jornal ou revista, mas, acima de tudo, a ela interessa encontrar o seu leitor.

No espaço delimitado pelo jornal ou revista, muitas destas mulheres, como sabemos, utilizaram a crónica enquanto género literário, como uma forma de manifestarem as suas ideias, encontrarem os seus leitor(a)s e, ao mesmo tempo, representá-lo(a)s. Razão pela qual, a crónica jornalística atravessa o tempo, modulada pelo contexto social, cultural e histórico e pela tendência estilística, além de outros aspectos jornalísticos ou literários discutíveis, que permitem, até hoje, especulações a respeito da sua “aparente despretensão”.

Dulcilia Buitoni, em seu artigo “Crônica/Mulher, Mulher/Crônica”, fala-nos da proximidade entre a crónica e a mulher no Brasil, comumente associada aos homens, explicando que “os primeiros produtos em gênero incipiente que poderia ser chamado de crônica apareciam muito na imprensa feminina brasileira, isto é, eram dirigidos preferencialmente a um público de mulheres” (BUITONI, 1985, 81), mesmo quando os autores eram homens. Sendo os temas matrizes destas primeiras crônicas, “A mudança do tempo, o cotidiano, o coloquial, a cidade, as modas – tão passageiras e tão perenes – são temas caros para a mulher” (*ib.*).

E, como explicita, ainda, a despeito de seu polêmico enquadramento, “gênero jornalístico *versus* literatura”, os antecedentes da crônica são encontrados na imprensa feminina e o folhetim é considerado:

[...] como um dos nascedouros da crônica jornalística: a presença da narrativa, da periodicidade e às vezes da atualidade permitiram que vários folhetinistas se transformassem em cronistas. Aliás, a expressão folhetim [...] não se referenciava apenas a uma narrativa de ficção. Vários redatores de jornais brasileiros do século passado se auto-intitulavam folhetinistas quando na verdade faziam uma crônica mundana – uma espécie de coluna social misturada a crítica de espetáculos e às vezes somada a considerações sobre moda (BUITONI, 1985, 81 Grifos nossos).

A propósito destas aproximações entre o folhetim e a crônica, Ernesto Rodrigues em sua obra, *Mágico Folhetim – Literatura e Jornalismo em Portugal*, compartilha de teoria similar, quando se reporta ao folhetim e às suas modalidades. Com o título de “Folhetim-Crônica”, explica que “A crônica releva da História. Da Literatura e do Jornalismo [...]. A História do dia cumpria-se no Jornalismo possível. Em breve, a Literatura tomaria o lugar daquela e, no presente, seria possível associar-lhe outras disciplinas (sociologia, psicologia, etc.) ” (RODRIGUES, 1998, 292). E, mais importante, segundo ele, é que “deslaçando-se do folhetim, manteve a constante da voz pessoal, fez-se paleta de uma íntima e suspensa reportagem por que dá cara o subscritor” (*Ib.*).

A crônica, deste modo, estabeleceu-se de início, a partir desta relatividade, sugerida a partir de um espaço que abrigava textos de diferentes modalidades. No surgimento e no percurso da imprensa feminina, encontraremos a evolução destes textos, a princípio com uma feição mais feminina. Porém,

[...] desde seu surgimento há uma tendência ao sério, à denúncia, à exortação, uma nítida preferência pelo enfoque utilitário. A crônica como texto leve

parece passar longe das autoras, que conscientes da situação em que se encontrava parcela da população feminina, preconizavam uma mulher consciente e participante (DUARTE, 1995, 1-2).

A crescente literacia das mulheres no século XIX e o surgimento de periódicos no país foram, desta forma, alavancas para uma consciencialização das mulheres e da sociedade. As nossas primeiras cronistas, paulatinamente, construíram as bases para a emancipação das mulheres. E o primeiro periódico brasileiro dedicado às mulheres surge em 1827, com o título de *O Espelho Diamantino – Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas, dedicado às Senhoras Brasileiras*. E, em outros periódicos, como *O Jornal das Senhoras* (1852), *O Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), *Jornal das Damas* (1874), *O Echo das Damas* (1875), entre outros, que foram surgindo neste período, encontramos as crónicas voltadas para o universo feminino, como o direito à educação, ao voto, ao trabalho profissional ao divórcio e outras questões do seu interesse.

Deste período, seleccionamos alguns nomes que participaram nestes periódicos e podem ilustrar diferentes origens e modalidades de crónicas. **Nísia Floresta Brasileira Augusta** (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, pioneira da defesa do feminismo no Brasil, colaborava com os seus textos no periódico *O Espelho das Brasileiras* (Recife, 1831) e já revelava a sua preocupação com a condição e a educação femininas. Segundo Constância Lima Duarte, “Nísia Floresta mescla ficção, documentário, reminiscências pessoais e dados históricos em suas crónicas” (DUARTE, 1995, 2).

Francisca Senhorinha da Mota Diniz (?), de São João Del Rey, educadora e romancista, foi a idealizadora do periódico *O Sexo Feminino* e publica o seu primeiro número na cidade de Campanha da Princesa, a sul de Minas Gerais, em 1873. Defensora das causas abolicionistas, republicanas, e da educação da mulher, transfere o seu jornal para o Rio de Janeiro, em 1875, e passa a ter como assinantes o Imperador D. Pedro II e sua filha, Princesa Isabel. Após a proclamação da República, em 1889, o jornal passa a chamar-se *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1890) e estende-se

até 1896. Neste período, Francisca Senhorinha, que sempre foi defensora da instrução feminina, passa também a reivindicar o direito das mulheres à educação secundária e ao trabalho.

Josefina Álvares de Azevedo (1851?), pernambucana, funda em São Paulo (1888) o periódico *A Família*, dedicado à educação da mãe de família. Depois, transfere o jornal para o Rio de Janeiro. Jornalista, identificava-se como professora nas suas páginas, onde também escreveu contos e poesias. Porém, destacar-se-ia, principalmente, pelos temas que envolviam a luta pela emancipação feminina, elegendo o sufrágio entre os mais contundentes. Em 1890, a sua peça *O Voto Feminino*, divulgada anteriormente em forma de folhetim em seu jornal, foi encenada no Recreio Dramático.

Carmem Dolores (1852-1910) é o pseudónimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo. Foi romancista, contista, cronista, crítica literária, dramaturga e poetisa. Incansável lutadora pelo divórcio, envolveu-se, inclusive, com legisladores e advogados pela causa. Foi, ainda, uma defensora da educação da mulher, da sua participação no mercado de trabalho e era a favor do aborto.

Com este pseudónimo, Carmem Dolores, a cronista notabilizou-se na *coluna* “A semana” (1908-1910), que assinava na primeira página do jornal *O País* (RJ), com destacada tiragem na América do Sul. No mesmo jornal, usou o pseudónimo de Júlio de Castro. No jornal *Étoile du Sud*, usaria os pseudónimos Célia Márcia e Mário Vilar. Na *Tribuna da Imprensa* (RJ), usaria o de Leonel Sampaio. Colaborou, também, no *Correio da Manhã*.

Em 1897, estreia-se na literatura com o livro de contos *Gradações* e, mais tarde, com os romances *Um drama na roça* (1907) e *A luta* (1911). *Almas complexas* (1934) e *Lendas Brasileiras* (1914) também são contos, sendo este último endereçado às crianças. *Ao Esvoçar da Idéia* (1910), colectânea de crónicas d’ *O País*, foi publicada no Porto.

Foi considerada uma das expressões da intelectualidade feminina brasileira, no período de transição entre os séculos XIX e XX, por Raimundo Magalhães Júnior.

“Maria Angélica G. Lopes destaca que Carmem se desenvolveu em três áreas: jornalismo, literatura de ficção e feminismo” (LOBO, *apud* LOPES, 2006, 69).

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) nasceu no Rio de Janeiro, foi romancista, contista, cronista e dramaturga. A sua trajectória de vida pessoal e literária teria ligações com Portugal: foi casada com o poeta e jornalista português Filinto de Almeida. Colaborou em jornais e revistas, como *A Semana*, *Jornal do Comércio* e outros, como também, naqueles destinados ao público feminino, como *O Sexo Feminino* (1875), *A Família* (1888) e *A Mensageira* (1897), entre outros, utilizando, por vezes, em seus textos, os pseudónimos Julinto e Ecila Worms.

O seu primeiro romance, *Memórias de Martha*, foi escrito entre 1885-1886, em forma de folhetim (1888), assim como várias de suas obras, como: *A Família Medeiros*, em 1891, publicado em folhetim na *Gazeta de Notícias* (RJ) e, depois, em volume (1892); e outros como, *A Intrusa* (1905), publicado como livro em 1908; *Cruel Amor* (1908), e 1911, em livro; *Correio da Roça* (1909-1910), como livro, em 1913. *A Casa Verde* foi publicada no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, em parceria com Filinto de Almeida, (1898-1899), com o pseudónimo de A. Julinto, e ainda, no mesmo jornal, *A Silverinha* (*crônica de um verão*), em 1913, editado em livro, em 1914.

Além de outros romances, omitidos aqui, ela publicou *A Isca* (1922), composta por quatro novelas: *A Isca*, *O homem Que Olha para Dentro*, *O Laço Azul* e *O Dedo do Velho*. O seu livro de contos *Traços e Iluminuras*, publicado em Lisboa, em 1887, foi acolhido com sucesso. A colectânea *Contos Infantis* (1886?), publicada em colaboração com a irmã Adelina Lopes Vieira, foi adoptada em escolas primárias do Rio de Janeiro e, depois, em todo o Brasil. Em 1903, escreveria *Ânsia Eterna* e, depois, dois novos livros de contos infantis, *Histórias da Nossa Terra* (1907) e *Era Uma Vez* (1917).

Nas crónicas de Júlia Lopes de Almeida, temos um panorama da imprensa feminina do final do século XIX e início do século XX, através do qual podemos inferir sobre a trajectória das mulheres daquele período, rumo à consciencialização do seu papel e da sua emancipação.

Para situar a obra cronística da autora neste período efervescente, sob “duas direcções bem definidas na imprensa feminina⁸⁴”, uma tradicional e outra mais progressista, recorremos a Maria Inês Marreco:

Júlia Lopes de Almeida se valeu das duas direcções. Da primeira com os livros de crónica: *Livro das noivas* e *Livro das donas e donzelas*, verdadeiras apologias à submissão da mulher voltada unicamente para a casa, a felicidade dos seus e para a vida simples. Da segunda, com *Eles e elas* já ousava expor outras idéias que a colocariam no rol das mulheres que lutavam para que suas vozes fossem mais ouvidas (MARRECO, 2010, 7).

A primeira colectânea da cronista, *O Livro das Noivas*, foi escrita em 1891, dedicada ao marido e editada cinco anos mais tarde. *O Livro das Donas e Donzelas* foi publicado em 1906 e a colectânea *Eles e Elas* em 1910. Nesta última, a crónica *Os serões familiares* dá-nos a mostra de uma nova voz feminina em busca de afirmação e na defesa do divórcio:

Dindinho esqueceu-se de que se deleitou na vida com a variedade de três lares diferentes, porque cazou e enviuvou sucessivamente trez vezes, além de vinte paixões avulsas, para atacar o divórcio como uma lei destruidora e fatal; e o senhor meu marido esqueceu-se da felicidade que lhe dou, e que nenhuma outra mulher lhe daria tão perfeita, para defender esse mesmo divorcio... Uma Idea! Para castigo do sofrimento que meu marido me infligiu hontem, quem vai logo à noite fazer apologia do divorcio, sou eu! (ALMEIDA, 1910, 79-81)

Júlia Lopes de Almeida escreveria, também, para teatro. Em 1908, a sua peça *A Herança* é encenada no Teatro da Exposição Nacional, no centenário da Abertura dos Portos, no Rio de Janeiro, e na cidade do Porto. Em 1917, a colectânea *Teatro* reúne

⁸⁴ “No século XIX, encontramos duas direcções bem definidas na imprensa feminina: a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades “femininas”; e a progressista, dando ênfase à educação (BUITONI, 1981, 28-29).

mais três peças: *Quem Não Perdoa*, *Doidos de Amor* e *Nos Jardins de Saul*, além de deixar outras obras inéditas.

Andradina América de Andrada e Oliveira (1864-1935), fundadora do periódico *Escrínio*, editado no Rio Grande do Sul, foi romancista, jornalista, professora, biógrafa, conferencista e líder feminista. Natural de Porto Alegre, estreou-se na literatura com *Preludiando* (1897), livro de contos, e, depois, escreveu *A cruz de Pérolas* (1908), em contos também.

Como romancista, escreveu *O Perdão* (1910); *Divórcio?* (1912) e *O Abismo* (1936). Publicou as biografias *A Mulher Rio-Grandense* e *Escritoras Mortas* (1907). Escreveu também os contos infantis *Contos de Natal* (1908) e a peça *Antônio Conselheiro* (1902), para teatro.

O *Escrínio* foi lançado inicialmente na cidade de Bagé (RS), em 1898. Muitas das suas edições contemplavam personalidades femininas e incentivavam o diálogo entre as mulheres, com o intuito de promover a instrução e consciencializá-las sobre o direito à educação. Andradina Oliveira publicou, em forma de folhetim, o seu romance *O Perdão*, no periódico: “uma narrativa metafórica da evolução dos tempos quando perpassa pelas contradições contidas na sociedade patriarcal” (GAUTÉRIO, 2012, 521), sugerindo um questionamento sobre a mulher no casamento.

Em 1901, o *Escrínio* transferiu-se para Porto Alegre, onde foi relançado como um “Jornal dedicado à mulher rio-grandense. Instrumento de intercâmbio entre as mulheres do Brasil, o jornal levantava a bandeira da participação política da mulher. Na coluna “Registros”, em notas da edição de 12 de Fevereiro de 1910, temos o texto “A mulher e a política”:

Um numeroso grupo de senhoras fluminense, constituído em *comitê*, lançou manifesto declarando que a mulher deve interessar-se pela política da pátria. E como consequência, as organizadoras que já incorporaram crescido número de consórcios, iniciaram activamente e com entusiasmo a propaganda da candidatura do dr. Ruy Barboza à presidência da república (GAUTÉRIO, *apud* jornal *Escrínio*, 2012, 520).

Defensora da legislação do divórcio, Andradina Oliveira dedicou sua obra *Divórcio?* (1912) à escritora Carmem Dolores, que havia lutado publicamente pela causa, assim como ela. Para Rosa Cristina Hood Gautério, o *Escrínio*

[...] responde a uma espécie de fusão entre um veículo de divulgação literária e a trajetória das histórias e das ideias de um tempo [...]. Baseado na dicotomia “público” e “privado” a história das mulheres foi em grande parte um produto germinado nas páginas de um periódico Sul-rio-grandense chamado *Escrínio* (GAUTÉRIO, 2012, 524).

Os ventos do movimento modernista, as inovações culturais e tecnológicas, as mudanças nos centros urbanos e na vida das mulheres, com a progressão de seus direitos e conquistas, foram factores decisivos no panorama jornalístico. E, a partir dos anos 30, temos a participação das mulheres em jornais de grande circulação, com seu ingresso nas redacções dos jornais e a consolidação da crónica, que se apresentaria em modalidades diversificadas, reflectindo os acontecimentos e o perfil de suas cronistas.

Seleccionamos alguns dos nomes que testemunham e reflectem, através das suas crónicas, o período enunciado até à inserção de Clarice Lispector, com a sua cronística.

Cecília Meireles (1901-1964) foi considerada a grande voz feminina da poesia feminina, revelada a partir de seu primeiro livro, *Espectros* (1919), e depois em outros que se sucederam, entre os quais, *Baladas para El-Rei* (1925), *Viagem* (1936) e *Romanceiro da Inconfidência* (1953), que lhe reservaria, o grande destaque como poetisa, com uma trajectória literária profícua, que se estenderia ao seu exercício de educadora, jornalista e cronista de destaque.

Cecília Meireles nasceu no Rio de Janeiro. Órfã desde cedo, recebeu da avó materna, açoriana de São Miguel, a educação e o estímulo que lhe despertou o interesse pela lírica medieval portuguesa e pela literatura. Em 1921, casaria com o

pintor português Fernando Correia Dias e estas aproximações facultaram-lhe o interesse e o conhecimento da literatura portuguesa, em cujo movimento poético entra em contacto a partir de 1923. Em 1934, fazia palestras e conferências em universidades de Lisboa e outros locais e, curiosamente, apesar da sua tentativa frustrada de encontro com Fernando Pessoa, recebe do poeta, em seu hotel, o exemplar da *Mensagem*, sendo presumivelmente, a primeira brasileira a lê-lo. No mesmo ano, Cecília Meireles criou a primeira Biblioteca Infantil do Rio de Janeiro, durante o período em que dirigiu um Centro Infantil, no Pavilhão Mourisco, designada pela Secretária da Educação do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.

Após a morte do marido, em 1935, e a responsabilidade de três filhas, enfrenta um período turbulento, e de 1936 a 1938, mesclando diversas actividades, passa a leccionar como professora de Literatura Luso-Brasileira, e Técnica e Crítica Literária na Universidade do Distrito Federal, (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a escrever crónicas e artigos sobre educação, folclore e literatura para os jornais *A Manhã*, *A Nação* e *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro, *Correio Paulistano* (SP) e dirigiu a revista *Travel in Brazil*.

A partir do seu segundo casamento, com o médico e professor Heitor Grilo, em 1940, viajou por vários países, ministrou um curso de Literatura e Cultura Brasileira na Universidade do Texas, em Austin, e passou a publicar no Suplemento Literário do jornal *A Manhã* (1944-1948), escrevendo artigos sobre folclore. Colaborou na Comissão Nacional Folclore, desde a sua fundação, em 1948, e secretaria o I Congresso Nacional do Folclore (1951), no Rio Grande do Sul. Participa novamente no *Diário de Notícias* (1953-1959), escrevendo para o seu Suplemento Literário.

Além destes jornais, colaborou na *Folha Carioca*, *A Noite*, em jornais dos Diários Associados e na revista *Cigarra* (1963-1964). Seus livros de crónicas são: *Escolha seu sonho* (1964), *Vozes da Cidade* (1965), *Inéditos* (1968) e depois com o título de *Ilusões do Mundo* (1983), *O Que Se Diz e o Que Se Entende* (1980), *Janela Mágica* (1982), *Crônicas de Viagem* (1998), *Crônicas de Educação* (2001) e, anteriormente, *Quadrante I* (1962) e *Quadrante II* (1963), colectâneas de crónicas radiofónicas de diferentes escritores.

Patrícia Galvão (1919- 1962). Escritora, jornalista, militante política, tradutora, “Pagu”, nome criado pelo poeta Raul Bopp, nasceu em São João da Boa Vista (SP), foi figura destacada do movimento modernista brasileiro e da cena política nacional. Teve um percurso turbulento, atrelado à sua escolha partidária em plena vigência do regime de Getúlio Vargas, e ao casamento com Oswald de Andrade, ícone do Modernismo.

A sua carreira jornalística iniciou-se em 1925, no *Brás Jornal*, com o pseudônimo de Patsy. Em 1931, entra no Partido Comunista e publica na secção “A Mulher do Povo”, do jornal *O Homem do Povo*, que editava junto com Oswald de Andrade. Após oito números polémicos, o jornal, que sofreria empastelamento por estudantes de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, seria fechado pela polícia. O mais significativo, entretanto, é que estas crónicas, escritas por Pagu, são classificadas de irónicas, por Dulcília Buitoni, as quais apresentavam um texto desmistificador e agressivo, que “ [...] não encontra paralelo na época – 1931 – nem depois. Hoje, há uma linha de humor na crônica brasileira desenvolvida principalmente por Luís Fernando Veríssimo, mas as autoras mulheres raramente seguem esse caminho” (BUITONI, 1985, 86).

Em seu primeiro número, Pagu datou, ironicamente, a secção “A Mulher do Povo”: Maltus Além, 27 de Março de 1931, na qual criticava as mulheres burguesas, as feministas, a teoria de Maltus e a feminista Maria Lacerda de Moura, que defendia uma maternidade consciente:

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semifamiliar dos cocktails modernos - temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma elitezinha de "João Pessoa" que, sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas, berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto para "mulheres cultas", achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo. Estas feministas de elite, que negam o voto aos operários [...]. Seria muito engraçado que a ilustre poetisa D. Maria Lacerda de Moura fosse ensinar a lei de Maltus ao Sr. Briand, para que

ele evitasse a guerra mundial atirando à boca ávida dos imperialistas gananciosos, um punhado de livros sobre maternidade consciente (Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/pagu-jornalista/>).

Em 1933, após a publicação de *Parque Industrial*, sob o pseudônimo de Mara Lobo, primeiro romance proletário brasileiro, Pagu começa uma viagem pelo mundo (China, Rússia, Alemanha, etc.), enviando reportagens para o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e o *Diário da Noite*, paulistano. Deste período, em diante, muitos acontecimentos marcariam a sua vida pessoal e política, como a separação de Oswald de Andrade, as prisões, o ingresso no Partido Comunista francês e, posteriormente, o casamento com o jornalista Geraldo Galvão Ferraz, em 1941. Em 1942, publicou crônicas em *A Noite*, São Paulo, com o pseudônimo de Ariel, e, no ano seguinte, escreve para os jornais *A Manhã* e *O Jornal*, do Rio de Janeiro.

O ano de 1945 é assinalado pela publicação do romance *Famosa Revista*, em parceria com Geraldo Ferraz, e início do seu trabalho na agência de notícias *France – Presse*, onde permaneceria por onze anos, e a participação na redação do jornal *Vanguarda Socialista*, onde escreveu crônicas políticas e literárias. Participou com Geraldo Ferraz no Suplemento Literário do jornal *Diário de São Paulo* e produziu a *Antologia da Literatura Estrangeira*, em 1946.

Nos anos que se seguem, ela colaboraria no *Jornal de São Paulo* e no jornal *Fanfulha*, envolvendo-se com o teatro, escrevendo e fazendo traduções de peças. Em 1956, escreve para uma das primeiras colunas de televisão e para *A Tribuna*, um jornal de Santos (SP), com o pseudônimo de Gim. No mesmo jornal, em 1962, escreveria o seu último texto, com o título “Nothing”.

Rachel de Queiroz (1910-2003). Romancista, cronista, teatróloga, jornalista e tradutora, foi a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras. Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza (CE) e, em 1927, já contribuía com suas crônicas e poesias, para o jornal *O Ceará*, com o nome literário de Rita de Queluz. No mesmo jornal, publicaria um romance-folhetim, *História de um Nome*.

Em 1928, estrearia em outro importante jornal de sua terra natal, *O Povo*. O seu primeiro artigo intitulava-se “Propaguemos o ensino profissional”, numa abordagem precoce da jovem escritora:

Urge uma completa reforma nas bases dessa instrução: abolição das ridículas academias [...]. Fundemos escolas profissionais escolas práticas, que sirvam para o aperfeiçoamento dos dois grandes fatores da grandeza das nações – operário e patrão (QUEIROZ, *apud* BEZERRA, 2010,18).

Na revista *A Jandaia*, em 1928, publica a crônica “Essa questão do voto feminino”, com texto indignado pelo veto dos políticos ao direito ao voto feminino, sublinhando a importância da mulher em conquistar a sua independência a partir da independência financeira.

Nos anos de 1930, depois do lançamento do seu romance *O Quinze*, muda para o Rio de Janeiro e passa a colaborar regularmente em diferentes jornais, como o *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *Última Hora*, *Jornal do Comércio*, *Folha Carioca*. Na revista *O Cruzeiro*, a partir dos anos 40, consagra-se como cronista e, em 1950, publica o romance-folhetim *O Galo de Ouro*, na mesma revista.

Antes, porém, publicaria os romances *João Miguel* (1932), *Caminho das Pedras* (1937) e *Três Marias* (1939), sendo certo que os dois primeiros reflectem o envolvimento da escritora com a política, a sua adesão ao Partido Comunista e a insatisfação com a interferência em sua conduta e escrita. Mais tarde, apoiaria o golpe militar de 64. *Três Marias* é um romance em que as personagens femininas desafiam o sistema, enquanto a “voz narradora” reporta as frustrações deste universo.

Para Heloísa Buarque de Holanda, depois da publicação destes romances, ocorre um intervalo na publicação da obra ficcional da escritora, que só retornaria em 1975, com *Dôra, Doralina*, contribuindo para que Rachel de Queiroz se firmasse e se tornasse popular como cronista, e ainda aponta:

No quadro de sua atividade regular na imprensa, foi na crônica que concentrou a maior parte de sua colaboração. Foi a crônica o espaço onde melhor registrou suas lembranças, opiniões, afetos, indignações. Quase um

diário que a acompanhou por 77 anos. Como afirmava Rachel, com frequência, a imprensa era sua “trincheira”. E foi ainda neste gênero, entre o jornalismo e a literatura, que a autora mais experimentou os limites de sua escrita (HOLANDA, 2009, Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/rachel-introducao/>)

Seu primeiro livro de crônicas foi publicado em 1948, *A donzela e a Moura Torta*, uma coletânea que abarca o período de 1943 a 1945. Posteriormente, foram publicadas mais doze obras, que compilaram as suas crônicas na imprensa, entre elas: *Crônicas Escolhidas* (1958), *As Meninhas e Outras Crônicas* (1976), *Mapinguari* (1989) e *Não Me Deixes* (2000).

As crônicas têm sido motivo de debate no panorama da literatura, mas este espaço torna-se emblemático para as crônicas de Rachel de Queiroz: Rachel, através de suas crônicas, coloca em cena e, sobretudo, em questão um debate recorrente entre os teóricos da literatura, que é o carácter literário ou não da crônica, um gênero por longo tempo considerado menor e distante do que se conhece como o cânone literário. A este respeito, diz-nos Eduardo Portella:

a crônica no Brasil está adquirindo sua soberania. Mas no caso de Rachel, sua crônica é uma entidade autônoma dentro do panorama da própria crônica brasileira. Vistas em seu conjunto, as crônicas de Rachel de Queiroz denunciam esse carácter de espaço experimental (*ib.*).

Em 1992, publica *Memorial de Maria Moura*, romance memorialista, com uma visão humanística da problemática familiar. Rachel de Queiroz dedicou-se, também, ao teatro, com as peças premiadas *Lampião* (1953) e *A Beata Maria do Egito* (1957). Os livros infantis *O menino Mágico* (1983) e *Cafute e Pena-de-Prata* também destacaram a grande escritora, que ainda publicaria *Tantos Anos* (1998), uma obra em conjunto com sua irmã Maria Luíza de Queiroz, em que compartilham a memória.

Adalgisa Nery (1905 – 1980) Poetisa, romancista, jornalista, tradutora e política. Adalgisa Nery foi presença destacada no meio cultural do Rio de Janeiro, cidade onde nasceu e se casou com o pintor modernista Ismael Nery, em 1922, em

plena época efervescente do Modernismo brasileiro, tendo convivido com os expoentes da arte e da cultura deste movimento, no Brasil e no exterior.

Sua estreia na literatura ocorreu após a morte de Ismael Nery (1900-1934), com *Poemas* (1937), período em que passa também a colaborar em jornais e revistas cariocas, como *O Jornal* e *O Cruzeiro*. Em 1940, casa-se novamente, desta vez com Lourival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da ditadura Vargas. No mesmo ano, lançou *Og*, um livro de contos, e *A Mulher Ausente*, de poesias. Publicaria, posteriormente, *Ar do Deserto* (1943) e *Cantos de Angústia* (1948), seguindo este percurso poético, e, em 1962, *Mundos Oscilantes* (1962), onde reuniria poesias de vários livros.

Em 1954, ocasião do suicídio de Getúlio Vargas, ingressa no jornal *Última Hora*, assinando a coluna “Retrato sem retoque”, escrevendo sobre temas políticos e económicos, em tom nacionalista. Esta trajetória jornalística conferiu-lhe projecção política, apesar dos desafectos, como o então governador Carlos Lacerda. E, em 1960, herdeira política de Getúlio Vargas, exerceu o cargo de deputada pelo Partido Social Brasileiro (PSB) por três vezes. Em 1969, foi cassada pelo regime militar, o que provocou o seu afastamento da família, dos amigos e da literatura.

Ana Arruda Callado, escritora e jornalista, autora da biografia *Adalgisa Nery, Muito Amada e Muito Só* (1999), descreve Adalgisa: “Ela escrevia com personalidade e voz própria. O exercício diário com textos políticos foi o que elegeu a deputada Adalgisa Nery, uma mulher sedutora e, ao mesmo tempo, dura” (*O Globo*, 19 de Junho de 2010). Dotada de uma personalidade marcante, traduziu a biografia da feminista francesa George Sand, foi amiga de Frida Kahlo, tendo sido retratada por seu marido, o pintor Diego Rivera. Exercia um fascínio sobre as pessoas, foi musa de Candido Portinari (confirmado em depoimento pela viúva do pintor), que havia ilustrado muitos de seus livros, e Carlos Drummond de Andrade dedicou-lhe o poema “Desdobramentos de Adalgisa”, publicado em *Brejo das Almas* (1934): “Adalgisa e Adalgosa/ Parti-me para vosso amor/ Quem tem tantas direcções? E em nenhuma se define/ Mas em todas se resume/” (*Ibidem*).

Em 1951, Adalgisa Nery escreve uma obra de ficção filosófica, denominada *As Fronteiras da Quarta Dimensão*. Seu romance mais conhecido, *A imaginária* (1959),

tem a vida da personagem Berenice narrada em tom poético, uma heroína próxima da própria autora. Em 1972, publica *Neblina*, seu último romance.

Carmen da Silva (1919-1985). Jornalista, psicanalista, romancista, ensaísta e feminista. Carmem da Silva nasceu na cidade de Rio Grande (RS), morou no Uruguai e na Argentina, onde estudou e trabalhou com psicanálise, e nestes lugares iniciou sua actividade jornalística.

Em 1962, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde viveu durante 22 anos ininterruptos, entre 1963 e 1985, redigindo a coluna "A arte de ser mulher", na revista *Claudia*. Com o artigo "Protagonista", ela assume este espaço e mantém na revista a secção "Carmem da Silva responde", chegando a receber de 400 a 500 cartas por mês. Os assuntos abordados eram elaborados com base nas angústias das leitoras que lhe escreviam. Carmem transformou este espaço, consciencializando as mulheres, esclarecendo e defendendo os seus direitos, como podemos atestar num trecho de seu primeiro artigo, "Protagonista", na Revista *Claudia*, de Setembro de 1963:

No teatro, identificada com a protagonista, cada uma de nós sentes-se um pouco Fedra, Cleópatra, Desdêmona. No entanto, a transbordante plenitude que alcançamos por empréstimo pode ser nossa. Basta sermos protagonistas duma ventura singular, que é a nossa própria vida (Revista *Claudia*, Março de 2011).

Este artigo é o ponto de partida de um itinerário que agrupa muitos temas relacionados com as mulheres e a um trecho da história do feminismo brasileiro, que, segundo Joana Vieira Borges, ao comentar a tese de Ana Rita Fonteneles⁸⁵ Duarte sobre Carmem da Silva, identifica quatro fases deste percurso:

Na primeira fase, em 1963, a preocupação de Carmen consistia em chamar a atenção das mulheres para a necessidade de se perceberem enquanto indivíduos, numa tentativa de "descoberta de si". Nesse momento, Carmen

⁸⁵ *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Dissertação de Mestrado, defendida em 2002, por Ana Rita Fonteneles Duarte, no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Ceará.

apresentava um discurso moderado, usando do estilo psicanalítico para orientar suas leitoras. A segunda fase de seu trabalho, segunda metade da década de 1960, Carmen considera uma etapa de "descoisificação" e "desalienação" das mulheres. Diante da frustração das mulheres com o casamento, a jornalista debateu temas como a infidelidade, o divórcio e o adultério, sem, no entanto, vitimizar as mulheres. Na terceira fase de seu trabalho (1971), encontramos uma Carmen mais explicitamente engajada com a causa feminista, começando a discutir a partir de uma perspectiva de crítica política ao sexismo e à dominação masculina, na tentativa de desnaturalizar as diferenças de gênero. A última fase, iniciada em 1979, é marcada pela autocrítica em relação a alguns dos pressupostos do movimento feminista internacional e pela ligação da jornalista ao movimento de valorização da diferença. Nesse momento, Carmen substitui o discurso da luta de classes pela defesa de uma cultura feminina (*Revista Estudos Feministas* vol.14 Nº.2 Maio/Setembro de 2006).

Carmem, de forma inovadora, respondia às cartas de suas leitoras, levava em conta a subjectividade de suas consulentes, transformando os tradicionais consultórios sentimentais, em consultórios de orientação psicológica. Em sua autobiografia, analisa a repercussão de seus artigos em um contexto onde a mulher já tinha maior participação no mercado de trabalho e na educação, mas as questões do corpo suscitavam muitas perguntas:

Meus artigos caíram como ufos incandescentes no marasmo em que dormitava a mulher brasileira naquela época. Logo comecei a receber uma avalanche de cartas em todos os tons: desesperados apelos, xingamentos e pedidos de clemência (*Revista Claudia*, Março de 2011).

Seu envolvimento com tantos temas relacionados com as mulheres, desde a defesa da Lei do Divórcio, da maternidade como livre escolha, da denúncia da violência doméstica e das tentativas de toda ordem para controlar o corpo feminino, tanto pelos homens quanto pela indústria cosmética, e outras questões que envolviam a sexualidade das

mulheres, foram, sem dúvida, uma importante contribuição para a consciencialização das mulheres e a evolução dos seus direitos.

Suas publicações iniciam-se com o primeiro romance, *Setiembre*, em 1957, durante o tempo em que esteve na Argentina. No Brasil, estreia-se com *Sangue Sem dono*, em 1964. Em 1965, publica um livro de novelas, *Dalva na Rua Mar, uma homenagem ao Rio de Janeiro*. Seguem-se dois livros de ensaios, *A arte de Ser Mulher* (1966), colectânea de artigos publicados na revista *Claudia*, e *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno* (1969), uma certa continuidade da colectânea anterior. Em 1984, com a sua autobiografia, *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*, encerra a carreira literária.

Marina Colasanti (1937 -). Poetisa, contista, cronista, jornalista do meio impresso e televisivo, tradutora, ilustradora e autora de literatura infantil. Artista de grande versatilidade, estudou na Escola Nacional de Belas Artes, dedicando-se à gravura em metal, mas optou pela literatura, continuando a ilustrar livros e capas, nomeadamente, suas obras infanto-juvenis.

Marina Colasanti nasceu em Asmara (Etiópia). Depois de passar pela Itália, chega ao Brasil em 1948. É casada com o poeta e escritor Affonso Romano Sant'Anna.

Em 1962, ingressa no jornalismo, como redactora do Caderno B, do *Jornal do Brasil*, onde exerceria também as actividades de cronista, colunista, ilustradora, subeditora, secretária de texto, além de editora do Caderno Infantil, até ao ano 1973, período em que publicou as colectâneas de crónicas *Eu Sozinha* (1968), sua primeira obra, e *Nada na Manga* (1973), uma série de crónicas-ficção, que publicava numa coluna, aos domingos, no *Jornal do Brasil*. Na primeira crónica de *Eu Sozinha*, temos a voz da cronista à procura do seu “rosto”, subjectividade que convida o leitor a olhar para si também:

Jamais hei de saber a imagem que os outros têm de mim. Eu me conheço dos espelhos, das fotografias dos reflexos, quando meus olhos param para se olhar e a diferença de ângulos impede criar uma dimensão real. Não sei os movimentos do meu rosto. Nunca me vi pela primeira vez. Tenho, de mim mesma, uma idéia preconcebida que alia o espírito aos traços fisionômicos e ao desejo de uma outra beleza. Criei, assim, uma pessoa invisível, mais real, para mim, do que qualquer outra. Dessa pessoal eu gosto. E, talvez por saber-

me sua única amiga, ela me entenece em profundidade (Disponível em: <http://www.marinacolasanti.com/p/i.html>).

Com diferentes funções, editora, produtora ou colaboradora, participou em várias revistas, entre elas, *Pif-Paf*, *Senhor*, *Fatos & Fotos*, *Ele e Ela*, *Fairplay*, *Claudia* e *Jóia*. Em 1976, de colaboradora passa a ser editora de comportamento da revista *Nova*, destinada às mulheres, a qual tinha muito prestígio junto da imprensa. Em 1980, acontece o lançamento de *A Nova Mulher*, colectânea de ensaios sobre a condição social e o comportamento sexual das mulheres. Em 1981, dando continuidade ao tema do feminismo, com discursos, ensaios e conferências, publicou *Mulher Daqui para a Frente*. Na crónica “Independência, que bonita que ela é”, da obra *A Nova Mulher*, aborda questões relativas à independência feminina, enfatizando a necessidade do conhecimento, a responsabilidade com sua sobrevivência e questionando a recepção masculina diante da independência feminina, desta “nova mulher”:

Dizem, muitos dizem que mulher independente, assusta homem. Eu acredito tanto quanto acredito que alho espanta vampiros. Afina, por que se assustariam eles?

Alguns dizem que homem se assusta com mulher independente porque teme a concorrência. Mas se um homem teme a concorrência, seja ela de quem for, é sinal de que está inseguro em relação a si próprio. É sinal também que quer só ganhar, só quer ficar em primeiro lugar, o que, em elementar matemática, significa que pretende colocar a mulher em segundo. Temos aí um belo exemplar de machão dominador, dono da criação, que a mulher nenhuma deve interessar (COLASANTI, 1980, 14).

Durante o tempo em que estive na redacção destas revistas, Marina Colsanti recebeu vários prémios por sua actuação jornalística, sendo três prémios Abril de Jornalismo e, como redactora na agência publicitária Estrutura, recebeu mais de vinte prémios.

Durante um período de 1986, foi cronista na revista *Manchete* e retornou ao *Jornal do Brasil*, assinando crónicas, de 1991 a 1993. Sua actuação estendeu-se à televisão, onde actuou como entrevistadora, na TV Rio e TV Tupi; foi editora e apresentadora do noticiário “Primeira Mão” da TV Rio, em 1974, e apresentadora e redactora do programa cultural “Os Mágicos” da TVE, em 1976, emissora em que trabalharia em outras programações até 1993.

Com uma produção extensa e diversificada, entre ficção infantil e juvenil, contos e minicontos, textos jornalísticos, ensaios, crónicas, poesia e memória, ainda traduziu muitas obras e faz parte de muitas antologias. Esta versatilidade geraria muitos prémios literários em diferentes categorias, destacadamente, o Prémio Jabuti, por quatro vezes.

Na impossibilidade de citarmos todas as obras, destacamos algumas do seu repertório cronístico, além das citadas acima: *E por Falar em Amor* (1984, 1992); *Aqui entre Nós* (1998); *Eu Sei, mas não Devia* (1995); *A Casa das Palavras* (2002) e *Os Últimos Lírios no Estojo de Seda* (2006). E na poesia, *Rota de Colisão* (1993); *Gargantas Abertas* (1998); *Fino Sangue* (2005) e *Passageira em Trânsito* (2009). Nos contos, sua obra inaugural *Zoológico* (1975); *Morada do Ser* (1978, 2004) e *Contos de Amor Rasgado* (1986, 2010), entre outros. A literatura infanto-juvenil foi contemplada com muitos títulos, *Uma Idéia Toda Azul* (1979, 2006); *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento* (1982, 2001); *Um Amigo para Sempre* (1988); *O Homem Que Não Parava de Crescer* (1995, 2005); *Penélope Manda Lembranças* (2001), entre outros; *A Amizade Abana o Rabo* (2002); *Com certeza Tenho Amor* (2009) e *Antes de Virar Gigante* (2010). Em 2010, lançou a obra memorialística *Minha Guerra Alheia* e, em 2013, em parceria com Affonso Romano de Sant’Anna, *Com Clarice*, ensaios e crónicas sobre a escritora Clarice Lispector.

Marina Colasanti é cronista do jornal *Estado de Minas*, às quintas-feiras, desde 2011, “desfiando” o quotidiano. Muitos temas encontram naquele espaço sua escrita experiente, lúcida e lírica. Depois de tantas incursões sobre o feminismo e tantos ensaios sobre a temática das mulheres, a sua crónica do dia 4 de Abril de 2013, com o

título “Várias perguntas sem resposta”, trouxe novas perguntas deste nosso “novo tempo”:

É comum no Brasil, quando se fotografa a miséria, que a foto inclua uma ou mais mulheres, possivelmente uma adolescente grávida, e um monte de crianças. Homem nenhum. E isso não porque o homem esteja ausente trabalhando, apenas porque o pai daquelas crianças ou os pais daquelas crianças não fazem parte da família [...] pensei nisto lendo o belo artigo de Patrícia Campos Mello [...] a respeito das supermulheres do universo corporativo e da discussão que se impõe sobre a compatibilidade entre carreira e filhos [...] a questão é antiga, e as mulheres da minha geração passaram anos [...] Pensei nas fotos da miséria porque tornaram mais flagrante um ponto que agora me parece vital: a diferença entre homens e mulheres no comprometimento com os filhos (*Estado de Minas*, 4 de Abril de 2013).

Retornamos, pois, às velhas indagações, acrescidas de outras. No espaço da crónica, o tempo e os factos vão delineando novas histórias e novos cronistas.

2. MULHERES CRONISTAS PORTUGUESAS

**“As mulheres são feitas duma só matéria abrasiva,
a de corromperem as situações estáveis”**

(Agustina Bessa-Luís, *As Terras do Risco*, Guimarães, 1994, p.137)

A participação das mulheres na imprensa portuguesa, a sua evolução e a história do feminismo português delineiam as conquistas dos direitos da mulher no país e ajudam a compreender este mosaico, formado pela diversidade de expressões e singulares perfis. Os temas, o olhar de cada cronista e a formação das opiniões inscreveram-se no tempo e no espaço dos jornais e revistas. Estas vozes emergiram para que outras vozes que se sucederam, pudessem e possam compreender o fio que tece a escrita das mulheres.

Seleccionamos aqui algumas das mulheres que se destacaram na imprensa periódica a partir do início do século XX e outras que foram contemporâneas de Inês Pedrosa, no período em que escreveu para o *Expresso*, com o objectivo de situá-las neste universo afim. Muitas delas foram também romancistas, como Inês Pedrosa, desdobrando esta “escrita feminina” até ao campo da ficção, ampliando ou atribuindo um novo traço a uma “forma” peculiar.

Isabel Allegro de Magalhães, em sua obra *O Sexo dos Textos e Outras Leituras*, refere-se a um “denominador simbólico” comum às mulheres, ao seu grupo social, que transcende o território nacional, e conserva traços universais que, também, se expressam literariamente. Parte, assim, do pressuposto de que outros grupos humanos, mesmo não possuindo uma história comum, têm características antropológicas e culturais idênticas:

Trata-se de um denominador simbólico definido pela forma como as mulheres condicionadas por elementos fisiológicos, antropológicos, socioeconómicos, culturais, “deram respostas aos problemas de produção e de reprodução, material e simbólica”⁸⁶. Haverá pois, uma afinidade natural e cultural, historicamente construída, a ligar as mulheres entre si (MAGALHÃES,1995, 18).

Estas considerações e a análise da crítica literária de duas linhas paradigmáticas do final dos anos 70, de origem anglo-americana e francesa, discutem sobre os textos de autoria feminina. A primeira leva em conta a atitude reivindicativa das mulheres, o conteúdo destes textos, que partiram da opressão sexual e social e da luta pela libertação. E a outra, de vertente francesa, sobrepondo-se à fase reivindicativa, preocupou-se com as experiências do corpo e da subjectividade das mulheres, suprimidas pelo “falocentrismo”⁸⁷, e julgam que as questões feministas na literatura passam pela análise da linguagem, do modo como foram expressas, do modo como o inconsciente feminino procurou a sua libertação.

Embora outros factores tenham sido acrescentados a estas teorias ao longo do tempo, a sua contribuição reside na discussão em torno dos textos de autoria feminina, nos quais, segundo Isabel Allegro, “se inscrevem elementos referentes à opressão e repressão das mulheres, e à sua reacção a elas. Falam de textos onde se viabiliza um protesto ou uma ruptura formal com a ordem social e simbólica dominante” (MAGALHÃES,1995:21).

O capítulo mencionado, que discorre sobre os traços da ficção narrativa de autoria feminina, cita como obra de referência feminista as *Novas cartas Portuguesas*, de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, para depois se debruçar sobre um *corpus* constituído por 50 obras de ficção, publicadas depois do 25 de Abril, divididas por suas especificidades. Esta indicação, que se explica pela originalidade de uma “conjunção, no tecido do texto, de uma denúncia da opressão no domínio privado, vivida no corpo das mulheres, e a opressão no domínio público,

⁸⁶ Nota da autora: “Sirvo-me aqui de alguns elementos da argumentação desenvolvida por Julia Kristeva em “Les Temps des Femmes”, in 34/44: *Cahiers de Recherche de Sciences des Textes et Documents*,(5), 1979.

⁸⁷ Nota da autora: “Tradução da expressão usada por Derrida, por exemplo em *La Carte Postale; de Socrates `Freud et au-delà* (Paris: Aubié-Flammarion,1980): *phallogocentrisme* “.

palpável na sua inserção social e na sociedade em geral” (MAGALHÃES,1995:22), destacou-se como valioso registo literário e divisor de águas do feminismo português.

A proximidade da literatura e do jornalismo no panorama do feminismo poderia ser pensada como formas diferentes de reivindicação através da linguagem, expressões que desaguam a partir da sensibilidade, diante do real ou através de sujeitos ficcionais que também vão contar suas experiências. Podendo estar relacionadas com as vivências corporais, interiores, sociais, culturais ou de outra natureza, e sujeitas ao tempo e ao espaço, na maioria das vezes.

Voltando ao início do século XX, ao jornalismo e ao feminismo, este último já suscitava diferentes e controvertidos pontos de vista, facto comentado pela historiadora Anne Cova: “sob a bandeira do feminismo, esconde a variedade de feminismos. Daí a necessidade de empregar o plural. Escrever feminismos no plural é fundamental para sublinhar a pluralidade dos empenhos individuais e colectivos” (COVA, 2007, 32-33).

E, mesmo, a utilização da palavra feminismo não era frequente pelos jornais deste período, e até desacreditada, como constatou Anne Cova, sobre o boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, “que passa a intitular-se, em 1917, *Alma Feminina*” (*ibidem*).

Para a jornalista Maria Antónia Fiadeiro, “a história do feminismo português da primeira metade do século XX teve sempre líderes de opinião e normalmente as grandes protagonistas feministas eram simultaneamente jornalistas” (TAVARES, *apud* Fiadeiro, 2011, 194). E destaca Virgínia Quaresma como a primeira mulher jornalista profissional num jornal diário, *A Capital*, e Maria Lamas, na década de 1920, como “a grande obreira da revista *Modas e Bordados*, que dirige até 1947” (*ibidem*).

A participação de mulheres jornalistas foi-se intensificando a partir da década de 70, apesar do espaço limitado relacionado com a temática das mulheres, que era mais reservado, em sua grande maioria, aos suplementos femininos dos jornais. Dentre eles, podemos citar: *Presença da Mulher*, do jornal *República*; o *Diário de Lisboa – Mulher*, do *Diário de Lisboa*; *Época Feminina*, do jornal *Época*; *Eles e Elas*, do jornal *A Capital*, posteriormente substituído por *A Capital – Feminino*.

Além dos suplementos, assinalamos a revista *Modas e Bordados*, fundada em 1912, que atravessa várias décadas, passando a chamar-se *Mulher, Modas e Bordados*, em 1975, e a revista *Mulheres* (1978-1990), cujo *slogan* era: “a revista de todas as mulheres”, a qual teve como directora de seu primeiro número Maria Lamas, e Maria Teresa Horta como chefe de redacção. Outra publicação importante foi a revista *Mulher D’Abril* (1978-1981), uma revista da UMAR, que, sob outro formato, publicou, nos anos 90, *Simulher*, encerrada por motivos financeiros.

Muitas mulheres, que omitimos aqui, colaboraram com as revistas, jornais e suplementos citados, ao longo do século XX. Relacionamos estes nomes pela proximidade com a causa das mulheres, ou em cujo pioneirismo se destacaram as mulheres cronistas:

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921). Como cronista, além da crítica literária, abordou temas relativos às mulheres, a quem dá conselhos inspirados na ética tradicional, e em relação às quais reconhece a sua condição e o seu papel na sociedade, bem como temas sobre a educação. Sua vida literária é iniciada oficialmente em 1867, com a publicação do poema “Uma Primavera de Mulher”, que no ano anterior havia recitado num encontro em Pintéus, com a presença de nomes como António Feliciano de Castilho, Bulhão Pato, Mendes Leal, Tomás Ribeiro e Luciano Cordeiro. Teve uma vasta vida literária e “assinou parte de sua obra com o pseudônimo de Valentina de Lucena” (FLORES;DUARTE e MOREIRA, 2009, 190). Entre seus muitos livros, podemos citar *Vozes do Ermo* (1876) e *Serões do Campo* (1877). Neste período, colaborava com jornais de Portugal e do Brasil, além de fazer traduções. Em 1880, publicou *Arabescos, Mulheres e Crianças*, e *Contos e Fantasias*. Porém, para muitos, a sua obra mais importante foi *Vida do Duque de Palmela Dom Pedro de Souza e Holstein*, escrita em três tomos, de 1898 a 1903, obra que reconstituiu a Implantação do Liberalismo em Portugal.

Ana de Castro Osório (1872-1935). Educadora, considerada “a criadora da literatura infantil em Portugal”, foi feminista e republicana destacada. O seu livro *Às mulheres Portuguesas* (1905) foi o primeiro manifesto feminino português, sendo ela também uma das fundadoras da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LPMP), em 1908. Foi casada com o poeta e republicano Paulino de Oliveira (1864-1914), que exerceu o cargo de cônsul no Brasil entre 1911-1914, período em que Ana de Castro

Osório participou activamente na vida cultural do país, além de ter publicado manuais pedagógicos e obras afins no Brasil. Em 1923, retornou ao Brasil e durante oito meses fez uma série de conferências em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas, que foram compiladas em *A Grande Aliança*, assinalando historicamente a forte contribuição entre os feminismos dos dois países⁸⁸. Impulsionou várias associações feministas, que omitimos aqui, além de se ter empenhado na obtenção do divórcio, em 1909 e 1910, e ter criado a Comissão Feminina “Pela Pátria”, por ocasião da I Guerra Mundial, em 1914. Com inúmeras participações e envolvimento, escreveu muito e participou em diversos periódicos:

Deixou centenas de artigos espalhados pela imprensa de todo o país e chegou a acalantar o desejo de se tornar numa colaboradora paga dum grande jornal diário [...]. Colaborou em dezenas de periódicos, entre os quais *ABCzinho; Alma Feminina; Alma Nova; 2 Série; Almanaque de Ponte de Lima; O Amigo da Infância; Arrábida [...]* *Atlântico; Ave azul; Boémios; Branco e negro; Capital; Civilização; Claridade; Comércio e Indústria (Évora); Crónica; Descobrimento; Diário Popular; A Escola; A Farça; A Folha; Folha de Saudação; O Garcia de Resende; Gazeta Ilustrada; Gil Braz; Ideal e Verdade; Ideia Nova; Ilustração Moderna; In Memoriam; Jornal de Coimbra; O Jornal dos Pequenininos [...]* *Jornal Português* (Rio de Janeiro); *Limiana; Lusa; A Madrugada; Mala da Europa*, onde publicou suas primeiras crónicas (CASTRO e ESTEVES, 2005, 94).

Além destas contribuições, ainda podemos citar outras, em periódicos e revistas como: *A Mulher e a Criança; A Mulher Portuguesa; A Semeadora*, entre outras. Notabilizou-se, deste modo, com um percurso invulgar como periodista e cronista de seu tempo, entre tantos feitos e papéis importantes que exerceu como escritora, editora, pedagoga, publicista, republicana e feminista.

⁸⁸ Um episódio deste intercâmbio entre feministas é comentado no artigo “Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feministas”, de Isabel Lousada e Angela Laguardia in: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/issue/current>

Virgínia Sofia Guerra Quaresma (1882-1973) *destacou-se como a primeira mulher a exercer a profissão de jornalismo com a feição actual que conhecemos, segundo Maria Augusta Seixas⁸⁹, a qual, além de redigir notícias, se distinguiu “na reportagem e entrevista, dois géneros que fazem a “passagem” para o jornalismo moderno (Disponível em: <http://www.cdofeminista.org/index.php/pt/biografias-de-feministas/45-virginia-quaresma>)”. E assinava como Virgínia Quaresma.*

Virgínia Quaresma iniciou suas atividades no Jornal da Noite, em 1907, com a garra com que se confrontou na vida, após a morte do seu pai. Em 1908, iria para O Século, a convite de Manoel Guimarães, que depois fundaria, em 1910, A Capital, e a convidaria para integrar a redacção do jornal do qual foi importante colaboradora. Ali conviveu com a elite dos repórteres do início do século, como Mayer Garção, Hermano Neves, Herculano Nunes, Jorge de Abreu, Silva Passos, Avelino de Almeida, Garibaldi Falcão, entre outros. “Camilo Souza e Almeida era o editor e na redacção pontificavam Hermano Neves e Virgínia Quaresma, que normalmente faziam as coisas de maior impacto, reportagens de rua, crime, entrevistas” (CASTRO e ESTEVES, 2005, 893).

Além dos jornais portugueses, exerceu a sua função, no Brasil, em A Época, O Diário Português, A Gazeta de Notícias, O Correio da Manhã, Brasil-Portugal e outros, durante os períodos em que morou no Rio de Janeiro ou como correspondente. Neste labor jornalístico, promoveu a aproximação entre os dois países, e entre os seus feitos, organizou a ida do presidente da República António José de Almeida ao Brasil, em 1923, e também foi responsável pela “Semana de Portugal”, na Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, em 1933, patrocinada pelo jornal O Século.

Foi uma das primeiras mulheres a licenciar-se em Letras, juntamente com Berta Gomes Valente. Como lutadora feminista, defendia a igualdade de direitos para as mulheres, tarefa que desenvolveu através de conferências, do jornalismo⁹⁰ e da criação das revistas feministas:

⁸⁹ Secção biografias, do Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

⁹⁰ “A partir de 1906 passou a escrever com regularidade no “Jornal da Mulher”, secção do jornal O Mundo. Aí procurava informar as mulheres sobre os seus direitos, noticiando todo tipo de iniciativas, desde congressos a legislação, que representassem um avanço na conquista de direitos para as mulheres. Escreveu biografias de mulheres que haviam se destacado como professoras, médicas, escritoras. Também divulgou escritos de feministas e não perdia uma oportunidade para lembrar aos republicanos o direito das mulheres à instrução e à igualdade de direitos políticos (CASTRO e ESTEVES, 2005, 891-2)”.

Escreveu, opinou, polemizou em nome da causa feminista e pela igualdade de direitos; o voto, o direito ao trabalho, o acesso às mesmas profissões que os homens, à administração dos bens, ao divórcio, foram tema dominante dos seus artigos e das páginas dos jornais onde colaborou: foi redactora principal na revista *Sociedade Futura*, de Olga Morais Sarmiento, dirigiu a *Alma Feminina*, uma revista em que, pela primeira vez, em publicações deste género, a mulher operária teve lugar de destaque

(SEIXAS in <http://www.cdconfeminista.org/index.php/pt/biografias-de-feministas/45> - virginia-quaresma).

Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas (1893-1983), escritora e jornalista, teve destacada actuação em prol dos direitos das mulheres portuguesas e combativa postura durante a ditadura salazarista.

Como jornalista, trabalhou em diversos jornais e revistas como *A Joaninha*, *A Voz*, *Correio da Manhã*, o suplemento do jornal *O Século*, intitulado “Modas e Bordados”, e na revista *Mulheres* (1978), da qual foi directora. Assinou, com o nome de Armia, entre 1940 e 1945, textos para a *Revista Feminina*. Desempenhou diversos cargos pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) e eleita presidente em 1945. Foi activista da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Da sua acção feminista salienta-se a reportagem *As Mulheres do meu País* (1950), publicada em fascículos, que reúne dois anos de trabalho de campo; e a história comparada do feminismo em dois tomos (600 páginas cada): *A Mulher no Mundo* (1952).

Referimos também a iniciativa de duas exposições memoráveis durante o período em que dirigiu a *Revista Modas e Bordados* (1928-1947): a *Exposição da Obra Feminina Antiga e Moderna...* (1930) e a *Exposição de Livros Escritos por Mulheres, com a participação de mil e quatrocentas mulheres, autoras de trinta países do mundo, em 1947*.

Maria Archer (1899-1982), com uma obra de ficção e crónica, produzida entre 1935 e 1963, é uma escritora portuguesa centrada na temática feminina e nas antigas colónias portuguesas em África. Sobre a mulher, declarou: “A minha obra literária tem

sido norteadas pelo princípio vital de rebater o conceito arcaico da inferioridade mental da mulher” (Archer, M., “Revisão de Conceitos Antiquados”, in: *Ler* (7). Lisboa. Out. 1952, p.5). A sua incursão na cultura africana deriva da sua experiência pessoal, desde a infância:

No 1º quartel deste século, era eu menina, meu pai foi colocado na agência de um banco em Moçambique. Daí derivou a minha odisséia de africanista. Indo e vindo, passando uns tempos em Portugal e outros em África, foram-se quatorze anos da minha vida em terras tropicais (Archer, M., *Brasil, Fronteira da África*, 1963, São Paulo, Felman-Rego, 121).

Nos países em que viveu, Portugal, Moçambique e Brasil, que chegaria em 1955, colaborou em vários periódicos: “*Ação, Correio do Sul, Diário de Lisboa, Eva, Fradique, Humanidade, Ler, O Atlântico, O Mundo Português, Portugal Democrático, Seara Nova, Sol, Última Hora, O Estado de S. Paulo e Gazeta de São Paulo* (FLORES;DUARTE e MOREIRA,2009, 195) ”.

De sua extensa obra, seleccionamos alguns títulos: os romances *Três mulheres* (1935) e *Viagem à roda de África* (1937), este distinguido com o Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho; *Ela é apenas Mulher* (1944); *Eu e Elas* (1945); *Felícia Caldeira: poemas* (1950); *Herança Lusíada*, prefaciado por Gilberto Freyre (1960); *Os Últimos Dias do Fascismo Português* (1961); *Brasil, Fronteira da África* (1963) e *África sem Luz* (1963).

Irene Lisboa (1892-1958). Além da sua obra poética e de ficção (novelas e contos infantis) e da sua obra pedagógica, editou diários (*Solidão – Notas do Punho de uma mulher* – 1939; *Apontamentos* – 1943; e *Solidão II* - 1966) e crónicas (*Idem*, 1940; *Lisboa e Quem cá Vive* – 1940; *Esta Cidade!* – 1942; *O Pouco e o Muito - Crónica Urbana*, 1956; e *Crónicas da Serra* – 1958), sob pseudónimo de João Falco. Solidarizando-se com as mulheres sofredoras e passivas, nos seus dramas quotidianos, a escritora revela o lado belo da simplicidade:

Mas é sobretudo nos livros de contos e crónicas, géneros que se confundem no seu estilo desafectado [...] que a sua personalidade singular mais amplamente lhe outorga um lugar inconfundível na literatura portuguesa deste século. Neles aflora por vezes a mágoa de, por inapetência íntima, se não entregar à

ficção pura. É de facto vida, vida estreme, o que decorre dos seus quadros singelos, em que intervêm criadas, mulheres a dias, vendedeiras, velhas parentes toleradas, operários e tipos de rua, apanhados nos esconsos da vida civilizada, com o reverso de breves apontamentos de ambientes burgueses, sobre os quais a escritora exerce a sua crítica serena e justiceira, sem a tentação dum populismo fácil que evidenciasse um sentido social, aliás implícito nas narrativas que ela própria diz ‘de observação desinteressada’. [...] Em muitas das suas personagens femininas se adivinham transposições do seu eu real. (Andrade, João Pedro de, “Lisboa, Irene”, in Coelho, J. do P., *Dicionário de Literatura*, 3ª ed., 2º vol., Porto, Figueirinhas, 1978, pp. 558-559).

Manuela de Azevedo (1911-). Foi a primeira mulher jornalista nascida portuguesa a ingressar nos quadros de uma redacção e receber carteira profissional de jornalista. Iniciou a sua carreira no jornal *República*, foi colaboradora da revista *Vida Mundial* e dos jornais *O Século*, *Diário de Lisboa*, *O Dia* e *Diário de Notícias*, onde publicou artigos, reportagens e crónicas. Manuela de Azevedo escreveu e publicou dezenas de livros: poesia, contos, novelas, ensaios, biografias, crónicas, romance e peças de teatro. Em 1935, escreveu o seu primeiro livro, *Claridade*. Com destacado trabalho sobre a obra de Luís de Camões, foi uma das responsáveis pela construção da Casa-Memória de Camões, em Constância, além de coordenadora da obra *A Camões: colectânea de estudos comemorativa da inauguração da Casa-Memória de Camões de Constância*. Aos 98 anos, editou um volume autobiográfico: *Memória de uma Mulher de Letras* (2010), uma co-edição do Museu Nacional da Imprensa e das Edições Afrontamento, na Fundação Mário Soares, em Lisboa. Nos capítulos “À la minute”, “Ossos do ofício” e “Para um mundo melhor”, da obra, ela discorre sobre a sua actividade jornalística, acontecimentos e impressões que marcaram as sete décadas do seu ofício como jornalista. Neste relato, foram enfocadas as personalidades ilustres que conheceu, como Hemingway, Kubitschek e outras, assim como os episódios da censura “do lápis azul” nos textos, nomeadamente a peça de teatro *A Dona de Casa*, que escreveu em conjunto com José Ribeiro dos Santos, censurada no seu ensaio geral.

Além do romance, da novela e do conto, **Maria Judite de Carvalho** (1921-1998) encontra na crónica um espaço de observação e análise da realidade social, tendo publicado quatro livros deste subgénero literário: *Tempo de Mercês (conto?)* (Seara

Nova, 1973), *A Janela Fingida* (Seara Nova, 1975), *O Homem no Arame* (Bertrand, 1979) e *Este Tempo* (Caminho, 1991). O seu primeiro conto foi publicado na revista *Eva*, em 1949, para onde enviaria as “Crónicas de Paris”, em 1953. Na revista *Eva*, ingressa como secretária, sendo depois redactora e chefe de redacção, e permaneceu até 1975, assim como *Diário de Lisboa*, onde ingressara em 1968 como redactora e colaborava com o *Suplemento Mulheres*, adoptando o pseudónimo Emília Bravo. Colaborou com *O Jornal* (1976-1983) e esporadicamente com os jornais *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, *República* e *O Século*. Escreveu textos para as revistas *O Escritório* (1971 a 1974), *Mulheres* (1978), *Silex nº3* (1980) e *Come e Cala* (1981 a 1982).

A solidão e a depressão do quotidiano urbano preenchem a sua escrita, estilisticamente depurada e atraente, iniciada com a obra *Tanta gente Mariana...* (1955), que também lhe revela como escritora. Este livro, que teve o reconhecimento da crítica, “estreia nobilíssima, talvez sem precedentes na história literária das últimas décadas” (Ramos de Oliveira, em *Jornal de Notícias, Mulheres Século XX: 101 Livros*, 2001, 142), também foi considerado “a matriz do mundo que sempre acompanharia a obra da escritora. Um mundo só seu, onde o eco de cada passo se transforma no barulho ensurdecador da passagem do tempo” (*ibidem*). *Mulheres Século XX: 101 Livros*. Lisboa, Câmara Municipal, 2001.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/contomes/09/escreveu.html>

A extensa e meritória obra de **Agustina Bessa-Luís** (1922-), no romance, no teatro, na biografia, na literatura infantil e na crónica, faz desta escritora uma das mais brilhantes do século XX. A crónica apresenta relatos de viagem (*Embaixada a Calígula*, 1961; *Breviário do Brasil*, 1991; *Um Outro Olhar sobre Portugal*, 1995), evocação de escritores (*Arnaldo Gama, ‘Gente de Bem’*, 1980; *Dostoievski e a Peste Emocional*, 1981; *Camilo e as Circunstâncias*, 1981; *Camilo: Génio e Figura*, 1994), de pintores (*António Cruz, o Pintor e a Cidade*, 1982; *Apocalipse de Albrecht Dürer*, 1986), o Douro (*A Mãe de um Rio*, 1981; *Douro*, 1997), a vida (*As Estações da Vida*, 2002), a arte e o artista (*O Pensador e o Intelectual como Minoria Social*, 1982; *Os Dezassete Brasões*, 1998), a autobiografia e a autocrítica literária (*Introdução à Leitura de ‘A Sibila’*, 1987; *O Livro de Agustina*, 2002); a cultura tradicional (*Aforismos*, 1988; *A Bela Adormecida*, 1999; *O Presépio: Escultura de Graça Costa Cabral*, 2000), o sebastianismo (*D.*

Sebastião: o Pícaro e o Heróico, 1982), observação do real (*Alegria do Mundo I*, 1996; *Alegria do Mundo II*, 1998):

Todo o português popular é um reformador impaciente. Não há atitude que não avalie, serviço que não comente, governança que não desconheça, ingratidão que não ouse, para maior desembaraço das suas aptidões. Estas podem não ser famosas, mas constituem a soma dum profundo sentido de perseverança e de sacrifício. Quando o mundo se super-humanizar, lá estará o português para achar natural o que acontece, e portanto necessitado de reforma, e por conseguinte de diálogo. O último homem sobre a terra terá de ser um português que duvida do que é natural e que se indisciplina perante a consumação dos séculos.

Há raças mais dinâmicas, outras mais brilhantes; mas nenhuma outra possui o segredo da importunidade que estimula, desassossega, altera, contradiz e, no entanto, não chega a ser violência. Dizei-lhe que a vida é um dom, que o trabalho é uma honra, que o homem é uma criação maravilhosa - e ele, ou vos acha hipócritas, ou ocos e delirantes. Os princípios «a priori» não lhe merecem respeito, e prefere analisar os seus pequenos problemas quotidianos, a obstinar-se na seriedade ou atrofiar-se na eloquência que é a mãe da burla. Ele sabe que a pior injúria é enobrecer a desgraça. Ele sabe que a pior opressão é dor rosto prazenteiro às realidades sinistras.

(Agustina Bessa-Luís, in *Alegria do Mundo*, [www. Citador.pt](http://www.Citador.pt))

Alice Vieira (1943-), além de escritora infanto-juvenil, contista e romancista, também publicou crónicas, versando, sobretudo, a paisagem portuguesa: *Praias de Portugal*, 1997; *Esta Lisboa*, 1999; *Tejo*, 2008, mas também a realidade social e cultural (*Bica Escaldada*, *Pezinhos de Coentrada*).

Em 1958, Alice de Jesus Vieira Vassalo Pereira da Fonseca **inicia sua vida jornalística, ainda adolescente, colaborando com o Suplemento Juvenil do Diário de Lisboa**, e entre os anos de 1968 e 1970, **passa a coordená-lo**. **Em 1975, tornou-se jornalista profissional no Diário de Notícias, e foi responsável pela secção “Cultura / Arte e Espectáculos”**, assim como iria dirigir o suplemento infantil «Catraio», que reunia contribuições de alunos das escolas do país. A jornalista escreveu resenhas

críticas de livros infanto-juvenis e, no *Diário de Notícias*, assinou uma página como crítica literária, (“Lerz(inho)”, tarefa que repetiu na página semelhante no “Guia de Pais e Educadores”, da revista *Rua Sésamo*.

Com extensa obra literária dirigida ao público infanto-juvenil, a autora recebeu os seguintes prémios: Prémio de Literatura Infantil – Ano Internacional da Criança, em 1979, com a obra *Rosa, minha Rosa*; Prémio Calouste Gulbenkian de Literatura Infantil, em 1983, com *Este Rei que Eu Escolhi*; Grande Prémio Gulbenkian, pelo conjunto da sua obra, em 1994; Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho, com o livro de poemas *Dois Corpos Tombando na Água*, em 2007 e Estrela de Prata do Prémio Peter Pan, com a obra *Flor de Mel*, em 2009.

(<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=11744>)

Maria Antónia Palla (1933-) Licenciou-se em Letras, mas assumiu o jornalismo como profissão. Trabalhou em jornais, revistas e televisão, escrevendo artigos ou reportagens⁹¹ sobre a situação das mulheres, entre os quais o *Diário Popular*, *O Século ilustrado*, *Vida Mundial*, ANOP (Agência de Notícias), *A capital*, RTP. Foi chefe de redação da revista *Máxima*, onde encerra a sua actividade profissional. Na RTP, manteve, com a jornalista Antónia de Sousa, um programa quinzenal, denominado *Nome-Mulher* (1974-1976), com debates sobre a “condição feminina”, um importante documento sobre o papel das mulheres naquele período revolucionário.

Presidiu à Liga dos Direitos das Mulheres, associação feminista formada em 1985, e foi uma das pioneiras na luta pela despenalização do aborto em Portugal. Em 1976, fez a reportagem intitulada “Aborto, o crime está na lei” e, em decorrência deste facto, foi julgada, gerando, posteriormente, uma plataforma de

⁹¹ Segundo Manuela Tavares, o ingresso de Antónia Palla no *Diário Popular*, ocorre aos 33 anos e em seu depoimento ela revela o seguinte: “Enquanto colaboradora, eu avancei logo com um trabalho de reportagem, pois eles diziam que as mulheres não eram capazes de fazer reportagem. Tive então de provar que era capaz. Eles tinham aceitado que se fizesse um inquérito às condições de produção literária dos escritores portugueses e brasileiros. Então eu às minhas custas fui para o Brasil e fiz uma reportagem muito longa que saiu uma semana inteira no *Diário Popular* [...] Eles escreviam as reportagens como um texto continuado e eu fiz uma reportagem em blocos, como se fosse para a televisão [...] (TAVARES *apud* PALLA, 2011:197).

mulheres e associações que defendiam a alteração da lei. Em 2006, com a participação de vários escritores, foi publicada a colectânea *Por uma Vida de Escolhas – Razões para votar sim no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez*, incluindo o seu parecer, com o título “Direito a ser simplesmente mulher”:

A experiência que vivemos leva-me a pensar que a questão do aborto e da contracepção terá de ser enquadrada numa problemática mais vasta, que envolve a participação das mulheres numa sociedade em que elas desejam ver consagrado não apenas o direito à igualdade mas também o direito à diferença” (PALLA, 2006, 33).

Escreveu *Revolução, Meu Amor* (1969), apreendido pela polícia política da ditadura salazarista; *Só Acontece aos Outros – crónicas de violência* (1979); *Seis Portuguesas em Terras da Unita* (1989) e *A Condição Feminina* (1989). Actualmente, é uma das dinamizadoras e doadoras da Biblioteca especializada Ana de Castro Osório.

Maria Antónia Fiandeiro (1942-). Jornalista, escritora e feminista, iniciou as suas actividades jornalísticas no Brasil, nos jornais *Gazeta de S. Paulo* e na rádio Eldorado, do *Estado de São Paulo*, e retornou a Portugal em 1972, após um período de exílio político. Conhece a jornalista Antónia Palla e passa a integrar a revista *Modas e Bordados*, em 1974. No ano seguinte, foi eleita chefe de redacção, sugerindo a mudança do nome da revista para *Mulher – Modas e Bordados*. Convida Maria Lamas para directora honorária e lança um número especial da revista dedicado a ela, em 8 de Outubro de 1975.

Em 1983, escreveu o livro *Aborto, o Crime Está na Lei*, tendo participado na luta pela despenalização do aborto, com as jornalistas Maria Antónia de Sousa e Maria Antónia Palla, tendo fundado, com esta última, a Liga dos Direitos das Mulheres, em 1986.

Em 2001, foi a autora do projecto da Exposição “Mulheres Século XX - 101 livros, no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa. Motivada pela sua investigação sobre Maria Lamas e ciente da luta das feministas republicanas, apresentou os motivos e objectivos deste projecto, na introdução do catálogo da exposição, os quais apontam para importância do património intelectual de mulheres de diferentes países:

[...] fazer a ponte histórica com essas mulheres intelectuais activas e republicanas resistentes, fazendo ressaltar, porventura, a especificidade do feminismo português. Pretende-se, numa clara afirmação de género, que é reflexo de uma experiência social democrática, dar visibilidade a um património intelectual feminino, a um património escrito que abrange poetas, romancistas, filósofas, historiadoras, memorialistas, ensaístas, cientistas, críticas... Dar visibilidade e fixar uma bibliografia das criadoras de riqueza intelectual e moral, criadoras de cultura do século XX, o século das mulheres (*Mulheres Século XX: 101 Livros*. Lisboa, Câmara Municipal, 2001).

Maria Antónia de Sousa (?). Jornalista e escritora, iniciou o seu percurso escrevendo para o *Jornal Feminino* (1960-1961), com o pseudónimo de “Irmã de Lencastre”. Colaborou no *Diário Popular* (1963-1964), em Lisboa, designadamente com artigos que falavam das mulheres na vida de homens célebres como Balzac, Víctor Hugo, Almeida Garrett, entre outros. Em 1966, foi para o *Diário de Lisboa*, onde escreveu artigos que abordaram a temática relativa às questões das mulheres: o trabalho, a prostituição, a saúde e o divórcio.

Ingressada no jornal *República*, em 1972, coordenou o seu suplemento *Presença de Mulher*, para depois se dedicar às entrevistas de personalidades marcantes, como Agostinho da Silva, Vieira da Silva, Maria de Lourdes Pintasilgo, Fernando Namora, entre outras, até ao seu encerramento, em 1976. Passa, deste modo, a trabalhar no jornal *A Luta* e, em 1979, no *Diário de Notícias*, coordenando o seu suplemento dedicado à mulher.

Antónia de Sousa publicou *O Mercado do Trabalho e a Mulher* (1971) e *Diálogos com Agostinho da Silva* (2000).

Leonor Xavier (1943-). Jornalista, escritora e ensaísta. Formada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa, viveu no Brasil entre 1975 e 1987, onde iniciou o seu percurso jornalístico no semanário *O Mundo Português*, destinado à comunidade portuguesa. Depois, trabalharia como correspondente dos semanários portugueses *Tempo* e *Diário de Notícias*, período em que escreveria também para as revistas *Manchete* e *Mulher de Hoje*, para o *Jornal do Brasil* e um pequeno jornal, o *Copacentro*.

Foi autora de resenhas críticas e divulgadora de obras portuguesas editadas no Brasil. Na revista *Manchete*, em 1982, iniciou o seu labor, entrevistando a actriz Marieta Severo, pelos cem espectáculos de *Aurora da Minha Vida*, actividade que prosseguiria com êxito. Em sua obra memorialista, *Casas Contadas* (2009), ela alude a muitas passagens peculiares de suas relações profissionais no Brasil:

Gosto de pensar que tive um artigo de capa *Porque Traio o meu Marido*, em Fevereiro de 1983, numa edição que foi retirada das bancas, por causa da fotografia que ilustrava o meu texto. Poucos dias antes, tinha ido entrevistar Gunther Sachs, o playboy ex-marido de Brigitte Bardot, que estava no Rio com Sydney Chaplin, o filho mais velho de Charlot, e com o uruguaio Carlos Paez Vilaró, pai de um dos poucos sobreviventes do avião que caiu nos Andes, caso devorado pela opinião pública do mundo inteiro, na época (XAVIER, 2009, 264).

Em Portugal, Leonor Xavier foi redactora da revista *Máxima*. Publicou os romances *Ponte-Aérea* (1983), *O Ano da Travessia* (1994) e *Botafogo* (2004), anteriormente publicado no Brasil com o título *E só Eram Verdade os Que Partiram*, e é co-autora do romance *Treze Gotas ao Deitar* (2009). É autora da obra ensaística *Portugal, Tempo de Paixão* (2000); das biografias *Maria Barroso, Um Olhar sobre a Vida* (1995), e *Raul Solnado, A vida não se perdeu* (2003) e do livro de crónicas *Colorido a Preto e Branco* (2001), além da obra memorialista *Casas Contadas* (2009), que recebeu o Prémio Máxima de Literatura, em 2010.

Isabel Nery - jornalista portuguesa que trabalha para a revista *Visão* desde 2002. O seu trabalho foi distinguido com vários prémios, nomeadamente o de Jornalismo, pela Tolerância, em 2003 (Prémio atribuído pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural). O seu primeiro livro de reportagens, intitulado *As Prisoneiras – Mães atrás das grades* foi adaptado para uma curta-metragem – '*Política e Jornais - Encontros Mediáticos*' (2004). É também autora do ensaio *O Inferno Aqui tão Perto - Literatura de Viagens e Reportagem de Guerra* (2009). **Recebeu também o prémio Mulher - Reportagem Maria Lamas**. O seu trabalho de jornalismo literário '*Vida Interrompida*' foi adaptado para uma exposição itinerante (em co-autoria com Marcos Borga), que percorreu o país durante mais de um ano. É formadora do Cenjor,

licenciada em Relações Internacionais e mestre em Comunicação. Foi editora da revista *Visão Júnior*. Foi vencedora da 6.ª edição do «Prémio Paridade: Mulheres e Homens na Comunicação Social», na categoria de Jornalismo, pelo artigo «De Ilustradas a Superletradas», publicado na revista *Visão*, a 13 de Setembro de 2012.

Maria Carlota Álvares da Guerra (1921-2002). Foi chefe de redacção da *Crónica Feminina* (1956).

Mulheres cronistas do jornal *Público* (2002-2005)

Paralelamente à publicação das crónicas de Inês Pedrosa no jornal *Expresso* e compiladas em *Crónica Feminina* (2002- 2004), outras cronistas colaboraram em jornais da época. Com o objectivo de as situar neste painel jornalístico e temporal, seleccionamos alguns destes nomes, caracterizando as suas funções e inclinações e respeitando um *corpus* que permita a visão de muitos dos temas tratados no período referenciado.

Das cronistas do jornal *Público*, tivemos a oportunidade de relacionar os seguintes nomes: Alexandra Lucas Coelho, Ana Sá Lopes, Dulce Neto, Esther Mucznick, Graça Franco, Graça Barbosa Ribeiro, Helena Matos, Leonette Botelho, Maria Filomena Mónica, Lurdes Ferreira e São José Almeida, bem como outras ocasionais como Luísa Alves e Luísa Bessa. Porém, privilegiamos alguns destes nomes e suas crónicas, nomeadamente aquelas cujos temas se relacionavam às questões das mulheres, como:

Alexandra Lucas Coelho (1967-). Licenciada em Comunicação Social pela Universidade Nova de Lisboa, jornalista profissional desde 1987, trabalha no *Público* e actualmente é correspondente deste jornal no Brasil. Várias vezes premiada como repórter, recebeu o Grande Prémio Gazeta, em 2005.

Em 2007, estreia com *Oriente Próximo*, escrevendo, depois, outros livros de reportagens e viagens: *Caderno Afegão* (2009), *Viva, México!* (2010), *Tahrir!* (2011) e

Vai, Brasil (2013). O seu romance *E a Noite Roda* foi o vencedor do Grande Prémio de Romance e Novela, da Associação Portuguesa de Escritores (APE), relativo a 2012.

Suas crónicas sobre viagens, assuntos ligados à guerra no Médio Oriente, livros, filmes, música e acontecimentos do quotidiano são conduzidas por uma linguagem crítica e, outras vezes, lírica. Em “Neste país sem olhos e sem boca”, tem o aborto e a atitude dos políticos diante de um possível referendo como tema: “Que se aproveite a consternação do país face ao julgamento da Maia para tomar como prioridade a retirada do artigo que criminaliza o aborto [...] Que bom seria um país com olhar e com boca, a ver o que há para ver, a dizer o que existe” (*Público*, 28 de Janeiro de 2002).

Em “O livro por vir”, nomeia a sua crónica com o mesmo título da obra de Maurice Blanchot, após uma semana da sua morte: “Maurice Blanchot atravessou a idolatria do século XX sem se curvar. A sua imagem era a de quem desloca constantemente de um ponto de foco, o instante em que a certeza se fixa – ou seja, a morte. Bate-nos lá onde tínhamos deixado de pensar as palavras” (*Público*, 3 de Março de 2003).

Ana Sá Lopes (1970 -). Jornalista, colaborou inicialmente na *Gazeta das Caldas*, na página cultural “Espaço Reflexão”. Em Lisboa, trabalhou n’ *O Jornal* e foi fundadora da equipa do jornal *Público*, onde permaneceu por dezasseis anos, como editora de Política. Passou pelo *Diário de Notícias* e, posteriormente, passou a integrar a redacção do *Jornal I*.

No *Público*, o espaço das crónicas denomina-se “Pão e Rosas”, no qual, muitas vezes, escreve através da personagem fictícia “Vanessa”, que conversa sobre política, partidos, eleições, ou discorre em primeira pessoa sobre temas de interesse do país. Assim, na crónica “A Vanessa foi à convenção”, encontra o pretexto para falar de partidos políticos: “Estava demasiado melancólica a Vanessa: podia ser do ciclo do P.S. E ela, apesar de se irritar muito com o governo socialista, ainda gostava mais do PSD” (*Público*, 31 de Janeiro de 2002). E, com outra forma de abordagem, referimos a crónica: “E depois as condenações?”, na qual o assunto é o aborto: “Como toda gente sabe e finge ignorar, continuam a morrer mulheres na sequência de abortos realizados em más condições, Castigo de Deus, dirá o papa” (*Público*, 24 de Janeiro de 2002).

Dulce Neto (1964-). É angolana, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e, durante o curso, começou a escrever para um novo jornal local e tomou

gosto pelo jornalismo. Em 1989, ingressou no *Público* e foi a primeira mulher nomeada para o conselho editorial do jornal e a primeira editora-executiva.

Adventista do sétimo dia, é co-fundadora da Comissão de Apoio a Universitários e Profissionais (CAUPA) em Portugal, envolvida com as atividades da Igreja. Actualmente, é directora do Ministério da Mulher.

Os valores da sociedade actual, o abuso infantil, a amizade e o amor são alguns dos temas focados por Dulce Neto, na sua coluna, denominada “Ultravioleta”, no *Público*. Na crónica “Queridas Inimigas”, ela discorre sobre os laços de amizade corrompidos pela disputa entre as jovens: “Há uma nova crueldade não física que se está a espalhar pelas escolas. Esta violência é tão extrema que lhe deram um novo nome: agressão relacional. Delas contra elas. É um mundo de agressões escondidas, onde a amizade é uma arma (*Público*, 1 de Abril de 2002). Em “Mães chauvinistas”, temos o questionamento sobre o papel do pai actual e a reacção das mulheres, cujo ponto de partida é o comentário de um anúncio televisivo: “ Os novos pais querem ser isto. Novos, diferentes, envolvidos, a partilhar inteiramente com as mulheres a tarefa da parentalidade. Mas elas não estão dispostas. Têm medo que os pais sejam mães” (*Público*, 18 de Março de 2002).

Graça Franco (1957 -). Licenciada em Economia e pós-graduada em Ciências da Informação pela Universidade Católica de Lisboa. É jornalista desde 1981, quando inicia a sua colaboração no *Diário de Notícias* (1981-1986). Integrou a equipa fundadora d’*O Independente*, e repetiu o feito no jornal *Público*, tendo sido cronista deste jornal de 2000 a 2009.

Iniciou o seu trabalho na *Rádio Renascença*, em 1987, e desde 2009 exerce a função de directora de informação daquela emissora. Foi docente do Departamento de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (1990-1997). E passou, também, pela TVI (1992 e 1993).

As suas crónicas, para o *Público*, revelam o seu interesse pela mulher, pela família e pela justiça social. Em “A (não) escolha das mulheres”, temos, como exemplo, a condição da mulher portuguesa e a sua relação com o trabalho, analisada e comparada com outros países da Europa: “Em Portugal, para poder “manter um filho”, o rendimento da mulher é essencial; isto é, ao contrário do discurso feminista

ilusoriamente libertador, a mulher não trabalha em nome da realização pessoal. É forçada a fazê-lo” (*Público*, 30 de Julho de 2002).

E em “Não!...Em nosso nome”, a pretexto da crónica, faz uma reflexão sobre o abuso do trote pelos alunos de uma Escola Superior Agrária, em Santarém. A desmedida do acto e a necessidade da recusa foram as reflexões da autora: “É urgente fazer contracorrente para que, quando os nossos filhos chegarem à idade adulta, não se perca a preciosa herança da geração de 80 e sejam capazes de reabilitar o “não”” (*Público*, 25 de Março de 2003).

Helena Matos (1961-). Licenciada em Estudos Portugueses. Jornalista desde 1988, foi colunista do *Público*, escreve no *Diário Económico*, tem trabalhado em rádio e televisão e faz consultoria na área de História para séries televisivas, nomeadamente em “Conta-me Como Foi” (RTP) e “Depois do Adeus” (RTP).

É autora de *Costa do Estoril. Um século de turismo* (2000); *Salazar. a propaganda, 1934-1938* (2004); *Salazar. A construção do mito, 1928-1933* (2004) e *A geração Zip Zip* (2012).

Helena Matos, em suas crónicas do *Público*, escreveu sobre assuntos de diversa natureza. Temas relacionados com a educação, a culinária nacional, a ética, a cidadania, a política nacional e internacional, a pedofilia e muitos outros figuram entre as suas escolhas e reflectem um repertório comprometido com os seus leitores.

Como exemplos, destacamos as seguintes crónicas: “Não há bons ditadores”, na qual comenta o filme-entrevista de Oliver Stone, sobre a personalidade de Fidel Castro: “A ditadura é a ausência de escolha, o que em si mesmo é incompatível com a dignidade humana. Mostrar um homem que está por trás do ditador é um clássico da propaganda. E os ditadores sabem-no” (*Público*, 1 de Março de 2003); e “Do direito à diferença à estratégia da indiferença”, em torno da mutilação genital feminina e de um dossier, publicado pelo *Público* anteriormente, sobre esta prática em Portugal: “A mutilação genital não é certamente mais delicada do que as bombas. Mas, depois de anos a afinar argumentos para defender o direito à diferença, corremos, no caso das mulheres imigrantes, o sério risco de cairmos na armadilha da indiferença” (*Público*, 10 de Agosto de 2002).

Leonette Botelho (?). Jornalista, com formação em Direito e pós-graduação em Direito da Comunicação. Iniciou a sua profissão como correspondente do *Público*,

em Coimbra, e, por nove anos, esteve na secção de Sociedade, no Porto, onde privilegiou a escrita sobre minorias. Mais tarde, em 2006, foi para Lisboa trabalhar no *Público*, especializando-se em política.

Em sua coluna “Cantigas de Amigo”, além da política, escreveu crónicas sobre assuntos polémicos: o escândalo da Casa Pia, a pena de morte, a corrupção no país, a sobrecarga do trabalho feminino, entre outros. Na crónica “Cuidado com o Karoshi”, do dia 14 de novembro de 2002, ela alude ao termo e ao seu significado, ao excesso de trabalho, a partir do relato de uma médica e, em “Crónica feminista”, ela relata a rotina um casal, desde o momento em que se levantam até à hora de dormir, alternando o que cada um faz e lembrando a proximidade com o Dia Internacional da Mulher:

Esta é, assumidamente, uma crónica feminista. Que me perdoem todos os homens e todas as mulheres de boa vontade, que me perdoem os mais novos, convictos de que vivem num novo tempo e num novo mundo, que me perdoem os mais velhos, convictos da velha ordem das coisas baseada na sagrada condição feminina [...]. Mas, em véspera do Dia Internacional da Mulher, volto assumidamente aos lugares-comuns da discriminação (em casa, no trabalho, nos cafés, nas discotecas, na rua) para dizer: Maria ainda sobe a calçada, sobe que sobe, que vai cansada... (*Público*, 6 de Março de 2003).

Lurdes Ferreira (1963 -). Licenciou-se em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa - I.S.E.G. Inspectora Tributária Principal e Formadora da DGCI. Professora na Escola Superior de Actividades Imobiliárias, esta jornalista, especialista na área de energia e políticas europeias, foi co-fundadora do jornal *O Independente* e editora da revista *Visão*. Actualmente, é jornalista co-fundadora do *Público* e escreveu a obra *Portugal Bem Regulado – Um grande desafio* (2010).

As suas crónicas no *Público* denotam a subjectividade, aliada à temática da economia, e uma certa ironia direccionada às atitudes do cidadão português. Na crónica “Iguais”, mostra o seu pendor provocativo: “Os nossos governantes andam lá pela Europa, fazem grandes reuniões pelo mundo, mas não são como nós. Não somos nós que não sabemos fazer contas. Assim, parecemos menos burros. Somos iguais!”

(*Público*, 5 de Janeiro de 2002). Em “Um português, ou talvez não”, é marcante a presença insistente da ironia: “Se calhar, esta é uma crónica muito feminina e rudimentar para o espírito masculino. Calhando mesmo, o Figo não é português, nem nunca foi” (*Público*, 19 de Janeiro de 2002). Muitas indagações sobre a condução da economia portuguesa e comparações com outras economias também estão presentes nas crónicas da jornalista.

Maria Filomena Mónica (1943-). Escritora, jornalista, historiadora e socióloga. É licenciada em Filosofia e História pela Universidade de Lisboa, doutorada em Sociologia pela Universidade de Oxford, foi investigadora - coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Autora de artigos na imprensa periódica e de séries para a televisão, foi colaboradora da revista *Análise Social*, jornalista do *Público* e actualmente escreve no jornal *Expresso*.

Escreveu diversas obras, entre elas: *Visitas ao Poder* (1993), com várias edições, galardoada com o Prémio Máxima de Literatura. Além de obras de género biográfico, entre elas: *Fontes Pereira de Melo* (1999); *Eça de Queirós* (2001); *D. Pedro V* (2005); *Cesário Verde* (2007); e *Bilhete de Identidade, Autobiografia 1943-1976* (2005), outros temas foram abordados por ela: *Artesãos e Operários* (1986); *Turista à Força* (1996); *Vida Moderna* (1997); *Cenas da Vida Portuguesa* (1999), para falar de alguns.

No *Público*, as suas crónicas exprimem diferentes interesses, sobretudo os de natureza sociológica, que moldaram o seu percurso jornalístico. Na crónica “Os imigrantes”, há a indignação sobre a prática da excisão feminina em território nacional:

[...] até que ponto pode um país tolerar aspectos culturais que lhe são odiosos, incluindo práticas cruéis como a excisão do clitóris ou casamentos arranjados contra a vontade das filhas, as quais, muitas vezes maiores são sequestradas por familiares?” (*Público*, 10 de Maio de 2002).

E, em “Prenúncios do fim”, ela reflecte sobre a morte e a demência: “Talvez não seja salutar pensar na morte no dia do primeiro aniversário. Mas ela não me

assusta. O que me assusta é a demência. A delinquência do cérebro. A desintegração da memória” (*Público*, 10 de Fevereiro de 2002).

São José Almeida (1960 -) Jornalista do *Público* desde a sua fundação, em 1990, é especialista em política nacional e assina, desde 2005, a crónica *A Semana Política*. Foi repórter parlamentar entre 1995 e 2005, tendo acompanhado as questões relacionadas com a defesa de direitos humanos, principalmente das mulheres e dos homossexuais.

Recebeu uma menção honrosa no Prémio Paridade - Mulheres e Homens na Comunicação Social, atribuído pela CIG em 2009, o Prémio ILGA, em 2006 e em 2009, e o prémio de Jornalismo “Pela diversidade. Contra a discriminação”, da Comissão Europeia, em 2009. É autora de *Homossexuais no Estado Novo* (2010) e *Continuar a Tentar Pensar* (2011).

Teresa de Souza (1953-). Economista de formação, é jornalista e colunista do jornal *Público* desde a sua fundação, especialista em assuntos europeus e internacionais. Iniciou as suas atividades jornalísticas em 1977, no *Jornal Novo*, e logo começou a editar para a secção Política Internacional. Passou, também, pela redacção do semanário *Expresso*, entre 1982 e 1989, escrevendo sobre política nacional.

As suas crónicas no *Público*, inseridas no espaço “Sem fronteiras”, abordam as questões do país, da Europa e do mundo, possibilitando ao leitor um olhar mais próximo e, ao mesmo tempo, questionador, acerca dos conflitos contemporâneos. Colabora, também, no sentido de situar o país no contexto europeu e internacional, através de seu olhar atento. Na crónica intitulada “Portugal em dois andamentos”, o tema é o lugar do deficiente no país: “Em Portugal, os deficientes devem ficar em casa e não incomodar. Em Inglaterra, devem ser tratados como outros cidadãos” (*Público*, 18 de Janeiro de 2002). E em outra, “Bush não é a América”, temos a política internacional como tema: “Washington tem horror a tudo o que seja tratado, acordo, organização internacional que, de uma forma ou outra, possa limitar a sua liberdade para defender os seus interesses” (*Público*, 5 de Julho de 2003).

Teresa de Sousa publicou as obras *Mário Soares - uma biografia* (1988), *Portugal no Centro da Europa* (1996) e *Euro - para além da moeda* (2002).

Temos, deste modo, através do universo destas cronistas e de suas crónicas, a possibilidade de comparar os temas que foram recorrentes no período enunciado, com

aqueles que Inês Pedrosa elegeu nas 110 crónicas seleccionadas por ela para a antologia *Crónica Feminina*, o que contribui para uma análise mais próxima do seu eixo temático.

CAPÍTULO III

***A Descoberta do Mundo*, de Clarice Lispector:**

uma escrita epifânica

“Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (*DM*, 134).

“A profunda alegria: o êxtase secreto. Sei como inventar um pensamento. Sinto o alvoroço da novidade. Mas bem sei que o que escrevo é apenas um tom” (*Água Viva*, 29).

Clarice Lispector foi muitas vezes associada ao mistério. Quando buscamos informações sobre o seu percurso biográfico, percebemos, logo de início, como a questão da identificação de seus documentos, com discussões em torno de sua origem e data de nascimento, e as versões da certidão de nascimento, suscitaram indagações sobre sua origem e acompanhariam sua trajetória.

Na crônica de 14 de Novembro de 1970, publicada no *Jornal do Brasil* com o título de “Esclarecimentos – Explicação de uma vez por todas”, temos uma das respostas de Clarice ao assunto: “Vou esclarecer de uma vez por todas: não há mistério que justifique mitos, lamento muito. E a história é a seguinte: nasci na Ucrânia, terra dos meus pais. Nasci numa aldeia chamada Tchechelnik, que não figura no mapa de tão pequena e insignificante” (DM, 319-320). Esta resposta aos leitores e aos mitos, em torno de sua procedência, é acrescida de resumido roteiro autobiográfico. Porém, destacamos duas informações que consideramos como traços ou tons, que ajudam a compor o seu perfil: a primeira, na continuidade de sua resposta, é a declaração amorosa de “sua” nacionalidade: “ Sou brasileira naturalizada, quando, por uma questão de meses, poderia ser brasileira nata. Fiz da língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor” (DM,320); a segunda é a confirmação do “mistério”, que supõe sua trajetória como “ser”, e finaliza a crônica que iniciou como via de esclarecimento: “O que não será jamais elucidado é o meu destino. Se minha família tivesse optado pelos Estados unidos, eu teria sido escritora? [...] Escreveria sobre quê? O quê amaria? [...] Mistério”(Ib. Grifo nosso).

Clarice, no exercício de sua literatura e no curso de sua vida, indagava-se e indagava a própria vida e literatura. Segundo José Castello, no prefácio de *Clarice na Cabeceira/Romances*, quando perguntaram à escritora a respeito do título que ela daria à sua autobiografia. “A resposta foi sucinta, mas, como sempre mortal: ‘À procura da própria Coisa’⁹² A coisa – o mundo real, neutro e indiferente às construções

⁹² Em sua entrevista para Marina Colasanti, Affonso R. de Sant’Anna e João Salgueiro, colhida no Museu da Imagem e do Som (RJ), em 20 de Outubro de 1976, Clarice refere-se “à coisa”: “ [...] eu não escrevo como catarse, para desabafar. Eu nunca desabafei num livro. Para isso servem os amigos. Eu quero a coisa em si” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013,229).

humanas, nisso incluía a própria literatura [...] ” (CASTELLO, 2011, 9). E ainda enfatiza: “Viveu, como ela mesma definiu, para buscar o que se esconde ‘atrás do pensamento’. Não foi pouco a que se propôs” (*ib.*).

Para Castello, “Seu pensamento se voltava não para as palavras, mas para aquilo que sob elas se camufla, aquilo que elas, ao invés de mostrar, ocultam. Em resumo: pensadora do impensável” (*ib.*,10).

A partir dos treze anos, Clarice, torna o acto da escrita um compromisso para si, a lembrança e reflexão deste marco literário em sua vida, que compartilhou na crónica “Escrever”, no *Jornal do Brasil*, em 9 de Maio de 1970:

Quando conscientemente, aos 13 anos de idade, tomei posse da vontade de escrever – eu escrevia quando era criança, mas não tomara posse de um destino – quando tomei posse da vontade de escrever, vi-me de repente num vácuo. E neste vácuo não havia quem pudesse me ajudar. Eu tinha que eu mesma me erguer de um nada, tinha eu mesma que me entender, eu mesma inventar por assim dizer a minha verdade. Comecei, e nem sequer era pelo começo [...] Era tudo feito em tal segredo. Eu não contava a ninguém, vivia aquela dor sozinha (*DM*, 86).

O nascimento desta escrita e a inserção deste “eu”clariciano emergem de decidido esforço e comprometimento da escritora, que sua obra testemunharia, para Wander Miranda,que considera a obra da autora entre as mais importantes criações literárias do século XX:

Nela se encerram questões fundamentais do ser humano. A característica principal talvez seja a entrega à palavra como modo de dar forma ao informe, ao que a palavra não consegue expressar e, no entanto, só pode, paradoxalmente, ser expresso por meio dela (BRANT, *apud* MIRANDA in *Estado de Minas*, 10 de Dezembro de 2012)

A pluralidade de considerações sobre a obra e a escritora, advém das “leituras” possíveis deste “contrato” com o mundo, em aparentes despojamentos. Ainda poderíamos recorrer às palavras de Evando Nascimento, para nos ajudar a compreender, também, outra razão da sedução que envolve sua escrita: “*Quase*, eis a marca da ficção clariciana, entre filosofia e literatura, sem se fixar em nenhuma dessas instituições discursivas, mais além. Pensante, absolutamente pensante [...] (NASCIMENTO, 2012, 55-56).

O catálogo da peça “Simplesmente eu, Clarice Lispector”, com textos de Clarice e encenada pela atriz Beth Goulart, que adaptou a sua obra para o teatro, adverte os leitores e espectadores:

É impossível ler Clarice Lispector e não enxergá-la. Ela esboça, através de sua literatura, um percurso irreversível em direção à primeira pessoa, ao texto confessional, ao “eu”, acabando por se transformar no personagem central dos seus escritos. Como diria o ensaísta Harold Bloom: não existe literatura, só autobiografia (“Simplesmente eu, Clarice Lispector”, *Self Produções*).

Retornando à origem de Clarice, concordamos com Benjamin Moser, em recente biografia da escritora, sobre o desconhecimento do contexto em que se originou Clarice Lispector pela maioria de seus leitores. Referindo-se às suas raízes, em minuciosa pesquisa, temos nas palavras abaixo transcritas, e sob o ponto de vista do escritor, um trecho que enuncia parte destas informações referentes à origem da escritora:

Ela emergiu do mundo dos judeus da Europa ocidental, um mundo de homens santos e milagres que já havia experimentado seus primeiros anúncios de danação. Trouxe a ardente vocação religiosa daquela sociedade agonizante para um novo mundo, um mundo em que Deus estava morto. Como Kafka, ela

se desesperou; mas, à diferença de Kafta, acabou, de modo atormentado, bracejando em busca do Deus que a abandonara. Narrou sua busca em termos que, como os de Kafta, apontavam necessariamente para o mundo que ela deixara para trás, descrevendo a alma de uma mística judaica que sabe que Deus está morto, mas que, no tipo de paradoxo que perpassa toda a sua obra, está determinada a encontrá-Lo mesmo assim. A alma exposta em sua obra é a alma de uma mulher só, mas dentro dela encontramos toda a gama da experiência humana (MOSER, 2009, 17).

Nascida no meio da fuga de seus pais, decorrente de uma guerra civil na Ucrânia, Clarice Lispector nasceu em 10 de Dezembro de 1920, terceira filha, após Elisa e Tania. Seus pais, Pinkhas e Mania, eram judeus, e no período que antecedeu a emigração, os judeus, desde a eclosão da primeira guerra, eram perseguidos, situação que se agravou com os chamados *progons* e uma série de ataques à população judaica, que, de acordo com o relato de Benjamin Moser e o depoimento da irmã mais velha de Clarice, Elisa, nascida Leah, vitimaria também a mãe, que, após sofrer uma violação, teria contraído sífilis. Naquele momento de fuga da família, a concepção de Clarice, era atribuída à crença local de que a doença poderia ser curada com a gravidez.

Chaya Pinkhasovna Lispector nasceu nestas circunstâncias conflituosas. Saindo da Ucrânia, ainda atravessaria o rio Dniester em direcção à actual Roménia, passaria por Budapeste, Praga e Hamburgo. De posse de passaporte russo, a família Lispector embarcaria no navio brasileiro *Cuyabá*, e aportariam em Maceió, capital de Alagoas, em Março de 1922. Chaya, que em hebraico significa “vida”, se tornaria Clarice no Brasil, o nome recebido em Tchechelnik “ [...] desapareceria reaparecendo apenas em hebraico em sua lápide tumular, e mantendo-se pouco conhecido no Brasil até décadas depois de sua morte” (Moser, 2009, 57).

Seus pais também mudariam de nome, passando a chamar-se Pedro e Marieta; Leah tornou-se Elisa; apenas Tania manteve o mesmo nome. A família permanece em Maceió por três anos. Deste solo que acolheu Clarice temos as palavras do poeta e ficcionista alagoano Lêdo Ivo, sobre Clarice Lispector:

[...] Com a sua etimologia de claridade e espectro luminoso, parece ter nascido, como uma flor, do próprio chão alagoano, ou das dunas ondulantes junto ao mar. Era um nome de luz e esplendor – e, por toda a vida, ela Clarice Lispector, haveria de portá-lo como se fora um radioso pseudônimo.

[...] Não haverá decerto, uma explicação tangível e aceitável para o mistério da linguagem e do estilo de Clarice Lispector. A estranheiridade de sua prosa é uma das evidências mais contundentes de nossa história literária e, ainda, da história de nossa língua. Essa prosa fronteira, emigratória e imigratória, não nos remete a nenhum dos nossos antepassados preclaros (IVO, Lêdo, *in Cadernos de Literatura Brasileira*, 2004, 48).

Em 1925, os Lispector mudaram para Recife e a cidade também testemunharia o fim do sofrimento de Mania Krimgold Lispector. Marieta faleceu em 21 de Setembro de 1930, quando Clarice se encontrava com dez anos. Este período é lembrado por Clarice, em entrevista: “Minha mãe era parálitica e eu morria de sentimento de culpa, porque pensava que tinha provocado isso quando nasci. Mas disseram que ela já era parálitica antes... Nós éramos bastante pobres” (Clarice Lispector, Entrevista *in* SANT’ANNA; COLASANTI 2013, 204-205). Outras lembranças marcariam sua infância e as letras:

[...] quando a prendi a ler, devorava os livros, e pensava que eles eram como árvore, como bicho, como coisa que nasce. Não sabia que havia um autor por trás de tudo. Lá pelas tantas eu descobri que era assim e disse: “Isso eu também quero”. No *Diário de Pernambuco*, às quintas-feiras, publicavam-se contos infantis. Eu cansava de mandar meus contos, mas nunca publicavam, e eu sabia por quê. Porque os outros diziam assim: “Era uma vez, e isso e aquilo...” E os meus eram sensações (Clarice Lispector, Entrevista *in* SANT’ANNA; COLASANTI, 2013, 206).

Aos nove anos, ela havia escrito uma peça em três actos, *Pobre Menina Rica*, mas escondeu-a, por vergonha, como confessou na mesma entrevista, e os originais foram perdidos. Foi em Pernambuco que Clarice iniciou seus estudos, no Grupo Escolar João Barbalho, e, no terceiro ano primário, seria matriculada no Colégio Hebreo-Idisch-Brasileiro. Aos doze anos, passaria a estudar no Ginásio Pernambucano, até ao terceiro ano ginasial, quando mudaria para o Rio de Janeiro, em 1935.

Na capital, estuda inicialmente no Colégio Silva Leite, ingressa no curso complementar de Direito, entrando para a Faculdade, em 1939, após passar em primeiro lugar no exame de habilitação, e termina o curso em 1943. Mas o entusiasmo inicial foi substituído pela constatação: “No terceiro ano eu reparei que nunca lidaria com papéis e que minha idéia – veja o absurdo da adolescência – era estudar advocacia para reformar as penitenciárias” (Clarice Lispector, Entrevista, *in* SANT’ANNA; COLASANTI, 2013, 208).

Neste intervalo, o ano de 1940 marcaria a entrada de Clarice Lispector na Agência Nacional, órgão responsável pela divulgação da notícia na imprensa, que se havia vinculado ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em plena vigência da ditadura do Estado Novo. Clarice havia sido indicada por Lourival Fontes⁹³, director do DIP. Apesar disto, este seria seu passo inicial em direcção às actividades jornalísticas, para, depois, ser transferida para a redacção do jornal *A Noite*, onde trabalhou como repórter, sendo uma das primeiras mulheres a trabalhar nos locais mencionados. Entre os colegas de redacção, estavam Octávio Thyrsó, Antonio Callado, José Condé e Lúcio Cardoso, escritor talentoso, que exerceria influência sobre a vida literária de Clarice, num misto de amizade e paixão.

Em 25 de maio de 1940, publicaria seu primeiro conto, *Triunfo*, no periódico *Pan*, que circulou de 1935 a 1940, embora tenha havido divergências quanto ao lugar

⁹³ Segundo Benjamin Moser, “Lourival Fontes era eminência parda de Getúlio Vargas, a cargo do departamento de Imprensa e Propaganda, o órgão que, por meio, de “sedução, suborno e coerção”, controlava a imprensa brasileira. Ele ajudou certos judeus refugiados, incluindo Stefan Zweig, o filólogo húngaro Paulo Rónai e o editor francês Max Fischer, ainda que tenha fechado jornais judeus” (MOSER, 2009, 147). No mesmo ano em que admitiu Clarice Lispector, ele casar-se-ia com a poetisa e jornalista Adalgisa Nery.

desta publicação, tendo sido atribuído inicialmente à revista semanal *Vamos Lêr!*, que pertencia ao mesmo grupo de *A Noite*, onde Clarice havia submetido seus contos ao director Raymundo Magalhães Junior. Segundo Nádia Gotlib, de qualquer modo, a revista

[...] publicará os seus textos subsequentes: o conto “Eu e Jimmy” (10 de out.1940), uma entrevista com Tasso da Silveira (19 dez.1940), o conto “Trecho” (9 jan.1941), uma tradução de “O Missionário” (6 fev.1941), e a reportagem intitulada “Uma Visita à Casa dos Expostos” (8 jul.1941) (GOTLIB, 2009, 175).

Ironicamente, no mesmo ano, 1940, foi surpreendida pela perda de seu pai: “Depois de uma vida marcada pela pobreza e exílio, pelo martírio de sua esposa amada e pela luta incessante para criar e encaminhar suas filhas num país completamente estrangeiro, ele morreu aos 55 anos” (MOSER, 2009, 146).

Estas e outras produções e as publicações de “Onde se Ensinará a Ser Feliz”, em 19 de Janeiro de 1941, no *Diário do Povo*, em Campinas, e “Cartas a Hermengardo”, no semanário *Dom Casmurro*, 14 de Junho, 26 de Julho e 30 de Agosto de 1941, além de outros contos que foram enviados para um concurso da livraria e editora José Olympio, mas não chegaram a ser publicados, acontecem simultaneamente, com sua actividade jornalística. “Além da contemporaneidade da produção, efetiva-se um intercâmbio de recursos entre tais modos de trabalhar a linguagem – o literário e o jornalístico – que se autocomplementam” (GOTLIB, 2009, 177).

Em 1943, Clarice casou-se com seu colega de Faculdade, Maury Gurgel Valente, terminou seu curso de Direito e publicou seu primeiro romance, *Perto do Coração Selvagem*, escrito ainda em 1942, de Março a Novembro, quando ainda era solteira. Seu primeiro leitor foi Lúcio Cardoso, a quem mostrou as anotações esparsas: “Ele disse: “Depois faz sentido, uma está ligada à outra”. Aí eu fiz. Estas folhas “soltas” deram *Perto do Coração Selvagem*” (Clarice Lispector, Entrevista, in SANT’ANNA;

COLASANTI, 2013, 212-213). O livro, recusado pela editora José Olympio, foi publicado pela editora da empresa *A Noite*.

Em torno da personagem Joana, constroem-se os capítulos, alternados pelo presente e pelo passado, num percurso que acompanha desde a infância até à maturidade a

[...] personagem estranha, enfocada sempre a partir de uma procura de verdade interior, ou seja, de uma identidade de *mulher* e de *ser* na sua complexidade – como ser humano, vestido com as capas da civilização e delas despido, como ser animal, livre e selvagem (GOTLIB, 2009, 192).

Perto do coração Selvagem recebeu o “Prêmio da Fundação Graça Aranha de 1943”, numa época em que o regionalismo e os problemas sociais predominavam na narrativa literária. Foi bem recebido pela crítica e sobre ele escreveram Sérgio Millet, Antonio Candido, Lúcio Cardoso, Lauro Scorel, entre outros.

No ano seguinte, Clarice acompanha o marido diplomata ao exterior, num período de quase dezasseis anos, durante os quais vive na Itália, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos. Seus filhos Pedro (1948) e Paulo (1953) nascem na Suíça e nos Estados Unidos, respectivamente. Corresponde-se com Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Lúcio Cardoso.

O Lustre, segundo romance da autora, é publicado em 1946 e o seguinte, *Cidade Sitiada*, em 1949. Em 1950, durante o intervalo entre a Suíça e a futura residência na Inglaterra, Clarice e a família passam uma temporada no Rio de Janeiro, época em que escreve os contos “Amor”, “Começo de uma fortuna” e “Uma Galinha”, os quais, juntamente com outros contos escritos na Europa, “Mistério em São Cristovão”, “Laços de família” e “O jantar”, seriam publicados em 1952, com o título *Alguns Contos*, pelo Serviço de Documentação do Ministério e Cultura.

O Suplemento Letras e Artes, do jornal *A Manhã*, que havia publicado em 13 de Outubro de 1946, os contos “O crime” e “O jantar”, divulgaria outros inéditos da

autora, “Noite na montanha” e “Medo de errar”, publicados em Janeiro e Julho de 1950.

Depois de passar seis meses na Inglaterra, Clarice iria morar nos Estados Unidos. Antes, porém, recebe o convite de Rubem Braga, antigetulista, para colaborar no jornal *Comício*, no Rio de Janeiro, como responsável de uma página feminina, denominada “Entre mulheres”. Nos escritos jornalísticos, Clarice experimentaria a heteronímia, nesta coluna, com o nome de Tereza Quadros, em 15 de Maio de 1952:

Em pequenos textos, Teresa Quadros vai compondo o universo feminino das leitoras dos anos 1950. Sugere, insinua, comenta, revela. Tudo com muita delicadeza. Sutilmente. Faz recortes, colagens de um cotidiano com o qual a leitora deve, antes de mais nada, se identificar (NUNES, 2006, 120).

A coluna tinha cinco secções: “Aprendendo a Viver”, “Conselhos de minha Vizinha”, “Será que Você Sabe?”, “O que Você não Deve Usar” e “Baú de Mascate”. Compunha-se de textos, fotografias e desenhos. E, segundo Aparecida Nunes, reunia assuntos sobre:

[...] beleza, decoração, moda, comportamento, análise de personalidade, conselhos, receitas, segredos, notícias e crônicas/contos [...] em meio a variados textos que compõem esse verdadeiro “bazar asiático” que é a coluna de Tereza Quadros, uma crônica sempre é o destaque da página. Quer seja pelo conteúdo, quer seja pela localização privilegiada na diagramação. O fato é que a crônica da coluna transforma-se em pretexto para uma conversa com a leitora, um comentário sobre algum assunto em evidência ou sobre a moda, algumas vezes, e, em outras, espaço para exercício literário (NUNES, 2006, 177).

As crônicas, em sua grande maioria, são assinadas por Tereza Quadros, havendo uma de Clarice Lispector. Nos textos das crônicas de Teresa Quadros, há trechos de livros de Bernard Shaw, Katherine Mansfield e Virginia Woolf. Com o título de “Um retrato de mulher”, destaca Bernard Shaw, cita Sarah Bernhardt como mulher ideal, enfatizando a atriz e diva perfeita. A inserção de Mansfield não se dá por acaso. Com o primeiro pagamento que recebe com seu trabalho jornalístico, ela compra *Felicidade*, obra da autora por quem sente atracção inicial pelo título e, depois, encantamento:

Folhee quase todos os livros dos balcões, lia algumas linhas e passava para outro. E de repente, um dos livros que abri continha frases tão diferentes que fiquei lendo, presa, ali mesmo. Emocionada, eu pensava: mas este livro sou eu! E contendo um estremecimento de profunda emoção, comprei-o. Só depois vim a saber que a autora não era anônima, sendo, ao contrário, considerada um dos melhores escritores de sua época: Katherine Mansfield (*DM*, 453).

Esta descoberta seria assunto da crônica publicada em 24 de fevereiro de 1973. Porém, naquele momento, o propósito era destacar a personagem Linda e, a seu pretexto, a discussão sobre o destino comum das mulheres. Assim como, Virginia Woolf, nos trechos de “Um teto todo seu”, que defende o espaço da mulher e de sua escrita. Mas, “Tereza Quadros não faz da sua página uma tribuna explícita de denúncias sobre a condição feminina [...] ao emprestar o discurso de outrem, principalmente selecionando falas de mulheres, aponta, de maneira discreta, caminhos que são questionadores para sua leitora (NUNES, 2006, 189).

A coluna “Entre mulheres” também foi espaço para contos. “Um dia cheio” foi assinado por Tereza Quadros e outro conto, “Hora em que começa o domingo”, sem sua assinatura, inédito, que mantém o estilo de Clarice Lispector, na proximidade do fim das publicações do *Comício*, em 17 de Outubro de 1952.

Antes do término de *Comício*, Clarice já se encontrava em Washington, nos Estados Unidos. Só retornaria para o Brasil em 1959, com os dois filhos e separada de

Maury, trazendo consigo dois livros que ansiava publicar: o romance *A Maçã no Escuro* e os contos cuja colectânea seria, posteriormente, intitulada *Laços de Família*. Os dois livros, guardados já algum tempo, encontravam dificuldade em encontrar editores interessados, com a evidência imperante do “realismo socialista”. Antes da sua chegada ao Brasil, havia recebido o convite do jornalista Paulo Francis para participar na revista *Senhor*, onde irá antecipar a publicação de contos de *Laços de família*, entre eles, “Feliz aniversário”, “Uma Galinha”, “O búfalo”, com destacado reconhecimento de seus leitores e dos média. Esta colaboração, iniciada em Março de 1959, estender-se-ia a Janeiro de 1964, passando, a partir de 1962, a assinar também uma coluna mensal da revista *Children’s Corner*, onde se encontravam crónicas, impressões e reflexões a respeito do universo infantil. Posteriormente, mudaria para a secção “Sr.& Cia”.

Ainda em 1959, Clarice retoma as suas publicações dirigidas ao público feminino no *Correio da Manhã*, quando escreve para a coluna feminina, patrocinada pela Pond’s, “Correio Feminino -- Feira de Utilidades”, assinando como Helen Palmer.

Helen Palmer fazia parte de um plano publicitário, traçado por Lourdes Gonçalves, para promover um dos cremes da Pond’s. A indicação não poderia ser feita explicitamente, mas através dos conselhos sugeridos na secção feminina. As leitoras fariam uma associação de ideias com o produto anunciado no mesmo jornal. Na secção “Feira de Utilidades”, a colunista sugere, de forma pedagógica, os comportamentos e posturas que a mulher moderna deveria ter em relação a muitos aspectos, como o casamento, o trabalho fora de casa, os cuidados e as dicas de beleza, o comportamento social, a elegância e discrição e muitos outros assuntos. Estes temas ocorriam em meio a receitas de cozinhas, narrativas amorosas e trechos de filósofos, ou versos e frases de escritores, nacionais ou estrangeiros.

No texto de abertura da secção, em 21 de Agosto de 1959, Helen Palmer conversa com as leitoras, no texto intitulado “Uma Mulher esclarecida”:

Uma ‘mulher esclarecida’ não é, como algumas querem fazer crer, e muitos homens sabidos teimam em convencê-las [...] é a mulher que se instrui, que

procura acompanhar o ritmo da vida atual, sendo útil dentro do seu campo de ação, fazendo-se respeitar pelo seu valor próprio, que é companheira do homem e não sua escrava, que é mãe e educadora e não boneca mimada [...] Ela estuda, lê, ela é moderna e interessante sem perder os atributos de mulher, de esposa e de mãe [...] É Mulher (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1959).

Helen Palmer “ [...] reproduzia a ideologia recém-criada para transformar as mulheres dos novos produtos lançados pela economia do pós-guerra” (NUNES,2006,241); mas deixava entrever a Clarice Lispector que conhecia os requisitos da diplomacia, além de possuir uma personalidade discreta e elegante.

Em Abril de 1960, no *Diário da Noite*, ela teria uma terceira participação, sob outro nome, Ilka Soares. Porém, esta pessoa existia, era uma atriz muito bonita. Clarice, a convite do jornalista Alberto Dines, foi sua *ghost writer*. A coluna “Só para Mulheres”, além da assinatura da atriz, trazia seu rosto estampado, com o objectivo de aproximar o mundo das estrelas e o quotidiano comum das leitoras. E, diferentemente, preocupava-se mais com a aparência, restringindo os assuntos à moda, beleza e culinária. A coluna obteve sucesso, com cuidadosa dedicação de Clarice, que tinha acesso às revistas de moda estrangeiras, compondo a coluna com fotografias e ilustrações.

Laços de Família, finalmente, é lançado, com aclamada repercussão, na Livraria Francisco Alves, em 1960, e logo alcança sua segunda edição. Um ano depois, em Julho de 1961, seria a vez de *A Maçã no Escuro* e, pela primeira vez, a personagem masculina, Martin, seria o protagonista, o qual narra a sua fuga, depois de acreditar que matara a esposa. O romance recebe o Prémio Carmen Dolores, em São Paulo, pelo melhor livro publicado em 1961.

O livro de contos *Legião Estrangeira* e a novela *A Paixão segundo G. H.* surgem em 1964. Esta, segundo a própria Clarice, parece contradizer aquele momento em que vivia: “É curioso, porque eu estava na pior das situações, tanto sentimental como de família, tudo complicado, e escrevi *A Paixão...*, que não tem nada a ver com isso, não

reflete” (Clarice Lispector. Entrevista, in SANT’ANNA; COLASANTI, 2013, 228). Neste comentário, referia-se a um momento difícil da sua vida, o casamento do ex-marido com Isabel, filha do diplomata Vasco Leitão da Cunha, facto que ela não esperava. O romance, que narra a história de uma escultora, de classe alta, e seu encontro com uma barata, também surpreenderia a escritora: “ [...] fugiu do controle quando eu, por exemplo, percebi que a mulher G.H. ia ter que comer o interior da barata. Eu estremeci de susto” (*Ib.*, 229).

Em 1966, Clarice é vítima de um incêndio produzido pelo seu cigarro. Sem perceber que dormira, acordou com as chamas nas cortinas próximas da sua cama. Foram três meses no hospital, com cirurgias e enxertos, e muitas “cicatrizes” deixadas pelas queimaduras. O ano seguinte, 1967, trazendo-lhe mais sorte, permitiria a sua estreia na literatura infantil, com *O Mistério do Coelho Pensante*, um livro que havia escrito a pedido do filho Paulo, ainda em Washington, o qual ganha o Prémio Calunga de melhor livro infantil do ano.

Um segundo convite de Alberto Dines daria a Clarice a ocasião de se iniciar na carreira de cronista, no *Jornal do Brasil*, em 19 de Agosto de 1967. Foram mais de trezentas crónicas durante sete anos, assinando a coluna de sábado no *JB*. E foi parte destas publicações que originou *A Descoberta do Mundo*, publicado em 1984. Este volume, segundo Aparecida Nunes, no prefácio de *Clarice na Cabeceira - Jornalismo*, “ [...] permitiu conhecer um pouco mais o legado de Clarice na imprensa e fez ressurgir a jornalista Clarice” (NUNES, 2012, 17).

Quando Clarice Lispector entrevistou o jornalista Henrique Pongetti para a *Manchete*, em 28 de Setembro de 1968, ele acabara de deixar o seu ofício de cronista, que desempenhara durante trinta e dois anos no jornal *O Globo*. Clarice pergunta-lhe que conselhos lhe daria, ela que havia iniciado há pouco o mesmo labor. Ele responde que não podia dar conselhos a uma romancista que dominava a prosa como ela, dando, na frase seguinte, a constatação reveladora: “As suas crônicas que tenho lido indicam a um velho cronista um caminho novo. Suas crônicas têm a qualidade literária que às vezes falta à nossa prosa contaminada pelo espírito jornalístico” (*Revista Manchete*, 28 de Setembro de 1968).

A continuidade desta entrevista e da temática da crónica, ainda apontaria para outro ponto importante da inserção destas crónicas no tempo e posterior colectânea, a questão da autobiografia que surge diante da pergunta de Clarice sobre se as crónicas poderiam ser auto-reveladoras:

Isso tem acontecido no decorrer de minha carreira de cronista. Acabamos quase sempre na autobiografia, na autoanálise. Muita gente me pergunta porque não escrevo memórias. Aí eu procuro lembrar a minha vida e descubro que já contei tudo em tantos anos de crônica (*Ib.*).

Deste ponto de vista, Benjamin Moser analisa e descreve o papel das crónicas de Clarice no *Jornal do Brasil* e a escolha de seus temas:

Clarice não abandona muito de seus velhos temas metafísicos, mas também registrava sua vida de mãe e dona de casa em termos diretamente pessoais. “Acho que se escrever sobre o problema da superprodução do café terminarei sendo pessoal”, disse ela numa coluna. Escrevia sobre seus filhos, seus amigos, suas empregadas, sua infância, suas viagens, de tal maneira que *A Descoberta do Mundo*, a reunião póstuma das colunas, é o que Clarice deixou de mais parecido com uma autobiografia (MOSER, 2006, 417).

O ano de 1968 foi movimentado para Clarice Lispector, paralelamente ao seu trabalho no *Jornal do Brasil*. Escreve crónicas para a revista *Jóia*, quinzenalmente publicada, com assuntos relacionados com a mulher contemporânea, e na secção de literatura, com outros nomes importantes, entre os quais Eneida e Dinah Silveira de Queiroz. Além desta revista, colaborava com suas entrevistas para a revista *Manchete*, com a secção “Diálogos Possíveis com Clarice Lispector”.

Na crónica do dia 6 de Abril de 1968, no *Jornal do Brasil*, uma nota final “Estou solidária, de corpo e alma, com a tragédia dos estudantes do Brasil” (*D.M.*,93),

sinalizaria a futura participação da escritora na “Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968. O estopim, no cenário da ditadura militar do Brasil, havia sido a morte de um estudante apolítico, que fora baleado em função de sua participação, junto com outros estudantes pobres, que reivindicavam melhor atendimento num restaurante subsidiado, com nome de Calabouço. Clarice integraria uma comissão, que se dirigiu ao governador Negrão de Lima, em protesto contra a violência da imputada pela polícia contra os estudantes, em 21 de Junho de 1968, entre artistas, escritores, jornalistas e nomes relevantes da cultura do país, como Zuenir Ventura, Oscar Niemeyer, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Nara Leão, Odete Lara, tendo como porta- voz Hélio Pellegrino.

A “Passeata dos cem mil” aconteceria cinco dias depois, abençoada pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. Mesclava padres, freiras, artistas e muitos outros. O jornal *Última Hora*, que publicou o acontecimento no dia seguinte, trouxe, entre as fotografias, Clarice Lispector e, abaixo, a manchete: “MARCHA DA LIBERDADE TOMA CONTA DA CIDADE”.

No ano de 68, publica seu segundo livro para crianças, *A Mulher que Matou os Peixes*, baseado num facto ocorrido com os peixes de seu filho mais velho, Pedro, que, para tristeza de Clarice, sofria de esquizofrenia. Ainda no mesmo ano, escreveu o romance *Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*, publicado em 1969, premiado com o Golfinho de Ouro do Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro.

O romance, que se inicia com uma vírgula, é “ [...] centrado nos dilemas do desejo e na busca do contato humano [...] ” (CASTELLO, 2011,12) e construído a partir das duas personagens, Ulisses e Lóri, tecendo as relações entre um homem e uma mulher, com seus afastamentos e aproximações, num jogo de espelhos. O percurso de Lóri traz as ressonâncias amorosas de Clarice e “*Uma Aprendizagem* é a tentativa de Clarice de descobrir justamente como duas pessoas podem se unir” (MOSER, 2006, 437), a qual, ainda que de forma diferente, havia experimentado esse sentimento com Lúcio Cardoso, Maury e Paulinho⁹⁴.

⁹⁴ “Por volta de 1962, Clarice começou seu último caso amoroso com o poeta e jornalista Paulo Mendes Campos, conhecido como Paulinho. Ela conheceu-o desde a época de *Perto do Coração*

Felicidade Clandestina é o título da obra e do primeiro conto que inicia a coletânea, em 1971. O conto já havia sido publicado como crônica, no Caderno B, do *Jornal do Brasil*, em 1967. Além deste, outros contos também ocuparam o espaço da crônica, no *JB*, e também fazem parte de *A Descoberta do Mundo*. Entre eles, seleccionamos: “Resto de carnaval”, em 16 de Março de 1967; “Uma história de tanto amor”, em 10 de Agosto de 1968; “O ovo e a galinha”, com o título de “Atualidade do ovo e da galinha”, dividido em três crônicas, nos dias, 5, 12 e 19 de Julho de 1969; “Miopia Regressiva”, na sequência de duas crônicas, de 1 e 8 de Agosto de 1968. Outros contos, omitidos aqui, constituíram, assim como as crônicas, um exercício literário da escritora.

O romance “*Água Viva*”, que anteriormente tinha o título de *Objeto Gritante*, é publicado em 1973. A obra inquietava a escritora, que teve dúvida se deveria publicá-la, já que a considerava “ [...] ruim, porque não tinha história, porque não tinha trama” (Clarice Lispector. Entrevista in SANT’ANNA; COLASANTI, 2013, 219). Publicado originalmente no *Jornal do Commercio*, em 9 de Setembro de 1973, o texto de Bruno Paraíso analisa a obra:

Água Viva – um estranho exercício de ficção, que ela não chamou nem de romance nem de novela, mas simplesmente de ficção. Todo narrado na primeira pessoa, ele não tem uma história nem personagens. No lugar dos fatos, as sensações provocadas por eles. É a narração das vivências, numa linguagem carregada de poesia (PARAÍSO, Bruno, “Clarice, arte da solidão e do mistério”, in *Encontros/Clarice Lispector*).

Ainda em 1973, *A Imitação da Rosa* reunia outros contos de Clarice Lispector. Em 1974, surgem dois volumes de contos, *A Via Crucis do Corpo* e *Onde Estivestes de Noite*, ao lado de *A Vida Íntima de Laura*, seu terceiro livro de literatura infantil, num ano que se iniciara difícil para Clarice, sumariamente despedida d’ *O Jornal do Brasil*,

Selvagem, quando se aproximou de Fernando Sabino e seus amigos de Minas Gerais (MOSER, 2006, 368-369).

em 2 de Janeiro de 1974. O jornal, que sempre tivera um posicionamento pró-judaico e sionista, muda sua postura durante o governo Geisel, que apoiava as nações árabes. Seu dono, Nascimento Brito, já não podia mostrar qualquer oposição, pois poderiam contrariar seus interesses de empresário. Sem revelar as razões temidas, ele resolveu despedir os judeus contratados por Alberto Dines, como forma de aproximação com Geisel.

Via Crucis do Corpo e *Onde Estivestes de Noite* foram escritos por encomenda de seu editor Álvaro Pacheco, que havia sugerido um “assunto perigoso” - sexo. Isto, de certa forma, obrigava sua prosa a enveredar por outro caminho, num momento em que se afastara do jornal. Mas, apesar das críticas da época, contribuiu para a sua notoriedade.

Em 1975, Clarice faria muitas traduções de autores como Agatha Christie, E. Allan Poe, Pascal Lainé e outros. Era uma forma de aumentar sua renda, proveniente, também, de publicações de seus textos em outros periódicos. E publicaria *Visão do Esplendor*, com textos do *Jornal do Brasil* e da revista *Senhor*, e *De Corpo Inteiro*, que reúne trinta e cinco entrevistas da autora. Em Dezembro de 1976, ela retoma um trabalho que havia feito na revista *Manchete*, as entrevistas, retornando para o mesmo grupo, na revista *Fatos & Fotos*. Continua, também, a escrever para a revista feminina *Mais*.

A Hora da Estrela, em 1977, traz a história de Macabéa, uma protagonista pobre de Alagoas, local que evoca o início do percurso de Clarice no Brasil, e Olímpico de Jesus, igualmente nordestino, que vivem no Rio de Janeiro, última estação deste percurso. Treze títulos antecipam a narrativa, num roteiro interrompido apenas entre o quarto e o quinto títulos, com a assinatura de Clarice Lispector. Um dia antes de seu aniversário, em 9 de Dezembro, ela encaminha-se em direcção ao berço das estrelas, falecendo no Rio de Janeiro.

Com o aparecimento de Clarice, como sublinhou Lúcia Helena Viana, tivemos um

[...] **evento**, um acontecimento novo que promove mudanças e altera rumos [...] Ao mesmo tempo que vem se inscrever dentro de um conjunto de produtoras de literatura, publica com continuidade singular, em linguagem inusitada, que transgride a tradição da ficção brasileira [...] sua escritura cava angustiosamente nas entranhas de si mesma o significante de autoria para a mulher [...] atinge um público diferenciado, mas virtualmente produtivo – escritores, críticos, professores, universitários, e interessados não didatas. Este público, certamente se amplia e mais se diferencia a partir do momento em que ela passa a escrever para o *Jornal do Brasil*, o que promove a oportunidade de um diálogo entre a escritora e seus leitores e abre oportunidade para a divulgação da obra refinada, que de modo algum, poderia ser dita popular (VIANA, 1995, 172).

O título das crônicas de Clarice Lispector, publicadas no *Jornal do Brasil*, de 1967 a 1973, aponta para um processo gnosiológico inerente à tarefa cronística.

Retirando tal título da crônica de 6 de Julho de 1968, o assunto em questão, ligado à experiência da descoberta da sexualidade, na adolescência, é ampliado, no contexto geral da obra editada, de modo a abranger toda uma visão do mundo, inerente ao múnus cronístico. O filtro da cosmovisão clariciana parece, assim, ficar associado à “delicadeza”, por um lado, e à “grossura de camponesa que é o que me salva” (*D.M.*, 114), por outro, na diligência perscrutadora, condicionada pelo “pudor apenas feminino” (*Ib.*, 115), do mistério da vida, na janela semi-inocente de uma adolescente.

Tal descoberta reenvia intertextualmente para o primeiro livro bíblico, o do *Gênesis*, ou das origens, no qual a inocência mítica do primeiro par humano também se confronta em mistério que se revela dolorosamente, numa consciência de falha ou incompletude, à qual a teologia denominou pecado, na metáfora incômoda da nudez, que se passa a cobrir, por pudor e vergonha (cf. *Gen.*, 3, 7), como se o mistério da vida não derivasse da colaboração directa com o próprio acto criador: *Façamos o homem à nossa imagem e semelhança* (*Gen.*, 1,26).

Descobrir o encoberto faz parte do processo gnosiológico de todo o ser humano, mormente no período infanto-juvenil, processo que faz interagir o mundo

interior e o mundo exterior, num acto único e recíproco: quanto mais descubro o outro, mais me descubro a mim próprio(a). Daqui o desígnio oracular de Delfos, umbigo do mundo, para o qual aponta Protágoras a Sócrates: *gnôthi sautón, conhece-te a ti mesmo* (PLATÃO, *Protágoras*, 343 b).

A Palavra escrita torna-se, assim epifânica⁹⁵, isto é, reveladora, numa associação sagrada entre *mythos* e *logos*, como o Prólogo do IV Evangelho, em profunda ligação intertextual com o Livro do *Génesis*, configura: “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. [...] E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (*Jo.*, I, 1. 14).

De modo análogo, Calipso, filha de Atlas, a deusa que recobre (do verbo *kalyptô*, cobrir, esconder), incarna a ciência, a astronomia e a astrologia, longamente confundidas⁹⁶ (cf. BUFFIÈRE, 1973, 388). Ao contrário, Penélope simboliza a filosofia, tecendo a manta que servirá de mortalha a Laertes (cf. *Ib.*, 389): “De ces fils entrelacés sortira un solide tissu. Ainsi, le logicien, en combinant savamment les prémisses pour obtenir des conclusions, tisse les enchaînements de syllogismes» (*Ib.*). Por isso, Ulisses, abandonando Calipso (Cf. *Od.*, V313-332), troca a ciência pela filosofia : «renoncé à l’étude du monde extérieur pour regarder en lui-même» (*Ib.*, 391).

A obra clariciana, designadamente as suas crónicas, dirige um duplo olhar a tudo o que envolve o mundo da autora: o mundo exterior e o mundo interior. Ao fazê-lo, inscreve-se no imperativo universal da inquirição e da questionação gnosiológicas, como reconhece Aristóteles: “Todos os homens têm o desejo natural de saber” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, 980 a). Arquimedes (*Corpos Flutuantes*, Postulados, 2), ao descobrir a sua famosa lei física da impulsão vertical dos corpos mergulhados num fluido, exultou, exclamando: *eureka* (descobri!). Inscreve-se também na matriz genesíaca do Cosmo, do Mundo, já que ambas as palavras, uma grega *kosmos*), outra latina (*mundus*) significam ordem, reenviando para o intertexto hesiódico: “Primeiro que tudo houve o Caos, e depois / a Terra de peito ingente, suporte inabalável de tudo quanto existe” (HESÍODO, *Teogonia*, 116-117). Descobrindo o mistério da Vida, o deus

⁹⁵ Cf. SANT’ANA, Affonso Romano de (1998).

⁹⁶ “Ulysse, l’homme qui contemple les Pléiades et les Hyades, le Bouvier et la force d’Orion, est le savant qui s’occupe d’astronomie et d’apotélesmatique (nom barbare de l’astrologie) » (BUFFIÈRE, 1973, 389).

primordial Eros da *Teogonia* hesiódica⁹⁷, Clarice reconcilia-se com ele no meio do sofrimento, do caos, buscando a lógica da sua ordem: “Antes de me reconciliar com o processo da vida, no entanto, sofri muito, o que poderia ter sido evitado se um adulto responsável se tivesse encarregado de me contar como era o amor” (*D.M.*, 115). Por isso, pôde concluir: “Pois juro que a vida é bonita” (*Ib.*).

O “Estado de graça”, na crónica de 6 de Abril de 1968, esclarece o sentido de comunhão com o mundo, feito de “bem-aventurança física” e de “lucidez de quem não adivinha mais: sem esforço, sabe” (*Ib.*, 91), transformando-se o corpo num dom:

No estado de graça vê-se às vezes a profunda beleza, antes inatingível, de outra pessoa. Tudo, aliás, ganha uma espécie de nimbo que não é imaginário: vem do esplendor da irradiação quase matemática das coisas e das pessoas. Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável (*Ib.*, 91-92).

A imagem da anunciação do mundo, profundamente associada à dimensão epifânica da escrita, serve para exprimir as “descobertas” que, no estado de graça, não apenas dos santos, mas também o de “uma pessoa comum”, são “indizíveis e incomunicáveis” (*Ib.*, 92): “É por isso que, em estado de graça, mantenho-me sentada, quieta, silenciosa. É como numa anunciação. [...] É como se o anjo da vida viesse me anunciar o mundo” (*Ib.*). Esta comunhão com o mundo anunciado, sendo um dom, nem sempre é percebida pelo ser humano, devido aos obstáculos que o dificultam, como o raciocínio, a lógica, a compreensão, enquanto “os animais têm a esplendidez daquilo que é directo e se dirige directo” (*Ib.*). Mas, como dom que é, o estado de graça não permanece, saindo-se dele “lentamente”, “com um suspiro de quem teve o mundo como este é”, com “um suspiro de saudade” (*Ib.*). Também é positivo que não nos apropriemos desse dom, como se o dominássemos: “Habituar-se à felicidade seria um perigo. Ficaríamos mais egoístas, porque as pessoas felizes o são, menos sensíveis à dor humana, não sentiríamos a necessidade de ajudar os que precisam” (*Ib.*). Seria

⁹⁷ “e Eros, o mais belo entre os deuses imortais, / que amolece os membros e, no peito dos homens e deuses, / domina o espírito e a vontade esclarecida” (HESÍODO, *Teogonia*, 120-122).

uma habitação viciosa: “eu me tornaria contemplativa como os fumadores de ópio” (*ib.*). Seria a porta aberta para o abuso: “passaria a querer viver permanentemente em estado de graça. E isto representaria uma fuga imperdoável ao destino simplesmente humano, que é feito de luta e sofrimento e perplexidade e alegrias menores” (*ib.*). Como dádiva que é, o estado de graça demora pouco, “nada exige”, mas “desvaneceria se passássemos a exigir uma resposta” (*ib.*, 93). Assim sendo, “é apenas uma pequena abertura para uma terra que é uma espécie de calmo paraíso, mas não é a entrada nele, nem dá o direito de se comer os frutos dos seus pomares” (*ib.*). Como imagem da vida, o éden genesíaco, com seus belos pomares, é fugaz e limitado, a fim de podermos evitar a tentação adâmica da abusiva entrada “nos mistérios da Natureza”. No entanto, os efeitos redentores do estado de graça não deixam de se fazer sentir:

Experimentou-se alguma coisa que parece redimir a condição humana, embora ao mesmo tempo fiquem acentuados os estreitos limites dessa condição. E exatamente porque depois da graça a condição humana se revela na sua pobreza implorante, aprende-se a amar mais, a perdoar mais, a esperar mais. Passa-se a ter uma espécie de confiança no sofrimento e em seus caminhos tantas vezes intoleráveis.

Há dias que são tão áridos e desérticos que eu daria anos de minha vida em troca de uns minutos de graça (*ib.*).

Esta penetração no mistério da anunciação do Mundo é desvendada, por especial dom, ao “Artista perfeito”, como se explicita filosoficamente, na crónica de 6 de Setembro de 1969 (repetida em 24 de Março em 1973, com o título “Um ser livre”), a partir do filósofo francês Henri Bergson (1859-1941) e da sua obra *Les Données Immédiates de la Conscience*. Com seu sentido integrador das correntes empiristas e racionalistas, com o seu conceito de multiplicidade, abrangendo as noções de heterogeneidade e homogeneidade, ligadas à qualidade e à quantidade, ao tempo e ao espaço, em oposição ao idealismo kantiano, Bergson abriu caminho à reconcepção de comunidade, com seu sentido de “simpatia” ou “compaixão”, isto é, a capacidade de “sentir com”, no diálogo e construção democráticos.

Apoiada no filósofo francês, cuja influência é notória em Heidegger, Sartre, Levinas e Deleuze, Clarice Lispector recupera o arquétipo “do grande artista que seria aquele que tivesse, não só um, mas todos os sentidos libertos do utilitarismo”: esse “veria o mundo, ou melhor, teria o mundo de um modo como jamais artista nenhum o teve. Quer dizer, totalmente e na sua verdadeira realidade” (*Ib.*, 228).

No entanto, a cronista relativiza tal teoria a partir da hipótese da educação de uma criança, somente através da conservação do seus “sentidos alertas e puros”, os seus dados “imediatos”. Admite como restrição dessa educação apenas o fornecimento de “noções utilitárias”: “comida para ser comida, bebida para ser bebida” (*Ib.*). Se essa criança fosse artista, não o seria pelo simples facto dessa educação: “arte não é pureza, é purificação, arte não é liberdade, é libertação” (*Ib.*, 229). De qualquer modo, a sua arte seguiria “o caminho inverso ao dos artistas que não passam por essa impossível educação: ela unificaria as coisas do mundo não pelo seu lado de maravilhosa gratuidade mas pelo seu lado de utilidade maravilhosa. Ela se libertaria” (*Ib.*). Se essa criança, já adulta, não fosse artista, “não sentisse a necessidade de transformar as coisas para lhes dar uma realidade maior” (*Ib.*), falaria como uma criança inocente: “e arte não é inocente, é tornar-se inocente” (*Ib.*). É a diferença entre Picasso e uma criança: “A criança é inocente. Picasso tornou-se inocente” (*Ib.*).

Deste modo, os olhos do artista, se tentam penetrar na realidade do mundo, não deixam de ser sensíveis às limitações humanas e ao sentido utilitário da vida. Ainda que imperfeito, o artista visa sempre transformar a realidade.

1- A mulher e a escritora nas crónicas d’ *A Descoberta do Mundo*

A Descoberta do Mundo reúne 468 títulos de crónicas publicadas no *Jornal do Brasil* entre 1967 e 1973. Esta obra, postumamente editada, em 1984, por seu filho Paulo Gurgel Valente, apresenta “uma continuidade” que permite ao leitor da

antologia compreender como os textos que, “aparentemente”, não se enquadrariam no género (comentários, recados, trechos de romances, contos, novelas e outros), vão conquistando seu espaço enquanto género e também ganham uma proximidade e cumplicidade entre Clarice Lispector e os leitores de suas crónicas.

Este espaço viria também a contribuir para a divulgação das obras da escritora. Segundo Teresa Montero, inicialmente, foram os contos que tornaram Clarice Lispector mais próxima de seus leitores, principalmente quando a revista *Senhor* publicou contos, como *A Menor Mulher do Mundo*, *Feliz Aniversário* e *A Imitação da Rosa*, na década de 50, obtendo uma resposta positiva do público, assim como o interesse das editoras. Esta proximidade aumenta em 1964, com a publicação do romance *A paixão segundo G. H.* e do livro de contos *A Legião Estrangeira*, alguns dos quais são publicados na *Senhor*, “mas a sua recepção se expandiu quando o grande público pôde ler alguns deles na coluna de Clarice no Jornal do Brasil, entre 1967 e 1973” (MONTERO, 2009, 13).

Em *Felicidade Clandestina* (1970), a escritora resgata contos de *A Legião Estrangeira* e crónicas do *Jornal do Brasil*. Aqui, com Teresa Montero, pergunta-se: “O que é crónica e o que é conto neste livro? Os gêneros se misturam. Clarice afirmava: ‘Gênero não me pega mais’” (MONTERO, 2009, 13).

As experiências anteriores de Clarice Lispector no jornalismo, como colunista, podem ter contribuído para este exercício “transgressor” do espaço da crónica. Em 1952, ela assina a coluna “Entre Mulheres”, no semanário *Comício*, sob o pseudónimo de Teresa Quadros, a convite do escritor e jornalista Rubem Braga. Em um contexto do pós-guerra, ela tratava de assuntos do lar e de moda, dava conselhos para as leitoras sobre a silhueta, receitas e até da maneira de prevenir problemas no casamento, entre outros assuntos. Porém, ela foi além dos considerados assuntos fúteis, porque a ficcionista, ou a “personagem Teresa Quadros” acrescentou àquele espaço do *Comício*, seu gosto pela literatura, reproduzindo trechos de textos e referências de autoras como Virgínia Wolf, Katherine Mansfield - e de Clarice Lispector.

Sua segunda colunista fictícia aparece em 1959, como Helen Palmer, no “Correio feminino – feira de utilidades”, no jornal *Correio da Manhã*. Um trabalho

menos sofisticado do que o anterior que, sob o patrocínio da indústria de cosméticos Pond's, tinha a missão de passar à leitora conselhos de beleza que fossem associados aos seus produtos. Um público em que a “rainha do lar” e zelosas donas de casa eram o enfoque da coluna.

Durante este período, Clarice aceita o convite de Alberto Dines para assinar uma outra coluna feminina no *Diário da Noite*, desta vez como *ghost-writer* de Ilka Soares, modelo e atriz do cinema brasileiro. Com o nome de “Só para mulheres”, “Ilka Soares” conversava com as leitoras desta seção, aproximando-se das leitoras para dar dicas sobre o mundo da moda ou sobre questões relacionadas ao cotidiano da mulher comum. Sua contribuição terminaria em Março de 1961.

Assim, em Agosto de 1967, quando Clarice novamente recebe o convite de Alberto Dines para participar de uma coluna no *Jornal do Brasil*, sente-se temerosa ao saber que iria escrever crônicas, algo que ainda não fizera e ainda assinadas por ela mesma, sem a “protecção” dos pseudónimos anteriores. Ao mesmo tempo, era um momento delicado da vida de Clarice, sua única atividade extra eram as traduções e ainda se recuperava de um acidente doméstico, um incêndio provocado por um cigarro com graves queimaduras, especialmente nas mãos, abatendo-a profundamente.

No capítulo “O acidente (o corpo, a ferida, a escrita)”, de *Figuras da Escrita*, Carlos Mendes de Souza refere-se a este acidente e como sua colaboração nas páginas do *Jornal do Brasil* também contaminará a escrita do livro *Uma aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*, fator que se define como um marco na escrita clariciana: “Com efeito, a partir daqui desencadeia-se, pelo menos aparentemente, um certo deslaçamento de tensões temáticas expressivas, uma atitude nova perante a escrita [...] ao qual não se pode deixar de associar ao acidente” (SOUZA, 2011, 496).

O nascimento da cronista vai revelando as faces da escritora, da mulher e do mito Clarice. Em uma de suas crônicas iniciais, “Amor Imorredouro”, um aparente despojamento inaugura o tom confessional que ela imprime a muitas de suas crônicas:

Ainda continuo um pouco sem jeito na minha nova função daquilo que se pode chamar propriamente de crônica. E além de ser neófito no assunto, também o sou em matéria de ganhar dinheiro. Já trabalhei na imprensa como profissional, sem assinar. Assinando, porém, fico automaticamente mais pessoal. E sinto-me um pouco como se estivesse vendendo minha alma. Falei nisso com um amigo que me respondeu: mas escrever é um pouco vender a alma. É verdade. Mesmo que não por dinheiro, a gente se expõe muito (*DM*, 29).

A cronista vai-se revezando entre as crônicas em que exprime esta sua preocupação em não revelar-se, entre aquelas que possuem um caráter metalinguístico, aquelas em que afirma, ou discute sobre ser misteriosa ou não, aquelas em que também questiona seu papel de escritora e tantas outras que não mencionaremos aqui, devido à brevidade deste trabalho.

Neste percurso, o mecanismo de identificação com o leitor é o eixo que conduz ou amarra as crônicas, ora de forma perceptível, ora de forma implícita, em um jogo sedutor e prazeroso com as palavras.

Em “Outra Carta”, ela responde à carta de um leitor que “parece revelar” que conheceu Clarice só a partir da crônicas e que pede à escritora que não largue sua coluna sob o pretexto de defender sua intimidade, porque para ele, o “escritor, se legítimo, sempre se delata”. Ela responde que, embora seus romances não fossem autobiográficos, quem os lê acaba por informá-la de que ela se delata, por isto o cuidado de não expor-se nas crônicas. Porém, ela diz que, paradoxalmente, “lado a lado com o desejo de defender a própria intimidade, há o desejo intenso de me confessar em público e não a um padre” (*DM*, 78).

O leitor é seu interlocutor, tem sua função questionada neste diálogo, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de identificação entre escritor/leitor: “O personagem leitor é um personagem curioso, estranho. Ao mesmo tempo que inteiramente individual e com reações próprias, é tão terrivelmente ligado ao escritor que na verdade ele, o leitor, é o escritor” (*Ib*, 79).

No desvão desta escrita, Clarice provoca o leitor de suas crónicas, insinuando-se pelo caminho da possibilidade, do que não se define, como na crónica “Sim ou não”: “Eu sou sim. Eu sou não. Aguardo com paciência a harmonia dos contrários. Serei um eu, o que significa também vós” (*Ib*, 279).

Para José Castello, não interessava a Clarice “escrever ‘para o leitor’, mas ‘ser’ este leitor. Escrevia como uma leitora, que se delicia com as palavras alheias” (CASTELLO, *O Globo*, 2011).

Nesta inquieta incompletude, ela procura palavras que lhe possibilitariam o encontro com o outro e este caminho, sob o pretexto das crónicas, é aludido através da crónica “Em Busca do Outro”:

Não é à toa que entendo os que buscam o caminho. Como busquei arduamente o meu! E como hoje busco [...] o melhor de ser, o meu atalho, já que não ousa mais falar em caminho. O Caminho, com letra maiúscula, hoje me agarro ferozmente à procura de um modo de andar, de um passo certo. Mas sei de uma coisa: meu caminho não sou eu, é outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei; eis o meu ponto de chegada (*DM*, 119).

Escrever é um caminho, um modo de aproximar-se do outro, e Clarice, ao longo das crónicas, reporta-se muitas vezes a estes deslocamentos, ora com a angústia de quem tacteia o caminho, ora com o entusiasmo da aventura, ora questionando o próprio caminho, ou mesmo “filosofando” sobre ele.

Com o título de “Anonimato”, temos uma crónica que expõe esta tensão entre o acto da escrita e a “pessoa Clarice”, diante desta proximidade com o público, imposta pelo espaço da crónica, uma entrega em que resiste e, resistindo, ancora-se na palavra “silêncio” para se preservar e preservar as palavras:

Tantos querem a projeção. Sem saber como esta limita a vida. Minha pequena projeção fere o meu pudor. Inclusive o que eu queria dizer [:] já não posso mais. O anonimato é suave como um sonho. [...] Aliás eu não queria mais escrever. Escrevo porque estou precisando de dinheiro. Eu queria ficar calada. Há coisas que nunca escrevi, e morrerei sem tê-las escrito. Essas por dinheiro nenhum. Há um grande silêncio dentro de mim. E este silêncio tem sido a fonte de minhas palavras. E do silêncio tem vindo o que é mais precioso que tudo: o próprio silêncio (*Ib.*, 75-76).

Em “Ser Cronista”, Clarice indaga-se para indagar o gênero, um “esboço” que ganha forma na sua singularidade:

Sei que não sou, mas tenho meditado ligeiramente no assunto. Na verdade, eu deveria conversar a respeito com Rubem Braga, que foi o inventor da crônica. Mas quero ver se consigo tatear sozinha no assunto e ver se chego a entender. Crônica é um relato? É uma conversa? é o resumo de um estado de espírito? (*Ib.*, 112).

Outras crônicas de natureza metalinguística refletiram sobre o acto da escrita e assinalam esta preocupação constante de Clarice, para quem escrever é transcender o próprio ato. Na crônica “Escrever”, ela expressa este seu sentimento diante da escrita:

Eu disse uma vez que escrever é uma maldição. [...] Hoje repito: é uma maldição, mas uma maldição que salva. [...] É uma maldição porque obriga e arrasta como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui. E é uma salvação. Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva. Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador.

Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada (*Ib.*,134 - grifos nossos).

Clarice compartilha com o leitor de suas crônicas esta “intimidade” com a escrita, daí a genuína cumplicidade, o passaporte lícito para “se colocar” com leveza e autenticidade, sem abdicar de seu valor como cronista.

Para ela, escrever é também uma aventura, e duas crônicas nomeadas com este tema ilustram a razão desta afirmação: “A Perigosa Aventura de Escrever” e “Aventura”. Na primeira, ela diz: “Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras” (*Ib.*,183), mas depois discorda do que havia dito: “Mas está errado, pois que, ao escrever, grudada e colada, está a intuição. É perigoso porque nunca se sabe o que virá - se se for sincero” (*Ib.*). E remata a crônica, dizendo: “Não se brinca com a intuição, não se brinca com o escrever: a caça pode ferir mortalmente o caçador” (*Ib.*). A segunda crônica, “Aventura”, repete a frase sobre o valor da intuição, falando de sua necessidade de escrever para entender e como se relaciona com a aventura:

Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras. É neste sentido, pois, que escrever me é uma necessidade. De um lado, porque escrever é um modo de não mentir o pensamento [...]; de outro lado, escrevo pela incapacidade de entender, sem ser através do processo de escrever. [...] Sempre tive um profundo senso de aventura (...). Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever (*Ib.*, 236).

Porém, Clarice foi além da “aventura” da escrita. Ela mergulha dentro de si, busca as palavras, questiona suas origens, como em “Escrever ao Sabor da Pena”, sabor que consiste na procura: “Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se condensa, aos poucos se concretiza, aos poucos sobe à tona - até vir como num parto a primeira palavra que a exprima” (*Ib.*, 278).

“Escrever é lembrar-se do que nunca existiu” (*Ib.*, 385) - filosofa Clarice. E esta insistência na “memória” é fundamental para a existência, segundo ela: “Nunca nasci, nunca vivi: mas eu me lembro, e a lembrança é em carne viva”(*Ib.*).

Ao abordar o tema da escrita em suas crônicas, Clarice estava constantemente lembrando aos seus leitores, sua preocupação com as palavras, não prescindia de seu compromisso com elas, e ainda chamava a atenção para elas: “Mas já que se há de escrever, que ao menos não esmaguem as palavras nas entrelinhas” (*Ib.*, 385).

2. O mérito e o mito na voz da cronista

Foram as crônicas que mais “falaram” de Clarice. Embora ela almejasse o anonimato, suas palavras acabavam por suscitar, paradoxalmente, o inverso: “No dia-a-dia, ela caminhava sobre o tênue limite entre mostrar e esconder. Não se queria misteriosa, mas tampouco tinha vontade de se expor” (*Cadernos de Literatura*, 2004, 57).

Esta aparente contradição, no decorrer da leitura d’ *A Descoberta do Mundo*, ajuda-nos a compreender como o mito Clarice se vai delineando através das crônicas e, paralelamente, através de depoimentos ou entrevistas, onde ora se confirmava, ora se desmentia este mistério que lhe era atribuído.

Numa crônica escrita em Agosto de 1967, logo no início da sua participação no *Jornal do Brasil*, denominada “A Surpresa”, temos o olhar de Clarice sobre si mesma: “Olhar-se ao espelho e dizer-se deslumbrada: como sou misteriosa. Sou tão delicada e forte. E a curva dos lábios manteve a inocência” (*DM*, 23). Ao surpreender-se, ela surpreende quem lê, um espelho de duas faces que alterna a cronista e a personagem Clarice.

Quase um ano depois, na crónica “O Meu Próprio Mistério”, ela resume-se assim: “sou tão misteriosa que não me entendo” (*ib.*, 116).

Perscrutar o mistério? Em “Fernando Pessoa me ajudando”, ela alude ao poeta e aponta o jogo ambíguo do revelar-se:

Na literatura de livros permaneço anônima e discreta. Nesta coluna estou de algum modo me dando a conhecer. Perco minha intimidade secreta? Mas que fazer? É que escrevo ao correr da máquina e, quando vejo, revelei certa parte de mim. [...] O que me consola é a frase de Fernando Pessoa, que li citada: “Falar é o modo mais simples de nos tornarmos desconhecidos” (*ib.*, 136-137).

Em entrevista para o *Correio do Povo*, em Janeiro de 1971, Antonio Hohlfelt indagar-lhe-ia se as suas crónicas seriam uma confissão. Ela, sem negar nem confessar, justifica-se, dizendo: “Eu preciso do dinheiro. A posição de um mito não é muito confortável. Por isso eu gosto de crônica. Porque ela diminui a distância que existe entre mim e o leitor” (ROCHA⁹⁸, 2011, 58).

Em 1977, em entrevista concedida ao programa *Panorama* da TV Cultura, responde a Júlio Lerner que não se considerava uma escritora popular. E, quando ele pergunta qual seria razão, ela dispara: “Ué, me chamam até de hermética. Como é que eu posso ser popular sendo hermética?” (ROCHA⁹⁹, 2011, 178).

Outra preocupação de Clarice, revelada através de uma de suas crónicas, denominada “Como É Que Se Escreve?”, prendia-se com seu “ofício de escritora”. Diante do leitor, ela questiona-se sobre o conceito do acto de escrever e, também, sobre a razão pela qual ainda não se considerava uma escritora:

⁹⁸ -Entrevista feita por Antonio Hohlfelt e originalmente publicada no *Correio do Povo*, em 3 de Janeiro de 1971, com o título de *Uma tarde com Clarice Lispector*.

⁹⁹ -Entrevista feita por Júlio Lerner, para o programa *Panorama*, da TV Cultura em 1977.

Por que, realmente, como é que se escreve? que é que se diz? e como dizer? como é que se começa? (...) Sei a resposta, por mais que intrigue, é a única: escrevendo. Sou a pessoa que mais se surpreende de escrever. E ainda não me habituei a que me chamem de escritora. (...) Será que escrever não é um ofício? Não há aprendizagem, então? O que é? Só me considerarei escritora no dia em que eu disser: sei como se escreve” (*DM*, 156-157).

Para Clarice, escrever era uma forma de existir: “Essa capacidade de me renovar toda à medida que o tempo passa é o que eu chamo de viver e escrever” (*Ib.*, 101). Por isto, dispensava os rótulos que lhe eram atribuídos, questionava-os como uma forma de não se deixar impregnar por eles, dispensando-os se sentia “livre” para se exercer, para ser Clarice.

“Intellectual? Não” - responde Clarice em outra crônica, explicando as razões pelas quais não se considerava como tal. “Literata também não sou porque não tornei o fato de escrever livros ‘uma profissão’, nem uma ‘carreira’” (*Ib.*, 149). “O que sou então?”, pergunta Clarice, para depois falar de “si mesma”:

Sou uma pessoa que tem coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável. Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima quando consegue em uma frase dizer alguma coisa sobre a vida humana ou animal. (*Ib.*, 149).

Somos, assim, surpreendidos pela mulher, pela cronista e pela escritora Clarice, que emergem destas palavras. Seu grande mérito, assim compreendemos, surge deste modo de ser, da autenticidade que seduz o leitor, e da capacidade de colocar em palavras o que o leitor gostaria de dizer e ouvir.

3. A escrita e o metatexto

Remetendo para o “inventor da crônica”, Rubem Braga, no sábado, 22 de Junho de 1968, na secção intitulada “Ser cronista”, Clarice levanta dúvidas sobre o conceito desse subgénero jornalístico-literário, chamado “crónica”. A novidade do cultivo dessa forma de discurso, em face dos já escritos romances e contos, fá-la perguntar: “Crônica é um relato? É uma conversa?” (*D.M.*, 113).

A primeira diferença entre a escrita romanesca, ou de ficção, e a crónica reside, para ela, no público destinatário: um, o do jornal, um público aberto, ampliado, massificado, quase sem limitação de horizontes, “algo aberto a todo o mundo”; outro, o dos livros, mais restrito, poderíamos dizer elitista, “que só é aberto por quem realmente quer, para que, se, mesmo sentir, o modo de escrever se transforme” (*Ib.*).

A questionação estende-se ao objectivo da crónica, em confronto com a ficção: o lúdico e o sério, fundamentado na transmissão de uma mensagem ao leitor. De qualquer modo, tanto numa forma de discurso como noutra, a autora recusa o que hoje costumamos designar como a cultura *light*, conveniência fácil de satisfazer, mas impede a comunicação profunda. O recurso ao pleonasmo torna o discurso mais compreensível, a um público pouco letrado:

Mas mudar só porque isto é uma coluna ou uma crônica? Ser mais *leve* só porque o leitor assim o quer? Divertir? fazer passar uns minutos de leitura? E outra coisa: nos meus livros quero profundamente a comunicação profunda comigo e com o leitor. Aqui no jornal apenas falo com o leitor e agrada-me que ele fique agradado (*Ib.*).

Não se trata de seguir uma via simplesmente erudita, elitista, mas de um imperativo ético que resulta da convicção pessoal da escritora, transposto do universo literário da ficção para o discurso cronístico: agradar, sim, ao público, mas sem traição aos ideais professados. Daqui a angústia de quem escreve: “Vou dizer a verdade: não estou contente. E acho mesmo que vou ter uma conversa com Rubem Braga porque sozinha não consegui entender” (*Ib.*).

Esta angústia, porém, acompanha a escritora ao longo da sua obra, agora abertamente revelada no *Jornal do Brasil*, cuja avaliação é positiva (“que é bom”), em contraste com a eventualidade de não estar à altura de corresponder a esse nível de avaliação: “por uma questão de honestidade para com o jornal, que é bom, eu não quis escrever tolices” (*Ib.*).

O paradoxo de estar condenada à missão de escrever e o escrúpulo autocrítico de “não saber escrever”, ou “escrever tolices” prolonga e amplia tal angústia, em face da necessidade de suprir a deficiência comunicativa de quem não consegue erguer a sua voz para “dizer ou talvez apenas balbuciar” os problemas de sua vida ou a injustiça gritante do mundo. No entanto, surge o paradoxo entre essa missão profética, libertadora, e a consciência de estar aquém da eficácia do exercício dessa missão:

Não sei mais escrever, perdi o jeito. Mas já vi muita coisa no mundo. Uma delas, e não das menos dolorosas, é ter visto bocas se abrirem para dizer ou apenas balbuciar, e simplesmente não conseguirem. Então eu queria às vezes dizer o que elas não puderam falar. Não sei mais escrever, porem o fato literário tornou-se aos poucos tão desimportante para mim que não saber escrever talvez seja exatamente o que me salvará da literatura.

O que é que se tornou importante para mim? No entanto, o que quer que seja, é através da literatura que poderá talvez se manifestar (*Ib.*, 112).

Como os profetas do Antigo Testamento, designadamente Jeremias¹⁰⁰, ou mesmo Jonas, que fugiu de pregar a Nínive¹⁰¹, Clarice assume-se como porta-voz dos que não têm voz. E, na consciência autocrítica da sua imperfeição ou incapacidade, numa atitude sapiencial socrática (“só sei que nada sei” – PLATÃO, *A Rep.*, 354 c), relativiza a importância da literatura, em face do profetismo. Mas fá-lo com o recurso

¹⁰⁰ “Mas eu disse: Ah, Senhor, eu não sei falar, porque sou ainda uma criança! Mas o Senhor disse-me: Não digas: sou ainda uma criança! Porque a quem eu te enviar irás e o que eu te ordenar falarás. Não temas diante deles, porque eu estou contigo para te salvar. [...] Então o Senhor estendeu a sua mão e tocou-me a boca. E disse-me: eis que ponho as minhas palavras na tua boca. Vê! Eu te constituo neste dia sobre as nações e sobre os reinos, para arrancar e destruir, para exterminar e para demolir, para construir e para plantar” (*Jer.*, 1, 6-10).

¹⁰¹ Cf. *Jonas*, 1.

sábio à auto-ironia: não saber escrever, não se importar com a literatura, ser salva da literatura. Afinal, o que é a literatura? Ao contrário dos refugiados no falso mundo oitocentista e parnasiano da “arte pela arte”, literatura para a autora modernista não pode alienar-se do mundo e dos seus problemas. Por conseguinte, a literatura, como qualquer forma de arte, não vale apenas por si própria, mas como meio de “manifestar” e revelar esse mundo, acabando, deste modo, por “se manifestar”.

A iniciação da cronista neófita faz-se sentir nas primeiras crônicas, através da consciência autocrítica das dificuldades encontradas no ofício, como a satisfação canônica do subgênero em questão ou mesmo a sua implicação econômica, sentindo-se como quem vende a própria alma:

Ainda continuo um pouco sem jeito na minha nova função daquilo que não se pode chamar propriamente de crônica. E, além de ser neófita no assunto, também o sou em matéria de escrever para ganhar dinheiro. Já trabalhei na imprensa sem assinar. Assinando, porém, fico automaticamente mais pessoal. E sinto-me um pouco como se estivesse vendendo minha alma. Falei nisso com um amigo que me respondeu: mas escrever é um pouco vender a alma. É verdade. Mesmo quando não é por dinheiro, a gente se expõe muito (*DM.*, 29).

A 14 de Setembro do mesmo ano, Clarice comenta, na crônica “Escrever”, a afirmação feita por si relativamente à maldição da literatura (cf. *DM*, 74). Referia-se, sobretudo, à escrita de ficção. Hoje acrescenta o paradoxo de “uma maldição que salva”. E explica os termos desse paradoxo: “É uma maldição porque obriga e arrasta consigo como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui” (*D.M.*, 134). A força imperiosa da literatura, como uma avalanche arrastadora ou um laço inextricável, embaraça a escritora, impedindo-a de se desembaraçar desse imperativo social e estético, como se ela deixasse de ser livre. A imagem minóica do labirinto de Creta, no qual está preso o Minotauro, figura mítica ameaçadora dos jovens atenienses à qual deviam ser sacrificados de sete em sete anos, parece representar tal “maldição”. No entanto, como Teseu, conduzido pelo fio de Ariadna, conseguiu libertá-los dessa “maldição”, assim o fio da literatura permite a libertação

desse labirinto aprisionante: “Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva” (*Ib.*).

A função catártica da literatura, afinal, é redentora, como preconizou Aristóteles a respeito da tragédia¹⁰²: “Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (*Ib.*). A literatura, pois, é um meio inteligível da realidade, mas também um órgão perscrutador de sentimentos e emoções, isto é, um recurso único e completo, dotado de racionalidade e emotividade. Na linguagem ritual e patriarcal, expressa na Bíblia, o acto da escrita permite “abençoar”, bendizer (*benedicere*), transmitir o dom divino da Criação, como através de Abraão, Isac e Jacob, numa cadeia ininterrupta de alianças entre laweh e o seu povo eleito.

As limitações da escrita, porém, são inerentes à condição humana, sujeita à dor, como é expresso no mito hesiódico das cinco idades: “Agora é a raça de ferro. Nem cessam, de dia, / de ter trabalhos e aflições, nem, de noite, de serem consumidos / pelos duros cuidados que lhes oferecem os deuses” (HESÍODO, *Trabalhos e Dias*, 176-178). Por isso, não admira que nem a literatura escape a essa condição dolorosa, álgica:

Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a “coisa” vem. Fico assim à mercê do tempo. E, entre um verdadeiro escrever e outro, podem passar-se anos.

Lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros (*DM*, 134).

A diferença entre a cronista e a ficcionista está ainda marcada na crónica de 21 de Setembro do mesmo ano, secção intitulada “Fernando Pessoa me ajudando”. Depois de reconhecer a heterodoxia das suas crónicas (“Estas coisas que ando escrevendo aqui não são, creio, propriamente crônicas” (*DM*, 137), Clarice declara não gostar de se ver publicamente exposta na sua escrita cronística, em contraposição com o anonimato de ficcionista: “Na literatura de livros permaneço anônima e discreta. Nesta

¹⁰² “A tragédia [...], por meio da comiseração e do temor, provoca a purificação de tais paixões” (ARISTÓTELES, *Poética*, 1449 b).

coluna estou de algum modo me dando a conhecer. Perco a minha intimidade secreta? Mas que fazer? É que escrevo ao correr da máquina e, quando vejo, revelei certa parte minha” (*Ib.*). O conflito entre o direito à privacidade e o património público que constitui a obra de um escritor é, na crónica, como no diário e a escrita memorialista, mais patente do que na poesia ou na ficção. No fundo, de uma forma ou de outra, escrever é auto-revelar-se, ao mesmo tempo que se revela o mundo descoberto e problematizado. Por outro lado, quanto mais se revela, mais empatia pode criar com o leitor. Clarice assusta-se com o fenómeno cultural da massificação e da popularidade: “Daqui em breve serei popular? Isso me assusta. Vou ver o que posso fazer, se é que posso” (*Ib.*). O risco de se expor é inerente à condição do escritor. O recurso à citação de Fernando Pessoa, o artista das múltiplas máscaras, dos 74 heterónimos, permite a ultrapassagem hábil desse dilema, desse impasse a que os filósofos antigos chamavam “cornudo”: “Falar é o modo mais simples de nos tornarmos desconhecidos” (*Ib.*).

O reconhecimento dos leitores pela obra da romancista e da cronista, como testemunham as suas cartas, sensibiliza Clarice, na crónica de 20 de Abril de 1968. É uma espécie de simbiose que se gera entre cronista e leitores:

As outras cartas, desta última safra, são de gente muito pura e cheia de confiança em mim. Não sei selecionar as que mais me comoveram. Todas esquentaram meu coração, todas quiseram me dar a mão para me ajudar a subir mais e ver de algum modo a grande paisagem do mundo, todas me fizeram muito bem. Sou uma colunista feliz. Escrevi nove livros que fizeram muitas pessoas me amar de longe. Mas ser cronista tem um mistério que não entendo: é que os cronistas, pelo menos os do Rio, são muito amados. E escrever a espécie de crônica aos sábados tem me trazido mais amor ainda. Sinto-me tão perto de quem me lê. E feliz por escrever para os jornais que me infundem respeito (*Ib.*, 95).

Citando o nome de três outras cronistas mulheres brasileiras (Elsie Lessa, Rachel Queiroz, Dinah Silveira de Queirós), Clarice declara que telefonará a Elsie, mais antiga do que ela nessa função, perguntando que fazer dos “telefonemas maravilhosos” que recebe, “das rosas pungentes de tanta beleza” que lhe oferecem, “das cartas simples e profundas” que lhe mandam, prometendo aos leitores torná-los

mais felizes, acabando por reconhecer a “glória” de escrever, como “um divinizador do ser humano” (*Ib.*, 96).

Em “Declaração de amor”, na crónica de 11 de Maio do mesmo ano, a cronista confessa amar a língua portuguesa, apesar de não ser fácil, nem “maleável”, considerando-a, no entanto, não “profundamente trabalhada pelo pensamento” (opinião discutível, certamente) e, por isso, não dada a subtilezas “e de reagir às vezes com um verdadeiro pontapé contra os que temerariamente ousam transformá-la numa linguagem de sentimento e de alerteza. E de amor” (*Ib.*, 100). Reconhece, apesar de tudo, que ela é “um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobretudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de superficialismo” (*Ib.*). A imagem preferida do cavalo que se monta serve para expressar a relação entre a escritora e a língua: “Eu gosto de manejá-la – como gostava de estar montada num cavalo e guiá-lo pelas rédeas, às vezes lentamente, às vezes a galope” (*Ib.*, 101). O seu amor pela língua em que escreve está bem patente nas palavras seguintes:

Eu queria que a língua portuguesa chegasse ao máximo nas minhas mãos. E este desejo todos os que escrevem têm. Um Camões e outros iguais não bastaram para nos dar para sempre uma herança de língua já feita. Todos nós que escrevemos estamos fazendo do *túmulo do pensamento* alguma coisa que lhe dê vida [...] Eu até queria não ter aprendido outras línguas: só para que a minha abordagem do português fosse virgem e límpida (*Ib.*).

Outro conflito da escritora está patente na coluna “Temas que morrem”, de 24 de Maio de 1969. A exiguidade de certos temas, em face da vastidão teórica de outros (“há tantas coisas sobre o que escrever” – *DM*, 196), o impulso de escrever, em oposição à busca da palavra-chave, a partir da “mudez essencial”, são uma expressão desse conflito. É, depois, enunciada uma série de temas hipotéticos de escrita, mas que “jamais abordarei”, como “uma dor física que passa”, ou “a sensação que tive uma vez que passei vários dias em casa muito gripada”, ou “sobre o beber mal”, ou “sobre comer, eu que gosto de comer e no entanto não como tanto”, ou “sobre rir do absurdo de minha condição”, ou, ainda “sobre frutas e frutos”. Ser escritor(a) é confrontar-se com a necessidade de comunicar, de se pronunciar sobre uma vastidão hipotética de

temas, mas que nem sempre encontram as condições adequadas para serem abordados ou debatidos, criando uma sensação de desconforto ou de vazio interior. Tendo como base de reflexão a tradicional tripartição da Retórica (*inventio, dispositio, locutio*), e a autoanálise, com o recurso às recorrentes imagens da transição da escuridão (cf. o romance *Maçã no Escuro*) para a claridade e da diligência ordenada da formiga, Clarice, com o seu sentido pragmático discorre brevemente sobre o tratamento hipotético destes temas:

Eu já quis escrever o que se esgotaria em uma linha. Por exemplo, sobre a experiência de ser desorganizada, e de repente a pequena febre de organização que me toma como a de uma antiga formiga. É como se o meu inconsciente coletivo fosse o de uma formiga.

Eu também queria escrever, e seriam duas ou três linhas, sobre quando uma dor física que passa. De como o corpo agradecido, ainda arfando, vê a que ponto a *alma* é também o corpo.

E é como se eu fosse escrever um livro sobre a sensação que tive uma vez que passei vários dias em casa muito gripada – e quando saí fraca pela primeira vez à rua, havia sol cálido e gente na rua. E como me meio uma exclamação entre infantil e adulta: ah, como os outros são bonitos. É que eu vinha do escuro meu para o claro que também descobria que era meu, é que eu vinha de uma solidão de pessoas para o ser humano que movia pernas e braços e tinha expressões de rosto.

Também seria inesgotável escrever sobre beber mal. [...]

E às vezes, por mais absurdo, acho lícito escrever assim: nunca se inventou nada para além de morrer. [...]

Eu também poderia escrever um verdadeiro tratado sobre comer, eu que gosto de comer e no entanto não como tanto. [...]

Também escreveria sobre rir do absurdo de minha condição. [...]

Eu falaria sobre frutas e frutos. (*Ib.*, 197. 198).

Como Horácio, na *Arte Poética* (*Vt pictura poiesis – Ars Poetica*, 361) evoca, segundo a sua sensibilidade e capacidade técnica, o cruzamento entre a pintura e a literatura, para explicitar a imagem pictórica da escrita: “Mas como quem pintasse com palavras. Aliás, verdadeiramente, escrever não é quase sempre pintar com

palavras?” (*Ib.*, 198). E termina com a colagem interior a esses temas que jamais serão tratados: “Ah, estou cheia de temas que jamais abordarei. Vivo deles, no entanto” (*Ib.*).

No seu sentido pragmático, a cronista diversifica o quantitativo de linhas dedicadas a cada tema. Exemplo de pouco mais do que uma linha, apenas uma frase resume, muitas vezes, o seu pensamento, numa curta, mas incisiva mensagem reflexiva. É o caso da penúltima secção (e da última também) da crónica de 7 de Junho do mesmo ano, intitulada “Mas já que se há de escrever...”, na qual apela, para si e eventualmente para outros, para a expressividade e transparência, quem sabe se lúcida e corajosa, das palavras e entrelinhas, dos sentidos e subsentidos, por vezes ocultos ou semiocultos, e apenas sugeridos: “que ao menos não esmaguem as palavras nas entrelinhas” (*DM*, 201).

A última frase, com o título “Amor à terra”, espelha, em cruzamento intertextual com as *Geórgicas*, de Vergílio, o cântico telúrico e sinestésico à laranjeira: “Laranja na mesa. Bendita a árvore que te pariu” (*Ib.*).

Com a abertura de espírito e o despojamento interior suficientes para pôr em causa o seu trabalho, a cronista, a 14 de Junho, do mesmo ano, arrisca, com certa ironia, uma “Autocrítica no entanto benévola”, identificando como meta a atingir a plena comunhão com a identificação humana, num jogo antitético, diríamos oximórico, como o exprimiu a lírica camonianiana, no soneto “Amor é fogo que arde sem se ver” (“que arde sem se ver”, “dói e não se sente”, “contentamento descontente”, “desatina sem doer”), a dor e a alegria, misturadas, profundamente interpenetradas:

Minha autocrítica a certas coisas que escrevo, por exemplo, não importa no caso se boas ou más: mas falta a elas chegar àquele ponto em que a dor se mistura à profunda alegria e a alegria chega a ser dolorosa – pois esse ponto é o aguilhão da vida (*DM*, 201).

Com o sentido de máxima exigência, expresso na imagem da “matemática perfeição da música ouvida e transposta para o profundo arrebatamento que sentimos” (*Ib.*), a cronista desejaria poder realizar o “encontro máximo de um ser consigo mesmo”: “Ah!” Às vezes esse encontro consigo mesmo se consegue através do

encontro de um ser com outro ser” (*Ib.*). O anseio legítimo de evolução espiritual elege a misericórdia activa e a conversão interior, expressa na ultrapassagem dos erros:

Às vezes sinto que esse modo eu o conseguiria através simplesmente de meu modo de ver, evoluindo. Uma vez senti, no entanto, que seria conseguido através da misericórdia. Não da misericórdia transformada em gentileza de alma. Mas da profunda misericórdia transformada em ação, mesmo que seja a ação das palavras. E assim como “Deus escreve direito por linhas tortas”, através de nossos erros correria o grande amor que seria a misericórdia (*Ib.*).

Na crónica de 4 de Outubro do mesmo ano, “Aventura”, a escrita é reconhecida pela autora como “uma necessidade”, por exigência do sentimento e do entendimento:

De um lado, porque escrever é um modo de não mentir o sentimento (a transfiguração involuntária da imaginação é apenas um modo de chegar); de outro lado, escrevo pela incapacidade de entender, sem ser através do processo de escrever (*DM*, 236).

Escrever, deste modo, tem uma função epistemológica, ainda que do ponto de vista da intuição, uma via tão importante do conhecimento como a razão: “Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras” (*Ib.*).

No entanto, apesar deste esforço intuitivo e cognitivo, por meio da escrita, a autora confronta-se com a crítica de hermetismo, à qual ela passa a responder: primeiro, considera prioritária a fidelidade à verdade do sentimento; segundo, tem a fascinação pelo “mistério natural”; terceiro, porque acredita no factor tempo como meio de esclarecimento:

Se tomo um ar hermético, é que não só o principal é não mentir o sentimento como porque tenho incapacidade de transpô-lo de um modo claro sem que o minta – mentir o pensamento seria tirar a única alegria de escrever. Assim, tantas vezes tomo um ar involuntariamente hermético, o que acho bem chato nos outros. Depois da coisa escrita, eu poderia friamente torna-la mais clara?

Mas é que sou obstinada. E, por outro lado, respeito uma certa clareza peculiar ao mistério natural, não substituível por clareza outra nenhuma. E também porque acredito que a coisa se esclarece sozinha com o tempo: assim como num copo d'água, uma vez depositado no fundo o que quer que seja, a água fica clara. Se jamais a água ficar limpa, pior para mim. Aceito o risco (*Ib.*).

Esta aceitação do risco, por parte da escritora, é vista não “por liberdade arbitrária ou inconsciência ou arrogância”, mas por “senso de aventura”, considerado como “aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (*Ib.*).

Continuando a rebater a acusação de hermetismo na segunda secção da mesma crónica, “Humildade e Técnica”, Clarice interpenetra a “incapacidade de atingir, de entender” com a procura do “modo de falar que me leve mais depressa ao entendimento”. A humildade, “que vem da plena consciência de ser realmente incapaz”, é utilizada como “técnica” de comunicação escrita. Mais uma vez, a humildade socrática torna-se arquétipo de busca da verdade: “só se aproximando com humildade da coisa é que ela não escapa totalmente” (*Ib.*, 237). Mas, no jogo das palavras, a auto-ironia baralha o leitor: “o que não deixa de ser uma forma engraçada de orgulho”, entendendo-se orgulho não como pecado, mas como “coisa infantil em que se cai como se cai em gulodice”, embora seja “erro grave”, “com todo o atraso que o erro traz à vida”.

Ao reflectir sobre a escrita, a cronista, a 20 de Dezembro do mesmo ano, desabafa em “Um momento de desânimo”, a sensação de experimentar os limites da expressão: “é que ao escrever, por mais que me expresse, tenho a sensação de nunca na verdade ter-me expressado” (*DM*, 254). Ao eleger preferencialmente o conteúdo em detrimento da expressão, faz interagir o silêncio com a escrita: “Mas, de qualquer forma, tentarei o seguinte: uma espécie de silêncio. Mesmo continuando a escrever, usarei o silêncio”. Numa atitude anticartesiana, ultrapassa a sequência pensamento / existência, para fazer derivar a expressão da auto-identificação: “E, se houver o que se chama de expressão, que se exale do que sou. Não vai mais ser: “Eu me exprimo, logo sou”. Será: “Eu sou; logo sou” (*Ib.*).

Na secção “Sobre escrever”, dá-se conta da iluminação interior que o acto de escrever despoleta, revelando as coisas e a sua consciência, na maior das surpresas:

Às vezes tenho a impressão de que escrevo por simples curiosidade intensa. É que, ao escrever, eu me dou as mais inesperadas surpresas. É na hora de escrever que muitas vezes fico consciente de coisas, das quais, sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia (DM, 254).

Nesta interacção entre linguagem e pensamento, a escritora, na secção “Forma e Conteúdo” da mesma crónica, rejeita a dicotomia forma / conteúdo, como se fossem realidades separadas. Tal debate vem animando a literatura e a sua teoria, em ligação com a filosofia da linguagem, desde a Antiguidade, como a questão do nominalismo em Platão (cf. o diálogo “Crátilo”) e nos sofistas. Wittgenstein sublinha as limitações da linguagem na definição do mundo: “los limites de mi lenguaje significan los limites de mi mundo” (WITTGENSTEIN, 1973, VIII, 5.6)¹⁰³. E Merleau-Ponty realça a profunda relação entre os elementos da significação (significante / significado) através da metáfora da habitação: “o sentido de uma coisa habita-a como a alma habita o corpo” (MERLEAU-PONTY, 1945, 369)¹⁰⁴. Depois de denunciar a falsidade dessa dicotomia entre forma e conteúdo, Clarice prefere falar de intuição enquanto “reflexão inconsciente que prescinde da forma, enquanto ela própria”, identificando essa forma no “conteúdo maduro”, não existindo um sem o outro:

Mas a luta entre a forma e o conteúdo está no próprio pensamento: o conteúdo luta por se formar. Para falar a verdade, não se pode pensar num conteúdo sem sua forma. Só a intuição toca na verdade sem precisar nem de conteúdo nem de forma. A intuição é a funda reflexão inconsciente que prescinde de forma enquanto ela própria, antes de subir à tona, se trabalha. Parece-me que a forma já aparece quando o ser todo está com um conteúdo maduro, já que se quer dividir o pensar ou escrever em duas fases. A dificuldade de forma está no próprio constituir-se do conteúdo, no próprio

¹⁰³ WITTGENSTEIN L., 1973, *Tractatus Logico-Philosophicus*, London, Routledge and Kegan Paul, ed. esp. Madrid, Alianza.

¹⁰⁴ MERLEAU-PONTY, M., 1945, *Phénoménologie de la Perception*, Paris, Gallimard.

pensar ou sentir, que não saberiam existir sem sua forma adequada e às vezes única (*Ib.*, 254-255).

Em resposta a um crítico literário sobre o seu romance *A Cidade Sitiada* (1948), na crónica de 21 de Fevereiro de 1970, Clarice reconhece-lhe algum mérito na apreciação da sua obra: “Sua crítica é aguda e bem-feita” (*DM*, 272). No entanto, estranha que aos olhos do crítico tenha escapado a intenção da autora ao escrever o romance: “Será que isso quer dizer que não consegui erguer até à tona as intenções do livro? Ou os olhos do crítico foram nublados por outros motivos, que não meus?” (*Ib.*). E considera que as suas palavras foram “nuas”, transparentes, sem intuito de “jogo”. A protagonista Lucrécia Neves é a prova desse objectivo e dessa transparência e não fruto de um acusador “verbalismo”, personagem que é simbolizada pela “integridade espiritual” do cavalo, no qual não se reparte a dicotomia “impressão” *versus* “expressão”, ou conteúdo / forma:

O que eu quis dizer através de Lucrécia – personagem sem as armas da inteligência, que aspira, no entanto, a essa espécie de integridade espiritual de um cavalo, que não “reparte” o que vê, que não tem uma “visão vocabular” ou mental das coisas, que não sente a necessidade de completar a impressão com a expressão – cavalo em que há o milagre de a impressão ser total – tal *real* – que nele a impressão já é a expressão (*Ib.*, 273).

Lucrécia Neves, segundo a autora do romance, é apenas “uma das pessoas” que construíram a cidade de S. Geraldo, uma individualidade entre outras que estão na base dessa construção colectiva, unindo passado e presente: “Tradição, passado de cultura – que é isso senão um modo de ver que se transmite até nós?” (*Ib.*). Não se trata, pois, segundo ela, de “magia da frase” ou “verbalismo”, segundo a acusação crítica não identificada, à qual a autora contrapõe o elogio do seu amigo San Tiago Dantas: “Chamar de ‘verbalismo’ uma vontade dolorosa de aproximar o mais possível as palavras do sentimento – eis o que me espanta” (*Ib.*, 274).

A acusação crítica, identificada por Carlos Mendes de Sousa como vindo de Wilson Martins¹⁰⁵, apontava uma falha aos romances de Clarice: o seu “carácter ganglionar” e a sua “inconclusiva qualidade romanesca”: o romance seria a “sucessão de contos sobre a vida de uma figura”. Mas, se nele se ressentia “a falta de originalidade, a que se acrescentam outras deficiências como sejam a pobreza inventiva, a monotonia e a falta de autenticidade”, também o “texto de Wilson Martins oferece pistas de reflexão sobre a organicidade ou sobre a arbitrariedade da construção dos textos, sobre a concepção romanesca, sobre equívocos vários da crítica, onde às vezes o próprio, que pretende ser criticamente esclarecedor, não deixará de ser um dos equivocados” (SOUSA, C. M. de, 2000, 366). A crítica cai pela base à luz de uma esclarecida hermenêutica simbólica: “A cidade dos cavalos é outra que não a cidade sitiada, a cidade dos cavalos é a cidade da literatura em Clarice. [...] Lucrécia dança e as imagens (as palavras) que se colam aos seus movimentos são próximas do movimento e da presença dos cavalos. Lucrécia centauriza-se” (*Ib.*, 256-257). A figura do centauro, metade homem e metade cavalo, com seu arco e flecha, como no signo do sagitário, é apropriada por Clarice, ao entender a literatura como uma seta prestes a disparar e atingir o alvo¹⁰⁶.

Na crónica de 28 de Fevereiro, Clarice reflecte sobre a escrita “como exercício espiritual profundo” (*DM*, 275), desejando nesse sábado “escrever qualquer coisa que seja tranquila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança”. A 14 de Março, na coluna “Escrever ao sabor da pena”, depois de ironizar sobre a expressão, identifica, com a metáfora da nebulosa e a comparação do parto, a fonte da escrita em si própria:

Não, não estou me referindo a procurar escrever bem: isso vem por si mesmo. Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se condensa, aos poucos se concretiza, aos poucos sobe à tona – até vir como num parto a primeira palavra que a exprima (*Ib.*).

¹⁰⁵ MARTINS, Wilson, “Uma ‘voz’”, in *O Estado de São Paulo. Suplemento Literário*, 26 de Novembro de 1960.

¹⁰⁶ Cf. SOUSA, C. M. de, *Ib.*, 257, nota 14.

Como comenta Carlos Mendes de Sousa, “A metáfora da nebulosa veicula uma dimensão de ordem ontológica de fundas repercussões no modo de estar na literatura, no modo de ‘saber’ a literatura, como a vida, como aquilo a que se dá o nome de Deus” (SOUSA, 2000, 369). E cita (cf. *Ib.*, 368. 369), a propósito, o dactiloscrito “Objeto Gritante”:

Ir me obedecendo – é na verdade o que faço quando escrevo e agora mesmo está sendo assim. Vou me seguindo embora sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo é tão difícil – por estar seguindo em mim o que não passa de nebulosa – que termino desistindo. [...] Não estou me referindo a procurar escrever bem: isto só vem por si mesmo. Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se concretiza e aos poucos sobe à tona – até vir como num parto a primeira palavra que a exprima. Parece que no futuro (fl. 119. 121).

A imagem da gestação de um livro e do seu parto volta a estar presente na crónica de 2 de Maio, “Lembrança da feitura de um romance”, juntamente com a do “espaço temporal de um piano aberto, nas teclas simultâneas do piano” (*DM*, 285), na vivência da paciência e do amor, no “grande incômodo da desordem”. Em face da necessidade de comunicar, a palavra é relativizada e minimizada, privilegiando-se a comunicação directa:

Como sempre, a dificuldade maior era a da espera. (Estou sentindo uma coisa estranha, diria a mulher para o médico. É que a senhora vai ter um filho. [...]) A alma deformada, crescendo, se avolumando, sem nem ao menos se saber que aquilo é espera de algo que se forma e que virá à luz.

Além da espera difícil, a paciência de recompor por escrito paulatinamente a visão inicial que foi instantânea. [...] E como se isso não bastasse, infelizmente não sei redigir, não consigo relatar uma ideia, não sei “vestir uma ideia com palavras”. [...] Ao escrevê-lo, de novo a certeza só aparentemente paradoxal de que o que me atrapalha ao escrever é ter de usar palavras. É incômodo. É como se eu quisesse uma comunicação mais direta, uma comunicação muda como acontece às vezes entre as pessoas. Se eu pudesse escrever por

intermédio de desenhar na madeira ou de alisar uma cabeça de menino ou de passear pelo campo, jamais teria entrado pelo caminho da palavra [...]: viveria, não usaria palavras (*Ib.*, 285. 286).

Na coluna “Escrever”, da mesma crónica, Clarice distingue entre a escrita jornalística e a de ficção: uma, leve; outra, profunda:

Escrever para o jornal não é tão impossível: é leve, tem que ser leve, e até mesmo superficial: o leitor, em relação a jornal, não tem nem vontade nem tempo de se aprofundar.

Mas escrever o que se tornará depois um livro exige às vezes mais força do que aparentemente se tem (*Ib.*, 286).

A marca cronológica dos 13 anos de idade representa para a autora a tomada de posse da sua vontade de escrever, já que a experiência da escrita em criança não constituiu “a posse de um destino”. Mas, mesmo aí, no início da adolescência, a difícil tarefa de “inventar o próprio método de trabalho” envolveu a estreante escritora na solitária sensação de um “vácuo”:

Eu tinha que eu mesma me erguer de um nada, tinha eu mesma que me entender, eu mesma inventar por assim dizer a minha verdade. Comecei e nem sequer era pelo começo. Os papéis se juntavam um ao outro – o sentido se contradizia, o desespero de não poder era um obstáculo a mais para realmente não poder (*Ib.*).

Neste interessante processo de auto-análise psicológica, a “história interminável”, então iniciada e logo rasgada, com nítida influência de *O Lobo da Estepe*, de Herman Hesse, constituiu, no entanto, a positiva aprendizagem, ainda que dolorosa e solitária, de que “era preciso tentar escrever sempre, não esperar por um momento melhor porque este simplesmente não vinha” (*Ib.*). Serviu também para aprender a diferença entre vocação e talento, “isto é, pode-se ser chamado e não saber como ir”, reconhecendo: “Escrever sempre me foi difícil, embora tivesse partido do que se chama vocação” (*Ib.*).

A dificuldade de escrever, agora na perspectiva do laconismo, continua na crónica da semana seguinte, 9 de Maio, na coluna “Inspiração”, a propósito já não da sua experiência própria, mas da de uma moça, de “busto grande, quadris largos, olhos castos, castanhados e sonhadores” (DM, 286). A anotação resumida no caderno de despesas de “algumas frases sobre a beleza do Pão de Açúcar”, usando as palavras “beleza muito pitoresca”, anotação que acaba por perder ou não reencontrar, apesar das diligências efectuadas nesse sentido, foi o suficiente para ter a sensação de um dia ter sido escritora, apesar de tudo:

Não desanime, dizia-se, procure entre os papéis, entre as cartas, entre as raras notícias que lhe mandavam. Ah, raciocinava illogicamente, tivessem-lhe escrito e ela teria onde procurar. Mas sua vida exposta era exposta, tinha poucos esconderijos, era limpa. O único esconderijo era a sua alma que uma vez se manifestara no caderno de despesas. [...] Uma vez ou outra procurava de novo. De vez em quando se lembrava do caderno de despesas num sobressalto de esperança. Até que, depois de alguns anos, um dia ela disse, modesta:

- Quando eu era mais moça, eu escrevia (*Ib.*, 287).

Escrevendo ao sabor da pena e “ao correr do pensamento”, na crónica de 22 de Agosto do mesmo ano, ocupa-se do que chama “O ‘verdadeiro’ romance”, algo que considera fugir ao “clássico romance”, guiada sempre por “um senso de pesquisa e de descoberta”. Mais uma vez, como no título da antologia cronística (*Descoberta do Mundo*), o sentido heurístico preside à escrita: uma sintaxe colada ao pensamento da ocasião, uma linguagem não escolhida, mas uma obediência à intuição própria, ainda que de modo nebuloso (de novo, surge a metáfora da nebulosa):

Ir me obedecendo – é na verdade o que faço quando escrevo, e agora mesmo está sendo assim. Vou me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo é tão difícil – por estar seguindo em mim o que ainda não passa de uma nebulosa – que termino desistindo (*D.M.*, 306).

O sabor do risco também seduz a escritora: “Embora representando grande risco, só é bom escrever quando ainda não se sabe o que acontecerá” (*Ib.*). O título, como é lógico, guia a trama do romance ou do conto, como exemplifica com *O montanhês*, história que confessa jamais vir a escrever:

O título é sem graça, bem sei. E sei o que seria: não se trataria de um homem das montanhas, mas da subida gradual de um homem através da vida até chegar a um cume simbólico, ou não simbólico de uma montanha, de onde ele veria o seu passado e também o que lhe restava ainda a subir, isto é, um pouco mais de futuro.

E o que ele via não era bonito, nem bom, nem ruim, nem feio, era o que fatalmente a vida fizera dele e sobretudo o que fatalmente ele fizera da vida. E aí vem o problema: até que ponto houvera escolha? Estou me confundindo toda com esta história que jamais escreverei (*Ib.*, 307).

Depois de declarar jamais vir a escrever um livro de viagens, ela que tanto viajou, o que representa um “mistério” para ela própria, reflecte sobre a sua falta de “fome de leituras”, o que também constitui um enigma, para reconhecer que, afinal caminha para “mais amor por tudo” e para “o mais humano”:

Bem, mas o fato é que mesmo não me entendo, vou lentamente caminhando – e também para o quê, não sei. De um modo geral, para mais amor por tudo. É vago “mais amor por tudo?” Inclusive mais amor inclui uma alerteza maior para achar bonito o que nem mesmo bonito é. E, embora a palavra *humano* me arpie um pouco, de tão carregada de sentidos variados e vazios essa palavra foi ficando, sinto que me encaminho para o mais humano. Ao mesmo tempo as coisas do mundo – os objetos – estão se tornando cada vez mais importantes para mim. Vejo os objetos sem quase me misturar com eles, vendo-os por eles mesmos. Então às vezes se tornam fantásticos e livres, como se fossem coisa nascida e não feita por pessoas (*Ib.*).

O sentido do humano, porém, pode entrar em conflito com a busca da objectividade, “enxergar a coisa pela coisa”, originando um “raciocínio-sofisma”, como

forma de autodefesa, útil em discussões, mas que pretende abandonar: “De agora em diante, eu gostaria de me defender assim: é porque eu quero. E que isso bastasse” (*Ib.*, 308).

O esclarecimento sobre a identidade própria é objecto da crónica de 14 de Novembro do mesmo ano, “Esclarecimentos – explicação de uma vez por todas”. A razão provém das cartas que Clarice recebe, perguntando se é russa ou brasileira, reconhecendo que é uma figura pública, rodeada de mitos. A sua naturalidade e ascendência de pais ucranianos não impediram a escritora de se naturalizar brasileira, ela que havia chegado ao Brasil com apenas dois meses de idade. Mas é, sobretudo, a língua portuguesa que marca a sua identidade cultural, a par da herança patrimonial pernambucana:

Fiz da língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor. Comecei a escrever pequenos contos logo que me alfabetizaram, e eu escrevi-os em português, é claro. Criei-me em Recife, e acho que viver no Nordeste ou Norte do Brasil é viver mais intensamente e de perto a verdadeira vida brasileira que lá, no interior, não recebe influência de costumes de outros países. Minhas crendices foram aprendidas em Pernambuco, as comidas que mais gosto são pernambucanas. E através de empregadas, aprendi o rico folclore de lá (*DM*, 320).

A identidade cultural brasileira e a língua portuguesa, por imperativo do Destino, estão, pois, na base da escrita clariciana, já que seus pais, em viagem migrante da Ucrânia, aportaram ao Brasil e não aos Estados Unidos. Indagar sobre o que seria a sua hipotética identidade americana seria puro “mistério”.

A relação entre a escrita e a identidade da escritora é objecto da primeira parte da crónica de 29 de Maio de 1971, “Máquina escrevendo”. A segunda parte fala de animais (“bichos”), que será abordada em sítio próprio.

A cronista começa por exprimir o desejo de, em nome da liberdade, não escrever mais e, em lugar da palavra, deixar o silêncio, o espaço em branco, deixando ao leitor o seu preenchimento com o seu mundo onírico. “E cada um que olhasse o espaço em branco, o encheria com seus próprios desejos” (*DM*, 347). Em seguida, põe

em causa a sua própria escrita cronística, em nome da heterodoxia dos gêneros, preferindo o mistério e a ligação à terra, à identidade própria:

Vamos falar a verdade: isto aqui não é crônica nenhuma. Isto é apenas. Não entra em gênero. Gêneros não me interessam mais. Interessa-me o mistério. Preciso ter um ritual para o mistério? Acho que sim. Para me prender à matemática das coisas. No entanto, já estou de algum modo presa à terra: sou uma filha da natureza: quero pegar, sentir, tocar, ser. E tudo isso já faz parte de um todo, de um mistério. Sou uma só. Antes havia uma diferença entre escrever e eu (ou não havia? não sei). Agora mais não. Sou um ser. E deixo que você seja. Isso lhe assusta? Creio que sim. Mas vale a pena. Mesmo que doa. Dói só no começo (*Ib.*).

Ainda o eco da crítica ressoa no final da crônica de 18 de Setembro, “Trechos”, desta vez reportando o próprio Rubem Braga, o qual, alegadamente, distinguia positivamente a ficcionista, em detrimento da cronista. Esta, com reiterada humildade, pede-lhe a confirmação de tal crítica, asseverando que ele não poderá exigir dela o mesmo que consegue. No entanto, as cartas dos leitores contrabalançam esta crítica negativa:

Uma pessoa me contou que Rubem Braga disse que eu só era boa nos livros, que não fazia crônica bem. É verdade, Rubem? Rubem, eu faço o que posso. Você pode mais, mas não deve exigir que os outros possam. Faço crônicas humildemente, Rubem. Não tenho pretensões. Mas recebo cartas de leitores e eles gostam. E eu gosto de recebê-las (*DM*, 378).

Esta relação amigável, simpática, entre a cronista e os seus leitores não deixa de ter as suas consequências positivas, ao menos no aspecto psicológico, como ela reconhece na coluna “Exercício”, da crônica de 15 de Janeiro de 1972:

É curiosa a experiência de escrever mais leve e para muitos, eu que escrevia “muitas coisas” para poucos. Está sendo agradável a sensação. Aliás, tenho me

convivido muito ultimamente e descobri com surpresa que sou suportável, às vezes até agradável de ser (DM, 399).

4. A auto-revelação

Na crónica de 5 de Junho de 1971, “Viajando por Mar (1ª parte)”, Clarice, em nota, reporta uma breve conversa com Rubem Braga sobre a inevitabilidade autobiográfica da crónica, acabando por contar, aí mesmo, as viagens marítimas que foi realizando ao longo da vida:

Nota: um dia telefonei para Rubem Braga, o criador da crônica, e disse-lhe desesperada: “Rubem, não sou cronista, e o que escrevo está se tornando excessivamente pessoal. O que é que eu faço?” Ele disse: “É impossível, na crônica, deixar de ser pessoal.” Mas eu não quero contar minha vida para ninguém: minha vida é rica em experiências e emoções vivas, mas não pretendo jamais publicar uma autobiografia (DM, 349).

De facto, não sendo a crónica uma autobiografia, nem um diário, nem um livro de memórias, todavia, não deixa de reflectir sempre um ponto de vista pessoal e subjectivo perante situações, casos, atitudes, gestos, acções ou pensamentos de outrem. A própria ficção não deixa, como texto literário que é, de estar marcada por uma pluralidade de pontos de vista, expressa tanto por narradores como pelas personagens. Por isso, Enzo Neppi¹⁰⁷ fala do homem como criatura autobiográfica:

O homem é uma criatura mitopoiética, um ser que vive imerso em fantasmas, mitos e sistemas simbólicos através dos quais ordena o próprio mundo, explora as próprias origens, constrói a própria identidade quer a nível

¹⁰⁷ NEPPI, Enzo, 1991, *Soggetto e Fantasma. Figure dell'autobiografia*, Pisa, Pacini Editore.

colectivo, quer individual. Daí se poder concluir que o homem é uma criatura fundamentalmente autobiográfica. O que quer que ele fala, do que quer que seja que fale, ao mesmo tempo fala de si mesmo e procura elaborar, reconstruir, recontar (ou no limite fazer recontar) a própria história e a própria pessoa (NEPPI, E., 1991, 5, *apud* SOUSA, C.M. de, 2000, 419).

Não é, pois de admirar que Clarice vá disseminando na sua obra sinais autobiográficos: directamente na crónica, cartas e documentos de arquivo; indirectamente, sob a máscara (*persona*) de algumas personagens de ficção.

Na coluna “Surpresa”, da primeira crónica publicada no *Jornal do Brasil*, a 19 de Agosto de 1967, a cronista utiliza a imagem narcísica do espelho para se dizer “deslumbrada” com a autocontemplanção, superando tal narcisismo com a “alegria de ser”, com a confirmação cartesiana de existir:

Não há homem ou mulher que por acaso não se tenha olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprio. Por uma fração de segundo a gente se vê como a um objeto a ser olhado. A isto se chamaria de alegria de ser. Alegria de encontrar na figura exterior os ecos da figura interna: ah, então +e verdade que eu não me imaginei, eu existo (*ib.*, 23).

No entanto, o conflito entre ser admirada e ser anónima perturba a cronista, preferindo paradoxalmente comunicar em silêncio, numa reivindicação de liberdade interior. Maria Betânia é um nome que protagoniza a popularidade de Clarice, já nos primeiros meses da sua estreia como cronista, como dá conta na coluna “Bolinhas”, da crónica de 9 de Dezembro:

Não sou domínio público. E não quero ser olhada. Eu ia ficar calada. Maria Betânia me telefonou, querendo me conhecer. Conheço ou não? Dizem que é delicada. Vou resolver. Dizem que fala muito de como é. Estou fazendo isso? Não quero. Quero ser anônima e íntima. Quero falar sem falar, se é possível. Maria Betânia me conhece dos livros. O *Jornal do Brasil* me está tornando popular. Ganho rosas. Um dia paro. [...] É que sinto falta de um silêncio. Eu era

silenciosa. E agora me comunico, mesmo sem falar. Mas falta uma coisa. Eu vou tê-la. É uma espécie de liberdade, sem pedir licença a ninguém (*Ib.*, 53).

A solidão e a insônia, a um tempo negativa e positiva, a par da menção à dieta e às consequências físicas do incêndio, ocorrido dois anos antes, constituem sinais de uma auto-revelação, como na coluna “Insônia infeliz e feliz”, da crônica de 20 de Janeiro de 1968:

Pensa-se uma escuridão clara. Não, não se pensa. Sente-se. Sente-se uma coisa que só tem um nome: solidão. Ler? Jamais. Escrever? Jamais. [...] Tomar uma pílula para dormir? Mas e o vício que nos espreita? Ninguém me perdoaria o vício. Então fico sentada na sala, sentindo. Sentindo o quê? O nada. E o telefone à mão.

Mas quantas vezes a insônia é um dom. [...] É um nada a um tempo vazio e rico. [...] Depois vai amanhecendo. As nuvens se clareando sob um sol às vezes pálido como uma lua, às vezes de fogo puro. Vou ao terraço e sou talvez a primeira do dia a ver a espuma branca no mar. O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha. E sinto-me feliz por nada, por tudo. Até que, como o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos (*Ib.*, 69).

A autocrítica, numa atitude humilde, vai sendo realçada aqui e ali, como na coluna “Um telefonema”, da crônica de 4 de Fevereiro do mesmo ano. Perante o anonimato completo de uma leitora, que lhe desejava a felicidade, ao telefone, Clarice retribui-lhe os votos de alegrias e, não sendo casada, encontra o homem da sua vida, acrescentando: “Peço também que não leia tudo o que escrevo porque muitas vezes sou áspera e não quero que você receba minha aspereza” (*Ib.*, 73). A aludida “aspereza” é uma designação talvez excessiva, que abrange certamente pontos de vista combativos dos vícios e defeitos sociais, crítica nem apreciada, mas nem por isso menos útil e necessária.

Outra posição autocrítica é expressa na coluna “Deus”, da crônica de 10 de Fevereiro, a propósito do pedido da ajuda de Deus, para os momentos de angústia e desespero, que ocorre, mesmo com os descrentes. Reconhecendo a necessidade da

força divina, reconhece-se autodestrutiva, modo de ser que pode atingir involuntariamente os outros, além de outros defeitos que confessa:

Neste mesmo instante estou pedindo a Deus que me ajude. Estou precisando. Precisando mais do que a força humana. E estou precisando de minha própria força. Sou forte mas também destrutiva. Autodestrutiva. E quem é autodestrutivo também destrói os outros. Estou ferindo muita gente. E Deus tem que vir a mim, já que eu não tenho ido a Ele. Venha, Deus, venha. Mesmo que eu não mereça, venha. [...] Só uma coisa a favor de mim eu posso dizer: nunca feri de propósito. E também me dói quando percebo que feri. Mas tantos defeitos tenho. Sou inquieta, ciumenta, áspera, desesperançosa. Embora amor dentro de mim eu tenha. Só que não sei usar amor: às vezes parecem farpas. Se tanto amor dentro de mim recebi e continuo inquieta e infeliz, é porque preciso que Deus venha. Venha antes que seja tarde demais (*Ib.*, 75).

Contrabalançando a autocrítica, a carta do leitor H.M., na crônica de 24 de Fevereiro, não apenas elogiando a “beleza das suas contribuições literárias”, mas também o reforço que dela recebeu no fortalecimento de “sua capacidade intensa de amar”, vem contrariar a “fase de involuntária meditação sobre a inutilidade” de sua pessoa, coincidente com a fase antiliteratura: “fase em que a palavra *literatura* me eriça o pelo como o de um gato”:

Mas, H.M., como você me fez sentir útil ao dizer-me que sua capacidade intensa de amar ainda se fortaleceu mais. Então eu dei isso a você? Muito obrigada. Obrigada também pela adolescente que já fui e que desejava ser útil às pessoas, ao Brasil, à humanidade, e nem se encabulava de usar para si mesma palavras tão imponentes (*Ib.*, 78).

O desejo de preservar a intimidade própria é contrariado pelo desejo de se confessar em público. Tal paradoxo é expresso na “Outra carta”, de L. de A., assinalada na mesma crônica. A cronista refere-se à sua obra como ficcionista, reconhecendo a tendência do leitor para extrapolar nos seus romances o seu lado autobiográfico.

Deixando no ar a hipótese irónica de vir a revelar-se, sem se expor, acaba por confirmar o triunfo do leitor no duelo com o escritor:

Mas quem sabe se um dia, L. de A., saberei escrever ou um romance ou um conto no qual a intimidade mais recôndita de uma pessoa seja revelada sem que isso a deixe exposta, nua e sem pudor. Se bem que não haja perigo: a intimidade humana vai tão longe que seus últimos passos já se confundem com os primeiros passos do que chamamos de Deus.

O personagem *leitor* é um personagem curioso, estranho. Ao mesmo tempo que inteiramente individual e com reações próprias, é tão terrivelmente ligado ao escritor que na verdade ele, o leitor, é o escritor (*Ib.*, 79).

O troféu da criança 1967, com seu livro infantil *O Mistério do Coelho Pensante* permite à escritora evocar a acusação de hermetismo (“Hermética?”), feita aos seus livros, sobre a qual ironiza, desmontando o paradoxo:

Fiquei contente, é claro. Mas muito mais contente ainda ao me ocorrer que me chamam de escritora hermética. Como é? Quando escrevo para crianças, sou compreendida, mas quando escrevo para adultos fico *difícil*? Deveria escrever para adultos com as palavras e os sentimentos adequados a uma criança? Não posso falar de igual para igual? (*Ib.*, 79).

De acordo com a simbologia bíblica do número três (Trindade, tríades, tríduo pascal...), a vida de Clarice, segundo a crónica de 11 de Maio (“As três experiências”), distribui-se por três amores: “três coisas para as quais eu nasci e para as quais eu dou minha vida. Nasci para amar os outros, nasci para escrever, e nasci para criar meus filhos” (*D.M.*, 101). Esta síntese altruísta interliga uma vida e uma obra literária. Curiosamente, o primeiro amor enunciado (certamente por consciente ordem hierárquica) não é a família, nem a literatura, mas a amplitude da alteridade. A tónica no valor activo do dom, da dádiva, em detrimento do passivo (receber) também reenvia para o paradigma bíblico, sobretudo evangélico, do amor:

O “amar os outros” é tão vasto que inclui até o perdão para mim mesma, com o que sobra. As três coisas são tão importantes que minha vida é curta para tanto. Tenho que me apressar, o tempo urge. Não posso perder um minuto do tempo que faz minha vida. Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca (*Ib.*).

A vocação literária, via do seu “domínio sobre o mundo”, é explicada como um “aprendizado” da “própria vida”, vocação que começa na infância, mas mantém a novidade de uma estreia permanente, numa osmose entre viver e escrever:

E nasci para escrever. A palavra é o meu domínio sobre o mundo. Eu tive desde a infância várias vocações que me chamavam ardentemente. Uma das vocações era escrever. E não sei por quê, foi esta que eu segui. Talvez que para as outras vocações eu precisaria de um longo aprendizado, enquanto que para escrever o aprendizado é a própria vida, se vivendo em nós e ao redor de nós. É que não sei estudar. E, para escrever, o único estudo é mesmo escrever. Adestrei-me desde os sete anos de idade para que um dia eu tivesse a língua em meu poder. E no entanto cada vez que vou escrever, é como se fosse a minha vez. Cada livro meu é uma estreia penosa e feliz. Esta capacidade de me renovar toda à medida que o tempo passa é o que eu chamo de viver e escrever (*Ib.*, 101-102).

A renovação pessoal, tal como a da literatura, também se exerce no domínio da vocação maternal (mãe dos filhos e mãe dos livros), no exercício da doação própria, da partilha de “sofrimentos e angústias”, na certeza do necessário despojamento perante a autonomia crescente dos filhos:

Eu quis ser mãe. Meus dois filhos foram gerados voluntariamente. [...] Eu me orgulho deles, eu me renovo neles, eu acompanho seus sofrimentos e angústias, eu lhes dou o que é possível dar. Se eu não fosse mãe, seria sozinha no mundo. [...] Sei que um dia abrirão as asas para o voo necessário, e eu ficarei sozinha. É fatal, porque a gente não cria os filhos para a gente, nós os

criamos para eles mesmos. Quando eu ficar sozinha, estarei seguindo o destino de todas as mulheres (*Ib.*, 102).

Amar, no entanto, quer na amplitude da alteridade, quer no aprofundamento da vocação maternal exercida sobre os livros e os filhos, supera e dá sentido à vida até à morte, já que, como diz S. Paulo, no chamado Hino da Caridade (*I Cor.*, 13, 8), tudo acaba, excepto a Caridade, pois “Deus é amor” (*I Jo.*, 4,8):

Sempre me restará amar. Escrever é alguma coisa extremamente forte mas que pode me trair e me abandonar: posso um dia sentir que já escrevi o que é o meu lote neste mundo e que eu devo aprender também a parar. Em escrever eu não tenho nenhuma garantia.

Ao passo que amar eu posso até a hora de morrer. Amar não acaba. É como se o mundo estivesse à minha espera. E eu vou ao encontro do que me espera (*Ib.*).

“Pertencer” é o título da crónica de 15 de Junho. A partir do parecer de um amigo médico, segundo o qual a criança, desde o berço, “sente o ambiente” e manifesta já a sua vontade, a cronista define *a posteriori* a sua primeira vontade: a de “pertencer”. Esta afirmação de pertença, de inclusão, deriva do sentimento de ter nascido “de graça”, de não pertencer “a nada e a ninguém”. Sentimento de “fome humana”, espécie de “destino” a acompanhá-la pela vida fora, chega a fazê-la invejar a pertença de uma freira a Deus, sendo responsável pelo seu temperamento arisco: “tenho medo de revelar de quanto preciso e de como sou pobre” (*Ib.*, 110). A própria escrita precoce é vista como a busca de uma pertença: “escrevendo, pelo menos eu pertencia um pouco a mim mesma. O que é um fac-símile triste” (*Ib.*). Esta “espécie toda nova da ‘solidão de não pertencer’”, invadindo-a “como heras num muro”, impede-a de partilhar a sua alegria com os outros, como se tivesse um presente embrulhado e não conseguisse oferecê-lo a ninguém. Não se trata de uma exigência da sua fraqueza, mas da sua própria força: “eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa” (*Ib.*, p. 111). No entanto, a pertença à comunidade nacional e à literatura brasileiras, sem busca de popularidade, fazem-na feliz: “Sou feliz de pertencer à literatura brasileira por motivos que nada têm a ver com

literatura, pois nem ao menos sou uma literata ou uma intelectual. Feliz apenas por ‘fazer parte’” (*Ib.*).

Esta solidão de pertença tem a sua explicação a partir da superstição ucraniana segundo a qual “ter um filho curava uma mulher de uma doença”. Criada, então, “com amor e esperança”, infelizmente não curou a mãe, carregando um sentimento de culpa: “fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado” (*Ib.*). No entanto, desta “solidão de não pertencer”, nascida de não ter pertencido nem ao pai nem a mãe, surge a aprendizagem da verdadeira pertença, viver:

A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: *pertencer é viver*. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho (*Ib.*, 112).

A bênção da vida, humildemente pedida, é a mensagem transmitida na coluna “A opinião de um analista sobre mim”, da crônica de 13 de Julho, depois de ter expressado em “O meu próprio mistério” a consciência do enigma que diz ser: “Sou tão misteriosa que não me entendo” (*Ib.*, 116). A propósito da oferta do seu livro de contos *Laços de Família* ao psicanalista Lourival Coimbra, a quem pede desculpa da letra da dedicatória, feita com a mão direita que sofreu o incêndio, reage com humildade ao comentário que dela fez: “Clarice dá tanto aos outros, e no entanto pede licença para existir” (*Ib.*, 117):

Sim, Dr. Lourival. Peço humildemente para existir, imploro humildemente uma alegria, uma ação de graça, peço que me permitam viver com menos sofrimento, peço para não ser tão experimentada pelas experiências ásperas, peço a homens e mulheres que me considerem um ser humano digno de algum amor e de algum respeito. Peço a bênção da vida (*Ib.*).

Este sentido de profunda humildade pauta também a coluna “De uma conferência no Texas”, da crônica de 20 de Julho. Convidada para falar de literatura na

Universidade do Texas, Clarice assume que não é “a pessoa mais indicada” para essa tarefa, por “não ter tendência para a erudição e para o paciente trabalho da análise literária e da observação específica”, não ter acompanhado “a efervescência dos movimentos que surgiram e das experiências que se tentaram, quer no Brasil como fora do Brasil” (*Ib.*, 118), não ter o que se chama “vida intelectual”, nem ter “o hábito ou o gosto de pensar sobre o fenômeno literário”. Apesar de escritora, considera que lhe faltou também “encarar a literatura de fora para dentro, isto é, como uma abstração” (*Ib.*). Por isso, a “experiência nova” pareceu-lhe “desagradável”, mas depois “revelou-se menos má: chamar-se a si mesmo pelo nome que os outros nos dão, soa como uma convocação de alistamento” (*Ib.*): “Do momento em que eu mesmo me chamei, senti-me com algum encanto inesperadamente alistada. Alistada, sim, mas bastante confusa” (*Ib.*). Com igual sentido de humildade, reconhece que, apesar de lhe faltar a “autoridade necessária para mais do que tentar analisar ligeiramente alguns escritores brasileiros”, a vantagem foi exclusivamente sua: “O que estarei fazendo nessa rápida conferência é, além do lado informativo, o que se chama de ‘abrir uma porta aberta’. Só que para mim era fechada...” (*Ib.*, 119).

“Em busca do Outro” é a última coluna da mesma crônica, na qual fala da busca do seu caminho, o seu “atalho”, como lhe chama: “E como hoje busco com sofreguidão e aspereza o meu melhor modo de ser, o meu atalho, já que não ousa mais falar em caminho” (*Ib.*). Com o sentido altruísta que acompanha sempre as suas crônicas, Clarice declina o caminho do eu, do individualismo egocêntrico, para realçar a alteridade, a abertura ao Outro: “meu caminho não sou eu, é outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei: eis o meu porto de chegada” (*Ib.*).

A 3 de Agosto, a cronista apresenta dois enigmas a seu respeito: “Desafio aos analistas”, com uma única frase: “Sonhei que um peixe tirava a roupa e ficava nu”, certamente para designar a nudez espiritual da auto-revelação; e “Como tratar o que se tem”, sobre um cavalo que mora dentro dela, “ao mesmo tempo inteiramente selvagem e suave” (*Ib.*, 121). Esta paradoxal autocaracterização é bem expressiva das forças antagónicas que coexistem dentro de Clarice: a força “selvagem” da liberdade, acima de convenções e constrangimentos de qualquer espécie, e a força da feminil suavidade, da doçura:

Aviso que ele não tem nome: basta chamá-lo e se acerta com seu nome. Ou não se acerta, mas uma vez chamado com doçura e autoridade ele vai. Se ele fareja e sente que um corpo é livre, ele trota sem ruídos e vai. Aviso também que não se deve temer o seu relinchar: a gente se engana e pensa que é a gente mesmo que está relinchando de prazer e de cólera (*Ib.*).

As “Palavras de uma Amiga”, na mesma crónica, tranquilizam, certamente a cronista, ao apelar para o desígnio da sua vocação e da sua autodirecção espiritual, sem prestar atenção à opinião alheia: “Fortifica o que de melhor tiveres em ti. Não prestes atenção à opinião alheia. Faze de ti mesma e de teu próprio *Eu* o teu mestre. Quando ele estiver bastante fortalecido, despertará e coisas jamais sonhadas te serão reveladas (*Ib.*)”.

A feminilidade da cronista está bem espelhada na reacção grata à oferta de um suéter “vermelho-luz”, “cor de flama e chama”, que “parece captar tudo o que é bom para ele e para mim” (*Ib.*, 122), “carícia de grande amizade”, que lhe permite “enfrentar o frio não só o real como os outros”: “admitindo como gloriosa a condição feminina” (*Ib.*, 123), mas acrescentando, em contrapartida ser “uma mulher a mais” (*Ib.*).

Esta feminilidade é reforçada na crónica de 7 de Setembro, “Os perfumes da terra” (*Ib.*, 132-133), na qual, depois de falar do perfume do mar e do jasmim, confessa que se perfuma para intensificar o que é, reiterando que o seu perfume é secreto e se harmoniza com a sua identidade, com “sabedoria instintiva”, algo que não condiz com a identidade de suas amigas, a quem revelou o nome de tal perfume.

“Os prazeres de uma vida normal” surgem tanto na mesma crónica, na secção “Dormir”, como na de 21 de Setembro. Na primeira, cita a frase do inspector Maigret: “*pour agacer le plaisir de dormir*, para aguçar o prazer de dormir” (*Ib.*, 133). Então, no calor dos lençóis, agradece a preciosidade da cama, ao pensar que a essa hora não precisa de se levantar para comprar um remédio ou atender uma “dessas visitas gordas em palavras”. Na segunda, refere quatro desses prazeres que nem sempre a acompanham, por circunstâncias várias: dormir, comer, ter inspiração, receber um telefonema amigo. E observa que “tudo o que é certo é normal. O

estranho é a luta que se é obrigado a travar para obter o que simplesmente seria o normal” (*Ib.*, 137):

O pequeno êxtase da palavra fluir junto do pensamento e do sentimento:
nessa hora como é bom ser uma pessoa!

E receber o telefonema de um amigo, e a comunicação de vozes e alma ser perfeita? Quando se desliga: que prazer dos outros existirem e de a gente se encontrar nos outros. Eu me encontro nos outros (*Ib.*).

Clarice, na mesma crônica, recebe a “Lição de filho”, antes de ele fazer 14 anos, advertindo a mãe para a diferença entre emoção e nervosismo, levando-a a desistir de tomar um calmante perante a descoberta da força num concerto de piano de uma amiga, ainda moça, “excessivamente suave, com voz de criança, e de um feminino-infantil” (*Ib.*, 138). Perante tal advertência, declara que viveu “o que era para ser vivido” (*Ib.*, 139):

Começou. E, Deus, ela possuía força. Seu rosto era outro, irreconhecível. Nos momentos de violência apertava violentamente os lábios. Nos instantes de doçura entreabria a boca, dando-se inteira. E suave, da testa escorria para o rosto o suor. De surpresa de descobrir uma alma insuspeita, fiquei com os olhos cheios de água, na verdade eu chorava (*Ib.*, 138).

Na crônica de 28 de Setembro, em “Lembrança de filho pequeno”, auto-avalia o seu olhar contemplativo de mãe, “concentrado de amor”, vendo o filho lambar um sorvete de chocolate, tomando consciência da “rudeza” de seu silêncio, com seu “olho vazio”, impenetrável, “endomingada pela natureza”, “imigrante que se enraizou em terra nova”, “estrangeira que não fala a língua do país”:

Não sinto nada porque isso deve ser amor pesado e indivisível. Ali estou, recuada. Recuada diante de tanto. O indevassável me deixa com uma espécie de obstinação áspera; impenetrabilidade é o meu nome; estou ali, endomingada pela natureza. Minha cara deve estar com um ar teimoso, com olho de estrangeira que não fala a língua do país. Parece um torpor. Não me

comunico com pessoa alguma. Meu coração é pesado, obstinado, inexpressivo, fechado a sugestões (*Ib.*, 139).

A descoberta pelos filhos da “Mãe Gentil”, como pessoa interessada na sua educação, é objecto da crónica de 12 de Outubro (cf. *Ib.*, 143). O diálogo cultural surge, assim, como exemplo dessa descoberta, como a leitura de *Contos da Velha Rússia*, de Anton Tchekov.

Ainda em espírito de auto-análise, Clarice contrapõe às pessoas que elogiam a sua “sensibilidade inteligente”, “mais importante para viver e entender os outros” do que a inteligência pura, dando o exemplo de uma amiga:

Tenho uma amiga, por exemplo, que, além de inteligente, tem o dom da sensibilidade inteligente, e, por profissão, usa constantemente esse dom. O resultado então é que ela tem o que eu chamaria de *coração inteligente* em tão alto grau que a guia e guia os outros como um verdadeiro radar (*Ib.*, 149).

Na coluna “Intelectual? Não”, confirma tal ponto de vista, contrapondo a intuição à inteligência, à cultura, à literatura:

Ser intelectual é usar sobretudo a inteligência, o que eu não faço: uso é a intuição, o instinto. Ser intelectual é também ter cultura, e eu sou tão má leitora que, agora já sem pudor, digo que não tenho mesmo cultura. Nem sequer li as obras importantes da humanidade [...].

Literata também não sou porque não tornei o fato de escrever livros “uma profissão”, nem uma “carreira”. Escrevi-os só quando espontaneamente me vieram, e só quando eu realmente quis. Sou uma amadora?

O que sou então? Sou uma pessoa que tem um coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável. Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima quando consegue em uma frase dizer alguma coisa sobre a vida humana ou animal (*Ib.*).

E acrescenta, na secção seguinte, “O que eu queria ter sido”, muito mais importante do que é. A sua vocação era, desde pequena, não a escritora que o destino lhe permitiu ser, mas a de lutadora social. Desde logo, sentia-se comprometida com a protecção dos animais. Depois, defendia as pessoas acusadas. Visitava os mocambos, em Recife. Vibrava com os discursos na rua a favor dos socialmente desfavorecidos:

E eu sentia o drama social com tanta intensidade que vivia de coração perplexo diante das grandes injustiças a que são submetidas as classes menos privilegiadas. [...] E lembro-me de como eu vibrava e de como eu me prometia que um dia esta seria a minha tarefa: a de defender os direitos dos outros. No entanto, o que terminei sendo, e tão cedo? Terminei sendo uma pessoa que procura o que profundamente se sente e usa a palavra que o exprima. É pouco, é muito pouco (*Ib.*, 150).

Na crónica de 16 de Novembro, na coluna “Comer, comer”, Clarice apresenta a simplicidade e a autenticidade do seu lar, com o fogo aceso da cozinha e do amor, e não como “metafísica”:

E quanto a mim, acho certo que num lar se mantenha aceso o fogo para o que der e vier. Uma casa de família é aquela que, além de nela se manter o fogo sagrado do amor bem aceso, mantenham-se as panelas no fogo. [...] Além de comer conversamos muito sobre o que acontece no Brasil e no mundo, conversamos sobre que roupa é adequada para determinadas ocasiões. Nós somos um lar (*Ib.*, 152).

Lembrando o lema epicurista de Horácio *carpe diem* (colhe, aproveita o momento presente), a crónica de 28 de Dezembro, “Aprender a viver”, propõe o conselho do filósofo americano Thoreau: “melhore o momento presente”. Ressoam também neste conselho ecos do Evangelho (cf. *Lc.*, 12, 33-34): “Eles ficam juntando tesouros que as traças e a ferrugem irão roer e os ladrões roubar” (*Ib.*, 160). Concretizando este apelo nos “jovens que queriam tornar-se escritores mas que contemporizavam – ou esperando uma inspiração ou se dizendo que não tinham tempo por causa de estudos ou trabalhos – ele mandava ir *agora* para o quarto e

começar a escrever” (*Ib.*). Exorcizando o medo como “causa da ruína dos nossos momentos presentes” e as “as assustadoras opiniões que temos de nós mesmos”, mais tirânicas do que a opinião pública, incentiva, com o filósofo: “Porque não deixamos penetrar a torrente, abrimos os portões e pomos em movimento toda a nossa engrenagem?” (*Ib.*). E termina a crónica com citações de Bernanos, colhidas na leitura de um jornal, a propósito da impostura do “mundo livre” e da “salvação pelo risco”:

Além disso, procurava a *salvação pelo risco* – *sem o qual a vida para ele não valia a pena* – “e não pelo encontro senil, que não é só dos velhos, é de todos os que defendem as suas posições, inclusive ideológicas, inclusive religiosas” (o grifo é meu).

Para Bernanos, dizia o artigo, o maior pecado sobre a terra era a avareza, sob todas as formas. “A avareza e o tédio danam o mundo. “Dois ramos, enfim, do egoísmo” [...].

Repito por pura alegria de viver: a salvação é pelo risco, sem o qual a vida não vale a pena! (*Ib.*, 161).

A ventura e a aventura dos “Banhos de mar”, na evocação da infância, em Olinda, Recife, são objecto da crónica de 25 de Janeiro de 1969. A sensação de sair de madrugada de casa, atravessar a cidade escura, contemplar a “luz trêmula de sol escondido” a banhar o mundo, descobrir animais de verdade, tornava-a “uma criança completa de alegria”: “E me serviu como promessa de felicidade para o futuro. Minha capacidade de ser feliz se revelava. Eu me agarrava, dentro de uma infância muito infeliz, a essa ilha encantada que era a viagem diária” (*Ib.*, 170). Embriagada com o cheiro do mar, os banhos em jejum significavam para ela uma vida pura: “E eu fazia o que no futuro sempre iria fazer: com as mãos em concha, eu as mergulhava nas águas, e trazia um pouco de mar até minha boca: eu bebia diariamente o mar, de tal modo queria me unir a ele” (*Ib.*, 170-171). E termina a evocação, ainda emocionada, com as interrogações: “A quem devo pedir que na minha vida se repita a felicidade? Como sentir com a frescura da inocência o sol vermelho se levantar? Nunca mais?” (*Ib.*, 171).

O espírito socrático do despojamento intelectual, que também se encontra no Evangelho, no Budismo e no Taoísmo, inspira a secção “Não entender” da crónica de 1

de Fevereiro, na articulação paradoxal entre “não entender” e “entender”. No fundo, ultrapassar as limitações do conhecimento, sempre relativo, sem deixar a abertura ao conhecimento, aspiração humana universal:

Não entendo. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender. Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma bênção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo (Ib., 172).

O receio de algumas leitoras (no feminino) sobre as eventuais “concessões” da escritora, na escrita cronística (“Seja você mesma”), leva Clarice, na crônica de 29 de Março, equacionar “Perguntas grandes” sobre a identidade própria:

Um dia desses, ao ouvir um “seja você mesma”, de repente senti-me entre perplexa e desamparada. É que também de repente me vieram então perguntas terríveis: quem sou eu? como sou? o que ser? Quem sou realmente? e eu sou?

Mas eram perguntas maiores do que eu (Ib., 180).

Na mesma crônica, apresenta dúvidas sobre seguir os impulsos, reconhecendo-se como “pessoa impulsiva”. Então o erro experimentado prova que, em vez de intuição, se tratou de “infantilidade”. A dúvida surge, como num “impasse”: por um lado, “se reflito demais, deixo de agir”; por outro, “sob o impulso, já fiz bem a algumas pessoas”. Outra contradição:

[...] às vezes, ter sido impulsiva me machuca muito. E mais: nem sempre meus impulsos são de boa origem. Vêm, por exemplo, da cólera. Essa cólera às vezes deveria ser desprezada; outras, como me disse uma amiga a meu respeito, são *cólera sagrada*. Às vezes minha *bondade* é fraqueza, às vezes ela é benéfica a

alguém ou a mim mesma. Às vezes restringir o impulso me anula e me deprime; às vezes restringi-lo dá-me uma sensação de força interna (*Ib.*, 181-182).

As dúvidas continuam entre o “acertar” e o “errar”, na aceitação resignada dos resultados, entre o “lutar”, como pessoa adulta, e o tornar-se “adulta demais”, temendo perder “um dos prazeres do que é um jogo infantil”, “uma alegria pura”, concluindo: “Não sou madura bastante ainda. Ou nunca serei” (*Ib.*, 182).

“A perigosa aventura de escrever” é o título de uma secção da crónica de 5 de Abril, na qual a escritora reflecte sobre o desconhecimento das consequências da intuição no acto da escrita, esboçando reticências ao próprio conceito de “coração puro”, concluindo que “não se brinca com a intuição, não se brinca com o escrever”.

Eis as reservas expostas:

É perigoso porque nunca se sabe o que virá – se se for sincero. Pode vir o aviso de uma destruição, de uma autodestruição por meio de palavras. Podem vir lembranças que jamais se queria vê-las à tona. O clima pode se tornar apocalíptico. O coração tem que se tornar puro para que a intuição venha. E quando, meu Deus, pode-se dizer que o coração está puro? Porque é difícil apurar a pureza: às vezes no amor ilícito está toda a pureza do corpo e da alma, não abençoado por um padre, mas abençoado pelo próprio amor. E tudo isso pode-se chegar a ver – e ter visto é irrevogável (*Ib.*, 183).

Em “Fios de seda”, na crónica de 17 de Maio, evocando Henry James, a escritora problematiza a sua escrita no âmbito da dicotomia objectividade/subjectividade, clareza/hermetismo. Comentando a metáfora do fio de seda aplicada por aquele escritor norte-americano à experiência e à inteligência, quando é imaginativa (“ela apanha para si as mais leves sugestões, abriga os próprios pulsos do ar em *revelações*”), Clarice afirma:

Sem nem de longe ser de gênio, quantas revelações. Quantos pulsos apanhados no fino ar. Os delicados fios suspensos na câmara do consciente. E

no inconsciente a própria enorme aranha. Ah, a vida é maravilhosa com suas teias captantes.

Avisem-me se eu começar a me tornar eu mesma demais. É minha tendência. Mas sou objetiva também. Tanto que consigo tornar o subjetivo dos fios de aranha em palavras objetivas. Qualquer palavra, aliás, é objeto, é objetiva. Além do mais, fiquem certos, não é preciso ser inteligente: a aranha não é, e as palavras não se podem evitar. Vocês estão entendendo? Nem precisam. Recebam apenas, como eu estou dando. Recebam-me com fios de seda (*ib.*, 194).

Comentando Thomas Merton, na crônica de 14 de Junho, Clarice recupera a função da verdadeira solidão individual na comunidade, através das comparações do silêncio, em relação à linguagem, e do ar, em relação aos pulmões, e através da condenação da “asfixia espiritual” dos indivíduos:

A falsa solidão é egocêntrica. [...] A verdadeira solidão limpa a alma, abre-se completamente para os quatro ventos da generosidade. A falsa solidão fecha a porta aos homens.

Ambas as solidões procuram distinguir o indivíduo da multidão. A verdadeira consegue, a falsa falha. A verdadeira solidão separa um homem dos outros para que ele possa desenvolver o bem que está nele, e então cumprir seu verdadeiro destino a pôr-se ao serviço de uma pessoa (*ib.*, 202).

Em “Aprender a viver”, da crônica de 28 de Junho, Clarice analisa a sua consciência de culpa, demarcando-se dos que “entram numa igreja, aceitam a penitência e saem mais livres” e desejando “um dia escrever uma espécie de tratado sobre a culpa”:

Como descrevê-la, aquela que é irremissível, a que não pode corrigir-se? Quando a sinto, ela é até fisicamente constrangedora: um punho fechando o peito, abaixo do pescoço. [...]

Mas não sou dos que se libertam. A culpa em mim é algo tão vasto e tão enraizado que o melhor ainda é aprender a viver com ela, mesmo que tire o sabor do menor alimento: tudo sabe mesmo de longe a cinzas (*ib.*, 206).

Mas esta consciência de culpa é atenuada em “Submissão ao processo”, da crónica de 20 de Janeiro de 1973, na qual é reconhecido com naturalidade que o

processo de viver é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era ‘nada’ – era o próprio assustador contato com a tessitura do viver (*lb.*, 445-446).

A noveleta “Travessuras de uma menina”, em cinco crónicas (3, 10, 17, 24 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1970), relata a história da infância de Clarice, na qual provoca o seu professor de instrução básica, numa relação de amor/ódio:

O professor era gordo, grande e silencioso, de ombros contraídos. [...] E eu era atraída por ele. Não amor, mas atraída pelo seu silêncio e pela controlada impaciência que ele tinha de nos ensinar e que, ofendida, eu adivinhara. Passei a me comportar mal na sala. Falava muito alto, mexia com os colegas, interrompia a lição com piadinhas até que ele dizia vermelho:
- Cale-se ou expulso a senhora da sala (*lb.*, 259).

Esta gama contraditória de sentimentos e atitudes de uma pré-adolescente (“eu o exasperava tanto que se tornara doloroso para mim ser o objecto de ódio daquele homem que de certo modo eu amava” (*lb.*) constitui o motivo da sedução e da irritação que a acompanha durante as aulas: “Não o amava como a mulher que eu seria um dia, amava-o como uma criança que tenta desesperadamente proteger um adulto, com a cólera de quem ainda não foi covarde e vê um homem forte de ombros tão curvos” (*lb.*). O jogo atraente entre a “glória do martírio” e a “vergonha”, a “perplexidade” e a “assustadora esperança”, numa “mesquinha luta que eu encetara pela salvação daquele homem” (*lb.*), como que dá corda a esse brinquito de provocação: “Eu queria o seu bem, e em resposta ele me odiava. Contundida, eu me tornara o seu demônio e tormento, símbolo do inferno que devia ser para ele ensinar aquela turma risonha de desinteressados” (*lb.*). Claro que tal jogo perigoso só poderia

desembocar em insucesso escolar: “Aprender eu não aprendia naquelas aulas. O jogo de torná-lo infeliz já me tomara demais” (*Ib.*,261). O desenlace de tal história, contando com a compreensão do visado, transforma uma noveleta provocatória numa exemplar aprendizagem do amor e da vida:

Ali estava eu, a menina esperta demais, e eis que tudo o que em mim não prestava servia a Deus e aos homens. Tudo o que em mim não prestava era o meu tesouro.

Como uma virgem anunciada, sim. Por ele me ter permitido que eu o fizesse enfim sorrir, por isso ele me anunciara. Ele acabara de me transformar em mais do que o rei da Criação. Fizera de mim a mulher do rei da Criação. Pois logo a mim, tão cheia de garras e sonhos, coubera arrancar de seu coração a flecha farpada. [...] E foi assim que no grande parque do colégio lentamente comecei a aprender a ser amada, suportando o sacrifício de não merecer, apenas para suavizar a dor de quem não ama (*Ib.*,269).

5. A vida e a morte (*Eros/Thánatos*)

A reiterada afirmação do valor da Vida, em oposição ao medo de morrer, é um tema fundamental da escrita clariciana, designadamente na sua cronística. O amor inscreve-se nessa pulsação natural que aproxima Homem e Mulher, no mais elementar mistério da Vida.

Com a maior simplicidade do mundo, mas também “com um pouco de pudor”, Clarice, em “Amor imorredouro”, da crónica de 9 de Setembro de 1967, ao perguntar o assunto que mais interessaria as mulheres, recebe como resposta a de uma amiga: “o que mais interessa à mulher é o homem”. Mas não se deixa intimidar, já que o contrário também é verdadeiro: ao homem interessa, sobretudo, a mulher. E, numa sucessão de perguntas e respostas, vai tecendo a complexa teia do interesse feminino pelo seu interlocutor masculino:

O homem. Como homem é simpático. Ainda bem. O homem é a nossa fonte de inspiração? É. O homem é o nosso desafio? É. O homem é o nosso inimigo? É. O homem é o nosso rival estimulante? É. O homem é o nosso igual ao mesmo tempo inteiramente diferente? É. O homem é bonito? É. O homem é engraçado? É. O homem é um menino? É. O homem também é um pai? É. Nós brigamos com o homem? Brigamos. Nós não podemos passar sem o homem com quem brigamos? Não. Nós somos interessantes porque o homem gosta de mulher interessante? Somos. O homem é a pessoa com quem temos o diálogo mais importante? É. O homem é um chato? Também. Nós gostamos de ser chateadas pelo homem? Gostamos (*ib.*, 30).

E, após esta lista quase interminável de questões, sob o olhar feminino do homem, a cronista, tocando “um ponto nevrálgico”, conclui: “como o homem nos dói. E como a mulher dói no homem” (*ib.*). Para o comprovar, narra a história do taxista espanhol que ainda sente uma “saudades diária” pelo grande amor de sua vida, Clarita, que morreu em seus braços e por causa de quem emigrou para o Brasil. No entanto, essa saudade “não atrasa sua vida, que ele consegue ter casos e variar de mulheres. Mas amar – nunca mais” (*ib.*, 31).

Em “Prece por um padre”, na crónica de 16 de Setembro, Clarice, na sua oração por quem não devia ter medo de morrer, relativiza a dor e o mistério da morte, em face do amor (*Eros/Thánatos*):

faze com que ele sinta que a morte não existe porque na verdade já estamos na eternidade, faze com que ele sinta que amar é não morrer, que a entrega de si mesmo não significa a morte, faze com que ele sinta uma alegria modesta e diária, faze com que ele não Te indague demais, porque a resposta seria tão misteriosa quanto a pergunta, [...] faze com que ele receba o mundo sem medo, pois para esse mundo incompreensível nós fomos criados e nós mesmos também incompreensíveis, então é que há uma conexão entre esse mistério do mundo e o nosso, mas essa conexão não é clara para nós enquanto quisermos entendê-la, abençoa-o para que ele viva com alegria o pão que ele come, o sono que ele dorme, faze com que ele tenha caridade por si mesmo, porque senão não poderá sentir que Deus o amou, faze com que ele perca o

pudor de desejar que na hora da sua morte ele tenha uma mão humana para apertar a sua, amém (*Ib.*, 32).

Em “Primavera ao correr da máquina”, de 23 de Setembro, evoca a eclosão primaveril do amor no mundo, prenunciada na “tepidez do vento”, nas “doçuras do ar”. No entanto, o apelo à renovação da vida não inibe o desejo de morrer com o “pudor” da “pungência do bom”:

A quem darei a minha morte? que será como os primeiros calores frescos de uma nova estação. Ah, como a dor é mais suportável e compreensível que essa promessa de frígida e líquida alegria da primavera. É com tal pudor que espero morrer: a pungência do bom. Mas nunca morrer antes de realmente morrer: pois é tão bom prolongar essa promessa. [...] E desejo a vida mais cheia de um fruto enorme. Dentro desse fruto que em mim se prepara, dentro desse fruto que é suculento, há lugar para a mais leve das insônias que é a minha sabedoria de bicho acordado: um véu de alerteza, esperta apenas o bastante para apenas pressentir. [...]

Conseguirei captar o regozijo infinitamente doce de morrer? Ah como me inquieta não conseguir viver o melhor, e assim poder enfim morrer o melhor. [...] Mas não apressarei de um instante a vinda dessa felicidade – pois esperá-la vivendo é a minha vigília de vestal. [...] Vou esperar comendo com delicadeza e recato e avidez controlada cada mínima migalha de tudo, quero tudo pois nada é bom demais para a minha morte que é a minha vida tão terna que hoje mesmo ela já existe e já é (*Ib.*, 34-35).

A desconfiança milenar do homem pela mulher encontra expressão na crônica de 11 de Novembro, “A favor do medo”. O convite masculino para um “passeito”, rejeitado pela convidada, origina uma reflexão sobre o medo e o terror. Apesar de “Homem Bom Caverna Direita Só Cinco Mulheres Não Bate Nenhuma Todas Contentes” (*Ib.*, 43), o convite tem o eco de uma reminiscência da Idade da Pedra, segundo a qual teria sido “maltratada pelo amor de algum homem” (*Ib.*, 42):

Estava alegre e revolucionada – mas era pelo medo.

Pois sou a favor do medo.

Então certos medos – aqueles não mesquinhos e que têm raiz de raça inextirpável – têm-me dado a minha mais incompreensível realidade. A ilogicidade de meus medos me tem encantado, dá-me uma aura que até me encabula. Mal consigo esconder, sob a sorridente modéstia, meu grande poder de cair em medos (*Ib.*, 44).

No pólo oposto, a amizade com San Tiago Dantas, como se explicita na crónica de 6 de Janeiro de 1968, cumula de atenções a visada com rosas, em Paris:

Não posso dizer quantas rosas ele comprou para mim. Sei que eu andava pelas ruas sem poder carregar tantas, e à medida que eu andava as rosas caíam pelo chão. Se jamais fui bonita foi naquele amanhecer de Paris com rosas caindo de meus braços plenos. E um homem que enfeita uma mulher não tem lucidez fria (*Ib.*, 65).

A doença do amigo e a sua morte são ocasião para novo elogio a quem foi “herói de si mesmo”: “todo herói é um herói de si mesmo. Quem vence está-se vencendo” (*Ib.*, 66). Antes de morrer, havia gostado do título do livro *A Paixão segundo G.H.*

A admiração por Chico Buarque de Holanda virá também a fazer dele um amigo, como revela a sucessão das crónicas de 4 e 10 de Fevereiro, 23 de Março, 26 de Junho de 1971. A “candura” do músico impressiona a cronista, que a confronta com a personalidade própria: “E eu, apesar de não parecer, tenho candura dentro de mim. Escondo-a porque ela foi ferida. Peço a Deus que a sua candura nunca seja ferida e que se mantenha sempre” (*Ib.*, 76). Aproveitando a grafia lúdica de “Xico Buark”, inventada por Millôr Fernandes, Clarice recorda a brincadeira com palavras na infância, referindo a “figura pura e um pouco melancólica” do amigo, que “combina com a qualidade que ele tem de deixar os outros o chamarem e ele vir, com a capacidade que tem de sorrir conservando muitas vezes os olhos verdes abertos sem sorriso” (*Ib.*, 376). Indagado sobre a sua reacção ao sucesso, acha que esse fenómeno

faz parte das coisas exteriores que não contribuem em nada para ele: a pessoa tem sua vaidade, alegra-se, mas isso não é importante. Importante é aquele

sofrimento de quem procura busca e achar. Ontem, disse-me, acordei com um sentimento danado porque terminei um trabalho (*Ib.*, 357).

Na crónica de 27 de Julho de 1968, reproduzida a 13 de Outubro de 1973, com o título “As águas do mar”, olhando uma mulher entrando no mar, a cronista aproxima esses “dois mundos incognoscíveis”, num “encontro de seus mistérios” (*Ib.*, 119). No “ritual” que acompanha essa entrada no mar, a mulher ensaia simbolicamente outra entrega, a do amor:

Era isso o que lhe estava faltando: o mar por dentro como o líquido espesso de um homem. [...] Mergulha de novo, de novo bebe mais água, agora sem sofreguidão, pois não precisa mais. Ela é a amante que sabe que terá tudo de novo. O sol se abre mais e arrepia-a ao secá-la, ela mergulha de novo: está cada vez menos sôfrega e menos aguda. Agora sabe o que quer. Quer ficar de pé parada no mar. Assim fica, pois. [...] Depois caminha dentro de água de volta à praia. [...] E agora pisa a areia. Sabe que está brilhando de água, e sal e sol. Mesmo que o esqueça daqui a uns minutos, nunca poderá perder tudo isso. E sabe de algum modo obscuro que seus cabelos escorridos são de náufrago. Porque sabe – sabe que fez um perigo. Um perigo tão antigo quanto o ser humano (*Ib.*, 120-121).

Na crónica de 7 de Abril de 1973 (“O mar de manhã”), o mar surge com a ambiguidade andrógina da “fusão perfeita do masculino com o feminino”: “Como explicar que o mar é o nosso berço materno mas que seu cheiro seja todo masculino; no entanto berço materno?” (*Ib.*, 458).

A transcrição, em versão portuguesa, do soneto LXV de Miguel Ângelo, “À Beira da Morte”, sem qualquer comentário, na crónica de 3 de Agosto do mesmo ano, explicita como a cronista é sensível à problemática da morte. Na linguagem quinhentista, o poeta e artista italiano, verdadeiro humanista, cultor de várias artes, demarca-se da vacuidade da “arte terrena”, em face do “amor divino”, oferecido à humanidade, cingindo-a, em seus braços, “abertos em cruz” (*Ib.*, 122).

A vivência do silêncio na paz da “Noite na Montanha” suíça, é objecto da crónica de 24 de Agosto. Silêncio “sem lembrança de palavras. Se és morte, como te alcançar” (*Ib.*, 128). Mas também “silêncio que não dorme: é insone; e sem fantasmas”; silêncio “vazio e sem promessa” (*Ib.*). Um silêncio que anuncia a morte e exige coragem:

Viver na orla da morte e das estrelas é vibração mais tensa do que as veias podem suportar. Não há sequer um filho de astro e de mulher como intermediário piedoso. O coração tem que se apresentar diante do nada sozinho e sozinho bater alto nas trevas. Só se sente nos ouvidos o próprio coração. Quando este se apresenta todo nu, nem é comunicação, é submissão. Pois nós não fomos feitos senão para o pequeno silêncio.

Se não há coragem, que não se entre. Que se espere o resto da escuridão diante do silêncio, só os pés molhados pela espuma de algo que se espraia dentro de nós. [...] Que se espere. Não o fim do silêncio mas o auxílio bendito de um terceiro elemento, a luz da aurora (*Ib.*, 129).

Esta obsessão da morte encontra expressão na crónica de 5 de Outubro. Em “Eu sei o que é a Primavera”, a cronista refere a inevitabilidade do viver, evocando o sofrimento e o anúncio da morte:

Sinto que viver é inevitável. [...] Ser às vezes sangra. Mas não há como não sangrar pois é no sangue que sinto a primavera. Dói. A primavera me dá coisas. Dá do que viver. E sinto que um dia na primavera é que vou morrer. De amor pungente e coração enfraquecido (*Ib.*, 141).

Noutra secção da mesma crónica, evoca “O terror” de nascer: “O nascimento era a morte de um ser uno se dividindo em dois solitários. Agora parecia fácil porque ele aprendera a manejar o seu terror secreto que duraria até a morte. Terror de estar na terra, como uma saudade do céu” (*Ib.*, 142).

A 12 de Outubro, em “Talvez seja assim”, associa a morte ao “prazer do cansaço dolorido”, pois “Todo prazer intenso toca no limiar da dor”:

Morrer deve ser assim: por algum motivo estar-se tão cansado que só o sono da morte compensa. Morrer às vezes parece um egoísmo. Mas quem morre às vezes precisa muito.

Será que morrer é o último prazer terreno? (*Ib.*, 142).

Na secção “Estilo”, da mesma crónica, exprime o desígnio de escrever “o destino humano na sua pungência mortal”:

A pungência de se ser esplendor, miséria e morte. A humilhação e a podridão perdoadas porque fazem parte da carne fatal do homem e de seu modo errado na terra. O que eu escrevesse ia ser o prazer dentro da miséria. É a minha dívida de alegria a um mundo que não me é fácil (*Ib.*, 143).

A proximidade paradoxal entre prazer e dor está expressa na secção “O nascimento do prazer”, da crónica de 23 de Novembro, na qual a “grandeza da morte surge como se “fosse o nosso bem maior e final”:

O prazer nascendo dói tanto no peito que se prefere a habituada dor ao insólito prazer. [...] Esse fundir-se total é insuportavelmente bom – como se a morte fosse o nosso bem maior e final, só que não é a morte, é a vida incomensurável que chega a se parecer com a grandeza da morte. Deve-se deixar-se inundar-se pela alegria aos poucos – pois é a vida nascendo. E quem não tiver força, que antes cubra cada nervo com uma película protetora, com uma película de morte para poder tolerar a vida (*Ib.*, 155).

A experiência de quase ter tocado o cadáver exposto na igreja de Santa Teresinha deixa a cronista (“Quase”, de 18 de Janeiro de 1969) quase em estado de choque, apesar da natural ligação entre vida e morte. Na rua, o cheiro que mistura “corpo com gasolina, com vento do mar, com suor de axilas”, contrasta com o cheiro da morte:

E eu mesma não entendia por que tanto susto ao quase tocar na morte – se a mesma faz parte de nossa vida. Não se entende vida sem morte, no entanto eu

quase desmaiara ao tocar no que era também minha. Eu tinha que sair daquela igreja e os pés me faltavam ao solo. Finalmente consegui uma força maior, levantei-me e sem olhar para nada saí.

Como explicar o que vi lá fora? Vertiginosa como eu estava, mais vertiginosa ainda fiquei vendo o sol aberto e uma alegria de abelha em flor, os carros passando, as pessoas todas vivas, vivas – só a velha morta e eu quase morta por ter aspirado as flores vermelhas aos pés da morte (*Ib.*, 169).

A descoberta do retorno à terra, experimentada numa viagem ferroviária numa manhã primaveril, em Itália, é partilhada na crónica de 1 de Fevereiro (“Doçura da terra”). Tal descoberta permite a reflexão sobre o dom de ser feito de terra e as suas consequências:

Ah, por que não nos deixaram descobrir sozinhos que à terra retornaremos: fomos avisados antes de descobrir. [...]

De algum modo tudo é feito de terra. Um material precioso. [...] Que unidade. E por que não o espírito também? Meu espírito é tecido pela terra mais fina. A flor não é feita de terra? [...]

Que dom nos fez a terra separando-nos em pessoas – que dom nós lhe fazemos não sendo senão: terra. Nós somos imortais. E eu estou emocionada e cívica (*Ib.*, 172).

No hospital, a crónica de 7 de Junho (“A noite mais perigosa”), a cronista a escuridão de uma sala de visitas, que, apesar da música, despertava o sentimento do receio de morrer. Em contraste com esse sentimento, e perante as imagens das flores e da abelha, proclama o seu amor à vida, na “claridade móvel” e no “gosto de mel”:

[...] e com medo pensei que aquela flor é a alma de quem acabara de morrer [...] e a flor me impressionava como se houvesse uma abelha perigosa rondando a flor – uma abelha gelada de pavor – diante da irrespirável graça desse bruxuleio que era a flor – e a flor ficava gelada de pavor diante da abelha que era muito doce das flores que ela mesmo chupava [...] – um rito fatal se cumpria [...] – não entendo que se possa ter medo de rosa – experimentaram com violetas que eram mais delicadas – mas tive medo – tinha cheiro de flor

de cemitério [...] – não lamente a minha morte – já sei o que vou fazer e aqui mesmo no hospital – não será suicídio, meu amor, amo demais a vida e por isso nunca me suicidaria, mas vou mas é ser a claridade móvel, sentir o gosto de mel se eu for designada para ser abelha (*Ib.*, 200).

De modo análogo, a crónica (“Espera impaciente”) de 28 de Junho justifica o paradoxo de se agarrar à vida enquanto se espera a morte:

O que chamo de morte me atrai tanto que só posso chamar de valoroso o modo como, por solidariedade com os outros, eu ainda me agarro ao que chamo de vida. Seria profundamente amoral não esperar, como os outros esperam, pela hora, seria esperteza demais a minha de avançar no tempo, e imperdoável ser mais sabida do que os outros. Por isso, apesar da intensa curiosidade, espero (*Ib.*, 205).

Na secção “Trecho”, da mesma crónica, a vida continua a ser o grande tema clariciano: “esse grande susto de estar viva, tendo como único amparo exatamente o desamparo de estar viva” (*Ib.*, 206).

A história da italiana Rosa, órfã recolhida na infância pelo orfanato de um convento (crónica de 4 de Abril de 1970), explicita o contraste entre a ingenuidade conventual e o idealismo sonhador de uma jovem, expresso no paraíso dos seus pensamentos. Abalada por febre nervosa, na sequência da leitura do livro *Le Corset Rouge*, ficou admirada quando o médico pôs em causa a legitimidade do mesmo, pensando que “tudo o que se escreve num livro e que se publica é verdade” (*Ib.*, 281). A tentação do suicídio, proveniente do amor, foi superada com a aprendizagem da vida:

Hoje dez anos mais velha que seu noivo, com quem dorme, ela ri sob a grande cabeleira e diz: não sei mesmo por que gosto mais do outono do que das outras estações, acho que é porque no outono as coisas morrem tão facilmente (*Ib.*, 282).

Em “As sete maravilhas de cada mundo”, da crónica de 16 de Maio, a amiga Azalea, “que simplesmente gosta de viver”, “sem adjetivos”, expressa as “maravilhas do seu mundo” em sete pontos: “ter nascido”; “os cinco sentidos”, através dos quais se experimenta o prazer e a dor, se comunica; a capacidade de amar; a intuição, que ultrapassa o raciocínio e os sentidos; a inteligência; a harmonia; a morte e a reencarnação (cf. *Ib.*, 288-289).

“Doar a si próprio” é o título de uma secção da crónica de 15 de Agosto, na qual Clarice fala do enxerto de pele que teve de fazer, como doação ao seu próprio corpo, ferido no incêndio, testemunhando o direito de receber amor e auto-estima, já que “um banco de doação de pele não é viável, pois esta, sendo alheia, não adere por muito tempo à pele do enxertado” (*Ib.*, 304): “tenta-se tirar a própria pele para enxertá-la onde é necessário. Só depois de pegado o enxerto é que vem a doação aos outros” (*Ib.*, 305):

Quanto à nossa fraqueza, a parte mais forte nossa é que tem que nos doar ânimo e complacência. E há certas dores que só a nossa própria dor, se for aprofundada, paradoxalmente chega a amenizar.

No amor felizmente a riqueza está na doação mútua. O que não significa que não haja luta: é preciso se doar o direito de receber amor. Mas lutar é bom. Há dificuldades que só por serem dificuldades já esquentam o nosso sangue, que este felizmente pode ser doado (*Ib.*).

“Ao correr da máquina”, na crónica de 17 de Abril de 1971, interliga novamente o amor e a morte (*eros/thánatos*): “Meu Deus, como o amor impede a morte” (*Ib.*, 340). Demarcando-se do suicídio de Virginia Woolf, Clarice reafirma o seu compromisso com a vida, de uma forma leve e aberta à realidade: “Viver a própria realidade. Descobrir a verdade. E, para sofrer menos, embotar-me um pouco. Pois não posso mais carregar as dores do mundo” (*Ib.*). E cita o exemplo da perfeita comunhão de almas que se verificou entre ela e uma pessoa amiga, infelizmente interrompida:

Como traduzir o profundo silêncio do encontro entre duas almas? [...] Éramos um só ser. Esses momentos são o meu segredo. Houve o que se chama de comunhão perfeita. Eu chamo a isso de: estado agudo de felicidade. [...] Foram

os momentos mais altos que jamais tive. Só que depois... Depois eu percebi que para essas pessoas esses momentos de nada valiam, elas estavam ocupadas com outras. Eu estivera só, toda só. É uma dor sem palavra, de tão funda (*Ib.*, 341).

Em “Perdão, explicação e mansidão”, da crônica de 21 de Agosto, em referência ao trecho cronístico de 7 do mesmo mês (“Você é um número”), Clarice, que antes tinha invectivado o estigma numérico em todas as situações da vida (registro civil, título de eleitor, carta de condução, cartão de contribuinte, morada), agora chama a atenção para algo que escapa a essa ditadura do número, algo que é “inefável”, como o amor, a vida e a morte:

Porque há o inefável. O amor não é um número. A amizade não é. Nem a simpatia. A elegância é algo que flutua. E se Deus tem número – eu não sei. A esperança também não tem número. Perder uma coisa é inefável [...]. Morte é inefável. Mas a vida também o é. Inclusive ser é de um provisório impalpável. Consideração também. A criatividade (*Ib.*, 370).

“Sofrimento de não amar” é a mensagem transmitida na crônica “Dies Irae”, de 25 de Setembro, de mistura com a “gula pelo mundo” e a “grande alegria de viver”, numa prece de perdão: “Ira, transforma-te em mim em perdão já que és o sofrimento de não amar” (*Ib.*, 381).

Em “Futuro improvável”, na crônica de 12 de Maio de 1973, Clarice fala da sua morte, com o distanciamento irônico e sapiencial que lhe é peculiar. Distinguindo entre espírito, alma e corpo, deixa o espírito entregue “à família e aos amigos com recomendações” (*Ib.*, 462), relativizando as suas exigências: “Não será difícil cuidar dele, exige pouco, às vezes se alimenta com jornais mesmo” (*Ib.*). Quanto à alma, apontando para a metempsicose, brinca com a sua reencarnação, de harmonia com a sua paixão pelos animais, enquanto seu corpo será transportado na bagagem do transe mortal:

Minha alma eu a deixarei, qualquer animal a abrigará: serão férias em outra paragem, olhando através de qualquer janela dita da alma, qualquer janela de

olhos de gato ou de cão. De tigre, eu preferiria. Meu corpo, esse serei obrigada a levar. Mas dir-lhe-ei antes: vem comigo, como única valise, segue-me como a um cão. E irei à frente, sozinha, finalmente cega para os erros do mundo, até que talvez encontre no bar algum bólido que me rebente (*Ib.*).

6. As figuras femininas

Entre as figuras femininas, destacam-se as amigas e as mulheres simples, como as empregadas domésticas.

Em “Encontro perfeito”, na crónica de 18 de Novembro de 1967, Maria Bononi Antunes, sua amiga e comadre, é caracterizada como um “misto de lucidez e instinto, o que a torna um ser completo” (*Ib.*, 45). Seu encontro com ela foi tão perfeito que, “na hora da despedida, Maria disse ‘até amanhã’. Eu me renovei em Maria, espero que ela se tenha renovado em mim, embora não precise” (*Ib.*).

Entre as empregadas, Aninha, “uma mineira calada”, espécie de “aparição muda”, faxineira, teve a ousadia de pedir um livro da autora para ler, declarando: “Gosto de coisas complicadas. Não gosto de água com açúcar” (crónica de 25 de Novembro, *in Ib.*, 48). A loucura de Aninha, na crónica de 16 de Dezembro, é interpretada como uma “doçura de Deus”, embora muito triste: “Ela não gostava de ‘água com açúcar’, e nem o era. O mundo não é. [...] Deus faz doçuras muito tristes. Será que deve ser bom ser doce assim?” (*Ib.*, 55).

Jandira, a cozinheira, mulher “tão forte que é vidente”, pressagia o período feliz que a irmã da cronista atravessava. Espantada com o presságio, aquela comentou: “Bom. Cada um tem a empregada que merece” (*Ib.*, 48).

Ivone, a outra cozinheira, que “não era de brincadeira”, não respondia ao ser interpelada, mas, ao fim de três interpelações, “dava um verdadeiro berro: ‘Chega!!!’” (*Ib.*). Ao ser despedida, respondeu “com voz bem fininha, a mais melosa, humilde e enjoativa que se possa imaginar: “Sim, senhora”” (*Ib.*, 49). No entanto, telefonou várias vezes e visitou pessoalmente a antiga patroa.

A peça *As Criadas*, de Jean Genet, transforma a maneira de encarar as empregadas, sentindo-se “culpada e exploradora”: “Fiquei toda alterada. Vi como as empregadas se sentem por dentro, vi como a devoção que às vezes recebemos delas é cheia de um ódio mortal” (crónica de 2 de Dezembro, *Ib.*, 50). No entanto, nem sempre esse ódio é declarado, como o da argentina, sob a forma de “uma devoção e de uma humildade especiais” (*Ib.*).

O caso de uma empregada que fazia psicanálise, também é objecto de apreciação, pelas suas atitudes angustiadas, revolta e “trinado histérico” (*Ib.*, 51) da sua voz. Acabou sendo despedida.

Interpretando simbolicamente o nome da empregada Eremita, de 19 anos, para além da sua presença física e “doçura próxima a lágrimas”, a crónica “Como uma corça”, de 27 de Janeiro de 1968, caracteriza-a como uma pessoa misteriosa, com a profundidade bebida na floresta, apesar da sua ignorância elementar:

Ah, então devia ser o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta. Decerto nas suas ausências era para lá que ia. Regressando com os olhos cheios de brandura e ignorância, olhos completos. Ignorância tão vasta que nela caberia e se perderia toda a sabedoria do mundo (*Ib.*, 72).

Assim, as funções menores que desempenhava como criada não impediam a “inteireza de espírito que trouxera da floresta”, ela que escondia essa profundidade: “Que se subisse à tona com tudo o que encontrara na floresta seria queimada em fogueira” (*Ib.*).

Outra empregada, objecto da crónica de 23 de Março do mesmo ano, é “Outra Maria, essa ingênua, e Carlota”. A sua ingenuidade é perspectivada a partir de uma breve conversa, na qual a apresentação da cronista em trajes menores, de acordo com a natural intimidade doméstica, serve para Carlota evocar outras patroas, a quem chama “madames”, incluindo uma prostituta: “Todas as madame usa assim mesmo. Trabalhei na casa de uma madame que até recebia visitas de homens de camisola” (*Ib.*, 88).

Na crónica “O arranjo”, de 20 de Julho, contrapõem-se duas espécies de empregadas: uma escrava, “mulher perfeita para cuidar das roupas e das crianças” (*Ib.*,

117); outra, livre, mulher de todos, injuriada pelos patrões, “realmente cansados de distribuir por famílias os seus filhos” (*Ib.*): “Mas ela não era escrava: vivia independente deles e dava à luz os seus próprios filhos, distribuídos depois como gatos, amarelados como a mãe” (*Ib.*, 118).

A “cantilena extremamente harmoniosa” de uma cozinheira, sem ter consciência da sua criatividade, serve de objecto de reflexão na crónica de 16 de Maio de 1970, em “Conversa puxa conversa”. O eu criativo e a evolução do mundo conferem uma espécie de vertigem à cronista:

Ao pensar em “milhares de anos à nossa frente”, deu-me quase uma vertigem pois não consigo contar sequer com a cor que a terra terá. A posteridade existe e esmagará o nosso presente. E se o mundo se cria por ciclos, digamos, é possível que voltemos às cavernas e que tudo se repita de novo? Dói-me até o corpo ao pensar que não saberei jamais como o mundo será daqui a milhares de anos. [...] E a toada que a moça cantava vai dominar esse mundo novo: vai-se criar sem saber. [...]

A empregada é magra e morena, e nela se aloja um “eu”. [...] É estranho ter um corpo onde se alojar, um corpo onde sangue molhado corre sem parar, onde a boca sabe cantar, e os olhos tantas vezes devem ter chorado. Ela é um “eu” (*Ib.*, 289).

A jovem cristina, entrevistadora de Clarice e também entrevistada por ela, para a série *Livro de Cabeceira da Mulher*, da Editora Civilização Brasileira, simboliza, segundo a crónica de 30 de Dezembro de 1967, a juventude brasileira e as suas capacidades: “Muitos rapazes e moças como você, e o Brasil iria para a frente” (*Ib.*, 60). A condição andrógina da escritora, independentemente da sua nacionalidade, é a perspectiva na qual se coloca a cronista:

Perguntou-me se eu me considerava uma escritora brasileira ou simplesmente uma escritora. Respondi que, em primeiro lugar, por mais feminina que fosse a mulher, esta não era uma escritora, e sim um escritor. Escritor não tem sexo, ou melhor, tem os dois, em dosagem bem diversa, é claro. Que eu me considerava apenas escritor e não tipicamente brasileiro (*Ib.*, 59).

Interrogada sobre a preferência pela maternidade ou pela literatura, a escritora opta pela primeira: “como mãe sou mais importante do que como escritora” (*Ib.*). Sobre a delineação das personagens femininas, protesta em parte quanto ao seu protagonismo: “Tenho um personagem masculino que ocupa o livro inteiro, e que não podia ser mais homem do que era” (*Ib.*). Surpreendeu a entrevistadora a resposta sobre o fracasso de escrever: “perguntou-me então por que eu escrevia. E eu não soube responder” (*Ib.*). Sobre a “literatura *engajada*”, o ponto de vista da entrevistada foi positivo: “Na verdade sinto-me engajada. Tudo o que escrevo está ligado, pelo menos dentro de mim, à realidade em que vivemos. É possível que este meu lado ainda se fortifique mais algum dia” (*Ib.*, 61). Quanto à literatura popular, a cronista minimizou a sua relevância no contexto nacional, em face da tirania imperante e da fome generalizada (na mesma entrevista, Clarice, indagada se “era de esquerda”, respondeu “que desejaria para o Brasil um regime socialista. Não copiado da Inglaterra, mas um adaptado a nossos moldes” (*Ib.*, 59):

Perguntou-me o que eu achava da cultura popular. Eu disse que ainda não existe propriamente. Quis saber se eu a considerava importante. Eu disse que sim, mas que havia algo muito mais importante ainda: oferecer oportunidade de ter comida a quem tem fome. A menos que a cultura popular leve o povo a tomar consciência de que a fome dá o direito de reivindicar comida. Vide a nova encíclica que fala no recurso extremo à rebelião em caso de tirania (*Ib.*, 61).

A espera angustiada da chuva estival, na seca Índia, baralha a mãe de 15 filhos, na crônica “Calor humano”, de 13 de Janeiro de 1968: dois dias de falta de água, a ausência de dor, “nenhum sinal de lágrima e nenhum suor” (*Ib.*, 67). Só o anúncio de “um rolar de trovão seco”, ao longe, na esperança de que “agora alguma coisa vai mudar, que choverá ou que cairá a noite” (*Ib.*, 68) faz brotar as lágrimas: “Mas não suporta a espera de uma passagem, e antes da chuva cair, o diamante dos olhos se liquefaz em duas lágrimas. E enfim o céu se abranda” (*Ib.*, 68).

Duas mulheres são sinalizadas na crónica de 23 de Março do mesmo ano a partir de suas ofertas a Clarice Lispector. Ana Luísa, sua vizinha, que assistiu ao incêndio que a vitimou e é testemunha das suas insónias, mãe de Luciana, de sete ou nove anos, e de um menino de três anos, resolve presenteá-la com um polvo, porque se sentiu representada nas palavras da cronista: “Sou tímida mas tenho direito de ter meus impulsos; o que você escreveu hoje no jornal foi exatamente como eu sinto” (*Ib.*, 86). A ginecologista Dra. Maria B. oferece à escritora “as rosas mais lindas do mundo” (*Ib.*, 88), depois de chorar ao telefone, lamentando que ela desistisse de escrever romances.

Calúnias e intrigas são a resposta da escritora em “Estritamente feminino”, na crónica de 25 de Maio de 1968, à crítica de uma das assessoras à sua ausência do festival *As Escritoras se Reúnem Hoje no Rio em Festival*, contrapondo que só lhe “telefonaram uma vez, e não duas como relataram” (*Ib.*, 105) e que a sua *resposta literal* tinha sido que “lamentava não poder comparecer porque estaria nessa data fora do Rio” (*Ib.*). Acrescenta que a sua grande amiga e poeta Marly de Oliveira foi citada como presente, quando já se encontrava quinze dias antes em Buenos Aires, onde pretendia “morar alguns anos”.

A crónica de 8 de Junho do mesmo ano apresenta duas secções sobre a mulher: “Mulher demais” e “Ideal burguês”. A primeira desmonta os estereótipos da beleza fugaz e da segregação feminina (“desconfio de que a coluna ia era descambar para assuntos estritamente femininos, na extensão em que *feminino* é geralmente tomado pelos homens e mesmo pelas próprias humildes mulheres: como se mulher fizesse parte de uma comunidade fechada, à parte, e de certo modo segregada” – *Ib.*, 108), enquanto a segunda exprime a capacidade de ordenar o que é caótico, particularmente desempenhada pela função de secretária, que, no entanto, para a cronista, não substitui as responsabilidades maternas (cf. *Ib.*, 108-110).

O drama da timidez feminina é desenvolvido na crónica “A Bravata”, de 26 de Outubro, a propósito de uma professora primária, confrontada com a dificuldade de se apresentar com autenticidade, sem subterfúgios mascarados com a cosmética feminina (“Toda vestida, com uma máscara de pintura no rosto – ah *persona*, como não usar e enfim ser! -, sem coragem, sentou-se na poltrona de sua sala tão conhecida e seu coração pedia para ela não ir” – *Ib.*, 147), negando convites. O reencontro com

um antigo amante não impediu o seu sofrimento naquele coquetel de colegas e só o sonho daquela noite pôde apaziguar a sua inquietação:

E no escuro daquela noite primaveril ela era uma mulher infeliz. Sim, era diferente. Mas sim, era tímida. Sim, era supersensível. Sim, vira um amor passado. O escuro e o perfume da primavera. O coração do mundo batia-lhe no peito. [...] Foi para casa como uma foragida do mundo. Era inútil esconder: a verdade é que não sabia viver. Em casa estava agasalhante, era se olhou ao espelho quando estava lavando as mãos e viu a *persona* afivelada no seu rosto: a *persona* tinha um sorriso de palhaço. Então lavou o rosto e com alívio estava de novo com a alma nua. [...] A pílula de dormir começava a apaziguá-la. E a noite incomensurável dos sonhos começou (*Ib.*, 148).

“O ritual” do adorno feminino volta a ser objecto de reflexão na crónica de 23 de Novembro, agora a propósito de si própria, na hesitação entre o parecer e o ser:

Enfeitar-se é um ritual tão grave. A fazenda não é um mero tecido, é matéria de coisa. É a esse estofo que com meu corpo eu dou corpo. Ah, como pode um simples pano ganhar tanta vida? [...] Bonita, nem um pouco, mas mulher. Meu segredo ignorado por todos e até pelo espelho: mulher. Brincos? Hesito. Não. Quero a orelha apenas delicada e simples – alguma coisa modestamente nua. [...] E fica de um feio hierático como o de uma rainha egípcia, com o pescoço alongado e as orelhas incongruentes. Rainha egípcia? Não, sou eu, eu toda ornada como as mulheres bíblicas (*Ib.*, 154).

A alma feminina de uma dona de casa brota da secção “O terremoto”, na mesma crónica, quando, depois das compras, dos telefonemas e do almoço dos filhos, sentiu um choro, sem lágrimas, vindo do mais profundo de si mesma, abalando-a como um terremoto:

Então – então do ventre mesmo, como de um longínquo estremecer de terra [...] – vem afinal o grande choro, um choro quase mudo, [...] aquele que ela não quis nem previu – sacudida como uma árvore que é sempre mais sacudida que a fraca – e afinal rebentados canos e veias e tendões pela grossura da água

salgada do choro. Só depois que passa percebe que nenhuma lágrima a molhou. Foi o seco terremoto de um choro (*Ib.*, 154-155).

Maria, mãe de Jesus, é o arquétipo superior feminino, explicitado na crónica de 21 de Dezembro. Em “Anunciação”, a partir do quadro do italiano Savelli, Maria, grávida, “aperta a garganta com a mão, em surpresa e angústia” (*Ib.*, 158) perante a missão, anunciada “como destino seu e destino para a humanidade através dela”, arquétipo da missão individual perante o mundo inteiro (*Ib.*):

É a mais bela e cruciante verdade do mundo.

Cada ser humano recebe a anunciação: e, grávido de alma, leva a mão à garganta em susto e angústia. Como se houvesse para cada um, em algum momento da vida, a anunciação de que há uma missão a cumprir.

A missão não é leve: cada homem é responsável pelo mundo inteiro (*Ib.*).

Em “A Virgem em todas as mulheres”, ela figura o arquétipo feminino universal: na gravidez, cada mulher “sabe que dará à luz um ser que seguirá forçosamente o caminho de Cristo, caindo na sua vida muitas vezes sob o peso da cruz” (*Ib.*). Em complementaridade, no diálogo masculino/feminino, surge Cristo e São José. “Cristo seria alegre se não precisasse mostrar ao mundo a dor do mundo: como homem era um ser perfeito e por isso teria alegrias perfeitas” (*Ib.*). S. José é o “símbolo da humildade” e da “bondade”: “Ele sabia que não era o pai da Criança e cuidava da virgem grávida como se ele a tivesse germinado [...]. É o autoapagamento no grande momento histórico. Ele é o que vela pela humanidade” (*Ib.*, 158. 159).

Em “Dia das mães”, a crónica de 13 de Maio de 1972 explana a história de uma bailarina do corpo de baile do Municipal, “muito frágil, quase sem peso, com busto de menina-moça” (*Ib.*, 416) que não desistia de ter um filho, ela que tinha “um aparelho genital infantil” e, embora “fértil”, não podia conceber. A cronista olha-a “quase no escuro”, reconhecendo a sua luta corajosa: “Sofrida, machucada, corajosa. Sim, ela era uma mãe, a dançarina de Degas” (*Ib.*, 417).

A dignidade de ser mãe, no entanto, não pode negar o direito à liberdade individual, como o caso dessa mãe da crónica de 15 de Dezembro de 1973 que, como

um “cavalo bravio”, “dava uma fugida”: “Como convencê-los de que além de mãe era ela. E essa pessoa que exigia a liberdade de comer pipocas na rua” (*ib.*, 475).

7. O mundo vegetal e animal

Sensível à Natureza, a obra de Clarice Lispector assenta, em grande parte, na fonte inspiradora, tanto referencial como metafórica, do mundo vegetal e animal, como interação harmoniosa com a figuração humana.

A cronística não é exceção a essa abordagem, já que contempla várias histórias e reflexões que têm como fulcro esse mundo.

“Rosas silvestres”, na crónica de 25 de Maio de 1968, é a expressão metafórica do mundo: “Só esta expressão *rosas silvestres* já me faz aspirar o ar como se o mundo fosse uma rosa crua” (*ib.*, 105). E explica: “o perfume delas, meu Deus, me dá ânimo para respirar e viver” (*ib.*). O segredo de tal ânimo provém da sua capacidade progressivamente exalante: “à medida que vão envelhecendo vão perfumando mais” (*ib.*). O auge desse perfume é atingido no momento terminal: “Quando finalmente morrem, quando estão mortas, mortas – aí então, como uma flor renascida no berço “paradoxo parece simbolizar a coroação de uma missão cumprida até à exaustão: “Mas como jogá-las fora se, mortas, elas têm a alma viva?” (*ib.*, 106). O aproveitamento desse perfume vital a partir das suas pétalas, na “gaveta de roupa”, desperta o desejo de imitação: “Era assim que eu queria morrer: perfumando de amor. Morta e exalando a alma viva” (*ib.*). As rosas silvestres, em ramos de trepadeira, simbolizam, deste modo, a utopia de um mundo belo e harmonioso, profundamente amado e buscado até à morte: “Rosas silvestres, eu vos amo. Diariamente morro por vosso perfume” (*ib.*).

Esta exaltação do perfume, bem simbólica do mundo feminino e do cosmo em geral, concretiza-se também na flor do jasmim, no “cheiro do mar” e da terra, em “Os perfumes da terra”, da crónica de 7 de Setembro. A arte de se perfumar, como função auto-identificadora, provém, afinal, de “uma sabedoria instintiva”: “E eu me perfume para intensificar o que sou. Por isso não posso usar perfumes que me contrariem. [...] E

como toda a arte, exige algum conhecimento de si própria. Uso um perfume cujo nome não digo: é meu, sou eu” (*lb.*, 132-133). Daqui a relação perfume e segredo: “é bom perfumar-se em segredo” (*lb.*, 133).

O perfume das flores atinge o seu máximo esplendor natural na estação primaveril, como se destaca na crónica de 5 de Outubro, “Eu sei o que é a primavera”. Mais uma vez, o mundo vegetal, agora no seu estádio renovador, simboliza o próprio eu, integrado na Natureza, em diálogo humilde e aberto com a pluralidade dos outros e plenitude do “grande Outro”:

Sei o que é a primavera porque sinto um perfume de pólen no ar, que talvez seja o meu próprio pólen, sinto estremecimento à toa quando um passarinho canta, e sinto que sem saber eu estou reformulando a vida. Porque estou viva. A primavera torturante, límpida e mortal que o diga, ela que me encontra cada ano tão pronta para recebê-la. [...] Aceito esta minha cabeça à chuva tremeluzente da primavera, aceito que eu existo, aceito que os outros existam porque é direito deles e porque sem eles eu morreria, aceito a possibilidade do grande Outro existir apesar de eu ter rezado pelo mínimo e não me ter sido dado” (*lb.*, 141).

Desafio de viver, mesmo sangrando, e aceitação da morte, “de amor pungente e coração enfraquecido”, é a grande lição da Primavera: “Ser às vezes sangra. Mas não há como sangrar pois é no sangue que sinto a primavera. Dói. [...] E sinto que um dia na primavera é que vou morrer” (*lb.*).

Em “Primavera se abrindo”, da crónica de 4 de Outubro de 1969, a oferta de uma “planta, prímula” remete para a complexidade cósmica: “tão misteriosa que no seu mistério está contida a explicação inexplicável de uma presença divina: o segredo do cosmos” (*lb.*, 237). Como uma máquina programada, as suas flores abrem-se, anunciando a Primavera:

Quando se aproxima a primavera, suas folhas morrem e em lugar delas nascem várias flores fechadas. A cor é roxo-violeta e branco, e mesmo fechadas têm um perfume feminino e masculino que é extremamente estonteador.

O segredo destas flores fechadas é que exatamente no primeiro dia da primavera elas se abrem e se dão ao mundo. Como? Mas como sabe essa modesta planta que a primavera acaba de se iniciar? E as flores se abrem de repente. A gente está sentada perto, olhando distraída, e eis que elas vagamente vão se abrindo e se entregando à nova estação, sob os nossos olhos espantados (*Ib.*, 237-238).

A citação do Livro do *Eclesiástico* (24:33) consagra esta crónica primaveril, num apontamento espiritual digno de registo: “Cresci como a vinha de frutas de agradável odor e minhas flores são frutos de glória e abundância” (*Ib.*, 238).

“O milagre das folhas”, caindo delicadamente no cabelo e nos cílios da cronista, é objecto da crónica de 4 de Janeiro de 1969, ao significar a relação entre os outros e o eu, nem sempre pacífica e racional, mas também a escolha de Deus:

O milagre das folhas. Estou andando pela rua e do vento me cai uma folha exatamente nos cabelos. A incidência da linha de milhões de folhas transformadas em uma única, e de milhões de pessoas a incidência de reduzi-las a mim. Isso me acontece tantas vezes que passei a me considerar modestamente a escolhida das folhas. Com gestos furtivos tiro a folha dos cabelos e guardo-a na bolsa, como o mais diminuto diamante. Até que um dia, abrindo a bolsa, encontro entre os objetos a folha seca, engelhada, morta. Jogo-a fora: não me interessa fetiche morto como lembrança. E também porque sei que novas folhas coincidirão comigo.

Um dia uma folha me bateu nos olhos. Achei *Deus* de uma grande delicadeza (*Ib.*, 165-166).

Em “Brain Storm”, da crónica de 22 de Novembro do mesmo ano, as flores do campo são evocadas como símbolo de beleza simples e natural, não cultivada, como é preconizado na espiritualidade franciscana:

Vejo as flores na jarra: são flores-do-campo, nascidas sem se plantar, são lindas e amarelas. Mas minha cozinheira disse: mas que flores feias. Só porque é difícil compreender e amar o que é espontâneo e franciscano. Entender o

difícil não é vantagem, mas amar o que é fácil de se amar é uma grande subida na escala humana (*lb.*, 245).

A metáfora da “rosa da semana” é, na crónica de 11 de Julho de 1970, aplicada ao sábado e ao domingo de manhã: “e ao vento sábado era a rosa de nossa insípida semana” (*lb.*, 297).

No Dia da Árvore, a crónica de 21 de Setembro contempla “Um reino cheio de mistério”. Reivindicando o dia da plantação, a cronista faz considerações sobre o acto de plantar e da espera paciente da colheita, tal como na criação artística, partilhando a experiência nas culturas do milho e do tomate: “Esperar que algo amadureça é uma experiência sem par: como na criação artística em que se conta com o vagaroso trabalho do inconsciente. Só que as plantas são a própria inconsciência” (*lb.*, 317). A contemplação do reino vegetal, no Jardim Botânico, é um transporte “para um novo reino”:

Entrar no Jardim Botânico é como se fôssemos trasladados para um novo reino. Aquele amontoado de seres livres. O ar que se respira é verde. E úmido. É a seiva que nos embriaga de leve: milhares de plantas cheias de vital seiva. Ao vento as vozes translúcidas das folhas de plantas nos envolvem num suavíssimo emaranhado de sons irreconhecíveis. Sentada ali num banco, a gente não faz nada: fica apenas sentada deixando o mundo ser. O reino vegetal não tem inteligência e só tem um instinto, o de viver. Talvez essa falta de inteligência e de instintos seja o que nos deixa ficar tanto tempo sentada dentro do reino vegetal (*lb.*, 318).

Em “Dicionário”, a crónica de 3 de Abril de 1971 regista, sem ordem alfabética, várias entradas de verbetes do reino vegetal: néctar, pistilo, pólen, estame, fecundação, rosa, cravo, girassol, violeta, sempre-viva, margarida, palma, orquídea, tulipa, florzinha dos trigais, angélica, jasmim, estrelícia, “azaleia”, dama-da-noite, flor de cactos, “edelvais”, gerânio, vitória-régia. Mais do que definições ou caracterizações botânicas, os verbetes expressam o olhar particular da cronista, como o da “rosa”:

Rosa – É a flor feminina, dá-se toda e tanto que para ela própria só resta a alegria de se ter dado. Seu perfume é de um mistério feminino, se profundamente aspirada, toca no fundo do coração e deixa o corpo todo perfumado. O modo de ela se abrir em mulher é belíssimo. Suas pétalas têm um gosto bom na boca, é só experimentar. As vermelhas ou as *príncipe negro* são de grande sensualidade. As amarelas dão um alarme alegre. As brancas são a paz. As cor-de-rosa são em geral mais carnudas e têm a cor por excelência. As alaranjadas são sexualmente atraentes (*Ib.*, 338).

O apelo à partida eterna é expresso na alegoria “Flor mal-assombrada e viva demais”, na crónica de 6 de Maio de 1972, decodificada como o “encontro temerário” da abelha (a cronista) com a flor, a rosa:

[...] era como se eu nunca tivesse visto uma flor – era alguma coisa perfeita e cheia de graça que parece sobre-humana mas é vida – e com medo inventei que aquela flor era a alma de alguém que acabara de morrer [...] e a flor estava tão vibrante como se houvesse uma abelha perigosa rondando-a [...] melhor dizer que a abelha e a flor emocionadas se encontravam, vida contra vida, vida a favor da vida – [...] a abelha era eu – e a flor tremia diante da doçura perigosa da abelha – [...] não entendo que se possa ter medo de uma rosa – pois a flor era uma rosa – [...] e as flores e as abelhas já me chamam – [...] e na verdade profundamente eu quero ir – é o encontro meu com meu destino esse encontro temerário com a flor (*Ib.*, 415).

“A rosa branca”, na crónica de 23 de Setembro, fecha a série do mundo vegetal. A flor é caracterizada com duas metáforas em sinestesia, a da “catedral de vidro” e a do coral infantil, a duas vozes, ambas figurativas da espiritualidade:

Corola alta: que extrema superfície. Catedral de vidro superfície da superfície, inatingível. Pelo teu talo duas vozes à terceira e à quinta e à nona se unem em coral – crianças sábias abrem bocas de manhã e entoam espírito, leve superfície de espírito, superfície intocável de uma rosa (*Ib.*, 424).

Na invocação que lhe dirige, confronta-se a dilacerante contradição entre o delicado desejo da sua alegre harmonia e o pudor verbal de um “coração grosseiro”:

Não abaixo minha cabeça rosnante: quero ao menos sofrer tua vitória com o sofrimento angélico de tua harmonia, de tua alegria. Mas dói-me o coração grosseiro como em amor por um homem. E das mãos tão grandes saem as palavras envergonhadas (*Ib.*).

Recorrente na obra clariciana, o bestiário confere à escrita uma “carga emblemática”, na expressão de Carlos Mendes de Sousa (SOUSA, 235), com a “presença obsessiva” de várias figuras:

O animal começa por ser entrevistado como um dos mais óbvios e indispensáveis signos numa caracterização da escrita de Clarice Lispector, cuja fundamentação podemos encontrar algo no ovo, figura fundadora. Falar em Clarice Lispector é falar da barata ou da galinha ou do cavalo e poder-se-ia, seguidamente, continuar com um extenso rol: o cão, um búfalo, um mico, uma esperança, etc. No entanto, os três primeiros constituem uma tríade obsessiva [...] um funcionamento singular (SOUSA, 235).

Em “Uma história de tanto amor”, da crónica de 10 de agosto de 1968, correspondente a um conto homónimo de *Felicidade Clandestina* (1971), “Era uma vez uma menina que observava tanto as galinhas que lhes conhecia a alma e os anseios íntimos” (*D.M.*, 123). A pretensa doença de fígado que ela diagnosticara numa das suas galinhas (Pedrina e Petronilha) mais não era do que uma característica galinácea, pois “o cheiro debaixo das asas era aquela morrinha mesmo” (*Ib.*, 123):

A menina ainda não tinha entendido que os homens não podem ser curados de serem homens e as galinhas de serem galinhas: tanto o homem como a galinha têm misérias e grandeza (a da galinha é a de pôr um ovo branco de forma perfeita) inerentes à própria espécie (*Ib.*, 123-124).

A decepção da menina, ao deparar com o abate da galinha Petronilha, quando regressa a casa, depois um dia fora, corresponde a um amor gratuito que foi contrariado pela família: “A menina era criatura de grande capacidade de amar: uma galinha não corresponde ao amor que se lhe dá e no entanto a menina continuava a amá-la sem esperar reciprocidade” (*ib.*, 124). Por isso, “passou a odiar todo o mundo da casa, menos sua mãe que não gostava de comer galinha e os empregados que comeram carne de vaca ou de boi” (*ib.*). Comportamento diferente foi verificado quando, “um pouco maiorzinha”, o seu amor por outra galinha, a Eponina, era “mais realista e não romântico: era o amor de quem já sofreu por amor” (*ib.*). Por isso, ao chegar “a vez de Eponina ser comida, a menina não apenas soube como achou que era o destino fatal de quem nascia galinha” (*ib.*, 124-125). O amadurecimento racional e afectivo da menina fê-la compreender o drama da solidão dos animais: “As galinhas pareciam ter a presciência do próprio destino e não aprendiam a amar os donos nem o galo. Uma galinha é sozinha no mundo” (*ib.*, 125). Em compensação, recordou as palavras da mãe no momento do primeiro desgosto: “comeu Eponina mais do que todo o resto da família, comeu sem fome, mas com um prazer quase físico porque sabia agora que assim Eponina se incorporaria nela e se tornaria mais sua do que em vida” (*ib.*). O pormenor do “ritual pagão” do “molho pardo” com o qual Eponina foi cozinhada reforça essa nova relação de posse entre a menina e a sua favorita: “De modo que a menina, num ritual pagão que lhe foi transmitido de corpo a corpo através dos séculos, comeu-lhe a carne e bebeu-lhe o sangue” (*ib.*). No entanto, tal não impediu a normal evolução afectiva da menina, apesar dos “ciúmes” que, nessa refeição tinha “de quem também comia Eponina”: “A menina era um ser feito para amar até que se tornou moça e havia os homens” (*ib.*).

Em “Nossa Truculência”, de 13 de Dezembro de 1969, a cronista como que retoma o desfecho da história anterior, repensando a nossa tendência canibal, a partir do prato de galinha ao molho pardo:

Quando penso na alegria voraz com que comemos galinha ao molho pardo, dou-me conta de nossa truculência. Eu, que seria incapaz de matar uma galinha, tanto gosto delas vivas mexendo o pescoço feio e procurando minhocas. Deveríamos não comê-la e ao seu sangue? Nunca. Nós somos

canibais, é preciso não esquecer. É respeitar a violência que temos. E, quem sabe, se não comêssemos a galinha ao molho pardo, comeríamos gente com seu sangue. [...] A nossa vida é truculenta: nasce-se com sangue e com sangue corta-se a união que é o cordão umbilical. E quantos morrem com sangue. É preciso acreditar no sangue como parte de nossa vida. A truculência. É amor também (*Ib.*, 252).

Em *A Vida Íntima de Laura* (1974), a autora descreve o modo de comer a “galinha ao molho pardo”, acrescentando que “as pessoas são uma gente meio esquisitona”, perguntando “há quanto tempo existe galinha na terra” e respondendo que não sabe. Carlos Mendes de Sousa, citando DELEUZE e GUATTARI (1989: 23), sobre o “sub-humano de um devir-animal” no universo de Kafka (cf. SOUSA, 2000: 241), declara:

Matar a galinha acolhida e amada e depois comê-la é um modo de participar dela, devindo-se animal, e de um modo de, ao mesmo tempo, activar um movimento desterritorializador que instaura o gesto literário, Para isso contribui, sem dúvida, a paródia face os ritos sacrais (SOUSA, 2000, 242).

Mas é a “Atualidade do ovo e da galinha”, em três crônicas (5, 12 e 19 de Julho de 1969) que ocupa a parte fulcral das fábulas relativas ao reino animal. Símbolo da gênese da vida animal, o ovo atrai a cronista, convidando-a a meditar no mistério dessa energia celular, imagem do Deus criador, mas também metáfora da vida humana:

- Você é perfeito, ovo. [...] A você dedico o começo. [...] O ovo é uma exteriorização: ter uma casca é dar-se. [...] O ovo é a alma da galinha. [...] Eu te amo, ovo. [...] O ovo nunca lutou para ser um ovo. O ovo é um dom. [...] De ovo a ovo chega-se a Deus, que é invisível a olho nu. [...] O ovo é o grande sacrifício da galinha. [...] O ovo é o sonho atingível pela galinha. [...] Viver leva à morte. [...] Sobreviver chama-se manter a luta contra a vida que é mortal. Ser uma galinha é isso. [...] A nossa visão de sua vida interior é o que chamamos de *galinha*. [...] A galinha olha o horizonte (*Ib.*, 207-209).

Efectivamente, o ovo considerado pela cronista ultrapassa o significado imediato e literal para metaforizar o próprio amor humano, sobretudo o amor verdadeiro:

Comecei a falar da galinha e de há muito já não estou falando da galinha. Mas ainda estou falando do ovo. [...] A um certo modo de olhar, a um jeito de dar a mão, nós nos reconhecemos e a isto chamamos de amor. [...] Amor, sobretudo entre homem e mulher, é quando é concedido participar um pouco mais. Poucos querem o amor verdadeiro, porque o amor é a grande desilusão de tudo o mais. E poucos suportam perder todas as outras ilusões. [...] Há os que se voluntariam para o amor, pensando que o amor enriquecerá a vida pessoal. É o contrário: o amor é finalmente a pobreza. Amor é não ter (*Ib.*, 211).

A reflexão sobre a vida continua até a cronista se lembrar de que esqueceu o ovo, esperando um dia que “ele se locomova do espaço” até à sua janela, que desde sempre deixou aberta, a janela da comunicação com o mundo: “E talvez de madrugada baixe no nosso edifício o ovo. Sereno até a cozinha. Iluminando-a com minha palidez” (*Ib.*, 214).

“Cinco relatos e um tema”, na crônica de 26 de Julho do mesmo ano, apresenta a história alegórica da morte das baratas: “Esta história poderia chamar-se *As estátuas*. Outro nome possível é *O assassinato*. E também *Como matar baratas*” (*Ib.*, 214). De três “histórias verdadeiras, porque nenhuma delas mente a outra” forma uma única, podendo ser, como os contos de Xerazade, das *Mil e Uma Noites*, “mil e uma, se mil e uma noites me dessem” (*Ib.*). De comum às cinco histórias estão a ameaça da invasão das baratas e a busca de uma receita da sua exterminação. Na terceira história, *As estátuas*, impõe-se o espectáculo visual das múmias exterminadas, como em Pompeia, após a sua derrocada pela erupção vulcânica do Vesúvio, no ano 79 d.C. Na quarta, ressurgem em fila as baratas. Na quinta, a história é apenas esboçada a partir de um optimismo filosófico leibniziano, indiciando uma mudança de atitude em face das anteriores vítimas, nem que seja num espaço longínquo, como a Polinésia: “A quinta história chama-se *Leibnitz e a transcendência do amor na Polinésia*” (*Ib.*, 216). De qualquer modo, interessa assinalar o tormento psicológico da cronista perante as

vítimas, numa defesa indirecta e irónica da Vida e de todos os seres vivos, ainda que pareçam ameaçadores e asquerosos. Afinal, por mais que se ameacem os seres vivos, eles conseguem ressurgir das cinzas, como a mítica ave da fénix:

Meticulosa, ardente, eu aviava o elixir da longa morte. Um medo excitado e meu próprio mal secreto me guiavam. Agora eu só queria gelidamente uma coisa: matar cada barata que existe. [...] Acordei horas depois em sobressalto de atraso. Já era de madrugada. Atravessei a cozinha. No chão da área lá estavam elas, duras, grandes. Durante a noite eu matara. Em nosso nome, amanhecia. No morro um galo cantou.

Sou a primeira testemunha do alvorecer em Pompeia. Sei como foi esta última noite, sei da orgia no escuro.

A quarta narrativa inaugura nova era no lar. [...] Mas olho para os canos, por onde esta mesma noite renovar-se-á uma população lenta e viva, em fila indiana. Eu iria então renovar todas as noites o açúcar letal? Como quem já não dorme sem a avidez de um rito. [...] Estremeci de mau prazer à visão daquela vida dupla de feiticeira. [...] Áspero instante de escolha entre dois caminhos que, pensava eu, se dizem adeus, e certa de que qualquer escolha seria a do sacrifício: eu ou minha alma. Escolhi. E hoje ostento secretamente no coração uma placa de virtude: “Esta casa foi detetizada” (*ib.*, 214-216).

A “Morte de uma baleia”, na crónica de 17 de Agosto de 1968, reforça este sentido de repúdio da morte e da consciência da vida, não só em relação aos animais mas também aos seres humanos, ao mesmo tempo que a morte surge como um motivo de reflexão sobre a grandeza e os limites da condição humana:

Não, não fui vê-la: detesto a morte. Deus, o que nos prometeis em troca de morrer? [...]

Fora das vezes em que quase morri para sempre, quantas vezes num silêncio humano – que é o mais grave de todos do reino animal –, quantas vezes num silêncio humano minha alma agonizando esperava por uma morte que não vinha. [...] Morri de muitas mortes e mantê-las-ei em segredo até que a morte do corpo venha, e alguém, adivinhando, diga: esta, esta viveu. [...]

Nunca atingiremos em nós o ser humano: a busca e o esforço serão permanentes. E quem atinge o quase impossível estágio de Ser Humano, é justo que seja santificado.

Porque desistir de nossa animalidade é um sacrifício (*Ib.*, 125-128).

“O Intransponível”, na crónica de 25 de Novembro de 1969, conta a história de uma menina ruiva, dona de um *basset* “lindo e miserável”, também ruivo. Apesar da comunicação entre ambos, o cão aprisionado liberta-se da sua condição, deixando a dona espantada: “Acompanhou-o com olhos pretos que mal acreditavam, [...] até vê-lo dobrar a outra esquina. Mas ele foi mais forte que ela. Nem uma só vez olhou para trás” (*Ib.*, 244).

Em fábula anedótica, “Em diálogo”, na crónica de 30 de Novembro de 1968, o filho-cachorro responde ao pai-cachorro que tem estudado muito, não propriamente matemática, ciências, geografia ou filosofia ou história, mas línguas estrangeiras: “E o que é que você aprendeu em línguas estrangeiras?” Responde o filho-cachorro: “Miau” (*Ib.*, 157). Moral da história: o instinto canino faz do gato um inimigo.

“Uma experiência ao vivo”, na crónica de 15 de Agosto de 1970, apresenta o teste de leitura feito a quatro crianças (de cinco, sete, dez e 12 anos), em grupo, na base da história infantil *O Mistério do Coelho Pensante* (1967), teste que se revelou positivo, pois a história “tocou as quatro idades de modo diverso, e a leitura era frequentemente interrompida por sugestões e perguntas” (*Ib.*, 305). Naturalmente, as crianças prendem-se aos pormenores da fábula: o mistério da fuga do animal; a força das suas patas, capaz de levantar “sozinho o tampo de ferro de sua casinhola e o recolocava no lugar”; os óculos do coelho de papel. No entanto, para a autora, o teste “valeu por uma *noite de autógrafos* mais real que as reais” (*Ib.*, 306), esquecendo que escrevera a história e entrou “completamente no jogo”.

A relação afectiva entre uma criança e um animal continua em “O pequeno monstro”, na crónica de 10 de Outubro do mesmo ano, com a protecção de um caracol por um aluno de nove anos:

Seu segredo é um caracol. Do qual não esquece um instante. [...] Ele o cria numa caixa de sapatos com cuidado. Com gentileza, diariamente finca-lhe

agulha e cordão. Com cuidado, adia-lhe atentamente a morte. Seu segredo é um caracol criado com insônia e precisão (*Ib.*, 316).

“Nada mais que um inseto”, na crônica de 31 de Outubro do mesmo ano, focaliza uma *esperança*, animal “de bom augúrio”, uma vida frágil, mas viva, proporcionando à cronista motivos de observação, imaginação e reflexão, na sua relação com os seres humanos:

Parecia com um raso desenho que tivesse saído do papel e, verde, andasse. Mas andava, sonâmbula, determinada. [...] Seu mecanismo interior não era trêmulo, mas tinha o estremecimento regular do mais frágil relógio. Como seria o amor entre duas esperanças? [...] Mas onde estariam nela as glândulas de seu destino, e as adrenalinhas de seu seco e verde interior? Pois era um ser oco, um enxerto de gravetos, simples atração eletiva de linhas verdes. Como eu? Eu. Nós? Nós. Nessa magra esperança de pernas altas, que caminharia sobre um seio sem nem sequer acordar o resto do corpo, nessa esperança que não pode ser oca, nessa esperança a energia atômica sem tragédia se encaminha em silêncio. Nós? Nós (*Ib.*, 318-319).

Em “Bichos (I)” e “Bichos (Conclusão)”, nas crônicas de 13 e 20 de Março de 1971, a cronista recorda alguns dos animais que abordou na sua escrita: o cão, o gato, a tartaruga, as galinhas, os coelhos, os cavalos, os peixes, os lobos... Destes não lhe interessa a tartaruga: “Esse animal que nos vem da era terciária, dinossáurico [...] é por demais estúpido, não entra em relação com ninguém, nem consigo próprio. O ato de amor de duas tartarugas não deve ter calor nem vida” (*Ib.*, 333). Do gato diz que “não ri nunca”, mas “sabe brincar” (*Ib.*). De um cão proclama a maior entrega: “Nenhum ser humano me deu jamais a sensação de ser tão totalmente amada como fui amada sem restrições por esse cão” (*Ib.*, 334). A estranheza dos coelhos desperta-lhe reacções contrastantes. É sensível à sua mudez e “desinibida relação sexual”, mas considera fúteis e pouco profundas as suas relações mútuas. Parecem conformados quando aprisionados, mas são livres, “o que não combina com a sua superficialidade” (*Ib.*, 335). Também os peixes no aquário a inquietam, por pertencerem a um reino que não lhe é familiar: “eles comem até estourar, não sabem parar [...]. São seres aterrorizados

quando pequenos, perigosos quando grandes” (*Ib.*, 336). Embora nunca lhe ocorresse ter uma coruja, reporta a relação entre uma amiga e um filhote de coruja, até ao momento em que, “num arranco, como se estivesse em luta consigo mesmo”, se libertou, “voando para as profundezas do mundo” (*Ib.*, 335). A sua paixão por cavalos está bem atestada no romance *A Cidade Sitiada*, “onde de noite o cavalo branco, rei da natureza, lançava para o ar o seu longo relincho de glória” (*Ib.*). A singular e insubstituível relação entre homem e bichos é sublinhada de modo vivo e veemente: “Ter bicho é uma experiência vital. E a quem não conviveu com um animal falta-lhe um certo tipo de intuição do mundo vivo. Quem se recusa à visão de um bicho está com medo de si próprio” (*Ib.*). Esta relação entre a cronista e o mundo animal é tão profunda que chega a confundir-se com ele, falando de uma secreta nostalgia por “não ter nascido bicho”:

Mas às vezes me arrepio vendo um bicho. Sim, às vezes sinto o mudo grito ancestral dentro de mim quando estou com eles: parece que não sei mais quem é o animal, se eu ou o bicho, e me confundo toda, fico ao que parece com medo de encarar meus próprios instintos abafados que, diante do bicho, sou obrigada a assumir, exigentes como são, que se há de fazer, pobres de nós. Conheci uma mulher que humanizava os bichos, emprestando-lhes suas próprias características. Mas eu não humanizo os bichos, acho que é uma ofensa – há que respeitar-lhes a natura – eu é que me animalizo. [...] Não ter nascido bicho parece ser uma de minhas secretas nostalgias. Elas às vezes clamam do longe de muitas gerações e eu não posso responder senão ficando desassossegada. É o chamado (*Ib.*, 334. 337).

No entanto, na crónica “Amor”, de 11 de Setembro do mesmo ano, desconstrói-se a estranha relação de posse de um quati por um homem, como de um cão se tratasse. Penetrando na contraditória gama de sentimentos que poderia unir esse animal ao seu dono, como amor e ódio, a cronista repele a instrumentalização desse ser a ponto de lhe adulterar a essência, tomando a sua defesa sem qualquer ambiguidade:

Penso também na iminência de ódio que há no quati. Ele sente amor e gratidão pelo homem. Mas por dentro não há como a verdade deixar de existir: e o quati só não percebe que o odeia porque está vitalmente confuso. [...] Estremeço ao pensar no fatal acaso que fizesse esse quati se deparar com outro quati, e neste reconhecer-se, ao pensar nesse instante em que ele ia sentir o mais feliz pudor que nos é dado: eu... nós... Bem sei que ele teria direito quando soubesse de massacrar o homem com o ódio pelo que de pior um ser pode fazer a outro ser: adulterar-lhe a essência a fim de usá-lo. Eu sou pelo bicho e tomo o partido das vítimas do amor ruim. Mas imploro ao quati que perdoe o homem e que o perdoe com muito amor. Antes de abandoná-lo (*ib.*, 375).

A liberdade animal é, deste modo, objecto insistente da cronística clariciana. É o que indicia “Cisne” (27 de Novembro), através do voo de “seus braços compridos e desajeitados” (*ib.*, 391), no “olhar estúpido” que “só combinava com as larguras do pensamento pleno”, parecendo “arriscar a vida” (*ib.*).

É também a mensagem de “Taquicardia a dois”, na crónica de 15 de Abril de 1972, a propósito do sabiá que entrou na sala de uma amiga:

O coraçãozinho do sabiá batia em louca taquicardia. E o pior é que minha amiga estava toda taquicárdica. Ali ficaram os dois tremendo por dentro [...]. Então ela se levantou devagar para não assustar o que estava vivo na sua mão. Chegou junto da janela. O sabiá compreendeu. Minha amiga espalmou a mão, onde o sabiá permaneceu por uns instantes. E de súbito deu uma voadinha lindíssima de tanta liberdade (*ib.*, 412).

Esta consagração do valor da liberdade tem algo a ver com a imagem de um cavalo bravo, em “Análise mediúnica”, na crónica de 15 de Dezembro de 1973, usada por Maria Augusta (Eva, “para efeitos de trabalho mediúnico”), a propósito da desordem e da indisciplina dos papéis da escritora. Aconselhada a pôr rédeas a esse cavalo bravo, a visada, apesar de desagradada, ouviu atentamente a sua orientação espiritual, como a aceitação das imperfeições pessoais, “a mente fria e o coração quente”, a calma, a identificação com as suas características próprias:

Você tem um dinamismo interno que é um pouco violento e impulsivo. Que eu seria até capaz de fazer coisas ótimas mas eu mesma as arrasaria depois. E que só existe uma lei: a lei da causa e do efeito. [...] Ainda acrescentou que a pessoa gasta muito da própria energia ao tentar ser igual a todo o mundo. Amém. Ela gostou do meu “amém”.

Disse que às vezes sou impaciente com as pessoas. Tentei explicar a Eva que fico intolerante com as pessoas que não me entendem. Porque no fundo sou muito fácil de se entender. Bem, quer dizer, pelo menos é o que me parece (*Ib.*, 474-475).

8. A intervenção social e política

Não deixa de ser curioso: o primeiro trecho da cronista, “As Crianças chatas” (19 de Agosto de 1967), é justamente uma nota de intervenção social relativa à fome das crianças cujas mães não têm recursos de a satisfazer, acabando por encontrarem no sono a alienação que conduz à resignação, não se coibindo de a cronista de expressar a sua revolta:

Não posso. Não posso pensar na cena que visualizei e que é real. O filho está de noite com dor de fome e diz para a mãe: estou com fome, mamãe. Ela responde com doçura: dorme. Ele diz: mas estou com fome. Ela insiste: durma. Ele diz: não posso, estou com fome. Ela repete exasperada: durma. Ele insiste. Ela grita com dor: durma, seu chato! Os dois ficaram em silêncio no escuro, imóveis. Será que ele está dormindo? – pensa ela acordada. E ele está amedrontado demais para se queixar. Na noite negra os dois estão despertos. Até que, de dor e de cansaço, ambos cochilam, no ninho da resignação. E eu não aguento a resignação. Ah, como devoro com fome e prazer a revolta (*Ib.*, 23).

Em “Dies Irae”, na crónica de 14 de Outubro, eclode este grito de revolta social e política contra o “charlatanismo”, contra a mentira, contra os que desistem, contra

as manchetes a propósito do Dia dos Analfabetos, contra as comemorações, contra a alienação, a fome, não deixando de achar “certo roubar para comer”. A escuridão do dia é mesmo interpretada como “a ira de Deus”, no desejo de um novo dilúvio, mas sem a sobrevivência da espécie, em alternativa ao regresso de Sodoma e de Gomorra, declarando-se a cronista “a paralítica e a muda” perante o que vê e abomina:

Sim, aqui é noite escura às dez da manhã. É a ira de Deus. E se essa escuridão se transformar em chuva, que volte o dilúvio, mas sem a arca, nós que não sabemos fazer um mundo onde viver e não sabemos na nossa paralisia como viver. Porque se não voltar o dilúvio, voltarão Sodoma e Gomorra, que era a solução. Porque deixar entrar na arca um par de cada espécie? Pelo menos o par humano não tem dado senão filhos, mas não a outra vida, aquela que, não existindo, me fez amanhecer em cólera. [...] Hoje sou a paralítica e a muda. E se tento falar, sai um rugido de tristeza. Então não é cólera apenas? Não, é tristeza também (*ib.*).

Revolta e raiva são também os sentimentos da cronista perante a fome de crianças no Brasil, em “Fartura e carência”, da crónica de 14 de Setembro de 1968. Por um lado, o cansaço da carência enraivece. Por outro, desperta para a luta social. A carência, por um lado, desilude e enraivece. Por outro, a aparente facilidade também aliena e cansa. Contradições da condição humana:

Como suportaria eu a manchete que saiu um dia no jornal dizendo que cem crianças morrem no Brasil diariamente de fome? A raiva é a minha revolta mais profunda de ser gente? Ser gente me cansa. E tenho raiva de sentir tanto amor. Há dias que vivo de raiva de viver. Porque a raiva me envivece toda: nunca me senti tão alerta. Bem sei que isso vai passar, e que a carência necessária volta. Então vou querer tudo, tudo! Ah como é bom precisar e ir tendo. Como é bom o instante de precisar que antecede o instante de se ter, mas ter facilmente não. Porque essa aparente facilidade cansa (*ib.*, 135).

O problema da fome é ainda perspectivado em “Daqui a vinte e cinco anos”, da crónica de 16 de Setembro de 1967, quando é pedido à escritora um cálculo do Brasil

nos futuros 25 anos. Escudando-se na já revelada maturidade política do povo, maior do que a de muitos políticos, ela espera a resolução do maior e endêmico problema brasileiro, a fome, em ordem a uma economia “mais digna de um homem, de uma mulher, de uma criança”:

Posso intensamente desejar que o problema mais urgente se resolva: o da fome. Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar: milhares de homens, mulheres e crianças são verdadeiros moribundos ambulantes que tecnicamente deviam estar internados em hospitais para subnutridos. Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública. Só que é pior: a fome é a nossa endemia, já está fazendo parte orgânica do corpo e da alma. E, na maioria das vezes, quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro, não se nota que na verdade se estão descrevendo os sintomas físicos, morais e mentais da fome. Os líderes que tiverem como meta a solução econômica do problema da comida serão tão abençoados por nós como, em comparação, o mundo abençoará os que descobrirem a cura do câncer (*ib.*, 33).

Enquanto escritora e cidadã brasileira, Clarice escreve uma “Carta ao Ministro da Educação”, na crônica de 17 de Fevereiro de 1968. Nela critica a falta de vagas nos concursos para acesso ao ensino superior, bem como o critério de admissão com base em notas classificativas, aduzindo o seu exemplo pessoal:

Senhor ministro ou senhor presidente: “excedentes” num país que ainda está em construção?! e que precisa com urgência de homens e mulheres que o construam? Só deixar entrar nas faculdades os que tirarem melhores notas é fugir completamente ao problema. O senhor já foi estudante e sabe que nem sempre os alunos que tiraram as melhores notas terminam sendo os melhores profissionais, os mais capacitados para resolverem na vida real os grandes problemas que existem. E nem sempre quem tira as melhores notas e ocupa uma vaga tem pleno direito a ela. Eu mesma fui universitária e no vestibular classifiquei-me entre os primeiros candidatos. No entanto, por motivos que

aqui não importam, nem sequer segui a profissão. Na verdade eu não tinha direito à vaga (*Ib.*, 77).

Reivindicando que não está entrando em seara alheia, já que esta é de todos, a cronista faz-se intérprete simbólica de tantos excluídos do ensino universitário, chamando a atenção para a seriedade da condição do estudante (“É quando os ideais se formam, é quando mais se pensa num meio de ajudar o Brasil” – *Ib.*) e declarando ser um crime impedir esse acesso. Em alternativa à escassez de verbas e ao critério seguido, propõe exames psicotécnicos e testes vocacionais, ideia que “partiu de um estudante”. Faz-se eco do “sacrifício que na maioria das vezes a família inteira faz para que um rapaz realize o seu sonho”, citando o exemplo de uma jovem que, ao ver-se “excedente”, ou excluída, “de repente se sentira desorientada e vazia” e o de outros que, na mesma situação, “começaram a chorar”. O receio de espancamento policial torna impraticável qualquer manifestação (“passeata”) de protesto, dispondo a presente carta como uma simbólica forma de expressão nesse sentido. Não deixa, ainda, de contestar o elevado preço dos “livros para pré-vestibulares”, originando o esforço árduo das famílias, pergunta: “Para no fim terem sido inúteis?” (*Ib.*, 78).

A consciência da necessidade de lutar por um mundo melhor surge na crónica de 6 de Abril, “Estado de graça – trecho”. Chamando a atenção para o perigo de nos habituarmos à felicidade, o que nos faria egoístas e insensíveis à dor humana, a cronista não deixa, porém, de desejar uns “minutos de graça”:

Habituar-se à felicidade seria um perigo. Ficaríamos mais egoístas, porque as pessoas felizes o são, menos sensíveis à dor humana, não sentiríamos a necessidade de procurar ajudar os que precisam – tudo por termos na graça a compensação e o resumo da vida. [...] E isto representaria uma fuga imperdoável ao destino simplesmente humano, que é feito de luta e sofrimento e perplexidade e alegrias menores. [...] Sai-se do estado de graça [...] melhor criatura do que se entrou. Experimentou-se alguma coisa que parece redimir a condição humana, embora ao mesmo tempo fiquem acentuados os estreitos limites dessa condição. E exatamente porque depois da graça a condição humana se revela na sua pobreza implorante, aprende-se

a amar mais, a perdoar mais, a esperar mais. Passa-se a ter uma espécie de confiança no sofrimento e em seus caminhos tantas vezes intoleráveis.

Há dias que são tão áridos e desérticos que eu daria anos de minha vida em troca de uns minutos de graça (*Ib.*, 92. 93).

A intervenção social da cronista atinge a área da prostituição na crônica “Escândalo inútil”, de 27 de Abril. Testemunhando a sua vivência como adolescente como “confusa e complexa” (*Ib.*, 97), a partir da qual se perfilou “uma pergunta muda e intensa: ‘como é o mundo? E por que esse mundo?’”, levando-a a aprender muita coisa, a cronista denuncia, para além da situação social da questão, a fuga alienante dos homens ao amor:

Vi que o problema da prostituição é obviamente de ordem social. Mas, atrás dele, também, há outro profundo: é que muitos homens preferem pagar, exatamente para não terem afeto nem sentimento, exatamente para humilharem e serem humilhados. A fuga ao amor é um fato. Paga-se para fugir. Até homem casado gosta, às vezes, de sustentar a casa para transformar a esposa em objeto pago (*Ib.*).

A tentativa de entrevista com a proxeneta de uma “casa suspeita”, apesar da familiaridade com que foi falando da sua situação, foi classificada como “falhada”, levando a cronista a perder a fome nesse dia “estragado”, perdendo também o seu interesse pelo mundo:

Que afinal esperava eu? A pergunta da adolescente morrera? O mundo é sem graça? Ou eu sou sem graça? Ou dona Y é sem graça? Tudo provavelmente. Senti que eu estava com aquele dia estragado.

Um amigo meu, a quem eu contara a espécie de encontro que eu pretendia ter, dissera-me sem espanto e tranquilo: é aí que entra a escritora. Mas é que não sou escritora. Sou uma pessoa que estava interessada pelo mundo. E que, pelo menos naquele dia, não estava mais. Até sem fome.

Ah, ela me disse que o tipo de *moças* que procuram esse gênero de trabalho querem muito dinheiro e isso é horrível. Mas que coisa óbvia.

E aqui fica a entrevista que falhou. Nós todos falhamos quase sempre (*Ib.*, 98).

O genocídio ameríndio é denunciado na crônica de 18 de Maio: “A matança de seres humanos: os Índios”. Elogiando a criação do Parque Nacional do Xingu, na Rondônia, pelo médico Noel Nutels, fundador do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), com uma cobertura sanitária contra a tuberculose, a cronista destaca a convivência pacífica, numa área de 22 mil quilômetros quadrados, de quinze povos indígenas, “em condições correspondentes às da época do descobrimento do Brasil” (*Ib.*, 103). É uma área “onde não se matam índios”, onde são utilizados “métodos pessoais e humanos na convivência com o autóctone” (*Ib.*), uma área “delimitada pelo Governo”, onde “é impedida a entrada indiscriminada e indisciplinada de grupos cobiçosos da terra, das riquezas do nosso subsolo e das matérias-primas comuns na área amazônica” (*Ib.*). Denunciando a matança de Índios desde a época dos Descobrimentos, em que “havia cerca de um milhão e meio de autóctones”, contra a estatística otimista à data da crônica (80 mil), explica-se o seu desaparecimento em parte pelo esmagamento colonial (miscigenação), em parte pela “formação das grandes fazendas ou grandes cidades” dos colonizadores. Paradoxalmente, o reconhecimento constitucional do direito indígena à posse da terra origina a “cobiça da terra ocupada por eles” (*Ib.*, 104). São apontadas “várias maneiras de se matar índios”:

[...] desde a mais simples que é a bala de um trabuco, aos mais requintados métodos, como interferência maciça na cultura do índio através de catequese religiosa que lhes proíbe a preservação de sua cultura primitiva, o que fatalmente redundará em sacrifício do nativo. Ou se mata também arrebatando-lhes a terra, à qual estão teluricamente ligados (*Ib.*).

A criação de novos parques e a urgência da reforma agrária são os remédios apontados para a preservação do ameríndio: “Se continuarmos a ser objetivos da ambição alheia, o brasileiro será um pobre coitado e continuar-se-á a matar não índios, mas a nós também” (*Ib.*).

Os insultos de amor, inscritos em pranchetas de desenho, em quatro vezes, para três meninas de um colega de nome grego, numa escola secundária (“ginásio”),

são motivo, na crónica “A perseguida infeliz”, de 31 de Agosto, para a cronista advogar, de modo indirecto e irónico, uma sã educação sexual:

Teve vergonha de, já no terceiro ano de ginásio, não entender a tecnocracia de uma vida que – ei-la de súbito mecanizada na prancheta. Adivinhar ela adivinhava, mas era só, e isso não bastava. Se ao menos fosse angelical. Mas só o que lhe faltava mesmo era essa coisa lenta e progressiva, a cultura especializada em sexo.

Mentiu para as outras dizendo que entendera tudo. Inútil dizer a verdade. Ninguém acreditaria nela, já tão construída e alta, não entendesse. Não entendia, embora suprisse a ignorância com sólidos sonhos confusos que eram o seu esteio secreto (*Ib.*, 131).

A crítica a uma ex-prisioneira de guerra, relativamente às suas declarações em entrevista ao programa da BBC “Hora das Mulheres”, na crónica “É preciso também não perdoar”, de 21 de Setembro do mesmo ano, desmonta uma atitude, aparentemente cristã de perdão aos inimigos, em detrimento de uma tomada de posição quanto a valores e princípios. Uma coisa é a compreensão da fraqueza humana; outra a passividade perante a vida, que impede de tomar partido:

Sei o que quis dizer, mas está errado. Há uma hora em que se deve esquecer a própria compreensão humana e tomar um partido, mesmo errado, pela vítima, e um partido, mesmo errado, contra o inimigo. E tornar-se primário a ponto de dividir as pessoas em boas e más. A hora da sobrevivência é aquela em que a crueldade de quem é a vítima é permitida, a crueldade e a revolta. E não compreender os outros é que é certo (*Ib.*, 138).

Intervenção filosófica é o trecho “Seguir a força maior”, da crónica de 28 de Setembro, conciliando destino e liberdade, mesmo que pareça uma posição determinista, tendo em vista o caminho pessoal e intransmissível de cada qual: “É determinismo, sim. Mas seguindo o próprio determinismo é que se é livre. Prisão seria seguir um destino que não fosse o próprio. Há uma grande liberdade em se ter um destino. É o nosso livre-arbítrio” (*Ib.*, 140).

O critério ético de distinção entre Bem e Mal, em “Só como processo”, da mesma crónica, é aceite pela cronista que, no entanto, não deixa de o relativizar: “Julgar de acordo com o bem e o mal é o único método de viver. Mas não esquecer que se trata apenas de uma receita e de um processo. De um modo de não se perder na verdade, que esta não tem bem nem mal” (*ib.*).

A carta de Fernanda Montenegro, transcrita na crónica “São Paulo” de 19 de Outubro, transpira a amargura em face da repressão cultural, em tempo de ditadura, ao mesmo tempo que proclama a justiça social no século XXI:

É uma angústia terrivelmente feminina, dolorosa, abafada, educada, desesperada e guardada. [...] Atualmente em São Paulo se representa de arma no bolso. Polícia nas portas dos teatros. Telefonemas ameaçam o terror para cada um de nós em nossas casas de gente de teatro. É o nosso mundo. [...] Nossa geração falhou, numa melancolia de ‘canção sem palavra’, tão comum no século XIX. O amor no século XXI é a justiça social. [...] Na miséria não está a salvação. [...] Quem tem fome não tem dignidade (Brecht) (*ib.*, 145).

A vocação para a luta social é expressa pela cronista, no trecho “O que eu queria ter sido”, na crónica de 2 de Novembro, em detrimento da sua história como escritora, embora a sua escrita não possa dissociar-se da sensibilidade à injustiça que vitima as classes desfavorecidas:

O que eu gostaria de ser era uma lutadora. Quero dizer, uma pessoa que luta pelo bem dos outros. Isso desde pequena eu quis. [...] Em pequena, minha família por brincadeira chamava-me de “a protetora dos animais”. Porque bastava acusarem uma pessoa para eu imediatamente defendê-la. E eu sentia o drama social com tanta intensidade que vivia de coração perplexo diante das grandes injustiças a que são submetidas as chamadas classes menos privilegiadas. Em Recife eu ia aos domingos visitar a casa de nossa empregada nos mocambos. E o que eu via me fazia como que me prometer que não deixaria aquilo continuar. Eu queria agir. [...] E lembro-me de como eu vibrava e de como eu me prometia que um dia esta seria a minha tarefa: a de defender

os direitos dos outros. [...] Terminei sendo uma pessoa que procura o que profundamente se sente e usa a palavra que o exprima (*Ib.*, 150).

É esta vocação social que motiva a entrevista com o médico Alceu Amoroso Lima, em três crônicas de 1969 (8, 15 e 22 de Fevereiro), a propósito das “dores do mundo”, da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, das encíclicas sociais, da fé e da crise da Igreja, não deixando de lado também a pergunta sobre a literatura brasileira na actualidade (cf. *Ib.*, pp. 173-178).

Em “Crônica social”, de 3 de Maio, a irônica crítica é desferida à burguesia pretensiosa, a propósito de um “almoço de senhoras” (*Ib.*, 189), marcado por “uma naturalidade fingida” (*Ib.*, 190): “e como não ocorreria uma divergência de opinião, cada assunto era de novo uma possibilidade de silêncio” (*Ib.*, 191).

A contemplação do quadro “Paysage aux Oiseaux Jaunes”, do pintor e poeta suíço, naturalizado alemão, Paul Klee (1879-1940), no trecho “Medo da libertação”, de 31 de Maio desmonta o “conforto da prisão burguesa” (*Ib.*, 198):

A covardia nos mata. Pois há aqueles para os quais a prisão é a segurança, as barras um apoio para as mãos. Então reconheço que poucos homens são livres. [...] E que a possibilidade, a que é verdadeiramente, não é para ser explicada a um burguês quadrado. [...] Olhando a extrema beleza dos pássaros amarelos calculo o que seria se eu perdesse totalmente o medo. O conforto da prisão burguesa tantas vezes me bate no rosto. E, antes de aprender a ser livre, tudo eu aguentava – só para não ser livre (*Ib.*).

Irônica também é a desmontagem do subconsciente temeroso do líder político, em “Esboço do sonho do líder”, na crônica do mesmo dia:

Sim, o povo ameaça o líder do povo. O líder revolve-se na cama. De noite ele tem medo. Mesmo que seja um pesadelo sem história. De noite vê as caras quietas, uma atrás da outra. E nenhuma expressão nas caras. [...] Mas cada noite, mal anoitece, mais caras quietas vão-se reunindo às outras, como na fotografia em branco e preto de uma multidão em silêncio. Porquê este silêncio? Pelo líder. [...] Parece uma terrível fotomontagem onde a inexpressão

das caras dá-lhe medo. [...] Eles o haviam escolhido. E antes que eles enfim se aproximassem definitivamente, ele gritou: sim, eu menti! (*Ib.*, 199).

A ausência de pensamento filosófico na Suíça é objecto da crónica de 13 de Setembro, em “O medo de errar”. A resposta recebida pelo interlocutor da cronista aponta para a pobreza de pensamentos no país com “três raças, quatro línguas” (*Ib.*, p. 230): “De onde podemos concluir, três ou quatro pensamentos” (*Ib.*). O aparente paradoxo de um país com uma organização quase perfeita, mas com *deficit* filosófico é explicado a partir da sua opção política neutral:

Ora, o pensamento filosófico é por excelência aquele que vai até seu próprio extremo. Não pode admitir transigências, senão *a posteriori*. Nenhuma obra filosófica poderia ser construída tendo como um dos seus princípios tácitos a necessidade de se chegar somente até certo ponto.

Este é mais um dos aspectos da neutralidade suíça. [...] É um princípio, mais do que de paz, de apaziguamento. Ser neutro não é solução a determinado caso, ser neutro tornou-se, com o tempo, uma atitude e uma previdência. [...]

O povo suíço nada recebeu gratuitamente. Tudo nessa terra tem marca de nobre esforço, de conquista paciente. E não foi pouco o que eles conseguiram – tornar-se um símbolo de paz.

Este estado de alta civilização – onde a expressão *homem civil* tem realmente um sentido e uma força – eles o manterão a todo o custo, com austera previdência, com dura disciplina mental, com a precaução contra o erro (*Ib.*, 231-232).

A crónica de 6 de Dezembro, intitulada “Caridades odiosas” põe a nu o embaraço de quem dá e de quem recebe. Perante a miséria social, a cronista, apesar da sua generosidade para com um menino carenciado de doces e uma mulher, sentada a seu lado num transporte público (“ônibus”), a quem pagou a renda da casa, sente-se mal com os gestos que tivera de atenção aos pobres, perguntando: “Foi uma tarde de sensibilidade ou de suscetibilidade?” (*Ib.*, 248). Os sentimentos que experimenta são híbridos, complexos: “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha” (*Ib.*, 249). Tal complexidade, que já irrompia a propósito do menino a quem

satisfez a carência alimentar com a prenda dos doces, agravou-se no caso da mulher contemplada com a renda da casa, já que o embaraço de dar e receber degenera em raiva: “Perturbada, olhei-a de través: velha e suja, como se dizem das coisas. E a mulher sabia que eu a olhara. Então uma ponta de raiva nasceu entre nós duas” (*Ib.*, 251).

A impotência perante a guerra é objecto da crónica de 25 de Abril de 1970, “Vietcong”, a propósito de uma sugestão de um dos filhos para a mãe escrever, não sobre assuntos pessoais, mas sobre o Vietcong. Sentindo-se “pequena e humilde”, a cronista pensou:

[...] que é que uma mulher fraca como eu pode falar sobre tantas mortes sem sequer glória, guerras que cortam da vida pessoas em plena juventude, sem falar nos massacres, em nome de quê, afinal? A gente sabe por quê, e fica horrorizada. Respondi-lhe que deixava os comentários para Antônio Callado. Mas, de súbito, senti-me impotente, de braços caídos. Pois tudo o que fiz sobre vietcong foi sentir profundamente o massacre e ficar perplexa. E é isso que a maioria de nós faz a respeito: sentir com impotência revolta e tristeza. Essa guerra nos humilha (*Ib.*, 284).

A crítica ao colonialismo português em África é expressa na crónica de 12 de Junho de 1971, “Estive em Bolama, África”. Espantada pelo desconhecimento das pessoas em relação à sua idade, a cronista censura, com uma pergunta, o tratamento indigno de seres humanos que lhes é infligido, recebendo como resposta: “de outro modo não trabalham” (*Ib.*, 354). O poder da palavra, ainda que relativo, é o único a que poderá recorrer a escritora bem-intencionada e idealista, que lamenta essa “África indomável” e “misteriosa”: “Fiquei meditativa. A África misteriosa. Neste momento em que alguém me lê, lá está a África indomável vivendo. Lamento a África. Gostaria de poder fazer um mínimo que fosse por ela. Mas não tenho nenhum poder. Só o da palavra, às vezes. Só às vezes” (*Ib.*).

A crónica de 16 de Outubro do mesmo ano, “De como evitar um homem nu”, desmonta os preconceitos morais e raciais patentes na proibição pela censura ditatorial do filme de Nélson Pereira Santos, *Como Era Gostoso o meu Francês*, título

detestado pela cronista (“dá uma ideia jocosa de um filme nada jocoso”), a pretexto de um atentado ao pudor, já que os Índios brasileiros são filmados nus. Trata-se de uma crítica anticolonial, baseada em autores como Metraux, Hans Staden, Jean de Léry, Florestan Fernandes e outros cronistas do século XVI, apreciada por “freiras de alto nível eclesiástico”:

[...] filme belíssimo, de uma *grande pureza*, de um valor histórico inestimável por causa de toda a reconstituição. Disseram que era um filme poético. A única cena realmente impura – disseram – seria aquela em que um mercador francês demonstrou sua cupidez diante do tesouro dos índios – aí é que se reconhece uma civilização de agora (*Ib.*, 384).

A crítica política faz-se também sentir em “Perfil de um ser eleito”, na crônica de 13 de Novembro, a propósito da aprendizagem da solidão. Escalpelizando o retrato estereotipado de um político, fixado pela sociedade como “um ser eleito”, mas “sitiado”, “fotografado [...] numa única pose” (*Ib.*, 387), a cronista psicanalisa-o no seu percurso de solidão, “rodeado de mistério”:

[...] por ser ignorante, era um ser misterioso. Tornara-se uma mistura do que pensavam dele e do que ele realmente era: um sabido ignorante; um sábio ingênuo; um esquecido que muito bem sabia de outras coisas; um sonso honesto; um pensativo distraído; um nostálgico sobre o que deixara de saber; um saudoso sobre pelo que definitivamente, ao escolher, perdera; um corajoso por ser já tarde demais e já se ter escolhido. Tudo isso, contraditoriamente, deu ao ser uma alegria discreta e sadia de camponês que só lida com o básico. Então tudo isso lhe deu a austeridade involuntária que todo o trabalho vital dá. Escolha e ajustamento não tinham hora certa de começar nem acabar, duravam mesmo o tempo de uma vida (*Ib.*, 386-387).

Então, na dura experiência da solidão, foi aprendendo, com as “várias quedas”, o caminho libertador da construção da identidade própria, sem a tentação do populismo e da demagogia, sem receio de imagens estereotipadas, seguindo as instruções de um “mapa do tesouro”:

E, como se diz, nunca a terra lhe pareceu tão bela. Reconheceu que aquela era exatamente a terra para a qual se preparara: não errara, pois o mapa do tesouro tinha as indicações certas. Passeando, o ser tocava em todas as coisas, e, mesmo solitário, sorria. O ser aprendera a sorrir sozinho (*Ib.*, 388).

Em “Lembrança de um homem que desistiu”, a crônica de 18 de Dezembro contrapõe o exemplo de um político que, para mal do Brasil, renunciou ao “mais alto cargo” da nação. Sem o explicitar, trata-se, certamente, do presidente da República Jânio Quadros que, após sete meses, renunciou ao cargo no dia 21 de Agosto de 1961. O seu progressismo e abertura políticos foram vencidos pela reação, como declarou no acto de renúncia. A cronista lamenta e reprova esse acto “irracional”, que compara ao “desabar da avalanche” (*Ib.*, 392):

O sacrifício de um líder ou de um santo ou de um artista – que chegaram àquilo que são exatamente por terem sido de início altamente pessoais – o seu sacrifício é o de não o serem mais. A cruz deles é esquecer-se de sua própria vida. [...] O Brasil inteiro poderia ter subido através daquele homem, através do que ele em si mesmo sabia sobre o medo, a ambição. [...] Mas aquele homem público se restringiu a si mesmo. Da grandeza dos defeitos humanos ele fez defeitos mesquinhos. Criminoso por pequenez. Era um homem a ser guiado, não a guiar. Ele o provou. Não há como perdoá-lo, senão lembrando que somos fracos (*Ib.* 392-393).

Verdade sem demagogia é a proposta da cronista em “Dar os verdadeiros nomes”, de 3 de março de 1973, a partir da citação do poeta e crítico modernista americano Ezra Pound (1885-1972): “A traição das palavras começa [...] com o uso das palavras que não atingem a verdade” (*Ib.*, 453). Tal citação vem na sequência da resposta de Confúcio sobre um eventual programa de governo: “Chamar o povo e todas as coisas pelos seus nomes próprios e verdadeiros” (*Ib.*). A função social do artista é reafirmada pela cronista neste contexto, também a partir de Pound: “Artistas são as antenas da raça. [...] A única coisa que você não deve fazer é supor que quando

algo está errado com as artes, isso é um erro artístico somente. Quando um dado hormônio falha, isso deve tornar defeituoso o sistema inteiro” (*Ib.*, 454).

9. As cidades dos homens e a cidade de Deus

Brasília ocupa duas das crônicas de Clarice Lispector (20 de Junho de 1970 e 7 de Outubro de 1972). A artificialidade, inerente à sua projecção de raiz, é comparada à criação do mundo:

Brasília é construída na linha do horizonte. – Brasília é artificial. Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar, e depois o mundo deformado às nossas necessidades. Brasília ainda não tem o homem de Brasília (*Ib.*, 292-293).

Como nos mitos de fundação, Clarice entronca as origens de Brasília na escavação das suas ruínas, no século IV a. C., olhando para ela como para Roma, no esplendor espantoso da sua criação arquitectónica, tendo-se extinguido a sua raça devido à limitação da natalidade:

Olho Brasília como olho para Roma: Brasília começou com uma simplificação final de ruínas. [...] Brasília é de um passado esplendoroso que já não existe mais. Há milênios desapareceu esse tipo de civilização. No século IV a.C. era habitada por homens e mulheres louros e altíssimos, que não eram americanos nem suecos, e que faiscavam ao sol. Eram todos cegos. É por isso que em Brasília não há onde esbarrar. Os brasiliários vestiam-se de ouro branco. A raça se extinguiu porque nasciam poucos filhos. [...] Milênios depois depois foi descoberta por um bando de foragidos de que em nenhum outro lugar seriam recebidos; eles nada tinham a perder. Ali acenderam fogo, armaram tendas,

pouco a pouco foram escavando as areias que soterravam a cidade. Esses eram homens e mulheres menores e morenos, de olhos esquivos e inquietos [...]. Eles habitaram as casas em ruínas, multiplicaram-se, constituindo uma raça humana muito contemplativa (*Ib.*, 293).

Como Roma, Brasília é o “retrato de uma cidade eterna”, mas também a “paisagem da insônia”, “assexuada”, “mal-assombrada”: “Aqui morre minha paixão. E ganho uma lucidez que me deixa grandiosa à toa. Sou fabulosa e inútil, sou de ouro puro. E quase mediúnica” (*Ib.*, p. 295). Lugar do deserto, “onde não há lugar para as tentações”, “uma praia sem mar”, “uma prisão ao ar livre”, a cidade é de uma “beleza assustadora”: “Sou atraída aqui pelo que me assusta em mim. [...] Mas reconheço esta cidade no mais fundo de meu sonho. O mais fundo do meu sonho é uma lucidez” (*Ib.*, 294).

“As pontes de Londres”, na crónica de 20 de Novembro de 1971, servem de *ex-libris* à terra, à cidade e ao seu povo. Com “saudades”, Londres é recuperada “na memória” (*Ib.*, 390), como “terra estranha e viva, cinzenta – tudo o que é cinzento misteriosamente vibra para mim, como se fosse a reunião de todas as cores amansadas” (*Ib.*, 388). A estranha combinação do feio e do belo, como em oximoro, caracteriza o povo inglês, como as suas roupas: “Estive em contacto com a feiura dos ingleses, que é uma das coisas que mais atrai na Inglaterra. É uma feiura tão peculiar, tão bela – e isso não são meras palavras. [...] Nas ruas o povo usa roupas tão malfeitas que terminaram se tornando um estilo belo. E agasalham mesmo” (*Ib.*, 388. 389). As vozes inglesas são “interrogativas e orgulhosas” (*Ib.*, 389). O vento de Londres faz “os olhos lacrimejar de raiva e gritar de irritação” (*Ib.*). O teatro, onde “uma coisa essencial se passa”, faz “tremor de frio e emoção: O ator inglês é o homem mais sério de Inglaterra” (*Ib.*). Se a comida tipicamente inglesa é “péssima”, a dos estrangeiros é “alegre”. O povo é “lutador”, a rainha “suave”, “os jornais têm um jeito provinciano” e há “a saudade dos escritores mortos”. “Tenho muita saudade de Lawrence” (*Ib.*).

O silêncio aterrador da cidade de Berna, em “Lembrança de uma fonte, de uma cidade”, da crónica de 14 de Fevereiro de 1970, é a imagem que a cronista retém dessa cidade, capital da Suíça. O que a salvou dessa monotonia “foi viver na Idade Média, foi esperar que a neve parasse e os gerânios vermelhos de novo se refletissem

na água, foi ter um filho que lá nasceu, foi ter escrito [...] *A Cidade Sitiada*” (*Ib.*, 270). A imagem de uma mendiga que nem sabe o que pedir, “sozinha na cidade medieval”, à hora do crepúsculo, sintetiza a sensação de viver aprisionada, numa “cidade livre”, mostrando como a frieza cultural, mais do que a meteorológica, cava fossos e distâncias entre as pessoas.

A crónica “Cosmonauta na Terra”, de 19 de Agosto de 1967, reflecte sobre a viagem de Gagarin ao espaço, mostrando uma Terra “azul para quem a olha do céu”: “Azul será uma cor em si, ou uma questão de distância? Ou uma questão de grande nostalgia? O inalcançável é sempre azul” (*Ib.*, 25). A cor azul, simbólica de felicidade, provoca na cronista a necessidade de rever as designações de “mundo” e “Mapa mundial”: “quando eu disser ‘o meu mundo’, me lembrarei com um susto de alegria que também meu mapa precisa ser refundido, e que ninguém me garante que, visto de fora, o meu mundo não seja azul” (*Ib.*). O significado simbólico da cor azul é aplicado ao “grande favor do acaso: estarmos ainda vivos quando o grande mundo começou” (*Ib.*), favor que deverá ser responsabilmente preservado: “precisamos fumar menos, cuidar mais de nós, para termos mais tempo e viver e ver um pouco mais; além de pedirmos pressa aos cientistas – pois nosso tempo pessoal urge” (*Ib.*).

É esse contraste entre a pequenez individual face à grandeza cósmica que, em “Condição humana”, se esboça na crónica de 4 de Janeiro de 1969. É um contraste que constrange, a ponto de fazer parecer inútil “ter mais liberdade”, mas também faz espantar, provocando o “riso amargo”, próprio da condição humana:

Minha condição é muito pequena. Sinto-me constrangida. A ponto de que seria inútil ter mais liberdade: minha condição pequena não me deixaria fazer uso da liberdade. Enquanto que a condição do universo é tão grande que não se chama de condição. O meu descompasso com o mundo chega a ser cômico de tão grande. [...] Mas se me torno séria e quero andar certo com o mundo, então me estraçalho e me espanto. Mesmo então, de repente, rio de um riso amargo que só não é um mal porque é de minha condição. A condição não se cura, mas o medo da condição é curável (*Ib.*, 165).

A cidade de Deus, patente na observação de “milhares de estrelas”, “como cristais”, em “descampado” noturno, ressalta na crónica “Mistério: céu”, de 7 de Agosto de 1971. A comparação entre o planetário natural e o tecnológico provoca o espanto na cronista: “Olhando para o céu fiquei tonta de mim mesma. Como?! Como o ser humano é genial. Como é que foram inventar o planetário?” (*Ib.*, 367). A observação de Júpiter e de Marte permite expressar o espanto de viver: “Somos uns privilegiados” (*Ib.*). E estabelece a ponte entre as relações humanas e Deus: “Juro que nós devíamos ser mais unidos: porque o Universo é tão grande que ultrapassa qualquer linha de horizonte. Se nós não nos amarmos estamos perdidos. É melhor nós nos encontrarmos em Deus” (*Ib.*).

A contemplação do mar, das amendoeiras e do céu noturno pela cronista fá-la reconhecer, em “Eu tomo conta do Mundo”, na crónica de 4 de Março de 1970, a presença divina no cosmo: “O cosmo me dá muito trabalho, sobretudo porque vejo que Deus é o cosmo. Disso eu tomo conta com alguma relutância” (*Ib.*, 276). Essa incumbência por vocação leva-a a dar conta da vida natural (“mil plantas e árvores”, no Jardim Botânico, as “mudanças de estação”, uma “fileira de formigas”, o voo e a actividade das abelhas), mas também das carências dos seres humanos e, até, das suas guerras e seus “crimes de lesa-corpo e lesa-alma”. As cidades dos homens contrastam com a cidade de Deus:

Observo o menino de uns dez anos, vestido de trapos e magérrimo. Terá futura tuberculose, se é que já não a tem. [...] Se tomar conta do mundo dá trabalho? Sim. E lembro-me de um rosto terrivelmente inexpressível de uma mulher que vi na rua. Tomo conta dos milhares de favelados pelas encostas acima. [...] Não de me perguntar por que tomo conta do mundo: é que nasci assim, incumbida. E sou responsável por tudo o que existe, inclusive pelas guerras e pelos crimes de lesa-corpo e lesa-alma. Sou inclusive responsável pelo Deus que está em constante cósmica evolução para melhor (*Ib.*, 276).

A desconcertante incumbência cósmica da cronista é, porém, ironicamente desmontada: “Só não encontrei ainda a quem prestar contas” (*Ib.*).

10. A Palavra aos outros – Entrevistas

As crônicas de Clarice Lispector não se limitam a expressar a sua opinião acerca do Mundo, na sua preocupação com a Verdade e a complexidade dos pontos de vista.

A seguir à entrevista, em três crônicas, concedida ao médico Alceu Amoroso Lima, já referenciada neste trabalho, em “Intervenção social e política”, é a vez de falar o grande poeta chileno Pablo Neruda, nas crônicas de 12 e 19 de Abril de 1969, o qual, não deixando de ser “extremamente simpático” (*Ib.*, 184), se recusou a responder a mais de três perguntas na noite em que foi visitado pela cronista em casa de Rubem Braga, prometendo, porém, maior colaboração se as perguntas lhe fossem dirigidas por escrito, o que acabou por acontecer, com respostas extremamente curtas.

Após o esboço da sua obra literária, desde *Crepusculário* a *Estravagário*, *Navegações e Regressos*, *Cem Sonetos de Amor*, *Cantos Cerimoniais* e *Memorial de Isla Negra*, a cronista apresenta essas respostas literais, sem qualquer comentário, limitando-se a uma breve conclusão, justificando não ter prolongado a entrevista, mesmo com respostas curtas, revelando ter recebido a oferta do livro *Cem Sonetos de Amor*, com amável dedicatória, e definindo o poeta chileno, que se considerava “provinciano da América Latina” (*Ib.*, 185), com a contracapa do livro como um “retrato de corpo inteiro”: “Um todo manifestado com uma espécie de sensualidade casta e pagã: o amor como uma vocação do homem e a poesia como sua tarefa” (*Ib.*, 187).

Com um sentido de humor característico e desconcertante, Neruda vai respondendo a perguntas variadas, sobre a angústia, o “estado de graça” na criação, a literatura brasileira, os seus poemas e os seus leitores, a crítica, o amor. Dessas respostas a mais construtiva terá sido a que se refere à “coisa mais importante no mundo”: “Tratar de que o mundo seja digno para todas as vidas humanas, não só para algumas” (*Ib.*, 186).

O músico Tom Jobim, que havia apadrinhado a escritora no lançamento do seu romance *A Maçã no Escuro*, tem a palavra em três crônicas de entrevista (3, 10 e 17 de

Julho de 1971). Após a questão sobre a maturidade, é abordado o problema da falta de leitura, aproveitando a cronista para reafirmar a sua dedicação aos livros que escreveu “com amor, atenção, dor e pesquisa” (*Ib.*, 359), optando por uma escrita menos sobrecarregada de acção e mais centrada na sua repercussão no indivíduo. A propósito do fim a prazo da música e da literatura, segundo Henry Miller, a previsão é contestada por ambos, já que “o som da música é imprescindível para o ser humano e [...] o uso da palavra falada e escrita é como a música” (*Ib.*). Sobre a morte, Tom fala de uma experiência que lhe revelou que ela não existe, assim como “não existe o *eu* nem o *euzinho* nem o *euzão*” (*Ib.*), acabando por confessar que teme “a morte 24 horas por dia” (*Ib.*). A propósito da reencarnação, apenas a entende como despojamento. A crítica à “arte de consumo”, fabricada por uma industrialização “que domina a espécie humana”, é verberada pelo entrevistado, ressaltando a necessidade de os artistas preservarem “a alegria do mundo”, mas sem alienação, lançando vivas a Niemeyer, Vila-Lobos e a ambos. O dilema da liberdade criadora do artista, em confronto com o público destinatário (“a linguagem das elites”, “que não existem no Brasil” *versus* a “vontade irreprimível de estar com o povo”) dilacera os interlocutores, os quais reconhecem “uma nova linguagem, tanto a musical quanto a escrita” (*Ib.*, 361), sendo eles seus “legítimos representantes”, mas também “a liberdade total” (*Ib.*). A criação artística, o amor e a integridade da alma são, para Tom Jobim, o “mais importante do mundo” (*Ib.*, 363). A entrevista termina com o contraste entre “Velho Mundo, Europa e Estados Unidos”, os quais “estão completamente exauridos de temas, de força, de virilidade”, e o Brasil, que “apesar de tudo, é um país de alma extremamente livre. Ele conduz à criação, ele é conivente com os grandes estados de alma” (*Ib.*).

O escritor, dramaturgo, humorista, desenhador, tradutor, jornalista e actor Millôr Fernandes (Milton Viola Fernandes, 1923-2012), lutador contra as arbitrariedades do poder e amigo de Clarice, é entrevistado na crónica “Lucidez do Absurdo”, de 28 de Abril de 1973. A conversa, começando sobre o espectáculo *O Homem do Princípio ao Fim*, encenado há anos, deriva da experiência do actor para a de escritor, à volta da “visão instantânea das coisas do mundo como na realidade são” (*Ib.*, 459), reconhecendo ele ter, “no meio da maior paixão”, “essa espécie de lucidez, [...] a lucidez do absurdo” (*Ib.*, 460). Depois de se referir à dura infância que teve, fala

da morte e da vida, do amor, o progresso na escrita e na vida, na bondade, na admiração por Vinicius de Moraes.

Ecos de uma entrevista ao jornalista e escritor Marques Rebelo (Eddy Dias da Cruz, 1907-1973) são apresentados na crônica de 30 de Junho (“Um Romancista”), dois meses antes da sua morte. Depois da apresentação da sua obra e do seu pseudônimo literário, Clarice define-o como um persistente por disciplina, “sem esperar por inspiração” (*Ib.*, 467): “Para ele, reescrever é mais importante que escrever” (*Ib.*). Opina, em relação aos novos escritores, que “são ainda os mais velhos que estão conduzindo o barco” (*Ib.*). Responde, com humor, que na Academia Brasileira de Letras “marca passo para o mausoléu” (*Ib.*) Viver e escrever são os seus maiores prazeres: escrever “é o seu reduto de liberdade” (*Ib.*, 468), mas escrever “nunca traz amigos, no máximo traz alguns simpáticos desafetos” (*Ib.*). Acha, acima de tudo, que vale a pena “o preço alto que se paga na vida” (*Ib.*)

A entrevista com o teatrólogo e médico Pedro Bloch, na crônica de 17 de Novembro, encerra este bloco da cedência da palavra aos outros. A consciência de cidadania universal e a comunhão com o outro impressionam no testemunho deste entrevistado:

O que as pessoas chamam de minha bondade talvez seja a minha sintonia com o mundo. Sou coletivo. Tenho o mundo dentro de mim. Acho que todo ser humano tem uma dimensão universal, única, insubstituível. Por respeito a cada ser humano, em todos os cantos da Terra, e por gostar de gente, gostar de gostar, é que encontro em cada indivíduo o reflexo do universo. Desculpe, mas eu gosto até dos que não gostam de mim. Mas gosto dos que gostam (*Ib.*, 472).

A interação entre a responsabilidade individual e a reconstrução do mundo, a aprendizagem com as crianças nas suas peças infanto-juvenis, o entendimento do amor como independente “da posse, do egocentrismo, da planificação, do medo de perder, da necessidade de ser correspondido” (*Ib.*, 473), o respeito à vida, a fé nos homens e na verdade, mais do que na bondade (“a verdade é a quintessência da bondade, a bondade a longo prazo” – *Ib.*), o acreditar em milagres são temas interessantes que o entrevistado sublinha:

Viver é expandir, é iluminar. Viver é derrubar barreiras entre os homens e o mundo. Compreender. Saber que, muitas vezes, nossa jaula somos nós mesmos, que vivemos polindo as grades em vez de libertar-nos. Procuro descobrir nos outros sua dimensão universal e única (*lb.*)

CAPÍTULO IV

***A Crónica Feminina*, de Inês Pedrosa – um outro olhar**

**“Com Sophia aprendi a ler e a morrer. Com Agustina aprendi a viver e a escrever”
(*Crónica Feminina*, 395).**

**“O amor dissolve em fumo qualquer escândalo, por mais estranho que ele surja aos
nossos aparentes valores. O escândalo a que não se sobrevive é o da ausência de
amor”
(*Nas Tuas Mãos*, 41).**

Integrando-se no círculo dos novos escritores da década de 90, a escritora e jornalista Inês Pedrosa vem acrescentar à Literatura Portuguesa a voz feminina da contemporaneidade. A experiência do jornalismo e a trajectória literária acabaram por modelar uma sensibilidade estruturada na vivência da escrita e da realidade social, conferindo-lhe a narrativa empenhada, atravessada por um espírito indagador, comprometida com seu tempo: seja na consciência de uma memória cultural, nas discussões sobre género, na militância política, seja em qualquer assunto que diga respeito às relações humanas.

As suas obras reflectem o percurso e o amadurecimento dessa escritora que começou como jornalista em 1983, com um estágio em *O Jornal*, antes mesmo de se licenciar em Ciências da Comunicação, na Universidade Nova de Lisboa, em 1984.

Foi no *Jornal de Letras*, em 1984, que fez um “curso de jornalismo, de literatura, de cultura, de vida” (*JL*, Agosto, 2002), onde se reunia semanalmente com os colaboradores Augusto Abelaira, Eduardo Prado Coelho, Jorge Listopad e Fernando Assis Pacheco. Passaria, depois, pelo *Independente*, pelo *Expresso*, pela revista *Ler e*, finalmente, pela revista *Marie Claire* (entre 1993 e 1996), além de algumas experiências em rádio e televisão.

Inês Margarida Pereira Pedrosa nasceu em Coimbra, “mas só porque não havia maternidade em Tomar, que é realmente a minha terra” (JL, Junho de 2004, 44), em 15 de Agosto de 1962. Da professora primária, Virgínia Rodrigues, veio o amor pelos livros e do avô materno, Domingos Pereira, o grande incentivo literário: “contava-me a História de Portugal e declamava Camões enquanto me passeava de barco a remos no rio Nabão. Ele é o avô Matias no meu primeiro romance *A Instrução dos Amantes* (JL, Junho de 2004, 44). Após a sua morte, quando ela tinha 11 anos, acompanharam-na dois importantes legados: a máquina de escrever, que utilizou até à chegada do computador para escrever todos os textos, inclusive os jornalísticos, e a fotografia que é a testemunha de todos os momentos da sua escrita.

Contrariando a vontade do pai, que queria vê-la numa profissão mais segura que não fosse aquela “que lidava com as palavras”, escolhe o jornalismo, justamente por acreditar que o seu destino era a escrita e por necessitar dela para aplacar a sua ansiedade e a sua inquietude: “Escreve qualquer coisa que já ninguém te atura” (JL, Agosto 2002, 9), recomendavam os amigos.

A sedução pelas palavras havia motivado, desde cedo, a escrita de histórias infantis e aventuras à “maneira de Enid Blyton, depois uma novela sobre as agruras da adolescência *light avant la lettre* e os inevitáveis poemas juvenis”. (Ib.). No liceu, em Oeiras, escrevia cartas de amor encomendadas por aqueles colegas, tanto os rapazes quanto as moças, que não tinham a habilidade de fazer das palavras flechas para atingirem o coração de alguém.

Foi na biblioteca de seu pai, entre alguns livros escondidos na gaveta, antes de 25 de Abril, que descobre as *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno - “Li de fio a pavio e aprendi imenso, porque era de uma total inocência...” (Ib.) -, assim como a edição francesa da revista *Marie Claire*, que a mãe comprava, com suas reportagens sobre “reivindicações das mulheres ou sobre a situação das mulheres árabes, matérias que não mereciam uma linha nas publicações portuguesas” (Ib.).

Essas leituras, no âmbito familiar e, mais tarde, a sua experiência como directora da revista *Marie Claire* acabaram por apontar os diversos caminhos que a

escritora trilharia em direcção ao universo da alma feminina: recortando em seus romances o papel da mulher portuguesa, emergente na década de 90, trazendo à memória as mulheres do passado, defendendo os direitos da mulher no presente, como cronista do *Expresso*, onde escreveu semanalmente em sua *Crónica Feminina*, até o dia 23 de Fevereiro de 2011.

Intercalando a atitude jornalística com a escrita de ficção, Inês escreve o seu primeiro romance *A instrução dos Amantes* (1992). Antes, havia escrito *Mais Ninguém Tem* (1991), uma incursão no mundo da literatura infantil.

N' *A instrução dos Amantes*, aborda a aprendizagem do amor na adolescência, num título sugestivo, revelando, através de Cláudia e suas amigas, os conflitos gerados pela paixão, em contraposição ao universo masculino, protagonizado pelo namorado Ricardo e o amante Diniz. A amizade, as disputas dentro do grupo, as relações familiares e os ecos do 25 de Abril também fazem parte do cenário ficcional.

O segundo romance, *Nas Tuas Mãos* (1997), recebe o Prémio Máxima da Literatura, em 1998. As indagações da autora sobre o feminino parecem ser medidas na história de três mulheres: Jenny, a avó; Camila, a mãe; Natália, a neta, que narram, através de diferentes espaços de interlocução: um diário, um álbum de fotografias e um maço de cartas. Estes diferentes registos narrativos modulam as vozes das três gerações que, delineadas por um perfil e uma memória própria do seu tempo, também sintetizam a recente história de Portugal e a evolução da sociedade portuguesa da metade do século XX até hoje, sob as impressões das personagens femininas, reveladas em suas trajectórias e reflexões. Assim, Jenny tem um casamento de aparências e o seu amor justifica a filha do amante do marido que acolhe como sua: “O amor dissolve em fumo qualquer escândalo, por mais estranho que ele surja aos nossos aparentes valores. O escândalo a que não se sobrevive é o da ausência de amor...” (*Nas Tuas Mãos*, 2005, 41). Camila, a fotógrafa, perde o amado de forma trágica, vai para Moçambique e lá conhece Xavier, um guerrilheiro da FRELIMO, e desse relacionamento nasce Natália: “Pensei que as imagens me poderiam curar, que poderia colar os instantâneos do mundo sobre o sangue do meu coração e fazê-lo parar. Pensei que o amor podia ser domesticado e o lado negro do instinto maternal

racionalizado” (*Ib.*, 140-141). As cartas de Natália para a avó revelam o vínculo e a sensibilidade herdadas da avó Jenny: “Descobri cedo nas fotografias da minha mãe que a felicidade é uma colecção de instantes suspensos sobre o tempo que só depois de amarelecidos pela ausência se revelam” (*Ib.*, 150).

Depois do segundo romance, Inês publica a *Fotobiografia de José Cardoso Pires* (1999): “um modelo de texto-crónica-notícia-relato cuja informação central, transfigurada esteticamente, a autora tem o dom de transformar em conto” (*JL*, Agosto 2005, 20).

Vinte Mulheres Para o Século XX (2000) nasce de um projecto jornalístico para o semanário *Expresso*, com a publicação da biografia de Eva Perón e de outras mulheres que marcaram o mundo neste primeiro século de emancipação. O livro é o resultado destas publicações e de uma segunda parte inédita, destacando perfis como: Simone de Beauvoir; Agustina Bessa-Luís; Coco Chanel e Madre Teresa, entre outras. Estas escolhas, justificadas no prefácio, denotam o profundo interesse da autora pelo papel feminino:

Cada uma destas vinte mulheres foi tocada por um qualquer dom, mas o que as tornou diferentes de todas as outras, foi a história única que cada uma delas elaborou contra o medo e o seu guardião — a tradição. Acompanhou-as sempre essa filha da imaginação chamada coragem. Por isso, não se limitaram a mudar o mundo — mudaram para além do seu tempo, a imaginação do Mundo” (PEDROSA, 2000, 16).

No ano seguinte, organiza uma antologia da poesia portuguesa, subordinada ao tema de amor, *Poemas de Amor* (2001), e confessaria em entrevista este seu interesse pelo tema: “Interessa-me em particular a poesia e o tema do amor. Se existe nos meus livros alguma interrogação permanente é sobre o amor — como se faz que perdure?” (<http://mulher.sapo.pt/print/xtAI/432657.htm>).

Fazes-me Falta (2002), segundo a escritora, foi escrito a partir da experiência de perda: “escrevi-o ao som da música dos meus mortos, ensaiando uma aproximação mais radical à ciência da poesia, a poesia da política e a dança da filosofia”. Sob o eco de *fazes-me falta... fazes-me falta*, duas vozes alternam seus relatos, ora uma mulher que acabara de morrer, ora um homem na constatação de seu desespero. Com fontes tipográficas diferentes, os cinquenta capítulos do romance, duplicados, simulam o espelho onde o “diálogo” ocorre. O que se poderia supor como uma relação passional, descortina-se surpreendentemente como “um processo mais complexo e desconcertante em que estamos para além da amizade e do amor, num espaço de infinita sexualização, pela pura e também impura ausência de corpos, numa espécie de invenção impossível...” (COELHO, *Público*, Mil Folhas, Abril de 2002). Essa encenação passa então a ser o pretexto para tematizar a “diferença”, não apenas nas discussões do lugar do feminino ou masculino, mas também das oposições entre o velho e o novo, da crença e da descrença e, principalmente, sobre os valores de uma sociedade, representados pelas duas personagens: “Ele vem de uma guerra em África e de alguma corrosão de ideais. Ela parte de uma ânsia desmedida de mudar o mundo e reequilibrar a relação entre homens e mulheres” (COELHO, *Ib.*, 2).

Ainda em 2002, escreve *A Menina que Roubava Gargalhadas*, homenageando a filha Laura, e depois o livro de contos *Fica Comigo esta Noite* (2003). Reúne e publica a colectânea de entrevistas *Anos Luz — Trinta conversas para celebrar o 25 de Abril* (2004), reunidas ao longo de sua atividade jornalística, numa grande diversificação de personalidades como Lobo Antunes, Eduardo Lourenço, Fernando Dacosta, Rui Veloso, Vergílio Ferreira, entre outros:

Tive a felicidade de encontrar, maioritariamente, entrevistados empolgantes — porém, confesso que até aos mais baços fui extraindo novos dados sobre a natureza humana. Porque é isso que, acima de tudo, me faz acordar para cada novo dia com entusiasmo: a infinita variedade da natureza humana. As minhas paisagens são as pessoas (*Anos Luz*, 2004, 13-14).

O testemunho das vozes de diferentes “lugares”, cineastas, ensaístas, escritores, compositores, músicos, são retalhos importantes dos últimos 30 anos da História de Portugal, ressignificados através das palavras de cada entrevistado e de sua história, compondo o imenso tecido da identidade do povo português.

Em 2005, publica *Crónica Feminina*, compilação de crónicas que há vários anos vinha publicando no semanário *Expresso*, espaço de luta e reflexão:

Ao fim de uns anos, as crónicas ganham a cor sépia e reveladora dos diários, mostram muito mais do que uma perspectiva individual acerca do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação. Temas como aborto, a discriminação, o abuso sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça atravessam os meus dias com uma constância recorrente (*Crónica Feminina*, 2005, 13-14).

Ao exercício das crónicas, Inês credita “a consciência que hoje tenho da capacidade de mobilização efectiva da palavra” (PEDROSA, 2005, 15). Esta palavra afiada busca os factos e a essência destes acontecimentos, propiciando um terreno que aproxima a jornalista da escritora:

Inês Pedrosa tem feito, nalguns dos seus textos, a ponte entre o labor da jornalista (que é, profissionalmente, a sua origem) e o trabalho de ficcionista. A crónica é aqui e de novo o elo de ligação entre dois campos que modernamente (e sobretudo pós-modernamente) se intersectam, às vezes sem visível linha de demarcação: o campo da representação ficcional e o campo da referência ao real circundante, tangível e empiricamente conhecido (REIS, Carlos, *JL*, Outubro de 2005, 19).

Para Carlos Reis, em “O tempo de Crónica”, a dimensão temporal da crónica é um aspecto relevante a ser considerado, principalmente pela sua relação com o seu

tempo, diferente no conto ou romance, por dialogar com as circunstâncias directas dos acontecimentos e

com o movimento da história ainda em decurso, às vezes até com as incidências, com as figuras, com os conflitos e com as motivações da pequena história, quase sempre esquecida pela historiografia como ciência e repositório da memória colectiva (*Ib.*,18).

Em seu livro *Crónica Feminina*, Inês Pedrosa demonstra a escrita comprometida da cronista consciente da importância do “espaço” que o género sugere “como exercício de intervenção social, como forma de poder cívico” (PEDROSA, 2005, 16) e instrumento de mudança:

Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida; se não acreditasse, não teria a perseverança de escrever todas as semanas, esteja onde e como estiver, feliz ou infeliz, varrida pela febre ou numa ebulição de festa. Dentro de todo cronista há um optimista furioso — a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo (PEDROSA, 2005, 14).

Em parceria com a fotografia, foram escritos os livros *Carta a uma Amiga* (2005) e *Do Grande e do Pequeno Amor* (2006). O primeiro, uma novela epistolar, é inspirada na obra de Maria Irene Crespo, uma fotógrafa amadora que empresta suas fotos ao texto. É a partir da descoberta de uma caixa de fotografias que se desenrola a narrativa e “*Carta a uma amiga* é uma declaração política porque expõe, exemplarmente, como tudo o que é pessoal é político. Porque quase tudo acontece condicionado pela ordem criada para o mundo” (PINHEIRO, *JL*, Agosto de 2006, 22). O segundo livro, *Do Grande e do Pequeno Amor*, é um romance fotográfico que realiza com seu amigo e ilustrador de seus livros, o *designer* Jorge Colombo. “Os encontros e

desencontros amorosos de uma historiadora e um arquitecto que não conseguem viver separados” (<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/livros/1090.html>), a história, enfim, de um casal contemporâneo.

A Eternidade e o Desejo (2007) e *No Coração do Brasil - Seis Cartas de viagem ao Padre António Vieira* (2008), são obras que se relacionam com um projecto do Centro Nacional de Cultura, “Os Portugueses ao Encontro da sua História”, que incluiu a visita às cidades em que missionou o Padre António Vieira (Salvador, Olinda, S. Luís do Maranhão, Belém do Pará), no qual Inês Pedrosa participou.

O romance *A Eternidade e o Desejo* move-se em torno da personagem Clara, professora universitária e portuguesa, que volta ao Brasil, acompanhada do amigo Sebastião, depois de ter perdido a visão e o amor do brasileiro António. Duas outras personagens, Clara, a brasileira, e Emanuel, um homem também marcado pela dor da perda de um filho, contribuirão para a libertação de Clara, a portuguesa. Com diferentes narradores e uma abordagem histórica, a narrativa mescla-se com a intertextualidade dos *Sermões* de Vieira, através do cruzamento de tempos internos e externos que a compõem e sob a perspectiva, em muitos momentos, da História de Portugal. Para Miguel Real,

[...] a autora, seja qual for o tema abordado, faz derivar a sua reflexão literária em torno do universo feminino recente, afirmando-se, assim, não como autora feminista, mas como uma autora com profundas preocupações feministas; assim, em termos de continuidade narrativa, *A Eternidade e o Desejo* vem prestar consistência ponderada a uma obra que ano a ano [...] tem girado em torno de dois eixos narrativos, a Mulher e o Amor (*Jornal de Letras*, 16-19 Janeiro de 2008, 26).

No Coração do Brasil - Seis Cartas de viagem ao Padre António Vieira, com desenhos de João Queiroz, temos a narrativa da revisitação aos lugares do Brasil em que o Padre António Vieira pregou seus sermões. Em forma de conversa, a autora dirige-se a Vieira, descrevendo os lugares, iniciando pela Bahia, e dialogando com a

História do Brasil e de Portugal. Uma viagem enriquecida pelas imagens da arte e da religião, conduzida pela figura do pregador:

Confesso que tenho dificuldade em tratar-vos por Padre, a revolta dos vossos escritos não condiz com a paciência sacerdotal. Penso em vós como um orador, e como um Camões da prosa e do futuro, um pioneiro dos então desconhecidos Direitos Humanos, um diplomata devotado – embora muitas vezes humanissimamente enganado e desenganado (PEDROSA, 2008, 39).

Em 2010, com o romance *Os Íntimos*, a romancista dá voz aos homens. Afonso, Pedro, Augusto, Guilherme e Filipe, são as personagens que sustentam os monólogos que constituem a narrativa. Em torno de uma mesa de restaurante, desfiam os assuntos com “intimidade”, cujos temas são sobretudo uma justificativa para o companheirismo. O mergulho neste universo masculino e o enfoque destas relações na contemporaneidade, permeados pela consciência de um tempo no qual se reflectem suas questões existenciais, sugerem um contraponto ao universo feminino.

Com *Os Íntimos*, Inês Pedrosa recebeu pela segunda vez o Prémio Máxima de Literatura, em 2011.

Seu último romance, *Dentro de ti Ver o Mar*, publicado em 2012, retorna à paisagem brasileira, entre três personagens que buscam sua identidade. A fadista Rosa vai ao Brasil para encontrar o pai que não conhece, com destinos que se cruzam. A iraniana Farimah, para escapar de um casamento forçado pelo pai, casa-se com um homem, português, seropositivo. E a terceira mulher, Luísa, é filha bastarda, cuja mãe, aristocrata, oferece a própria filha. A narrativa reproduz as conversas por *e-mail* e as mensagens de telemóvel, entre Rosa e Gabriel, e os textos intercalam os fados e as confissões de uma paixão que consome a fadista. A obra, que destaca o tema dos desenraizados, enfoca as mazelas da globalização. E, em entrevista para o jornal *O Estado de São Paulo*, por ocasião do lançamento da obra no Brasil, Inês Pedrosa responde sobre esta questão suscitada pelo entrevistador Ubiratan Brasil:

A modernidade líquida de que fala Zygmunt Bauman só aparentemente é generosa: aquilo a que chamamos “tolerância” representa uma enorme indiferença em relação à sorte de outros seres humanos. Farimah, a engenheira iraniana que, neste livro, foge de um casamento forçado, confronta-se, em Portugal, com uma série de estereótipos discriminatórios sobre “a mulher muçulmana”, que lhe acentuam a sensação de desenraizamento. Por outro lado, a união dos desenraizados cria novos modos de relação e um pensamento menos territorial. O paradoxo da globalização é esse: quanto mais se ampliam as conexões internacionais, mais forte se torna a reivindicação tribal. As guerras em curso são, não apenas religiosas, mas tribais – ou seja, racistas. O que é particularmente absurdo desde que a análise do DNA demonstrou a inexistência disso a que chamamos “raça”, e o nosso parentesco próximo com todos os outros animais. Mas enfim: pelo menos a barbárie começa a ser identificada e circunscrita (*O Estado de São Paulo*, 17 de Setembro de 2013. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/arteeelazer,escrevo-o_que-doi-confessao-ines-pedrosa,1075821,0.htm).

Participando também num programa de popularização da leitura, promovido pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, ou no programa de rádio *A Biblioteca de minha Vida*, onde fazia entrevistas e falava de livros, em encontros literários no país e no exterior, a jornalista e escritora interage com o leitor, reafirmando o valor que atribui à literatura e à formação de novos leitores, lembrando também que, em 2005, em Lisboa, a peça de teatro *Nove Mulheres e uma Cadela* é levada ao palco, resultado da colagem de textos de suas obras, e com diferentes temas, como a maternidade, o trabalho, a violência doméstica. Sintonizada com o tempo presente, consciente da transformação do mundo através das palavras, Inês Pedrosa dialoga com a literatura contemporânea à medida que incorpora uma atitude reflexiva e mediadora entre a tessitura do texto e a realidade factual.

Assimilando “A lição” de Barthes, comentada em crónica, Inês experimenta o sabor do saber que o mestre da Semiologia tanto apregoou: “nesta lição cintila tudo o que continuo a aprender — deslocando, desconstruindo, arredando, arredando sempre. Lição de jornalismo, lição de literatura, lição aberta ao desejo de atingir a inatingível câmara clara do mundo.” (*Crónica Feminina*, 2005, 158), atravessando, assim, o oceano do conhecimento que a vida oferece e que ela, através das palavras, consegue invocar.

Em recente artigo para o *Jornal de Letras*, Inês Pedrosa compele-nos a uma reflexão sobre o poder de mobilização da Palavra escrita e do escritor interveniente na actualidade. Com o sugestivo título intitulado “Empenhamento cívico”, a cronista e romancista Inês Pedrosa, autora de vários romances e da colectânea de crónicas *Crónica Feminina* (2005)¹⁰⁸, confirma, mais uma vez, a sua vocação para uma parceria cada vez mais próxima entre a literatura e o jornalismo.

Do texto aludido, logo depreendemos o papel depurativo da escritora ou da cronista que, intermediária entre o mundo que a rodeia e o mundo subjectivo, imbui-se da palavra convictamente, para “dar voz aos milhões de abandonados por este suposto modelo de sociedade que nos querem impor com único viável: o modelo do salve-se quem puder” (*JL*, Fevereiro de 2013:)¹⁰⁹. Esta escolha, movida, segundo ela, em detrimento do “desespero que Portugal atravessa actualmente” (*Ib.*) e justificada pelos problemas do país e do mundo, incitou-a ao vigor do uso da escrita e da crença de que “a palavra tem o extraordinário poder de mudar as mentalidades, e não há mudança que não comece na cabeça” (*Ib.*).

O “lugar” de observadora é enunciado logo de início: “tudo o que acontece à minha volta me influencia – e com o caudal de informações que recebemos continuamente, o mundo tornou-se-nos, para melhor e para pior, um sítio íntimo” (*Ib.*). Porém, este dimensionamento vai além do espaço, quando trazemos para nossa análise a questão da dimensão temporal, inferida através das suas palavras, caracterizando também o discurso cronístico.

Carlos Reis, ao recordar esta propriedade da crónica, a sua dimensão temporal, considera-a fundamental, não tanto pela dinâmica interna do texto cronístico, que

¹⁰⁸ Cf. PEDROSA, Inês, *Crónica Feminina*, 1ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005.

¹⁰⁹ PEDROSA, Inês, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 6 de Fevereiro de 2013.

difere do movimento de desenvolvimento temporal que encontramos em um conto ou romance, mas, principalmente pela relação da crónica com o seu tempo, com o movimento da história ainda em decurso, às vezes até com as incidências, com as figuras, com os conflitos e com as motivações da *pequena história*, quase sempre esquecida pela historiografia como ciência e repositório da memória colectiva (REIS, Outubro de 2005, 18)¹¹⁰.

A sugestão destas “antenas” voltadas para os acontecimentos, nas palavras de Inês Pedrosa, tem o acréscimo volátil dos nossos tempos e a tarefa daquele(a) que testemunha, desta forma, e é mais árdua enquanto comprometida. E, na circunstância deste texto, isto é apontado mais claramente, como uma assinatura do seu estilo, antes observado pelas crónicas da sua antologia *Crónica Feminina*.

Assim, cumpre-nos seleccionar outros trechos significativos do texto, com o intuito de actualizar e confirmar o que já foi aludido em suas crónicas, mas antes faremos uma retrospectiva, através de algumas das crónicas da obra e do seu significativo prefácio.

Crónica Feminina (2005) reúne 110 crónicas, publicadas no semanário *Expresso*, e obedecem a uma cronologia que vai de Janeiro de 2002 a Dezembro de 2004. Com o título de “O que me importa”, no seu prefácio, ela apresenta-nos os temas que a inquietam:

[...] Temas como o aborto, a discriminação, os abusos sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça atravessam os meus dias com uma constância recorrente. Porquê? Porque me parecem ser estas as pedras de toque da política actual (PEDROSA, 2005, 14).

Ao exercício das crónicas ela credita o poder transformador da palavra, “a mobilização efectiva da palavra”. A experiência do espaço cronístico na defesa de Maria do Céu, a enfermeira-parteira, condenada a cumprir uma pena de oito anos e meio de prisão, e a liderança de um pedido de indulto, trouxe-lhe a experiência de que “a palavra partilhada e multiplicada em milhares de vozes teve a força de corrigir –

¹¹⁰ REIS, Carlos, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 12 a 15 de Outubro de 2005, p. 18.

ainda que tardiamente, após quatro anos de cativeiro efectivo, dois deles de prisão preventiva - uma situação de manifesta injustiça” (PEDROSA, 2005, 16). A selecção destas crónicas relacionadas na antologia, o chamado caso “da parteira da Maia”, é justificada por ela neste prefácio, por lhe ter dado “ [...] a medida da crónica como exercício de intervenção social, como forma de poder cívico” (*ib.*). Para a cronista, a relação com a palavra “poder” em Portugal não teria boa fama desde Salazar, induzindo a diabolização deste poder, a desistência interior e, consequentemente, a falta de movimentos cívicos e de voluntariado social.

Foi, também, através deste exercício constante das crónicas, da “persistência” de cronista, aludida por Eduardo Prado Coelho e transcrita por ela, que foi alertada “de uma forma muito concreta para a arquitectura proliferante da informação e para o seu corpo mutante de coreografias do caos” (PEDROSA, 2005, 17). Porém, a perseverança da sua escrita deve-se, sobretudo, à crença de que “o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida” (PEDROSA, 2005, 14).

Outros motivos fortaleceram esta vontade. Entre eles, conta-se a oportunidade de encontrar pessoas que ela considera como “mais uma luz” do seu mundo, como Domitília dos Santos ou o aprofundamento da relação com antigos amigos, que contribuíram com as suas opiniões, e até a presença dos inimigos “que se tornaram mais evidentes, o que, sem ironia, lhes agradeço; os inimigos são interlocutores fundamentais da nossa aprendizagem” (PEDROSA, 2005, 17). Além do leitor que, com “fúria ou carinho”, manifesta a opinião e é a razão da crónica.

A capa de *Crónica Feminina*, com *design* do seu amigo Jorge Colombo, enuncia, de antemão, o espaço de luta e reflexão da autora, uma luva de boxe rosa choque. Recorrendo novamente a Carlos Reis, podemos dizer que muitas das suas crónicas representam “um vigoroso olhar feminino sobre a vida, os fenómenos sociais, os estereótipos que atravessam o nosso imaginário e as distorções <<masculinas>> que o dominam” (REIS, 2005, 19). Este crítico sublinha, ainda, que esta compilação se constitui em “séria reflexão acerca da crónica e da sua dupla lógica, ou seja, cultural e discursiva” (*ib.*).

Passados treze anos da publicação da obra e retornando ao artigo que alavancou este texto, “ouvimos” a cronista afirmar: “Posso dizer que a falta do discurso e da prática política contemporânea em Portugal me impelem a escrever. A

canalhice e a arrogância são musas tão boas como outras quaisquer - às vezes até melhores, porque nos forçam a reagir” (*JL*, Fevereiro de 2013).

O tempo, ou o “imprevisível deus Chronos”, segundo Inês, parece mesmo desafiar a sua discípula literária, ainda que ela afirme que tenta pensar livremente sobre os sinais de sua época: “ [...] o que muda, o que se repete, o que resiste” (PEDROSA, 2005, 14). É oportuno lembrar aqui dois dos mandamentos da crónica, segundo João Pereira Coutinho, ao falar da arte de fazer crónica, no jornal *Expresso*: “a crónica pode partir da realidade mas, não raras vezes, a crónica cria a sua própria realidade; a crónica não vive da especialização; a crónica vive da diversidade” (COUTINHO, *Expresso*, 13 de Agosto)¹¹¹. Deste modo, ao longo da leitura dos textos de *Crónica Feminina*, descobre-se que a matéria destes registos tem a amálgama de uma consciência que dialoga com o seu tempo, por não ter esquecido a lição de Pandora, confirmada no seu artigo “Empenhamento Cívico”:

Nunca me deixo contaminar pela desesperança, porque a História, desde a decantada Grécia Antiga, com o seu cortejo de escravos, é um relato de barbárie repetidamente salvo pela visão e pela capacidade de transcendência de um vasto grupo de seres humanos – artistas, cientistas, políticos, pensadores (*JL*, Fevereiro de 2013).

Foi com esta convicção que fez a escolha dos seus temas e nomeou as suas crónicas, das quais seleccionamos algumas que podem ilustrar a sua indignação. Com o título de “A tradição da indignidade”, Inês denuncia a mutilação genital feminina no país, baseada no *dossier* de Sofia Branco, que havia entrevistado uma mulher que perdera duas filhas, uma excisadora e um membro da Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné, que não considerava isto crime, porque era próprio da sua tradição. Ela condena a acção praticada sob a capa de “uma outra cultura”, chamando a atenção da justiça portuguesa para a questão:

¹¹¹ COUTINHO, João Pereira, *Expresso*, Lisboa, 13 de Agosto de 2005.

É tempo de perdermos os confortáveis complexos de culpa herdados dos nossos avós colonizadores, e dos nossos bisavós escravagistas, e dos nossos tetra- avós inquisidores e dos nossos fundadores cruzados. É mais do que tempo de abandonarmos o relativismo cultural em que nos consolamos, numa serenidade turística (PEDROSA, 2005, 117).

Em “As costas largas da História”, o assunto é o escândalo da Casa Pia e a lista de figuras públicas potencialmente envolvidas com a prostituição de menores que, desamparados na sua condição de indefesos, sem família, sem referências, serviram de objeto sexual. Mais uma vez, Inês expõe a acomodação dos que preferem acreditar na conivência das vítimas: “levamos por vezes a tolerância a extremo de cegueira que a tornam indiferença para com a crueldade” (PEDROSA, 2005, 180).

Muitos textos da cronista trazem temas relacionados com as mulheres, desde o destacado caso da parteira da Maia, ou outros do interesse. Porém, percebe-se sempre uma exortação às causas femininas, uma provocação para o acto de repensar as questões deste universo. Assim, “A violência de pechisbeque”, aborda a violência contra as mulheres, o número de vítimas que morrem por ano em Portugal, maltratadas em sua própria casa e profetiza:

O silêncio das vítimas continuará, por muitos anos, a sobrepor-se às campanhas de informação. As vítimas tornam-se cúmplices inabaláveis dos seus torcionários, em particular em países como o nosso, com tradições religiosas árabes e judaico-cristãs de severa subalternização da mulher (PEDROSA, 2005, 297).

A política aparece com títulos diversos: “Acompanhante para deputado, oferece-se”; “Os nossos homens de ontem”; “Chamem-me Deus”, e outros. E a cultura é sempre um assunto inquietante para a cronista. Assim, temos: “Crise, a palavra assassina”; “Continuar a ler dentro do túnel”; “O viril metal”; “O país dispersivo” e

muitos outros títulos, com seus perfis literários ou de outras artes, assim como os livros e filmes que comenta.

Ao arrojo dos diversos temas eleitos, dilui-se a aparente circunstância de que o género literário propõe, pois temos a impressão de que a palavra da cronista é sempre tomada pela urgência e pela consciência de uma palavra que vai até o fulcro de cada tema, assinalando a sua importância no tempo presente, sem perder o distanciamento do passado e do futuro.

O compromisso com a escrita é renovado no seu artigo “Empenhamento cívico” e ecoa na advertência: “Os que têm o pensamento e arte como profissão não podem demitir-se da intervenção cívica - toda a arte é política. Os artistas que se reclamam imunes à <<sujidade>> dos dias tomam também, com esta atitude, uma posição política” (*JL*, Fevereiro de 2013). E alude àqueles que, a pretexto de se esquivarem, disseram durante o salazarismo que “‘a minha política é o trabalho’, ou daqueles que, depois do nazismo ou do estalinismo, vieram a dizer que nunca se aperceberam de nada” (*Ib.*).

Além de sublinhar este compromisso da arte, Inês Pedrosa afirma: “pratico um empenhamento cívico constante que excede em muito a escrita: é a minha maneira de estar no mundo” (*JL*, Fevereiro, 2013). Para ela, é necessário reconhecer e honrar a luta das mulheres e dos homens pelos direitos que obtivemos e a isto se refere como “gratidão infinita”, justificando o seu prolongamento nestes combates, que ainda julga como tantos e necessários.

Inês Pedrosa não quer para si a palavra usada “como muro de defesa, excluindo-se da contaminação do mundo” (*Ib.*), sob a pulsão da realidade. A palavra é o instrumento que atravessa o tempo e é compartilhada com aqueles que a voz da cronista conclama para reflectir e participar efectivamente nas questões do nosso tempo. Entre a alquimia do jornalismo e da literatura, os factos vão-se tornando textos atropelados pela roda dos acontecimentos e, na impossibilidade de estancar o tempo, emerge o papel do cronista do século XXI, destacando-se Inês como voz contundente, imbuída no labor das crónicas ou nas transformações desta experiência em texto romanesco.

A carga selectiva da memória, no emaranhado das “obsessões inconscientes”, preside à antologia das crónicas de Inês Pedrosa. A cor sépia indicia simbolicamente essa carga memorial, tal como a dos diários, como um vestígio químico da reacção acumulada ao longo do tempo. Mas, para a cronista, a escrita memorialista é muito mais do que o confronto entre um olhar individual e um colectivo, um “apontar as antenas do interior para o exterior” (CF, 13), um “reflectir continuamente sobre a realidade – e transformar em palavras claras o fluxo, tantas vezes nebuloso desse pensamento” (Ib.). Na base dessa escrita está uma descoberta íntima:

Descobri que aquilo a que chamamos pensamento é uma amálgama de nervos e iluminações, de mágoas empoeiradas, memórias perdidas entre uma infância e outra, apontamentos de vidas e obras que guardámos para estudar mais tarde (Ib.).

A calma revisitação dos textos permite descobrir neles “mais do que uma perspectiva individual do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação” (Ib., 13-14). É a própria cronista que reconhece a “constância recorrente” da temática de fronteira abordada: “o aborto, a discriminação, os abusos sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça” (Ib., 14). A razão justificativa dessa recorrência reside na sua função social, como “pedras de toque da política actual” (Ib.). A esperança num mundo melhor fundamenta a regular produção semanal das crónicas: “Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (Ib.). Compromisso cultural e “encontro erótico” com o Tempo definem a ousadia (“lata”) do cronista: “cultura como elemento amplificador da vida” (Ib.), através de “certos filmes, livros, músicas, exposições, peças de teatro”; “encontro erótico” com o Tempo, pensando “livremente sobre os sinais da minha época, o que muda, o que se repete, o que resiste” (Ib.). O encontro com pessoas, “por baixo das pedras e por dentro das telas, nas fachadas dos edifícios e no cheiro inconfundível de

cada cidade” (*lb.*, 15), marca o registo cronístico de “um caderno de viagens”: ao Brasil, a Nova Iorque, a Espanha...

A imagem de *O Voo da Gaivota*, usada por Walter Galvani, expressa a arte de “fisgar o peixe”, “voar mais e mais, sem deixá-lo cair” (*lb.*, 16), inerente à função social do cronista, apostado em enfrentar as situações de abuso do poder e o “corpo mutante de coreografia do caos”, patente na “arquitectura proliferante da informação” (*lb.*, 17): “os textos sussurram entre si como pessoas frágeis, provisórias, às vezes terríveis na teimosa inconsciência da sua força e precariedade sobre o mundo” (*lb.*).

Outra imagem representativa da crónica (12.7.2003) é retirada do título da produção cronística de Augusto Abelaira (1926-2003), em *O Jornal: Escrever na Água*:

Dá-nos a medida da limpidez inesquecível sobre o aparente irrisório. Dá-nos a vida como água que escorre pela nossa perecível mão. Dá-nos a mão que embala o tempo na sua justa medida de breve recreio, pensamento interrompido. Não é fácil ensinar as palavras a nadar. A não ter medo de ir contra a corrente. A contornar as marés e furar as ondas (*lb.*, 239).

Bonitas imagens que servem de comentário ao título cronístico de Abelaira, sugerindo não apenas a límpida transparência das palavras, imbuídas de idealismo e boa vontade construtivos, mas também da consciência humilde da “perecível mão” em face da complexa realidade, do “aparente irrisório”, do “breve recreio” que “embala o tempo”, da coragem e ousadia de enfrentar o poder e “ir contra a corrente”, de “contornar as marés e furar as ondas”. Rebuscando a imagem medieval-renascentista do “desconcerto do mundo”, para expressar a sátira, Abelaira enfatiza o carácter efémero da crónica em face do “mármore eterno” da escrita historiográfica ou épica, recuperando também outra imagem renascentista, a da poética do espanto, e contrapondo ao rigor objectivista (“considerações rigorosas”) o encanto da

subjectividade literária (“melancólicas considerações”, “sentidas à luz da Lua”) no discurso cronístico:

Escritas na água, não no mármore “eterno”, estas crónicas são apenas isso: melancólicas considerações acerca do desconcerto do mundo sentidas à luz da Lua, não considerações rigorosas acerca da trajectória dela. Ou, se quiserem, e de forma mais simples, limitam-se a exprimir o espanto, o meu espanto perante o mundo da política (*Ib.*, 239-240).

A aparente inutilidade do texto literário em geral, e do cronístico em particular, aponta para uma sociedade humanista, em contraste com o utilitarismo exclusivista e quantas vezes absoluto dos valores materiais, como o da actual sociedade de consumo. Valores que se alcançam no “grau superior da escala estética” e ética, “que é um ser humano íntegro”:

Com Augusto Abelaira aprendi que é sobretudo aquilo que não serve para nada que nos serve: valores, ideais, afectos, memórias e sonhos – com os seus livros, com as suas crónicas, mas sobretudo vendo-o viver. Abelaira representava esse grau superior da escala estética que é um ser humano íntegro. Inquieto, curioso, indeluzível. Clinicamente imune às importâncias e cargos deste mundo (e juraria que do outro também, aliás) (*Ib.*, 240).

É este arquétipo ético que epigrafa o ideal cronístico de Inês Pedrosa, na voz impiedosa da sua crítica, paradigma infelizmente lacunar na nossa sociedade, na qual, a Moda substitui o Mito, na expressão de Eduardo Lourenço:

Não é uma atitude contemporânea, pois não – alguma vez o terá sido? É uma atitude em falta – e por isso o Mito (“vida que não passa na vida que passa”, na fulgurante definição de Eduardo Lourenço) se substitui pela Moda. Neste início de século, a atitude parece ter vendido a alma aos trapos. Abelaira sabia que a

atitude era aquilo que distinguia os animais livres dos animais com trela. Prescindiu de lugares, prebendas & confrarias de favorzinhos, sim; e “desculpava-se” com a filha porque cultivava o pudor ético – esse elixir de escassa circulação que impede a autoproclamação moral (*Ib.*).

Sensível ao apoio que, como estagiária jornalística, recebeu de Abelaira, e à sua “genuína ausência de paternalismo em relação às mulheres” (*Ib.*, 241), Inês canoniza o seu exemplo luminoso nos nossos dias, a partir da imagem do tesouro escondido no fundo do mar:

Há pessoas que nos acompanham a vida como tesouros silenciosos no fundo do mar. Damos por elas quando uma qualquer tempestade revolve a quietude das areias, mostrando o brilho desse ouro que insensivelmente nos servia de lastro. Augusto Abelaira era uma dessas pessoas nascidas para desembaciar o mundo (*Ib.*, 242).

1. Em defesa da igualdade de género

Perpassa na maior parte das crónicas inesianas a tecla dominante da defesa da igualdade de género. É, mesmo no início do século XXI, um outro olhar, diante do protagonismo masculino ainda imperante, apesar de todas as conquistas sociais do feminismo desde final do século XIX. Afinal, não se trata senão de um dos mais elementares vectores dos Direitos Humanos, cuja declaração universal foi reconhecida na ONU em 1948.

A crónica de 9 de Março de 2002 refere-se à celebração, ocorrida na véspera, do Dia Internacional da Mulher. Mas, em Portugal, tal celebração é comprometida pela prática discriminatória do género:

Mas em Portugal, na prática, não há mulheres. Só miúdas e velhas. Quando se sugere um ser do sexo feminino para alguma função que implique responsabilidade e dinheiro, quase sempre a resposta é: “Ainda é muito miúda”. Algumas vezes ouve-se também: “Já é muito velha”. Estas respostas, como se adivinha, raramente se pronunciam diante das próprias. Pelo menos em se tratando de “velhas”. Às “miúdas”, por vezes, diz-se-lhe isto directamente, com um sorriso no rosto e, em certos casos, uma festa carinhosa no cabelo. Depois, elas ficam a olhar, pasmadas, para os homens da idade delas que conseguem os lugares para os quais não tinham idade (*Ib.*, 39).

Em contraposição a esta prática, Inês recorda dois exemplos femininos de dignidade, que se impuseram à sociedade, numa época mais recuada, desde muito novas: Natália Correia e Vera Lagoa, uma “enfrentando os que lhe ampliavam a beleza para lhe diminuírem os outros méritos” (*Ib.*, 40), outra corrigindo, com “orgulho juvenil” “os que lhe queriam cortar na idade”: “Tenho 78 anos” (*Ib.*). O caso discriminatório da vice-presidente de uma grande empresa financeira americana, Domitília Santos, comprova a prática comum: “Exerci a advocacia e entrei na ONU, depois de ter sido posta de lado pelo embaixador português que disse que era muito nova com os meus 24 anos, quando a média era de 35” (*Ib.*). O “paternalismo latino”, “que não escolhe classes nem partidos, que não é de esquerda nem de direita”, está na base dessa prática que, no entanto, vai admitindo excepções: “Assim, Domitília, que não servia para trabalhar nas embaixadas ou na Bolsa portuguesa, serve maravilhosamente para aumentar a riqueza americana” (*Ib.*, 41).

A desconstrução do cliché segundo o qual “os rapazes são mais dotados para a acção e de mais lenta ‘maturação’ ou de que as raparigas são ‘naturalmente’ mais compassivas e contemplativas” (*Ib.*, 35) surge na crónica “A vida suspensa”, de 16 de Fevereiro de 2002, a propósito do filme de Teresa Villaverde, *Água e Sal*. Acção e contemplação, afinal, “flutuam” sobre o tempo, interagindo mutuamente, em salutar equilíbrio:

O que *Água e Sal* verdadeiramente me diz é que a suspensão é muitas vezes mais vigorosa e criativa do que qualquer acção. Que há um momento opaco

em que todos os desejos se somem num céu aflito, e nós flutuamos sobre o tempo, na via dolorosa da nossa confusa liberdade. Como nas infinitas tardes da adolescência, Teresa Villaverde filma esse momento de vertiginosa aceleração interior em que a vida parece parar e o coração luta às escuras, alumiado apenas pela luz marítima da sua mutante verdade (*Ib.*, 37).

Outro cliché, abordado na crónica de 29 de Junho do mesmo ano “Mulheres ao volante”, refere-se aos assassinos da estrada: “Dizem também as estatísticas que 70% dos condutores intervenientes em acidentes foram, em 2001, homens. Os mesmos que inventaram aquele provérbio 70% mentiroso que reza assim: ‘mulher ao volante, perigo constante’” (*Ib.*, p. 88). O contraste entre a defesa da vida intra-uterina e a da vida autónoma embaraça a cronista: “Faz-me realmente confusão que um país tão estrénuo na defesa da vida intra-uterina seja tão frouxo na defesa da vida autónoma. Em que é que um condutor embriagado é diferente de um bombista suicida, alguém é capaz de me explicar?” (*Ib.*, 89).

O “mito da Maneira Feminina de Fazer o Mundo” é outro cliché, desenvolvido na crónica de 13 de Julho: “Porque é que as mulheres são más umas para as outras?”. Trata-se de um mito conveniente à supremacia masculina: “A tese que faz do feminino uma espécie de nuvem de anjos prontos a sacudir a Concorrência e a Agressividade para longe deste mundo, é a última ficção masculina do século XXI” (*Ib.*, 95). Censurando as “teóricas do feminismo”, “de resto com a melhor das intenções” (*Ib.*, p. 96), pela manutenção deste mito, a cronista também reconhece a cumplicidade (“na sombra”) das mulheres “na construção deste terrível mundo viril” (*Ib.*, 97):

Mantiveram-se na sombra, é certo, o que não as terá favorecido muito: a sombra é a casa, a terra, o riso das crianças, mas é também o lugar marginal da frustração onde o poder agarra raízes carnívoras, sôfrego por uma qualquer existência, ainda que vegetal. Foi na sombra de há muitos séculos que as mulheres se habituaram a ser más umas para as outras. [...] No século XXI, talvez as mulheres aprendam a deixar de se vetar continuamente umas às outras. E então poderemos falar de diferença feminina (*Ib.*).

O preconceito do absentismo feminino é o pretexto para a não empregabilidade das mulheres, na crónica “As faltosas”, de 10 de Agosto:

Este preconceito quanto às faltas das mulheres não é novo, nem especificamente laboral. Mas agravou-se com a entrada da mulher no mercado de trabalho – que lhe abriu o espaço público, empurrando-a para uma exposição global e enfatizando o discurso da culpa que secularmente a acompanhava, em surdina. A mulher contemporânea está em permanente falta perante a sua beleza, perante a sua vida afectiva, perante os seus filhos, perante a sua profissão (*Ib.*, 104).

A discriminação de género, na crónica “Medalhas para os rapazes, livros para as meninas”, de 15 de Junho, encontra espaço de concretização nas comemorações do dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas. Citando Dina Canço, no livro de Ana Vicente, *Os Poderes das Mulheres, os Poderes dos Homens*, que faz contrastar a percentagem de 87,4% das condecorações atribuídas a homens com a de 12,6, dadas a mulheres, a cronista contrapõe ao acto oficial dessas comemorações as feiras do livro de Leiria e Lisboa e a presença massivamente feminina nessas feiras:

Há também homens leitores – poucos, pouquíssimos, e normalmente do tipo omnívoro, como se sentissem a obrigação de, sozinhos, elevarem as estatísticas de leitura do género masculino. Diz-nos a nova revista *Os Meus Livros* que “em Portugal, são as mulheres que lêem”. Uma tarde de feriado na Feira do Livro de Lisboa oferece-nos a esmagadora evidência desta afirmação: mesmo nos casos relativamente raros em que se vêem homens a pedir autógrafos a um escritor presente na feira, em setenta ou oitenta por cento dos casos acrescentam: “pode pôr em nome da minha mulher/ mãe/ namorada, se faz favor” (*Ib.*, 80).

A propósito da notícia da morte de “uma idosa de 60 anos” num incêndio florestal, a crónica de 30 de Agosto de 2003 estigmatiza o adjectivo “idosa” como “eufemístico e insultuoso” (*Ib.*, 255):

É uma palavra sonsa, e a sonsice é a grande erva daninha portuguesa. Prefiro a sábia frontalidade da palavra ‘velha’. [...] A deontologia jornalística começa nessa capacidade de escutar a respiração de cada palavra – mesmo, ou sobretudo, quando o tempo nos sufoca. Porque a política atravessa todas as palavras e enrosca-se particularmente nos adjectivos. O adjectivo, como costuma dizer, e bem, Baptista – Bastos, é “a prosa a tomar partido” (*Ib.*, 255. 256).

Em contraste, a cronista cita um naco de prosa (*As Mulheres e o Tempo*) do romancista Sousa Costa, publicado no *Diário de Notícias* (8 de Fevereiro de 1931), propondo ironicamente a suspensão da decadência física de uma ex-beldade e de todas as mulheres formosas, em regime de excepção.

Irónico também é o comentário “As gajas”, na crónica de 8 de Março de 2003, à conversa masculina num balcão de cervejaria sobre a substituição do chefe por uma mulher:

As gajas são mulheres que vêm com uma deficiência genética que lhes impede o acatamento do Modelo Cultural Feminino. Em crianças, preferem correr e andar de bicicleta a brincar aos tatinhos, desprezam bonecas e amam os animais; são as chamadas maria-rapaz. Na adolescência, preferem calças às saias, por razões pragmáticas que nunca ocorreriam às mulheres-modelo, e, em vez de se limitarem à ginástica física indispensável ao encanto e elasticidade próprios de futuras mães, metem-se a concorrer com os rapazes em assuntos de ginástica mental, esquecendo que nada é tão feio como ver uma mulher pensar, com princípio, meio e fim, lógica e estratégia – escancaradamente, à homem (*Ib.*, 187-188).

A desmontagem do arquétipo feminino da “pomba da paz piando fininho em qualquer circunstância” (*Ib.*, 188), com o argumento irónico de que “o feminino do ajectivo ‘afirmativo’ é ‘agressiva’” (*Ib.*), é acrescida da crítica à inveja às que combinam a beleza com a esperteza: “O Gene Cultural Gaja guarda do Gene Cultural Mulher a memória da gloriosa inveja” (*Ib.*). A vantagem das “marias-rapazes” é que nem marialva, nem machista lhes bate:

Podem esfolar-se a trabalhar, mas nunca serão vítimas. Não, as gajas não fazem chantagem sentimental. Podem chorar de desilusão noites a fio, mas homem nenhum as ouvirá dizer que se atiram da janela se eles as deixarem – é isso que as torna tão irritantes. Ou fascinantes – para os poucos que já vão sendo capazes de entrar no admirável mundo novo delas (*Ib.*, 190).

Na sequência desta abordagem, a crónica “Donas de casa e donos do mundo”, de 20 de Dezembro do mesmo ano, critica a “discriminação sexual na publicidade dos brinquedos, que todos os meninos e meninas absorvem como referência existencial” (*Ib.*, 310), já que “os modelos infantis são determinantes na construção da identidade dos adultos” (*Ib.*, 307). Neste sentido, a cronista releva a descoberta masculina da paternidade como conquista da “emancipação masculina”, “tão importante como a conquista feminina do espaço público” (*Ib.*):

[...] pela primeira vez, os homens descobrem que os seus joelhos têm mobilidade suficiente para que eles se sentem no chão a brincar com os filhos. Muitos homens já conseguem mudar fraldas (a passagem das fraldas de pano para as descartáveis facilitou-lhes esta conquista), dar biberões e banhos – e descobrem, muitas vezes com um encanto adolescente, o prazer dessas tarefas (*Ib.*).

Denunciando a “Idade das trevas do Sexismo Absoluto” na publicidade dos brinquedos, a cronista desmitiza o “fantasma da homossexualidade”, “aterrorizador na cabeça dos pais”, bem como o trauma da censura da orientação sexual:

Um mínimo de sensatez obrigar-nos-ia a reconhecer que a orientação sexual não se define através da educação: quantos pares de irmãos ou irmãs não conhecemos, educados da mesmíssima forma, em que um (ou uma) é heterossexual e o outro (ou outra) homossexual? Já para não mencionar o sofrimento intenso que estes estereótipos e as respectivas interdições provocam, às vezes durante vidas inteiras, a pessoas que se sentem culpadas pela sua orientação sexual censurada – o direito de cada ser humano à sua identidade única e inalienável é ainda apenas uma flor no papel (*Ib.*, 309).

A castração da sexualidade masculina, bem mais feroz do que a feminina, já que “a uma menina é permitido brincar com tudo, incluindo monstros digitais ou barcos-piratas, e aos meninos ninguém oferece um Nenuco ou o barco-piscina da Barbie” (*Ib.*, 310), é sinal de um paradoxo:

Vivemos um tempo esquizofrénico: educamos as crianças no espartilho tradicional e depois, quando chegam à idade adulta, exigimos-lhes que sejam polivalentes e transdisciplinares. E admiramo-nos de que as raparigas estejam mais preparadas para responder a estas solicitações, sem reparar que a infância dos rapazes é muito mais castradora e que são eles os grandes segregados (*Ib.*).

Ironicamente também, a crónica “O caso dos maridos roubados”, de 10 de Maio do mesmo ano, põe em causa a cruzada contra a prostituição, movida pelo Movimento das Mães de Bragança. Zurzindo o chicote do sarcasmo contra a “Grande Tradição do Machismo Lusitano (GT-ML)” (*Ib.*, 213), a cronista desilude essas “esposas

martirizáveis e filhas obedientes” (*Ib.*): “Os maridos não se roubam, perdem-se” (*Ib.*). A fatídica e sinistra imagem da Inquisição acirra esta fustigação. A “fúria purificadora” de tais mulheres, porém, deixa incólume e “inimputáveis” os maridos adúlteros, aparecendo o Médio oriente como algo ultrapassado em matéria de discriminação de género:

Liderado pelo fervor espiritual destas Mães bragantinas, Portugal pode reencontrar o *élan* perdido e tornar-se, de novo, um farol do mundo cristão – iluminado, como há séculos, por esse combustível ecológico que são as carcaças dos infiéis. No caso vertente, apenas contaremos com a carroçaria das infiéis, já que os adúlteros propriamente ditos são considerados pela generosidade das suas legítimas como inimputáveis. Deixem estas palavras Mães descer de Bragança e contagiar-nos com a sua fúria purificadora, e verão como o Médio Oriente passa de moda num instante (*Ib.*, 211-212).

A estratégia das “mulheres-piu-piu”, distanciando-se da utilizada pela “mulher-galinha”, é desconstruída na crónica “Cuidado com as galinhas”, de 11 de Maio de 2002. Substituindo o tradicional “porte alado de pomba branca” e o “silêncio significante (em vez do cacarejar massacrante)” da “mulher-galinha”, as “mulheres piu-piu”, como “seres inteligentes e independentes”, disfarçam-se de “frágeis e carentes para melhor singrarem no mundo do poder masculino” (*Ib.*, 63). A resposta da cronista a esta estratégia é a ridicularização dos “homens-pintainhos”, já que

na capoeira onde as mulheres-piu-piu vicejam é possível encontrar igual número de homens-pintainho, galarós de ontem astutamente convertidos ao protocolo feminino dos afectos: homens que paradoxalmente piam: “Sim, sou um cão” e arredondam as penas para se confessarem traumatizados, perdidos, abandonados pelo mundo ou pelas mães, homens que baixam os olhos e se vestem de timidez para comover as mulheres (*Ib.*, 63-64).

Referenciando o livro de Ana Paula Guimarães, *Cuidar da Criação – Galinhas, Galos, Frangos e Pintos na Tradição Popular Portuguesa*, a crónica acaba por reconhecer na “mãe-galinha” qualidades transgressoras: “a ‘mãe-galinha’ afinal é também a que ensina os filhos a picarem sozinhos, algumas galinhas põem ‘ovos de ouro’, todas elas são guardiãs e instigadoras de enredos” (*Ib.*, 64). Esta capacidade de rebeldia feminina é também destacada no livro referenciado: “pelo *gossip* e pelo rebelde cacarejo a mulher e a galinha escorregam e escapam à tirania do poder instituído” (*Ib.*151).

A crónica “O problema da flor”, de 13 de Março de 2004, volta a referenciar o Dia da mulher, desta vez a partir de um telefonema, com voz feminina, interrogando: “se as mulheres fossem uma flor, que flor seriam?” (*Ib.*,347). Tratava-se de “um jogo”, de “uma graça”, apenas. Por isso, e por vontade de colaborar com colegas, apesar do perigo das “generalizações ontológicas”, a cronista acaba por, contra o estereótipo habitual, identificar as mulheres com o cravo, politicamente associado ao simbolismo revolucionário do 25 de Abril de 1974, “flor simples e deliciosamente masculina” (*Ib.*, 348), infelizmente a rarear nas floristas, por, alegadamente, afastar “a freguesia”.

Deste modo, “pensando no caminho de libertação que essa metade da humanidade a que se chama ‘as mulheres’ tem ainda à sua frente” (*Ib.*), a cronista estabelece as três regras básicas desse caminho: não escolher “as mulheres como alvo preferencial de ataque” (*Ib.*); “meter num saco (e devolvê-lo aos homens como ajuda alimentar da alma) o discurso da ‘diferença feminina’ que tantos equívocos tem gerado” (*Ib.*, 349); elogiar o trabalho e o pensamento das outras mulheres. A igualdade do estatuto feminino no mundo precisa ser, “mais do que protegida, acelerada” (*Ib.*, 350).

A crónica “Os nossos homens de ontem”, de 28 de Agosto do mesmo ano, para além da desconstrução do mito da hipervalorização dos políticos do passado, põe em causa a chamada “visão holística do ser”, de influência budista zen:

Subiu-me uma – nada holística, confesso – onda de impetuosidade e comecei a tentar explicar, uma vez mais, que feminismo não é o avesso do machismo.

Ainda consegui dizer que essa forma de escamotear o sofrimento concreto de milhões de mulheres, impossibilitadas de aceder ao maravilhoso holismo zen por mor dos véus que as cobrem ou das tarefas que levam, me parecia profundamente egoísta. A réplica foi um sorriso complacente para com o meu pobre e belicoso ser, um encolher de ombros brando e piedoso, e umas palavras quase já só sussurradas sobre as famosas “diferenças culturais” (*Ib.*, 411).

A ausência de candidatas à liderança do Partido Socialista impressiona a cronista. As dificuldades apontadas a eventuais hipóteses de candidaturas femininas são, no seu entender, fruto do “velho preconceito que leva as mulheres a exigirem muito mais umas às outras do que a qualquer homem” (*Ib.*, 414). E conclui: “Não por uma questão de diferença feminina, mas porque, enquanto não houver paridade na representação política, não há verdadeira democracia” (*Ib.*).

A crónica “A candura dos predadores”, de 14 de Agosto do mesmo ano, insurge-se contra carta do Cardeal Ratzinger aos bispos sobre “a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo” (*Ib.*, 403). Na sequência do comentário editorial do *Le Monde* (7/8/2004), que considera esta carta um “míssil contra o feminismo”, a cronista põe em causa o temor do cardeal em relação à igualdade entre homens e mulheres, em relação ao “modelo novo de sexualidade polimorfa”, criado pela igualdade “entre hétero e homossexuais” (*Ib.*, 405), e em relação ao “feminismo radical”:

Eu confesso que não sei o que isso seja, porque o feminismo surgiu para harmonizar um mundo esfacelado pela supremacia radical de um dos sexos. Mas pensava que, a ser alguma coisa, “radical” seria o feminismo que defende como propriedade privada das mulheres os bons sentimentos, as belas lágrimas e as profundas intuições. Radical, porque separa e hierarquiza os sexos, deixando todos os valores positivos da Humanidade para as mulheres, e toda a negação da bondade, da beleza e da paz para os homens (*Ib.*).

Identificando tal tipo de feminismo com o defendido na Carta (“É a mulher quem, mesmo nas situações mais desesperadas [...] demonstra uma capacidade única para enfrentar a adversidade, para tornar a vida ainda possível mesmo em situações extremas, para conservar obstinadamente um sentido de futuro, enfim, para recordar, através das lágrimas, o preço de qualquer vida humana”), a crónica acaba por ironizar a preocupação do cardeal em

sossegar os desamparados homens – aqueles seres que, segundo a Igreja Católica, não sabem chorar nem abraçar um filho, não têm meios para se defender da adversidade nem cabeça para pensar no futuro, e por isso se consolam no conto de fadas dos casamentos felizes de antigamente, quando as mulheres cantavam o dia inteiro, de tão amadas e bem acompanhadas que estavam, e a vida se organizava em lobos maus e capuchinhos vermelhos (*Ib.*, 406).

A figura emblemática de Maria Lamas (1893-1983) é apontada como exemplo luminoso do combate pelos direitos das mulheres, na crónica “Maria Lamas, lembrem-se?”, de 5 de Outubro de 2002. Em contraponto às mulheres que decretam o feminismo como ultrapassado, “fora de moda”, a cronista, depois de apontar a violação dos direitos das mulheres no Irão, Paquistão, Arábia Saudita, Sudão, Serra Leoa, Gâmbia, ou Somália, entre outros países, enaltece a combatividade de Maria Lamas, designadamente “na coragem de falar na descoberta da sexualidade das raparigas num colégio de freiras, de problematizar o amor livre ou a religião como ‘ópio do povo’ – ela, uma crente, de discutir a fidelidade ou a luta de classes” (*Ib.*, 128), no romance *Para Além do Amor* (1935). Como presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, associação encerrada no Estado Novo, avaliou *in loco* as condições de vida das mulheres portuguesas, publicando *Mulheres do Meu País* (1950). A prisão e o exílio (desde 1961) em Paris foram as consequências das suas ideias democráticas e feministas, igualmente expressas em *A Mulher no Mundo* (1952). Dando voz aos sem voz, prematuramente sacrificados, deixou escrito: “Escreverei nos livros e espalharei no mundo inteiro a mensagem das bocas que a morte por

perseguição pela fome, por frio, emudeceu violentamente – antes do tempo” (*Ib.*, 129).

2. A violência contra as mulheres

As mais variadas formas de violência contra as mulheres são continuamente identificadas e criticadas, como a violência doméstica, a mutilação feminina, o véu islâmico.

A “morte da atriz Marie Trintignant às mãos do cantor Bertrand Cantat” como fruto de um “amor louco” é uma tese, “repetida em jornais e revistas”, repudiada na crónica de 23 de Agosto de 2003. Segundo a cronista, trata-se do mito da associação da violência ao amor verdadeiro, convencionando-se que “o verdadeiro artista, hoje como há dois séculos, é aquele que vive à margem das regras burguesas” (*Ib.*, 251):

Provavelmente nunca como hoje se cultivou e homenageou a margem; assistimos à consagração mediática e oficial, in vivo, de artistas devotadamente “marginais”, que noutros tempos só a morte viria reabilitar. Com o risco, muito evidente, de confundir marginalidade e pose, loucura e a encenação da loucura, enfim, verdade e mentira. Mas o tempo em que vivemos deleita-se no erotismo desta confusão. O mito romântico da loucura como elemento essencial do génio criador floriu exuberantemente ao longo do século da juventude, que foi o passado século XX – e parece com boas pernas para continuar a ganhar as olimpíadas do fracasso glorioso (*Ib.*, 251-252).

O empenhamento político de Cantat (“contra Le Pen, contra a globalização, a favor dos índios de Chiapas, a favor da causa palestiniana, contra a ocupação do

Tibete, e [...] contra a guerra do Iraque” – *lb.*, 253) e não um alegado feminismo de Marie (“a maternidade e a paixão, por exemplo, pareciam bem mais importantes para Marie do que o feminismo” – *lb.*) poderia, assim, ser uma “espécie de melopeia desculpabilizadora” dos “murros em Marie” por um “rapaz fundamentalmente bom”. No entanto, a demitização das “causas-fétiche da esquerda politicamente correcta” como “pouco democrática” derruba essa falsa desculpa: “Há brutamontes arvorando cartazes pela não-violência, sim, porque o mundo é feito de paradoxos e contradições” (*lb.*).

O assassinato de Marie Trintignant volta à carga na crónica “Violência de pechisbeque”, de 29 de Novembro de 2003, a propósito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de Novembro). A morte de 60 mulheres por ano em Portugal, na sequência dos maus tratos, a atribuição da maior causa de morte e invalidez das mulheres entre os 16 e os 44 anos à violência doméstica, “ultrapassando o cancro e os acidentes de viação” (*lb.*, 297), a conjugação entre o silêncio das vítimas e a lentidão da justiça, a cumplicidade feminina e a chaga nacional do alcoolismo são objecto da atenção crítica desta crónica:

Crime público desde o ano 2000, a violência doméstica continua ao nível do fru-fru de portaria, em todas as classes sociais. [...] Movidas por essa fatal presunção de superioridade que tem sido o principal equívoco e entrave da emancipação feminina: a altiva presunção de que, com o tal especialíssimo sexto sentido feito de intuição e inteligência, charme e ternura, hão-de mudar os homens. Esta determinação beatífica tem o condão de, pelo contrário, acirrar os piores instintos desses mesmos homens: quanto mais elas se elevam aos céus, polvilhando-os de culpas e lágrimas, mais eles mergulham no mundo do murro e da bebida. [...] O alcoolismo é a grande chaga portuguesa [...], mas ninguém parece disposto a assumi-lo. [...] A omissão é também uma forma de consentimento, ou seja, uma forma de conivência (*lb.*, p. 298).

A barbárie, “supostamente preconizada pela *sharia*, a lei islâmica”, de “assassinar uma mulher lentamente, enterrando-a até à cintura e apedrejando-a, pelo crime de ter tido um filho fora do casamento” (*Ib.*, p. 51) é cotejada, na crónica “A vingança de Catherine Dickens”, de 29 de Março de 2002, com a traição e opressão, na Inglaterra do século XIX, causada à esposa pelo célebre escritor das classes oprimidas na sociedade industrial, Charles Dickens:

Porém, embora o mundo continue um sítio mal frequentado, convém não esquecermos que há cem ou duzentos anos a vida era, em todos os lugares, um bocadinho mais tétrica – para quem, mesmo em países confortáveis e meios burgueses, nascesse mulher. A vida de Catherine Dickens, nascida em 1815, é, a esse título, exemplar (*Ib.*, 51-52).

Depois de obrigar a esposa a entregar à amante uma valiosa jóia, “para que se tornasse pública a inocência da oferta”, castigou-a, retirando-lhe “a custódia dos filhos”, mudando-se com eles para o campo e deixando-a “na penúria”. A carta que escreve a uma das filhas, “no seu leito de morte”, pedindo que entregue ao Museu Britânico as cartas recebidas do esposo, “para que o mundo saiba que ele um dia me amou” (*Ib.*, 53), já que as cartas dela teriam sido rasgadas por ele. Na casa-museu Dickens, em Londres, “cerca de 150 anos depois, Catherine é diariamente vingada” (*Ib.*).

A crónica de 31 de Agosto do mesmo ano, “A tradição da indignidade”, depois de pôr em causa as condenações à morte por apedrejamento, por “delito de fornicação”, a par de “penas de violação colectiva” (*Ib.*, 115), por um suposto “crime de honra”, lamenta que globalização não chegue a todos os países a tempo de salvar as mulheres que são vítimas de tais práticas. Nesta sequência, a mutilação feminina, a despeito da sua defesa em termos culturais, é condenada como “um crime que não se apaga através de concursos de beleza entre civilizações” (*Ib.*, 117), sendo tempo de “abandonarmos o relativismo cultural em que nos consolamos, numa serenidade de

esquerda turística” (*Ib.*). A postergação de tais crimes é uma esperança que a cronista alimenta:

Espero ainda ver o dia em que estes princípios tenham sido já globalizados. Um dia em que os gritos das mulheres apedrejadas, violadas, excisadas às ordens dessa lei supostamente religiosa chamada *sharia* sejam apenas uma memória de um passado infame. Todas as palavras são impotentes para descrever esta tragédia quotidiana dos tempos modernos, e mais ainda para acabar com ela. Uso-as então, muito simplesmente, para apelar aos nossos deputados e eurodeputados que mostrem, através de acções e condenações concretas, que a Europa não tolera esta indignidade (*Ib.*, p. 118).

“O dever de ingerência” contra as “hidras tenebrosas” além-fronteiras é preconizado na crónica de 31 de Julho de 2004. A violação, a excisão, a segregação islâmica das mulheres, o genocídio no Sudão, a crueldade feroz da lei islâmica são as faces dessas “hidras”:

A ideia de que nenhum ser humano é estrangeiro neste mundo ainda não atingiu os nossos requintados cérebros. Fomos capazes de inventar naves espaciais, fotografámos a Terra vista da Lua e observámos como ela é de facto redonda, bonita e limitada. Mas continuamos a agir como se o universo acabasse no fim da nossa rua ou das nossas fronteiras e para lá delas as pessoas se transformassem em hidras tenebrosas. Neste preciso minuto em que escrevo há milhares de mulheres, muitas delas ainda crianças, que estão a ser violadas, seviciadas, mutiladas. [...] Mas como esse saber nos incomoda, puxamos dos alfarrábios e pomo-nos a relativizar na confortável sombra das páginas (*Ib.*, 399).

Proscrevendo a teocracia de todas as ditaduras, a cronista contrasta o processo de extinção da “religião terrena de Fidel” com a expansão do “totalitarismo islâmico”:

Todas as ditaduras são teocráticas – esteja o deus em causa nas profundezas do céu ou na onipotência da terra, como está Fidel de Castro. A religião terrena de Fidel foi arrasada pelos seus pobres resultados e está em extinção; em contrapartida, o totalitarismo islâmico cresce, porque compensa a escuridão da existência com estrondosos prémios de luz na eternidade. [...] Esperança egoísta, desumana, de quem não vê no outro um destino de liberdade humana tão digno como o seu. [...] Defendemos, como se de um gesto ético se tratasse, a não ingerência em território alheio (*Ib.*, 401).

“A tua mãe é um fantasma” é o título da crónica de 28 de Fevereiro de 2004, a propósito do uso do véu islâmico em França. Aos olhos dos colegas de um rapazinho libanês, a mãe deste, “coberta de panos”, parecia um fantasma, isto é, “um ser de contornos humanos que não tem direito à palavra nem a uma qualquer forma de acção ou realização no espaço da comunidade” (*Ib.*, 339-340). A opção reservada à família à irmã de oito anos de não ir à escola, onde não é permitido o véu islâmico, ainda acentua mais este “grau fantasmático”:

Aceitar que a igualdade entre a homens e mulheres que tanto custou ao Ocidente a conquistar seja agora posta entre parêntesis, a pretexto de uma diferença cultural que mais não é do que uma forma clara e explícita de opressão. [...] Mas, em bom rigor, cumprir a lei da igualdade entre os sexos e da igualdade de oportunidades para todas as pessoas implicaria mais do que retirar esse sinal evidente de inferiorização de um dos sexos que é véu – de acordo com a letra do Corão, que define a mulher em relação às pulsões do homem, obrigando-a a esconder tudo aquilo que pudesse conduzi-lo à transgressão sexual. Como escreveu Gisèle Halimi, o véu relega a mulher “para um verdadeiro *apartheid* sexual (*Ib.*, 340. 341).

A recusa do véu islâmico no espaço público implica, por extensão, a luta “contra qualquer marca de discriminação social ou económica” (*Ib.*, 341), que deveria passar por uma legislação europeia “contra a ostentação de sinais exteriores de

riqueza e distinção no espaço escolar do ensino obrigatório” (*Ib.*, 341-342). O uso de uniforme escolar nesse grau de ensino é, então, preconizado. Já que a “toxicodependência do consumo e das aparências” é contrária à verdadeira educação:

A escultura do único molda-se no barro macio e denso do universal – parece-me esta uma evidência tão básica que não entendo como podemos fugir-lhe tanto. Os valores que, segundo o coro dos pregoeiros pouco praticantes, tanto nos faltam, começam nestas elementares medidas de higiene física. Há é pouca gente para dar por isso (*Ib.*, 342).

A crónica “O factor pitbull”, de 4 de Dezembro do mesmo ano, relativiza o valor do multiculturalismo em face da “contínua agressão das mulheres nos países islâmicos” (*Ib.*, 448) e não só. A justificação dos “ataques perpetrados” pela raça canina pitbull é aplicada à clemência judicial com que os agressores são contemplados:

Por muitas campanhas que se façam – e não há campanhas que funcionem enquanto a igualdade de direitos entre homens e mulheres for socialmente escamoteada em nome de tradições e culturas, sejam elas quais forem -, nada mudará. [...] Segundo um levantamento feito pela União de Mulheres Alternativa e Resposta, 33 mulheres morreram, ao longo de um só ano, em Portugal, às mãos dos maridos [...]. Aos agressores, em contrapartida, toda a clemência e compreensão social é devida. Desenvolve-se na nossa sociedade aquilo a que podemos chamar factor pitbull: [...] ressalva-se sempre que, se o cão mordeu, foi porque os mordidos, por qualquer razão, se puseram a jeito, sem reflectirem na hipótese de que alguma particular perversão cultural ou educativa tivesse sido imposta ao cão, coitadito. Ou, em última análise, porque um cão não é um homem. A diferença humana consiste, precisamente, em distinguir agressores e vítimas (*Ib.*, 449. 450).

3. A vocação e a educação da maternidade e da paternidade

Na “Carta à minha filha”, a crónica de 6 de Março de 2004 começa por desejar que o dia 8 de Março ultrapasse a mera “homenagem às muitas mulheres que lutaram, até à morte, em alguns casos, pelo reconhecimento dos seus direitos mais elementares” (*Ib.*, 343), um dia “afastado” da sua história pessoal. No diálogo entre mãe e filha, sobre um filme de uma criança que busca a mãe que morreu, surge a conclusão de que, ambos, a mãe e o pai, “nunca deviam morrer”: “É para isso que os filmes servem: para que os nossos amores não morram, nunca” (*Ib.*). Os quadros da mãe pintora que, escondidos durante mais de 30 anos, foram trazidos por Mariana Otero “para a cintilação absoluta da tela de cinema”: cada quadro iluminado representa “a voz de cada pessoa que amou a mãe”. A pintora Clotilde havia morrido, aos 28 anos, numa França onde não era legal a interrupção voluntária da gravidez. A lei portuguesa é, porém, criticada por não contemplar que a mulher decida “sobre a sua saúde psicológica” (*Ib.*, 345). Também se alude à lenta mudança que se vai verificando em relação às candidaturas das mulheres aos mais altos cargos políticos. Os votos da mãe vão no sentido de a filha experimentar “a vertigem de uma grande paixão, por causa do esplendor e da sabedoria do impossível” (*Ib.*, 346), no sentido de, livremente, decidir ser mãe, sem que “a sensibilidade das mulheres” seja “obrigatoriamente vinculada à maternidade”, escolhendo para pai o fruto do seu amor: “Porque não há boas razões para ter filhos, nem pais ideais – mas o fulgor da paixão perpetua-se nos rostos, como o cinema e a pintura demonstram, para lá de todos os julgamentos” (*Ib.*).

A crónica “A universidade das mães”, de 27 de Abril de 2002, propõe uma licenciatura em Maternidade, “com cadeiras de Direitos da Criança, Psicologia Infantil e História da Maternidade”, aberta a homens e mulheres, com o objectivo de responder aos problemas que hoje se levantam na educação dos filhos:

Há dias, num festejo social, uma jovem estudante de Direito explicava-me que andava a tirar o curso para, no futuro, ajudar os estudos dos filhos. Na mesma

ocasião encontrei duas mães [...]. E ambas condoídas das pecadoras que, por necessidade ou vício, não conseguem ficar em casa, abandonando assim os filhos à droga e aos desvarios deste mundo (*Ib.*, 55).

A pós-graduação em Cuidados Infantis poderia atingir também “jovens aspirantes a futuros pais”, facultando-lhes “o encontro com a Mãe de seus filhos” (*Ib.*, 56). Assim, a universidade das mães poderia contrabalançar a cultura dominante ocidental, a qual “favorece o sucesso escolar das meninas (que continuam a crescer sob o paradigma da compostura) sobre os rapazes (cuja masculinidade é posta em causa, se excessivamente estudiosos), e os dados de estudos psicológicos, segundo os quais a maturidade feminina se desenvolve mais cedo. Assim também as “mães-pecadoras, aquelas que se desdobram diariamente em diversas heterónimas, movidas pela ambição de se recriarem a si mesmas enquanto criam os filhos”, poderiam contratar “por umas horas as tais mães especializadas” (*Ib.*, 57).

O direito a conhecer a identidade biológica própria é objecto da crónica “Da dor anónima”, de 16 de Outubro de 2004. A questão é posta a partir das uniões homossexuais, cujos filhos são gerados por inseminação artificial, com a participação biológica de um dador desconhecido. A cronista chama a atenção para a “nebulosidade em que alguns valores escritos nas cartilhas humanitárias contemporâneas se esboroam” (*Ib.*, 432), desmontando a diferença entre a “Esquerda velha, preconceituosa” e a “pós-moderna, liberal” (*Ib.*, 433). Neste sentido, ressalva que “a paternidade biológica não confere – ou não deve conferir -, só por si, qualquer direito de posse sobre os filhos” (*Ib.*), embora todas as crianças tenham “o direito de saber de onde vêm – ou seja, a conhecer a sua herança genética, a sua árvore genealógica de sangue. Até para [...] poderem mais tarde tomar decisões informadas sobre a sua própria fertilidade” (*Ib.*, 434). Para além do reconhecimento do “direito fundamental” que é a identidade, preconiza-se o termo dos “bancos de esperma anónimos”, como “urgente causa de Esquerda”, “porque é de Esquerda a luta pela dignidade da vida real”, isto é, “aquela que já saiu dessa coutada da Direita que é a barriga das Mães”: “Trata-se de uma defesa feminista da paternidade. Ou não terão ainda os homens reparado que esses bancos de esperma anónimos são um enxovalho para a condição masculina e uma desvalorização radical do seu papel de pais?” (*Ib.*).

4. O abuso e violência contra crianças

Quatro crônicas contemplam explicitamente o abuso sexual de crianças, a pedofilia.

O título da crônica de 14 de Fevereiro de 2002 pergunta: “Mãe, o que é a pedofilia?”. A pergunta, embaraçando muitos pais, faz lembrar a necessidade de não mentir às crianças, como no caso do mito do Pai Natal: “O problema é que para sermos verdadeiros temos de avançar contra o mito das Grandes Verdades, porque o que existe é a magoada maravilha das verdades pequenas e contraditórias” (*Ib.*, 160). A pedofilia, no entanto, é uma rede, em que fenómenos como os da Casa Pia são “apenas o iceberg da negra realidade” (*Ib.*, 161). A família, para além dos “senhores finos com maus hábitos” (*Ib.*, 160), é responsável por grande parte da pedofilia:

Acresce que, neste país de aparências, a família biológica tem de facto direitos sagrados – porque é mais barato enaltecer a família do que encontrar soluções de vida para as crianças que têm o azar de nascerem de progenitores incapazes. [...] Por pena dos pais, matam-se os filhos – é este o valor que os direitos da criança têm no nosso país. [...] Agora que anda tudo alvoroçado com a pedofilia e que não temos como livrar as crianças de mais este papão, peço às pessoas que sabem dessa outra pedofilia, antiquíssima, insidiosa, que se exerce diariamente a coberto das famílias, que falem, que ajam, que salvem essas crianças. É isso, simplesmente, o Natal: coragem e salvação (*Ib.*, 161. 162).

Ao contrário do que se diz e pensa, “nunca como hoje se considerou e protegeu a dignidade das pessoas – nos países democráticos” (*Ib.*, 179). “As costas largas da História” é o título da crônica de 22 de Fevereiro de 2003 que o explicita: “A História é uma ficção deliciosamente aberta e ambígua: podemos formatá-la como quisermos, estruturá-la à medida dos nossos sonhos e pavores” (*Ib.*). No entanto, a nossa pertença a “uma civilização laica, baseada na interpretação livre e na tolerância para com a diferença” não justifica que levemos essa tolerância a “extremos de cegueira

que a tornam indiferença para com a realidade” (*Ib.*, 180). Como escreveu Paulo Cunha e Sá (*Diário de Notícias*, 9.2.2003), “Actos considerados monstruosidades absolutas eram perfeitamente tolerados há bem pouco tempo. E crimes de há bem pouco tempo são hoje considerados manifestações legítimas da natureza humana” (*Ib.*, 181). Mas, como diz a cronista, deve acrescentar-se que

os “crimes” que se tornaram “manifestações legítimas” se prendem exclusivamente com a autodeterminação das pessoas (liberdade de opção sexual, liberdade de contrair casamentos sucessivos, etc.) e nunca com violência sobre terceiros. [...] Lá porque 50 ou 30 anos as crianças não tinham a sua dignidade e os seus direitos protegidos [...], isso não torna o abuso sexual dessas crianças menos tenebroso, nem pode servir para relativizar e aligeirar esse crime menos tenebroso (*Ib.*).

Ouvir “a voz das vítimas, essa voz que sempre tem faltado à História” (*Ib.*) é a tarefa que se impõe, num momento em que “a Justiça despertou do seu sono secular e começou a funcionar” (*Ib.*, 182).

Parafraseando a novela sentimental *Menina e Moça, ou Livro das Saudades*, de Bernardim Ribeiro, a crónica “Menino e Moço, novela sentimental”, de 25 de Outubro do mesmo ano, dá voz aos lamentos e queixas de uma vítima da pedofilia:

Era eu menino, criança já me não deixaram ser. [...] O medo, aquele medo dos fantasmas e das bruxas, todo feito de sonhos vagos e arrepios da espinha, não o cheguei a conhecer. Dei pelo meu corpo já submetido, programado para a travagem da dor. De modo que até hoje nada sei da sedução de um sexo, ou como acodem ao corpo as imaginações do desejo por mulheres ou por homens. Por isso me revolto quando me chamam homossexual (*Ib.*, 280).

Acreditando ainda na Justiça, capaz de lhe mostrar um mundo onde possa ser “uma pessoa como as outras, em busca da sua fatia de amor” (*Ib.*), recorda o “cheiro a chocolate quente” da casa da mãe, ouvindo dizer que “a memória pode ser invenção, que as crianças não sabem distinguir a verdade da fantasia e o sonho da realidade” (*Ib.*, 282). Desejando que “pudéssemos nascer adultos” e “trocar de família”, segundo

uma escolha de catálogo, pensa que “só os adultos fazem falta uns aos outros”, ressaltando, porém, que as crianças “servem para dar alegria aos outros”, não sendo “um fim em si” (*Ib.*).

“Crianças em saldo” é o expressivo título da crónica de 1 de Maio de 2004, na qual, mais uma vez a propósito do Dia da mulher, se disserta sobre a pedofilia nos Açores. Aos pais que aceitam dinheiro, “a troco do silenciamento de um crime”, pergunta a cronista que “exemplo ético dão”; que direito têm “de apagar os crimes cometidos sobre os filhos”; que sociedade é esta que “defende que a publicidade de um crime [...] mancha a reputação da vítima” (*Ib.*, 373). Pondo em causa quer o comportamento dos pais biológicos, quer a incúria da Segurança Social, entregando crianças a instituições de duvidosa idoneidade, a crónica reclama o direito à protecção das crianças em perigo.

O assassinio de Joana, a pequena cigana, dá origem à crónica “As crianças-abono”, de 9 de Outubro do mesmo ano. A responsabilização dos pais e da Comissão de Protecção de Menores, em detrimento da miséria, que é consequência e não causa dos crimes contra crianças, insere-se numa ética de denúncia da irresponsabilidade colectiva:

De cada vez que se justifica um crime com a pobreza física de quem o cometeu, está-se a exercer uma discriminação violenta contra os milhões de pobres deste mundo que não esfolam nem matam os seus filhos. [...] Às pessoas que têm o dever de proteger as crianças exige-se-lhes a coragem de protestarem em nome delas. De reivindicarem os meios, de insistirem. Tudo menos arquivarem imediatamente os problemas que se lhes apresentam. [...] Neste refogado de poucas famílias que é Portugal, o responsável será sempre o primo do sobrinho do cunhado. Aquele que [...] já saiu do Poder [...] empurrará a culpa para braços difusos dos anteriores governos (*Ib.*, 427. 428).

A contestação ao anónimo trabalho de grupo e à reestruturação das escolas em agrupamentos é acrescida da crítica à irreflexão sobre as causas destes crimes:

Enquanto a população pede a morte dos criminosos, não reflecte nas causas que permitem que estas coisas aconteçam. E não é a miséria, não. A miséria,

aliás, é também uma consequência das prioridades do país. Do luxo dos assessores e da irresponsabilidade dos responsáveis. Podem crer: um perfeito trabalho de grupo (*lb.*, 430).

5. A questão do aborto

Recorrente em mais de seis crónicas, de modo explícito e desenvolvido, sem falar de outras em que é a florada, a questão do aborto, mais do que tratada do ponto de vista ético, é abordada do ponto de vista das mulheres que sofreram problemas, ou mesmo a prisão, como a enfermeira da Maia.

Com efeito, “Um assunto de mulheres”, título da crónica de 26 de Janeiro de 2002, reserva à escolha feminina a questão do aborto, referendada em 1998, mas com 68,5 por cento de abstenções. A pena de oito anos e meio de prisão, atribuída à enfermeira Maria do Céu Ribeiro, é contrastada com os “modestos seis anos e meio”, conferida pelo tribunal de Almeida a um pai, “por ter violado e engravidado a própria filha” (*lb.*, 28), e com os quatro anos e meio de condenação, pelo tribunal da Guarda, daquele homem que esfaqueou a mulher. O aborto clandestino, para o qual as mulheres pobres são empurradas, é proscrito em face da dignidade humana:

A quem recorrerão agora as mulheres tristes e desesperadas, esmagadas pela miséria, pelo excesso de filhos, pela brutalidade dos maridos, que recorriam aos serviços da enfermeira-parteira Maria do Céu? Às agulhas de crochet? Ao veneno dos ratos? A enfermeira Maria do Céu fazia-se cobrar pelos seus serviços – até porque não tinha iates nem fundações a trabalhar para ela. Digamos que era um sistema afegão, da época taliban – que é o que vigora ainda hoje, nestes assuntos de mulheres, no Portugal do euro. Não havendo dinheiro, Maria do Céu aceitava como penhor coisas que no mundo respeitável dos doutores não se aceitam: pulseiras, relógios, valores diversos. [...] Mas arriscava, como se viu, vida e liberdade para arranjar a estas infelizes a bênção de uma anestesia, e receitas médicas que lhes permitissem poupar na conta dos medicamentos (*lb.*, 29).

O filme de Chabrol (1988), “sobre a última mulher guilhotinada em França – foi em 1943, por prática de aborto” (*Ib.*) tem o título de *Une Affaire de Femmes* e é classificado como “um inesquecível tratado de humanidade” (*Ib.*, 29-30). As mulheres portuguesas que votaram “contra si mesmas – por causa do padre, do marido, do inferno, da culpa e da vergonha, ferretes máximos do feminismo” (*Ib.*, p. 30) são etiquetadas de “passivamente masoquistas”.

A defesa da enfermeira da Maia volta à carga na crónica “Quem defende Maria do Céu?”, de 8 de Junho do mesmo ano. O ataque que lhe é feito atinge agora o lucro que terá obtido com a prestação de serviços ilegais, ao qual a cronista responde com o lucro obtido pelos médicos, pelas agências funerárias e floristas dos cemitérios, desculpando o relativo lucro por ela obtido: “Onde está a sua piscina, onde estão os seus iates, onde estão os seus trajos Armani e os seus diamantes?” (*Ib.*, 77). O contraste é estabelecido ironicamente com o “rico impoluto, como o presidente da República Popular de Angola, que nada em luxo num país onde as crianças nascem já mirradas e morrem na tortura da fome” (*Ib.*) e com Robert King, “um membro dos ‘panteras negras’ que esteve 31 anos na prisão [...] nos Estados Unidos, pelo crime de ser activista político, e corre agora o mundo pugnando pela libertação dos outros” (*Ib.*), mas que, através de um dos patrocinadores da sua vinda a Portugal, pedia apoio em dinheiro. Aliás, “o tão criticado lucro de Maria do Céu não parece ter-lhe permitido sequer o acesso a um bom advogado, que pugnasse, pelo menos, pela diminuição desta pena, tão severa quanto hipócrita” (*Ib.*). A sugestão de um abaixo-assinado em defesa da enfermeira presa é sugerida na parte final da crónica, através de uma pergunta retórica: “Agora que os abaixo-assinados estão na moda, não há quem queira defender esta mulher condenada a oito anos e meio de prisão por ter procurado as melhores condições para os abortos que praticava?” (*Ib.*, 78).

A crónica “Vergonha”, de 21 de Junho de 2003, insiste na defesa de Maria do Céu. A “vergonha” da cronista pela sua prisão entronca no facto de ela “ter procurado minorar o sofrimento e a miséria alheias” (*Ib.*, 227), na injustiça de pagar “o justo pelo pecador” (*Ib.*, 228): “Completamente falida (a advogada e as custas do processo levaram-lhe todo o dinheiro), os filhos e a neta recém-nascida são a última muralha contra a desistência” (*Ib.*, 228-229). A sua proposta passa agora por transformar a casa que lhe resta num infantário, já que lhe é vedada pela Direcção-Geral dos Serviços

Prisionais a possibilidade de recomeçar a trabalhar e a Ordem dos Enfermeiros lhe moveu um processo. As desculpas da cronista pela demora de responder às suas cartas juntam-se às desculpas gerais “com o fado”:

[...] desculpo-me por me esquecer de apurar, semana a semana, em que canto de que gabinete descansa o pedido de indulto; desculpo-me com o tempo, o trabalho, a vida. Crueldade do quotidiano, que nos anestesia e embrutece. Embrenhamo-nos numa causa e depois deixamo-nos esquecer dela (*ib.*, 229).

Na “Caça às bruxas”, a crónica de 13 de Dezembro do mesmo ano critica a perseguição pelos “pides modernos” às “mulheres desafortunadas” (*ib.*, 303), julgadas no tribunal de Aveiro por prática de aborto:

Se na época de justiça bárbara, imediata e popular em que viveu, quando os direitos das mulheres eram coisa inimaginável, Jesus ousou defender uma mulher adúltera, dizendo: “Quem de vós estiver sem pecado seja o primeiro a lançar-lhe uma pedra!” (Evangelho segundo São Lucas, 8, 7), o que não teria dito perante estes actos de perseguição? (*ib.*, 304).

Contraditando a democracia do referendo em países “onde a cultura é um oásis de elites, porque as ditaduras demoram mais de trinta anos a sarar” (*ib.*), a crónica desculpa as mulheres sem recursos económicos para abortarem no estrangeiro, envolvidas na teia de não terem possibilidades de escolha livre:

Nenhuma mulher prefere provocar um aborto a usar métodos anticoncepcionais. O que se passa é que muitas delas não têm ainda sequer o direito a escolher [...]. Uma desinformação muitas vezes tapada pela *burqa* da vergonha: vergonha de comprar preservativos ou pílulas no farmacêutico conhecido, vergonha de falar disso ao médico, a vergonha que a escandalosa ausência de uma política activa de informação sobre a saúde sexual (nas autarquias, nas escolas, junto das pessoas), aliada à falta de misericórdia da Igreja Católica, que demoniza todos os métodos anticoncepcionais, a começar pelo preservativo, tem transformado num cemitério de desvalidos (*ib.*, 305).

“A moral dos outros”, na crónica de 10 de Janeiro de 2004, atinge a reacção dos “bem pensantes” (*ib.*, 320) ao indulto parcial do presidente Jorge de Sampaio à enfermeira Maria do Céu Ribeiro, alegando que ela “faz parte da exploração” das “mulheres que abortam” (*ib.*, 319). Quanto aos partidos de esquerda, “dada a oportunidade política do tema” (*ib.*, 320), a sua aprovação da medida presidencial é explicada “pela sua transparência humanista ou pelos dividendos estratégicos que pensam extrair dela” (*ib.*). Volta-se a relativizar a “máquina de exploração” da enfermeira agora indultada, com a crítica aos erros graves cometidos pela defesa judicial, e a apresentar o contraste entre as penas a ela aplicadas e as infligidas aos crimes graves, como o homicídio por negligência, o assassinato de um filho, deficiente mental, o abuso sexual de um filho menor, de forma continuada, ou um acto sexual com criança de nove anos.

De modo insistentemente irónico, a crónica “Aqui não se fazem ondas”, de 4 de Setembro do mesmo ano, põe em causa “os pomposos ‘Assuntos do Mar’ que justificam o sobrenome em forma de congelados do Ministério da Defesa: mulheres” (*ib.*, 415), a propósito da vinda a Portugal do barco-hospital holandês, por iniciativa da associação *Women on Waves*, em apoio à intervenção clínica às mulheres desejosas de interromperem a sua gravidez. A crítica é dirigida ao Governo por ter proibido essa vinda: “Mais especificamente, manter ao largo cardumes de mulheres estrangeiras que tentem vir contaminar com as suas estrangeiras ideias a virgindade mental das mulheres portuguesas” (*ib.*). O convite das organizações portuguesas, dirigido àquela associação, é ignorado e a legislação comunitária é violada com a proibição da acostagem de tal barco. A perseguição às mulheres que abortam é, assim, ironicamente desmontada:

Pequeninos mas bons a assustar o mulherio, o que é que julgam? Se perseguimos e levamos a tribunal as mulheres que abortam, é só para mostrarmos isso mesmo: que não aceitamos ingerências desse aleivoso estrangeiro, pai de todos os vícios (*ib.*, 416).

Interrogado por uma jornalista quanto a uma eventual proibição dos anúncios diários das clínicas espanholas de ‘tratamento voluntário da gravidez’, a resposta desse

membro do Governo foi que era de ponderar. A crítica a tal resposta põe em causa o “escandaloso apoio à imperialista economia espanhola” por parte de “duas mil mulheres por ano a largar euros portugueses ali mesmo em Badajoz” (*Ib.*, 418). A conclusão, igualmente irónica, à actuação do Governo português resume o alcance da crónica: “Impedir as mulheres de fazerem ondas: eis um grande desígnio para os bravos da nossa Armada” (*Ib.*).

6. O terrorismo e a ferocidade dos nacionalismos

O terrorismo, especialmente presente em quatro crónicas, atravessa em várias outras a temática recorrente da cronista Inês Pedrosa.

Com a coragem que lhe é peculiar, a cronista, em “A sedução terrorista”, desmistifica, em 17 de Agosto de 2002, o terrorismo nacionalista basco da ETA, bem como todos os bárbaros nacionalismos. A “mitificação extasiada das diferenças” (*Ib.*, p. 107), em contraste com “a globalização opressora”, numa complexa gama de opções e imposições políticas, que escapa ao “verdadeiro cristal da humanidade”, a que “podemos chamar bom senso” (*Ib.*), é o panorama que rege as sociedades:

Os massacres fraticidas dos últimos anos, no coração da Europa, curaram-me rapidamente da doença do nacionalismo. Os bombistas suicidas – jovens, sempre extremamente jovens, o que diz tudo o que há para dizer sobre os ideais dos seus líderes velhos, astutamente velhos – e as bombas aleatórias da ETA, mesmo aqui ao lado, rebentaram-me com as últimas réstias de fascínio pelas singularidades territoriais (*Ib.*, 108).

Se bem que defenda o referendo da independência basca, a cronista não deixa de colocar reservas à “liberdade efectiva” desse eventual acto político, citando do jornal *El País* a “reportagem aterradora sobre as ameaças que impendem, diariamente, sobre todos os que se manifestam publicamente contra a ETA” (*Ib.*) e a notícia do *Público*, segundo a qual “dez por cento dos jornalistas bascos confessam já ter sido

ameaçados” (*ib.*). É a gestão do medo, nas palavras de Florencio Dominguez (*in Dentro de ETA – la vida diaria de los terroristas*, Aguilar, 2002), que põe em causa “o romantismo aventureiro e revolucionário atribuído a esta organização” (*ib.*): “Dosear o medo – internamente, através de um jogo cruel de doces e castigos; externamente, através, por exemplo, do ‘imposto revolucionário’ – ou seja, extorsões” (*ib.*). Desmentindo a visão de Portugal como “um Euskadi bem sucedido” (*ib.*, p. 109), a cronista condena a ideologia da violência: “a um discurso que se escreve com o sangue dos outros, só pode chamar-se cobardia” (*ib.*):

Matar por uma Pátria. O que é isso, uma pátria, num mundo cada vez mais interdependente? Percebo que se lute pela manutenção de uma língua – mas essa devia ser uma luta de palavras, escolas, leis. Percebo que se lute pela continuidade das pataniscas de bacalhau, do fado, da memória. Mas não percebo a ferocidade dos nacionalismos. Não percebo porque não há-de a Europa ser uma efectiva federação de Estados, capaz de enfatizar o melhor da sua herança comum. Não percebo nem perdoo o assassinio da menina que brincava, no sul de Espanha, não quero entender [...] nenhum massacre indiscriminado a favor de pátria, religião ou ideologia alguma (*ib.*, 110).

Um ano depois do 11 de Setembro de 2001, a crónica “O jogo dos escrúpulos”, de 9 de Setembro de 2002, imaginando, com Paul Beatty (“Cartas para Nova Iorque”, *in Libération*, de 21.12.2001), “como seria a Nova Iorque talibanizada e dominada pelas forças da AL-Qaeda”, contrapõe à destruição das Torres Gémeas a não destruição do “nosso mundo” (*ib.*, 119):

O que ruiu com as torres foi a nossa capacidade de alheamento do mundo. Como se, até ao dia 11 de Setembro, vivêssemos num simpático e descomprometido jogo de escrúpulos, numa realidade virtual confortavelmente especulativa, que se resolvia através de uma contradança de princípios e da eloquência das palavras. O 11 de Setembro acabou com esse mundo adolescente e vago das afinidades estético-lúdicas, obrigou-nos a tomar partido (*ib.*, 120).

A interpelação política é fruto da marca terrorista: “Voltámos a perceber que a política marca tudo o que fazemos e o que somos, não é um lugar exterior, não tem exterior” (*Ib.*). A relativização dos valores deixa de pautar a nossa vida: “O hediondo ataque terrorista de Bin Laden simplificou dramaticamente o mundo: deixou de ser possível relativizar tudo, afirmar a equivalência de todos os valores, justificar o injustificável através de injustificáveis semelhantes” (*Ib.*). Mas, como em todas as coisas humanas, os problemas subsistem: a impossibilidade de esquecer os mortos, “gente civil do mundo inteiro, incluindo islâmicos, - assassinada a sangue frio por homens para os quais a morte dos outros não tem qualquer valor” (*Ib.*, 121); a onda de popularidade que este crime trouxe a Bush, “de um ponto de vista estritamente político” (*Ib.*); o “fundamentalismo islâmico de que Al Qaeda se fez braço armado não quer, ao contrário do que insistem em acreditar certos vencidos do marxismo, substituir o capitalismo selvagem por uma sociedade sem classes” (*Ib.*):

Quer, sim, fazer do mundo um imenso Afeganistão taliban – dirigido pela elite dos *mullahs*, claro, para que possam reinar, em despotismo absoluto, de origem supostamente divina, sobre um mundo de escravos sem direitos. Não se trata, portanto, de uma guerra de civilizações, perante a qual possamos dissertar longamente e aduzir razões e Histórias de um lado e de outro; trata-se, friamente, de uma guerra entre a História e a Não-História, a possibilidade de dissertação e a impossibilidade de, sequer, escolher (*Ib.*).

Os atentados criminosos dos Islâmicos em Bali e em Moscovo, sob invocação do nome de Deus, dão origem à crónica “Chamem-me Deus”, de 1 de Novembro do mesmo ano. A “violência dos que se julgam [...] mordomos privilegiados do Todo-Poderoso” (*Ib.*, 140) leva a cronista “a questionar, à escala universal, a ideia de Forças Armadas”:

Durante séculos, a igreja e a tropa foram utilizadas pelo poder para anestesiar as almas: distantes e onnipresentes, o Céu e o Inimigo apagavam as inquietações individuais e garantiam ao Poder rebanhos infinitos de gente obediente, sem cabeça para interrogar os superiores desígnios dos que tudo decidiam. [...] O fundamentalismo é parte constitutiva de todos os sistemas

totalitários, de toda a apologia do inquestionável – e é sobre isso que é urgente reflectirmos, de cada vez que ele rebenta em actos de terror massivo (*ib.*, 141).

Na crónica “As mil bandeiras de Nova Iorque”, de 29 de Março de 2003, paradoxalmente, a guerra do Iraque não transparece na cidade que foi vítima do 11 de Setembro, a cidade que “foi construída pelo optimismo inabalável dos sobreviventes – sobreviventes de múltiplos holocaustos” (*ib.*, 194). O “mar do consumismo ou da melancolia – enfim, da desistência” (*ib.*, 193) mostra um “mundo que está a tornar-se menos óbvio”, tendo como “vantagem imediata” a “pluralidade de pontos de vista” e como “desvantagem” a “pulverização” e o “individualismo” (*ib.*):

Não, não vivemos no fim do doce império dos valores. Vivemos, sim, o fim do ciclo dos impérios, a madrugada da era dos valores – e só não somos capazes de o ver porque não conseguimos habituar-nos a largar o pelo lustroso do pessimismo chique que sempre dá umas aparências de inteligência. [...] É mais fácil decidir, contra a História, que o mundo nunca esteve tão mal, do que assumir o peso do compromisso ético a que o optimismo nos obriga (*ib.*, 194).

A questão do terrorismo em Portugal, a propósito da condenação dos “arrepentidos” das FP-25 e da absolvição dos “outros membros da organização”, “pela impossibilidade de prova quanto à efectiva autoria material dos crimes” (*ib.*, 273) é perspectivada, na crónica “Dogville, Portugal”, de 4 de Outubro, do mesmo ano, a partir do romance *Ressurreição*, de Tolstoi - “Uma existência é um espaço demasiado curto e intenso para a ressurreição” (*ib.*, 271) – e do filme de Lars Von Triers, *Dogville*, “um monumento estético-filosófico de análise do mundo contemporâneo” (*ib.*, 273):

Não, a solução não está em explicar às criancinhas que somos todos igualmente bons e maus, consoante as circunstâncias, e que enquanto se mantiver a desigualdade de oportunidades em que nascemos não nos resta mais do que tentar passar entre os maços de dinamite. O terrorismo pode e deve ser evidentemente explicado e, ao nível singular do caso humano, pode até ser compreendido – mas nunca ficar impune. E da pior maneira, que é a de

arranjar uns bodes expiatórios entre a arraia-miúda, que pagam a dobrar pelos cabecilhas, os tais Grandes que se safam sempre. O desenlace do caso FP-25 define-nos como um país sem Palavra. E esse é um dos primeiros passos para entrarmos no inferno de *Dogville* (*Ib.*, 274).

O “tenebroso 11 de Março” de 2004, data do ataque da Al Qaeda a Madrid é o motivo da crónica “O medo vai ter tudo”, de 20 de Março de 2004. Apesar da oposição do partido vencedor das eleições espanholas (PSOE) à guerra do Iraque, a cronista entende a declaração da retirada imediata das tropas espanholas daquele país, “três dias depois da bárbara matança da Al Qaeda” (*Ib.*, 352), como uma cedência “ao terrorismo islâmico”: “um líder político, independentemente da sua posição quanto aos acordos vigentes, não o pode dizer assim – porque, por um lado, minimiza a diferença do seu projecto político e, por outro, pactua, ainda que involuntariamente, com as forças do terror” (*Ib.*, 352). A crítica à ferocidade da Al Qaeda tem o valor amargo da “inocência das crianças” e dos “desvalidos da sociedade”:

A análise e tentativa de cura das “causas” do terror não basta para o estancar. A sua força é exactamente a da cegueira: a Al Qaeda não pára um segundo para pensar na inocência das crianças nem dos desvalidos da sociedade que toma por alvos da sua chacina [...]. Pouco importa: são “infiéis” (*Ib.*, 353).

7. O holocausto nazi

As duas crónicas sobre a Alemanha de hoje reenviam para a herança do holocausto nazi.

A primeira, “A herança da culpa”, de 30 de Novembro de 2002, perspectiva a culpa como “o rosto doloroso de uma memória mal resolvida” (*Ib.*, 151). No caso da Alemanha, essa culpa é “um grito permanente que apaga a própria possibilidade da memória, porque rasga o silêncio de que a memória necessita para respirar” (*Ib.*). Até os intelectuais, que “são os guardadores da memória de um país”, demonstram a incomodidade de se identificarem com a cultura alemã, quando a identidade das

nações se define “a partir desse trabalho de articulação entre memória e sonho, desse trabalho de artistas, escritores, criadores” (*Ib.*, 152): “O que é a identidade da Alemanha, hoje? Uma identidade quebrada, perdida no buraco negro do Holocausto” (*Ib.*). O Museu Judaico, em Berlim, é “o magnífico museu da culpa” (*Ib.*, 153). Contudo, os escritores alemães são acusados de não serem “capazes de pôr o dedo nas feridas proibidas” (*Ib.*): os 20 mil soldados executados por Hitler por se terem recusado a “participar no extermínio dos judeus”; os “milhares de inocentes – crianças, velhos, mulheres – assassinados” em Dresden; das mais de cem mil mulheres executadas em Berlim pelo exército russo”. Como lamentava um editor em Munique, “perdemos o direito ao luto. Só temos direito à culpa” (*Ib.*).

A segunda crónica, “O anti-semitismo arquivado”, de 6 de Dezembro de 2003, prolonga na cronista o efeito do Museu Judaico de Berlim: a “torre altíssima, gelada, escura”, onde “há um barulho lancinante no frio, [...] como uma broca sobre o coração” (*Ib.*, 299). Apesar de muitos outros “museus da desumanidade humana” poderem ser “construídos pelo mundo fora”, “há na tragédia judaica um silêncio cortante que risca a História como um vento de infâmia” (*Ib.*, 299-300). O silenciamento da União Europeia sobre o anti-semitismo nos países da Comunidade é, por isso, criticado como um acto de censura, sendo apresentada uma sequência irónica de interrogações retóricas sobre a autoria dos actos terroristas em Nova Iorque, no Iraque, em França, na Bélgica e na Turquia:

Claude Lévi-Strauss escreveu que “o bárbaro é antes de mais o homem que acredita na barbárie”. A guerra, qualquer guerra, é um sinal ou uma consequência de uma barbárie inicial – barbárie que começa pelo não reconhecimento do outro como ser humano. O grau menos-que-zero dessa barbárie é o desprezo pelo cadáver do inimigo. Um desprezo que tem um lastro imenso na História (*Ib.*, 301).

Citando Alain Finkielkraut (*A Humanidade Perdida*, edições Asa), segundo o qual “o que distinguiu os homens da maioria das outras espécies animais foi precisamente o facto de *não se reconhecerem entre si*” (*Ib.*), reservando “o título de homem exclusivamente para a comunidade de cada um” (*Ib.*, 301-302), a cronista

denuncia que “estamos a viver uma nova época de *Invasões Bárbaras*”, perguntando: “Que tolerância se pode inventar contra a intolerância absoluta da existência do diferente?” (*Ib.*, 302). Depois de criticar o Governo de Israel como “muito mau” e “estúpido”, conclui que aquele Estado “continua a cumprir o trágico papel a que foi obrigado desde o primeiro momento da sua existência: o de rato” (*Ib.*).

8. Os deficientes

Três crónicas são dedicadas aos deficientes, um dos sectores desfavorecidos da sociedade.

A primeira, “Discriminar os discriminados”, de 27 de Julho de 2002, reconhece a justa necessidade de “voltar ao princípio, separar as águas e começar por lutar pelo direito à igualdade dos que são efectiva e dolorosamente diferentes” (*Ib.*, 99): “Quase tudo o que transforma a vida começa num gesto mínimo, no mais simples dos pensamentos – como esse de nos colocarmos, um minuto por dia, no lugar dos outros” (*Ib.*). Depois de pôr em causa “um ecumenismo de incenso que acaba por tapar e acentuar as discriminações concretas” (*Ib.*, 100), a crónica explicita o significado de “deficiente”: “Os ‘deficientes’ não existem – o que há é pessoas com diferentes graus de dificuldades. O puritanismo americano chama-lhes ‘pessoas com um desafio físico’” (*Ib.*, 101). A discriminação, inclusive a mediática, é a marca notória desse “desafio”:

E sei que estas se pessoas se confrontam instante a instante com a discriminação, de uma forma que nenhum de nós se confronta – mulher ou homem ou preto ou branco ou velho ou novo ou trissexual ou abstémio. Até no que toca à mediatização, nunca vi, por exemplo, um deficiente na televisão – a não ser quando o tema é a deficiência. [...] A mediatização não é, no nosso tempo, um pormenor narcísico ou irrelevante. É a aceleração operativa do real (*Ib.*).

Antecipando o Ano Europeu da Deficiência (2003), a cronista apela à superação de um “instinto de piedadezinha mais imediato”, para, sem discriminação nem condescendência, sermos capazes de tornar acessíveis a “pessoas com cadeiras de rodas” “os elevadores, as escolas, as lojas, as livrarias, as bibliotecas, os cafés, as salas de espectáculo e as caixas de multibanco do nosso mundo” (*Ib.*, 102), acabando por perguntar, a propósito de tal efeméride: “Só mais uma boa intenção composta de palavras sonantes, ou a ocasião de acabar com esta persistente, cruel e silenciosa discriminação de mais de meio milhão de portugueses?” (*Ib.*).

A segunda crónica, “Obrigada, campeões!”, de 28 de Junho de 2003, em pleno Ano Europeu da Deficiência, recria a ausência de uma digna homenagem aos “melhores dos nossos melhores”, a “nossa equipa – maravilha – a equipa de atletas paralímpicos que nos trouxe 21 medalhas do I Campeonato Europeu de Atletismo para Deficientes” (*Ib.*, 232). Isto apesar da nossa gratidão aos vencedores do futebol: “Viúvos de impérios míticos (que o mesmo é dizer, incuráveis) dependemos das vitórias sobre o ‘estrangeiro’ como o vampiro depende do sangue” (*Ib.*, 231). O elogio à capacidade de superação do sofrimento é a característica épica do povo secularmente atribulado:

O que os deficientes portugueses têm demonstrado é uma força e uma capacidade de auto-superação infinitas, muito acima da média comum dos mortais. E, no entanto, Portugal despreza e abandona estas mulheres e homens de luxo; ouvi na televisão [...] que foi um atleta estrangeiro quem ofereceu a João Correia a cadeira de rodas especial que lhe permitiu ganhar uma medalha de prata. [...] Como povo, parece que só nas dificuldades somos bons. Provavelmente o nosso azar é não termos tantos deficientes como precisávamos (*Ib.*, 233).

Depois de evocar o romance-testemunho de Maria Leonarda Tavares, *Para Além da Esperança*, sobre os feridos da guerra colonial, escondidos pela ditadura, a cronista agradece o exemplo da madrinha que um dia acordou paralítica, porque “um vírus raro comera-lhe as células motoras da medula” (*Ib.*, 233-234): “Sem o exemplo

desta minha madrinha, a vida seria certamente mais difícil e menos empolgante” (*Ib.*, 234). E agradece igualmente a todos os medalhados paralímpicos.

A terceira crónica, de 2 de Outubro de 2004, exalta o exemplo de um casamento feliz, apesar da oposição da família dela, já que o marido, embora um empresário de sucesso, é portador de deficiência física: “A forma como os olhos de M. cintilam quando diz ‘o meu namorado’ não comove a bruta maioria que olha para esse vitorioso namorado como um ser diminuído. É mais fácil ter pena do que admirar” (*Ib.*, 423-424). Os problemas práticos dos deficientes motores na sociedade do dia-a-dia são novamente equacionados, bem como a discriminação mediática de que são vítimas:

A mensagem é clara: os deficientes só servem como instrumento político de resignação das massas. [...] Claro: amontoados em lares, fechados para o mundo, os nossos deficientes não contam para as estatísticas do desemprego – nem conseguem sair para votar. Por isso, não há quem queira mudar este estado de coisas (*Ib.*, 426).

9. A causa pública

O empenhamento pessoal na causa pública atravessa todas as crónicas, embora algumas tenham uma especial incidência neste sentido.

A crise de valores e a impunidade dos criminosos são objecto da crónica “Não foi por mal”, de 25 de Janeiro de 2003. O “pessimismo pretensamente esclarecido”, como “grande moda intelectual”, origina a “incorrigível circularidade do mal” e o “confortável sofá da boa consciência: afinal, todos nós poderíamos um dia matar alguém, pelo que o melhor é mantermo-nos todos impunes” (*Ib.*, 167). Segundo a cronista, “os valores estão em crise porque as pessoas preferem amá-los como mortos do que trabalhar por eles no seu quotidiano vivo” (*Ib.*, 167-168). A “ideia religiosa de pecado” e a “resignação à injustiça” favorecem a impunidade:

Nos países de tradição católica esta tendência para o perdão contínuo e para a resignação à injustiça acentua-se, porque à ideia civil de crime se antepõe a ideia religiosa de pecado, já devidamente equipada com o antivírus da confissão redentora: a gente diz que não foi por mal, e esquece-se tudo. O problema é que não é por nos dizerem que não foi por mal que a gente se esquece de tudo. A páginas tantas, afogados em desamor involuntário, bradamos de nós para nós: “Pois antes fosse por mal, que ao menos isso significava que tínhamos merecido alguma atenção, e ganhávamos o direito à indignação” (*Ib.*, 168).

É o caso do homicídio involuntário nas estradas, sobretudo de crianças, apesar da criação da Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, após a morte da filha do seu fundador, Manuel João Ramos, cujas penas são ridículas, ao contrário da França, onde a pena “subiu agora de seis para dez anos de prisão”:

A vida das crianças continua, em Portugal, a ser um pormenor. [...] E os coveiros dos valores não aguentam a luz da responsabilidade individual – a responsabilidade, já se sabe, é sempre histórica, e sempre dos imperialistas. Os outros limitam-se a reagir aos contextos – e nunca é por mal, porque para eles o mal e o bem não existem, são puras simplicidades de pobres de espírito (*Ib.*, 169-170).

Na “Carta a uma rapariga corajosa”, de 8 de Fevereiro do mesmo ano, o “ritual de humilhação” (*Ib.*, 177), que consta das praxes académicas, é proscrito como “essa forma de tortura dos mais frágeis”:

Os homens cultivaram a boçalidade bruta como método para atingir a dureza da qual faziam medalha, sinal majestoso de virilidade. De humilhados a humilhadores, assim construíram a História, uma história de sangue e infelicidade que levou a massacres hediondos e ao contínuo estrangulamento das reais capacidades transfiguradoras do humano, que são as que partem do pensamento e da imaginação (*Ib.*, 175-176).

A direcção do Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros, à revelia do seu patrono, acusou a vítima da praxe de uma reacção “subjectiva excessiva”, com “um objectivo menorizador”, mostrando “quem não é capaz de ter uma resposta à altura”:

Os sujeitos, como Jean Piaget sabia, são subjectivos, e é essa aliás a sua maior riqueza. As descobertas de Piaget sobre o funcionamento cognitivo dos seres humanos desenvolveram-se precisamente em torno da escuta e do respeito pelo pensamento específico das crianças e dos jovens, que era, à época (primeira metade do século XX) totalmente desconsiderado (*Ib.*, 176).

Aconselhando dois romances de Carson McCullers, *Coração, Solitário Caçador* e *Frankie e o Casamento*, a cronista, compreendendo o “desejo profundo de criar laços, uma fome de pertença” (*Ib.*, 177), inerente a todo o ser humano, “em particular na juventude”, estimula Ana Sofia Damião a ultrapassar “o inevitável desprezo do rebanho dos desprezantes-desprezados”, não esquecendo “que o seu acto de revelação é uma ajuda”: “Eles chamar-lhe-ão ‘denúncia’, para a estigmatizar com fumos do passado pidesco ao qual, inconscientemente, pertencem; mas há uma lado solar na denúncia, transformar o futuro passa também por revelar claramente os erros do presente” (*Ib.*, 177). Classificando como “inadmissíveis” todas as praxes, “à luz da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Constituição da República Portuguesa”, considera que “o inalienável direito à dignidade é um dos pilares fundamentais da nossa civilização” (*Ib.*, 178). Por isso, elogia o acto corajoso de “tão nova, tão sozinha, erguer a voz contra o obscurantismo”, dando “uma grande lição a muito mestre”: ao arredar “do seu mundo as praxes brutais”, fez vir “ao seu encontro os jovens do Movimento Anti-Tradição Académica (cuja sigla dá um valente MATA) – certamente muito mais estimulantes do que os adeptos de refocilamentos na lama e outros *reality shows* de igual distinção (*Ib.*).

“À sua responsabilidade”, na crónica de 1 de Março do mesmo ano, põe em evidência um “*ex-libris* da personalidade linguística portuguesa: o pomposo ‘à sua responsabilidade’” (*Ib.*, 183), a partir da dificuldade burocrática de obter a fotocópia de um acervo documental necessário a um trabalho de investigação:

A responsabilidade, em Portugal, é, desde sempre, “deles” – dos que partiram, dos que “se andam a encher”, dos que “têm a mania”, dos que mandam. Quando um dos tenebrosos “eles” se materializa em carne e osso – o que raramente sucede, porque as acusações, em Portugal, são muito espiritualizantes, na base de zumbidos e subentendidos – verifica-se que tudo não passava, afinal, de um grande equívoco (*Ib.*, 184-185).

Apesar do medo com que os pobres encaram os ricos, começa a verificar-se entre nós “a moda americana de processar o Capitalismo”, contra as tabaqueiras, contra as cadeias de *fast food*: “Assim, devidamente avisados dos malefícios de determinado consumo, já poderíamos responsabilizar o criador do malvado produto. Vemos, ouvimos e lemos – não podemos ser responsabilizados” (*Ib.*, 186).

A crónica “Os direitos dos trabalhadores”, de 25 de Abril do mesmo ano, denuncia a crescente ditadura sobre o mundo do trabalho, inclusive o das artes plásticas: “Vocês não têm nada que falar uns com os outros!” (*Ib.*, 203). A frase, considerada “fascista, ou mesmo nazi”, origina a análise do controlo dos trabalhadores nos países latinos, “pelo pudor e pelo segredo”:

Por duas razões: em primeiro lugar, porque o lastro do catolicismo gera uma relação traumática com o dinheiro – coisa “suja”, coisa de que “não se fala”; em segundo lugar, porque o espírito mafioso em que nos criamos (considerando normais as cunhas, a influência social e política de certas “boas famílias”, os privilégios, as “portas do cavalo” por onde é preciso passar para resolver o que quer seja) nos armadilha de candura antidemocrática (*Ib.*, 204).

Denunciando o despedimento de mulheres grávidas e a dificuldade de lutar contra os despedimentos sem justa causa, num país pequeno, a crónica faz apelo à consciencialização sindical dos trabalhadores (“a união faz a força”):

É tempo de dizermos que isto não vale. Que é jogo sujo. Que exploração é exploração, trabalho é trabalho, conhaque é conhaque. E que respeito e dinheiro fazem bem a todos. É tempo de falarmos uns com os outros, sem medo (*Ib.*, 206).

A crónica “Da maturidade para julgar”, de 7 de Junho do mesmo ano, relaciona três conceitos, a propósito do processo da Casa Pia: o de juventude, o de maturidade e o de justiça. Recorrendo a Marguerite Yourcenar, na sua estreia literária (*Alexis ou o Tratado do Vão Combate*), com vinte e poucos anos: “a nossa alma [...] dispõe apenas de um teclado restrito, e, por muito que faça, a vida nunca lhe consegue extrair mais de duas ou três pobres notas” (*Ib.*, 223). E explica: “Duas ou três pobres notas para cada alma – e, mesmo que acreditemos na possibilidade de atingir quatro, cinco ou as sete notas que nos transportam ao oceano infinito da música, nunca saberemos em que momento a nossa alma tocou o seu próprio zénite” (*Ib.*). A relativização do conceito de maturidade é, assim, relevada em face do de juventude, a propósito da função judicial: “Quanto mais novo for o juiz, menos probabilidade terá de conhecer a prima da amiga da mulher de um suspeito – para não dizer, no caso vertente, o próprio suspeito” (*Ib.*, 225). Afinal, o movimento pendular dos sentimentos populares atesta bem como é pantanoso o terreno da justiça: “Portugal tem menos paixão pela justiça do que tendência para a justiça passional” (*Ib.*). O próprio Salazar o reconhecia, em entrevista a António Ferro (Dezembro de 1932): ao sentimento de ódio contra o criminoso sucede, muitas vezes, o da compaixão, após sentença condenatória. A confusão entre “liberdade de informar” e “caça ao homem”, não deve, porém, imperar na comunicação social, já que “a nossa liberdade acaba no ponto exacto em que a liberdade dos outros começa” (*Ib.*, 226). E, se “com mais ou menos profundidade, anestesia ou dor, a busca da maturidade é a busca da redenção do tempo” (*Ib.*, 224), também é verdade o que diz Marguerite Yourcenar, em *Memórias de Adriano*: “Os mais opacos dos homens também têm os seus clarões” (*Ib.*, 226).

A crónica “Se te portas mal vais para o jornal”, de 15 de Agosto do mesmo ano, desafia o Ministério Público a processar a mãe de uma adolescente de 14 anos “por devassa da vida privada da própria filha”: “Quem defende o direito à privacidade das crianças e dos jovens?” (*Ib.*, 249). Trata-se da divulgação de uma carta dessa filha no *Correio da Manhã* (6 de Agosto de 2003), “em que se lia, sobretudo, o grito de solidão de uma adolescente magoada – pela desconfiança dos pais e por ser tratada, aos catorze anos, como uma criança” (*Ib.*, 247): “O parágrafo de abertura da ‘notícia’ enfatizava, aliás, a perspectiva infantilizante – suponho que para agravar o ‘drama’: ‘Criança de 14 anos conheceu um indivíduo de 27 através do correio sentimental de

uma revista e fugiu de casa dos pais, onde acabou por voltar após 12 horas de angústia” (*Ib.*, 247-248). A necessidade de legislar no sentido da penalização da “divulgação de factos da vida privada de pessoas que, pela sua idade e dependência, não têm meios para se defender dessa invasão” (*Ib.*, 250) é confrontada com a preocupação com “o desrespeito jornalístico por esse monstro sagrado que é o segredo de justiça” (*Ib.*, 249-250): “Qualquer segredo de justiça é menos grave do que o abuso de uma pessoa que não se pode defender. E o abuso começa na menorização e no desrespeito. Todo o abuso começa por aí – e nunca se sabe onde acaba” (*Ib.*, 250).

A crónica “Jovens rigorosamente orientados”, de 9 de Agosto do mesmo ano, põe em causa a discriminação dos jovens, seja por que motivo for, mesmo pela geração que se esqueceu da sua “luta pelo fim das discriminações”, pondo agora os filhos “a estudar nas freiras ou nos colégios chiques do eixo franco-alemão” (*Ib.*, 243), a pretexto da segurança contra “o mundo dos pretos, dos drogados, dos ciganos, gente com a qual não nos podemos cruzar porque é muito perigosa” (*Ib.*, 244). A compreensão da cronista pela violência dessa gente reside na multiplicidade das suas razões: “o capitalismo neoliberal e a progressiva desumanização que ele gera” (*Ib.*). Mas assusta-se com “a progressiva acentuação do reconhecimento da diferença – em particular, no que a Portugal se refere, por parte de associações como a Opus Gay” (*Ib.*, 245). A discriminação positiva dos homossexuais, bissexuais e transsexuais é promovida por uma associação de activistas e pelo departamento de educação municipal de Nova Iorque, com a abertura de um colégio a eles destinado, discriminação que é criticada, em nome da decisão livre de cada um:

Será preciso lembrar que este argumento – o da segurança e protecção – é o fundamento de todas as segregações? [...] E quem decide se um adolescente de treze anos é ou não homossexual? O próprio, ou os progenitores? Aos treze anos só sabemos que a vida dói (*Ib.*, 246).

A crónica “Estrelas emigrantes”, de 24 de Janeiro de 2004, revela, com flagrante actualidade, a rejeição burocrática dos cérebros europeus e o deficiente investimento na ciência. A abusiva exigência do chefe da astrónoma italiana Sandra

Savaglio, em Roma, ao pretender que o seu nome fosse mencionado como protagonista numa eventual descoberta científica (ela “estuda as explosões de energia que parecem ocorrer em consequência da morte de estrelas gigantes” – *Ib.*, 323); a burocracia que, no entender do director do laboratório geoquímico da Universidade de Paris VII, afecta o “anacrónico sistema soviético francês” (*Ib.*, 324) e impede o alemão Matthias Tschöp, professor de psiquiatria, de continuar no seu país a sua pesquisa “sobre distúrbios hormonais do apetite” (*Ib.*), vendo-se todos estes cientistas forçados a regressarem aos Estados Unidos, eis os casos citados na crónica como explicativos da capa da revista *Time*: “Como a Europa perdeu as suas estrelas da Ciência” (*Ib.*, 323). A queixa do cosmólogo português João Magueijo sobre a paralisante burocracia que gere os orçamentos da ciência, secunda tal obstáculo:

Estas instituições são controladas por ex-cientistas já muito fora do prazo. Têm portanto enorme poder, mas à parte isso são uma espécie de ferros-velhos intelectuais. Logo, em vez de passarmos o tempo a descobrir coisas novas, passamo-lo a cair de sono em reuniões intermináveis, a escrever relatórios e candidaturas idiotas e a preencher impressos sem fim cuja única finalidade é justificar a existência dessas instituições e do pessoal senil que lá trabalha (*in Mais Rápido do Que a Luz*, edição Gradiva) - *Ib.*, 324.

O investimento dos Estados Unidos na ciência, mais do dobro do que a União Europeia (287 biliões de euros contra 121) é sublinhado por Fernando Gil e Paulo Tanhas como uma causa explicativa do “êxodo dos jovens cientistas de talento para os estados Unidos”: despendem-se por cada pessoa activa “na Europa 600 – e nos EUA 1200 – anuais na investigação científica” (*in Impasses*, edição Europa-América) - *Ib.*, p. 325. Para cúmulo das ironias, “as verbas do Plano Operacional para a Ciência foram bloqueadas por uma auditoria europeia”, por alegadas “irregularidades na atribuição dos financiamentos comunitários a projectos científicos aprovados pelo anterior governo, envolvendo 170 milhões de euros” (*Ib.*, 326).

Em estilo cáustico e mordaz, a crónica “Estresse à portuguesa”, de 22 de Junho de 2002, diagnostica a razão do “absentismo, com a correspondente perda de produtividade” que mina a nossa economia: “esfalfamo-nos a sofrer porque não

gostamos dos trabalhinhos que vamos arranjando” (*Ib.*, 83). O sonho falhado está na base dessa frustração colectiva:

O nosso problema é esse: o sonho. O mesmo deslumbrante sonho que faz de nós um dos países mais encantadores do mundo – pelo menos para quem vem de fora, em busca do tempo perdido. [...] Sempre fomos um país de altas esperanças. Em tempos quinhentistas, que já vão, ousámos descobrir o mundo – e o mundo vingou-se, deixando-nos a descoberto a nós. Falhados como colonizadores, aplicámo-nos a ser doutores (*Ib.*, 84).

Outras variantes do “estresse à portuguesa” são apontadas: a “cunha exacta”; a “galinha da vizinha, que vai engordando enquanto a nossa encolhe”; o desenrasque “da última hora”; a “invenção de umas mentirolas”; o “chorar os males do mundo”; a “saudades” de não ter o estresse... O contraste com a Espanha, “o país de menor estresse laboral”, juntamente com a República Checa e a Suíça, é explicado com a vivência intensa e despreocupada do presente:

Talvez porque se tenham habituado a olhar mais para o que podem fazer por si mesmos do que para o que os outros estão a fazer. Ou porque se concentram nas possibilidades do presente mais do que na felicidade do futuro. Ou porque se preocupam muito mais com aquilo que gostam hoje de fazer do que com aquilo que um dia podem vir a ter (*Ib.*, 86).

“A cunha” é, justamente, o título da crónica de 18 de Outubro de 2003. Após a citação de uma carta de Camilo Castelo Branco a Adelino Neves e Mello, a quem pede “que abra mão de proteger” o “desavergonhado que tem a perversidade de não ter pão” (*Ib.*, 275) e viver às suas custas, a cronista tece considerações sobre a “História Trágica da Cunha”: “a da cunha falhada, desengonçada, metida ao lado ou fora de tempo, enredada na miséria de quem precisa dela para sobreviver, como este infeliz protegido de Camilo” (*Ib.*, 276). Concordando com Lévinas, no sentido em que “a ética nasce do súbito encontro de um rosto”, acrescenta que “é necessário que estejamos disponíveis para encontrar os rostos que estremecem de ausência sob os contornos desse rosto particular” (*Ib.*, 276). Contrapondo ao “pódio” europeu de Portugal nos

países “com maior número de empresas geridas em família” (*Ib.*, 277), apontado pelo *The Economist* a “duplicação do número de mulheres no Governo”, justifica tal conquista democrática com o facto de que “mais de cinquenta por cento da população portuguesa é composta por mulheres” e “não porque as mulheres venham por natureza equipadas, como muitos e muitas paternalistas-dialécticos as pretendem, com uma superioridade sociofilosófica” (*Ib.*). Depois de apontar várias mulheres com “currículos recheados de provas bem sucedidas e muitíssimo trabalho” (*Ib.*), especifica os casos das ministras da Ciência e dos Negócios Estrangeiros, lamentando que “mulheres desta fibra só sejam chamadas aos governos em situações de emergência, para apanhar os cascos das cunhas e limpar a imagem da casa” (*Ib.*, 278).

A crónica “A coragem de elogiar”, de 27 de Dezembro do mesmo ano faz uma radiografia do “excesso de identidade dos portugueses”, que os leva “a um masoquismo mortal” (*Ib.*, 311). O exemplo comprovativo da má condução automobilística é explicado como um “imaginário pretensamente quinhentista de glória incompreendida”, que “transporta os nossos cemitérios para o século XVI – um mar de campos de gente muito nova” (*Ib.*). O “déficit crónico de elogios” é associado “ao nosso misterioso déficit de produtividade” (*Ib.*), algo que “começa nas más condições laborais e acaba na pobre retribuição salarial” (*Ib.*), mas radica na “nossa incapacidade de dar valor ao trabalho alheio” (*Ib.*): “A ronha é o verdadeiro sal português; [...] o efémero contagiado pelo eterno [...] – já não é saudade, nem melancolia, nem a pós-estética da pré-ruína: é, basicamente, ronha” (*Ib.*, 312). Depois de aludir ao “tratado sobre o aturdimento pela tagarelice à portuguesa, e, mais genericamente, sobre o estado comatoso de incivilidade activa em que se encontra o país” (*Ib.*), que é o romance *Fantasia Para Dois Coronéis e Uma Piscina*, de Mário de Carvalho, pergunta:

Porque é que vivemos assim, de ressentimento em aniquilamento, da invejinha envergonhada à vingança zinha orquestrada, nesta apagada e vil tristeza que vendemos falsificadamente como melancolia? Provavelmente porque, como Eduardo Lourenço tem feito notar, não digerimos a nossa grandeza mítica. [...] À falta de naus altaneiras e Aljubarrotas quotidianas,

qualquer ser com um bocadinho de brilho nos serve de sarraceno ou espanhol
(*lb.*, 3139).

Se Ruy Belo escreveu “No meu país não acontece nada”, “escreveria agora: ‘No meu país não deixo que aconteça nada’”, “Porque a arte de Ruy Belo consistiu muito, como ele próprio dizia, em exaltar o melhor dos outros. A claridade única dos seus poemas nasce dessa coragem, que é o exacto oposto da fanfarronice portuguesa” (*lb.*).

“Lisboa, 2004” dá o título à crónica de 3 de Janeiro de 2004, sobre a falta de condições de um hospital, na focalização interna de uma doente, submetida ao “vendaval da quimioterapia” (*lb.*, 317), que “durante a noite inteira ouviu morrer a rapariga da cama ao lado” (*lb.*, 315). Após a avaria da casa de banho durante um mês inteiro, “dois dias depois da chegada redentora dos homens da manutenção, foi a luz da casa de banho que se avariou”, limitando-se as doentes “a pedir lanternas aos familiares, em modo murmurado, na hora da visita” (*lb.*, 317). Mas, mais do que a falta de condições materiais ou físicas do hospital, é a fragilidade emocional das doentes que é focalizada na crónica:

Deixa-se estar muito tempo assim, com a lanterna que substitui a luz que não há [...] apontada ao rosto. Fica mais magra ainda, iluminada pela luz espectral [...] Mais magra e mais enrugada. Observa-se pela primeira vez em pormenor, desde que o cabelo lhe caiu. Se os netos a vissem agora, diriam: “Avó, pareces um extraterrestre”. [...] A mulher que mora na cama do outro lado da rapariga que morre gritando, devagar, chora às vezes tardes inteiras porque não tem visitas. Recebe esparsos telefonemas das amigas, umas dizendo que estão muito ocupadas, outras dizendo que lhes faz muita impressão vê-la assim (*lb.*, 316).

O fornecimento dos medicamentos relativos à SIDA em África ocupa o essencial da crónica “Genocídios”, de 7 de Fevereiro do mesmo ano. A acusação de “genocídio”, feita pelo Vaticano aos laboratórios das grandes farmacêuticas por se recusarem a “fornecer os medicamentos mais acessíveis em África” e declararem “517 mil milhões de dólares de lucros em 2002” (*lb.*, 331). O que pode ser visto como um “arrojo” e “como prova de modernidade e coragem do Vaticano, uma espécie de *reprise* da

famosa expulsão dos vendilhões do Templo” (*Ib.*) é encarado pela cronista como uma forma de “fazer diminuir drasticamente a investigação que tem permitido a espantosa evolução científica no combate à sida”, a qual acrescenta: “Seria muito mais útil condenar os governos africanos (a começar, por exemplo, pelo de Angola) que refocilam no luxo e mantêm o povo na miséria” (*Ib.*, 331-332). A recriminação ao Vaticano interpela-o a analisar o que a Igreja Católica “tem feito contra a disseminação da sida, designadamente nos países africanos”, em vez de “atirar pedras ao próximo”: “onze milhões de crianças órfãs contaminadas (números da Organização Mundial de Saúde) ” (*Id.*, 332). A rejeição do preservativo e sua fundamentação em termos culturais pelo porta-voz do Vaticano são motivo de acusação de hipocrisia:

Mas quando se pergunta ao padre d’Agostino porque rejeita a Igreja Católica o aconselhamento do preservativo que salvaria tantos milhões de pessoas e evitaria a morte de famílias inteiras, a resposta é lateral – ou, porque cada palavra tem uma verdade específica, hipócrita: “Culturalmente, os preservativos não são aceites por muitas tribos africanas”. Culturalmente, o monoteísmo e a monogamia não são aceites pela maioria das tribos africanas – mas isso nunca impediu a Igreja Católica de se implantar em África, com uma acção muitíssimo meritória ao lado dos mais pobres – é católica a maior parte dos orfanatos que recolhem e educam esses milhões de crianças que perderam os pais por causa da sida. Mas é precisamente porque a Igreja Católica está lá e conhece a paisagem mental e humana que não se pode entender a sua intolerância diante de um método tão simples e eficaz (*Ib.*).

Diante dos “olhos tristes” de duas meninas de Moçambique, “entre milhões, que perderam o pai e a mãe porque ninguém lhes explicou o perigo da sida e as formas de se protegerem dela” (*Ib.*, 332-333), a cronista, referenciando o “ensaio sobre os sentimentos e as experiências do nosso tempo” (*Ib.*, 333), *Love Indelelectable* (Knopf, 1998), de Andrew Sullivan, invectiva a ignorância juvenil sobre sexualidade e a falta de educação sexual nas escolas.

A crónica “O menino que não deixam crescer”, de 22 de Novembro de 2003, denuncia o veto da Comissão Médica à administração da hormona de crescimento a

um menino de oito anos, a qual, segundo recomendação do seu pediatra, lhe permitiria “atingir, pelo menos, a altura de um homem normal” (*Ib.*, 292):

Ao contrário do que acontece com as decisões judiciais, fundamentadas em leis explícitas, de aplicação geral e passíveis de recurso, as decisões destas Comissões Médicas prescindem de fundamentação universal e não admitem recurso (*Ib.*).

Os casos de obstrução médica são variados e arrogantes, demonstrando o desprezo “olímpico” pelos “direitos das pessoas que deveriam servir” (*Ib.*, 293), como o da negação de uma credencial para uma amniocentese de uma grávida de 35 anos, necessária para “detectar malformações no feto, numa fase ainda incipiente da gravidez” (*Ib.*). Sucedem-se, assim, as “conversas de hospital, sussurros flutuando entre as camas das enfermarias, amansando lágrimas e suspiros, na hora da visita” (*Ib.*, 293-294). Em contraste com este panorama, o romance *O Amante*, de Marguerite Duras, “uma mulher que soube pôr as rugas da imagem em cada palavra e que ousou filmar as palavras dançando para dentro da escuridão dos corpos”, apela ao sentido da vida: “é enquanto ela se vive que a vida é imortal” (*Ib.*, 294).

“Em busca da gratidão perdida” é o título da crónica de 18 de Maio do mesmo ano. Ligando a gratidão à “memória que lhe serve de berço” (*Ib.*, 67), a cronista, se reconhece no nosso tempo o crescimento exponencial dos contactos humanos, com “a invenção da televisão e da internet”, tornando-se a novidade “a nossa paisagem”, por outro lado, lamenta o esquecimento fácil e a perda de validade da gratidão. Comentando a definição de memória segundo Marguerite Yourcenar (*in Memórias de Adriano*), como “um cemitério abandonado, onde jazem, sem honras, mortos que eles deixaram de amar”, a cronista afirma: “Muitas vezes, hoje, a memória humana parece antes um campo de batalha onde jazem, por enterrar, mortos que nunca tiveram tempo de ser amados” (*Ib.*, 68). Em diálogo com José Cardoso Pires (*Alexandra Alpha*), a gratidão surge como “o engate infinito”:

O prazer voluptuoso de trazer dentro da pele o melhor dos outros – alguns de há cinco mil anos, outros de ontem, todos com nome e quarto mobilado no

nosso coração. A alegria de pôr aspas para homenagear as pessoas que, por nos amarem – a mil anos ou a um quarteirão de distância – escreveram ou disseram (ou pintaram, ou esculpiram, ou compuseram) qualquer coisa que nos iluminou (*Ib.*, 69).

Quanto às “ingratidões quotidianas, recorrentes, às vezes anónimas” (*Ib.*), às dos colegas e amigos que “nos esqueceram”, elas são “masoquistamente” guardadas no “arquivo” da memória, com histórias para contar: “Sem História, não se sai do lugar. Corre-se no nada, do nada para o nada. E envelhece-se na mesma. E morre-se mesmo” (*Ib.*, 70).

“Sigamos o Viagra” é o título irónico da crónica de 24 de Agosto do mesmo ano, sobre a distribuição gratuita de seis comprimidos mensais daquele estimulante sexual aos eurodeputados. Aos “salários difíceis de gastar – anafados e quase despidos de impostos” (“antierotismo absoluto”), aos “bóides topo de gama”, às “três horas de almoço”, juntava-se agora a “pequena embalagem de Viagra chocalhando discretamente nos bolsos sincronizados dos fatos de clássico corte europeu”, para que “a existência dos altos funcionários da Europa adquirisse a eloquência trágica de uma ópera” (*Ib.*, 111). À pergunta sobre o pagador destas e outras facturas, a resposta não podia deixar de ser: “A plebe abstracta. Paga o Viagra, a gamba, a lagosta, o motorista ou o *business class* – na Europa rica como na desgraçada Suazilândia”, cujo rei comprou um avião a jacto por 55 milhões de euros, “o dobro do valor que as Nações Unidas procuram obter para acudir à fome no país” (*Ib.*, 113). O recado político aos eurodeputados, na linguagem metafórica do Viagra, é, depois, dirigido à necessidade de clamar pela democracia e pelos direitos humanos no mundo:

Seria simpático que o Viagra dos nossos eurochefes servisse, para além das utilizações correntes, para lhes engrossar a voz. E clamar ao mundo que os Estados Unidos da Europa se distinguem dos Estados Unidos da América, antes de mais, por se recusarem a distinguir ditaduras amigas e inimigas. E que quem quiser beneficiar dos nossos euros, cá dentro ou lá fora, tem de cumprir as regras da casa – que consistem, para começar, num respeito integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e desse princípio fundador da civilização que é a democracia (*Ib.*, 114).

Irónica é também a crónica “Representar Portugal”, de 5 de Julho de 2003. Em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, a cronista, tendo em conta a ausência do “dom divino da ubiquidade” por parte dos deputados, propõe uma solução alternativa: “a criação de um alter-Parlamento, responsável pela alter-Representação de Portugal” (*Ib.*, 235), isto é, “toda a representação cultural e desportiva, que escapa ao primado do económico ou, mais genericamente, aos solenes rituais dos Estados do capitalismo neoliberal” (*Ib.*, 235-236). A sugestão deriva da debandada de trinta deputados para assistirem, em Sevilha, a um jogo de futebol. Ironizando o “esforço titânico” dessa debandada, que “alguns mal-intencionados” pretendem que “seja considerado como falta injustificada”, a cronista ridiculariza tal pretensão, alegando que, “nesta época de moralização acelerada da administração pública”, ela daria a imagem de “um bando de foliões faltosos”: “Que exemplo estariam a dar ao País?” (*Ib.*, 236). A crítica contrapõe a tal zelo de representação a ausência no “I Campeonato Europeu de Atletismo para Deficientes”, na “cerimónia de atribuição do Prémio Nobel a José Saramago”, no “Festival Eurovisão da Canção” (*Ib.*), acenando já com sinais de descontentamento social perante a vivência da democracia, “nas bocas dos participantes do Fórum Social Português” (*Ib.*, 237). A sugestão da cronista em se autopropor como coordenadora-geral do “tal alter-Parlamento”, sujeita ao voto dos habitantes do seu bairro, no sentido de garantir “que todas as acções de promoção exterior de Portugal seriam acompanhadas por trinta deputados de diversas idades, sexos e tendências” (*Ib.*, 238), libertando, assim, a Assembleia da República “para esse suave mister de representação interna: pensar, legislar – ou, de uma forma mais simples ainda: trabalhar” (*Ib.*).

Na continuidade da crónica anterior, a de 21 de Agosto de 2004, “Acompanhante para deputado, oferece-se”, critica as viagens dos deputados e acompanhantes: “A descoberta, há uns anos, de que alguns deputados levavam a família a passear a expensas do erário público, escandalizou a nação” (*Ib.*, 408). A solução encontrada, ganhando “foros de sereníssima lei” foi a da troca do “bilhete em classe executiva por dois em classe económica”, substituindo-se “o limitado conceito de ‘cônjuge’ pelo abrangente ‘acompanhante’”, o que originou as mais vivas reacções da imprensa. Pondo em causa o privilégio das viagens em classe executiva, como mais um “amendoim” dos “sucessivos sacos de dinheiro de todas as cores” que o país tem

esbanjado, como o da mudança do nome “de cada ministério de dois em dois anos”, “para já não falar do que se gasta, em tempo e trabalho (ou seja, dinheiro) a refazer e aprovar as leis orgânicas de cada ministério” (*Id.*, 409), a crónica invectiva a “ferrugem ditatorial do privilégio” que mina as democracias e multiplica “os cidadãos invejosos e frustrados” (*Ib.*), como a “afronta” de “um deputado receber uma reforma por inteiro ao fim de oito anos de serviço”:

Quando os privilégios dos políticos sobem, a qualidade da democracia desce. [...] Enquanto não percebermos que a eficiência de um país é inversamente proporcional à sua mordomite, os nossos índices de desenvolvimento manter-se-ão vergonhosos. A corrupção, sobretudo aquela que olha para nós com olhos infantis de coisa nenhuma, é pegajosa. [...] Na política, como em qualquer outro aspecto da educação, só o exemplo resulta. Um pai que não pega num livro não tem autoridade para levar uma criança a ler e uma Assembleia da República que substitui a ideia de serviço pela de passeio não tem autoridade para pedir ao povo que fique no torrão a poupar por ele, e para ele. Há quem chame populismo barato aos desejáveis sinais exteriores de contenção. Mas o povo é populista. E começa a cansar-se de estar sempre parado na montra dos saldos, a ver passar aves e aviões. Depois não se queixem se ele começar a confundir tudo e a dizer disparates, como esse de que os políticos são todos iguais (*Ib.* 407. 410).

A crónica s.d. “NS/NR” prolonga esta visão populista de que “os políticos são todos iguais”, com reflexos na abstenção eleitoral. A questão agrava-se nas eleições para o Parlamento Europeu: “61 por cento é um insulto” (*Ib.*, 385), muito menos, ainda assim, que a “monumental” dos países “neófitos da União Europeia”: 80% da Polónia e da Eslováquia; 70,1% da República Checa, “com a honrosa excepção de Malta (apenas 18% de abstenção)” (*Ib.*). A solução do voto obrigatório pode ser, então, a alternativa, como na Bélgica e Luxemburgo, ou, mesmo, a perda de “acesso a bolsas ou concursos públicos”, ou, até, o pagamento de uma taxa de abstenção ao acto eleitoral. A criação de novos partidos, a participação em associações cívicas são efectivas formas de empenhamento político, em vez de vivermos “aninhados no calor arrogante das

lamúrias” (*Ib.*). As queixas dos absentistas não tocam, porém, o cerne das questões europeias:

A nenhuma das que responderam que “não vale a pena votar” vi alguém perguntar se é contra ou a favor da União Europeia, o que pensa do livre trânsito de pessoas e mercadorias, ou das políticas europeias conjuntas de combate ao terrorismo e aos tráficos (*Ib.*, 384).

Apesar dos que fugiram “quando o panorama escurece para depois ressurgirem, no virar do vento, banhados no halo e no ouro europeu, preparando-se para substituir aqueles que atravessaram os desertos de que eles fugiram”, a representação nas decisões europeias continua a ser um imperativo nacional:

Mas preferiria o povo português não ter representantes nesse fórum onde se decide das quotas da pesca nacional, da segurança europeia e do direito dos estudantes a escolherem em que universidade da União querem estudar? Mais de sessenta por cento dos que respondem NS/NR a estas perguntas? Ser português é só pendurar bandeirinhas nas janelas e chorar quando a Selecção perde? (*Ib.*, 386).

A atracção do Poder pela corrupção e a propaganda como meio de manipulação política, na democracia e na ditadura, são objecto da crónica “Jornalismo e propaganda”, de 1 de Novembro de 2003, a partir da “investigação de Helena Matos sobre a relação de Salazar com a imprensa, e sobre a forma como o ditador a seduziu, nacional e internacionalmente” (*Salazar, - A construção do mito*, edição Círculo de Leitores): “Este livro lê-se como um romance a sépia, um romance – verdade que mostra a que ponto as ditaduras corrompem o cidadão comum, ampliando-lhe a subserviência, a delação, a hipocrisia” (*Ib.*, 283-284). As “cartas anónimas de denúncia, cuidadosamente anotadas e guardadas pelo ditador” testemunham “um cortejo de pequenas intrigas e mesquinhas artimanhas que nos soam ainda demasiado familiares” (*Ib.*, 284). Em contrapartida, “os gabinetes de *marketing* partidário” de hoje substituem o Secretariado da Propaganda Nacional:

E temos cada vez mais jornalistas que saltam das redacções, latindo de felicidade, para se tornarem criados de luxo do poder vigente – com o sonho, infelizmente tão real, de regressarem ao mundo dos media estatais promovidos a chefes. Parece-me uma evidência que a profissão de jornalista não é compatível com o exercício de cargos políticos ou de patrocínio (como a advocacia, por exemplo) – *lb.*, 285.

A “reflexão urgente sobre a contaminação do jornalismo pela propaganda, neste Portugalzito ainda tão pequeno que não distingue o tráfico de influências do amor à família ou aos amigos” é a lição final da crónica, haurida no citado livro.

A celebração dos trinta anos da revolução do 25 de Abril dá origem à crónica “A desconfiança da filosofia”, de 24 de Abril de 2004. Lembrando aos “mais desmemoriados” que “o 25 de Abril marca o fim de uma época de opressão (censura, prisões políticas, negação de direitos cívicos elementares às mulheres, lembram-se?), miséria estagnada [...] e medo” (*lb.*, 367), a crónica denuncia a “desconfiança atávica em relação ao pensamento”, patente nas suspeitas sobre filósofos e escritores:

A primeira e mais nobre obrigação de um político devia ser exactamente a de pensar. O pensamento é, ou deveria ser, a força motriz da acção. As grandes palavras sobre as quais erguemos os nossos ideais necessitam de ser abertas e analisadas, necessitam dessa concreta transfusão de sangue humano que é tarefa da filosofia (*lb.*, 368).

O eixo liberdade-responsabilidade, aprendido na cartilha materna, é a receita adoptada para as crianças que têm a sorte de encontrar professores que lhes falem do 25 de Abril, tendo em conta que, no dizer de António Alçada Baptista, “são na realidade ainda pouquíssimas as pessoas efectivamente capazes de viver a liberdade como valor absoluto e inegociável” (*lb.*, 369). Maria Zambrano, filósofa espanhola, nascida há cem anos, discípula de Ortega y Gasset e criadora do conceito de “razão poética”, “através do qual pretendia ultrapassar a ‘crise da razão’”, dando conta de que “os grandes sistemas puramente racionais falhavam, precisamente por se isolarem da existência concreta”, escreveu: “Liberdade é identidade [...] ser livre é ser responsável; é expor-se e até reclamar ser julgado” (*O Homem e o Divino*, edição

Relógio d'Água) – *Ib.* A experiência própria do exílio e da guerra, a tortura da irmã, do pai e do cunhado, a morte destes últimos, às mãos das “máquinas conjugadas do nazismo e do franquismo” deram-lhe a noção prática do niilismo a que conduziu “a imensa arrogância teórica dos grandes sistemas de pensamento da Modernidade” (*Ib.*, 370): “Uma das mais tristes indigências do tempo actual é a de metáforas vivas e actuantes, essas que se imprimem no ânimo das gentes e moldam a sua vida” (*in A Metáfora do Coração*, edição Assírio & Alvim) – *Ib.*

10. A literatura, a arte, a língua e a cultura

Podemos reunir nove crónicas em torno deste núcleo sobre literatura, arte, língua e cultura, excluindo o das leituras da cronista, que abordaremos em seguida.

A crónica “As almas mortas”, de 6 de Setembro de 2003, sobre as vítimas dos totalitarismos, estabelece a ligação entre política e literatura. Considerando um dos espectáculos mais tristes a “cobardia de um escritor”, já que “um escritor com medo da verdade não passa de uma fraude” (*Ib.*, 259), a cronista cita como exemplo dessa tristeza a resposta do autor de *Trilogia Suja de Havana*, o cubano Pedro Juan Gutiérrez, abstendo-se de falar “sobre política”, a propósito dos “fuzilamentos em Cuba”. A este abstencionismo é contraposto, apesar de tudo, o apoio de Gabriel García Márquez à “ditadura castrista”, mas, sobretudo, a arte de Mikhail Bulgakov ou Milan Kundera. O “ensaio sobre o genocídio estalinista”, que é o livro *Koba, o Terrível*, de Martin Amis (edição Teorema) ocupa a maior parte das considerações da crónica, que aponta o terrível número de quarenta milhões no cálculo do extermínio de pessoas, “entre 1917 e 1953, na União Soviética” (*Ib.*, 260). A comparação com o nazismo é também arrepiante: aquele, ao contrário do bolchevismo, “não destruiu a sociedade civil”, sendo esta “uma das razões da ‘miraculosa’ recuperação alemã e de a Rússia permanecer vulnerável e fracassada” (*Ib.*, 261). Considerando o comunismo russo “uma farsa negra”, onde “o riso recusa intransigentemente ausentar-se” (*Ib.*, 262), Amis tenta entender o lado errado em que o pai militou durante doze anos como comunista. “Ao menos por respeito aos muitos milhões de homens, mulheres e

crianças que os totalitarismos torturaram lentamente até à morte, roubando-lhes ainda, para além da vida, o direito a um nome ou à memória de uma sepultura”, a cronista advoga o fim da “comparação-fashion entre democracias capitalistas e sistemas totalitários” (*Ib.*).

A crónica “E o Óscar do Roubo vai para...”, de 9 de Novembro de 2002, confronta os actores de Hollywood com a sua incoerência entre ideologia e vida:

Que são contra a prepotência dos patrões da indústria, mas exigem champanhe e caviar [...] nos seus camarins. Que são contra a ditadura da beleza, mas não vivem sem o seu treinador e o seu cirurgião plástico particular. Que são contra a injustiça social, mas vivem em palácios, servidos por dóceis criados do terceiro mundo [...]. Que são a favor da arte pela arte mas não dão um suspiro ao écran antes que se abra a seus pés uma vertigem de notas de dólar. [...] Que são contra o consumismo mas não vestem nada que não ostente uma assinatura de milhares de dólares (*Ib.*, 143-144).

Perante o valor relativo “da experiência imediata”, diante da qual nos ajoelhamos, sem a distinguirmos da imagem, “o real eternamente jovem, a experiência crua” (*Ib.*, 144), a arte surge como algo que transcende a realidade:

Não me peçam que defina arte; só sei que é qualquer coisa que sacode as asas e voa para bem longe do lado da experiência, qualquer coisa mais real do que a equívoca realidade inteira, a fórmula matemática secreta de uma ética exponencial que está em toda a parte ao mesmo tempo. A arte é ubíqua, sim – e a experiência, por si só, é o contrário da ubiquidade (*Ib.*, 145).

Em contraste com a crítica aos actores de Hollywood, a crónica “O exemplo de Camacho”, de 18 de Janeiro de 2003, elogia a dedicação do actor português à literatura, “para umas dúzias de felizes, por mérito dos responsáveis do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas”, “em interpretações a que só o adjetivo ‘sublime’ se pode ajustar” (*Ib.*, 163). O seu talento, que há muitos anos “cintilava no escuro” (*Ib.*), mesmo depois das “personagens de carne e osso que criou nos *Malucos do Riso*, persistiu no seu trabalho em prol da literatura portuguesa” (*Ib.*, 164),

“precisamente para manter a alma: Estas coisas é que me permitem continuar a respirar, e me impedem de endoidecer” (*Ib.*). Além do “amor à palavra escrita”, que “fez de Camacho Costa o actor de génio que ele é – um amor que é, antes de mais, paixão pela vida, pelas pessoas” (*Ib.*, 164-165), é também elogiada “a forma como [...] assumiu e enfrentou o cancro [...] uma lição de humanidade”. A sua dedicação profissional, “até ao limite das suas capacidades, no ritmo alucinante de um programa diário (*Não Há Pai*), com um sentido de humor e uma capacidade de improviso verdadeiramente insuperáveis” é encarada como fruto do seu amor ao “excesso”, à “vertigem”, pois “dos equilibrados raramente reza a História” (*Ib.*, 165). Acompanhando a sua dor, “o seu combate, com a poesia que foi sempre o seu maior remédio, a sua vacina contra os cancros do mundo” (*Ib.*), a cronista dedica-lhe “mentalmente um dos quatro poemas do [...] livro de José Agostinho Baptista, *Afectos*, “jóia de uma delicadeza imensa” (*Ib.*, 166).

Outro elogio a um actor português domina a crónica “Senta-te e ri-te de verdade”, de 21 de Fevereiro de 2004. *Conversas à solta* é o espectáculo celebrativo dos cinquenta anos de carreira de Raul Solnado. Episódios “cómicos que são cintilantes iluminuras morais” ilustram, a partir do computador, a “história da vida” do actor, contada “com um humor e uma contenção inexcedíveis” (*Ib.*, 336). Juntamente com a serenidade com que assume o seu percurso, “sublinhando o que com outros foi aprendendo e a forma como foi transformando a sua gaguez numa força contra a subterrânea gaguez da vida” (*Ib.*), elogia-se o seu verdadeiro humor: “o que desinstala verdades adquiridas, empurra para longe as nuvens opacas da hipocrisia e perturba tudo quanto aquece” (*Ib.*). Com a referência à “cirúrgica biografia” *Raul Solnado – A Vida Não se Perdeu*, de Leonor Xavier, sublinha-se “a grande arte do seu entendimento com o mundo” (*Ib.*, 337), “através de múltiplas e pícaras histórias de proveito e exemplo” (*Ib.*, 336-337). O depoimento de Millôr Fernandes salienta a rica personalidade do biografado, com destaque para o humor: “Ri pouco, faz rir muito, fala envolto num *crepon* de malícia, e todo o seu humor é antfigurino” (*Ib.*, 337). Reforçando esta característica de alguém “nada oficial e antioficioso”, a cronista aprecia positivamente a sua capacidade de saber manter-se “à tona do vasto mar de sargaços do êxito”:

Fala da popularidade como de um “tóxico”, porque sempre soube destrinçar o respeito dos admiradores da gula das turbas ululantes que se atafulham de palhaços como de desgraças – as turbas que gargalham guturalmente diante de um palavrão, que se babam diante de umas mamocas ou escarnecem dos defeitos físicos dos outros (*Ib.*).

Em síntese, Raul Solnado “transformou o humor português numa culta e corrosiva máquina de reflexão, sem deixar de ser popular” (*Ib.*, 338).

A análise crítica da fuga ao belo está patente na crónica “Sobre o luto do belo”, de 12 de Outubro de 2012: da fuga “da harmonia na arte” ao refúgio na “ditadura da beleza” (*Ib.*, 131) dos corpos; das mudanças nos padrões de beleza às imagens contrastantes do horrível; da propagação do *Kitsch* ao fastio do “consumo das imagens horrivelmente belas” (*Ib.*, 134):

A beleza perdeu-se no sentido em que não é mais aquele *objet sous le voile* de que falava Baudelaire, aura única, objecto de admiração longínqua. Vivemos, desde há cem anos um período em que a beleza parece desaparecer, melancolizar-se. Em vez de buscar a beleza, a arte transformou-se, como dizia Walter Benjamin, numa espécie de ciência da aflição. Mas Benjamin dizia: “Se a obra não salva de nada, pelo menos salva-nos do nada” (*Ib.*, 132).

A “politização” do belo, na fusão “hermafrodita” com o “antibelo”, reclama “um lamento em surdina” pela morte: “a morte que o apagará em definitivo, a morte que é a melancolia da sua ausência” (*Ib.*, 133). Se a “produção em série gera a insensibilização”, o “horrível pelo horrível torna-se infantil, habitual, insignificante”, o “belo pelo belo torna-se oco, frustrante”, com a certeza, porém, de que “a beleza saberá inquietar-nos, deslumbrar-nos outra vez, noutro lugar – nesse lugar mutante em que o belo se afirma como profunda sabedoria da incerteza” (*Ib.*, 134).

A “Crise, a palavra assassina” é o objecto da crónica de 19 de Outubro do mesmo ano. A crítica vai para “total ausência de um programa exclusivamente dedicado aos livros e à leitura nos dois canais de televisão pública” (*Ib.*, 136), à “miséria ontológica do *Big Brother*” (*Ib.*, 136-137), aos “produtores de sublitteratura”, que “enchem continuamente os media com as lantejoulas do seu sucesso, tão auto-

regenerativo como a ideia de crise” (*Ib.*, 137). Mas o “sucesso da sublitteratura” pode vencer-se pela “promoção dos livros, dos autores – e das livrarias”, pela “qualidade gráfica e de encadernação dos livros”, por transformar as livrarias em “locais de encontro e de tertúlia”, fidelizando “as pessoas ao seu espaço” (*Ib.*). O “problema português” está na lamentação descomprometida dos “produtores da cultura verdadeira”, esmagados “não pela crise, mas pela ideia mortal de que promover é perverter” (*Ib.*, 138).

A crítica à “insidiosa ideia de que os produtos culturais devem ser gratuitos” perpassa na crónica “O viril metal”, de 6 de Julho de 2002. A mordaz associação entre a figura feminina e a Cultura, “dama tão respeitável quanto diáfana, etérea, espiritual” (*Ib.*, 91) permite fazer o contraste com “o másculo tilintar do vil metal” (*Ib.*). Assim, ao contrário do que ocorre com o pagamento ao “masculino Entretenimento”, (“que um homem não trabalha para aquecer”), “sendo a Cultura coisa feminina, dadivosa, incontabilizável”, ocorre a cada vez mais instituições e organizadores do país inteiro convidar escritores, jornalistas e artistas plásticos a oferecer de graça o fruto do seu suor a bem da comunidade” (*Ib.*, 92). A eventual evasiva ao convite gratuito para “dar uma hora ou um dia do seu tempo à iluminação da alma alheia, ou à descentralização, ou, em suma, ao Portugal Esquecido” é recriminada numa “pessoa que se diz militante da Cultura” (*Ib.*), não se compreendendo que para tal contributo não se gasta “só a tal hora do discurso, o dia de viagem” (*Ib.*). Não admira que as recusas sejam frequentes, mesmo em casos da aliança da “ideia mística de Cultura” com “essa melíflua Dama chamada Caridade”: “A certa altura, vários artistas plásticos me confidenciavam que já não tinham capacidade para produzir mais obras caridosas – e perguntavam-se quem seria o caridoso disposto a pagar-lhes o pão e o aluguer do atelier, no fim do mês” (*Ib.*, 93).

A crónica “O país dispersivo”, de 29 de Maio de 2004, ocupa-se da Feira do Livro e das dificuldades da leitura. Relacionando a depressão nacional com a sua dispersão, o exemplo da Feira do Livro desmistifica a “propaganda inaugural” segundo a qual ela é “muito mais do que um mero espaço de comercialização do livro” e “que tem um extenso e profundo programa cultural” (*Ib.*, 375). Apesar da melhoria do programa cultural nos últimos anos, ele “constitui uma oferta extra para conhecedores e curiosos” (*Ib.*, 376), em face da procura de livros mais baratos, designadamente pelos

jovens, ou de livros desaparecidos das livrarias, tendo em conta “o excesso de natalidade, como sucede com os seres humanos” (*Ib.*, 375-376), já que se produzem “cada vez mais livros que duram cada vez menos tempo em lugar de escritos para a eternidade” (*Ib.*, 375). Outro mito que se desconstrói é o de que “os livros, só por si, não entusiasмам ninguém” (*Ib.*, 376). As escolas que promovem “de forma contínua a dramatização dos textos literários e a leitura em voz alta [...] a paixão pela literatura e o desenvolvimento das capacidades de expressão crescem exponencialmente” (*Ib.*, 376-377). A “partilha do conteúdo dos livros e a celebração dos textos” pela “voz humana” poderiam animar a Feira do Livro. O preconceito de que “o livro ‘passa mal’ em televisão, porque ‘é difícil de transformar em imagem’” (*Ib.*, 377) impede o convite aos escritores para falarem dos seus livros. Apesar das dificuldades do livro e da leitura, é possível motivar leitores, também “pelo silêncio e pelo recolhimento”:

Sim, o livro é difícil. Abstracto. Obsessivo. Como uma grande paixão. É esse o seu encanto. O que nos falta, para lermos mais e melhor, é empurrar as pessoas para dentro dos livros, e não para fora deles. [...] A atracção pela leitura é também atracção pelo silêncio e pelo recolhimento. Pela concentração obsessiva. [...] A leitura exige o trabalho da solidão e o prazer da persistência. Tudo no mundo parece resistir-lhe – e, por isso mesmo, sem ela deixamo-nos sugar e desmembrar pelo furacão do mundo (*Ib.*, 378).

A língua portuguesa ocupa duas crónicas.

A primeira, “Tanto e tão morrido mar”, de 24 de Maio de 2003, aproveita a expressão de um editor (“O estande assim vai dar uma morrida”) para denunciar, a partir da frase emblemática de Vergílio Ferreira “Da minha língua vê-se o mar”, os “ressentimentos” e as “culpas” que afectam os falantes da língua portuguesa:

Sim, da língua portuguesa vê-se genericamente, o mar. O problema é que, quando tentamos navegar nesse mar, o encontramos poluído de ressentimentos, engalfinhado de culpas, atravancado de detritos de barcos há muitas décadas naufragados.

Por muito que nos custe [...], o Brasil é quem melhor consegue manobrar a frágil embarcação da língua portuguesa por este vasto mar de sargaços em que

tanto gostamos de nos enredar – todos nós, os países de língua oficial portuguesa. Tão ensargado está este mar que até expressões como “lusofonia” ou “língua oficial portuguesa” são ainda objecto de polémica (*Ib.*, 215-216).

Corroborando esta excepção do Brasil no panorama da lusofonia, a cronista referencia a Bienal do Livro do Rio de Janeiro, na comemoração dos seus vinte anos, com o aumento de 109 editoras, “novos espaços para crianças e jovens” (*Ib.*, 217) e com a união das pequenas editoras (Liga de Editores Brasileiros), em contraste com o “samba na lâmina da morte”, com as “notícias de assaltos, sequestros, assassinatos, balas voando através das escolas”: “aqui ninguém pode dar-se ao luxo de viver como se fosse imortal. Falta por isso, no português do Brasil, o tom do tédio, o dó menor do alheamento” (*Ib.*).

A persistência do ressentimento contra o colonialismo, “quase trinta anos depois de enterradas as colónias”, esbarra com a tranquilidade com que “as línguas inglesa e espanhola crescem” (*Ib.*, 216).

A segunda crónica, “Primeiras letras”, de 11 de Dezembro de 2004, começa por abordar a questão da leitura ou falta dela entre os jovens, preferindo um bom filme ou um bom jogo a um livro muito mau e exprimindo “dúvidas quanto ao impacto de certos livros muito bons em mentes muito jovens” (*Ib.*, 451), apresentando a experiência pessoal sobre a deficiente apreensão de obras que mais tarde se tornaram fundamentais:

Tive a sorte de reencontrar estas obras na curva final da adolescência e de me render ao fascínio do entendimento do mundo que elas transportam, porque todo o meu trajecto, desde a mais remota infância, me conduziu ao prazer árduo da literatura (*Ib.*, 452).

Agradecendo o contributo do avô e das educadoras de infância na descoberta da literatura, a cronista encarece a magia da leitura em voz alta na atracção “para a música da escrita”, a importância dos ditados e das cópias para “o rigor e a exactidão – para além da humildade da disciplina” (*Ib.*). A realização de um congresso “sobre os caminhos e desafios da Língua Portuguesa” (*Ib.*, 453), promovido pela Fundação

Calouste Gulbenkian, ocupa a parte final da crónica: o “ensino da língua nos anos iniciais da escolaridade” (*lb.*), sublinhando-se o papel dos “núcleos de teatro, concursos de leitura e ortografia, jornais e rádios escolares” (*lb.*) nas “competências de aprendizagem das crianças”; “a mutação que as novas tecnologias introduziram nos conceitos tradicionais (e fortemente ideológicos) de literacia e iliteracia” (*lb.*); a criação do Observatório Permanente da Língua Portuguesa; o alargamento do ensino pré-escolar. A dignificação e estabilização da “carreira docente, em todos os graus de ensino” (*lb.*, 454), e a importância de se promover as obras dos escritores visitantes das escolas, para além das informações colhidas na internet, são as soluções propostas para as falhas de leitura dos jovens, sem a fácil queixa com que muitos “tapam com esse duto manto de queixume o seu próprio alheamento da leitura” (*lb.*, 453).

11. O desporto

Duas crónicas são especialmente dedicadas ao desporto.

A primeira, “É sempre a mesma canção”, de 26 de Junho de 2004, invectiva a invasão dos “novos bárbaros que se acoitam à sombra do futebol” (*lb.*, p. 387), no Euro 2004:

E de repente Lisboa tornou-se um território carnal de tribos. Corpos agrupados por cores, rostos transformados em bandeiras, ululando hinos e declarações de guerra. Há uma alegria falsa de fim do mundo, uma coisa bruta em forma de infância, com muito lixo e vidros partidos. [...] Hordas de gente pintada com as cores de Inglaterra invadia[m] o cais metropolitano, largando um rasto de cacos e papéis sujos pelas escadarias (*lb.*).

Criticando a organização do Euro 2004 em Portugal como “um erro clamoroso, um desbaratar de dinheiro que ofende a – ainda tão visível – pobreza nacional” (*lb.*, 388), a crónica põe em dúvida o lucro provindo dos “turistas do futebol”, que “confundem cidades inteiras com caixotes do lixo” (*lb.*), apresentando como sugestão

a aplicação desse eventual lucro “a favor dos atletas paralímpicos [...] e a favor do desporto escolar” (*Ib.*). No entanto, a cronista não deixou de celebrar a vitória portuguesa contra Espanha, “no cinema, com o talento torrencial de Pedro Almodovar (o filme chama-se *Má Educação*, e é um ensaio prodigioso sobre a ubiquidade da culpa e a impotência da vingança) ” (*Ib.*), regozijando-se com as declarações do treinador brasileiro da selecção portuguesa a uma rádio espanhola, afirmando-se “orgulhosamente português” (*Ib.*), num sentimento de que “lusofonia é mais do que uma palavra” (*Ib.*, 389). A crónica termina com o elogio do disco *Torna-Viagem*, de José de Medeiros, o açoriano que realizou *Xailes Negros* e *Gente Feliz com Lágrimas*, além de “fabuloso escritor e intérprete de canções” (*Ib.*), lamentando que o CD de Susana Coelho, com “palavras de poetas como Eugénio de Andrade, David Mourão-Ferreira ou Florbela Espanca” (*Ib.*, 390), de não tenha chegado “a ser distribuído, porque o produtor local nem sequer lhe chegou a fazer a capa” (*Ib.*). Lamentando o “país opulento”, “que pode desdenhar estas vozes, estas músicas, estas canções” (*Ib.*), a crónica critica a música ouvida nas “rádios generalistas, e no intervalo do futebol”, “cada vez mais a mesma” (*Ib.*), perguntando em que canal se poderá ouvir a “beleza feroz do novíssimo *Resistir é Vencer* de José Mário Branco” (*Ib.*).

A segunda crónica, “A repetição do impossível”, de 3 de Julho do mesmo ano, uma semana depois da anterior, já na fase de encerramento do Euro 2004: “As bandeiras terão de recolher no fim da festa” (*Ib.*, 391), mas vai permanecer o erotismo do “Verão de jogos” (*Ib.*, 394). A desmontagem da “normalidade”, a partir do romance *Belle du Seigneur*, de Albert Cohen, e da “deslumbrante oração de intimidade em forma de livro realizada por Eduardo Prado Coelho e Ana Calhau” (*Ib.*, 392), *Dia Por Ama* (Texto Editora), permite entender que ela “tem pouco êxito intelectual – porque poucos se dignam a desfibrar honestamente as suas múltiplas tonalidades” (*Ib.*). Afinal, “Todo o amor é improvável. O que significa eu só o posso provar na repetição na repetição do impossível que ele vai ser, o que significa que nunca o conhecerei por inteiro” (*Ib.*). Assim, se as bandeiras da vitória se irão recolher, não deixam de ter um sabor de amarga ironia os “demasiados êxitos” que “temos celebrado tristemente, bebendo o champanhe verde da inveja e da autoflagelação” (*Ib.*, 393). O outro lado do espectáculo desportivo está no seu erotismo, “uma sensualidade que escondíamos até ao esquecimento” (*Ib.*), demonstrando “a emancipação eufórica da ferrugem do

machismo latino” (*Ib.*), com base na separação entre corpo e espírito. Mas a aprendizagem da competição desportiva reside no facto de que o “segredo de qualquer vitória está no espírito de corpo” (*Ib.*): “unir-se para vencer” (*Ib.*). O “curso existencial” ministrado pelo seleccionador Scolari vale como exemplo dessa aprendizagem, o qual terá acabado “com o culto da vitimização” (*Ib.*) atávica, herdado do sebastianismo.

12. A abertura ao estrangeiro

As crónicas especificamente dedicadas aos estrangeiros revelam uma abertura cosmopolita singular, como as duas dedicadas ao Brasil, as quatro aos Estados Unidos da América e uma aos Húngaros.

“Para que serve um hino” dá o título à crónica de 13 de Setembro de 2003, na qual se compara os hinos do Brasil e de Portugal. O contraste entre o “bélico hino” (*Ib.*, 263) português e a doçura do brasileiro, no qual “a palavra ‘amor’ surge diversas vezes”, como “esperança”, “sonho”, “futuro”, céu “risonho e limpo”, “sol da liberdade” (*Ib.*), é notório: “Salta ao ouvido, acima de tudo, a insistência no refrão ‘Pátria amada, Brasil’” (*Ib.*). A relativização da polémica em torno do hino nacional, a propósito da sugestão de o mudar, por António Alçada Baptista, que esbarrou com a reacção dos “puritaneiros do *status-quo*” (*Ib.*, 264) e a indiferença dos intelectuais, é feita a partir da concessão de que “as criancinhas não se tornam mais agressivas ou cruéis por gritarem às armas e contra os canhões” (*Ib.*) e “que uma colher diária de fanfarronice e pugilato torna as crianças bastante mais calmas” (*Ib.*), já que “só quem nunca educou uma criança pode acreditar que a total ausência de imagens violentas [...] as tornaria uns anjos” (*Ib.*). Mas, para além do anacronismo de uma luta contra os espanhóis, porque “contra os mouros já não está na moda lutar” (*Ib.*, 265), “a letra do nosso Hino, em termos práticos, não serve para nada do que é suposto servir: não galvaniza, não entusiasma, não comove, não une” (*Ib.*). A energia que se desprendia dos milhares de brasileiros, repetindo “em unísono ‘Pátria amada, Brasil’, debaixo de uma tenda de circo [...] na sessão inaugural dessas jornadas literárias, cujo tema central era ‘a arte de inclusão’”, foi inesquecível para a cronista. Tal como o hino, que promove “tónicos tão

básicos”, como “esperança, sonho, riso, sol. E, sobretudo, amor. Prazer de amar, de fazer do mundo uma imensa pátria amada” (*Ib.* 266), evoca-se a energia da organizadora Tania Rössing, e Sérgio Vieira de Mello, “que representava o melhor do Brasil em forma de pessoa”, bem como “o infinito do sonho” como emblema do “melhor do Brasil” (*Ib.*).

Na semana seguinte, a crónica de 20 de Setembro, “Cinema Brasil” reduz as eventuais reacções ao Brasil em termos antitéticos de amor e ódio, não admitindo a indiferença. No caso da cronista, desde a adolescência, é a de paixão absoluta, “através da figura Clarissa (de Veríssimo) e das iluminações de Clarice (Lispector), das canções de Chico e de Caetano, dos poemas de Drummond e da matemática narrativa de Machado de Assis”:

Aprendi a chorar em brasileiro, pela noite incendiada da juventude, e creio que essa foi uma das aprendizagens essenciais da minha vida. Porque o choro, no Brasil, faz-se com o molde do riso, sobras de sal, cinzas de sol – matérias de ressurreição, como a música (*Ib.* 267).

Até a gigantesca São Paulo encanta a cronista, fazendo dela, como a Eduardo Prado Coelho, em relação ao Rio de Janeiro, “gato-sapato” (in *Tudo O Que Não Escrevi*, vol. II): “A má-língua tem, mais vezes do que se pensa, este efeito perverso de sedução inesperada; o frustrar da expectativa de desilusão vale mais do que uma ilusão inteira” (*Ib.*, 268). O que a fascinou, como primeiro traço, “foi a marca arquitectural intensa e intensamente desarrumada da cidade, o animado bate-papo entre acaso e planificação, beleza a esquadro e safadeza descarada” (*Ib.*). A “descoberta de dois jovens cineastas brasileiros de imenso talento: Jorge Furtado, realizador de *O Homem Que Copiava* e Guel Arraes” (*Ib.*, 269), com a comédia *Lisbela e o Prisioneiro*, permite comparar o cinema brasileiro com o português: “os dois filmes acabam por convergir na felicidade final – uma felicidade estranhíssima para quem chega deste país da inteligência da infelicidade que é Portugal” (*Ib.*, 269-270). A “má desculpa” para a ditadura não cabe no Brasil, já que “teve ditadores bem mais musculados do que os nossos e nem por isso desistiu” (*Ib.*, 270). Uma vez que “nos viciámos na sedosa

volúpia da infelicidade” (*Ib.*), “precisamos deste novo cinema brasileiro como de música para o corpo” (*Ib.*).

“Enquanto os cães correm” é a primeira crónica dedicada aos Estados Unidos da América, com data de 29 de Março de 2003. A proibição de os cães andarem na rua sem trela leva os nova-iorquinos a encontrarem como alternativa o *dog run*, no parque de Tompkins Square. A “clássica moda americana de enriquecer através da culpa alheia” (*Ib.*, 195) é agora favorecida pela recessão. Por isso, “há que prevenir um eventual processo” (*Ib.*) por causa da mordedura dos cães. É um “frenesi processual”: “contra as multinacionais do tabaco ou da comida de plástico” (*Ib.*); contra a Câmara, por causa de um buraco na rua; contra “a vizinha se nos oferecer um pudim de ovos com salmonelas” (*Ib.*) ... Num país “onde o conceito de segurança social não existe”, a segurança é “a grande obsessão do dia-a-dia americano”; “já era mesmo antes do apocalíptico 11 de Setembro” (*Ib.*, 196): “Quem não tem dinheiro para pagar um seguro de saúde não pode dar-se ao luxo de adoecer” (*Ib.*). Em contraste com a leitura silenciosa dos “jornais que cheiram a pólvora fúnebre” (*Ib.*, 197), “quem se alista nas Forças Armadas tem direito a estudos universitários gratuitos, o que faz da tropa dos Estados Unidos a encarnação derradeira do sonho americano: luta por esta terra e esta terra recompensar-te-á” (*Ib.*). Tudo isto faz com que a percentagem de ‘pacifistas’ seja pequena, enquanto os candidatos actores da Broadway “partilham este sonho – mas só uma percentagem ínfima o atingirá” (*Ib.*) e se espetam agulhas à vontade no “Voodoo George”, “um boneco de pano com o rosto de George Bush”).

Nova Iorque volta na semana seguinte, com crónica “Lucro marginal”, de 12 de Abril. A amizade com Jorge Colombo e as conversas sobre o objecto estético e político da arte ou sobre o “eterno duelo Eça-Camilo, o Benfica-Sporting da cultura portuguesa” (*Ib.*, 199) permitem descobrir uma outra cidade, “independente do encanto de Woody Allen” (*Ib.*, 200), a da “idade adulta”, com “o teatro, mais ou menos bem encenado, da sua superação” (*Ib.*), e com o filme *The Royal Tennenbaums*, de Wes Anderson, “uma sonata de engate entre a inteligência e a melancolia” (*Ib.*). O “microcapitalismo em todo o seu esplendor ecológico: nada se perde, com tudo se ganha, tudo se transforma” (*Ib.*, 201) faz-se notar na venda de “revistas do mês passado a menos de metade do preço de capa” (*Ib.*), de “guiões de filmes célebres em bancas de rua” (*Ib.*) e de livros com “quase todas as novidades da estação a preços de

saldo”, na “gigantesca *Strand*” (*Ib.*). Os menus económicos sucedem-se de acordo com “o espírito criativo dos pobres aspirantes a ricos de comedouro em comedouro” (*Ib.*), esporeado pela crise. Os bares e cafés, com gente da classe média, sempre cheios, são sinal de que “não abandonar os nossos vinte anos é também um acto político [...] – saber persistir nesse olhar transparente, disponível para o outro. E conservar o dom das lágrimas, em cuja cintilação se encontra, intermitentemente, o sentido do mundo” (*Ib.*, 202).

Inês regressa a esta cidade com a crónica “De Nova Iorque ao fim da noite”, de 23 de Outubro de 2004. O talento dos artistas jovens e as suas dificuldades de sobrevivência, acentuadas pela crise, como Alexis Karl e Orly Cogan, merece o olhar admirativo da cronista:

Mas sei que há uma verdade nestes retratos das amigas de Alexis. A espessura do óleo agarrou os resíduos das conversas entre pintora e modelos ao longo das horas de pose. A cintilação da amizade, oxigénio essencial neste mundo de jovens artistas sem dinheiro, comunica-se naquelas pinturas. Não sei se são boas se não. Sei que me comovem (*Ib.*, 436).

A luta “por aquilo em que se acredita” anima estes e outros jovens talentos: “Sabem que o tempo é de crise e que o território das artes visuais nunca será fácil – exige muito mais tempo e dinheiro do que aquele que dá em troca” (*Ib.*, 436-437). A dependência do “mutante gosto dos sempre poucos colecionadores” atinge também os artistas “com uma obra consolidada e que expõem nas galerias de Nova Iorque” (*Ib.*, 437). A energia “que está entranhada na respiração da cidade”, “sempre mais forte do que tudo”, impede que nela se encontre “a melancolia lânguida da nossa afável Lisboa, o choro da crítica que não vem ou pela exposição adiada” (*Ib.*). A luta dos apoiantes de Kerry contra a abstenção nas eleições presidenciais de Novembro, lembrando que “a reeleição de Bush representaria um retrocesso concreto nos direitos das mulheres”, “não atenua a torrente de famílias que invade as galerias de Chelsea, aos fins de semana, nem os rios contínuos de turistas que enchem todos os museus e espectáculos da cidade” (*Ib.*, 437-438). Por fim, a descoberta em Lisboa de *Noite Escura*, “a obra-prima de João Canijo, um filme feminista [...] que é mais do que uma

viagem ao fim da noite dos bares de alterne, um retrato do país, traçado no fio da faca” deixa na cronista a “alegria de encontrar o filme em estreia – e a tristeza de encontrar o país um pouco mais apimbalhado e lúgubre do que o deixara, perigosamente parecido com a desesperada espelunca de negociatas e terrores de que este filme prodigiosamente fala” (*Ib.*, 438).

O arquétipo da Cinderela é utilizado na crónica “Monica, a indelével”, de 3 de Maio de 2003, a propósito de Monica Lewinski, a qual, “com um simples bacharelato em Psicologia, conseguiu fazer substituir o presidente dos Estados Unidos” (*Ib.*, 207). Utilizando a “sugestiva metáfora com que [...] Madonna se autodefiniu (“Sou como as baratas, sobrevivo sempre”)” (*Ib.*, 207), a cronista regista com ironia a metamorfose de Monica: “ganha agora o estatuto de uma Maria-ajuda-as-outras – depois de, nos primeiros tempos post-clintonianos, se ter transformado numa Maria-vai-com-as-outras” (*Ib.*, 208). Isto é, depois de “ajudar uma rapariga a escolher o namorado ideal entre vinte candidatos” (*Ib.*, 207) mascarados, “fez-se militante da magreza e pôs-se a propagandear dietas” (*Ib.*, 208). Assim, “por dinheiro”, “vendeu a alma ao quilo porque, como explicava então à *Vogue* americana, arranjar um emprego era ‘demasiado caótico’” (*Ib.*). O “mais clássico dos modelos: a Cinderela”, no seu caso, em vez do “solitário sapatinho de cristal, [...] recorreu à ousadia: agarrou o príncipe pela braguilha” (*Ib.*): “Monica apresentou-se a Clinton como uma saboreadora da vida, e a gula dessa frescura enfeitiçou-o” (*Ib.*, 209). Vendendo “esse sonho de diferença que a celebrizara”, “tornou-se igual a Hillary, a mulher que se adapta a todos os cânones de um universo hostil pela pura ambição de poder” (*Ib.*): “o arquétipo de Cinderela ainda rege a ambição das mulheres” (*Ib.*).

“Navegar em Budapeste” é o título da crónica de 20 de Novembro de 2004. A sobrevivência das palavras, a sua impureza e a identificação de cada país com a sua língua são motivos de reflexão a propósito da língua húngara, “língua sem parentes próximos conhecidos, suave e impenetrável” (*Ib.*, 444), “que fez com que o corpo da Hungria resistisse, e a dignidade esplendorosa de Budapeste se afirmasse sobre as múltiplas usurpações que teve” (*Ib.*, 444-445), como, no século XX, os “dois totalitarismos” que a esventraram: “ao holocausto nazi seguiu-se o extermínio comunista” (*Ib.*, 445). A meditação de Nuno Júdice, no romance *O Anjo da*

Tempestade, sobre “esta treva das ideologias”, é evocada a propósito das “celas de tortura” no Museu *A Casa do Terror*:

Essa reflexão solitária sobre a morte, e o peso da angústia que recai sobre os ombros do indivíduo quando confrontado com o seu destino final, reduzem-se a nada quando o que está em causa é o sonho colectivo, do qual cada um de nós faz parte, embora não seja mais do que uma peça que pode ser eliminada a qualquer momento, sem prejuízo para o conjunto (*lb.*).

A guarda da “memória do Terror”, preservada em museus, é a “mensagem” transmitida pela Europa de hoje, “esta terra magoada que foi capaz de ressuscitar das chacinas decretadas em nome dos paraísos da pureza eterna” (*lb.*, 446), para que esse terror se não repita. Ao contrário de Portugal, onde os museus “são só coisa de arte” e “a sede da PIDE [...] é hoje uma casa abandonada” (*lb.*). A transcrição testemunhal de Sándor Márai, em *As Confissões de um Burguês*, o escritor que, “poucos meses antes da queda do muro de Berlim” se suicidara nos Estados Unidos, para onde fugira em 1948, documenta bem o drama dessa Europa dilacerada:

Enquanto me deixarem escrever, esforçar-me-ei por mostrar que houve uma época em que acreditávamos na vitória da moral sobre os instintos, na força do espírito e na sua capacidade de dominar as pulsões assassinas da horda. Objectivo bem modesto, certamente, mas é o único que posso cumprir. Vi a Europa, escutei os seus clamores, assisti à eclosão de uma cultura... que mais posso pedir à vida? (*lb.*).

13. Os escritores, os livros e as leituras

As múltiplas referências da cronista aos livros e às leituras atravessam todas as suas crónicas, mas podemos destacar onze como expoentes deste referencial constante.

A crónica “O romance secreto das pessoas reais”, de 4 de Maio de 2002, aponta os exemplos do jovem Humberto, na Ericeira, de um empregado de bar no Casino da Póvoa, um sobre a vontade de ler, o outro “sussurrando versos de Herberto Helder” (*Ib.*, 59) e da “voz bravia dessa rapariga sem estudos”, chamada Longina, pedindo a releitura de uma passagem de *O Amor de Perdição*, de Camilo. As críticas à iliteracia do povo e à sua inapetência à leitura são desmontadas desta forma:

Quem chora crocodilesicamente porque o povo não gosta de ler são as pessoas que não gostam de ler, mas estudaram o suficiente para perceber que a leitura confere o poder insanável da liberdade de espírito. Pessoas que erguem muros negros de estatísticas para vedar o acesso do condomínio de luxo do pensamento a outras pessoas – mesmo ou sobretudo quando quase não usam os relvados luxuriantes de páginas que lhes servem de paisagem (*Ib.*, 60).

Perante a hipótese interpretativa destes exemplos como “excepções à regra de três simples do determinismo económico-social” (*Ib.*), é contraposto o caso de “dezenas de filhos de grandes escritores ou intelectuais eméritos que fogem espavoridos diante do som de um restolhar de páginas”, citando-se “a primeira linha desse espantoso livro de Ruth Rendell chamado *Sentença em Pedra*: ‘Eunice Parchman matou a família Coverdale porque não sabia ler nem escrever’. Um romance policial que é um tratado sobre o crime da discriminação pelo analfabetismo e a culpa da bondade condescendente” (*Ib.*). Acusando a esquerda de culpar a extrema-direita, sem se auto-analisar, denuncia a sua incapacidade de “entender que essas vitórias nascem da [sua] surdez estatística” (*Ib.*). A experiência de animar comunidades de leitores, sensíveis a um poema de Ruy Belo ou aos *Sinais de Fogo*, de Jorge Sena, revela também a necessidade estratégica de se recorrer a Javier Marias (*Amanhã, na Batalha, Pensa em Mim*) ou a Agustina (*A Jóia de Família*). A comoção com os bons resultados dessa experiência permite confirmar a abertura intelectual e humana promovida pela leitura literária: “Com a consciência de que dentro do precipício de sentidos aberto pelos livros verdadeiros se encontra o rosto vertiginoso de cada vida” (*Ib.*, 62).

“Gostar de Agustina” é a crónica, de 18 de Maio do mesmo ano, dedicada à escritora que “tem o dom de trespassar o tempo, de ver para além dele, como se

esticasse uma peça de seda antiga e a analisasse, fio a fio” (*Ib.*, 71). Transcrevendo, em epígrafe, o seu então recente romance *A Alma dos Ricos*, na qual responde à pergunta por ela formulada sobre “quem conhece o mapa interior duma mulher” através da metáfora geográfica dos “rios e caminhos que podem conter tesouros”, mas que, por ironia da História, “não levam a lado nenhum” (*Ib.*), a cronista referencia o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores a ela atribuído. Desmontando estereótipos e lugares-comuns sobre Agustina, como o de “escritora difícil”, “solene”, “antiga”, a crónica revela no livro premiado (*Jóia de Família*) a reflexão “sobre a crise de valores da sociedade contemporânea” e a descrição do “processo de sedução em curso entre tradição e crime, delinquência e heroísmo” (*Ib.*, 72). As dificuldades que os jovens podem encontrar na sua obra são compreendidas pela autora: “Essa idade fatal entre os onze e os dezassete anos, em que o mal aparece como um ladrão de noite, sem ser ouvido, suave, pondo uma mordaza na boca como se fosse uma pétala de rosa” (*A Alma dos Ricos*, 169) – *Ib.* Por isso, a cronista propõe *Fanny Owen*, como alternativa a *A Sibila*, como obra a estudar no Secundário, ou um dos seus últimos romances, “que usam uma linguagem cada vez mais transparente e rápida, a linguagem de quem já não precisa de provar nada ou de quem conhece o magnífico atalho que nos conduz directamente à essência do ser” (*Ib.*). No romance *A Alma dos Ricos*, Inês descobre com Agustina, “através dos Evangelhos Apócrifos”, “uma outra Virgem Maria, bem mais estimulante do que aquela a que estamos habituados. E, abençoada pelos olhos penetrantes dessa outra Senhora, desfibra os mecanismos do poder, do dinheiro e da corrupção do Portugal de hoje” (*Ib.*, 73). O elogio ao carácter humano da autora é sublinhado na felicidade com que quis celebrar o anúncio do Nobel de Saramago e na sua humildade perante o sucesso alheio: “Lê-la, de facto, no olhar, na conversa, na voz, na afectuosa sabedoria do quotidiano, é uma experiência tão arrebatadora como ler um livro dela. E isso não se pode dizer de muitas pessoas, escrevam ou não escrevam livros” (*Ib.* 74).

Outra crónica sobre Agustina intitula-se “Vã glória”, de 18 de Setembro de 2004, a propósito da entrega à escritora do Prémio Camões, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O reconhecimento de que “é nas universidades do Brasil que se encontram alguns dos maiores estudiosos da literatura portuguesa contemporânea, as teses aprofundadas, a paixão analítica autêntica e despreconceituosa” (*Ib.*, 419-420) é

feito por referência à Bienal do Ceará, em Fortaleza, donde regressava Agustina e dedicada à travessia da Ibéria à América, “um comovente ancoradouro de amantes desse trabalho áspero sobre a música e a intimidade das línguas que é a literatura” (*ib.*, 419). Após a breve reportagem da cerimónia da entrega do prémio, com seus “discursos, solenes e promissores”, a crónica cita a entrevista da premiada ao jornal *Público*, na qual exprime com sabor amargo a tradicional ingratidão social em relação aos escritores: “Um escritor recebe uma coroa de pedras falsas de vez em quando, mas a verdade é que ainda é considerado uma figura menor na sociedade” (*ib.*, 422).

Inês também se deixa seduzir pela escrita de Teolinda Gersão, como analisa na crónica “Continua a ler dentro do túnel”, de 28 de Setembro do mesmo ano. Desde *O Silêncio* (1981), admira o “dom que possui de transmitir o que em cada um de nós é mais opaco de uma forma transparente, transbordante de comunicabilidade” (*Id.*, p. 123). É o caso de *Histórias de Ver e Andar* (2002), um livro de contos no qual nos conta “de que forma esse tempo-que-não-temos (o tempo para dar atenção aos outros, o tempo para sabermos o que somos) se vinga contra nós” (*ib.*). Aproximando-se da oficina de depuração estilística de Vergílio Ferreira e Sophia de Mello Breyner, “os seus livros possuem [...] uma larga e luminosa porta de entrada – e um labirinto sem limites de portas de saída” (*ib.*, p. 124). Os contos de Teolinda Gersão “circulam em torno [...] do terrorismo interno, inconsciente, de onde nascem os sonhos cegos que conspiram, nas cavernas do nosso sangue e da nossa história esquecida, para [...] nos transformarem a vida” (*ib.*, 125). Trata-se de “alcançar a câmara escura do ser”, através das “escadas do quotidiano banal”: “Porque estes contos atravessam o comum da solidão e do desespero para chegar ao incomum singular da inquietação” (*ib.*). E este é o melhor elogio feito à sua ficção: “que nos faça viajar até esse lugar simultaneamente próximo e longínquo, fervente, obscuro, que escondemos sob o véu social das identidades” (*ib.*). A sua “cumplicidade atenta, corajosa, com o olhar infantil permite-lhe [...] interrogar o interrogável, [...] escrever com limpidez e [...] arrancar as vedações do medo, para então entrar sorrateiramente, apenas armada com a lanterna da curiosidade autêntica, dentro do quarto escuro” (*ib.*, 126).

A crónica “Um amor normal”, de 16 de Novembro do mesmo ano, comenta o “imenso, envolvente, belíssimo romance de amor” *O Vento Assobiando nas Gruas*, de Lídia Jorge, “título agreste, difícil, misterioso” (*ib.*, 149): “esse animal felino que é o

amor [...] vai rasgando as vísceras do mundo, dando a ver o interior das armadilhas [...], ligando mentiras e verdades, restaurando os caminhos perdidos” (*Ib.*). Enquanto os protagonistas se envolvem no amor, “vamos observando as luzes e sombras de cada família, um Portugal de patos bravos e expedientes, mas também de sonhos e rebeldia” (*Ib.*, 149-150). Como escreve Lília Jorge, trata-se de “um amor normal, um amor indizível”, isto é, “um amor normal – entre dois seres diferentes de todos os outros, quaisquer que fossem as suas raças, poderes ou limitações” (*Ib.*, 150). O feixe de luz que transformou estes amantes “esclarece-nos sobre tudo o que existe por iluminar na Terra” (*Ib.*).

A exposição dedicada em Paris a Roland Barthes dá origem à crónica “A lição”, de 7 de Dezembro do mesmo ano. Dando conta de que, em matéria de educação, “o essencial continua a ser o professor” (*Ib.*, 157), a cronista presta homenagem não só aos seus professores universitários que lhe revelaram Roland Barthes, como também a todos os anteriores, lamentando outros que não teve. Bebendo na semiologia de Barthes (“A Lição”) que “a língua é manipulada pelo poder” (*Ib.*, 158), Inês reconhece nessa lição tudo o que continua a aprender: “deslocando, desconstruindo, arredando, arredando sempre. Lição de jornalismo, lição de literatura, lição aberta ao desejo de atingir a inatingível câmara clara do mundo” (*Ib.*):

Com Roland Barthes aprendi a deslocar o coração para o espaço exterior ao corpo, a cabeça para a superfície da pele e o espaço para o lugar do coração. Aprendi a não temer a deslocação, a experimentar o sabor do saber, a desviar a alucinação para a sua margem de trémula lucidez, e a amar essa margem, a dificuldade de a dizer, a necessidade de viver obstinadamente sobre esse fio frágil (*Ib.*, 155).

A crónica “O cavalo imaginário”, de 31 de Maio de 2003, título do conto homónimo (*in Boa Companhia – Contos*, Companhia das Letras) do escritor brasileiro Moacyr Scliar, sobre um menino pobre que “imitava o galope dos meninos ricos sobre os seus cavalos cintilantes, no clube hípico” (*Ib.*, 219) e viu o seu cavalo imaginário solto no campo, de modo a não mais poder cavalgá-lo, aproxima esse conto da história infantil *Celeste & Lãlinha por cima de toda a folha* (colectânea *O Burro em Pé*), de José Cardoso Pires, cuja protagonista (a retornada menina Celeste) vê torturada a sua

melhor amiga, a boneca negra Lãlinha. O desprezo alegórico pelos cavalos imaginários é decodificado como a “queda de valores – porque julgamos assistir a uma desvalorização exponencial do invisível” (*Ib.*, 220). No entanto, os “historiadores americanos Eric H. Monkkonen e Randall Roth chegaram à revolucionária conclusão de que, ao contrário do que parece, a violência urbana é hoje, pelo mundo fora, proporcionalmente menor do que nas míticas cidades da Renascença” (*Ib.*, 221). Assim, não só não existe “qualquer relação entre desenvolvimento urbano e crime”, como, pelo contrário, “tem-se verificado um ‘efeito civilizador’ com o aumento da legislação sobre os direitos e deveres dos cidadãos” (*Ib.*). O exemplo dos Estados Unidos da “contrapartida social” a pagar, em serviço à comunidade, por um artista que recebe um subsídio estatal é visto como uma conquista neste sentido, exemplo que não foi compreendido no Brasil, apesar das tentativas do presidente Lula. O comentário crítico de tal rejeição é formulado nestes termos:

Tradições, como se sabe, há para todos os gostos – reais e imaginários, como o cavalo de Moacyr. E identidades nacionais também. [...] O povo nasceu para servir de musa à esquerda ou à mesa da direita. Que sirva para se trabalhar para ele é que ainda custa a compreender. [...] Os cavalos imaginários são extremamente contagiantes: quanto mais se dividem, mais se multiplicam. E, por estranho que pareça, têm mais resistência do que os cavalos reais (*Ib.*, 222).

“As escolhas de Sophia” é o título da crônica de 10 de Julho de 2004. Escolhendo para epígrafe quatro versos de “Biografia ou o Terror de te amar”, onde a poetisa refere a perecibilidade de alguns amigos, ao lado da luta pela vida de outros (“Outros quebravam o seu rosto contra o tempo”), a cronista concentra nela “toda a ciência da perda” (*Ib.*, 395), numa “biografia exacta, bússola onde cintila, imediata e eterna, a vida” (*Ib.*). Aí assoma a fragilidade de um mundo imperfeito, “onde tudo nos quebra e emudece / onde tudo nos mente e nos separa” (*Ib.*). Por isso, exhibe duas grandes mestras da sua aprendizagem: “Com Sophia aprendi a ler e a morrer. Com Agustina aprendi a viver e a escrever” (*Ib.*). As escolhas de Sophia gravitam em torno

do essencial, da democracia, da justiça, da coerência, da verticalidade, da ética, da verdade, da “perseguição do real”:

Palavra a palavra, Sophia escolheu. Escolheu a biografia essencial em vez do *curriculum vitae* oficial, escolheu a resistência activa às ditaduras (primeiro a de Salazar e depois a sua gêmea de sinal oposto que tentou substituir-se à liberdade em 1975) em vez da resignação do rebanho, escolheu a veemência rasa em vez da eloquência tonitruante. Escolheu tornar a justiça sinónimo de beleza, e nunca o inverso. Escolheu o ofício duro de pesar o valor exacto de cada palavra e viver de acordo com ela. Escolheu o essencial sobre o acessório. Todos os que a conheceram a recordam assim: de cabeça erguida, olhando de frente o sol e o mar, a noite, a solidão e os desertos ventosos da paixão. A poesia de Sophia é esse movimento ético incessante, e é essa dança dos versos em busca da verdade que estabelece as estátuas da estética em que a reconhecemos. Mas estética é apenas o nome temporário da pose imobilizada na página, uma fotografia do mar, sedutora e morta, em vez do mar inteiro, barulhento, mutante. “Sempre a poesia foi para mim uma perseguição do real. Um poema foi sempre um círculo traçado à roda duma coisa, um círculo onde o pássaro do real fica preso”, escreveu (*Arte Poética, III*) – *Ib.*, 396.

A aprendizagem com Sophia continua com *O Rapaz de Bronze* e *A Menina do Mar*, entendendo “a literatura como incêndio violento da verdade, e não jogo de palavras em genuflexão escolar” (*Ib.*); com a sua poesia, “grande lição da morte infinitamente ressuscitada, lição magna da também infinita adolescência humana” (*Ib.*). A notícia da sua morte foi conhecida com emoção no Algarve, enquanto o sol se despedia “do sossego azul do mar” (*Ib.*, 397), onde Sophia morava. O poeta Al Berto, que “tinha esse dom invulgar entre criadores de se entregar genuinamente ao talento dos outros” (*Ib.*), deslumbrado com “a rendição dos franceses aos poemas dela” (*Ib.*), contava a história da visita de Sophia, Eugénio de Andrade e Agustina às ruínas gregas, no fim dos anos 50, com as diferentes reacções, a da romancista, para quem “as ruínas não têm préstimo senão como estaleiro de construção” (*Ib.*) e a dos poetas:

Ao romancista, anima-o aquilo que Musil definiu (em *O Homem Sem Qualidades*) como “sentido das realidades possíveis”, que o leva a arquitectar mundos mais vastos do que o do homem comum (que habita o universo finito das “possibilidades reais”).

Os poetas desviam-se da corrupção do tempo para procurar em todas as coisas – um corpo, uma pedra, ou uma maçã brilhante no escuro – a intemporalidade. O sentido íntimo e universal do real que a luz cortante da poesia de Sophia revela. Sophia já não morre. É feita de mar e mármore – como Camões. [...] Os grandes escritores não têm centro, nem intimidade – são o pão e o champanhe, a palavra e o silêncio, o segredo da dor e a partilha da alegria, a biografia particular de cada um dos seus leitores (*Ib.*, 397-398).

Ainda sobre livros, a crónica “O que nos teus olhos leio”, de 5 de Maio de 2004, começa com uma epígrafe do poeta José Tolentino de Mendonça: “uma só palavra restitui / a imensidão / o que nos teus olhos leio” (*Ib.*, 379). O arremesso de livros “como armas, para humilhar ou até matar o outro” (*Ib.*, p. 379) é criticado, na sequência do “esquema de alternância autocrática”(*Ib.*), desde há séculos cumprido com êxito pelas religiões:

Há quem os guarde só para si e construa com eles a torre adolescente da arrogância intelectual. Mas há também quem utilize as suas páginas como pontes para chegar aos outros e, para, com os outros, encetar novas viagens de circum-navegação do mundo (*Ib.*, 379-380).

O tratado *Da Amizade*, de Cícero, o livro *Los Diez Mandamientos en El Siglo XXI*, de Fernando Savater, o romance *Dádiva Divina*, de Rui Zink e *O Vendedor de Passados*, de José Eduardo Agualusa, são os livros tirados do saco da cronista para responder às solicitações provocadoras de Juan Carlos de Sancho. O de Rui Zink é citado para corroborar a crítica da italiana Daniela Marcheschi às editoras. Segundo ela, são os jovens fotogénicos que “preenchem os catálogos das grandes editoras e as montras das livrarias com os relatos das suas experiências radicais de sexo, drogas e *rock and roll*. E parece que não há espaço para mais nada” (*Ib.*, 380). No romance citado de Rui Zink, as livrarias hoje são “montras de manuais de como fazer coisas. [...] O traço

distintivo comum? Todos eles vendem formas de modificar o corpo ou a cabeça com o mínimo de esforço possível. Sabedoria instantânea, beleza instantânea, felicidade instantânea” (*Ib.*, 380-381). Comentando a promessa irónica da capa do romance (“Ele não sabia que ia encontrar Jesus”), a cronista contrapõe que “encontrar Jesus não interessa nada, até porque, como se verá, Jesus já não está para conversas. O que talvez interesse, mas dá muito trabalho, é ousar viver à maneira incómoda e valente do JC original” (*Ib.*, 381). Em relação ao romance de Agualusa, a admiração vai para “uma outra declinação da dádiva divina do milagre humano, uma outra descida aos infernos guiada por um humor celeste e uma imaginação sobre-humana” (*Ib.*, 381-382), através da história de uma “osga melancólica e filosofante”, narradora do romance, a qual, noutra vida, terá sido um bibliotecário e nesta “é feliz acompanhando a felicidade dos outros [...] e acompanhando a vida de um homem que vende passados ilustres [...] à classe emergente da Angola do pós-guerra” (*Ib.*, 382).

A última crónica da antologia inesiana, de 11 de Dezembro do mesmo ano, é “Em Roma, com José Cardoso Pires”. A homenagem ao escritor português na Universidade de Roma, através de um congresso internacional sobre *A Escrita e o Empenhamento de José Cardoso Pires*, na sequência de um número da revista universitária *Lusobrasilica: i protagonisti del racconto*, é motivo para a cronista evocar a sua participação em tal congresso, enaltecendo quer a sua visita àquela cidade que ela “imaginava excessivamente monumental e papista, e não subtil e sedutora” (*Ib.*, 455), como a descobriu, quer a obra desse “imenso escritor” (*Ib.*, 456). Reportando alguns dos temas debatidos em tal congresso, Inês justifica a relação entre empenhamento político e estética, a partir da obra em questão:

à semelhança do que se passava nos nevoentos anos sessenta da nossa ditadura calafetada, genialmente descritos [...] em *Alexandra Alpha* – a moda é estar de bem com os deuses e os diabos, e repetir, em pose filosófica e no tom de quem vê o mundo a partir da cátedra da terceira nuvem, que só a estética interessa (*Ib.*).

A presença viva do homenageado no meio de jovens estudantes italianos (“vivos são aqueles que mobilizam a alma, o pensamento e a acção dos outros” (*Ib.*, 457) inspira a crítica irónica e mordaz ao esquecimento dos vivos em Portugal:

Em Portugal continuamos a enterrar os vivos numa mortalha de desdém e reticências (chamamos-lhe distância crítica) e a deixar os mortos de pousio, numa espécie de estágio de embalsamento que só termina depois de desaparecidos os seus contemporâneos – não vá alguém recordá-los com um excesso de emoção que faça dos livros carne e sangue e prejudique a tal “distância crítica” que gostamos de ter para não parecermos provincianos (*Ib.*).

Em contraste com a atenção e o estudo dedicados ao escritor português nas universidades do Brasil, Itália e Inglaterra, critica-se a “Biblioteca com o seu nome e com o seu riquíssimo espólio”, que não passou da “acta da promessa” na Câmara Municipal de Lisboa. O regresso a Roma com José Cardoso Pires permite recordar “muitas memórias e histórias” e evocar a “beleza da cidade” com ele partilhada, “amante que era de cidades assim, surpreendentes e íntimas, boémias e noctívagas, arqueológicas e futuristas” (*Ib.*, 458), como a *Madonna dei Pellegrini*, de Caravaggio, na igreja de S. Agostinho, arrancada “à luz crua do corpo de uma prostituta” (*Ib.*).

14. A vida, o amor e a morte

Seleccionamos oito crónicas para contemplarmos especificamente este tema determinante da existência humana.

A crónica “Da beleza e da consolação”, de 12 de Janeiro de 2002, dá conta da desolação da cronista em face da dura realidade da morte que afectou pessoas das suas relações:

No desconsolo infinito das lágrimas do meu amigo, um homem que é o esboço original do riso e do afecto, encontro a prova derradeira de que beleza e consolação formam uma única matéria incandescente, essa matéria humana,

visceral, iluminada e concreta a que chamamos amor. Só o silêncio uivante dos inconsoláveis consola, enchendo o mundo da voz apaziguada dos mortos amados (*Ib.*, 24).

Pondo em causa o mito da atribuição ao “eterno feminino” da beleza e da consolação, critica a discriminação de género, assente na tradicional dicotomia entre “a orquestração dos grandes silêncios da vida”, confiada às mulheres, e a educação para a acção, que arreda o homem “desde a mais tenra infância da lentidão da mágoa, do calor sujo, doloroso, dos afectos” (*Ib.*, 25). A abertura das “comportas da acção” às mulheres, “desde há umas décadas, nas sociedades ocidentais”, não evitou que deixassem de “providenciar a beleza e a consolação do mundo” (*Ib.*), mas, em compensação, também permitiu aos homens “reivindicar este privilégio e de provar que nenhuma lei genética obriga o masculino a cingir-se ao lado infantil, ritual, repetitivo e brutal da vida” (*Ib.*). A série televisiva holandesa, intitulada *Da Beleza e da Consolação*, alternando a imagem da “brevidade do belo” (*Ib.*) com a voz e o rosto “mutante” do entrevistado que, “falando, se expõe” (*Ib.*, 26), é apontada como portadora de “um efeito terapêutico imediato sobre potenciais suicidas”, mas, em contrapartida, esse efeito esconde a alienação:

E desse projector íntimo – longe, muito longe da pompa arquitectónica dos Deuses e Demónios em que nos escudamos para não viver a vida – solta-se o filme deslumbrante da alegria. A alegria microscópica de descobrir uma partícula inédita do universo ou, apenas, o movimento da luz nas lágrimas (*Ib.*).

A crónica “O homem que gostava de comboios”, de 15 de Março do mesmo ano refere-se ao escritor (romancista, cronista) e editor galego Carlos Casares, falecido uma semana antes, “um homem cosmopolita, de uma cultura infinita e dotado de uma inteligência aguçada” (*Ib.*, 44): “Nenhuma barreira linguística o impedia de estabelecer cumplicidades” (*Ib.*). A mensagem do comboio de cem escritores que em 2000 atravessou a Europa confirma tal cosmopolitismo: “para dizer ao mundo esta coisa simples: que as fronteiras são imaginárias, e que a humanidade é maior do que elas” (*Ib.*). É a viagem que permite à cronista conhecer o escritor galego, “através do culto

da conversa”: o amante de comboios, o “terrestre caçador de sereias nórdicas” (*Ib.*, 46), como Cristina, com quem casou, o seu “exercício contínuo de um humor maravilhado, pícaro e totalmente despido de ressentimentos” (*Ib.*, 45). A evocação dessa amizade gera a reflexão sobre a eternização dos “nossos mortos” através da arte:

Qualquer arte: a de lhes acariciar os retratos, devagar, de os guardar em gavetas escuras para que não percam a cor. A de os descrever com minúcia, para os prender à teia, ainda efémera, das palavras. A de os escrever mesmo quando já não é possível, sobretudo quando já não é possível, inscrevendo-os no corpo íntimo dos nossos sonhos, na alegria que em nós, apesar da dor, sobra da morte deles. A morte dos nossos amigos convida-nos à sabedoria de um amor sem lugar (*Ib.*, 43).

“Em memória de Conceição Camacho” é a crónica de 17 de Abril de 2004, uma homenagem a “uma heroína do quotidiano, com um sorriso infinito e o talento da ubiquidade que têm aquelas mulheres a quem ninguém deu tempo para serem meninas” (*Ib.*, 366). O seu legado humano não foram “livros, nem filmes, nem sequer um maço de cartas que pudesse consolar-nos um pouco da sua ausência. A Conceição não sabia escrever” (*Ib.*, 363). Mas “gostava muito mais de dar do que receber” (*Ib.*). Com o “dom raro” de “agarrar instantaneamente a alma dos outros, num só relance, pelo cheiro, pelo tacto íntimo do olhar” (*Ib.*, 364), “explicava ternamente os fundamentos animais da alma humana, a saber: antes de mais, que quando se gosta a sério de alguém, deve ter-se coragem para lutar por esse amor (mais ou menos o que Agustina disse, ao escrever ‘em amor não há infâmias, há recursos’), sob pena de se viver a meio-gás. Entendia de relações humanas mais do que se pode aprender nos livros” (*Ib.*, 364-365). A denúncia do racionamento dos talheres, do chá e dos medicamentos no hospital onde fazia quimioterapia, em contraste com a “indigestão de estádios de futebol faustosos” (*Ib.*, 365), enquanto “as Conceições morrem, diariamente, em enfermarias-monturo, por entre a displicência dos doutores que num dia garantem às famílias cem por cento de vida para a semana abanarem a cabeça e

dizerem que não há nada a fazer” marca com amargura a crónica desta homenagem a uma simples mas tocante “heroína do quotidiano” (*Ib.*, 365-366).

“Elogio da amizade”, de 9 de Fevereiro do mesmo ano, pretende preservar a pureza dessa “jóia de luz translúcida [...] que é a amizade”:

Quando os jornais referem uma amizade ela vem sempre tocada por uns fumos de corrupção. Cunhas, compadrios, pensamos. Foi assim que nos habituámos a ver Portugal – um país de favores e reverências, tecidos por uns senhores, sempre os mesmos, que se entendiam na preservação dos seus feudos e poderes (*Ib.*, 31).

A viragem cultural para um país democrático, premiador do mérito, começa, todavia, a notar-se: “Ainda é de aparências esta democracia em que vivemos, sim – mas o talento e o trabalho, desde que bafejados pelos mínimos olímpicos do acesso à educação, já começam a vencer por si” (*Ib.*, 32). O “elixir da juventude a que se chama capacidade de deslumbramento” explica a escolha dos amigos, para além dos laços de sangue: “os amigos são as pessoas que escolhemos por cumplicidades partilhadas, e não por razões de casta ou de família” (*Ib.*). A abertura à aprendizagem passa por tal cumplicidade:

Amigos são os que não nos deixam viver abaixo do nível dos nossos sonhos, os que precisam que amemos o que eles amam, os que nos zurzem quando erramos para que comecemos a acertar depressa, e sobretudo, os que infinitamente nos abraçam por essas noites imensas em que nos sentimos feios, porcos, maus e esquecidos pelo mundo (*Ib.*, 33).

Entender “o desespero das amizades arrefecidas e a forma como nas suas cinzas incandescentes o absurdo da traição silenciosa queima cada fibra do coração” (*Ib.*) é a mensagem colhida no “portentoso tratado sobre a amizade em forma de romance [...] *As Velas Ardem Até ao Fim* (ed. Dom Quixote) ” (*Ib.*), do húngaro Sándor Márai. A divergência está “no entendimento de que a amizade é um privilégio a que as mulheres não acedem [...]. Em sentimento tão denso e superior às inclemências animais do desejo, falham ridiculamente as repartições de sexo” (*Ib.*). A ultrapassagem

de “todas as circunstanciais coreografias de interesses” (*Ib.*, 34) deveria estar na base do reconhecimento dos amigos, pois “o ser humano já devia ter atingido a idade branca da erótica dos ideais” (*Ib.*, 33). A denúncia de um “país tão pequeno”, com a suspeita em relação aos amigos, “sempre conspirativos, sempre dos outros – ou sempre perdidos, nos confins de uma adolescência que já não somos capazes de honrar” (*Ib.*, 34) encerra a crónica.

“O amor na jaula do gelo” é a crónica de 9 de Abril de 2004, versa sobre o amor, a religião da imagem e a sufocação dos sentimentos pelo medo. O amor, esse “animal infaustamente domesticado” (*Ib.*, 359), é, muitas vezes, dificultado pela “aceleração do tempo” (*Ib.*), o “corpo ferido do tempo ferido de Proust” (*Ib.*, 360). A “glorificação da transitoriedade” (*Ib.*), correspondente ao “decréscimo da fé nessa forma específica de imortalidade que se chama ressurreição” (*Ib.*), articula-se com a “impiedosa religião” da imagem e ao “mito da suavidade adolescente”, que “substituiu o da castidade” (*Ib.*). Na “esquizofrenia dos paradoxos”, “a febre da comunicação instantânea global coincide com o fechamento progressivo dos protagonistas dessa comunicação, que vivem em redomas” (*Ib.*), originando uma “fissura crescente entre discursos e práticas” e a “tão chorada ‘ausência de valores’” (*Ib.*). A “reflexão política” que o filme *Lá Fora*, de Fernando Lopes, proporciona, mostra um amor impossibilitado entre uma jornalista – estrela de televisão e um corretor da bolsa, não pela “obsessão com o dinheiro”, mas em consequência “de uma alienação anterior, que se instalou imperceptivelmente no coração de cada um deles [...]: o dinheiro nunca é a verdade, apenas a consequência” (*Ib.*, 361). O filme de Fernando Lopes é associado a dois livros: *La Ville Panique*, de Paul Virilio, e o “portentoso diário de Cesare Pavese”, *O Ofício de Viver*, no prefácio do qual escreveu Margarida Periquito:

A eliminação sucessiva de cada vez mais elementos exteriores a si próprio provoca a sensação de que Pavese se encontra encerrado numa cápsula que se vai estreitando e que acabará por asfixiá-lo [...]. Asfixiado, pois, pelo próprio ar que respira, constituído pela sua obsessão erótica absoluta (*Ib.*, 362).

O mito do “paraíso perdido”, ou nostalgia do passado, marca a crónica “No meu tempo”, de 1 de Fevereiro de 2003. Recordando os vinte anos em que começou o

trabalho de jornalista, Inês, citando o suspiro do jovem jornalista que acompanhava as suas “arrumações melancólicas de início do ano” (*lb.*, 173), estabelece um contraste entre as “grandes reportagens” desse tempo e a paginação actual “com grandes fotografias”, para depois se preencherem “os buracos com uns textos” (*lb.*), apontando-lhe, todavia, “este período como nuvem passageira”, pois há “jornais e revistas estrangeiras que já regressaram ao culto dos grandes textos” (*lb.*). Por outro lado, lembra-se de “como doía ouvir as vozes de escárnio de alguns jornalistas mais velhos”, ralhando “pelo empenhamento profissional” na procura de “formação específica”, tida como “presunção” (*lb.*, 174). A comparação das artes e das comunicações com a medicina, “hoje muito melhor que há 50 anos”, permite invectivar o romantismo do século XIX, agarrado “ao mito do Bom Morto e do Paraíso Perdido”, em vez do reconhecimento da “excelência do nosso tempo”: “O génio de Camilo era magistral – mas, porque o leu, e porque teve melhores condições de vida e de trabalho, Agustina pôde levar esse génio a um nível superior de exigência, na sua própria escrita” (*lb.*).

O elixir da juventude, a propósito de filmes, é objecto da crónica “A perdição chique”, de 31 de Janeiro de 2004:

Há vinte anos, a juventude era considerada uma promessa. [...] Agora não se deixa ninguém poisar para crescer na sombra: das *passerelles* da moda aos palcos da música, das montras da literatura às telas do cinema, a juventude extrema é celebrada como auge radical de sabedoria. Não sei se é uma consequência da tirânica Era do Filho em que vivemos, ou se essa é uma das suas causas: verifico apenas que, tal como os dizeres das crianças, até à minha geração coisas sem importância nenhuma passaram a verdades dalailâmicas, as primeiras obras passaram de aperitivos mais ou menos saborosos para o estatuto de prato principal, acompanhado, em certos casos, de orquestra sinfónica. O que só aparentemente é fácil para os jovens celebrados (*lb.*, 327-328).

A crítica ao filme *O Amor é um Lugar Estranho*, de Sofia Coppola, sobre as “relações cúmplices entre um homem mais velho e uma mulher mais nova”, preenche o resto da crónica, sobretudo ao fenecimento da alma, “no meio de tanto brilharete”

(*ib.*, 328), resultando daí o retrato de “um Japão caricatural feito de japoneses palhaços” (*ib.*, 329). Em contraste, o filme *Anything Else*, de Woody Allen, é apresentado como “um tratado sobre o sonho, o desejo e a decepção, [...] na sua sintonia com os tons e os modos da juventude contemporânea” (*ib.*). A mensagem enunciada por “um louco lúcido”, com muito humor, valoriza o filme como “uma arte da consolação, uma declinação das imagens e das palavras repetidas até à pureza bruta da alegria que só a idade ensina” (*ib.*, 330): “nada há de excessivamente grave sobre o mundo – a não ser levarmos os nossos pequenos dramas demasiado a sério e os nossos grandes sonhos demasiado a brincar” (*ib.*, 329-330).

A crónica “Discutir Deus”, de 27 de Março do mesmo ano, partindo das razões de ter filhos, as quais, “como para qualquer acto visceral [...], têm muito pouco de racional” (*ib.*, 355), aponta como razão da decisão de Augusto Abelaira de abandonar o “apelo comunista (no tempo da ditadura salazarista, em que esse apelo se confundia com o da liberdade) depois de ler o livro de André Gide sobre a União Soviética” (*ib.*). A força motora da crença, “amalgama de afectos extraviados e desamparos censurados” (*ib.*, 356), faz entrever que “toda a política é uma forma de religião (precisamente fundada na ideia de religar) e todo o projecto religioso tem uma dimensão política. No seu tempo, Jesus Cristo foi um activista político e tratado como tal” (*ib.*). Se “da crença ao fanatismo é um passo”, em compensação, “para chegar do fanatismo à crença” “é preciso dar a volta ao mundo [...]”. O que permitiu a criação da democracia, com o seu cortejo de direitos, foi essa viagem imensa” (*ib.*). As religiões, como as cristãs e o marxismo, não deixam de ser sensíveis a esta criação, com o risco de perderem popularidade. À “ausência de pensamento único e firmemente teleológico” chamamos “apressadamente ‘queda de valores’ – sem reparar que o substituímos pelo valor da livre escolha, e que a liberdade, como a esperança de vida, cresceu exponencialmente no mundo ocidental” (*ib.*, 357). Na revista inglesa *The Spectator*, Rod Liddle apresenta o contraste entre a intolerância do fundamentalismo islâmico e a tolerância do cristianismo: para o primeiro, um ateu iria para o inferno, enquanto para o segundo, “a morte é um mistério” (*ib.*). Fascinada com esse toque de “mistério”, a cronista, embora declare que não sabe se Deus existe, não deixa de o sentir na “carícia” que recebe na madrugada em que escreve, “como em todas as horas silenciosas” da sua vida, das “pessoas” que ama e já não pode abraçar: “E sinto-o

também brilhar na bondade autêntica de muitas pessoas – a maioria delas nem sequer crente” (*Ib.*). A sua prima, militante católica, provou-lhe, aos quinze anos, “que Deus se discute” (*Ib.*, 358), como também o prova o ensaio de Ana Vicente *Que Poderei Eu Dizer Sobre Deus?*, publicado na colectânea *Dizer Deus – Imagens e Linguagens* (editora Gótica), no qual se afirma “tranquilamente que usar o preservativo para evitar a sida ‘é um dever e não um pecado’. E trata-se Deus por ‘Ela’: ‘Deus não é um ser sexuado pelo que é artificial e artificioso usar o género masculino’. Sim, da discussão nasce a luz – na Terra como no Céu” (*Ib.*).

CAPÍTULO V

Clarice Lispector e Inês Pedrosa:

dois mundos, dois olhares, dois estilos em convergência

“A palavra é o meu domínio sobre o mundo”

(Clarice Lispector, *DM*, 101)

“As palavras transformam o mundo e a maneira como a trabalhamos também” (Inês Pedrosa, *Jornal de Letras*, 21 de Agosto de 2002, 10 - Entrevista dada a Maria Leonor Nunes)

O conceito de Literatura Comparada, surgido no âmbito da cultura iluminista, com as vertentes nacionalista e cosmopolita, consolidou-se no final do século XIX, designadamente com Louis Paul Betz e Joseph Texte, encontrando no século XX uma prática recorrente e dominante como uma disciplina básica dos Estudos Literários. René Wellek e Austin Warren (1949), pondo em causa a vertente historicista desta orientação metodológica, transferiram da França para os Estados Unidos da América a reflexão literária na segunda metade do século XX. Com eles triunfa o conceito de literatura universal e da unidade das literaturas nacionais. No entanto, para Claudio Guillén (1985), é uma dificuldade da Poética Comparada dar conta na identidade do uno da diversidade do diverso. De qualquer modo, esta disciplina tem a virtualidade de analisar o fenómeno literário não apenas como elemento histórico e teórico mas também como cultural, numa interacção com as ciências sociais (filosofia, a história, a antropologia e a sociologia) e as artes, situando-se “na área particularmente sensível

da ‘fronteira’ entre nações, línguas, discursos, práticas artísticas, problemas e conformações culturais” (BUESCU, Helena C., 2011).

A Literatura Comparada, como todas as ciências comparadas, não deixa de se estribar numa filosofia que contempla o ser numa relação analógica, bebendo em autores como Hume e Kant. Embora nunca fale explicitamente de analogia, a epistemologia de Hume pressupõe esse princípio, nos três processos de associação enunciados: a semelhança, a contiguidade e a causalidade (Cf. JOTA, Renato de Medeiros, 1984). Por sua vez, Kant, na *Crítica da Razão Pura*, a analogia é explicitada como um princípio de associação, permitindo estabelecer comparações entre seres semelhantes, mas também entre seres diferentes, como os homens e os animais (Cf. BONACCINI, Juan A., 2008).

Assim, com base no princípio epistemológico da analogia, a comparação estabelece um paralelismo na análise dos objectos do conhecimento: por semelhança ou por contraste. Tal análise permite focalizar o essencial de cada ser. De resto, com base no uso comum da linguagem, a analogia permite a atribuição de características de determinado objecto a outros, como o caso de características físicas a categorias espirituais: a leveza ou a profundidade do pensamento, por exemplo. Ou, ainda, o caso da catacrese, que aplica elementos próprios de um objecto a outro, por carência de expressão específica (o pé da mesa). É também a analogia que fundamenta a metáfora, como o voo das aves, aplicado à linguagem: palavras aladas.

A cronística de Clarice Lispector e Inês Pedrosa remete-nos para dois mundos, dois olhares e dois estilos em convergência. Em termos retóricos, não deixa de haver certo paralelismo com as clássicas partes da *inventio* (o objecto temático), da *dispositivo* (a metodologia) e da *locutio* (a linguagem).

Repartida por 234 crónicas em sete anos (19 em 1967, 49 em 1968, 45 em 1969, 38 em 1970, 33 em 1971, 29 em 1972 e 21 em 1973), a antologia *A Descoberta do Mundo* insere-se no contexto político da ditadura brasileira.

Por sua vez, a antologia *Crónica Feminina* soma 110 crónicas, apenas em três anos (36 em 2002, 38 em 2003 e 36 em 2004), no início do século XXI e em tempo de democracia em Portugal.

Em menos de metade do tempo abrangido pela actividade cronística seleccionada, Inês produziu e editou também cerca de metade das crónicas da antologia clariciana. É evidente que existe uma diferença histórica entre os anos contemplados por ambas as cronistas: 35 anos entre 1967 e 2002; 31 anos entre 1973 e 2004. Não é apenas a viragem de século e de milénio. São três décadas de evolução cultural, social e política, designadamente na consciência e na luta pelos direitos das mulheres. São três décadas de maior interacção universal, designadamente ao nível da introdução das novas tecnologias. Não é mero acaso que o instrumento de produção de texto de Clarice seja a máquina de escrever, enquanto o de Inês seja o computador. Faz muita diferença. A chamada globalização invadiu os mercados, para o melhor e para o pior, e com ela as consequências do neoliberalismo na ideologia e na prática da economia mundial, reduzindo salários e empregos, produzindo uma exploração financeira virtual, empobrecendo a população. No entanto, apesar da política ditatorial no Brasil, Clarice não deixa de verberar duras críticas à sociedade visada nas suas crónicas, em correspondente clima de liberdade política usufruído por Inês no Portugal democrático.

É o confronto entre dois mundos que é visado na comparação entre as crónicas de Clarice e Inês, num mar de semelhanças e diferenças, em clara convergência.

1. Dois mundos em convergência

O mundo das duas cronistas reparte-se pelo olhar exterior e pelo olhar interior, embora o de Clarice contemple mais do que o de Inês este último. Auto-revelando-se, desnudando a sua alma, em clara epifania, o olhar introspectivo de Clarice questiona constantemente uma identidade, na complexa relação entre pensamento, sensações, sentimentos, emoções, atitudes e comportamentos. O mundo interior de Inês é secundarizado em relação à análise crítica da realidade exterior, não deixando, porém, de soltar, aqui e ali, laivos de situações pessoais, relações de convívio e amizade,

posições subjectivas em face dessa realidade constantemente surpreendida, como que filmada e comentada.

O mundo de Clarice, concebido na matriz ucraniana, pouco explícita, ainda que referenciada, na sua escrita, como a influência dos contos populares, reflecte, desde logo, o convívio e a influência do pai, na infância pernambucana, designadamente a atracção marítima, ainda antes do despontar do dia, bem como a interacção com as irmãs, o encontro quotidiano com os colegas e professores na escola, a descoberta da mitologia brasileira com as criadas e o contacto com as figuras populares de Recife. A língua portuguesa, moldura e configuração do seu pensamento, sobrepondo-se à língua materna, dá suporte e voz à complexa estruturação do seu mundo, entretanto enriquecido pela cultura académica e literária.

O mundo de Inês, bem mais restrito e focalizado, situa-se entre a origem familiar, designadamente a avó, centrada em torno da cidade do Nabão, mítica sede da Ordem de Cristo, e a adolescência em Algés, junto a Lisboa, no aconchego dos pais. A sua primeira crónica narra a história do prémio ganho com a carta escrita à mãe, aos 13 anos, enviada para o concurso da *Crónica Feminina*, por “uma prima devota dessa *Crónica*” (CF, 20), leitura que parecia à mãe “de pouco alimento” (Ib.) e, por isso lha proibia. A gratidão às suas educadoras e professoras, de todos os graus de ensino, marca também as suas crónicas.

O mundo familiar de Clarice e Inês transparece nas respectivas crónicas em torno dos filhos. Clarice, em três crónicas, auto-avalia a sua função materna com a humildade de quem se dispõe a aprender com os filhos, não deixando de reconhecer os próprios defeitos. Aceita a “Lição de Filho” (DM, 138), que a corrige quando confunde emoção com nervosismo. Congratula-se com o seu lar, não por ser metafísica, mas por ser “uma casa de família”, isto é, aquela em que, “além de nela se manter o fogo sagrado do amor bem aceso, mantenham-se as panelas no fogo [...]”. Além de comer conversamos muito sobre o que acontece no Brasil e no mundo, conversamos sobre que roupa é adequada [...]. Nós somos um lar” (Ib., 152). Indigna-se com um filho por lhe cercear a liberdade pessoal, ao ser recriminada por ter uma franja: “eu queria ser feia, isso representava o meu direito total à liberdade” (Ib., 187). Inês, na “Carta à minha filha”, com seis anos, expõe-lhe o seu ponto de vista sobre os direitos das mulheres, desejando que o dia 8 de Março “seja apenas um dia de

homenagem às muitas mulheres que lutaram, até à morte, em alguns casos, pelo reconhecimento dos seus direitos mais elementares” (CF, 343). No meio de “tanto ruído e de tantos discursos ilusoriamente lógicos”, deseja-lhe também que experimente “a vertigem radiosa de uma grande paixão, por causa do esplendor e da sabedoria do impossível”, “a pedra de toque da nossa existência”, o “bónus de lucidez mágica que consiste em determinar o grande amor de o viver até ao fim” (Ib., 346).

O círculo da amizade é, a seguir à família, o mundo em que ambas as cronistas banham a atmosfera da sua afectividade. Clarice não se coíbe de exprimir a sua admiração pela candura de Chico Buarque da Holanda, a sua ligação a San Tiago Dantas, a Lúcio Cardoso, evocado com saudade (cf. DM, 166-167), a Tom Jobim, seu “padrinho no I Festival de Escritores” (Ib., 358), com quem conversa em três crónicas, a Fernanda Montenegro, de quem publica uma carta (cf. Ib., 145-146), a Guimarães Rosa (cf. Ib., 136), a Érico Veríssimo, cuja personalidade elogia, apresentando as prioridades da sua atenção no mundo (Ib., 440-442). Entre os amigos de Inês, muitos do meio jornalístico e literário, como Agustina e José Cardoso Pires, sobressai Jorge Colombo, a quem chama “o meu infinito amigo” (CF, 32). No “Elogio da amizade”, designa-a como “jóia de luz translúcida” (Ib., 31), lamentando a sua “tão má imprensa”, na qual “ela vem sempre tocada por uns fumos de corrupção” (Ib.), declarando que “o ser humano já devia ter atingido a idade branca da erótica dos ideais, de forma a pelo menos ser capaz de reconhecer os amigos, para além de todas as circunstanciais coreografias de interesses” (Ib., 33-34) e denunciando a pequenez do país onde os “os amigos nos parecem sempre suspeitos, sempre conspirativos, sempre dos outros – ou sempre perdidos, nos confins de uma adolescência que já não somos capazes de honrar” (Ib., 34).

Quanto à escola básica e secundária, enquanto Clarice narra, em “Travessuras de uma menina” e “Noveleta”, (cf. DM, 259-269) a sua relação de amor/ódio para com o professor da sua infância, Inês reconhece a dívida de gratidão aos seus mestres:

[...] a Gininha Rodrigues que me ensinou a amar a leitura antes de ler, a Maria dos Reis que me contagiou a paixão pela História, a Laurinda Bom que nos arrastava desse longínquo liceu de Oeiras para o êxtase do Frei Luís de Sousa

segundo Ricardo Pais ou das exposições da Gulbenkian [...], o Rui Pimenta que nos convidava para a filosofia como para uma revolução (CF, 157).

A escrita é a ocupação profissional de Clarice, sendo a colaboração no *Jornal do Brasil* um meio de prover às suas necessidades económicas, embora declare que “escrever livros” não era uma “profissão”, “nem uma carreira” (DM, 149). Escrever, para ela, era apenas ter um coração intuitivo para captar “um mundo ininteligível e impalpável” (Ib.). Todavia, reconhece a venda da sua produção jornalística como “se estivesse vendendo a sua alma”: “Vendo, pois, para vocês com o maior prazer uma certa parte de minha alma – a parte da conversa de sábado” (Ib., 29).

A formação profissional da jornalista Inês Pedrosa é recordada com reconhecida admiração pelos jornais do seu tempo de estagiária, os quais “eram sobretudo texto”: “olhava-se para eles e percebia-se que tínhamos ali muitas horas de leitura” (CF, 172). As grandes reportagens de jornalistas consagrados como Fernando Assis Pacheco, Fernando Dacosta, Francisco Vale, Clara Pinto Correia e Cáceres Monteiro, são relidas pela cronista. A “criatividade intensa das reuniões gerais onde se decidia, semana a semana, o próximo jornal”, com democracia, liberdade e eficiência, é por ela admirada. O *Jornal de Letras*, “esse sonho teimoso do José Carlos de Vasconcelos”, é por ela reconhecido como a escola onde aprendeu “quase tudo” “sobre o jornalismo e sobre a vida”: “porque me mantém o gosto de viver e o sentimento da transitoriedade” (Ib.). Animadas “pela energia lampejante do António Mega Ferreira”, as reuniões semanais desse jornal são tidas como uma espécie de Mestrado, “porque apresentavam um menu de luxo: Augusto Abelaira, Jorge Listopad, Eduardo Prado Coelho e Fernando Assis Pacheco, ao vivo e em directo” (Ib.).

A actividade cultural junto de escolas, bibliotecas e universidades é registada pelas duas cronistas como forma de contacto e intervenção institucionais na comunidade nacional ou internacional. Clarice, com a humildade que é seu timbre, relativiza o convite que recebeu para falar sobre literatura na Universidade do Texas, aceitando-o, porém, como “uma experiência nova” (DM, 118), que lhe dá “proveito e gosto” (Ib.). Inês testemunha o “prazer de animar comunidades de leitores em bibliotecas variadas”, encontrando em Portalegre, Loures, Pinhal Novo, Seixal “pessoas

fascinantes, que fazem da leitura partilhada uma forma de crescimento interior e de educação para a mudança” (CF, 289).

“O mundo animal e vegetal” ocupa uma parte relevante na cronística clariciana, como se viu no subcapítulo referenciado com tal nome, numa interacção harmoniosa com a figuração humana. Inês, na crónica “O problema da flor”, escolhe ironicamente a flor do cravo como símbolo feminino, no Dia da Mulher, em resposta a uma pergunta telefónica de uma colega jornalista, associando a caminhada da luta das mulheres à revolução de Abril e estabelecendo as regras básicas dessa caminhada (Cf. CF, 347-350):

É a igualdade do nosso estatuto no mundo que precisa de ser, mais do que protegida, acelerada. Para que neste país onde os homens, tradicionalmente, são tratados como “flores de estufa” [...] e onde se diz que “numa mulher não se bate nem com uma flor” deixe de haver tantas mulheres a levar com a floreira inteira na cabeça. Ou a atirá-la à cabeça da próxima (Ib, 350)

Em relação aos animais, a crónica “Cuidado com as galinhas” previne metaforicamente para a estratégia táctica daquelas “mulheres piu-piu” que se disfarçam de “frágeis e carentes para melhor singrarem no mundo do poder masculino” (Ib., 63), não deixando de ridicularizar os “homens-pintainhos”, aqueles que “baixam os olhos e se vestem de timidez para comover as mulheres” (Ib., 64). A crónica “O cavalo imaginário” aproveita o conto de Moacyr Scliar para criticar a “queda de valores”: a ciência “transformou muitos cavalos imaginários em reais, e inventou toda a espécie de hipismos radicais” (Ib., 220). A impunidade da violência contra as mulheres é denunciada na crónica “O factor pitbull”, a partir da ameaça que tais cães costumam constituir: “ressalva-se sempre que, se o cão mordeu, foi porque os mordidos, por qualquer razão, se puseram a jeito, sem reflectirem na hipótese de que alguma perversão cultural ou educativa tivesse sido imposta ao cão, coitadito” (Ib., p. 450).

Tendo como suporte fundamental os círculos da família, da escola e da actividade profissional, as duas cronistas envolvem a esfera dos respectivos países na análise social, cultural e política, não deixando de privilegiar o mundo feminino em tal análise. É praticamente uma abrangente e detalhada reportagem dessas sociedades que é contemplada em tal trabalho, com os seus pontos de vista positivos e negativos. A intervenção social e política de Clarice contra a fome no seu país, designadamente entre as crianças, contra a alienação, o charlatanismo, a mentira, a desistência, em defesa do acesso ao ensino superior, em defesa das mulheres sujeitas à escravidão da prostituição, em defesa dos Índios ainda escravizados e mortos em genocídio, a luta contra a repressão cultural pela ditadura política, a denúncia dos interesses da guerra, como a do Vietname, a crítica ao colonialismo português, a proposta da verdade sem demagogia, manifesta claramente o quadro negativo de uma sociedade voltada contra si própria. O mesmo se poderá dizer da permanente e acutilante denúncia social e intervenção na causa pública nas crónicas inesianas: contra a discriminação de género, contra a violência sobre mulheres e crianças, contra o terrorismo e a ferocidade dos nacionalismos, contra o holocausto nazi, a favor dos deficientes, na defesa da enfermeira da Maia, presa por ilegal intervenção pró-abortiva. A falta de investimento público na ciência, o clientelismo, a mediocridade, as graves carências hospitalares são outros exemplos de um país diminuído e atado nas perspectivas de desenvolvimento:

Temas como o aborto, a discriminação, os abusos sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça atravessam os meus dias com uma constância recorrente. Porquê? Porque me parecem ser estas as pedras de toque da política actual (*Ib.*, 14).

No entanto, a óptica das cronistas não se limita à envolvente nacional, ampliando a outros países e regiões do mundo a esfera do respectivo olhar. Londres, Paris, Berna, Nápoles, Bolama, em África, são algumas cidades focalizadas por Clarice. Também Inês se expande em considerações sobre Paris, Berlim, Roma, Budapeste, São Paulo, Nova Iorque. Esse mundo estrangeiro constitui uma atracção para ambas, numa

relação de viagem exterior, enquanto paisagem física e humana, e viagem interior, motivo de questionação e contemplação. Assim, Londres é evocada por Clarice na sua complexa identidade de feio e de belo: “É uma feiura tão peculiar, tão bela – e isso não são meras palavras” (*Ib.*, *DM*, 388). Inês também se surpreende e se deixa fascinar pela gigantesca São Paulo, repartida entre “a marca arquitectural intensa e intensamente desarrumada [...], o animado bate-papo da entre acaso e planificação, beleza a esquadro e safadeza descarada” (*CF*, 267).

A amplidão desse mundo extravasa, no caso de Clarice, a própria dimensão terrestre, como o eco nela captado pela excitante e inédita viagem de Gagarin, infundindo a reflexão sobre o significado simbólico da cor azul da Terra visto do espaço e obrigando-a a reequacionar o mapa do mundo: “quando eu disser ‘o meu mundo’, me lembrarei com um susto de alegria que também meu mapa precisa ser refundido, e que ninguém me garante que, visto de fora, o meu mundo não seja azul” (*DM*, 25). A vastidão do espaço cósmico, estudada nos planetários, provoca a admiração das constelações e a necessidade de o ser humano se reencontrar no essencial: “Olhando para o céu fiquei tonta de mim mesma. [...] Como é que foram inventar o planetário? [...] Juro que nós devíamos ser mais unidos: porque o Universo é tão grande que ultrapassa qualquer linha de horizonte. Se nós não nos amarmos estamos perdidos. É melhor nós nos encontrarmos em Deus” (*Ib.*, 367). No caso de Inês, a atenção concentra-se na atenção a esse mundo exterior, social e político, no qual os homens convivem e se relacionam, mas a descoberta de um mundo científico também acaba por atrair, ainda que marginalmente, a sua consideração, como no caso da série holandesa de televisão, em que é entrevistado um cientista: “A alegria microscópica de descobrir uma partícula inédita do universo ou, apenas, o movimento da luz nas lágrimas” (*CF*, 26).

A contemplação dos mistérios da Natureza (“mil plantas e árvores”, no Jardim Botânico, as “mudanças de estação”, uma “fileira de formigas”, o voo e a actividade das abelhas) permite a Clarice dar o salto do mundo terrestre e humano para o mundo celeste, na identificação entre cosmo e Deus: “O cosmo me dá muito trabalho, sobretudo porque vejo que Deus é o cosmo” (*DM*, 276). De qualquer modo, Inês identifica-se com Clarice na amplidão do mundo que a sua escrita envolve, em termos

de descoberta, problematização e aprendizagem. Clarice acolhe o mistério da energia humana, para “a verdade do mundo”: “Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável” (*Ib.*, 91-92). Inês transforma o seu pequeno mundo em descoberta de algo mais profundo e amplo, através do pensamento: “Quando comecei a escrever estas crónicas pensei que iniciava uma viagem para longe do meu pequeno mundo” (*CF*, 13). Essa descoberta é uma experiência de revisitação continuada através do tempo: “O ritmo semanal das crónicas faz sobressair estas obsessões inconscientes, embora eu só o tenha descoberto ao visitar os textos no seu conjunto, para escolher 110 deles para este livro” (*Ib.*). Trata-se, pois, de algo “muito mais do que uma perspectiva individual sobre o mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação” (*Ib.*, 13-14).

2. Dois olhares em convergência

Dois mundos diferentes no tempo e no espaço, todavia próximos e convergentes são os de Clarice Lispector e Inês Pedrosa. Mas, se os mundos objectivados e comentados são distintos, muito mais específico e subjectivo é o olhar de cada cronista, pois é na subjectividade do olhar que reside a originalidade do texto e a sua literariedade. Trata-se, no entanto, de uma dupla focalização, como perspectiva Starobinski, através da expressão metafórica *olhar crítico*: a “vertigem da distância e da proximidade”¹¹². Ou seja, a conjugação da distância objectiva e da proximidade subjectiva, algo que é inerente a todo o texto literário, que, na crónica,

¹¹² “Ainsi, malgré notre désir de nous abîmer dans la profondeur vivante de l’œuvre, nous sommes contraints de nous distancer d’elle pour pouvoir en parler [...]. Il ne faut ni le vertige de la distance, ni celui de la proximité : il faut désirer ce double excès où le regard est chaque fois près de perdre tout pouvoir» (STAROBINSKI, Jean, *L’Œuil Vivant (Essai)*, Paris, Gallimard, 1961, pp. 26.279).

atinge uma agudização maior, provocada pela emergência desafiante do real. É também esta conjugação que constitui a riqueza do texto literário da qual a crónica também deseja e visa, quase sempre, participar.

A noção de crónica não é perspectivada de modo unívoco por ambas as cronistas.

Depois de distinguir o destinatário da crónica do da escrita ficcional a partir do público elitista e do popular (cf. *DM*, 113), Clarice recusa, como objectivo cronístico a satisfação do gosto lúdico, em oposição ao sério, embora se contente com a satisfação do leitor de jornal, em contraste com a comunicação profunda com o leitor dos seus livros (cf. *Ib.*). Deste modo, interroga-se sobre o conceito de crónica: “Crônica é um relato? É uma conversa?” (*Ib.*).

Inês não questiona os objectivos da crónica, nem se angustia com esse conflito autoral entre agradar ao leitor e trair o compromisso sério com a profundidade comunicativa. Mas entende que este subgénero literário é uma arma poderosa, até pela maior difusão da mensagem junto de um leitor múltiplo e diferenciado. A imagem do *Voo da Gaivota*, colhida no brasileiro Walter Galvani, expressando a arte de “fiscar o peixe”, sem “deixá-lo cair”, permite-lhe definir o objectivo social da crónica: enfrentar o abuso do poder, a “coreografia do caos” (*CF*, 16).

No entanto, esta função social da crónica e do cronista é claramente identificada por Clarice, ao exprimir a sua verdadeira vocação como lutadora dos direitos humanos, vocação que, aliás, harmonizou com a de escritora:

E lembro-me de como eu vibrava e de como eu me prometia que um dia esta seria a minha tarefa: a de defender os direitos dos outros. [...] Terminei sendo uma pessoa que procura o que profundamente se sente e usa a palavra que o exprima (*DM.*, 150).

Ser porta-voz dos que não têm voz é o anseio da cronista: “já vi muita coisa no mundo. Uma delas, e não das menos dolorosas, é ter visto bocas se abrirem para dizer

ou apenas balbuciar, e simplesmente não conseguirem. Então eu queria às vezes dizer o que elas não puderam falar” (*lb.*, 112).

Também Inês visa este ideal ético e social da crónica, a favor dos fracos e desprotegidos: “os textos sussurram entre si como pessoas frágeis, provisórias, às vezes terríveis na teimosa inconsciência da sua força e precariedade sobre o mundo” (*CF*, 17).

A auto-revelação, através da crónica, é uma marca tanto deste subgénero como das cronistas em questão, facto que de certo modo é inerente à literatura, designadamente a confessional e a memorialística. Clarice reconhece-o como algo de inevitável que conflituava com a sua intimidade que desejaria resguardar: “Nesta coluna estou de algum modo me dando a conhecer. Perco a minha intimidade secreta? Mas que fazer? É que escrevo ao correr da máquina e, quando vejo, revelei certa parte minha” (*DM*, 137). A imagem *Escrever na Água*, de Augusto Abelaira, indicia esta transparência da crónica, como Inês importa e assume: “Dá-nos a medida da limpidez inesquecível sobre o aparente irrisório. Dá-nos a vida como água que escorre pela nossa perecível mão. Dá-nos a mão que embala o tempo na sua justa medida de breve recreio, pensamento interrompido” (*CF*, 239). Também Clarice reivindicou a transparência da sua escrita, ainda que a propósito de *A Cidade Sitiada* e do olhar de um crítico: “Continuo a considerar minhas palavras como sendo nuas” (*DM*, 273).

A consciência da “perecível mão”, na designação inesiana, ou da autêntica humildade, foi sentida por Clarice: “Não sei mais escrever, porem o fato literário tornou-se aos poucos tão desimportante para mim que não saber escrever talvez seja exatamente o que me salvará da literatura” (*DM.*, 112). Por isso se angustiava com as dificuldades sentidas como cronista neófita, como a fidelidade à ortodoxia do género canónico: “Ainda continuo um pouco sem jeito na minha nova função daquilo que não se pode chamar propriamente de crônica” (*lb.*, 29).

A penetração na verdade do mundo, para as duas cronistas tem algo de comum, embora expresso de modos diferenciados. Assim, para Clarice, é, sobretudo a intuição e a comunicação empática com o outro e a realidade exterior que, em “estado

de graça”, como numa “anunciação”, permite, mais do que o pensamento, a lógica ou o raciocínio, descobrir esse algo que pode conflitar conosco, mas nos completa:

No estado de graça vê-se às vezes a profunda beleza, antes inatingível, de outra pessoa. [...] Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável [...]. Os humanos têm obstáculos que não dificultam a vida dos animais, como raciocínio, lógica, compreensão. Enquanto que os animais têm a esplendidez daquilo que é direto e se dirige direto (*Ib.*, 91-92).

Para Inês, a reflexão contínua sobre a realidade, a partir da observação (o “apontar as antenas do interior para o exterior”) permite, através do “fluxo, tantas vezes nebuloso” do pensamento, “transformar em palavras claras” esse fluxo. Mas também é um processo de descoberta íntima:

Descobri que aquilo a que chamamos pensamento é uma amálgama de nervos e iluminações, de mágoas empoeiradas, memórias perdidas entre uma infância e outra, apontamentos de vidas e obras que guardámos para estudar mais tarde (*Ib.*).

É essa complexa teia de pensamento, emoções, sensações, sentimentos e memórias e “obsessões inconscientes”, que se entrelaça na elaboração do texto: “as crónicas [...] mostram muito mais do que uma perspectiva individual do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação” (*Ib.*, 13-14).

Ambas as cronistas participam também de uma visão redentora e transformadora do mundo, através da dor da aprendizagem. Clarice exprime tal visão através da imagem edénica do *Génese*:

É preciso não esquecer que o estado de graça é apenas uma pequena abertura para uma terra que é uma espécie de calmo paraíso, mas não é a entrada nele,

nem dá o direito de se comer dos frutos dos seus pomares. [...] Experimentou-se alguma coisa que parece redimir a condição humana, embora ao mesmo tempo fiquem acentuados os estreitos limites dessa condição. E exatamente porque depois da graça a condição humana se revela na sua pobreza implorante, aprende-se a amar mais, a perdoar mais, a esperar mais. Passa-se a ter uma espécie de confiança no sofrimento e em seus caminhos tantas vezes intoleráveis (*DM*, 93).

Inês fala em “contrato de entendimento com o mundo”, inerente ao seu compromisso de cronista semanal, e do “optimista furioso” que existe dentro de si, como de todos os outros cronistas:

Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida; se não acreditasse, não teria a perseverança de escrever todas as semanas, esteja onde estiver, feliz ou infeliz, varrida pela febre ou numa ebulição de festa. Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (*CF.*, 14).

O sentido da gratuidade da arte marca também a atitude fundamental de ambas as cronistas, gratuidade que ultrapassa o lado utilitarista da vida. Clarice, partindo do filósofo Henri Bergson, fala do artista completo, ainda que utópico, que, ultrapassando esse utilitarismo, abarcaria a “verdadeira realidade”, distinguindo entre “liberdade” e “libertação”, entre “maravilhosa gratuidade” e “utilidade maravilhosa”:

Mas aquele que estivesse completamente livre de soluções convencionais e utilitárias veria o mundo, ou melhor, teria o mundo de um modo como jamais artista nenhum o teve. Quer dizer, totalmente e na sua verdadeira realidade. [...] O primeiro problema surge: seria ela [a criança] artista pelo simples fato dessa educação? É de crer que não, arte não é pureza, é purificação, arte não é liberdade, é libertação. Essa criança seria artista do momento em que se descobrisse que há um símbolo utilitário na coisa pura que nos é dada [...]: ela unificaria as coisas do mundo não pelo seu lado de maravilhosa gratuidade mas pelo seu lado de utilidade maravilhosa. Ela se libertaria (*DM.*, 228. 229).

Inês proclama o exemplo de integridade de Augusto Abelaira, “grau superior da escala estética”, em contraste com o utilitarismo dos valores materiais:

Com Augusto Abelaira aprendi que é sobretudo aquilo que não serve para nada que nos serve: valores, ideais, afectos, memórias e sonhos – com os seus livros, com as suas crónicas, mas sobretudo vendo-o viver. Abelaira representava esse grau superior da escala estética que é um ser humano íntegro. Inquieto, curioso, indeluzível. Clinicamente imune às importâncias e cargos deste mundo (e juraria que do outro também, aliás) - *CF*, 240.

A descoberta da íntima conexão das coisas reais, através da escrita, é mais um ponto de concordância entre as duas cronistas. Clarice abarca nesse processo o entendimento do eu profundo e do mundo:

Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras. É neste sentido, pois, que escrever me é uma necessidade. De um lado, porque escrever é um modo de não mentir o sentimento (a transfiguração involuntária da imaginação é apenas um modo de chegar); de outro lado, escrevo pela incapacidade de entender, sem ser através do processo de escrever (*DM*, 236).

Inês toma consciência da importância da função cronística para a “consciência” da “mobilização da palavra”, testemunhando a influência dos livros citados na antologia, não esquecendo também a consciência autoral da literatura ficcional:

Há séculos que nos animamos com a velha cantiga sobre o poder transformador da palavra; confesso que, até começar a escrever estas crónicas, essa música, com mais ou menos *jazz* ou *swing*, não me animava. Sei que há livros que nos viram do avesso, alterando-nos o curso da existência e a temperatura do sangue. Os livros de que ao longo destas crónicas fui falando –

repetidamente, em alguns casos – tiveram esse efeito sobre mim. Para além dos livros que tenho escrito, evidentemente, mas, enquanto apenas escrevia romances, não me apercebia da extensão e profundidade da ligação entre todas as coisas. Devo à crónica a consciência que hoje tenho da capacidade de mobilização efectiva da palavra (CF, 15).

Hermetismo ou clareza verbal é uma dicotomia que preocupa ambas as cronistas. Clarice responde duas vezes, nas suas crónicas, à acusação de hermetismo. Na primeira, “Hermética”, como se ri da acusação, ao receber o “troféu da criança 67”, com o seu livro infantil *O Mistério do Coelho Pensante*, como se fosse pertinente escrever para adultos com “as palavras e os sentimentos adequados a uma criança” (D.M., 79): “Mas, oh Deus, como tudo isso tem pouca importância” (Ib.). Na segunda, “Aventura”, aceita o risco de, com o seu “ar involuntariamente hermético”, deixar o tempo esclarecer o que eventualmente tenha algum “mistério natural”, como, “num copo d’ água, uma vez depositado no fundo o que quer que seja, a água fica clara” (Ib., 236). Justifica esse risco não “por liberdade arbitrária ou inconsciência ou arrogância” (Ib.), mas apenas por “senso de aventura”: “Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (Ib.). Assim, o tal “ar hermético” não põe em causa o principal, para Clarice, que é a profunda coerência entre palavra e pensamento: “não só o principal é não mentir o sentimento como porque tenho incapacidade de transpô-lo de um modo claro sem que o minta – mentir o pensamento seria tirar a única alegria de escrever” (Ib.). Inês também aceita o senso da aventura, do “arrojo, gosto pelo risco, inconsciência ou ousadia [...]”: um cronista é, antes de mais, alguém que tem a lata – coisa visceral, barulhenta, infantil, brincalhona – de se atirar para os braços do seu próprio tempo e exhibir o seu encontro erótico com ele” (Ib., CF, 15). Tem consciência da ilusão da transparência, embora procure essa clareza com o maior empenho, até porque “uma crónica sem leitores é uma página em branco” (Ib., 17):

Tento, através desta modalidade de escrita [...] pensar livremente sobre os sinais da minha época, o que muda, o que se repete, o que resiste. Procuo fazê-lo com a maior transparência, embora sem perder a noção de que toda a transparência é ilusória, e toda a liberdade intelectual uma fatia fina,

imperfeita, muitas vezes cozida com os ingredientes trocados, do complexo bolo do sentido (*lb.*, 15).

O eco das crônicas junto dos leitores, num processo de *feed-back*, não pode ser ignorado por nenhuma das cronistas. Clarice regozija-se com a correspondência que recebe dos seus leitores, apesar de algumas críticas que lhe são formuladas: Não tenho pretensões. Mas recebo cartas de leitores e eles gostam. E eu gosto de recebê-las (*DM*, 378). Inês agradece as “muitas cartas e emails que, com fúria ou com carinho”, lhe “foram manifestando a sua atenção” (*CF*, 17).

A consciência das consequências reactivas das crônicas junto dos leitores, em resultado da denúncia dos males sociais, é assumida por ambas as cronistas. Clarice reconhece-se áspera, mas ressalva a sua boa-fé, não ferindo propositadamente ninguém:

Estou ferindo muita gente. Só uma coisa a favor de mim eu posso dizer: nunca feri de propósito. E também me dói quando percebo que feri. Mas tantos defeitos tenho. Sou inquieta, ciumenta, áspera, desesperançosa. Embora amor dentro de mim eu tenha. Só que não sei usar amor: às vezes parecem farpas (*DM*, 75).

Inês fala expressamente em inimigos, a quem agradece sem ironia, já que “os inimigos são os interlocutores fundamentais da nossa aprendizagem” (*CF*, 17), desconfiando “muito daqueles que não os têm” (*lb.*). Esta consciência da aprendizagem é um lugar recorrente da cronística de Clarice, como a associação entre a escrita e a aprendizagem da vida:

A palavra é o meu domínio sobre o mundo. Eu tive desde a infância várias vocações que me chamavam ardentemente. Uma das vocações era escrever. E não sei por quê, foi esta que eu segui. Talvez que para as outras vocações eu precisaria de um longo aprendizado, enquanto que para escrever o aprendizado é a própria vida, se vivendo em nós e ao redor de nós (*DM*, 101).

Ou, ainda, esta associação do “processo de viver e a aprendizagem:

O processo de viver é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era ‘nada’ – era o próprio assustador contato com a tessitura do viver (*lb.*, 445-446).

São também os amigos que colaboram neste processo de autocorreção. Clarice refere-se à apreciação da sua cólera por uma amiga: “nem sempre meus impulsos são de boa origem. Vêm, por exemplo, da cólera. Essa cólera às vezes deveria ser desprezada; outras, como me disse uma amiga a meu respeito, são *cólera sagrada*” (*lb.*, 181). Inês agradece aos amigos cujos, nomes cita, “o precioso e contínuo apoio”, “sempre críticos”, acrescentando: “Se estas crônicas não são melhores, a culpa não é deles – mas é deles a virtude de não serem muito piores” (*CF*, 17).

De qualquer modo, a dignidade de não se vergar a “modas” culturais preserva a intenção das duas cronistas. Clarice exprime a escrita como um “exercício espiritual profundo”: “escrever qualquer coisa que seja tranquila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança” (*DM*, 275). Inês, com o contributo de Augusto Abelaira e de Eduardo Lourenço, substitui a “moda” pelo “mito”:

Não é uma atitude contemporânea, pois não – alguma vez o terá sido? É uma atitude em falta – e por isso o Mito (“vida que não passa na vida que passa”, na fulgurante definição de Eduardo Lourenço) se substitui pela Moda. Neste início de século, a atitude parece ter vendido a alma aos trapos. Abelaira sabia que a atitude era aquilo que distinguia os animais livres dos animais com trela (*CF*, 240).

O mundo feminino, nas duas cronistas, não é unívoco, já que, além da preferência quantitativa, o olhar de Inês Pedrosa privilegia de modo evidente e militante esse mundo, à luz de uma maturação da luta e conquista de direitos das mulheres em 35 anos (1967-2002), tantos quantos os que medeiam o início das crônicas de ambas.

Clarice, além da focalização de muitas figuras femininas, entre cronistas, amigas, desconhecidas e empregadas, também se auto-analisa como mulher, contrapondo a força “selvagem” da liberdade, tão própria do feminismo, com a da suavidade, da “doçura”, forças antagônicas que ela simboliza a partir do “cavalo” que a habita:

Existe um ser que mora dentro de mim como se fosse casa sua, e é. Trata-se de um cavalo preto e lustroso que apesar de selvagem – pois nunca morou em ninguém nem jamais lhe puseram rédeas nem sela – apesar de inteiramente selvagem tem por isso mesmo uma doçura primeira de quem não tem medo: come às vezes na minha mão. [...] Aviso também que não se deve temer o seu relinchar: a gente se engana e pensa que é a gente mesmo que está relinchando de prazer e de cólera (*DM*, 121).

Esta autocaracterização ambígua de Clarice faz-nos lembrar a desmontagem que Inês faz de vários clichés da considerada diferença entre masculino e feminino:

Não consigo acreditar que as mulheres e homens sejam os continentes fechados e adversos que a sociedade, todas as sociedades até hoje, decidiram fazer deles. Espanta-me a perpetuação dos clichés, mesmo entre os seres humanos mais cosmopolitas: ideias como as de que os rapazes são “naturalmente” mais votados para a acção e de mais lenta “maturação” ou de que as raparigas são “naturalmente” mais compassivas e contemplativas circulam no dia-a-dia das conversas como verdades incontestáveis (*CF*, 35).

Declarando que “a suspensão é muitas vezes mais vigorosa e criativa do que qualquer acção”, Inês faz conviver, em mútuo equilíbrio, a contemplação e a acção: “há um momento opaco em que todos os desejos se somem num céu aflito, e nós flutuamos sobre o tempo, na via dolorosa da nossa confusa liberdade” (*Ib*, 37).

A dignidade da mulher é claramente assumida por Clarice, a propósito da oferta de suéter por uma moça desconhecida, moradora em São Paulo, sua leitora, “uma carícia de grande amizade” (*DM*, 122). A sua justa medida fá-la admitir “como gloriosa a condição feminina”, sentindo-se motivada a “enfrentar o frio não só o real como os

outros” e a perfumar-se com perfume secreto, ingrediente feminino que lhe permite sentir-se “uma mulher a mais” (*Ib.*, 123). Inês critica a falta de condecorações a mulheres (12, 6%), em comparação com os homens (87,4%) de modo irónico, citando o comentário de Ana Vicente” (*Os Poderes das Mulheres, os Poderosos dos Homens*, ed. Gótica): “Não há dúvida que temos que nos esforçar mais para chegarmos aos níveis esplendorosos dos modelos masculinos com quem temos a honra de partilhar a humanidade” (*CF*, 80).

Ambas as cronistas falam da divisão entre as mulheres, mas de modo algo diverso. Clarice intitula “Estritamente feminino” (*DM*, 105) as intrigas e calúnias de que foi vítima *n’O Globo*, em “As escritoras se reúnem hoje no Rio em festival”, ao ser comentada a sua ausência nesse Festival, quando a tinha justificado telefonicamente. Inês também reconhece tal procedimento, interrogando em título cronístico: “Porque é que as mulheres são más umas para as outras?” (*CF*, 95). E aponta a solução:

Para que essa Outra Maneira vicejasse, seria necessário que todas as mulheres que trabalham se sintonizassem em simultâneo para uma revolução de valores. Como? Substituindo as intrigas de corredor por entusiasmo e empenhamento (*Ib.*, 95-96).

Mas também põe em causa o “mito da Maneira Feminina de Fazer o Mundo”, conveniente à supremacia masculina: “A tese que faz do feminino uma espécie de nuvem de anjos prontos a sacudir a Concorrência e a Agressividade para longe deste mundo, é a última ficção masculina do século XXI” (*Ib.*, 95). Censurando as “teóricas do feminismo”, “de resto com a melhor das intenções” (*Ib.*, 96), pela manutenção deste mito, a cronista também reconhece a cumplicidade (“na sombra”) das mulheres “na construção deste mundo viril” (*Ib.*, 97):

Foi na sombra de há muitos séculos que as mulheres se habituaram a ser más umas para as outras. [...] No século XXI, talvez as mulheres aprendam a deixar de se vetar continuamente umas às outras. E então poderemos falar de diferença feminina (*Ib.*).

A desmontagem dos estereótipos da beleza fugaz e da segregação feminina é outro ponto comum a ambas as cronistas. Clarice regozija-se pelo facto de ter sido gorado um convite para escrever uma secção cronística de comentários a acontecimentos, dirigida a mulheres, justificando tal regozijo com uma visão estritamente feminina do mundo:

Digo felizmente porque desconfio de que a coluna ia era descambar para assuntos estritamente femininos, na extensão em que *feminino* é geralmente tomado pelos homens e mesmo pelas próprias humildes mulheres: como se mulher fizesse parte de uma comunidade fechada, à parte, e de certo modo segregada” – *DM*, 108).

A propósito da notícia da morte de “uma idosa de 60 anos” num incêndio florestal, Inês, cita um artigo do romancista Sousa Costa, no qual propõe ironicamente a suspensão da decadência física de uma ex-beldade e de todas as mulheres formosas, em regime de excepção:

Por isso, as mulheres formosas, como seres de alta nobreza na imensa parada democrática das maiorias da beleza média e da triste fealdade, deviam viver à sombra do privilégio, em regime de excepção. Era legítimo que alguém, Senhor ou Ditador, com alçada sobre as leis naturais, as ausentasse dos caprichos e tropelias do tempo – tal qual se procede nos museus com peças de raro quilate. E assim, decretasse que para elas os vinte, os trinta, os quarenta [...] seriam sempre gloriosos vinte – na graça, no meneio, na pureza da linha, na frescura da epiderme e do riso. Mas, para que nem o tempo pudesse erguer pendão de rebeldia pelo ultraje aos seus direitos, [...] as mulheres formosas acabariam todas, invariavelmente, em plena beleza – aos cinquenta anos (*CF*, 258).

O mundo profundo da prostituição é perspectivado de modos também diferenciados por ambas as cronistas. Clarice ocupa-se dele como uma tarefa social, tendo em conta que constitui um problema de ordem social. Interrogando esse mundo desde a adolescência, denuncia a alienação do amor no comportamento masculino, a fuga ao afecto: “A fuga ao amor é um fato. Paga-se para fugir. Até homem casado gosta, às vezes, de sustentar a casa para transformar a esposa em objeto pago (*DM*, 97). A falha da entrevista com a proxeneta leva a cronista a entender as linhas profundas desse submundo, interrogando-se: “Que afinal esperava eu? A pergunta da adolescente morrera? O mundo é sem graça? [...] E aqui fica a entrevista que falhou. Nós todos falhamos quase sempre (*ib.*, 98). Inês, talvez mais realista, põe em causa a cruzada das mulheres de Bragança contra as mulheres de alterne, desiludindo “essas esposas martirizáveis e filhas obedientes” e chicoteando o machismo lusitano: “Os maridos não se roubam, perdem-se” (*CF*, 213). Tal como as cruzadas medievais e o fervor da Inquisição, esse “combustível ecológico que são as carcaças dos infiéis” é ironicamente ultrapassado, bem como o Médio Oriente, na sua discriminação de género:

No caso vertente, apenas contaremos com a carroçaria das infiéis, já que os adúlteros propriamente ditos são considerados pela generosidade das suas legítimas como inimputáveis. Deixem estas palavras Mães descer de Bragança e contagiar-nos com a sua fúria purificadora, e verão como o Médio Oriente passa de moda num instante (*ib.*, 211-212).

A violência contra as mulheres preocupa mais Inês do que Clarice. Em ambas, porém, prevalece o sentido da justiça em face dos oprimidos e a denúncia dessas situações de violência. Clarice desmonta uma atitude aparentemente cristã de uma ex-prisioneira de guerra, numa entrevista ao programa “Hora das mulheres”, na BBC, de Londres:

Há uma hora em que se deve esquecer a própria compreensão humana e tomar um partido, mesmo errado, pela vítima, e um partido, mesmo errado, contra o inimigo. E tornar-se primário a ponto de dividir as pessoas em boas e

más. A hora da sobrevivência é aquela em que a crueldade de quem é a vítima é permitida, a crueldade e a revolta. E não compreender os outros é que é certo (*DM.*, 138).

Inês não se poupa a denunciar situações em que as mulheres são vítimas: a violência doméstica, a mutilação feminina, o véu islâmico. A violação, a excisão, a segregação islâmica das mulheres, o genocídio no Sudão, a crueldade feroz da lei islâmica são as faces das “hidras tenebrosas” além-fronteiras:

Neste preciso minuto em que escrevo há milhares de mulheres, muitas delas ainda crianças, que estão a ser violadas, seviciadas, mutiladas. [...] Mas como esse saber nos incomoda, puxamos dos alfarrábios e pomos-nos a relativizar na confortável sombra das páginas (*CF.*, 399).

A preferência evangélica pelos pobres e almas simples encontra eco no coração de ambas as cronistas. Clarice dedica seis crônicas a seis empregadas domésticas, encontrando numa um “misto de lucidez e instinto que a torna um ser completo” (*DM*, 45), interpretando a loucura de outra como “doçura de Deus” (*Ib.*, 55), caracterizando outra como uma pessoa misteriosa, com a profundidade bebida na floresta, apesar da sua ignorância elementar (cf. *Ib.*, 72), descobrindo noutra a liberdade, ela, mulher de todos, injuriada pelos patrões, “realmente cansados de distribuir por famílias os seus filhos” (*Ib.*, 117): “Mas ela não era escrava: vivia independente deles e dava à luz os seus próprios filhos, distribuídos depois como gatos, amarelados como a mãe” (*Ib.*, 118). A cronista testemunha como a peça *As Criadas*, de Jean Genet, transformou a sua maneira de encarar as empregadas, sentindo-se “culpada e exploradora”: “Fiquei toda alterada. Vi como as empregadas se sentem por dentro, vi como a devoção que às vezes recebemos delas é cheia de um ódio mortal” (*Ib.*, 50).

Inês elogia a alma simples de Conceição Camacho, essa madeirense que não sabia escrever, mas era “uma heroína do quotidiano” (*CF*, 366):

No seu tempo de menina, a escola era um luxo a que não podiam dar-se as famílias pobres. Tudo estava programado para que os pobres continuassem pobres, de forma a servir cada vez mais ricos. Mas quando Conceição falava dessa infância de trabalho duro era para contar brincadeira de raparigas pelos fraguados da ilha, namoricos e chistes. Não era uma questão de orgulho; era sobretudo uma questão de atitude perante a vida” (*Ib.*, 363-364).

Sobre a delineação das personagens femininas na sua obra, Clarice, em entrevista, protesta em parte quanto ao seu protagonismo: “Tenho um personagem masculino que ocupa o livro inteiro, e que não podia ser mais homem do que era” (*DM*,59). E entende o escritor não como homem ou mulher, mas como um ser andrógino: “por mais feminina que fosse a mulher, esta não era uma escritora, e sim um escritor. Escritor não tem sexo, ou melhor, tem os dois, em dosagem bem diversa, é claro” (*Ib.*). Inês põe em causa a carta do cardeal Ratzinger aos bispos sobre “a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo” (*CF.*, 403), designadamente quanto ao chamado “feminismo radical”:

Eu confesso que não sei o que isso seja, porque o feminismo surgiu para harmonizar um mundo esfacelado pela supremacia radical de um dos sexos. Mas pensava que, a ser alguma coisa, “radical” seria o feminismo que defende como propriedade privada das mulheres os bons sentimentos, as belas lágrimas e as profundas intuições. Radical, porque separa e hierarquiza os sexos, deixando todos os valores positivos da Humanidade para as mulheres, e toda a negação da bondade, da beleza e da paz para os homens (*Ib.*)

Deste modo, existe um contraste nítido entre a afirmação da complementaridade masculino/feminino em Clarice, e a necessidade que sente Inês de pugnar pelos direitos dos homossexuais. Veja-se a alegoria clariciana da mulher e do mar, na crónica “As águas do mar”:

Aí está ele o mar, o mais ininteligível das existências não humanas. E aqui está a mulher, de pé na praia, o mais ininteligível dos seres vivos. [...] Ela e o mar. [...] E era isso que lhe estava faltando: o mar por dentro como o líquido

espesso de um homem. [...] Mergulha de novo, de novo bebe, mais água, agora sem sofreguidão pois não precisa mais. Ela é a amante que sabe que terá tudo de novo (*Ib.*, 470-471).

Ainda em comentário à carta do cardeal Ratzinger, Inês alude aos casos bíblicos da homossexualidade para invectivar o que considera o temor daquele prelado em relação a “um modelo novo de sexualidade polimorfa” (*CF*, 405), derivado da igualdade entre hétero e homossexuais.

Se em Clarice “A Virgem em todas as mulheres”, figura o arquétipo feminino universal, sabendo cada mulher, na gravidez, que dará à luz um ser que seguirá forçosamente o caminho de Cristo, caindo na sua vida muitas vezes sob o peso da cruz” (*Ib.*), em Inês, com Agustina, “através dos Evangelhos Apócrifos”, emerge “uma outra Virgem Maria, bem mais estimulante do que aquela a que estamos habituados” (*CF*, 73). Em complementaridade, em Clarice, no diálogo masculino/feminino, surge Cristo e São José. “Cristo seria alegre se não precisasse mostrar ao mundo a dor do mundo: como homem era um ser perfeito e por isso teria alegrias perfeitas” (*Ib.*). S. José é o “símbolo da humildade” e da “bondade”: “Ele sabia que não era o pai da Criança e cuidava da virgem grávida como se ele a tivesse germinado [...]. É o autoapagamento no grande momento histórico. Ele é o que vela pela humanidade” (*Ib.*, 158. 159).

A educação sexual é outro ponto de incidência entre ambas as cronistas. Na crónica “A perseguida feliz”, Clarice advoga de modo indirecto a necessidade dessa educação ante a ignorância de três meninas adolescentes:

Ao sentar-se em frente à prancheta, descobriu-a logo ao primeiro olhar, coberta dos mais miúdos hieróglifos: desenhos e palavras, tudo em tipo apertado e nítido, tudo com ar organizado. Antes mesmo de entender, soubera com um choque: eram insultos de amor. Antes mesmo de entender os desenhos e as minúcias simbólicas, já empalidecera. Empalidecera de curiosidade, de surpresa? Quanto aos escritos, ela quase não compreendia, tanto a terminologia era técnica e especializada, quase técnica de outro país, compilação laboriosa de um espírito analítico (*Ib.*, 130).

Inês, a propósito da SIDA, critica a ausência de educação sexual nas escolas: “o governo acabou com um protocolo com a Associação para o Planeamento Familiar, alegadamente para o alargar a outras entidades – como associações religiosas”, a pretexto da escolha dos pais sobre a “informação sexual que querem dar aos filhos” (CF, 333). Avogando a autonomia dos direitos dos filhos, propõe a criação de “um gabinete de informação sexual em cada escola, onde os especialistas respondessem individualmente às dúvidas dos jovens” (*lb.*), em vez de aulas: “alguém acredita que se fale a sério de algo tão íntimo como a sexualidade, no meio de uma turma?” (*lb.*).

A vida, o amor e a morte são um tripé temático comum a ambas as cronistas.

A partir da superstição ucraniana segundo a qual “ter um filho curava uma mulher de uma doença”, Clarice vive carregando um sentimento de culpa pelo facto de seu nascimento não ter curado a mãe, desmentindo essa superstição: “fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado” (DM, 111). No entanto, desta “solidão de não pertencer”, nascida de não ter pertencido nem ao pai nem a mãe, surge a aprendizagem da verdadeira pertença, viver: “E então eu soube: *pertencer é viver*” (*lb.*). A bênção da vida, humildemente pedida, é o desejo que exprime ao psicanalista Dr. Lourival: “Peço a bênção da vida” (*lb.*, 117.). Com o sentido altruísta que acompanha sempre as suas crónicas, declina o caminho do individualismo egocêntrico, para realçar a alteridade, a abertura ao Outro: “meu caminho não sou eu, é outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei: eis o meu porto de chegada” (*lb.*, 119).

A defesa da vida nas crónicas inesianas decorre do seu empenhamento cívico na luta pelos direitos humanos, designadamente das mulheres, contra a violência e a agressão de todas as vítimas, crianças ou adultos, homens ou mulheres, pela defesa do direito à saúde, dos deficientes, na condenação do terrorismo internacional, designadamente o islâmico, do holocausto nazi e soviético, do homicídio involuntário nas estradas... Apesar da defesa das mulheres condenadas por aborto ilegal e da enfermeira da Maia, o direito à vida não deixa de atravessar todas as suas crónicas. Incomoda-a, sim, a limitação desse direito à vida intra-uterina:

A vida das crianças continua, em Portugal, a ser um pormenor. Só há defensores para a vida intra-uterina: enquanto estão na barriga das mulheres, como seres em potência, toda a gente adora as criancinhas. [...] Por isso é que o homicida de uma criança concreta pode ir para prisão, tranquilamente, prometendo que um dia destes vai pedir desculpa, e a desgraçada da enfermeira Maria do Céu está há três anos presa, cumprindo uma pena de mais sete, por ter interrompido a gravidez a mulheres que lho requisitaram (CF, 169-170).

Por isso, com Marguerite Duras, “uma mulher que soube pôr as rugas da imagem em cada palavra e que ousou filmar as palavras dançando para dentro da escuridão dos corpos” (*Ib.*, 294), Inês defende que “é enquanto ela se vive que a vida é imortal” (*Ib.*).

Citando Bernanos e a “salvação pelo risco – sem o qual a vida para ele não valia nada ” (*DM*, 161), Clarice relativiza a dor e o mistério da morte, em face do amor: “a morte não existe porque na verdade já estamos na eternidade, [...] amar é não morrer, [...] a entrega de si mesmo não significa a morte” (*Ib.*, 32). Captar “o regozijo infinitamente doce de morrer” (*Ib.*, 35), sem apressar “a vinda dessa felicidade”, é o seu desejo mais profundo: “Ah como me inquieta não conseguir viver o melhor, e assim poder enfim morrer o melhor” (*Ib.*). Transcrevendo o soneto LXV de Miguel Ângelo, sem qualquer comentário, demarca-se com ele da vacuidade da “arte terrena”, em face do “amor divino”, oferecido à humanidade, cingindo-a, em seus braços, “abertos em cruz” (*Ib.*, 122). O silêncio da paz da “Noite na Montanha” suíça, um silêncio que anuncia a morte e exige coragem, exprime a vivência da cronista: “Viver na orla da morte e das estrelas é vibração mais tensa do que as veias podem suportar” (*Ib.*, 129). Se o nascimento é “a morte de um ser uno se dividindo em dois solitários” (*Ib.*, 142), a morte é o “prazer do cansaço dolorido”, pois “Todo prazer intenso toca no limiar da dor”: “Morrer deve ser assim: por algum motivo estar-se tão cansado que só o sono da morte compensa” (*Ib.*). Aqui o paradoxo de se agarrar à vida, enquanto espera a morte: “O que chamo de morte me atrai tanto que só posso chamar de valoroso o modo como, por solidariedade com os outros, eu ainda me agarro ao que chamo de vida” (*Ib.*, 205). A inefabilidade misteriosa da vida, do amor e

da morte, a par da efemeridade, é a síntese de toda a cronística clariciana e da sua obra em geral: “Morte é inefável. Mas a vida também o é. Inclusive ser é de um provisório impalpável” (*Ib.*, 370).

Inês é sensível à morte dos amigos, de quem recebeu “o esboço original do riso e do afecto” (*CF*, 24), ou de quem admira o cosmopolitismo, a “cultura infinita” e a “inteligência aguçada” (*Ib.*, p. 44). A evocação dessa amizade é feita através da arte como “eternização dos nossos mortos”:

Qualquer arte: a de lhes acariciar os retratos, devagar, de os guardar em gavetas escuras para que não percam a cor. A de os descrever com minúcia, para os prender à teia, ainda efêmera, das palavras. [...] A morte dos nossos amigos convida-nos à sabedoria de um amor sem lugar (*Ib.*, p. 43).

Ambas as cronistas colocam o amor e a amizade acima de todos os valores. Seguindo o chamado “Hino da Caridade” (I Cor., 13, 8), Clarice considera o amor como perene, imortal: “Ao passo que amar eu posso até a hora de morrer. Amar não acaba. É como se o mundo estivesse à minha espera. E eu vou ao encontro do que me espera” (*DM*, 102). A realização do ideal da comunhão perfeita, da comunhão de almas, é a experiência que compartilha: “Como traduzir o profundo silêncio do encontro entre duas almas? [...] Éramos um só ser. Esses momentos são o meu segredo. Houve o que se chama de comunhão perfeita. Eu chamo a isso de: estado agudo de felicidade” (*Ib.*, 341). Também Inês compartilha essa experiência da cumplicidade dos amigos, na sua função fraterna de mútua aprendizagem:

Amigos são os que não nos deixam viver abaixo do nível dos nossos sonhos, os que precisam que amemos o que eles amam, os que nos zurzem quando erramos para que comecemos a acertar depressa, e sobretudo, os que infinitamente nos abraçam por essas noites imensas em que nos sentimos feios, porcos, maus e esquecidos pelo mundo (*Ib.*, p. 33).

O olhar filosófico sobre o mundo também é lançado pelas duas cronistas, embora seja privilegiado por Clarice. A ausência de pensamento filosófico na Suíça é explicada pela pobreza de pensamentos no país com “três raças, quatro línguas” (*Ib.*,

p. 230): “De onde podemos concluir, três ou quatro pensamentos” (*Ib.*). O aparente paradoxo de um país com uma organização quase perfeita, mas com *deficit* filosófico é explicado a partir da sua opção política neutral:

Ora, o pensamento filosófico é por excelência aquele que vai até seu próprio extremo. Não pode admitir transigências, senão *a posteriori*. Nenhuma obra filosófica poderia ser construída tendo como um dos seus princípios tácitos a necessidade de se chegar somente até certo ponto.

Este é mais um dos aspectos da neutralidade suíça. [...] É um princípio, mais do que de paz, de apaziguamento. Ser neutro não é solução a determinado caso, ser neutro tornou-se, com o tempo, uma atitude e uma previdência (*Ib.*, 231).

A conciliação filosófica entre Destino e Liberdade, mesmo que pareça uma posição determinista, é feita tendo em vista o caminho pessoal e intransmissível de cada qual: “É determinismo, sim. Mas seguindo o próprio determinismo é que se é livre. Prisão seria seguir um destino que não fosse o próprio. Há uma grande liberdade em se ter um destino. É o nosso livre-arbítrio” (*Ib.*, 140). Nesta caminhada, o critério ético de distinção entre Bem e Mal é aceite pela cronista que, no entanto, não deixa de o relativizar: “Julgar de acordo com o bem e o mal é o único método de viver. Mas não esquecer que se trata apenas de uma receita e de um processo. De um modo de não se perder na verdade, que esta não tem bem nem mal” (*Ib.*). Apesar de tudo, sem o homem, a natureza parece incompleta: “Não há lógica, se se for pensar um pouco, na ilogicidade perfeitamente equilibrada da natureza. Da natureza humana também. O que seria do mundo, do cosmos, se o homem não existisse” (*Ib.*, 246). A vocação humana e cósmica da cronista fá-la “tomar conta do mundo”, identificando Deus com o cosmo:

Hão de me perguntar por que tomo conta do mundo: é que nasci assim, incumbida. E sou responsável por tudo o que existe, inclusive pelas guerras e pelos crimes de lesa-corpo e lesa-alma. Sou inclusive responsável pelo Deus que está em constante cósmica evolução para melhor (*Ib.*, 276).

O olhar filosófico de Inês dirige-se à ausência do pensamento por parte dos políticos:

A primeira e mais nobre obrigação de um político devia ser exactamente a de pensar. O pensamento é, ou deveria ser, a força motriz da acção. As grandes palavras sobre as quais erguemos os nossos ideais necessitam de ser abertas e analisadas, necessitam dessa concreta transfusão de sangue humano que é tarefa da filosofia (CF., 368).

O eixo liberdade-responsabilidade, aprendido na cartilha materna, é defendido pela cronista, a partir da citação de Maria Zambrano, filósofa espanhola, nascida há cem anos, discípula de Ortega y Gasset e criadora do conceito de “razão poética”, “através do qual pretendia ultrapassar a ‘crise da razão’”, dando conta de que “os grandes sistemas puramente racionais falhavam, precisamente por se isolarem da existência concreta”: “Liberdade é identidade [...] ser livre é ser responsável; é expor-se e até reclamar ser julgado” (*O Homem e o Divino*, edição Relógio d’Água) – CF, 369.

O olhar sociológico, com incidência política e ética, também é focalizado pelas duas cronistas. A condenação da ditadura política é explicitada por Clarice: “As palavras já ditas me amordaçaram a boca [...] Só posso escrever se estiver livre, e livre de censura, senão sucumbo” (DM, 245). Lembrando aos “mais desmemoriados” que “o 25 de Abril marca o fim de uma época de opressão (censura, prisões políticas, negação de direitos cívicos elementares às mulheres, lembram-se?), miséria estagnada [...] e medo” (Ib., p. 367), Inês ironiza o “debate sobre Abril-Revolução ou Abril-evolução” como “invenção queirosiana póstuma, mais uma das múltiplas formas de assar carapaus fritos tão caros ao diletantismo nacional” (CF, 367), acrescentando uma nota analítica sobre a normal história de um período de evolução, após a revolução: “com avanços e retrocessos, como sucede em todos os processos, nada na vida é linear” (Ib.).

Um mundo dilacerado pela fome, pela guerra, pelo genocídio, pela prostituição enraivece Clarice Lispector: “Como suportaria eu a manchete que saiu um dia no jornal dizendo que cem crianças morrem no Brasil diariamente de fome? A raiva é a minha

revolta mais profunda de ser gente?” (*DM*, 135). A guerra do Vietname provoca-lhe “revolta e tristeza”:

[...] que é que uma mulher fraca como eu pode falar sobre tantas mortes sem sequer glória, guerras que cortam da vida pessoas em plena juventude, sem falar nos massacres, em nome de quê, afinal? [...] Mas, de súbito, senti-me impotente, de braços caídos. Pois tudo o que fiz sobre vietcong foi sentir profundamente o massacre e ficar perplexa. E é isso que a maioria de nós faz a respeito: sentir com impotência revolta e tristeza. Essa guerra nos humilha (*Ib.*, 284).

O genocídio ameríndio, desde a época da colonização portuguesa, é analisado na sua diversidade de formas:

[...] desde a mais simples que é a bala de um trabuco, aos mais requintados métodos, como interferência maciça na cultura do índio através de catequese religiosa que lhes proíbe a preservação de sua cultura primitiva, o que fatalmente redundava em sacrifício do nativo. Ou se mata também arrebatando-lhes a terra, à qual estão teluricamente ligados (*Ib.*, 104).

A criação de novos parques nacionais e a urgência da reforma agrária são os remédios apontados para a preservação do ameríndio: “Se continuarmos a ser objetivos da ambição alheia, o brasileiro será um pobre coitado e continuar-se-á a matar não índios, mas a nós também” (*Ib.*).

A propósito do Museu Judaico de Berlim e do “anti-semitismo arquivado”, parafraseando Claude Lévi-Strauss (“o bárbaro é antes de mais o homem que acredita na barbárie” - *CF*, 301), Inês escreve:

A guerra, qualquer guerra, é um sinal ou uma consequência de uma barbárie inicial – barbárie que começa pelo não reconhecimento do outro como ser humano. O grau menos-que-zero dessa barbárie é o desprezo pelo cadáver do inimigo. Um desprezo que tem um lastro imenso na História (*Ib.*).

O olhar estético das duas cronistas reparte-se pela língua portuguesa, pela arte e pela literatura.

Apesar de algumas reservas quanto à facilidade e maleabilidade da língua portuguesa, para além de não dada a subtilezas, Clarice declara-lhe o seu amor, reagindo àqueles que a reduzem a “uma linguagem de sentimento e de alerteza” (*DM*, 110), desejando cultivá-la “ao máximo”. Apesar de ucraniana, faz da língua portuguesa um factor decisivo da sua identidade: “Fiz da língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor” (*lb*, 320). De modo análogo, Inês ressalva o valor da língua portuguesa, mormente no Brasil, onde falta o tom do tédio, o dó menor do alheamento” (*CF*, 217), não deixando, porém, de criticar

a frágil embarcação da língua portuguesa por este vasto mar de sargaços em que tanto gostamos de nos enredar – todos nós, os países de língua oficial portuguesa. Tão ensargado está este mar que até expressões como “lusofonia” ou “língua oficial portuguesa” são ainda objecto de polémica (*lb.*, 215-216).

A dignificação e estabilização da “carreira docente, em todos os graus de ensino” (*lb.*, 454), e a importância de se promover as obras dos escritores visitantes das escolas, para além das informações colhidas na internet, são as soluções propostas para as falhas de leitura dos jovens, sem a fácil queixa com que muitos “tapam com esse douto manto de queixume o seu próprio alheamento da leitura” (*lb.*, 453).

Sobre o conceito de artista, Clarice, contestando Bergson, considera que, aquele, embora tente penetrar na realidade do mundo, não deixa de ser sensível às limitações humanas e ao sentido utilitário da vida. Ainda que imperfeito, o artista visa sempre transformar a realidade: “arte não é pureza, é purificação, arte não é liberdade, é libertação” (*DM*, 229). Rejeitando a dicotomia entre forma e conteúdo, Clarice prefere falar de intuição enquanto “reflexão inconsciente que prescinde da forma, enquanto ela própria”, identificando essa forma no “conteúdo maduro”, não existindo um sem o outro: “Mas a luta entre a forma e o conteúdo está no próprio pensamento: o conteúdo luta por se formar. Para falar a verdade, não se pode pensar num conteúdo sem sua forma. Só a intuição toca na verdade sem precisar nem de

conteúdo nem de forma” (*Ib.*, 254-255). A função social do artista é reafirmada pela cronista a partir de Ezra Pound: “Artistas são as antenas da raça. [...] A única coisa que você não deve fazer é supor que quando algo está errado com as artes, isso é um erro artístico somente. Quando um dado harmônio falha, isso deve tornar defeituoso o sistema inteiro” (*Ib.*, 454). A defesa do filme de Néelson Pereira Santos, *Como Era Gostoso o meu Francês*, proibido pela censura brasileira, é feita com base no seu valor estético e histórico: “filme belíssimo, de uma *grande pureza*, de um valor histórico inestimável por causa de toda a reconstituição. Disseram que era um filme poético” (*Ib.*, 384). A contemplação do quadro “Paysage aux Oiseaux Jaunes”, do pintor e poeta suíço, naturalizado alemão, Paul Klee, serve à cronista para desmontar o “conforto da prisão burguesa” (*Ib.*, 198): “Olhando a extrema beleza dos pássaros amarelos calculo o que seria se eu perdesse totalmente o medo. O conforto da prisão burguesa tantas vezes me bate no rosto. E, antes de aprender a ser livre, tudo eu aguentava – só para não ser livre” (*Ib.*).

O valor transcendente da arte, na sua implicação ética, sem deixar de ser “mais real do que a equívoca realidade inteira” (*CF*, 145), é preconizado por Inês Pedrosa:

Não me peçam que defina arte; só sei que é qualquer coisa que sacode as asas e voa para bem longe do lado da experiência, qualquer coisa mais real do que a equívoca realidade inteira, a fórmula matemática secreta de uma ética exponencial que está em toda a parte ao mesmo tempo. A arte é ubíqua, sim – e a experiência, por si só, é o contrário da ubiquidade (*Ib.*, 145).

A crítica da fuga ao belo, cedendo lugar ao refúgio na “ditadura da beleza” (*Ib.*, 131) dos corpos, e da propagação do *Kitsch*, para ceder lugar ao fastio do “consumo das imagens horivelmente belas” (*Ib.*, 134) é feita, com o recurso ao apoio de Baudelaire e de Walter Benjamin:

A beleza perdeu-se no sentido em que não é mais aquele *objet sous le voile* de que falava Baudelaire, aura única, objecto de admiração longínqua. Vivemos, desde há cem anos um período em que a beleza parece desaparecer, melancolizar-se. Em vez de buscar a beleza, a arte transformou-se, como dizia

Walter Benjamin, numa espécie de ciência da aflição. Mas Benjamin dizia: “Se a obra não salva de nada, pelo menos salva-nos do nada” (*Ib.*, 132).

Quanto à literatura, Clarice, apesar de confessar que não sabe escrever e que a literatura deixou de ser importante para ela, não deixa de afirmar a paradoxal salvação da literatura e através da literatura: “não saber escrever talvez seja exatamente o que me salvará da literatura. O que é que se tornou importante para mim? No entanto, o que quer que seja, é através da literatura que poderá talvez se manifestar (*DM.*, 112). Para ela, a literatura, como qualquer forma de arte, não vale apenas por si própria, mas como meio de “manifestar” e revelar esse mundo, acabando, deste modo, por “se manifestar”. Daí o paradoxo da maldição da literatura que salva: “É uma maldição porque obriga e arrasta consigo como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui. [...] Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva” (*Ib.*, 134). Daí a função catártica, redentora, da literatura: “Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (*Ib.*). Por isso, acaba por reconhecer que, apesar da condição dolorosa da literatura (“lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros (*Ib.*), ela é gloriosa: “O contato com o outro ser através da palavra escrita é uma glória. [...] E escrever é um divinizador do ser humano” (*Ib.*, 96).

Semelhante é a função luminosa e libertadora da literatura para Inês, ao elogiar “a arte poética da depuração” em Vergílio Ferreira e Sophia de Mello Breyner: “os seus livros possuem [...] uma larga e luminosa porta de entrada – e um labirinto sem limites de portas de saída” (*Ib.*, p. 124). Essa função redentora da escrita é patenteada nos contos de Teolinda Gersão, os quais “circulam em torno [...] do terrorismo interno, inconsciente, de onde nascem os sonhos cegos que conspiram, nas cavernas do nosso sangue e da nossa história esquecida, para [...] nos transformarem a vida” (*Ib.*, p. 125). Trata-se de “alcançar a câmara escura do ser”, através das “escadas do quotidiano banal”: “Porque estes contos atravessam o comum da solidão e do desespero para chegar ao incomum singular da inquietação” (*Ib.*). A sua “cumplicidade atenta, corajosa, com o olhar infantil permite-lhe [...] interrogar o interrogável, [...] escrever

com limpidez e [...] arrancar as vedações do medo, para então entrar sorrateiramente, apenas armada com a lanterna da curiosidade autêntica, dentro do quarto escuro” (*Ib.*, p. 126).

Quanto ao lugar das palavras dos outros, Clarice, para além das citações e referências autorais, avança com seis entrevistas a pessoas importantes do mundo da literatura, das artes ou do social.

Ao médico Dr. Alceu Amoroso de Lima concede a palavra sobre a Comissão Justiça e Paz do Vaticano, sobre as pílulas anticoncepcionais, sobre a solução imediata para o Brasil como país subdesenvolvido, sobre a psicanálise, sobre o celibato eclesiástico, sobre fé e liberdade interior, sobre a fé como acto de graça e longa procura, sobre as reivindicações juvenis, sobre o livre-arbítrio, sobre o congresso de leigos no Vaticano, sobre a santidade, sobre a sua vida como professor, sobre a chegada do homem à Lua, sobre a crise da Igreja, sobre a escritora Clarice Lispector e a literatura brasileira actual, sobre o seu plano de publicações para 1969 (cf. *DM*, 173-178). Ao poeta chileno Pablo Neruda indaga sobre a angústia, o “estado de graça” na criação, a literatura brasileira, os seus poemas e os seus leitores, a crítica, o amor. Para ele, a “coisa mais importante no mundo” consiste em “Tratar de que o mundo seja digno para todas as vidas humanas, não só para algumas” (*Ib.*, 186). Ao músico e amigo Tom Jobim, após a questão sobre a maturidade, propõe-lhe que se pronuncie sobre o problema da falta de leitura, o fim a prazo da música e da literatura, segundo Henry Miller, sobre a morte e a reencarnação, sobre a crítica à “arte de consumo”, sobre o dilema da liberdade criadora do artista, em confronto com o público destinatário. A criação artística, o amor e a integridade da alma são, para Tom Jobim, o “mais importante do mundo” (*Ib.*, 363). Ao artista polifacetado e amigo Millôr Fernandes, lutador contra a ditadura, concede-lhe a palavra sobre a sua obra de encenador, sobre a sua dura infância, sobre a morte e a vida, o amor, o progresso na escrita e na vida, sobre a bondade e a admiração por Vinicius de Moraes. A apreciação literária do poeta, romancista e cronista (“os volumes de *Espelho Partido*, que é uma tentativa de painel da vida brasileira, feita de pequenos fragmentos” – *Ib.*, 467), Marques Rebelo dá lugar aos ecos de uma entrevista, na qual confessa o livro de literatura que gostaria de ter escrito, opina sobre os novos escritores, sobre o seu lugar na Academia Brasileira de Letras, sobre os críticos, a sua vida, o seu trabalho, as suas leituras, a literatura, o seu

clube de futebol. A entrevista com o teatrólogo e médico Pedro Bloch encerra este bloco da cedência da palavra aos outros. A consciência de cidadania universal e a comunhão com o outro impressionam no testemunho deste entrevistado: “O que as pessoas chamam de minha bondade talvez seja a minha sintonia com o mundo. Sou coletivo. Tenho o mundo dentro de mim. Acho que todo ser humano tem uma dimensão universal, única, insubstituível” (*Ib.*, 472). A interação entre a responsabilidade individual e a reconstrução do mundo, a aprendizagem com as crianças nas suas peças infanto-juvenis, o entendimento do amor como independente “da posse, do egocentrismo, da planificação, do medo de perder, da necessidade de ser correspondido” (*Ib.*, 473), o respeito à vida, a fé nos homens e na verdade, mais do que na bondade (“a verdade é a quintessência da bondade, a bondade a longo prazo” – *Ib.*), o acreditar em milagres são temas interessantes que o entrevistado sublinha: “Viver é expandir, é iluminar. Viver é derrubar barreiras entre os homens e o mundo. Compreender. [...] Procuo descobrir nos outros sua dimensão universal e única” (*Ib.*)

Inês, em todas as suas crónicas, não deixa de citar sempre autores que considera determinantes do seu pensamento em relação às causas e questões abordadas. Entre estes, podemos referenciar Ruth Rendell, Agustina Bessa-Luís, Augusto Abelaira, Lídia Jorge, Moacyr Scliar, Eric H. Monkkonen e Randall Roth, Sophia de Mello Breyner, Musil, José Tolentino de Mendonça, Daniela Marcheschi, Rui Zink, entre muitos outros. Das múltiplas citações e referências observadas, podemos destacar a importância ilocutória das epígrafes, como a de Agustina (*A Alma dos Ricos*) – *CF*, 71 --, uma canção tradicional portuguesa (*Ib.*, 227), Alexandre O’Neill (*Ib.*, 351), José Tolentino de Mendonça (*Ib.*, 379), Sophia de Mello Breyner Andresen (*Ib.*, 395).

3. Dois estilos

Se existe bastante convergência entre os mundos e os olhares de Clarice Lispector e Inês Pedrosa, mesmo na distância espaço-temporal que as separa como cronistas, o estilo de ambas não deixa de ser algo que as distingue na sua singularidade, de acordo com a definição de Bouffon (*Le Discours sur le Style*, VI, 1753): “le style c’est l’homme même”. Deleuze, a propósito de Proust e Kafka, refere-se a esta marca da literatura como uma espécie de língua estrangeira, ou de delírio que escapa ao sistema dominante: “Création syntaxique, style, tel est ce devenir de la langue: il n’y a pas de création de mots, il n’y a pas de néologismes qui vaillent en dehors des effets de syntaxe dans lesquels ils se développent » (DELEUZE, 1993, 15-16).

Vejamos, em primeiro lugar, o que distingue a metodologia de apresentação (*dispositivo*) de ambas as antologias.

As 234 crônicas de *A Descoberta do Mundo* obedecem ao mesmo esquema repartitivo em secções (de uma a seis), mais ou menos longas, geralmente com cerca de duas páginas, cada qual com a sua relativa autonomia temática, e devidamente intituladas. Algumas constituem apenas uma linha, na concisão de uma mensagem ou de um pensamento.

A concepção cronística é variada, oscilando entre o comentário crítico, a efusão lírica, as citações, as entrevistas, o esboço de contos ou historietas, anotações, pensamentos.

O ponto de partida também é variado: a observação do real, um telefonema, um encontro, uma viagem de táxi, um passeio, uma conversa, uma leitura, uma reflexão pessoal, uma notícia, um programa de televisão, uma descrição, a evocação de uma pessoa, personagem ou escritor, ou artista, a contemplação de uma obra de arte, a audição de um concerto, uma experiência, uma vivência, um estado de espírito, um sentimento ou complexo de sentimentos e emoções... No centro da crônica está o sujeito da escrita, reflectindo, comentando, partilhando, informando, criticando, sugerindo, propondo. É a vida quotidiana, filtrada pelo olhar da cronista, que perpassa

e se desdobra em painel histórico de um Brasil atormentado e em vias de transformação.

A estrutura das secções mais desenvolvidas obedece, aparentemente sem regras ou plano esquemático, sem rigor formal ou convenções canónicas de género, a uma breve introdução (*incipit*), ao corpo ou desenvolvimento, e a uma breve conclusão (*excipit*). A própria cronista põe em causa a sua escrita, em nome da heterodoxia dos géneros, preferindo o mistério e a ligação à terra, à identidade própria:

Vamos falar a verdade: isto aqui não é crónica nenhuma. Isto é apenas. Não entra em género. Géneros não me interessam mais. Interessa-me o mistério. Preciso ter um ritual para o mistério? Acho que sim. Para me prender à matemática das coisas. No entanto, já estou de algum modo presa à terra: sou uma filha da natureza: quero pegar, sentir, tocar, ser (*DM*, 347).

“Esta busca do “mistério” do mundo tem relação com a escrita enigmática que a fascina e lhe dá um ar hermético, tão criticado. Respondendo a esta crítica, considera prioritária a fidelidade à verdade do sentimento e acredita no factor tempo como meio de esclarecimento: “Se tomo um ar hermético, é que não só o principal é não mentir o sentimento como porque tenho incapacidade de transpô-lo de um modo claro sem que o minta – mentir o pensamento seria tirar a única alegria de escrever” (*Ib.*, 236).

É, pois, toda uma comunhão com o mundo, no sentido de descoberta (heurística), como o título da antologia indicia, que marca a intuição da escrita, intuição que é uma via tão importante do conhecimento como a razão: “Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras” (*Ib.*, 236). Daqui a abertura à epifania ou anunciação do mundo: “É como numa anunciação. [...] É como se o anjo da vida viesse me anunciar o mundo” (*Ib.*, 92). Por um lado, a sua escrita é inspirada por um sentido inquiridor, e busca incessante, que a move a uma reflexão, a uma consciência crítica; por outro, é levitada por uma grande entrega à comunhão com o mundo, “como exercício espiritual profundo” (*Ib.*, 275), tranquilo “e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança” (*Ib.*). Mais do que a busca da expressão, do “escrever bem”,

interessa-lhe a gestação do pensamento e da palavra, na metáfora da nebulosa e na comparação do parto:

Não, não estou me referindo a procurar escrever bem: isso vem por si mesmo. Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se condensa, aos poucos se concretiza, aos poucos sobe à tona – até vir como num parto a primeira palavra que a exprima (*Ib.*).

A imagem sinestésica do “espaço temporal de um piano aberto, nas teclas simultâneas do piano” (*Ib*, 285), na vivência da paciência e do amor, no “grande incômodo da desordem”, transmite a complexa relação da escrita com a expressão musical, em concerto, contraditada pela sensação de uma desordem aparente. Em qualquer caso, em face da necessidade de comunicar, a palavra é relativizada e minimizada, privilegiando-se a comunicação directa:

Além da espera difícil, a paciência de recompor por escrito paulatinamente a visão inicial que foi instantânea. [...] E como se isso não bastasse, infelizmente não sei redigir, não consigo relatar uma ideia, não sei “vestir uma ideia com palavras”. [...] Ao escrevê-lo, de novo a certeza só aparentemente paradoxal de que o que me atrapalha ao escrever é ter de usar palavras. É incômodo. É como se eu quisesse uma comunicação mais direta, uma comunicação muda como acontece às vezes entre as pessoas (*Ib*, 285-286).

É uma sintaxe colada ao pensamento da ocasião, uma linguagem não escolhida, mas uma obediência à intuição própria, ainda que de modo nebuloso (de novo, surge a metáfora da nebulosa) que preside e guia a escrita, sem um destino definido e pré-determinado:

Não de sintaxe pela sintaxe em si, mas de sintaxe o mais possível se aproximando do que estou pensando na hora de escrever. Aliás, pensando melhor, nunca *escolhi* linguagem. O que eu fiz, apenas, foi ir me obedecendo. Ir me obedecendo – é na verdade o que faço quando escrevo, e agora mesmo está sendo assim. Vou me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às

vezes ir me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo é tão difícil – por estar seguindo em mim o que ainda não passa de uma nebulosa – que termino desistindo (*Ib.*, 306).

Daqui o sentido de risco e de aventura que fascina a cronista e se repercute na própria escrita: como meio de aproximação ao real: “Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (*Ib.*, 236). Senso de aventura que inclui o mistério e a surpresa: “Embora representando grande risco, só é bom escrever quando ainda não se sabe o que acontecerá” (*Ib.*).

Simplicidade, despojamento aparente, “ao correr da pena”, paradoxalmente conjugados com a complexidade do pensamento e da escrita enigmática, são ingredientes fundamentais da cronística clariciana, como em toda a sua obra, afinal. Daqui a importância das entrelinhas no discurso sintático e semântico. Daqui a necessidade de apelar para a expressividade e a transparência, quem sabe se lúcida e corajosa, das palavras e entrelinhas, dos sentidos e subsentidos, por vezes ocultos ou semiocultos, e apenas sugeridos: “que ao menos não esmaguem as palavras nas entrelinhas” (*Ib.*, 201).

Este estilo enigmático, que se encontra na sua escrita simbólica e alegórica, designadamente nos contos, alguns dos quais são esboçados nas figuras de animais, remete para um sentido espiritual do despojamento intelectual, que se encontra na célebre frase de Sócrates (“só sei que nada sei”), mas também no Evangelho, no Budismo e no Taoísmo, na articulação paradoxal entre “não entender” e “entender”. No fundo, ultrapassar as limitações do conhecimento, sempre relativo, sem deixar a abertura ao conhecimento, aspiração humana universal:

Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma bênção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo (*Ib.*, 172).

Esta humildade socrática torna-se arquétipo de busca da verdade: “só se Mas, no jogo das palavras, a auto-ironia baralha o leitor: “o que não deixa de ser uma forma engraçada de orgulho”, entendendo-se orgulho não como pecado, mas como “coisa infantil em que se cai como se cai em gulodice”, embora seja “erro grave”, “com todo o atraso que o erro traz à vida” (*Ib.*). É, pois, uma escrita que conjuga a ironia com o jogo de palavras, numa permanente associação entre complexidade e simplicidade, enigma e transparência.

A própria cronista sente necessidade de explicitar o significado de certos símbolos, como o do mundo vegetal, no seu estádio primaveril, figurando o próprio eu, integrado na Natureza, em diálogo humilde e aberto com a pluralidade dos outros e plenitude do “grande Outro”:

A primavera torturante, límpida e mortal que o diga, ela que me encontra cada ano tão pronta para recebê-la. [...] Aceito esta minha cabeça à chuva tremeluzente da primavera, aceito que eu existo, aceito que os outros existam porque é direito deles e porque sem eles eu morreria, aceito a possibilidade do grande Outro existir apesar de eu ter rezado pelo mínimo e não me ter sido dado” (*Ib.*, 141).

Ou o símbolo da gênese da vida animal, o ovo, que atrai a cronista, convidando-a a meditar no mistério dessa energia celular, imagem do Deus criador, mas também metáfora da vida humana:

- Você é perfeito, ovo. [...] A você dedico o começo. [...] O ovo é uma exteriorização: ter uma casca é dar-se. [...] O ovo é a alma da galinha. [...] Eu te amo, ovo. [...] O ovo nunca lutou para ser um ovo. O ovo é um dom. [...] De ovo a ovo chega-se a Deus, que é invisível a olho nu. [...] O ovo é o grande sacrifício da galinha. [...] O ovo é o sonho atingível pela galinha. [...] Viver leva à morte. [...] Sobreviver chama-se manter a luta contra a vida que é mortal. Ser uma galinha é isso. [...] A nossa visão de sua vida interior é o que chamamos de *galinha*. [...] A galinha olha o horizonte (*Ib.*, 207-209).

A sensação de experimentar os limites da expressão (“é que ao escrever, por mais que me expresse, tenho a sensação de nunca na verdade ter-me expressado” – *Ib.*, 254) permite fazer interagir o silêncio com a escrita, até ao eleger preferencialmente o conteúdo, em detrimento da expressão: “Mas, de qualquer forma, tentarei o seguinte: uma espécie de silêncio. Mesmo continuando a escrever, usarei o silêncio” (*Ib.*). A cronística clariciana, como na música, orchestra o discurso com o silêncio, deixando no ar reticências sintáticas que originam a reflexão e a ponderação. A própria escrita origina a iluminação interior, revelando as coisas e a sua consciência, na maior das surpresas: “É que, ao escrever, eu me dou as mais inesperadas surpresas. É na hora de escrever que muitas vezes fico consciente de coisas, das quais, sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia” (*Ib.*, 254).

O ritmo da respiração discursiva da cronística clariciana, como numa grande ou pequena conversa, num registo predominantemente oral e coloquial, é o mais adequado para o objectivo epidíctico, ou persuasivo, próprio da retórica, ao mesmo tempo que galvaniza a atenção do leitor, que é interpelado a pronunciar-se positiva ou negativamente, evitando a sua indiferença perante os assuntos debatidos.

Esta sedução do leitor não é apenas resultado da estratégia discursiva ou retórica, da arma da palavra. A história verídica, ou mesmo ficcional, através dos contos esboçados, é constantemente reportada, fixando o interesse imediato pela leitura, numa aliança entre o imaginário narrativo e a mensagem veiculada.

O período sintáctico, tendencialmente curto, é mais próximo da parataxe do que da hipotaxe, facilitando o acompanhamento da reflexão produzida. O próprio vocabulário utilizado é, na sua maioria, acessível ao grande público leitor, mesmo nas questões mais filosóficas ou místicas. O registo linguístico privilegia a linguagem corrente, com idêntico objectivo de acessibilidade de leitura, embora a linguagem cuidada e técnica não esteja ausente do discurso. O recurso a alguns estrangeirismos não impede essa acessibilidade.

A adjectivação, por vezes tripla, a série de frases interrogativas, originando correspondentes respostas, um certo ritmo perifrástico, as metáforas e comparações, a par das diversas sinestésias, marcam os principais recursos estilísticos, recheando e colorindo de virtualidades poéticas o discurso aparentemente acessível e popular.

A ironia é outro recurso, associado à sátira, como na alegoria da morte das baratas, na qual se revela o tormento psicológico da cronista perante as vítimas, numa defesa indirecta e irónica da Vida e de todos os seres vivos, ainda que pareçam ameaçadores e asquerosos. Afinal, por mais que se ameacem os seres vivos, eles conseguem ressurgir das cinzas, como a mítica ave da fénix:

Meticulosa, ardente, eu aviava o elixir da longa morte. Um medo excitado e meu próprio mal secreto me guiavam. Agora eu só queria gelidamente uma coisa: matar cada barata que existe. [...] Acordei horas depois em sobressalto de atraso. Já era de madrugada. Atravessei a cozinha. No chão da área lá estavam elas, duras, grandes. Durante a noite eu matara. Em nosso nome, amanhecia. No morro um galo cantou. [...] Mas olho para os canos, por onde esta mesma noite renovar-se-á uma população lenta e viva, em fila indiana. Eu iria então renovar todas as noites o açúcar letal? [...] E hoje ostento secretamente no coração uma placa de virtude: “Esta casa foi detetizada” (*Ib.*, 214-216).

Noutra alegoria, a abelha personifica a própria cronista que se encontra com a flor preferida, a rosa, reencarnação de uma alma de um recém-falecido, “encontro temerário” com o próprio destino, que é decodificado:

e com medo inventei que aquela flor era a alma de alguém que acabara de morrer [...] e a flor estava tão vibrante como se houvesse uma abelha perigosa rondando-a [...] melhor dizer que a abelha e a flor emocionadas se encontravam, vida contra vida, vida a favor da vida – [...] a abelha era eu – e a flor tremia diante da doçura perigosa da abelha – [...] não entendo que se possa ter medo de uma rosa – pois a flor era uma rosa – [...] e as flores e as abelhas já me chamam – [...] e na verdade profundamente eu quero ir – é o encontro meu com meu destino esse encontro temerário com a flor (*Ib.*, 415).

As 110 crónicas de Inês Pedrosa, dirigidas a um mundo diferenciado no tempo e no espaço, também utilizam a poderosa arma da ironia, combinada com o ingrediente da sátira cáustica e mordaz, ainda que vise uma sociedade democrática,

todavia eivada de vícios que a todo o momento são desmontados e criticados, com pleno vigor e pertinência. Lembrando a espada de Ezequiel, “afiada e polida”: “afiada, para executar uma matança; polida, para que lampeje como um relâmpago” (Ez., 21, 14-15), esta ironia tem o condão de cortar a direito, à esquerda e à direita, como, por exemplo, na crítica ao nazismo e ao comunismo, ou ao terrorismo internacional, quer o da Al Qaeda, quer o da ETA: “Sê afiada à direita, põe-te do lado esquerdo, onde o teu gume é requisitado” (*Ib.*, 21, 21).

Apesar da fragilidade dos textos sobre a precariedade do mundo, eles constituem um grito profético contra a injustiça e a violência institucionalizadas, “pedras de toque da política actual” (CF, 14). O optimismo da esperança anima e dá suporte a este grito de fúria profética, transformando a “zanga” em “encantamento”: “Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (*Ib.*). Efectivamente, a conjugação da ira crítica com a expectativa de melhoramento do mundo está na base de todo o discurso cronístico inesiano. No emaranhado das “obsessões inconscientes”, está um “reflectir continuamente sobre a realidade”, algo que exige distanciamento e serenidade, para “transformar em palavras claras o fluxo, tantas vezes nebuloso desse pensamento” (*Ib.*, 13). Como Clarice, também Inês se confronta com o antagonismo entre a clareza ou transparência e a nebulosidade, entre a simplicidade e a complexidade, entre as palavras e o pensamento. Toda a escolha vocabular e sintáctica assenta neste antagonismo, produzindo textos surpreendentes, na estranha combinação entre a sua fragilidade e a sua força retóricas: “os textos sussurram entre si como pessoas frágeis, provisórias, às vezes terríveis na teimosa inconsciência da sua força e precariedade sobre o mundo” (*Ib.*, 17). A imagem titular das crónicas de Augusto Abelaira *Escrever na Água* inspira e guia Inês na sua função cronística, através do seu discurso, límpido, transparente e idealista, por um lado, e impetuoso, contundente e veemente, por outro:

Dá-nos a medida da limpidez inesquecível sobre o aparente irrisório. Dá-nos a vida como água que escorre pela nossa precívél mão. Dá-nos a mão que embala o tempo na sua justa medida de breve recreio, pensamento

interrompido. Não é fácil ensinar as palavras a nadar. A não ter medo de ir contra a corrente. A contornar as marés e furar as ondas (*Ib.*, 239).

Discurso de “palavras a nadar [...] contra a corrente”, contornando “as marés” e furando “as ondas” é, pois, a força retórica da cronística inesiana. A poética medieval-renascentista do espanto poético ante o desconcerto do mundo expressa mais uma vez a complexidade discursiva, repartida no antagonismo entre a objectividade da sátira cáustica, mordaz, e o encanto lírico e nostálgico da subjectividade literária:

[...] melancólicas considerações acerca do desconcerto do mundo sentidas à luz da Lua, não considerações rigorosas acerca da trajectória dela. Ou, se quiserem, e de forma mais simples, limitam-se a exprimir o espanto, o meu espanto perante o mundo da política (*Ib.*, 239-240).

Esta objectividade, associada ao carácter efémero da crónica, em oposição à escrita no “mármore eterno”, como a épica ou o discurso historiográfico, contrasta com a subjectividade literária, na base de critérios de inutilidade, tão caros a uma sociedade mercantilista, em claro desacordo com a humanista, presidida por uma estética não alheia à ética:

Com Augusto Abelaira aprendi que é sobretudo aquilo que não serve para nada que nos serve: valores, ideais, afectos, memórias e sonhos – com os seus livros, com as suas crónicas, mas sobretudo vendo-o viver. Abelaira representava esse grau superior da escala estética que é um ser humano íntegro. Inquieto, curioso, indeslumbrável. (*Ib.*, 240).

É este arquétipo ético que epigrafa o ideal cronístico de Inês Pedrosa, na voz impiedosa da sua crítica, e se reflecte na artilharia verbal e sintáctica do seu discurso.

O sentido de “risco, inconsciência e ousadia” (*ib.*, 14) (*lata*, na linguagem de gíria), caracterizado com a gradação ascendente de quatro adjetivos, timbra o cronista, na metáfora do encontro erótico com o tempo, às vezes bem-sucedido, outras não:

[...] alguém que tem a lata – coisa visceral, barulhenta, infantil, brincalhona – de se atirar para os braços do seu próprio tempo e exhibir o seu encontro erótico com ele. Romance às vezes feliz, às vezes malfadado, em certos momentos atinge uma imprevista sintonia entre alma e pele (*ib.*, 15).

A imagem pirotécnica “rastilho de lume” é bem expressiva do impacto do discurso retórico da cronista junto dos leitores: “Oxalá possa algum leitor encontrar aqui o rastilho de lume de algum desses momentos” (*ib.*). Trata-se da “consciência [...] da capacidade de mobilização da palavra”, devida à crónica, (*ib.*), no seu efeito ilocutório junto dos leitores, como instrumento de persuasão e convencimento e adesão afectiva e efectiva.

De modo diferente da organização cronística (*dispositivo*) de Clarice, Inês não divide o seu texto em secções, unificando, sob um título, o tema abordado, em três ou quatro páginas. Concentra, assim, a temática escolhida, desenvolvendo-a também em três partes sucessivas: a introdução (*incipit*), o corpo e a conclusão (*excipit*). A introdução inspira-se também, como em Clarice, na realidade observada, ou lida, ou ouvida, logo comentada, quase sempre em termos veementes e expressivos. O filtro do ponto de vista subjectivo da cronista (“penso”, “conheço”, “sei”, ou “não sei”, “parece-me”, “li”, “claro que”, “vê-se”) atravessa esse comentário, dando lugar a interrogações, críticas ou acusações, citações e novos comentários, num rol de generalizações ou aplicações particulares, mas sempre num discurso de justificações e explicações de carácter racional. A conclusão sistematiza o tema e o ponto de vista focalizados, interpelando directa ou ironicamente o leitor, deixando sempre uma mensagem clara e luminosa.

O intertexto cultural das crónicas inesianas constitui uma mais-valia de enriquecimento interior, na abertura de novos horizontes, mas não como um arremesso pretensioso da erudição livresca nelas criticado (arremesso “como armas, para humilhar ou até matar o outro” - *Ib.*, 379): “Tento contagiar o entusiasmo que me vão causando certos filmes, livros, músicas, exposições, peças de teatro – ou, pelo menos, que as pessoas adiram à ideia da cultura como elemento amplificador da vida” (*Ib.*, 14).

A crítica literária a escritores vários expressa a sua óptica de recepção desses produtos culturais, quase sempre com o registo mais positivo de avaliação estética e cultural. A transcrição, às vezes epigráfica, de alguns excertos dessas obras comprova esse ponto de vista pessoal de abordagem, motivando o leitor para essa leitura, talvez ainda não efectuada. Por exemplo, a partir da epígrafe de um trecho de *A Alma dos Ricos*, de Agustina a cronista enaltece a sua escrita:

Agustina tem o dom de trespassar o tempo, de ver para além dele, como se esticasse uma peça de seda antiga e a analisasse, fio a fio. Isto não faz dela uma escritora difícil, nem solene, nem antiga, nem outros disparates que tenho para aí ouvido a muitos tristes, desses que vivem de entretenimento em entretenimento até ao ataque derradeiro do tédio mortal (*Ib.*, 72-73).

A sintaxe inesiana é ampla, com períodos relativamente longos, ao lado de outros mais curtos, numa aposta na hipotaxe, mais do que na parataxe, hierarquizando as frases, segundo uma arquitectura que combina o código escrito com o oral, o registo cuidado e poético com o corrente, o popular e as gírias, tornando o discurso atractivo e acessível.

Frases lapidares, à laia de máximas, molduram certas crónicas, numa ressonância sapiencial, de tom bíblico ou, mesmo, proverbial, às quais não é alheia a configuração metafórica e imagética:

Não sei porque é que essa jóia de luz translúcida (não é gosto pela metáfora, é que chamar-lhe sentimento sabe-me a pouco e vago) que é a amizade tem tão má imprensa (*Ib.*, 31).

Não consigo acreditar que mulheres e homens sejam os continentes fechados e adversos que a sociedade, todas as sociedades até hoje, decidiram fazer deles (*Ib.*, 35).

Sendo a Cultura uma dama tão respeitável quanto diáfana, etérea, espiritual, é feio associar-se-lhe o másculo tilintar do viril metal (*Ib.*, 91).

Vivemos uma era de estetas: nunca se falou tanto de beleza e nunca tanto se decretou a morte da beleza (*Ib.*, 131).

A culpa, todos algum dia o soubemos, é o rosto doloroso de uma memória mal resolvida (*Ib.*, 151).

A História é uma ficção deliciosamente aberta e ambígua: podemos formatá-la como quisermos, estruturá-la à medida dos nossos sonhos e pavores (*Ib.*, 179).

Portugal tem menos paixão pela justiça do que tendência para a justiça passional (*Ib.*, 225).

Poucos espectáculos serão mais tristes do que a cobardia de um escritor (*Ib.*, 259).

Na vida real, a figura do arrependido parece-me a imagem acabada da tristeza ética – um beco sem saída em formato humano (*Ib.*, 271).

Não simpatizo com efemérides: geralmente são formas de acelerar o esquecimento através da pompa (*Ib.*, 283).

O que preocupa e ocupa o nosso Poder é a perseguição às vítimas (*Ib.*, 305).

Tudo começa na infância: a maneira de amar e de desamar, o hábito de pensar ou de deixar que os outros pensem por nós, a capacidade de criar e lutar ou de desistir antes de tentar (*Ib.*, 307).

O excesso de identidade dos portugueses leva-os a um masoquismo mortal (*Ib.*, 311).

A contemporização é também uma forma de violência, a violência passiva dos indiferentes ou dos resignados (*Ib.*, 401).

Quando os privilégios dos políticos sobem, a qualidade da democracia desce. [...] As democracias minadas pela ferrugem ditatorial do privilégio multiplicam os cidadãos invejosos e frustrados (*Ib.*, 407. 409).

Porque são impuras, as palavras absorvem imagens e experiências, o sangue e até o silêncio da morte. Absorvem e sobrevivem. Porque são impuras, as palavras nunca chegam ao céu. Mas sonham com esse céu a que nunca chegam – de outro modo, não saberiam ser porosas, abertas, impuras (*Ib.*, 443).

Descoberta do Mundo e Crónica Feminina são dois mundos, dois olhares e dois estilos em convergência, para além da distância espaço-temporal que separa as duas antologias cronísticas: ambas indagam, com olhar interrogador e heurístico, a vastidão e a profundidade desse mundo exterior a que não é alheio o mundo interior, a identidade pessoal de cada mulher-cronista:

No estado de graça vê-se às vezes a profunda beleza, antes inatingível, de outra pessoa. Tudo, aliás, ganha uma espécie de nimbo que não é imaginário: vem do esplendor da irradiação quase matemática das coisas e das pessoas. Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável. [...] É por isso que, em estado de graça, mantenho-me sentada, quieta, silenciosa. É como numa anunciação. [...] É como se o anjo da vida viesse me anunciar o mundo (*DM*, 91-92).

Quando comecei a escrever estas crónicas pensei que iniciava uma viagem para longe do meu pequeno mundo. Pensei que se tratava, sobretudo, de apontar antenas do interior para o exterior. [...] Descobri que aquilo a que chamamos pensamento é uma amálgama de nervos e iluminações, de mágoas empoeiradas, memórias perdidas entre uma infância e outra, apontamentos de vidas e obras que guardámos para estudar mais tarde. [...] Ao fim de uns

anos, as crónicas ganham a cor sépia e reveladora dos diários, mostram muito mais do que uma perspectiva individual acerca do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação (*CF*, 13-14).

CONCLUSÃO

Terminámos a nossa visita ao universo cronístico de Clarice Lispector e Inês Pedrosa, a partir das antologias *A Descoberta do Mundo* e *Crónica Feminina*, respectivamente.

A nossa visita teve como ponto de partida o pilar teórico dos Estudos sobre as Mulheres, desde o século XIX até à actualidade.

A epígrafe de Maria de Lurdes Pintasilgo, figura marcante da presença feminina na sociedade, na política e na Igreja do pós-25 de Abril, em Portugal, com larga repercussão na Europa e no mundo, ajuda-nos a perspectivar uma correcta leitura do complexo fenómeno dos feminismos: não como uma cega e fanática guerra de sexos, uma “luta das mulheres contra os homens”, mas como o processo e o resultado de uma longa e árdua “luta das mulheres pela sua autodeterminação”. Luta multissecular, no interior da civilização ocidental, muito mais do que na asiática ou africana, ela resulta, certamente, dos efeitos tirânicos do poder masculino ao longo da História, reduzindo a mulher ao gineceu e ao título pomposo de “rainha do lar”, impedindo-a de participar nos areópagos da decisão política e nos cargos superiores das empresas. Trata-se, com efeito, de um prolongado e abnegado “processo de libertação”, não de uma ou duas mulheres escravizadas, mas de “uma cultura subjugada”. Libertação que bem se pode comparar à das classes trabalhadoras, designadamente o operariado, desde o século XIX, numa sociedade industrializada, ou à da raça negra, no século XX, ou, até, à das crianças e jovens, no interior da psicanálise, e dos estudantes, no Maio de 68, em França, e ainda não terminou. Por isso, tal luta, em conjugação solidária com todas as lutas civilizacionais, é uma “conquista do espaço social e político onde ser mulher tenha lugar”. Por isso, também, significa “necessariamente uma maior riqueza para tudo o que é humano”. Como, na segunda década do século XXI, podemos registar o extraordinário avanço desta “luta, libertação e conquista”! Ser mulher, hoje, nada a tem a ver com a discriminação a que era sujeita no passado: ela vale por si própria, com as suas qualidades e os seus defeitos, o seu esforço e dedicação, e não tanto por decisão de poderes arbitrários.

Os Estudos sobre as Mulheres inscrevem-se no âmbito comum dos Estudos Culturais, na década de 60, do século XX. A interdisciplinaridade com a antropologia, a história, os estudos literários e outras ciências sociais e humanas, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade enriqueceram, desde então, os Estudos sobre as Mulheres, como algo que uniu e continua a unir os interesses de grupos humanos discriminados e negligenciados, com vista a um objectivo comum: a respectiva libertação. Deste modo, o enviesamento de uma concepção feminista, de cariz sectário e extremista, independente dos esforços comuns no sentido da construção de uma sociedade mais humana, justa e fraterna, tende a ser cada vez mais rejeitado como algo de redutor e nada científico.

No Brasil, a evolução da luta anticolonial, em sintonia com o exemplo da independência dos Estados Unidos da América e das ideias progressistas do Iluminismo, triunfantes na Revolução Francesa, encontrou, na chegada da corte portuguesa, em 1808, ao Rio de Janeiro, o ambiente propício à criação de condições que permitiriam a declaração de independência da antiga colónia, em 1822. É neste ambiente libertador que as mulheres encontram uma oportunidade de expressão de luta escrita pelos seus direitos, como o livro de Nísia Floresta, em 1832, *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, o qual pode ser considerado como o *texto fundante* do feminismo, o primeiro livro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho. É também, a partir de 1827, que surgem, no Brasil, os periódicos femininos, como *O Espelho Diamantino*, ou *O Jornal das Senhoras*, em 1852. A partir de 1870, prolifera o número de jornais e revistas de cunho feminista, como *O Sexo Feminino*, *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, o *Echo das Damas*, o *Direito das Damas* e *A Família*. O divórcio, o direito ao voto e à elegibilidade da mulher, bem como o direito ao acesso feminino à educação, são as principais causas da emancipação feminina, no interior destes e doutros periódicos, com larga aceitação de um público leitor feminino cada vez mais vasto. Várias mulheres se destacam, em vários estados brasileiros, nesta luta, entre as quais Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Também é justo salientar *A Evolução do Feminismo: Subsídios para a sua história* (1933), de Mariana Coelho, que faz uma valorosa retrospectiva do movimento feminista e do sufrágio em vários países, com o detalhamento dos factos relativos aos movimentos e discorre sobre a

participação das mulheres em diversos âmbitos, e em variadas profissões, valorizando, sob todos os aspectos, a capacidade feminina, além de realizar uma dura crítica à subordinação da mulher. Livros, como *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de Rose Marie Muraro, *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno*, de Carmem Silva (1966), e *A Mulher, Brinquedo do Homem* (1969), de Heloneida Studart revolucionariam a visão da sexualidade e do relacionamento entre a mulher e o homem. Do mesmo modo, *Libertação Sexual da Mulher*, de Rose Marie Muraro (1970) e *Mulher, Objeto de Cama e Mesa* (1974), de Heloneida Studart, encontrariam sucesso junto às leitoras de diferentes camadas da sociedade e do país. Na mesma década, é justo salientar o contributo dos grupos de reflexão, no país e no estrangeiro, com intervenções, orais e escritas, no espaço público. O Ano Internacional da Mulher (1975) e a institucionalização do Dia da Mulher, a 8 de Março, e da Década da Mulher propiciaram uma nova visibilidade e o fortalecimento do feminismo brasileiro. Os anos oitenta ampliaram as conquistas e intensificaram os encontros feministas regionais e nacionais. O II e III Congressos da Mulher Paulista, em 1980 e 1981, apontaram para novos rumos, com a ruptura com os partidos de esquerda e a aproximação das entidades feministas com as Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher. Os anos noventa enriqueceram os estudos sobre a mulher, que passaram a incluir os estudos de género no Brasil, com o surgimento da *Revista Estudos Feministas*, em 1992. O contributo da crítica feminista, da epistemologia feminista e da construção cultural da identidade feminina foi significativo nos meios académicos, como os encontros nacionais *Fazendo Género*, na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1994 e 1996. De modo não menos despidendo, a nomeação de Nélida Piñon, em 1996, como presidente da Academia Brasileira de Letras, não deixa de constituir um marco importante da ascensão cultural e social da Mulher, como também o facto de muitas escritoras se tornarem referência da literatura brasileira, desde os anos 70, entre as quais Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Lya Luft e Marina Colassanti, que foram contemporâneas de Clarice Lispector.

A epígrafe constituída pelo poema “Mural”, de Adélia Prado”, releva a nuclear missão da Mulher na família e na sociedade: a sua fecundidade natural, maternal, mas também a sua condição feminina, “a luz de natureza velada”, a “claridade expandindo-

se”, na “aprazível rotina”, já que “a rotina perfeita é Deus”: “as galinhas porão seus ovos, / ela porá sua saia, / a árvore a seu tempo / dará suas flores rosadas”.

Com considerável atraso em relação ao Brasil, o pensamento feminista em Portugal nasce na viragem do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em tal período, recordamos a publicação da revista *Ave Azul*, cujo empenho se deveu a Beatriz Pinheiro e a Carlos de Lemos de Viseu, com textos dedicados à “Emancipação da Mulher”; a edição dos periódicos *Sociedade Futura* (1902-1904); a publicação quinzenal de *Literatura, Ciência e Arte*, dirigida por Ana de Castro Osório e, posteriormente, por Olga Morais Sarmiento da Silveira; e a publicação *Alma Feminina* (1907-1908), sob a responsabilidade de Albertina Paraíso e tendo como redactora principal a jornalista Virgínia Quaresma. Os nomes de Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Clara Correia Alves e Maria Veleda não podem deixar de ser evocados como os das mulheres que deflagraram as mudanças iniciais e indispensáveis pela causa das mulheres.

Em 1948, surge “*As Mulheres do meu País*”, de Maria Lamas, obra emblemática para o feminismo e para a História dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal. A década de 1950 foi marcada pela repressão, e pelo reforço ideológico do Estado Novo, tendo as mulheres, com o apoio à candidatura de Norton de Matos (1949), constituído uma força política incómoda, obrigando Salazar a mobilizar as mulheres em favor da candidatura do Marechal Carmona, através do que chamou o “Movimento Feminino de apoio à candidatura de sua Excelência o Sr. Marechal Carmona”.

Datam de finais da década de 60 as iniciativas precursoras, ligadas à temática feminina, que haveriam de denominar-se “Estudos sobre as Mulheres”. Mas é o aparecimento, em 1972, do livro *Novas Cartas Portuguesas*, escrito por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, o divisor de águas emblemático do feminismo português.

A instauração da Democracia, após o 25 de Abril de 1974, permite criar associação de mulheres, em Setembro de 1976, a União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, permanecendo com esta denominação até 1989, quando passou a designar-se por Movimento pela Emancipação Social das Mulheres e, posteriormente, na década de 90, por União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR.

Na década de 80, as questões relativas à situação das mulheres passaram da margem para dentro do círculo de debate político. Se, por um lado, o pensamento feminista encontra críticas internas, vindas de grupos que se sentiram excluídos, por outro, sofre influências intelectuais externas, vindas do pós-modernismo, dos Estudos Culturais, da teoria queer, dos estudos gay e lésbicos, da teoria pós-colonial, dos movimentos globais feministas, dos estudos étnicos, da biologia, das ciências da informação e das mudanças relacionadas com o fundamentalismo global.

Em 1991, é criada a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), que substitui a Comissão da Condição Feminina (CCF), transformando-se, em 2007, na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

A criação da revista ***Ex Aequo*** (1999) marcou a inserção da associação provedora na comunidade científica, assinalada pelo seu carácter inter e multidisciplinar, vinculada à APEM, mas independente de qualquer instituição académica.

Ao contrário, ***Faces de Eva- Estudos sobre a Mulher*** (1998) é uma publicação periódica que nasce atrelada a um projecto académico do centro de investigação **Faces de Eva. Centro de Estudos sobre a Mulher**, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ambas as publicações constituem as principais revistas portuguesas relacionadas com os estudos sobre as mulheres.

Assim, se na primeira metade do século XX, tivemos um feminismo de teor essencialmente emancipador e na, segunda metade, um feminismo de carácter mais jurídico, preocupado com a obtenção dos direitos, no século XXI, importa buscar

[...] mudanças profundas das estruturas sociais em termo de poder, das relações laborais e da organização social do trabalho, da organização dos quotidianos, das famílias, da intimidade e das sexualidades, da organização política e da participação cidadã, consubstanciando uma dimensão material que ultrapassa a questão das representações sociais e se alicerça nas relações sociais e na distribuição desigual de recursos e de bens sociais, económicos e culturais. (MAGALHÃES e TAVARES, 2009:s/n).

Deste modo, encontramos em *Crónica Feminina*, de Inês Pedrosa, ecos das primeiras conquistas feministas, reconhecendo perfis relevantes que fizeram parte da história das mulheres em Portugal e no mundo, identificando as questões que inquietaram as mulheres do século passado até à actualidade, num caleidoscópio da memória destas “vozes” que se tornaram guardiãs de seu tempo.

Na epígrafe de Ana Hatherley, o poema “Sexto Sentido” sublinha a singularidade original feminina, com a sua proverbial intuição e compreensão do mundo, apesar do condicionamento do exercício da sua liberdade pela “filáucia do próximo”. A metáfora da maçã edénica, colhida no livro bíblico do *Génese*, atesta essa singularidade, na sua vocação humana, familiar e social: “O sexo existe / Vem da palavra six / Igual ao sexto sentido / Que é feminino [...] A maçã / É para ser comida”.

No capítulo II, partimos dos principais conceitos de crónica para nos debruçarmos sobre a evolução desse conceito e dessa prática discursiva através dos tempos, desde as literaturas clássicas até à actualidade, passando pela Idade Média, o Renascimento, os séculos XVI a XVIII, o Romantismo, as Gerações de 70 e 90, no século XIX, todo o século XX. A identificação das principais mulheres cronistas brasileiras e portuguesas encerrou a nossa pesquisa neste capítulo.

A aliança entre o fugaz e efémero do quotidiano e a busca de algo de perene, no quadro dos valores humanos, parece ser uma característica essencial da crónica para muitos autores, designadamente para Jezreel Salazar, que a designou como a “estética da transgressão”, para envolver a reflexão sobre o real, num diálogo aberto “com outros modos de representar a estética do mundo”, num hibridismo transgressor dos cânones literários e na sua função impugnativa de uma cultura dicotómica: culto/vulgar, puro/ impuro. Outra aliança do discurso cronístico é a da objectividade representativa do real e a subjectividade interpretativa da análise do(a) cronista, combinando a racionalidade e a emotividade, a simplicidade e a elegância estilísticas. Deste modo, a crónica é sempre o barómetro de uma sociedade, na multiplicidade de aspectos, abordagens, apreciações. É sempre datável, ainda que não datada. É sempre circunscrita a um espaço e a uma cultura. No entanto, pode atingir um grau de universalidade, capaz de transcender o tempo e o espaço, desde que a reflexão proposta toque a essência da natureza e da condição humanas.

O estudo da representação discursiva do mundo através da crónica, desde a literatura grega e latina, mostra como é constante a preocupação de iluminar o real quotidiano com a luz da reflexão racional e emotiva, num olhar crítico, mas também apelativo e interpelativo à intervenção cívica dos leitores. O resgate da memória, como índice de identidade colectiva, marca o discurso cronístico medieval e renascentista, numa aliança entre o registo épico, celebrativo, e o olhar crítico, perspectivando novas linhas de construção da História.

Na base desta intervenção cívica, através da crónica, está uma concepção axiológica da sociedade, um quadro ético de valores que inspira a análise de um “mundo às avessas”, um “desconcerto do mundo”, como se representa na arte e na literatura barrocas, por exemplo na desmontagem irónica das “unhas” n’ *A Arte de Furtar*, mas também na crítica iluminista, por exemplo n’ *O Hissope*, e na constante ridicularização oitocentista do centralismo, da ignorância, do snobismo, da bancarrota financeira, da corrupção.

Figuras marcantes da literatura brasileira e portuguesa, homens e mulheres, fizeram da crónica, nos séculos XIX e XX, um instrumento privilegiado de intercomunicação humana e intervenção cívica. Cada vez mais, este género literário se instaura como necessário e premente ante novas e constantes mudanças culturais e históricas que tanto desconcertam e desorientam, reclamando o recurso à reflexão ponderada e serena, à luz do essencial da condição e da natureza humanas.

A epígrafe do poema “Cântico XII”, de Cecília Meireles, expressa a exigente luta de quem não se contenta com pequenas vitórias, mas ousa renovar-se incessantemente, multiplicando “os olhos, para verem mais,”, multiplicando “os braços”, para tudo semear, destruindo “os olhos” e “os braços” do passado, rumo a um futuro criativo, numa aliança entre a fidelidade à identidade própria e à convergência com o outro (“Sê sempre o mesmo. / Sempre outro”), entre a busca do “alto”, do “longe”, do transcendente, e a da interioridade, da profundidade (Mas sempre alto. / Sempre longe/ E dentro de tudo”).

Igual mensagem é veiculada na epígrafe de Agustina Bessa-Luís, a da vocação feminina para a ruptura com o estabelecido e o convencional, o rotineiro e o indolente, em ordem à inovação criativa: “As mulheres são feitas duma só matéria abrasiva, a de corromperem as situações estáveis”. A intervenção das mulheres

cronistas brasileiras e portuguesas na luta pela emancipação e libertação femininas, documenta essa “matéria abrasiva”.

O capítulo III perspectivou-nos uma leitura da cronista Clarice Lispector, na sua orquestração polifónica, no caleidoscópio das suas cores. Bebendo na versatilidade paradigmática do grande mestre da crónica brasileira, Rubem Braga, Clarice auto-revela-se-nos, com ousada insistência, ao mesmo tempo que revela constantemente o mundo observado e vivenciado, numa escrita epifânica:

Até parece que conheço Rubem desde sempre. Gostei dele à primeira vista [...]. Mas há mil "rubens" dentro de Rubem Braga, é claro, assim como há mil "clarices" em mim. E tanta coisa eu desconheço em Rubem, que era melhor entrevistá-lo de vez" (WILLIAMS, 2007).

Tal como Fernando Pessoa, na sua heteronímia múltipla, expressa em Ricardo Reis (“Vivem em nós inúmeros”), também Clarice se reconhece plural, nas suas “mil” identidades: “mil clarices em mim”. É esta constante revelação que é partilhada com muita intimidade e apreço carinhoso com os leitores, de quem recebe telefonemas e cartas, interagindo com a sua escrita, numa autêntica comunidade de parceiros da escrita e da leitura, numa conciliação entre a euforia da *descoberta* e a humildade da auto-aprendizagem.

Como explicita nas perífrases que dela transcrevemos, é essa conciliação que transparece na sua escrita: “A profunda alegria: o êxtase secreto. Sei como inventar um pensamento. Sinto o alvoroço da novidade. Mas bem sei que o que escrevo é apenas um tom” (AV, 29). Alegria de descobrir o secreto e misterioso, mas também de inventar o pensamento: “inventar”, no sentido etimológico de “descobrir”, mas também no sentido vulgar de “criar”, encontrar a “novidade”.

Afinal, esta correlação entre cronista e mundo, como a de qualquer autor, traz consigo a complexidade de penetrar no impenetrável, de expressar o inefável: “Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (DM, 134). Este sentido de “bênção”, inerente à sua postura mística, faz da sua escrita um bálsamo espiritual reconfortante,

uma suavidade que desonera qualquer eventual agressividade, proveniente da acutilância profética da sua voz.

Filósofa e mística, ao mesmo tempo que observadora do real, sem deixar de o elevar à sublimidade da metamorfose poética, Clarice penetra na profundidade sapiencial da Vida e da Morte, na versatilidade das figuras femininas, na exuberância do mundo vegetal e animal, com toda a sua simbologia, sem abdicar de intervir com desassombro ético na sociedade do seu país e do seu tempo, na relação íntima entre as cidades dos homens e a cidade de Deus.

Questionando constantemente a sua escrita, num amplo metatexto, e recorrendo sempre às suas múltiplas leituras, desde a infância, como as de Monteiro Lobato, até a filósofos como Bergson, poetas como Mário Quintana ou Fernando Pessoa, a cronista cede, com humildade, o espaço da sua voz a amigos e personalidades marcantes na sociedade intelectual e social, procurando outras visões do mundo.

Deste modo, *A Descoberta do Mundo* instaura-se, com todo o mérito, como descoberta e revelação de um mundo pessoal e íntimo, mas também de um mundo exterior plural, polifacetado e imensamente rico.

O capítulo IV mergulhou no universo cronístico de Inês Pedrosa, uma voz literária da contemporaneidade portuguesa, sintonizada com as preocupações das mulheres no século XXI. Uma voz veemente e acutilante, perspicaz na análise das situações mais variadas, equilibrada na ponderação dos pontos de vista em presença, mas sempre viva e actuante. Em defesa da igualdade de género, denuncia injustiças e discriminações, sem o fanatismo de um feminismo extremista. Defende as mulheres que são vítimas de uma legislação que reprime a prática abortiva, sem ter em conta as situações mais complexas da pobreza ou da exclusão social. Desmonta a hipocrisia de uma sociedade moralista, em matéria da defesa da vida intra-uterina, e promove a guerra, a violência contra as mulheres e as crianças, a pedofilia, o terrorismo internacional. Não se intimida ao repudiar a ferocidade dos nacionalismos, o holocausto nazi ou soviético, a violência do fundamentalismo islâmico. Defende com solicitude e carinho os deficientes e marginalizados, ergue a bandeira das grandes causas públicas, como a saúde, a educação, o ensino, a cultura, a arte, o lazer, o desporto, a língua e a literatura portuguesas.

Recorrendo também a múltiplas leituras, deixa-se fascinar particularmente por Sophia de Mello Breyner Andresen e Augusta Bessa-Luís, de quem aprende as aventuras de viver e escrever: “Com Sophia aprendi a ler e a morrer. Com Agustina aprendi a viver e a escrever” (CF, 395).

Como na epígrafe que é retirada de uma das suas obras de ficção, o amor pauta toda a sua escrita, como o desígnio mais elevado da alma humana, surgindo a veemência da sua voz profética esbatida e temperada pelo equilíbrio entre a justiça exigente, rigorosa, e o amor compreensivo, profundo, misericordioso: “O amor dissolve em fumo qualquer escândalo, por mais estranho que ele surja aos nossos aparentes valores. O escândalo a que não se sobrevive é o da ausência de amor” (*Nas Tuas Mãos*, 41).

Duas cronistas, pertencentes a mundos e tempos diferenciados, cada qual com o seu olhar sobre a vida e a sociedade, cada qual com o seu estilo próprio, Clarice Lispector e Inês Pedrosa foram comparadas no capítulo V, na sua convergência e na sua especificidade característica.

Ambas partem da virtualidade mágica da Palavra para uma afirmação pessoal do pensamento, como se evidencia nas epígrafes respectivas.

Clarice faz da Palavra não apenas um modo de expressão, mas também uma forma de poder demiúrgico, como no *Fiat* do Livro bíblico do *Génese*, o livro das Origens: “A palavra é o meu domínio sobre o mundo” (Clarice Lispector, *DM*, 101).

Inês, no seu optimismo redentor, reconhece na Palavra um poder de metamorfose do mundo, independentemente dos sinais de negatividade que denuncia, na sua análise sociopolítica: “As palavras transformam o mundo e a maneira como a trabalhamos também” (Inês Pedrosa, *Jornal de Letras*, 21 de Agosto de 2002, 10 - Entrevista dada a Maria Leonor Nunes). Por isso, fala no optimismo de todo o cronista e de “encantamento com o mundo”, como uma espécie de magia metamórfica:

Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida [...]. Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (CF., 14).

É esta crença na redenção do mundo que motiva um empenhamento cívico: “pratico um empenhamento cívico constante que excede em muito a escrita: é a minha maneira de estar no mundo” (JL, Outubro, 2013). Guiada pelo exemplo da História, no exemplo libertador dos males da “caixa de Pandora”, da qual só sobrou a esperança, Inês une-se aos que lutaram pelo bem da Humanidade:

Nunca me deixo contaminar pela desesperança, porque a História, desde a decantada Grécia Antiga, com o seu cortejo de escravos, é um relato de barbárie repetidamente salvo pela visão e pela capacidade de transcendência de um vasto grupo de seres humanos – artistas, cientistas, políticos, pensadores (JL, Outubro de 2013).

Deste modo, nas duas cronistas encontram-se concepções bíblicas complementares em relação ao poder da Palavra: uma, primordial, original, genesíaca; outra, redentora, metamórfica.

Os mundos de Clarice e Inês são diferenciados no tempo e no espaço. O primeiro encontra o obstáculo da repressão censural e ditatorial; o segundo bebe a atmosfera da liberdade democrática. Mas, apesar desta divergência inicial, não deixa de ser convergente a clara e acutilante postura de intervenção social e política em ambas as cronistas. De resto, em 35 anos de diferença temporal, a evolução civilizacional nos dois países em presença foi notória, designadamente em matéria do reconhecimento dos direitos das mulheres e na igualdade de género. A veemência estilística de Inês, por tal motivo, não se deve apenas à especificidade do seu olhar ou da sua retórica, mas também à divergência entre o seu mundo e o de Clarice. A situação económica, social e política nos dois países, então como hoje, também ajuda a entender tal divergência.

Mas, se o mundo de Clarice é mais revelador da sua intimidade pessoal e familiar do que o de Inês, já que, do ponto de vista profissional e cultural, ambos são notoriamente epifânicos, não há dúvida de que a vastidão e a profundidade indagadora do mundo exterior são claramente convergentes.

A crónica de Inês “No escuro, com Clarice”, no início de 2012, revela bem a admiração da cronista portuguesa pela ficcionista brasileira, ressaltando nos seus

livros a liberdade interior, a inocência “inexpugnável, valente, ilimitadamente ousada” e a capacidade de se deixar surpreender com o já visto como da primeira vez se tratasse, na interrogação de quem procura entender:

Assim, nesta passagem de ano, fugi para dentro do mundo de Clarice Lispector – um mundo de uma lucidez alucinante, que nos instiga a desbravar o tutano da vida. As frases de Clarice são relâmpagos que iluminam a mais bruta e profunda matéria do humano. Todos os seus livros são prodigiosos, no sentido literal: a cada releitura trazem novas descobertas – e, ao contrário do que tantas vezes se diz, não é necessário ser-se «intelectual» para aceder a Clarice. É necessário, sim, ser-se uma coisa mais difícil: livre, como Clarice profundamente foi. Essa liberdade exige inocência, a capacidade de olhar para o já visto e já nomeado como se não o conhecêssemos. O dom da sua escrita é o de iluminar os objectos e os seres mais simples, interrogando-os para os entender, sem juízos prévios. A força da sua voz advém dessa inocência inexpugnável, valente, ilimitadamente ousada (PEDROSA, I, 2012).

Até que ponto o olhar do cronista atravessa e alcança essa vastidão e essa profundidade, alcandorando-se, como expressou Walter Galvani, no “voo da Palavra”, como no da águia altaneira e perspicaz? A resposta a esta fundamental pergunta depende de cada leitor, como na citada epígrafe de Ana Luísa Amaral, na Introdução a este nosso trabalho: “Quem escreve dá voz às palavras, quem as lê dá-lhes outra voz”. A nossa leitura reconhece o mérito de ambas as cronistas em indagar, analisar, perspectivar e interpelar construtivamente esse mundo interior e exterior, com a acutilância e a coerência da palavra, do pensamento e da vida de cada qual, ontem como hoje e, quem sabe, se amanhã também, na transformação do efémero e do imanente da crónica no perene e no transcendente.

BIBLIOGRAFIA

A - BIBLIOGRAFIA ACTIVA

I – CLARICE LISPECTOR

Perto do Coração Selvagem, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1943.

O Lustre, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1946.

A Cidade Sitiada, Rio de Janeiro, 1ª ed. 1948.

Laços de Família, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1960.

A Maçã no Escuro, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1961.

A Paixão Segundo G.H., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1964.

A Legião Estrangeira, São Paulo, Ática, 1ª ed. 1964.

O Mistério do Coelho Pensante, Rio de Janeiro, Rocco, 1ª ed. 1967.

A Mulher que Matou os Peixes, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1ª ed. 1968.

Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1ª ed. 1969.

Felicidade Clandestina, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1971.

Água Viva, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1973.

Onde Estivestes de Noite, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1974.

A Via Crucis do Corpo, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1974.

A Vida Íntima de Laura, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1974.

De Corpo Inteiro, Rio de Janeiro, Artenova, 1ª ed. 1975.

A Hora da Estrela, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1977.

Para Não Esquecer, São Paulo, Siciliano, 1ª ed., 1978.

Um Sopro de Vida (Pulsações), Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1ª ed. 1978.

Quase de Verdade, Rio de Janeiro, Rocco, 1ª ed. 1978.

A Bela e A Fera, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1ª ed. 1979.

A Descoberta do Mundo, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1ª ed. 1984.

Como Nasceram as Estrelas. Doze Lendas Brasileiras, Rio de Janeiro, 1ª ed. 1987.

II – INÊS PEDROSA

Vinte Mulheres para o Século XX, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

Fazes-me Falta, 1. ed. São Paulo, Planeta, 2003.

Fica Comigo esta Noite, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003.

Anos Luz — Trinta conversas para celebrar o 25 de Abril, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004.

Carta a Uma Amiga, Lisboa, Texto Editores, 2005.

Crónica Feminina, 1. ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005.

Nas Tuas Mãos, 1. ed. São Paulo, Planeta 2005.

A Instrução dos Amantes, 1. ed. São Paulo, Planeta, 2006.

Do Grande e do Pequeno Amor, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006.

A Eternidade e o Desejo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2007.

No Coração do Brasil - Seis cartas de viagem ao Padre António Vieira, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2007.

Os Íntimos, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010.

Dentro de Ti Ver o Mar, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2012.

B - BIBLIOGRAFIA PASSIVA

I

ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

- AAVV, *Conselho Consultivo 20 Anos (1977-1997)*, Lisboa, Secção das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1998.
- AAVV, *Pela Igualdade de Oportunidades entre rapazes e raparigas em contexto de ensino/aprendizagem*, Breve compilação de informação e apoio, Projecto Mais, Lisboa, UMAR, 1999.
- AAVV., *Mulheres Século XX- 101 livros - Ler e escrever/ler e reler/ler e lembrar*, Lisboa, Padrão dos Descobrimentos, 2001.
- AAVV, *Desafios da Comparação Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*. Colóquio, Fundação C. Gulbenkian, Universidade Aberta, Lisboa, 2002.
- AAVV, *8 Histórias de Mulheres. Mulheres, fermento de mudança: o feminino no virar do Séc. XIX.*, Câmara Municipal da Amadora, 2002.
- AAVV, *Afinal, o Que É a Democracia Paritária? A participação das mulheres e dos homens na organização social*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2003.
- ALTAM, Fábio, *Veja*, Julho, 2010, 13.
- ÁLVARES, Cláudia. "Feminismo e Representação Discursiva Do Feminismo: A Presença do Outro na Teoria e na Prática", in *Ex Aequo*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Oeiras, Portugal. Celta Editora. Revista Nº.14, 2006.
- ALVIM, Maria Helena Villas-Boas; COVA, Anne (org.), *Mulheres, História e Sociedades - Linhas de investigação nos finais do século XX*, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Colecção de Estudos Pós-Graduados, Lisboa, Universidade Aberta, 2001.
- ALVIM, Maria Helena Villas-Boas e; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo, *Em Torno da História das Mulheres (Org.)*, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Colecção de Estudos Pós-Graduados, Universidade Aberta, Lisboa, 2002.
- AMARAL, Ana Luísa. "Breve Introdução". *Novas Cartas Portuguesas*. Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Edição Anotada. Org.de Ana Luísa Amaral. Lisboa: Dom Quixote, 2010, pp. XV-XVIII, XXI-XXII, in <http://www.novascartasnovas.com/historia.html>.
- AVELAR, Lúcia, *Mulheres na Elite Política Brasileira, 2ed.*, Editora Unesp, São Paulo, 2001.
- BARD, Christine, BAUDELLOT; Christian ; MOSSUS-LAVAU, Janine (dir.), *Quand les Femmes s'en Mêlent. Genre et pouvoir*, Villeneuve-d'Ascq, Editions de la Martinière, 2004.

- BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina de Oliveira (Org.), *Mulher, Mulheres* São Paulo, Cortez, FCC/DPE, 1983.
- BOTUL, Jean-Baptiste, *Landru, Precursor do Feminismo*, Lisboa, Cavalo de Ferro, 2005.
- BRANCO, Sofia, *Cicatrizes de Mulher*, Prefácio de Ana Vicente, Poema inédito de Maria Teresa Horta, Ilustrações de Rodrigo de Matos, 1ª edição, Lisboa, Público-Comunicação Social, SA, 2006.
- BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque, d' (Org.), *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*, São Paulo, FCC/DPE, Editora 34, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina Jardim (Org.), *Tempos e lugares de Gênero*, São Paulo, FCC/DPE, Editora 34, 2001.
- CABRAL-CARDOSO, A *Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres em Contexto Empresarial*, Braga, Universidade do Minho, 2003.
- CARDOSO, Elisabeth, "Imprensa Feminista Brasileira Pós - 74", in *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N.E.), 37-55, Setembro-Dezembro/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a04v12ns.pdf>
- CASTRO, Zília Osório de, in *Faces de Eva – Revista de Estudos sobre a Mulher*. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri. (1-2), 1999.
- CASTRO, Zília Osório de, Nota de Abertura", in *Faces de Eva – Revista de Estudos sobre a Mulher*, 1999. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/facesdeeva>.
- CASTRO, Zília Osório, *Entrevistas. Faces de Eva – Revista de Estudos sobre a Mulher*. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa / Edições Colibri. Nº.10, 2003.
- CASTRO, Zília Osório e ESTEVES, João (direcção), SOUSA, António Ferreira de Sousa, ABREU, Ilda Soares e STONE, Maria Emília (coordenação), *Dicionário no Feminino (século XIX-XX)*, Livros Horizonte, Lda., Lisboa, 2005.
- COLASANTI, Marina, *A Nova Mulher*, Rio de Janeiro, Nórdica, 1980.
- COLASANTI, Marina, *Rose Muraro*, Revista Estudos Femininos, *Mulherio*, 1983.
- CONNOR, Steve. *Cultura Pós-Moderna - Introdução às Teorias do Contemporâneo*. 4ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2000.
- CONRADI, Carla Cristina Nacke, *Por uma História das Mulheres no Paraná: O Movimento pela Anistia e sua concepção*, III Seminário Internacional *Enlaçando Sexualidades*, 15 a 17 de Maio de 2013, Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Por-uma-hist%C3%B3ria-das-mulheres-no-Paran%C3%A1-o-Movimento-Feminino-pela-Anistia-e-sua-concep%C3%A7%C3%A3o-de-feminino.pdf>.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.), *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*, São Paulo: FCC/DPE, Vértice, 1989.

- COVA, Ana, *“As Historiadoras - Alguns apontamentos sobre a história das mulheres e os estudos sobre as mulheres”*, AAVV, **Mulheres Século XX- 101 livros** - Ler e escrever/ler e reler/ler e lembrar, Padrão dos Descobrimentos, Lisboa. Edição da Câmara Municipal de Lisboa (Departamento da Cultura) (catálogo para exposição), 2001.
- DUARTE, Ana Rita Fonteneles, *“Carmen é que era mulher de verdade”*, Revista *Cláudia*, Ano 50, Nº.3, 144. Março 2011.
- DUBY, Georges e PERROT, Michelle, *Imagens da Mulher*, trad. port. de *Images de Femmes* (Plon, 1992), Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- ESTEVES, João e MONTEIRO, Natividade. *“Introdução”*, in *Mulheres na 1ª República-Percursos, Conquistas e Derrotas*, Coord. de Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro, Lisboa, Edições Colibri, 2011.
- ESTEVES, João, *“Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.ª República”*, *Mulheres na 1ª República-Percursos, Conquistas e Derrotas*, Coord. de Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro, Lisboa, Edições Colibri, 2011.
- ESTEVES, João e CASTRO, Zília Osório de (dir.), ABREU, Ilda Soares de e STONE, Maria Emília (coord.), *Feminae. Dicionário Contemporâneo*, CIG, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, 2013.
- ETXEBARRÍA, Lucía, *A Eva Futura*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- FAM, Maria C. de P., *Estado de Minas*, 21 de Janeiro de 2012
- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (org.), *O Que os Filósofos Pensam sobre as Mulheres*, 1ª-edição, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1998.
- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (org.), *Também Há Mulheres Filósofas*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001.
- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (org.), *Pensar no Feminino*, Edições Colibri, Lisboa, 2001.
- FERREIRA, Virgínia, *“Estudos sobre as Mulheres em Portugal – A construção de um novo campo científico”*, in *Ex Aequo*, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Oeiras, Portugal, Celta Editora, Revista Nº 5, 2001.
- FIANDEIRO, Maria Antónia e ALMEIDA, Hortensa de, *As Mulheres do meu País*. Mulheres do Século XX- 101 livros - Ler e escrever/ler e reler/ler e lembrar, Padrão dos Descobrimentos, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Lisboa (Departamento da Cultura) (catálogo para exposição), 2001.
- GUARDIA, Sara Beatriz (Compilación y edición), *La Escritura de la Historia de las Mujeres en America Latina. El retorno de las diosas*, Lima, Peru, Libreria Editorial Minerva Miraflores, 2005.
- GUIMARÃES, Elina, *apud* TAVARES, Manuela, *Feminismos: Percursos e desafios (1947-2007)*, 1ªed. Alfragide, Texto Editores, Lda., 2011.
- HALL, Stuart, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Trad.Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 10ª Ed., Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2005.

- JOAQUIM, Teresa, "Ex Aequo: Contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal", *Revista de Estudos Feministas*, vol. 12, N.º especial, pp.88-93. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/14112009-011001joaquim.pdf>.
- JOAQUIM, Teresa, "*Feminismos, Estudos sobre as Mulheres ou 'Para Onde Vai Este Barco?'*", in *O Longo Caminho das Mulheres - Feminismos 80 anos depois*, Organização de Lúcia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, Teresa Souza de Almeida, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2007.
- KARAWCZYK, Mônica, in *Histórica*, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 45, dez. 2010.
- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, "Maria Lacerda de Moura e Miguel Bombarda: Perspectivas da ciência no limiar do século XX", in *Women, Science and Globalization. What's UP?*, AMONET, Lisboa, 2012, pp.121-129. Disponível em: <http://www.amonet.pt/>
- LERNER, Gerda, *The Rise of Patriarchy*, University of Oxford Press, 1986.
- LIMA, Isabel Pires de (coord.), *Vozes e Olhares no Feminino*, Porto, Edições Afrontamento, 2001.
- LOBO, Luiza, *Guia de Escritoras da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Eduerj/ Faperj, 2006.
- LOPES, E.M., *A Educação da Mulher: a feminização do magistério. Teoria e Educação*, 1991, Nº. 4.
- LOUSADA, Isabel; LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, " Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feministas", in *Navegações*, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa, 1, pp. 99-104, 2013. v.1/2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/issue/current>.
- MACEDO, Ana Gabriela (org.), *Gênero, Identidade e Desejo*, Lisboa, Edições Cotovia, 2002.
- MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (org.), *Dicionário Da Crítica Feminista*, Porto, Edições Afrontamento, 2005.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de, *O Sexo dos Textos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1995.
- MAGALHÃES, Maria José e TAVARES, Manuela, "Um Espaço de Afirmação dos Feminismos", in *Actas do Congresso Feminista 2008*, UMR, Lisboa, 2009.
- MERVIN, Sabrina e PRUNHUBER, Carol, *Mulheres. Os grandes mitos femininos através do mundo*, vol. I, trad. port. de Femmes - Les grands mythes féminins à travers le monde, Mem-Martins, Vega/ Multilar, 1994.
- MONTEIRO, Natividade, "O Debate em torno da tese «Feminismo» ", apresentada no I Congresso do Livre-Pensamento em 1908, in *Actas do Congresso Feminista 2008*, UMR, Lisboa, 2009.
- MONTERO, Rosa, *Histórias de Mulheres*, Porto, Asa, 2000.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros, *Biografia de uma Revoltada: Ercília Nogueira Cobra*, Mimeo, 1982, in *Cadernos de Pesquisa* n.58, SP, Fundação Carlos Chagas, 1986.

- MURARO, Rose Marie, *Os Seis Meses em que Fui Homem*, Rio de Janeiro, 4^a ed., Rosa dos Tempos, 1991.
- NETO, Félix; JOAQUIM, Teresa; SOARES, Rui; PINTO, Teresa (org.), *Igualdade de Oportunidades Género e Educação*, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Colecção de Estudos Pós-Graduados, Lisboa, 1999.
- NICOLAU, Rita Maria do Nascimento, *Teresa de Saldanha. Uma vivência cristã no feminino*, Lisboa, UCP, 1996.
- PEDRO, Joana Maria; Miriam Pillar Grossi, *Masculino, Feminino, Plural – género na interdisciplinaridade*, Florianópolis, Editora Mulheres, 2006.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe, “Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris”, in *ArtCultura*, v. 9, Nº. 14, 59, Uberlândia, Jan.-Jun. 2007.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes, “As Novas Cartas Portuguesas”, in *O Longo Caminho das Mulheres - Feminismos 80 anos depois*, Organização: Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, Teresa Souza de Almeida, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PINTO, Teresa, “EX AEQUO: 10 Anos Em Revista”, in *Ex Aequo*, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Oeiras, Portugal, Celta Editora, Revista Nº 19, 2009, pp.51-62.
- RAGO, Margareth, “Epistemologia feminista, género e história”, in PEDRO, Joana Maria; Miriam Pillar Grossi, *Masculino, Feminino, Plural – género na interdisciplinaridade*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2006.
- ROONEY, Ellen, *The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- RUETHER, Rosemary Radford, *Goddesses and the Divine Feminine*, University of California Press, Berkley and Los Angeles, London, 2005.
- SEIXAS, Larissa Selhorst, *Subsídios para a sua História: As Idéias feministas de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX*. Monografia apresentada no Curso de Graduação de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/1_sem_2006/larissa_selhorst_seixas.pdf
- SENA-LINO, Pedro, *Só a Viagem Responde. Sobre Maria da Graça Freire*, Câmara Municipal de Benavente, 2003.
- SILVA, Ana da; TAVARES, Teresa Cláudia, “Estudos Culturais, estudos sobre as *Mulheres e Estudos culturais sobre as Mulheres*”, in *Ex Aequo*, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Oeiras, Portugal. Celta Editora, Revista Nº 5, 2001, pp.123-147.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “Os Estudos sobre as Mulheres - A difícil interdisciplinaridade”, in *Ex Aequo*, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Oeiras, Portugal, Celta Editora, Revista nº 1, 1999, pp.29-32.

- SILVA, Maria Regina Tavares da, “Estudos sobre as mulheres em Portugal - Um olhar sobre o passado”, in *Ex Aequo*, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Oeiras, Portugal, Celta Editora, Revista nº.1, 1999, pp.17-28.
- SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”, in Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.
- SOUZA, Maria Reynolds de, *A Concessão do Voto às Portuguesas*, Lisboa, Coleção Fio de Ariana/3, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.
- TAVARES, Manuela, *Feminismos: Percursos e desafios (1947-2007)*, 1ª ed., Alfragide, Texto Editores, Lda., 2011.
- TOSCANO, Ana Maria da Costa e GODSLAND, Shelley (org.), *Mulheres Más - Percepção e representações da mulher transgressora no mundo luso-hispânico*, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2004. 2006, vol.1-3.
- VAQUINHAS, Irene, “Impacte dos Estudos sobre as Mulheres na Produção Científica Nacional - O caso da História”, in *Ex Aequo*, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Oeiras, Portugal, Celta Editora, Revista nº.6, 2002.
- VICENTE, Ana, “O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação”, in *O Longo Caminho das Mulheres - Feminismos 80 anos depois*, Organização: Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, Teresa Souza de Almeida, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2007, pp.59-73.
- VIEIRA, Cristina Maria Coimbra, *Educação Familiar. Estratégias para a promoção da igualdade de género*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.
- VIEIRA, Newton, *Pequi Magazine*, Curvelo, Abril de 2012.
- ZINANI, Cecil J. A, *Revista Fronteira Z*, nº.7, Dezembro de 2011.
- ZIRBEL, Ilze, *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – 2007, Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?se>

II

A CRÓNICA E AS MULHERES CRONISTAS

- ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, vol. 1, Lisboa, Clássica Editora, 1992.
- ALMEIDA, O. T., *Rio Atlântico*, Lisboa, Salamandra, 1997.
- ANDRADE, João Pedro, "Crónica", in Coelho, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário de Literatura*, 4ª ed., Porto, Figueirinhas, I Vol., 1994, p.236.
- BAPTISTA-BASTOS, Armando "A letra de um homem", in Fonseca, Manuel da, *Seara de Vento*, 4ª ed., Lisboa, Forja, 1975, pp. 9-11.
- BERCORT, Fernando Santos, "O Espelho Diamantino e os exemplos de virtude feminina no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado (1827-1828)", *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*, 2012. Disponível em: www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338382423_ARQUIVO_Fernando...
- BEZERRA, Elvia, *Mandacaru*, São Paulo, Instituto Moreira Sales, 2010.
- BOLLMAN, Stefan, *Mulheres Que Escrevem Vivem Perigosamente*, S/L, Quetzal Editores, 2007. <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/rachel-introducao/>
- BRANT, Ana Clara, *Estado de Minas, Caderno Pensar*, 12 de Janeiro de 2013.
- BORGES, Joana Vieira Borges, "A grande dama do feminismo no Brasil", *Revista Estudos Feministas*, vol.14, Nº. 2 Florianópolis May/Sept. 2006. Disponível em: [//dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200017](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200017)
- BRITO, Bernardo Gomes de, *Historia Tragico-Maritima*, 2 Tomos, Lisboa Occidental, na Officina da Congregaçaõ do Oratorio, Livraria d'Alcobaça, 1735. 1736.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder, *Boletim Bibliográfico – Biblioteca Mário de Andrade*, Janeiro a Dezembro de 1985. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.
- BUITONI, Dulcília H. Shroeder, *Imprensa Feminina*, São Paulo, Ática, 1986.
- CÂNDIDO, Antônio et alii, *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas, Unicamp; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- CÂNDIDO, Antônio, *Recortes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- CARDOSO, Elisabeth, *Imprensa Feminista Brasileira Pós-74*, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N.E.), 37-55, setembro-dezembro/2004. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a04v12ns.pdf>
- CARDOSO, Irede, *Os Tempos Dramáticos da Mulher Brasileira*, Centro Editorial Latino-Americano, 1981.
- CARDOSO, Marília Rothier, (1992), "Moda da Crônica: frívola e cruel", in *A Crônica. O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Rio de Janeiro, UNICAMP, pp. 137-147.
- CARPINEJAR, Fabrício, Prefácio do livro *Crônica: o vôo da palavra*, de Walter Galvani, 2005.

- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1979.
- CASTELLO, José, *O Globo, Caderno Prosa e Verso*, 5 de Junho de 2010.
- CASTELLO, José, Disponível em: <http://blogs.odiariorio.com/wilameprado/2013/01/14/jose-castello-da-entrevista-falando-sobre-rubem-braga/>.
- CINTRA, L. F. Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, I, Lisboa, 1951.
- CINTRA, L. F. L., “Introdução”, in Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória, Parte Primeira*, Lisboa, 1977.
- CLEMENTE, Irmão Elvo, “O Vão da Palavra – Crônica”, in *Jornal Correio do Povo*, 27 de Setembro de 2005.
- COBRA, Ercília, “Ercília: culta e destemida modernista brasileira”, COBRA, Rubem Queiroz, Transcrição da obra *Virgindade Anti-Hygienica – Preconceitos e Convenções Hypocritas*, Data manuscrita 1924, Disponível em: <http://www.cobra.pages.nom.br/ft-ercilia.html#bibliografia>
- COELHO, Jacinto do Prado (Dir.), *Dicionário de Literatura*, 5 vols., 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1978.
- COELHO, Nelly Novaes, *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras: 1711-2001*, São Paulo, Escrituras, 2002.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 2 Tomos, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1975.
- COSTA, Alice Alcântara, “O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar”, Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, Florianópolis, UFSC, Maio de 2009, Disponível em: <http://www.tanianavarrosuain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/analice.htm>
- COUTINHO, João Pereira, *Expresso, Portugal*, 13 de Agosto 2005.
- COUTO, Aires do, “Panegíricos de D. João III de dois humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes, in *Máthesis*, 9, 2000, UCP, 37-67.
- COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Déc. IV, P. II, L. VIII, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778, Livraria Sam Carlos, 1973.
- DUARTE, Ana Rita Fonteneles, “Carmen é que era mulher de verdade”, Revista *Claudia*, Ano 50, Nº.3, Março 2011.
- DUARTE, Constância Lima, “Feminismo e Literatura no Brasil”, in *Estudos Avançados*, vol.17, Nº 49, São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>
- DUARTE, Constância Lima, *Elas Por Elas - “Letras feministas”*. Entrevista a Denilson Cajazeiro, Número 3, Belo Horizonte, Agosto de 2009.
- DUARTE, Manuel Marques, in Andrada, Miguel Leitão, *Miscellanea*, fac-simile da 2ª ed. 1867, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

- EARLE, Tom F., “A linguagem pictórica de João de Barros nas Décadas Da Ásia”, in *Oceanos*, Nº 27 (Jul.-Ste. 1996), pp. 84-90.
- FERREIRA, Vergílio, *Conta-Corrente*, 4, Lisboa, Bertrand, 1984.
- FLORES, Hilda, *Dicionário de Mulheres*, Porto Alegre, Nova Dimensão, 1999.
- FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares, *Dicionário de Escritoras Portuguesas*, Florianópolis, Ed. Mulheres, 2009.
- FUNCK, Susana Bornéo, “Da questão de gênero à questão do gênero”, in *Trocando Idéias sobre a Mulher & a Literatura*, Florianópolis, SC, UFSC, 1994, pp. 17-22.
- GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood, *As Cem Melhores Crônicas Brasileiras: uma história da literatura*, dissertação de Mestrado, UFRG, 2011.
- GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood, “A imprensa feminina sul-rio-grandense como produto cultural na construção da história das mulheres”, Anais do Seminário Internacional de Literatura, FALE/PUCRS, Outubro de 2012, Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Index.html>
- GOMES, Soeiro Pereira, *Esteiros*, Mem Martins, 1974.
- GOTLIB, Nádia, “A literatura feita por mulheres no Brasil”, in *Boletim do GT A Mulher na Literatura/ANPOLL*, 2002.
- HAHNER, June Edith, *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*, trad. Eliane Lisboa, Apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2003.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de, “O que querem os dicionários?”, in HOLLANDA, Heloísa Buarque de e ARAÚJO, Lucia Nascimento, *Ensaístas Brasileiras*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- JAPIASSU, Moacir, “Lições de mestre”, in *Sítio Maravalha*, Setembro de 2005.
- Jornal das Senhoras*, Tomo I, 11 de Janeiro de 1852, p.12, Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700096&pasta=ano%20185&p_esq=
- KARAWEJCZYK, Mônica, in *Histórica*, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 45, dez. 2010, Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica45.pdf.
- KRUS, Luís, “Crônica”, in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (1993), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Editorial Caminho, 173.
- LEITE, 1984, 39, apud BUITONI, *Revista Feminina*, 9, 103, Dez. 1922, BUITONI, Dulcília, *Mulher de papel*, pp. 60-62.

- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I* (I Parte), Estudos e Transcrição Paleográfica, Alfragide, Ediclube, 1995.
- LOPES, Victor Silva, *Iniciação ao Jornalismo*, 2ª ed., Lisboa, 1981.
- MACIEL, Maria Esther, *Estado de Minas, Caderno Cultura*, 5 de Julho de 2011.
- MENDES, J., "Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente", in LANCIANI e TAVANI, (1993), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Editorial Caminho, 177-179.
- MESQUITA, Mário, (1984), "A crónica como forma de expressão jornalística", in *Deve & Haver*, Lisboa, Distri, 1984, pp. 2020-218.
- MESQUITA, Mário, (2000), "Em louvor da Santa Objectividade", in *Revista Jornalismo e Jornalistas*, Nº1, 2000.
- MESQUITA, Mário, *O Quarto Equívoco*, 2ªed., Coimbra, Minerva, 2004.
- MONIZ, António, "A Poética do Espanto na *Miscelânea* de Garcia de Resende", separata de *Stvdia Lvsitanica*, Nº 1, Linha de Acção Nº 3, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, F C S H, U N L, Edições Colibri, 1997, pp. 151-165.
- MONIZ, António, *Para uma Leitura da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- MONIZ, António, *A História Trágico-Marítima. Identidade e condição humana*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- MONIZ, António, "Éros/Thánatos, efemeridade e transcendência em Vergílio Ferreira", in *Vária Escrita*, vol. 9, Sintra, 2002, pp. 223-236.
- MONIZ, António, "A sociedade setecentista n'O Hissope de Cruz e Silva", in *Alcipe e as Luzes*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp. 189-206.
- MONIZ, António, "Portugal no pensamento vieiriano: celebração épica versus sátira", in *Padre António Vieira. O tempo e os seus hemisférios*, Actas do Congresso Internacional Vieira – o tempo e os seus hemisférios (Lisboa, 2008), coordenação de Maria do Rosário Monteiro e Maria do Rosário Pimentel, Lisboa, Edições Colibri, pp. 493-506.
- MUZART, Zahidé, "Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar", in MOREIRA, Maria Eunice (org.), *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003, pp. 261-275.
- NAMORA, Fernando, *Os Adoradores do Sol*, Amadora, Bertrand, 1971.
- NUNES, Juliana Cristina Bonilha, Tese de Doutoramento, *Revista Feminina (1915-1936), Tensão entre Tradição e Modernidade*, UNESP, Assis (SP), 2013.
- O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Capital federal, 6 de Abril de 1890, Ano III, Nº 14, p. 2. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228559&pasta=ano%20189&pesq=>

O Sexo Feminino, Anno 1, Cidade da Campanha, 7 de setembro de 1873, Nº1 Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional, Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706868&pasta=ano%20187&p](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706868&pasta=ano%20187&pesq=)
[esq](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706868&pasta=ano%20187&pesq=)=

PAULO, João, *Estado de Minas, Caderno Pensar*, 12 de Janeiro de 2013.

PEDROSA, Inês, “Carta ao escritor Walter Galvani sobre seu livro *A Arte de Galvanizar a Palavra*”, 12 de Julho de 2005.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Hélade. Antologia da Cultura Grega*, 3ª ed., Universidade de Coimbra, 1990.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Romana. Antologia da Cultura Latina*, 3ª ed., Universidade de Coimbra, 1994.

PIDAL, Catalán Mendez, D., *De Alfonso X al conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, 1960, 205-411.

PINTO, Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla, (coord. de textos), “Mulheres Dos Anos Dourados”, in *História das Mulheres no Brasil*, 9ª ed., São Paulo, Contexto, 2008.

QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Typographia Universal, 1871.

QUEIROZ, Eça de, *Uma Campanha Alegre, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.*

RECTOR, Monica, “Lógica racional e intuitiva na educação da mulher portuguesa”, in *Idioma – 19*, Revista de Língua Portuguesa, Editora Segmento, 1997, pp. 67-76.

REIS, Carlos; Lopes, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*, 4ª. Ed. Lisboa, Almedina, 2000.

REIS, Carlos, *Jornal de Letras*, Portugal, 12 a 25 de Outubro de 2005.

RITA, Annabela, *Eça de Queirós Cronista. Do Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-72)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

RITA, Annabela, *Focais Literárias*, Lisboa, Esfera do Caos, 2012.

RODRIGUES, Ernesto, *Mágico Folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

SALAZAR, Jezreel, “La Crónica: Una Estética de la Transgresión”, in *Razón y Palabra*, Nº 47, UNAM, México, 2005, s/p.

SANT’ANNA, Affonso Romano de, *O Globo*, 12 de Junho de 1988.

SANTOS, Joaquim Ferreira, *As Cem Melhores Crônicas Brasileiras*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

- SARAIVA, A. J. e LOPES, O., *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1975.
- SARAMAGO, José, *Cadernos de Lanzarote - Diário I*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994. Notícias, 1998.
- SEFFRIN, André, *Jornal do Brasil*, Caderno IDÉIAS, 16 de Junho de 2001, Nº 759.
- SEIXAS, Larissa Selhorst, *Subsídios para a sua história: As idéias feministas de Mariana coelho nas primeiras décadas do século XX*, Monografia apresentada ao Curso de graduação de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006, Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/1_sem_2006/larissa_selhorst_seixas.pdf.
- SÉRGIO, António, “As duas políticas nacionais”, *Ensaio*, II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2ª ed. 1977, pp. 63-93.
- SILVA, M. J. V. B. Marques da, “Crónica da Conquista do Algarve”, in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (1993), (1993), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Editorial Caminho, 176-177.
- SANTANA, Maria Helena, “A Crónica: A escrita volátil da modernidade”, in JESUS, Maria Saraiva de (coord.), *Rumos da Narrativa Breve*, Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 2003, pp-9-19.
- SANTANA, Maria Helena, “Crónica”, *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol.2, 1995, Lisboa, Verbo, 1, pp. 1386-1390.
- SEIXO, Maria Alzira, “O outro lado da ficção – Diário, Crónica, Memórias, etc.”, in *A Palavra do Romance – Ensaio de genealogia e análise*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- TEIXEIRA, Tattiana, *A crônica Política no Brasil – um estudo das características e dos aspectos históricos a partir da obra de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luís Fernando Veríssimo*, 2002.
- TELLES, Norma, “Escritoras, escritas, escrituras”, in *História das Mulheres no Brasil*.
- TORGA, Miguel, *Diário*, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1999.
- TORRES, Torres, Alexandre Pinheiro, *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes, 1977.
- VIEIRA, Newton, “Perina Corsine - Sertaneja. Culta. Persistente. Corajosa”, *Pequi Magazine*, Curvelo (MG), Abril, 2012, pp.70-71.

III

CLARICE LISPECTOR

- AAVV, *Cadernos de Literatura Brasileira*. Edição Especial, nºs 17 e 18, Dezembro de 2004, Instituto Moreira Salles.
- BORELLI, Olga, *Clarice Lispector. Esboço para um possível retrato*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- BRANT, Ana Clara, “Memória Dia C”, in *Estado de Minas*, 10 de Dezembro de 2012.
- BRASIL, Assis, *Clarice Lispector. Ensaio*, Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1969.
- CALEIRO, Maria da Conceição Campina, *Estudo de Clarice Lispector*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, F.C.SH. – U.N.L., 1988 (texto policopiado).
- CALLADO, Antônio, “O dia em que Clarice desapareceu”, in *Perto de Clarice*, Rio de Janeiro, Casa de Cultura Laura Alvim/Oficina Literária Afrânio Coutinho, 1987.
- CIXOUS, Hélène, *Reading Clarice Lispector*, Minneapolis, University of Minnesota, 1990.
- CASTELLO, José, «Clarice na moda », in *Isto É*, 4 de Junho de 1986.
- CASTELLO, José, *Clarice Lispector - Clarice na Cabeceira: romances*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2011.
- CASTELLO, José, *O Globo*. “Caderno Prosa e Verso”, 8 de Janeiro de 2011.
- COLASANTI, Marina; SANT’ANNA, Affonso Romano de; SALGUEIRO, João, “Entrevista de Clarice Lispector”, realizada no Museu da Imagem e do Som (RJ) em 1976.
- CRISTÓVÃO, Fernando, “Clarice Lispector, a vertigem e a obsessão do infinito”, *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro de 1978.
- DESTI, Rita, “Introduzione”, in Lispector, Clarice, *Un Apprendistato o il Libro del Piaceri*, Torino, La Rosa, 1981.
- FERREIRA, Teresa Cristina Montero, *Eu Sou uma Pergunta: uma Biografia de Clarice Lispector*, Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- FITZ, Earl, *Clarice Lispector*, Boston, Twayne Publisher, 1985.
- FITZ, Earl, “Clarice Lispector”, in Stern, Irwin (ed.), *Dictionary of Brazilian Literature*, Westport, Ct, Greenwood Press, 1988.
- GOTLIB, Nádia Battella, “Olhos nos olhos (Fernando Pessoa e Clarice Lispector) ”, in *Remate de Males*, Nº 9, Campinas, 1989.
- GOTLIB, Nádia Battella, “O desejo não mora em casa (Alguns espaços na obra de Clarice Lispector)”, *Tempo Brasileiro*, Nº 101, Abril-Junho de 1990.
- GOTLIB, Nádia Battella, *Clarice. Uma vida que se conta*, São Paulo, Ática, 1995, 6ª ed. revista e aumentada, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

- GOULART, Beth, "Simplesmente eu, Clarice Lispector", in catálogo de "*Self Produções*", Tratro Fashion Mall, Rio de Janeiro, 2013.
- IVO, Lêdo, in *Cadernos de Literatura Brasileira*, Instituto Moreira Sales, Edição especial, números 17 e 18 – Dezembro de 2004.
- HELENA, Lucia, *Nem musa nem Medusa: itinerários da escrita em Clarice Lispector*, Niterói, EDUFF, 1997.
- HILL, Amariles Guimarães, "A construção do nome", *Cadernos da PUC*, Nº 6, Rio de Janeiro, Julho de 1971.
- HOSIASSON, Laura Janina, *Imágenes de Mujer en Clarice Lispector y Maria Luisa Bombal*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1988 (texto policopiado).
- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, "Espaço cronístico em Clarice Lispector e Inês Pedrosa: a inquietude metalinguística" in *A Escritura no Feminino: Aproximações*, (Org.) ALVES, Aline; NEVES, Ana Caroline Barreto; DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfanatti; PEREIRA, Maria do Rosário Alves. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011.
- LIMA, Luiz Costa, "A mística ao revés de Clarice Lispector", in *Por Que Literatura*, Petrópolis, Vozes, 1969.
- LIMA, Luiz Costa, "Clarice Lispector", in *A Literatura no Brasil*, vol. 5, Coutinho, Afrânio (org.), Niterói, José Olympio Ed., UFF, 1986.
- LOURENÇO, Eduardo, "Da literatura brasileira como rasura do trágico. De Machado de Assis a Clarice Lispector", in *Terceira Margem*, Nº 1, 1998.
- MARGARIDO, Alfredo, "A relação animais-Bíblia na obra de Clarice Lispector", in *Colóquio/Letras*, Nº 125/126, Julho-Dezembro de 1992.
- MARTING, Diane E. (ed.), *Clarice Lispector: a bio-bibliography*, Westport, Connecticut, London, Greenwood Press, 1993.
- MARTINS, Gilberto Figueiredo, "Culpa e transgressão", in *Cult*, Nº 5, Dezembro de 1997.
- MARTINS, Wilson, "Uma 'voz'", in *O Estado de São Paulo*. Suplemento Literário, 26 de Novembro de 1960.
- MAURA, Antonio, "Una voz en el umbral del silencio", in *El Urogallo*, Nº 110/111, Julio/Agosto de 1995.
- MAZZARA, Richard A., "Another Apprenticeship: Clarice's Lispector's *A Descoberta do Mundo* and *Uma Aprendizagem*", in *Hispania* 70, 4, Dec. 1987.
- MIRANDA, in *Estado de Minas*, 11 de Dezembro de 2012.
- MONTELLO, Josué, "O caminho de Clarice", in *Jornal do Brasil*, 27 de Dezembro de 1977.
- MONTERO, Teresa, *Clarice Lispector - Clarice na Cabeceira*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2009.

- MOSER, Benjamin, *Clarice, uma biografia. "Why this Word"*. Tradução José Geraldo Couto, São Paulo, Cosac Naify, 2009.
- MOURA, Reinaldo, "Clarice Lispector", in *Correio do Povo*, 23 de Março de 1944.
- NASCIMENTO, Evaldo, *Clarice Lispector: uma literatura pensante*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- NUNES, Benedito, "Depoimento", in *Jornal do Brasil*, 29 de Janeiro de 1994.
- NUNES, Aparecida Maria, *Clarice Lispector "Jornalista"*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1991 (texto policopiado).
- NUNES, Aparecida Maria, *Clarice Lispector Jornalista - Páginas Femininas & Outras Páginas*, São Paulo, Editora Senac, 2006.
- NUNES, Aparecida Maria, *Clarice na Cabeceira – Jornalismo*, Rio de Janeiro, Rocco, 2012.
- OLIVEIRA, Marly de, "Crítica da Crítica", in *Jornal do Brasil*, Novembro de 1961.
- OLIVEIRA, Solange Ribeiro de, *A Barata e a Crisálida*, Rio de Janeiro/Brasília, José Olímpio Ed./INL, 1985.
- OLIVEIRA, Solange Ribeiro de, "Rumo à Eva do futuro: a mulher no romance de Clarice Lispector", in *Remate de Males*, Nº 9, Campinas, Maio de 1989.
- PALEY, Grace, "Introduction", in *Soulstorm. Stories by Clarice Lispector*, New York, New Directions, 1989.
- PARAÍSO, Bruno, "Clarice, arte da solidão e do mistério", in *Encontros/Clarice Lispector*, Organização / Evelyn Rocha; Apresentação Benjamin Moser - Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2011.
- PEDROSA, Inês, "No escuro, com Clarice", in revista *Ler*, Lisboa, Janeiro de 2012.
- PEIXOTO, Marta, *Passionate Fictions: Gender, Narrative and Violence in Clarice Lispector*, Minneapolis/ London, University of Minnesota Press, 1994.
- PELLEGRINO, Hélio, "Clarice: a paixão do real", in *Jornal do Brasil*, 2 de Dezembro de 1987.
- PEREIRA, Teresinha Alves, *Estudo sobre Clarice Lispector*, Coimbra, Edições Nova Era, 1975.
- PICCHIO, Luciana Stegagno, "Epifania de Clarice", in *Remate de Males*, Nº 9, Campinas, Maio de 1989.
- PINHEIRO, Samira Abrahão R., "O mundo escrito no feminino", in *Seara. Revista de Literatura*, Nº 3 (ano II), 1987.
- PONGETTI, "Minha vida está nas crônicas", 28 de Setembro de 1968, in *Clarice Lispector-Clarice na cabeceira - Jornalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 2012.
- PONTIERO, Giovanni, "O canto do cisne de uma escritora", in *O Estado de São Paulo*, 5 de Dezembro de 1987.
- QUINTANILHA, Dirceu, "Clarice Lispector [sic] e um monumento do passado", *Dom Casmurro*, 11 de Março de 1944.
- REIS, Fernando G., "Quem tem medo de Clarice Lispector?", in *Revista Civilização Brasileira*, Nº 17, Janeiro/Fevereiro de 1967.
- RIBEIRO, Leo Gilson, "Clarice, num derradeiro espelho diante de si mesma", in *Jornal da Tarde*, 23 de Dezembro de 1978.
- RIEDEL, Dirce Côrtes, "O enunciado de uma aprendizagem", in *Jornal do Brasil*, 15 de Novembro de 1969.
- ROCHA, Evelyn, *Clarice Lispector- Encontros*, Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2011.
- SÁ, Olga de, *A escritura de Clarice Lispector*, Petrópolis, Vozes; Lorena, Faculdades Integradas Teresa d'Ávila, 1979.

- SÁ, Olga de, *Clarice Lispector: a travessia do oposto*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984 (Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica).
- SANT'ANNA, Affonso Romano de, *A Mulher Madura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de, "Clarice: a epifania da escrita", prefácio a Lispector, Clarice (1989), *A Legião Estrangeira*, São Paulo, Ática, 8ª ed., 1989.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de; COLASANTI, Marina, *Com Clarice*, 1ª ed., São Paulo, UNESP, 2013.
- SANTIAGO, Silviano, "A política em Clarice Lispector", in *Jornal do Brasil*, 29 de Novembro de 1997.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos, *Clarice Lispector*, São Paulo, Atual, 1987.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos, "Discurso feminino, corpo, arte gestual, as margens recentes", in *Tempo Brasileiro*, Nº 104, Janeiro/Março de 1991.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos, "Artes de fiandeira", prefácio a LISPECTOR, Clarice (1991), *Laços de Família*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991.
- SEVERINO, Alexandrino E., "Clarice Lispector", in *Latin American Writers*, SOLÉ, Carlos A. and ABREU, Maria Isabel (ed.), vol. III, New York, Charles Scribner's Sons, 1989.
- SIMÕES, João Gaspar, "Clarice Lispector 'existencialista' ou 'supra-realista'?", in *A Manhã*, Suplemento de Letras e Artes, 1 de Outubro de 1950.
- SOUSA, Carlos Mendes de, *Clarice Lispector. Figuras da Escrita*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 2000.
- SOUSA, Gilda Mello e, "O vertiginoso relance", separata de *Comentário*, vol. IV, Nº 1 (13), Jan. Mar. 1963.
- VARIN, Claire, *Clarice Lispector et L'esprit des Langues*, Montreal, Université de Montreal, 1986 (texto policopiado).
- VARIN, Claire, *Langues de Feu : essai sur Clarice Lispector*, Laval, Éditions Trois, 1990.
- VASCONCELLOS, Eliane, « O Arquivo Clarice Lispector », in *Inventário do Arquivo Clarice Lispector*, Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 1994.
- VIANA, Lúcia Helena, "Por uma tradição do feminino na literatura brasileira", in *Anais do V Seminário Nacional Mulher e Literatura*, Natal, 1 a 3 de Setembro de 1993, Natal, UFRN, Ed. Universitária, 1995.
- WALDMAN, Berta, *Clarice Lispector. A paixão segundo C.L.*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- WALDMAN, Berta, *Clarice Lispector. A paixão segundo C.L.*, São Paulo, Escuta (2ª edição revista e ampliada), 1992.
- WILLIAMS, Claire (org.), *Clarice Lispector – Entrevistas*. Preparação de originais e notas biográficas de MONTERO, Teresa, Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

IV

INÊS PEDROSA

- COELHO, Nelly Novaes, *O Discurso-em-crise na Literatura Feminina Portuguesa*, Via Atlântica Nº 2, 1999.
- FERREIRA, João, “A nova prosa lusófona, de Agualusa a Zink”, in *ENTRELIVROS*, São Paulo, Setembro 2005, Ano I Nº. 5, pp. 38-43.
- FRANZ, Marcelo, “Feira amplia elo entre países da língua portuguesa”, in *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de Outubro de 2005, Folha Ilustrada. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/fq11102000509.htm>.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes, “Identidade e tentação: uma leitura de Inês Pedrosa e Clara Pinto Correia”, Santa Maria: *Revista da ABRAPLIP – Memória e identidade*, Nº 2, 2001.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes, “O ‘lugar sem lugar’ da palavra em *Fazes-me Falta*, de Inês Pedrosa” in *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Professores de Literatura Portuguesa*, Curitiba, 2003.
- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, *Entrevista a Inês Pedrosa*, com Isabel Lousada, para o nº 23 de *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, Maio de 2010, pp.113-125. Lisboa, Edições Colibri/ Universidade Nova de Lisboa.
- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, “Espaço cronístico em Clarice Lispector e Inês Pedrosa: a inquietude metalinguística” in *A Escritura no Feminino: Aproximações*, (Org.) ALVES, Aline; NEVES, Ana Caroline Barreto; DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfanatti; PEREIRA, Maria do Rosário Alves. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011.
- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, *Fazes-me Falta, de Inês Pedrosa: uma alegoria contemporânea da “Saudade”*, Belo Horizonte, Fino Traço Editora, 2012.
- MENDES, Martha Maria da Silva, *O Feminino na Obra de Inês Pedrosa: da Ficção à Cronística*, Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012 (texto policopiado).
- NUNES, Maria Leonor, “As palavras transformam o mundo”, in *Jornal de Letras*. Lisboa, 21 de Agosto de 2002. Entrevista (sem os demais dados) pp. 9-12.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de, *Vozes Amigas, Vozes Familiares: um estudo das relações intersubjetivas no romance Fazes-me Falta, de Inês Pedrosa*, (Ensaio), Niterói, UFF, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de, “Destinos e Desejos Femininos em *O Silêncio*, de Teolinda Gersão”, in *Gênero e Representação nas Literaturas de Portugal e África*, Belo Horizonte, FALE/UFGM, 2002.
- REAL, Miguel, *Geração de 90 – Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, 1ª. ed., Porto, Campo das Letras, 2001.
- REAL, Miguel, “O romance no feminino”, *Jornal de Letras*, Lisboa, 31 de Agosto a 13 de Setembro de 2005, Ano XXV/Nº. 911, pp. 20-21.

V

FILOSOFIA, CULTURA, LINGUAGEM E TEORIA LITERÁRIA

- ARIÈS, Philippe, *L'Homme devant la Mort. Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Âge à nos jours*, Paris, du Seuil, 1975.
- ARIÈS, Philippe, *L'Homme devant la Mort*, Paris, du Seuil, 1977.
- BAKHTIN, Mikhaïl, *Esthétique de la Création Verbale*, Paris, Gallimard, 1984, trad. port. *Estética da Criação Verbal*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BAPTISTA, Abel Barros, *Em Nome do Apelo do Nome. Duas interrogações sobre Machado de Assis*, Lisboa, Editorial Edições, 1991.
- BARTHES, Roland, "Le discours de l'histoire", in *Social Science, Formation*, Paris, 1967.
- BARTHES, Roland, « L'effet du réel », in *Communications*, 11, Paris, Éd. Du Seuil, 1968
- BARTHES, Roland, « L'écriture de l'événement », in *Communications*, 12, Paris, Éd. Du Seuil, 1968.
- BATTISTINI, Andrea, *Lo Specchio dei Dedalo: autobiografia e biografia*, Bologna, Il Mulino, 1990.
- BENJAMIN, Walter, *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BLANCHOT, M., *L'Espace Littéraire*, Paris, Gallimard, 1955, trad. port. *O Espaço Literário*, Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- BLUMENBERG, Hans, *La Leggibilità del Mondo. Il libro come metafora della natura*, Bologna, Il Mulino, 1984.
- BONACCINI, Juan A., "Analogia e imputabilidade na Filosofia Prática de Kant", in *Revista Latinoamericana de Filosofia*, v. 34, n.2, Buenos Aires, 2008.
- BUESCU, Helena C., "Literatura Comparada", in CEIA, Carlos, *E – Dicionário de Termos Literários*, 2011.
- BUESCU, Helena C., *Incidências do Olhar: percepção e representação*, Lisboa, Caminho, 1990.
- BUFFIÈRE, Félix, *Les Mythes d'Homère et la Pensée Grecque*, 2^e. éd., Paris, « Les Belles Lettres, 1973.
- DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix, *Mille Plateaux. Capitalisme et schizophrénie 2*, Paris, Minuit, 1989.
- DELEUZE, Gilles, «La littérature et la vie», in *Critique et Clinique*, Paris, Minuit, 1993.
- DÍAZ-DIOCARETZ, Myriam e ZAVALA, Iris (coords.), *Breve Historia Feminista de la Literatura Española (en lengua castellana). I Teoría Feminista: discursos y diferencia*, Barcelona, Anthropos, 1993.
- DURAND, Gilbert, *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire. Introduction à l'archétypologie générale*, 10^e Éd. Paris, Dunod, 1984.
- DURAS, Marguerite, *Escrever*, Lisboa, Difel, 1987.
- FOLKENFLIK, Robert (ed.), *The Culture of Autobiography. Construction of self-representation*, Stanford, Stanford University Press, 1993.

- GROSSBERG, Lawrence *et alii*, *Cultural Studies*, 1992, *Apud* RAMALHO, Maria Irene /RIBEIRO, António Sousa, "Dos estudos literários aos estudos culturais?", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 52/53, Coimbra, Novembro 1998/Fevereiro 1999.
- GUILLÉN, Claudio, *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción à la Literatura Comparada*, Editorial Crítica, 1985.
- HEUVEL, Pierre van den, *Parole, Mot, Silence. Pour une poétique de l'énonciation*, Paris, Librairie José Corti, 1985.
- JOTA, Renato de Medeiros, "Analogia e empirismo na Filosofia Moral de Hume, in *Saberes, Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, 1984.
- LEJEUNE, Philippe, *Le Pacte Autobiographique*, Paris, du Seuil, 1975.
- LEJEUNE, Philippe, *Moi Aussi*, Paris, du Seuil, 1985.
- LYOTARD, Jean-François, *Discurso, Figura*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979.
- LOPES, Silvina Rodrigues, *A Legitimação em Literatura*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- MACHADO, Álvaro Manuel,/PAGEAUX, Daniel-Henri, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, 2ª ed., rev. e aum., 2001, Lisboa, Ed. Presença.
- MARCUS, Laura, *Auto/biographical Discourses: Theory, criticism, practice*, Manchester, and New York, Manchester University Press.
- MATHIEU-COLAS, Michel, "Récit et Vérité », in *Poétique*, Paris, du Seuil, 1989.
- MERLEAU-PONTY, M., *Phénoménologie de la Perception*, Paris, Gallimard, 1945.
- MERLEAU-PONTY, M., *La Prose du Monde*, Paris, Gallimard, 1969.
- MOURA, Jean-Marc, "L'imagologie littéraire: tendances actuelles", in *Perspectives comparatistes. Études réunies par BESSIÈRE, Jean et PAGEAUX, Daniel-Henri*, Paris, Honoré Champion, 1999.
- NEPPI, Enzo, *Soggetto e Fantasma. Figure dell'autobiografia*, Pisa, Pacini Editore, 1991.
- PACHET, Pierre, *Les Baromètres de l'Âme. Naissance du journal intime*, Paris, Hatier, 1990.
- PEIXOTO, Afrânio, *Noções de História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921.
- REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987.
- RICOEUR, P., *Le Conflit des Interprétations. Essais d'herméneutique*, Paris, du Seuil, 1969.
- RICOEUR, P., *Les Cultures et le Temps*, Paris, Payot/UNESCO, 1975.
- RICOEUR, P., « L'histoire comme récit », in *La Narrativité*, Paris, Éditions du CNRS, 1980.
- RICOEUR, P., *Temps et Récit*, I, Paris, du Seuil, 1983.

- RICOEUR, P., *Temps et Récit. Le Temps raconté*, Paris, du Seuil, 1985.
- ROCHA, Clara, *Máscaras de Narciso. Estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*, Coimbra, ALMEDINA, 1992.
- STAROBINSKI, Jean, *L'Oeil Vivant (Essai)*, Paris, Gallimard, 1961.
- STEINER, George, "Lire en frontalier", in *Passions Impunies [No Passion Spent (Essays 1978-1996)]*, London, Faber and Faber, 1996], 2^a ed., Paris, Gallimard, "Folio", 2001.
- WELLEK, René e WARREN, Austin, *Teoria da Literatura*, 5^a ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1949].
- WITTGENSTEIN, M. L., *Tractatus Logico-Philosophicus*, London, Routledge and Kegan Paul, ed. esp. Madrid, Alianza, 1973.
- ZOURABICHVILI, François, *Deleuze. Une philosophie de l'événement*, Paris, PUF, 1994.
- ZUMTHOR, P., *Langue, Texte, Énigme*, Paris, du Seuil, 1975.
- ZUMTHOR, P., *La Mesure du Monde*, Paris, du Seuil, 1993.